

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DE UMA DAS  
VARAS CÍVEIS DO FORO DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO - SP.**

**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.,**

sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 02.913.263/0001-17, com sede a Rua Afonso Taranto, nº 210, sala 01, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740 e NIRE – Número de Identificação do Registro de Empresas 35.216.732.238 e **RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.,** sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.931.835/0001-81, com sede a Rua Afonso Taranto, nº 210, sala 07, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740 e NIRE – Número de Identificação do Registro de Empresas 3522407128-8 doravante denominadas em conjunto “**GRUPO CARGOPEX**”; por seus advogados e bastantes procuradores que esta subscrevem (**doc. 01**), vêm respeitosamente à presença de V. Exa., com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/05<sup>1</sup>, promover o presente pedido de

<sup>1</sup> Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)

# RECUPERAÇÃO JUDICIAL

consoante os argumentos de fato e de direito que passa a expor.

1. DAS EMPRESAS REQUERENTES –  
REUNIÃO DE PÓLO ATIVO –  
ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA –  
OPERAÇÕES EMPRESÁRIAS  
CONJUNTAS – SIMULTANEIDADE DE  
CREDORES – COMUNHÃO DE  
INTERESSES ECONÔMICOS, DE FATO E  
DE DIREITO

Inicialmente, cumpre esclarecer que as **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.** e **RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.** (em fase de registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo para alteração da razão social para **CARGOPEX CONSULTORIA LTDA.** (**doc. 02**), integram o negócio chamado “**GRUPO CARGOPEX**”, na medida em que concentram a comunhão de resultados, responsabilidades, sendo certo que ambas tem sede e principal estabelecimento nesta cidade de Ribeirão Preto/SP, nos endereços acima mencionados.

Outrossim, a breve análise da documentação societária ora encartada e das razões que serão adiante expostas, nos levam à conclusão de que a crise financeira e as dívidas são comuns e afetam diretamente o grupo empresarial, de maneira que a eventual inadimplência de qualquer uma delas trará consequências patrimoniais diretas sobre a outra.

Desse modo, conclui-se que as *Requerentes* formam um negócio de fato regido por um único controle e sob a mesma estrutura formal, dado que estas pessoas jurídicas exercem suas atividades sob a mesma unidade gerencial, laboral e patrimonial.

Justamente nessa hipótese é que deve se utilizar, por analogia, a interpretação extensiva da teoria da desconsideração da personalidade



jurídica, pois, se a falência é estendida para as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (cf. STJ – Resp 332763/SP; DJ 24.06.2002), e a Recuperação Judicial é utilizada como forma de defesa para a falência da sociedade empresária (art. 95 da Lei de Recuperação de Empresas), não há porque não se conhecer o processamento da Recuperação Judicial em conjunto.

Isto ocorre justamente em virtude da existência de expressa ligação entre o ativo e o passivo das *Requerentes* que nitidamente se confundem, de maneira que, sem o processamento em conjunto da Recuperação Judicial, o malogro empresarial de uma das empresas acabaria por conduzir a outra a igual sorte.

Sobre o tema, a orientação do C. Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“PROCESSO CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FALÊNCIA. GRUPO DE SOCIEDADES. ESTRUTURA MERAMENTE FORMAL. ADMINISTRAÇÃO SOB A UNIDADE GERENCIAL LABORAL E PATRIMONIAL. Desconsideração da personalidade jurídica da falida. Extensão do decreto falencial a outra sociedade do grupo. Possibilidade. Terceiros alcançados pelos efeitos da falência. Legitimidade recursal. Pertencendo a falida a grupo de sociedade sob o mesmo controle e com estrutura meramente formal, **o que ocorre quando as diversas pessoas jurídicas do grupo exercem suas atividades sob a unidade gerencial, laboral e patrimonial**, é legítima a desconsideração da personalidade jurídica da falida para que os efeitos do decreto falencial alcancem as demais sociedades do grupo.” (STJ – RMS 12872/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 16.12.2002, p. 306 – g.n.).

Portanto, as sociedades devem ser consideradas como um grupo econômico único, processando-se sua Recuperação Judicial na forma de litisconsórcio ativo.

Tal posicionamento também é sustentado pela Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais do E. Tribunal de Justiça de São

Paulo:

“Agravado de instrumento. Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Possibilidade. **Precedentes desta Câmara que reconheceram a possibilidade, em tese, de pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo, desde que presentes elementos que justifiquem a apresentação de plano único, bem como a posterior aprovação de tal cúmulo subjetivo pelos credores.** Pedido formulado por três sociedades empresárias distintas, detidas direta ou indiretamente por dois irmãos. Grupo econômico de fato configurado. Estabelecimento de uma das sociedades em cidade e estado diversos. Irrelevância no caso concreto, principalmente em razão desta empresa não possuir empregados. Ausência de credores trabalhistas fora da Comarca de Itatiba. Administrador judicial que demonstra a relação simbiótica das empresas. Pedido de litisconsórcio ativo que atende à finalidade última do instituto da recuperação judicial (superação da crise econômico-financeira das empresas). Decisão reformada. Agravo provido..” (TJSP – Agravo de Instrumento. nº. 0281187-66.2011.8.26.0000. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Rel. Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças – j. 26.06.2012) (g.n.)

Nessa esteira, dúvida não há que o processamento da *Recuperação Judicial* pretendido pelo “**GRUPO CARGOPEX**” enfrentará nenhum óbice.

## **2. SOBRE O “GRUPO CARGOPEX”**

A origem do “**GRUPO CARGOPEX**” se deu em meados de 1998, quando a **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA**, constituída sob o tipo jurídico de sociedade limitada em 22/12/1998, com seus atos constitutivos regularmente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.216.732.238 e no Ministério da Fazenda sob o nº 02.913.263/0001-17, após sucessivas alterações, restou consolidada em sessão de 07/03/2016 arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 0.196.342/16-8. (**doc. 02**)

A **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.**, tem por objeto social a prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas em geral, inclusive produtos perigosos e mudanças, no âmbito municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores, comércio à varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, manutenção e reparação de veículos automotores; representação comercial de veículos automotores (varejo e atacado) e intermediação do comércio de peças e acessórios para veículos automotores.

Atualmente a **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.** possui 01 (uma) filial no Estado de Minas Gerais, no município de Uberaba, devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob nº 02.913.263/0002-06 - NIRE 31901370199.

Regularmente constituídas, as empresas do “**GRUPO CARGOPEX**”, tiveram suas últimas alterações societárias (**doc. 02**) registradas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e Minas Gerais (**doc. 02**).

De acordo com seus atos constitutivos e alterações societárias, o capital social e a administração das Requerentes, integrantes do **GRUPO CARGOPEX**, está assim dividido:

**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.**

<i>Sócios</i>	<i>Participação</i>
José Adriano Guerra	80%
Rodoguerra Consultoria em Transportes Ltda.	20%

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES LTDA.**

<i>Sócios</i>	<i>Participação</i>
José Adriano Guerra	50%
Cargopex Transportes Ltda.	50%

A administração das sociedades é exercida pelo sócio **JOSÉ ADRIANO GUERRA**, com poderes e atribuições de representar ativa e passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele.

Diante do exposto, em observância ao art. 48 da Lei nº

11.101/05, o “**GRUPO CARGOPEX**” preenche todos os requisitos para pleitear sua *Recuperação Judicial*, uma vez que exerce suas atividades há mais de 2 (dois) anos (**doc. 03**), jamais teve falência decretada ou obteve a concessão da *Recuperação Judicial* e, seus sócio e administrador, não foi, jamais, condenado por qualquer crime previsto na Lei nº 11.101/05 (**doc. 04**).

Todavia, por razões que fogem à vontade de seus sócios e que serão abordadas a seguir, o “**GRUPO CARGOPEX**” está atravessando uma situação de crise econômico-financeira, com possibilidade, porém, de superação.

Não havendo outra medida capaz de evitar o encerramento de suas atividades, viu-se como única saída a *Recuperação Judicial*, com o desenvolvimento de um plano viável para o cumprimento de suas obrigações, a fim de prover a continuidade das suas atividades, manter a fonte produtora, o emprego dos trabalhadores e os interesses dos credores, promovendo, conseqüentemente, a preservação da empresa, a função social e o estímulo à atividade econômica.

**3. DA COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO**  
**DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO/SP –**  
**O PRINCIPAL ESTABELECIMENTO** – Do  
ART. 3º DA LEI Nº 11.101/2005

A Lei nº 11.101/05, em seu artigo 3º, dispõe que o juízo competente para homologar o *Plano de Recuperação Extrajudicial*, **deferir** a *Recuperação Judicial* ou decretar a Falência é o do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa em que tenha sede fora do Brasil, *in verbis*:

ART. 3º. É COMPETENTE PARA HOMOLOGAR O PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, DEFERIR A RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU DECRETAR A FALÊNCIA O JUÍZO DO LOCAL DO PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR OU DA FILIAL DE EMPRESA QUE TENHA SEDE FORA DO BRASIL.

Este artigo fixa a competência para o deferimento da

*Recuperação Judicial*, que deverá ser o juiz da comarca na qual a sociedade tem o seu principal estabelecimento.

Sobre o conceito de estabelecimento, segue entendimento de Manuel Justino Bezerra Filho, em sua obra *Lei de Recuperação de Empresas e Falências: Lei nº 11.101/2005: Comentada, artigo por artigo, 7ª Ed. Rev., atual. e ampl.* – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, *in verbis*:

“ESTABELECIMENTO É O LOCAL ONDE O EMPRESÁRIO EXERCE O SEU MISTER, NÃO HAVENDO QUALQUER DÚVIDA PARA A FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA QUANDO A EMPRESA TEM UM ÚNICO ESTABELECIMENTO. (...) NÃO HAVERÁ QUALQUER DIFICULDADE PARA SE DETERMINAR O JUIZ COMPETENTE, QUE SERÁ O DA COMARCA NA QUAL ESTEJA SITUADO ESSE ESTABELECIMENTO ÚNICO.”

No caso em questão, o principal estabelecimento do “**GRUPO CARGOPEX**”, onde se encontram seus diretores, bem como são tomadas todas as decisões estratégicas relacionadas ao negócio, sejam elas comerciais e administrativas, localiza-se nesta Comarca de Ribeirão Preto – SP.

Resta, portanto, demonstrada a competência absoluta do juízo do Foro da Comarca de Ribeirão Preto/SP para processar e julgar o presente pedido de *Recuperação Judicial*, nos termos da Lei nº 11.101/05.

**4. DAS PRINCIPAIS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA QUE MOTIVAM O PRESENTE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA CONTIDA NO ART. 51, I, DA LEI Nº 11.101/05**

Por razões que fogem a vontade de seus sócios, o “**GRUPO CARGOPEX**” atravessa grave crise econômico-financeira, passando sérias dificuldades para manter regulares suas atividades sociais, sendo que outra alternativa não lhe restou senão ingressar com *pedido de Recuperação Judicial* a fim de manter ativa a fonte geradora de emprego e renda.

Todas as organizações, sem exceção, passam por

fases de dificuldades em sua existência. É necessário enfatizar que não existe empresa, mesmo em seu melhor momento, que não possa melhorar em muitos de seus processos de trabalho, otimizar sua estrutura, promover maior eficiência no uso de seus recursos e ser mais competitiva.

No entanto, muitas vezes, os momentos mais oportunos para a correção dos problemas não chegam e, quando menos se espera, os problemas já evoluíram para grandes problemas que, obrigatoriamente, têm de ser encarados e solucionados.

Crises econômicas podem acarretar crises financeiras. Empresas economicamente saudáveis podem sofrer crises financeiras momentâneas. A causa está na insuficiência de recursos financeiros para o pagamento das obrigações assumidas e pode ser identificada em diversos fatores: ausência de correta estimativa dos custos dos empréstimos tomados, no alto índice de inadimplência de sua clientela ou em qualquer situação relativa a circulação e gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos.

“A DICOTOMIA ‘ECONÔMICO-FINANCEIRA’ NÃO REVELA RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO, NA ORDEM QUE APRESENTA, MAS SIM SITUAÇÃO EM QUE UMA E OUTRA SE FUNDEM PARA DESCREVER RESULTADOS NEGATIVOS NA PERSECUÇÃO DO OBJETO EMPRESARIAL, SUGERINDO URGENTE INTERVENÇÃO PARA EVITAR O PERECIMENTO DA EMPRESA”.<sup>2</sup>

Várias foram as causas que contribuíram para a crise econômico-financeira em que se encontra o **“GRUPO CARGOPEX”**, entretanto, podemos afirmar que o estopim desta crise foi a retração na economia nacional aliada aos altos custos das transportadoras em manter as suas atividades.

As atividades econômicas de produção em nosso País estão em claro processo de retração, o que salta aos olhos pelo simples exame da redução de crescimento do PIB. A retração da economia tem no segmento de transportes a sua principal vítima, eis que imediatamente ocasiona sensível retração na demanda destes serviços.

<sup>2</sup> NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa, volume 3: recuperação de empresas e falência – 9ª ed. – São Paulo, Saraiva, 2014.

Nos últimos anos, para atender ao lobby das montadoras, o governo federal, por meio do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ofereceu juros baixíssimos para a compra de caminhões. No ano passado, por exemplo, a taxa ficou abaixo da inflação, a 6% ao ano.

Se o Brasil não estivesse atravessando um desaquecimento na economia, os baixos juros para a compra de caminhões não seria um problema, pois o comprador não teria dificuldades em pagar o seu investimento

Com o desaquecimento econômico e menor volume de carga para ser transportada, passou a sobrar caminhão no mercado e, conseqüentemente, a cair o valor do frete.

Desde o dia 1º de fevereiro de 2015, o preço do óleo diesel está mais caro. O governo liberou um reajuste de R\$ 0,15 por litro na refinaria, devido ao aumento da alíquota de PIS/Cofins. Este é mais um fator a dificultar a vida do transportador rodoviário de carga.

Entretanto, não se trata apenas do óleo diesel. Existe o impacto da Lei nº 12.619/2012<sup>3</sup>, apelidada de “Lei do Descanso”, que determina limites para o tempo de trabalho dos caminhoneiros, o que eleva os custos das transportadoras.

Existe ainda o Euro 5, Arla 32 ou PROCONVE FASE 7 que é uma legislação ambiental aplicada em caminhões e ônibus com o objetivo de reduzir o impacto das emissões de gases poluentes. Todos os veículos produzidos no Brasil desde janeiro de 2012 devem atender à Euro 5, o que aumentou o custo dos caminhões, além do aumento da energia elétrica e dos impostos. Enfim, o transportador precisa fazer os cálculos e repassar esses valores, porém, não tem conseguido.

Desta forma, a diferença entre o preço do frete e os custos efetivos da atividade é apontada como um dos principais problemas por trás

<sup>3</sup> Lei nº 12.619/2012 - Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12619.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12619.htm)



da crise do setor de transporte rodoviário de cargas do Brasil, evidenciada pelos protestos dos caminhoneiros que bloquearam estradas em vários estados, o que poderá, inclusive, resultar na falência de muitas transportadoras.

Em razão da retração da atividade econômica no País, o **“GRUPO CARGOPEX”** acabou sendo colhido de surpresas nos seus planos de investimentos e passou a ter graves dificuldades em honrar seus compromissos assumidos.

Além disso, a crise econômico-financeira do **“GRUPO CARGOPEX”** agravou-se ainda mais com o injustificado inadimplemento da *Heinz Brasil S/A* junto à **Cargopex Transportes Ltda.**, decorrente do *Contrato de Transporte Rodoviário de Cargas*.<sup>4</sup> (**doc. 12**).

De acordo com o referido contrato firmado entre as partes em meados de junho de 2014, seria disponibilizada uma estimativa de 254.000 (duzentos e cinquenta e quatro mil) toneladas de tomates a serem transportados pela Cargopex Transportes Ltda., ao longo de 12 (doze) meses.

A formalização deste contrato gerou grande expectativa de serviços à Cargopex Transportes Ltda., razão pela qual, realizou inúmeros e vultuosos investimentos a fim de suprir a demanda estimada, voltando completamente seus esforços à prestação de serviços para a *Heinz Brasil S/A*. e total execução do contrato.

Ressalta-se que os fretes foram devidamente realizados, sendo emitidas, pela Cargopex Transportes Ltda., as respectivas DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico), que foram recebidas pela *Heinz Brasil S/A*. Todavia, a Cargopex Transportes Ltda. foi surpreendida pelo inadimplemento da *Heinz Brasil S/A*, sem que houvesse nenhum motivo aparente.

Assim, como consequência lógica, a Cargopex Transportes Ltda. restou impossibilitada de cumprir com as obrigações assumidas

<sup>4</sup> “o estabelecimento de condições gerais que regerão a prestação, pela TRANSPORTADORA À HEINZ, dos serviços de transporte rodoviário de produtos agrícolas (granéis sólidos ou ensacados) de propriedade da HEINZ, ou à sua ordem, ou de terceiro, de acordo com as solicitações desta, para os percursos a serem informados pela HEINZ à TRANSPORTADORA quando das solicitações dos serviços



perante terceiros, tais como: funcionários e subcontratados (terceiros) que aguardam pelo recebimento dos fretes já realizados, bem como financiamentos e seguros dos veículos utilizados exclusivamente para a execução deste contrato.

Por essas razões, o desentendimento entre a Cargopex Transportes Ltda. e a *Heinz Brasil S/A.* tornou-se objeto de disputas judiciais, tendo em vista que tal inadimplência acarretou severas e profundas consequências para a Cargopex Transportes Ltda. e todo o **“GRUPO CARGOPEX”**.

É fato que muitas das razões aqui expostas são de fatores externos que estarão presentes continuamente em toda a vida da empresa, no entanto, também é fato que levaram a consequências de crise econômico-financeira pela qual o **“GRUPO CARGOPEX”** não estava preparada e, certamente com dificuldades para adotar a melhor estratégia, fazendo com que a crise se estendesse a níveis mais severos.

Diante do histórico acima, observa-se uma cadeia de fatores sucessivos que levaram o **“GRUPO CARGOPEX”** a um momento crítico de endividamento, em face de necessidade de manter seus clientes ativos e a competitividade no setor, concomitante manutenção de suas atividades a altos custos que refletem econômica e financeiramente em seus resultados.

Por tudo isso, o **“GRUPO CARGOPEX”** foi empurrado para o nível máximo de crise, não lhe restando alternativa, senão a apresentação deste pedido de *Recuperação Judicial*.

#### **4.1. DO ALTO GRAU DE ENDIVIDAMENTO OCASIONADO PELO PAGAMENTO DE ENCARGOS CONTRATUAIS MANIFESTAMENTE ILEGAIS E DO “ENGESSAMENTO” DO CAIXA EM RAZÃO DAS GARANTIAS ABUSIVAS COBRADAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CREDORES DIVERSOS, COM PENHORAS JUDICIAIS**

Em dado momento, o **“GRUPO CARGOPEX”** identificando o declínio do lucro, foi forçada a usar o limite de crédito para financiar as suas operações. Neste estágio, a obtenção das linhas de crédito compromete a capacidade de saldar suas dívidas nas respectivas datas de vencimento. As linhas

de crédito atingem seus limites e as contas “a pagar” agora excedem os créditos “a receber”.

Nota-se, portanto, que a viabilização destas operações tem o contributo de um importante instrumento, ou seja, a Cédula de Crédito Bancário, operacionalmente simples e mais eficaz, no entanto, criada sob o cenário de elevadas taxas de juros e cláusulas que exigem pagamento de encargos abusivos, o que comprometeu, de forma significativa o fluxo de caixa e, conseqüentemente, o pagamento de fornecedores, assim como o fomento do próprio negócio.

O fato é que os contratos preveem a cobrança de juros a taxas flutuantes e fixadas ao talante das próprias instituições financeiras e credores diversos, a título de juros remuneratórios sobre o capital emprestado, como é o caso da variação do CDI – Certificado de Depósito Bancário<sup>5</sup>, a despeito da edição da Súmula 176 do STJ que torna nula esta cobrança, *in verbis*:

STJ. SÚMULA 176: É NULA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE SUJEITA O DEVEDOR A TAXA DE JUROS DIVULGADA PELA ANBID/CETIP.

<sup>5</sup> O **CDI – Certificado dos Depósitos Interbancários** é o título que representa o custo médio de captação da moeda entre os bancos, ou seja, é indexador das operações em que uma instituição financeira com déficit de caixa recorre a outra com sobra de recursos, suprindo, dessa forma desajustes de liquidez do mercado financeiro.<sup>5</sup>

A taxa do CDI – Certificados dos Depósitos Interbancários aglutinam, de uma só vez, correção monetária e taxa juros remuneratórios em sua composição, cuja certificação e divulgação compete diariamente pela **Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP**.

A **CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação**, por sua vez, foi fundada e mantém-se controlada pela **ANDIMA** - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, **AMBID** - Associação Nacional dos Bancos de Investimento, **FEBRABAN** - Federação Brasileira de Bancos, e **ACREFI** Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento.<sup>5</sup>

Em outras palavras, a taxa CDI é medida por instituição controlada por associações que servem aos interesses exclusivos das instituições financeiras que atuam no país, jamais podendo funcionar como indexador do juros, porquanto revela em si flagrante obrigação de natureza potestativa, já que subordina o tomador do capital à vontade e ao arbítrio dos bancos.

Deste modo, a cláusula que estipula a taxa de remuneração do capital pela variação monetária, CDI, é ilegal e deve ser suprimida da contratação.

Isto porque, no contrato de mútuo bancário, os juros são responsáveis pela remuneração do serviço prestado pelo Banco face ao capital emprestado, na forma do arts. 586 e 591 do Código Civil.

No caso em apreço, os Bancos aplicam, a título de juros, a variação do CDI acrescida de percentual fixo, incorrendo em dúplice cobrança de juros, apenas alocando tais encargos premeditadamente sob duas rubricas distintas, como meio de camuflar o extravagante **bis in idem** que produz.

Essa situação eleva exageradamente a carga econômica do contrato sobre o tomador e burla direitos básicos do consumidor, como o da clareza das informações e o da proteção contra métodos desleais e práticas abusivas no fornecimento do serviço (art. 6º, III e IV, do CDC).

Ao embutir nos juros ajustados a variação do **CDI – Certificados dos Depósitos Interbancários**, cuja aferição compete à **CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação**, instituição controlada pelos Bancos, o Banco está aplicando, na verdade, taxa de juros flutuante, que revela verdadeira obrigação potestativa, vedada pelo art. 115 do Código Civil e pelas regras do art. 51, IV e X, do Código de Defesa do Consumidor.

A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria é pacífica, conforme inúmeros precedentes entre os quais citamos o RESP 44847-SC e o AgRg no Ag 54132-SC.

De outra forma não poderia ser a conclusão do STJ, posto que a taxa do CDI é medida de modo *cartelizado* pela CETIP, associação controlada pelas instituições financeiras, revelando, portanto, obrigação de flagrante natureza potestativa, já que subordina o tomador à vontade e ao arbítrio do banco, permitindo a este, indiretamente, a variação do preço de maneira unilateral.

Várias outras práticas abusivas são facilmente identificadas nos contratos firmados pelo “**GRUPO CARGOPEX**” com as instituições que a financiou, tais como: **a) cobrança de TAC – Taxa de Abertura de Crédito;** **b) no caso de não pagamento no vencimento, a cobrança de juros moratórios cumulada com comissão de permanência e multa.** *Práticas deveras rechaçadas pelos Tribunais (STJ – AgRg no RESP 985.679-RS; TJRS – Apelação Cível 70022694681), mas mantidas, aplicadas e cobradas pelos bancos.*

A exemplo de transações bancárias abusivas, também temos a cobrança de elevados encargos financeiros sobre o saldo devedor de conta corrente mediante e aplicação das taxas de contratos denominados *Cheque Empresarial* (de 4,95% à 11,95% ao mês) enquanto a instituição financeira retinha injustificadamente na conta vinculada, valores não remunerados que cobriam, com sobra, o saldo devedor da conta corrente.

Em razão da existência de cobranças ilegais e abusivas existentes nas cédulas de crédito firmadas com determinada instituição financeira, esta, para coagir as *Requerentes*, levou à protesto títulos duplicados, prejudicando terceiros de boa-fé, além das próprias *Requerentes*, fato este que foi objeto de **Ação Cautelar Inominada**<sup>6</sup>, tendo o r. juízo deferido a suspensão da exigibilidade dos títulos em poder da instituição financeira.

<sup>6</sup> Cautelar Inominada processo nº 1030704-28.2014.8.26.0506, em trâmite perante a 4ª Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto.

“...16/09/2014 - Decisão Proferida - Considerando que há oferta de caução de bem imóvel de valor superior ao crédito da parte ré (fls. 158/180), defiro a liminar para suspender a exigibilidade dos títulos descritos na relação de fls. 98 até final decisão. Lavre-se o termo de caução. Cite-se, para contestar no prazo legal.”

Por outro lado, como se já não bastasse a cobrança ilegal de encargos abusivos, os contratos impõem garantias manifestamente excessivas e que oneram de forma desproporcional as operações de créditos firmadas.

## **5. DA VIABILIDADE ECONÔMICA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

É fato que o “GRUPO CARGOPEX” não entrou em situação de crise ou ainda em situação que necessite de ações corretivas de uma hora para outra. Ele foi experimentando um processo de decadência que, em determinado momento, provocou a ruptura com as bases de sustentação do negócio.

A Lei nº 11.101/05 tem por objetivo viabilizar a superação dessa situação de crise econômico-financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Nesse propósito destaca-se opinião de Waldo Fazzio Junior que menciona:

“A LRE FIXA UMA DICOTOMIA ESSENCIAL ENTRE AS EMPRESAS ECONOMICAMENTE VIÁVEIS E AS INVIÁVEIS, DE TAL ARTE QUE O MECANISMO DA RECUPERAÇÃO É INDICADO PARA AS PRIMEIRAS, ENQUANTO O PROCESSO DE FALÊNCIA APRESENTA-SE COMO O MAIS EFICIENTE PARA A SOLUÇÃO JUDICIAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DA EMPRESAS INVIÁVEIS.

“VIÁVEIS, É CLARO, SÃO AQUELAS EMPRESAS QUE REÚNEM CONDIÇÕES DE OBSERVAR O PLANO DE REORGANIZAÇÃO ESTIPULADO NO ART. 47 DA LRE. A AFERIÇÃO DESSA VIABILIDADE ESTÁ LIGADA A FATORES ENDÓGENOS (ATIVO E PASSIVO, FATURAMENTO ANUAL, NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO, TEMPO DE CONSTITUIÇÃO E OUTRAS

CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA) E EXÓGENOS (RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA ATIVIDADE).<sup>7</sup>”

No mesmo sentido Fábio Ulhôa Coelho:

“SOMENTE AS EMPRESAS VIÁVEIS DEVEM SER OBJETO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL. PARA QUE SE JUSTIFIQUE O SACRIFÍCIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PRESENTE, EM MAIOR OU MENOR EXTENSÃO, EM QUALQUER RECUPERAÇÃO DE EMPRESA NÃO DERIVADA DE SOLUÇÃO DE MERCADO, O DEVEDOR QUE A POSTULA DEVE MOSTRAR-SE DIGNO DO BENEFÍCIO. DEVE MOSTRAR, EM OUTRAS PALAVRAS, QUE TEM CONDIÇÕES DE DEVOLVER À SOCIEDADE BRASILEIRA, SE E QUANDO RECUPERADA, PELO MENOS EM PARTE O SACRIFÍCIO FEITO PARA SALVÁ-LA. ESSAS CONDIÇÕES AGRUPAM-SE NO CONCEITO DE VIABILIDADE DA EMPRESA, A SER AFERIDA NO DECORRER DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU NA HOMOLOGAÇÃO DA RECUPERA EXTRAJUDICIAL.”

Ainda dentro desse contexto, a Lei nº 11.101/05 está inserida na ordem jurídica em vigor em harmonia com os princípios gerais que norteiam a atividade empresarial no país, garantida pela Constituição da República em seu art. 170, *caput*, que assegura uma ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna, conforme ditames da justiça social.

*José da Silva Pacheco*, em importante lição sobre o tema, ressalta:

“TANTO O EMPRESÁRIO, PESSOA NATURAL, QUANTO A SOCIEDADE EMPRESÁRIA, EXERCEM ATIVIDADE ORGANIZADA PARA A PRODUÇÃO OU A CIRCULAÇÃO DE BENS E DE SERVIÇOS, QUE COMPREENDE UM COMPLEXO ENVOLVENTE DE MÚLTIPLOS INTERESSES, CONVERGENTES NÃO SÓ NO ÊXITO EMPRESARIAL, MAS TAMBÉM À FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA, EM CONSONÂNCIA COM O BEM COMUM, A ORDEM PÚBLICA, OS INTERESSES GERAIS DA COLETIVIDADE, O BEM-ESTAR SOCIAL E A ORDEM ECONÔMICA, NOS TERMOS PRECONIZADOS PELOS ARTS. 1º, 3º E 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TENDO EM VISTA A JUSTIÇA SOCIAL.

<sup>7</sup> FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Lei de Falência e Recuperação de Empresas. 4ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2008.

PORTANTO, DEVE SER, TANTO QUANTO POSSÍVEL, PRESERVADA E MANTIDA, MOTIVO PELO QUAL A LEI Nº 11.101, DE 2005, INSTITUIU A RECUPERAÇÃO COM O OBJETIVO DE RESGUARDÁ-LA DOS MALES CONJUNTURAIS E MANTÊ-LA EM BENEFÍCIO DE TODOS”.<sup>8</sup>

Diante da necessidade do “**GRUPO CARGOPEX**” fazer frente aos seus compromissos com os seus mais diversos credores, a *Recuperação Judicial* surge como inevitável solução jurídica e econômica da empresa, uma vez que viabiliza tanto a manutenção da atividade social quanto a preservação dos empregos gerados, garante o pagamento das obrigações e o recolhimento de tributos, movimentando a economia regional.

Embora em situação de crise, o “**GRUPO CARGOPEX**” demonstra plena capacidade de recuperação para solver suas obrigações sem comprometer o seu funcionamento, utilizando-se dos mecanismos jurídicos colocados a sua disposição através da Lei nº 11.101/05, ao que tudo indica mais rápidos, que permitem a composição dos seus interesses, a preservação de seus empregados e da sua própria atividade, aumentando as possibilidades de efetivo recebimento por parte de seus credores.

Neste sentido, o *Plano de Recuperação Judicial* será apresentado no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da intimação da decisão que deferir o processamento da *Recuperação Judicial* e tem como principal característica o oferecimento aos credores de envolvimento às negociações e concessões mútuas.

O deferimento do processamento da *Recuperação Judicial* e, posteriormente, a aprovação do *Plano de Recuperação Judicial*, importam ainda na preservação do ativo social gerado, posto que o encerramento das atividades da TES gera a extinção de empregos formais, informais e pode ocasionar o encerramento de atividades de fornecedores diretamente à ela vinculados.

## **6. DOS REQUISITOS LEGAIS PARA O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** – DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO ART. 51 DA LEI Nº 11.101/05

<sup>8</sup> In Ob. Cit. p. 113;



O art. 51 da Lei 11.101/05 é taxativo quanto aos documentos que devem instruir a petição inicial da *Recuperação Judicial*, restando ao **“GRUPO CARGOPEX”** demonstrar o cumprimento da formalidade exigida.

Desta forma, esta petição inicial encontra-se acompanhada dos seguintes documentos:

**a. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS 3 (TRÊS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS** (art. 51, II, Lei nº 11.101/05):

O **“GRUPO CARGOPEX”** instrui o presente pedido de recuperação, em atendimento ao disposto no art. 51, II, da Lei nº 11.101/05, com suas demonstrações contábeis relativas aos exercícios de 2013, 2014 e 2015, bem como as demonstrações elaboradas especialmente para instruir o pedido, todas atualizadas até o mês de março de 2016 (**doc. 05**).

Todas as demonstrações contábeis estão compostas de:

- (i) Balanço patrimonial;
- (ii) Demonstração de resultados acumulados;
- (iii) Demonstração do resultado desde o último exercício social;
- (iv) Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção (conforme alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do inc. II, do art. 51).

**b. RELAÇÃO NOMINAL DE CREDORES** (Art. 51, III, Lei nº 11.101/05):

Consoante art. 51 da Lei nº 11.101/05, o **“GRUPO CARGOPEX”** apresenta a lista nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação da natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente (**doc. 06**).

**c. RELAÇÃO INTEGRAL DE EMPREGADOS** (Art. 51, IV,

Lei nº 11.101/05):

O “GRUPO CARGOPEX” instrui o presente pedido de *Recuperação Judicial*, com a relação integral dos empregados, em que consta as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento (**doc. 07**).

**d. CERTIDÕES DE REGULARIDADE NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS E ATO CONSTITUTIVO ATUALIZADO (Art. 51, V, Lei nº 11.101/05):**

O “GRUPO CARGOPEX” instrui o presente pedido de *Recuperação Judicial*, com as respectivas Certidões de regularidade no Registro Público de Empresas, seus atos constitutivos e suas alterações, comprovando a regularidade societária junto aos órgãos de controle (**doc. 03**).

**e. RELAÇÃO DOS BENS PARTICULARES DO SÓCIO CONTROLADOR/ADMINISTRADOR (Art. 51, VI, Lei nº 11.101/05):**

O “GRUPO CARGOPEX” instrui o presente pedido de *Recuperação Judicial* com a relação dos bens particulares de seu sócio administrador (**doc. 08**).

**f. EXTRATOS ATUALIZADOS DAS CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Art. 51, VII, Lei nº 11.101/05):**

O “GRUPO CARGOPEX” instrui o presente pedido de *Recuperação Judicial* com os extratos atualizados das suas contas bancárias e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas próprias instituições financeiras (**doc. 09**).

**g. CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS DE PROTESTOS DAS COMARCAS DE RIBEIRÃO PRETO, NO ESTADO DE**



**SÃO PAULO E UBERABA NO ESTADO DE MINAS  
GERAIS (art. 51, VIII, Lei nº 11.101/05):**

O “**GRUPO CARGOPEX**” instrui o presente pedido de *Recuperação Judicial* com as certidões dos cartórios de protestos situados **nas Comarcas de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e Uberaba no Estado de Minas Gerais, onde estão localizadas a sede e suas filiais. (doc. 10).**

**h. RELAÇÃO DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE  
FIGURA COMO PARTE (Art. 51, IX, Lei nº  
11.101/05):**

Todas as demandas judiciais em que o “**GRUPO CARGOPEX**” figura como parte, inclusive as de natureza trabalhista, encontram-se listadas, com a estimativa dos respectivos valores demandados **(doc. 11).**

Informa, por fim, que os documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, na forma e no suporte previstos em lei, se encontram à disposição deste Juízo e do Ilustre Administrador Judicial, futuramente nomeado e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado.

**7. DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS  
INDISPENSÁVEIS A MANUTENÇÃO DAS  
ATIVIDADES DA EMPRESA EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**7.1. DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS TÍTULOS DE  
CRÉDITO E DA ABSTENÇÃO DE ATOS DE PROTESTO  
DE TÍTULOS DE CRÉDITOS DOS CLIENTES DO  
“GRUPO CARGOPEX”**

O “**GRUPO CARGOPEX**”, é composto de empresas regularmente constituídas para a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas em geral, inclusive produtos perigosos e mudanças, atuando em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, além de outros objetivos, conforme se verifica de seu contrato social.

Ocorre que, por circunstâncias alheias à sua vontade, passou a enfrentar dificuldades administrativas e financeiras, levando-o a firmar com credores, diversos contratos de empréstimos, entre eles, a *Instituição Financeira Banco Safra S.A.*, conforme seguem:

- a) Cédula de crédito nº 001101361, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com taxa de juros de 1,78% a.m., firmado em 28/05/2014 – com garantia de cessão fiduciária de duplicatas **(doc. 13)**;
- b) Cédula de crédito nº 001101239, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com taxa de juros de 1,78% a.m., firmado em 19/05/2014 – com garantia de cessão fiduciária de duplicatas **(doc. 13)**;
- c) Cédula de crédito nº 001101450, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com taxa de juros de 1,78% a.m. – com garantia de cessão fiduciária de duplicatas **(doc.13)**;
- d) Cédula de crédito nº 001101425, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com taxa de juros de 1,78% a.m. – com garantia de cessão fiduciária de duplicatas **(doc.13)**
- e) Cédula de crédito nº 001312167, com taxa de juros variável de 4,95%a.m. até 11,95% a.m., firmado em 27/12/2013 **(doc. 13)**.

Ocorre que, o **Banco Safra S.A.** passou a praticar condutas abusivas e ilegais em relação aos contratos supracitados, ao enviar à protesto duplicatas que lhe foram enviados EQUIVOCADAMENTE em duplicidade, bem como por possuir duplicatas em garantia das operações de empréstimo, em valor muito superior às garantias previstas nas cédulas.

Explica-se:

Para auxiliar e maximizar as suas atividades administrativas, o “**GRUPO CARGOPEX**” fazia uso do sistema RODOPAR, o qual auxiliava na gestão de seus fretes rodoviários **(doc. 13)**.

O referido sistema (Rodopar) foi utilizado pelo “**GRUPO**

**CARGOPEX**” até o dia 31/12/2013, oportunidade em que passou a utilizar o sistema da empresa TOTVS, na tentativa de otimizar sua gestão (**doc. 13**).

Em decorrência da sobredita transição de sistemas, ocorreram diversos problemas técnicos, especialmente porque o sistema da empresa TOTVS passou a gerar **DUPLICIDADE DE COBRANÇAS** – conforme se verifica, por amostragem, da relação emitida pelo próprio **Banco Safra S.A**, onde se pode observar que, as duplicatas 655 e 657 foram geradas em duplicidade (mesmo número de título, mesmo valor e mesma data de vencimento). (**doc. 13**).

Cumpra esclarecer que era procedimento comum do **“GRUPO CARGOPEX”**, usar a negociação dos conhecimentos de transporte de carga para emissão de duplicatas, de modo que tais duplicatas servissem de garantia para as cédulas de crédito acima mencionadas.

No entanto, em razão das duplicidades geradas pelo sistema TOTVS, o **“GRUPO CARGOPEX”**, agindo de boa-fé, por não ter constatado o equívoco, enviou os títulos duplicados para o **Banco Safra S.A**.

O **Banco Safra S.A**, de posse de tais documentos (CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO – CTE), passou a emitir avisos de cobrança para os clientes da Requerente, cobrando por faturas que lhe foram enviadas em duplicidade, inclusive, remetendo os títulos para os cartórios de protestos competentes.

Ocorre que, após constatar os equívocos, o **“GRUPO CARGOPEX”** enviou diversos e-mails para o Gerente de Conta, Sr. Gustavo Pretti, solicitando que fosse dada baixa nos apontamentos de protestos, em razão da inexigibilidade dos títulos.

Porém, o **Banco Safra S.A**. se negou a dar baixa nos títulos que haviam sido enviados para protesto, o que resultou no protesto em nome de diversos clientes do **“GRUPO CARGOPEX”**, tendo tais clientes, inclusive, ingressado com as competentes ações de sustação de protesto.

Cabe informar, ainda, que em razão de tais dificuldades enfrentadas, especialmente pelo despreparo técnico do sistema TOTVS e pela não

emissão do conhecimento de transporte rodoviário de cargas físico, o **“GRUPO CARGOPEX”**, se viu impossibilitado de receber, aproximadamente, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), o que demonstra sua boa-fé na realização das operações junto ao **Banco Safra S.A.**

Outrossim, após a constatação das irregularidades realizadas pelo sistema TOTVS, o **“GRUPO CARGOPEX”** retomou a utilização do sistema anterior (RODOPAR) em junho de 2014.

No entanto, conforme se verifica, o **Banco Safra S.A.**, mediante atitude reprovável, está enviando à protesto títulos irregulares (gerados em duplicidade pelo sistema do **“GRUPO CARGOPEX”**), o que vem causando imensos prejuízos à terceiros de boa-fé (clientes do **“GRUPO CARGOPEX”**).

Em razão da existência de cobranças ilegais e abusivas existentes nas cédulas de crédito firmadas entre o **“GRUPO CARGOPEX”** e o **Banco Safra S.A.**, este último, para coagir o **“GRUPO CARGOPEX”**, levou a protesto títulos duplicados, prejudicando terceiros de boa-fé, além do próprio “GRUPO CARGOPEX”, fato este que foi objeto da Ação Cautelar Inominada<sup>9</sup>, tendo o MM. Juízo deferido a suspensão da exigibilidade dos títulos em poder do **Banco Safra S.A.**

Os títulos em poder do **Banco Safra S/A** estão relacionados no documento anexo **(doc.13)**, emitido pelo próprio **Banco Safra S/A**, para garantia das operações.

Ora, não há dúvidas de que com a concretização dos protestos, os clientes do **“GRUPO CARGOPEX”**, terceiros de boa-fé, sofrerão enormes prejuízos, e, sendo portanto, necessária medida que suspenda a exigibilidade dos títulos, o cancelamento dos protestos já efetivados e medida de abstenção de qualquer ato de protesto pela *Instituição Financeira Banco Safra S/A*.

<sup>9</sup> Cautelar Inominada processo nº 1030704-28.2014.8.26.0506, em trâmite perante a 4ª Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto.

“...16/09/2014 - Decisão Proferida - Considerando que há oferta de caução de bem imóvel de valor superior ao crédito da parte ré (fls. 158/180), defiro a liminar para suspender a exigibilidade dos títulos descritos na relação de fls. 98 até final decisão. Lavre-se o termo de caução. Cite-se, para contestar no prazo legal.”

## 7.2. DO PENHOR DE RECEBÍVEIS E CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Em que pese o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1263500, ter firmado o entendimento de que os créditos garantidos por cessão fiduciária de títulos de crédito não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, **é pacífico na jurisprudência que para configuração da propriedade fiduciária e consequente exclusão destes créditos dos efeitos da recuperação judicial, faz-se necessário que tais contratos estejam registrados no Registro de Títulos e Documentos competente em data anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial.**

Neste sentido, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem reiteradamente decidindo, vejamos:

**“0006358-30.2013.8.26.0000** Agravo de Instrumento 

**Relator(a):** Maia da Cunha

**Comarca:** Franca

**Órgão julgador:** 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial

**Data do julgamento:** 26/03/2013

**Data de registro:** 28/03/2013

**Outros números:** 63583020138260000

**Ementa:** Recuperação judicial. **Crédito de credor proprietário fiduciário de bens dados em garantia pelo devedor que, por força do art. 49, §3º, Lei nº 11101/05, é excluído dos efeitos da recuperação judicial. Hipótese, contudo, em que não restou configurada a propriedade fiduciária, tendo em vista que o contrato de cessão fiduciária foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis e não no RTD, conforme o art. 1361, §1º, CC e a Súmula 60, TJSP. Crédito do agravante que se sujeita à recuperação judicial, não podendo se furtar das determinações contidas nas decisões agravadas.** Multa diária fixada em R\$ 1.000,00. Valor que se afigura razoável e adequado ao caso concreto. Caráter coercitivo e não indenizatório que obsta a fixação de teto. Recurso improvido.” (grifamos)

**“0265937-56.2012.8.26.0000** Agravo de Instrumento 

**Relator(a):** Maia da Cunha

**Comarca:** Franca

**Órgão julgador:** 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial

**Data do julgamento:** 26/02/2013

**Data de registro:** 27/02/2013

**Outros números:** 2659375620128260000

**Ementa:** Recuperação judicial. **Credor que, alegando ser proprietário fiduciário de bens da devedora por força de Cédulas de Crédito Bancário garantidas por cessão fiduciária, pretende o reconhecimento da insubmissão de seu crédito aos efeitos da recuperação, nos termos do art. 49,§3º, Lei nº 11101/05. Ausência de cópia dos contratos e dos respectivos registros no RTD que impede a análise do direito invocado.** Agravo de nº 0265937-56.2012.8.26.0000 improvido, prejudicado de nº 0000710-69.2013.8.26.0000 para o afastamento de multa diária, cujo fundamento é tão só o caráter extraconcursal do crédito do agravante.” (grifamos)

**“0272049-41.2012.8.26.0000** Agravo de Instrumento 

**Relator(a):** Maia da Cunha

**Comarca:** Franca

**Órgão julgador:** 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial

**Data do julgamento:** 26/02/2013

**Data de registro:** 27/02/2013

**Outros números:** 2720494120128260000

**Ementa:** Recuperação judicial. Crédito oriundo de contratos de mútuo e de concessão de crédito garantidos por cessões fiduciárias de duplicatas de venda mercantil e registrados no RTD em data anterior a do ajuizamento do pedido de recuperação judicial. Propriedade fiduciária configurada, nos termos do art. 1361, CC e da Súmula 60, TJSP. Crédito que, por força do art. 49, §3º, Lei nº 11101/05, é ora excluído dos efeitos da recuperação judicial. Exclusão, contudo, que se limita ao montante do crédito coberto pela cessão fiduciária dada em garantia, sujeitando-se o valor restante à recuperação judicial, na qualidade de crédito quirografário. Entendimento já sacramentado no Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial. Recurso provido em parte.”

**“0002990-13.2013.8.26.0000** Agravo de Instrumento 

**Relator(a):** Maia da Cunha

**Comarca:** Franca

**Órgão julgador:** 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial

**Data do julgamento:** 26/03/2013

**Data de registro:** 28/03/2013

**Outros números:** 29901320138260000

**Ementa:** Recuperação judicial. **Crédito de credor proprietário fiduciário de bens dados em garantia pelo devedor que, por força do art. 49, §3º, Lei nº 11101/05, é excluído dos efeitos da recuperação judicial. Propriedade fiduciária que se constitui com o registro no RTD (art. 1361, §1º, CC e Súmula 60, TJSP), o qual, por isso, deve se dar em data anterior a do ajuizamento do pedido de recuperação judicial.** Hipótese em que apenas a cessão fiduciária 104428-6, relativa à CCB 10135085, atende aos aludidos requisitos, de modo que somente o respectivo crédito, limitado, ainda, ao percentual coberto pela garantia, é que está excluído da recuperação e, por conseguinte, das obrigações impostas pelas decisões agravadas. Recurso provido em parte para tanto.” (grifamos)

Conforme julgados acima colacionados, restou demonstrado o entendimento pacificado no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, segundo o qual, o contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios para não se submeter aos efeitos da recuperação judicial nos moldes do § 3º, do



artigo 49, da Lei 11.101/05, deve estar registrado no Registro de Títulos e Documentos competente em data anterior a distribuição do pedido de recuperação judicial, atendendo assim o quanto disposto no § 1º, do artigo 1361 do Código Civil, que diz:

“ART. 1.361. CONSIDERA-SE FIDUCIÁRIA A PROPRIEDADE RESOLÚVEL DE COISA MÓVEL INFUNGÍVEL QUE O DEVEDOR, COM ESCOPO DE GARANTIA, TRANSFERE AO CREDOR.

§ 1º **CONSTITUI-SE A PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA COM O REGISTRO DO CONTRATO, CELEBRADO POR INSTRUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR, QUE LHE SERVE DE TÍTULO, NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR, OU, EM SE TRATANDO DE VEÍCULOS, NA REPARTIÇÃO COMPETENTE PARA O LICENCIAMENTO, FAZENDO-SE A ANOTAÇÃO NO CERTIFICADO DE REGISTRO.”** (GRIFAMOS)

Referido entendimento encontra-se consolidado na Súmula nº 60 do TJSP que dispõe:

“Súmula 60: A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor.”

Necessário destacar ainda o entendimento consolidado pelo enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, assim redigido: **“O saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no §3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

No presente caso, em diligência feita aos Cartórios de Títulos e Documentos desta Comarca, os Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos de Crédito firmados pelo **“GRUPO CARGOPEX”** com as *Instituições Financeiras Banco Safra S/A. e Banco do Brasil S/A*, que possuem garantia de cessão fiduciária de títulos de créditos, **não foram registrados até a data da distribuição deste pedido.**

Deste modo, não estando constituída a propriedade fiduciária em data anterior a distribuição deste pedido de *Recuperação Judicial*, nada

mais razoável e essencial para o “GRUPO CARGOPEX” que a possibilidade de utilizar-se desses recursos, pois passam por grave crise financeira e precisam garantir sua recuperação econômica, a fim de não atrasar os salários de seus trabalhadores e outros compromissos inadiáveis que impulsionam a produção.

Mesmo que assim não fosse, é certo afirmar que os valores recebidos em decorrência desse tipo de garantia devem ficar à disposição do “GRUPO CARGOPEX”, uma vez que a restrição prevista na parte final do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05, impede que o credor fiduciário, durante o período de suspensão de que trata o § 4º do art. 6º da mesma Lei, venda ou retire do estabelecimento do devedor os bens dados em garantia que sejam essenciais à sua atividade.<sup>10</sup>

O pagamento a estes credores que possuem contratos garantidos por cessões fiduciárias de títulos de crédito que não foram levados a registro no Registro de Títulos e Documentos competente em data anterior a distribuição deste pedido de *Recuperação Judicial* deverá ocorrer na forma do Plano de Recuperação Judicial, de forma que se **requer seja deferida a presente medida acautelatória para determinar que as Instituições Financeiras Banco Safra S/A. e Banco do Brasil S/A repassem para o “GRUPO CARGOPEX” os valores recebidos (vencidos e a vencer) de títulos sujeitos a esta Recuperação Judicial.**

O “GRUPO CARGOPEX” junta nesta oportunidade o contrato firmado com as *Instituições Financeiras* que possuem garantia de cessão fiduciária de títulos de crédito os quais não foram registrados no Registro de Títulos e Documentos em data anterior a distribuição deste pedido de *Recuperação Judicial* (**doc.14**), sujeitando-se, portanto aos seus termos.

Da leitura dos instrumentos contratuais pode-se observar que as garantias de cessão fiduciárias de títulos de crédito foram previstas sobre o valor total do contrato, sendo estes os valores que devem ser estornados para o “GRUPO CARGOPEX”, conforme discriminado no quadro anexo. (**doc. 14**)

<sup>10</sup> Cite-se que o eg. STJ no julgamento do CC 79.170-SP entendeu que o prazo pode ser prorrogado: “No caso, o destino do patrimônio da empresa-ré em processo de recuperação judicial não pode ser atingido por decisões prolatadas por juízo diverso daquele da Recuperação, sob pena de prejudicar o funcionamento do estabelecimento, comprometendo o sucesso de seu plano de recuperação, ainda que ultrapassado o prazo legal de suspensão constante do § 4º do art. 6º, da Lei nº 11.101/05, sob pena de violar o princípio da continuidade da empresa”, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Primeira Seção, 10/09/2008 (data do julgamento);



Tais créditos representam receita direta e operacional do fluxo de caixa do “**GRUPO CARGOPEX**”, compondo seu ativo circulante e são, portanto, essenciais à preservação e continuidade das atividades econômicas do “**GRUPO CARGOPEX**”.

Sobre o tema, colacionamos os seguintes precedentes:

Agravo de Instrumento – Recuperação Judicial – Liberação de quantias excedentes do crédito garantido.

**Os bancos reterem, por conta de seus créditos não garantidos, quantias depositadas em nome das recuperandas inviabiliza a recuperação judicial delas, que dependem visceralmente dos pagamentos feitos por seus devedores por meio de depósitos em suas contas bancárias;** principalmente tendo-se em conta que se trata de empresas eminentemente mercantis (TJSP – Agravo de Instrumento nº 555.199.4/4, Rel. Des. Lino Machado, Cam. Espec. de Falências e Rec. Judiciais, DJ: 30/07/2008). (grifamos)

TRAVAS BANCÁRIAS. LEGITIMIDADE DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PARA REQUERER SUA LIBERAÇÃO. CREDOR PIGNORATÍCIO. SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE DE SE PRESERVAR A EMPRESA RECUPERANDA. 1. Segundo dispõe o art. 22, II, a, da Lei n. 11.101/2005, compete ao administrador na recuperação judicial “fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação”. Tal incumbência somente será possível, se se entender que o poder fiscalizador atribuído pela lei ao administrador judicial engloba, também, obviamente, o de requerer providências ao juiz que permita que a recuperação atinja os fins pretendidos pelo legislador. In casu, a medida vindicada pelo administrador (**liberação de numerários oriundos de operações com cartão de crédito**), resulta em inegável benefício para a preservação da empresa recuperanda e dos credores como um todo, pois permite que a mesma seja provida do capital de giro necessário para o cumprimento de suas metas entabuladas no plano de recuperação judicial. 2. Tendo as

garantias dos credores-agravados natureza pignoratícia, seus créditos não estão sujeitos à recuperação judicial. 3. **Noutra linha de inteligência, deve-se primar pela preservação do capital de giro da sociedade, a fim de que possa ser atingido o escopo previsto na Lei de recuperação judicial: a superação da crise econômico-financeira da empresa enferma.** Recurso conhecido e provido. (grifamos)

Por tais razões de fato, econômicas e de direito, ficam justificados o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, que autorizam a intervenção do Poder Judiciário para garantir o resultado útil da presente ação de recuperação judicial que, na forma do art. 47 da Lei nº 11.101/05, apresenta-se como um somatório de providências de ordem econômico-financeiras, econômico-produtivas, organizacionais e jurídicas, por meio das quais a capacidade produtiva da empresa possa, da melhor forma, ser reestruturada e aproveitada para alcançar uma rentabilidade autossustentável, superando, com isso, a situação de crise econômico-financeira em que se encontra o seu titular, *permitindo a manutenção da fonte produtora, do emprego e a composição dos interesses dos credores*.<sup>11</sup>

Diante do exposto, requer sejam oficiadas as *Instituições Financeiras Banco Safra S/A. e Banco do Brasil S/A.*, determinando que as mesmas repassem para o “**GRUPO CARGOPEX**” os valores recebidos e a receber de seus clientes, referentes a títulos sujeitos a esta *Recuperação Judicial*, no percentual da garantia de cada contrato, cujos valores a serem restituídos estão resumidamente descritos no quadro anexo. (doc. 13)

### 7.3. DA ABSTENÇÃO DE ATOS DE CONSTRIÇÃO DECORRENTES DE EVENTUAIS PROCESSOS INDIVIDUAIS AJUIZADOS POR CREDITORES SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Podemos afirmar que o “**GRUPO CARGOPEX**” encontra-se na iminência de sofrer constrições (**bloqueios/arrestos e penhoras**) para garantia de execuções que certamente serão ajuizadas pelos credores na tentativa de satisfação de seus créditos os quais estão submetidos ao juízo concursal da presente *Recuperação Judicial*.

<sup>11</sup> Cf. lição de Sérgio Campinho, Ob. Cit., p. 10;

É certo que o destino desses créditos será a novação, quando da aprovação do *Plano de Recuperação Judicial* e concedida sua *Recuperação Judicial*.

Assim, não faz qualquer sentido a manutenção e/ou a realização de futuras constrições sobre bens essenciais à atividade do **“GRUPO CARGOPEX”**, capazes de permitir a geração de caixa para pagamento dos credores, a equalização do passivo e o seguimento das suas atividades.

Não restam dúvidas que o Juízo da *Recuperação Judicial* é absolutamente competente para dispor sobre o patrimônio da empresa em regime de recuperação, que não pode ser afetada por execuções e demais ações individuais.

Nesse sentido, entende o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual já decidiu em questões análogas ao do presente feito, conforme seguinte aresto:

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMERCIAL. LEI 11.101/05.RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO.

1. A DECISÃO LIMINAR DA JUSTIÇA TRABALHISTA QUE DETERMINOU A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ASSIM TAMBÉM DOS SEUS SÓCIOS, NÃO PODE PREVALECER, SOB PENA DE SE QUEBRAR O PRINCÍPIO NUCLEAR DA RECUPERAÇÃO, QUE É A POSSIBILIDADE DE SOERGUMENTO DA EMPRESA, FERINDO TAMBÉM O PRINCÍPIO DA "PAR CONDITIO CREDITORUM".

2. É **COMPETENTE O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR ACERCA DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA**, TAMBÉM DA EVENTUAL EXTENSÃO DOS EFEITOS E RESPONSABILIDADES AOS SÓCIOS, ESPECIALMENTE APÓS APROVADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO.

3. OS CRÉDITOS APURADOS DEVERÃO SER SATISFEITOS NA FORMA ESTABELECIDA PELO PLANO, APROVADO DE CONFORMIDADE COM O ART. 45 DA LEI 11.101/2005.

4. NÃO SE MOSTRA PLAUSÍVEL A RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS APÓS O MERO DECURSO DO PRAZO LEGAL DE 180 DIAS.

CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 3ª VARA DE MATÃO/SP.

(CC 68.173/SP, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 26/11/2008, DJE 04/12/2008)

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS. USO DAS ÁREAS OBJETO DA REINTEGRAÇÃO PARA O ÊXITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.

1. O CAPUT DO ART. 6º, DA LEI 11.101/05 DISPÕE QUE "A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA OU DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL SUSPENDE O CURSO DA PRESCRIÇÃO E DE TODAS AS AÇÕES E EXECUÇÕES EM FACE DO DEVEDOR, INCLUSIVE AQUELAS DOS CREDORES PARTICULARES DO SÓCIO SOLIDÁRIO". POR SEU TURNO, O § 4º DESSE DISPOSITIVO ESTABELECE QUE ESSA SUSPENSÃO "EM HIPÓTESE NENHUMA EXCEDERÁ O PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONTADO DO DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO".

**2. DEVE-SE INTERPRETAR O ART. 6º DESSE DIPLOMA LEGAL DE MODO SISTEMÁTICO COM SEUS DEMAIS PRECEITOS, ESPECIALMENTE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA, INSCULPIDO NO ARTIGO 47, QUE PRECONIZA: "A RECUPERAÇÃO JUDICIAL TEM POR OBJETIVO VIABILIZAR A SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO DEVEDOR, A FIM DE PERMITIR A MANUTENÇÃO DA FONTE PRODUTORA, DO EMPREGO DOS TRABALHADORES E DOS INTERESSES DOS CREDORES, PROMOVENDO, ASSIM, A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA, SUA FUNÇÃO SOCIAL E O ESTÍMULO À ATIVIDADE ECONÔMICA".**

**3. NO CASO, O DESTINO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA-RÉ EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NÃO PODE SER ATINGIDO POR DECISÕES PROLATADAS POR JUÍZO DIVERSO DAQUELE DA RECUPERAÇÃO, SOB PENA DE PREJUDICAR O FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO, COMPROMETENDO O SUCESSO DE SEU PLANO DE RECUPERAÇÃO, AINDA QUE ULTRAPASSADO O PRAZO LEGAL DE SUSPENSÃO CONSTANTE DO § 4º DO ART. 6º, DA LEI Nº 11.101/05, SOB PENA DE VIOLAR O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA EMPRESA.**

4. PRECEDENTES: CC 90.075/SP, REL. MIN. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ DE 04.08.08; CC 88661/SP, REL. MIN. FERNANDO GONÇALVES, DJ 03.06.08.

5. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR O JUÍZO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO COMPETENTE PARA DECIDIR ACERCA DAS MEDIDAS QUE VENHAM A ATINGIR O PATRIMÔNIO OU NEGÓCIOS JURÍDICOS DA VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO - VASP.

(CC 79.170/SP, REL. MINISTRO CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, JULGADO EM 10/09/2008, DJE 19/09/2008)

A doutrina de Frederico A. Monte Simionato<sup>12</sup> muito bem ensinou sobre a matéria, *in verbis*:

PRINCÍPIO MAIS QUE SECULAR DO DIREITO FALIMENTAR É O DA UNIDADE E UNIVERSALIDADE DO JUÍZO NA FALÊNCIA. A LEI FALIMENTAR, TRATANDO DA RECUPERAÇÃO, MANTEVE CORRETAMENTE ESTE PRINCÍPIO COMO PONTO FUNDAMENTAL DA SUA ESTRUTURA JURÍDICA. **ASSIM, O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA É UNO, INDIVISÍVEL E UNIVERSAL, SENDO COMPETENTE PARA CONHECER TODAS AS AÇÕES E RECLAMAÇÕES SOBRE BENS, INTERESSES E NEGÓCIOS DO DEVEDOR.**

(...)

**COM A DISTRIBUIÇÃO DO PEDIDO DE FALÊNCIA OU DE REORGANIZAÇÃO O JUÍZO FICA PREVENTO E TODAS AS AÇÕES QUE ENVOLVAM RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL, QUE AFETEM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR, DEVEM SER DIRECIONADAS AO REFERIDO JUÍZO. COM ISSO, A UNIDADE EVITA O CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE OS MAGISTRADOS, SITUAÇÃO TÃO COMUM NAS CAUSAS FALIMENTARES, MAS, PRINCIPALMENTE, CONSAGRA CELERIDADE DOS ATOS DO PROCESSO E DA SEGURANÇA DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PELA SUA UNIFORMIDADE PORQUE PROVENIENTES DO MESMO MAGISTRADO.**

O Min. CARLOS FERNANDO MATHIAS, relator do CC n°. 101552, em caso análogo decidiu liminarmente:

ANTE O EXPOSTO, E EM FACE DO PEDIDO DE LIMINAR REQUERIDA, DEFIRO-A, EM PARTE, *SI ET IN QUANTUM*, **PARA QUE SE SUSPENDAM OS EFEITOS DOS ARRESTOS EM REFERÊNCIA**, DOS MM JUÍZOS DA 25ª VARA CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP (QUE SE ENCONTRA EM GRAU DE RECURSO - AGRAVO DE INSTRUMENTO N°. 7.312.933 - EM TRÂMITE NA 12ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EG. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO) E DA 8ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO/RJ (ART. 6º, CAPUT, DA LEI N°. 11.101/05).

O referido conflito de competência recebeu, quando do julgamento do Agravo Regimental na Turma, a seguinte ementa:

<sup>12</sup> In SIMIONATO, Frederico A. Monte. Tratado de Direito Falimentar – Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 47.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES CONTRA O DEVEDOR - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO - PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA - CONFLITO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES E EXECUÇÕES SUSPENSAS POR FORÇA DO ART. 6º, CAPUT, DA LEI 11.101/05 É DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, AINDA QUE INICIADAS ANTES DO DEFERIMENTO DAQUELE PEDIDO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES LEGAIS, QUE NÃO SE VERIFICAM NO CASO CONCRETO.

2 - O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA, INSCULPIDO NO ART 47 DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS, PRECONIZA QUE "A RECUPERAÇÃO JUDICIAL TEM POR OBJETIVO VIABILIZAR A SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO DEVEDOR, A FIM DE PERMITIR A MANUTENÇÃO DA FONTE PRODUTORA, DO EMPREGO DOS TRABALHADORES E DOS INTERESSES DOS CREDORES, PROMOVENDO, ASSIM, A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA, SUA FUNÇÃO SOCIAL E O ESTÍMULO À ATIVIDADE ECONÔMICA". **MOTIVO PELO QUAL, SEMPRE QUE POSSÍVEL, DEVE-SE MANTER O ATIVO DA EMPRESA LIVRE DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL EM PROCESSOS INDIVIDUAIS.**

**3 - O DESTINO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA-RÉ EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NÃO PODE SER ATINGIDO POR DECISÕES PROLATADAS POR JUÍZO DIVERSO DAQUELE DA RECUPERAÇÃO, SOB PENA DE PREJUDICAR O FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO, COMPROMETENDO O SUCESSO DE SEU PLANO DE RECUPERAÇÃO.**

4. A QUESTÃO JURÍDICA AVENTADA NO AGRAVO REGIMENTAL ASSEMELHA-SE AO MÉRITO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA, RAZÃO PORQUE O JULGAMENTO DESTA, IMPLICA NA PREJUDICIALIDADE DAQUELE.

5. PRECEDENTES: CC 90.075/SP, REL. MIN. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ DE 04.08.08; CC 88661/SP, REL. MIN. FERNANDO GONÇALVES, DJ 03.06.08. (STJ - CC 79170 / SP - REL. MINISTRO CASTRO MEIRA - DJE 19/09/2008).

6. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

(CC 101552/AL, REL. MINISTRO HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 23/09/2009, DJE 01/10/2009)

Perceba Vossa Excelência que, no caso supracitado o arresto foi ajuizado anteriormente a *Recuperação Judicial*, mas, mesmo assim, entendeu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça pela suspensão dos efeitos da constrição, conforme se pode verificar no inteiro teor do acórdão ora anexado (**doc. 15**).



Desde o pioneiro “caso Varig”, o Min. Ari Pargendler deferiu no CC nº. 61.272 a liminar pleiteada, confirmando-a no julgamento final. Vejamos:

A JURISPRUDÊNCIA FORMADA À LUZ DO DECRETO-LEI Nº. 7.661, DE 1945, CONCENTROU NO JUÍZO DA FALÊNCIA AS AÇÕES PROPOSTAS CONTRA A MASSA FALIDA. A RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESTÁ NORTEADA POR OUTROS PRINCÍPIOS, MAS PARECE RAZOÁVEL PRESUMIR QUE ELA FICARIA COMPROMETIDA SE OS BENS DA EMPRESA PUDESSEM SER ARRESTATOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO. **DEFIRO, POR ISSO, A MEDIDA LIMINAR PARA QUE SEJA SOBRESTADA A AÇÃO DE RITO ESPECIAL** PROPOSTA PELO SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS E OUTROS CONTRA VARIG S/A VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE E OUTROS PERANTE O JUÍZO DO TRABALHO DA 5ª VARA DO RIO DE JANEIRO, RJ, **DESIGNANDO PROVISORIAMENTE O MM. JUÍZO DA 8ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO, RJ**” (FL. 52, 1º VOL.).

No mesmo sentido, destacam-se os precedentes do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás nos julgamentos dos **AGRAVOS DE INSTRUMENTO Nº 472995-08** (Rel. Juíza Elizabeth Maria da Silva, 3ª Câmara Cível, j. 20/04/2010), **486747-47** (Rel. Juíza Elizabeth Maria da Silva, 3ª Câmara Cível, j. 20/07/2010) e **472997-75** (Rel. Des. Rogério Arédio Ferreira, 3ª Câmara Cível, j. 30/04/2010), *in verbis*:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO. SUSPENSÃO. POSSIBILIDADE. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 6º E 49 DA LEI Nº 11.101/2005.

I – NÃO SENDO CASO DE DÍVIDA ILÍQUIDA E EXECUÇÃO FISCAL, QUALQUER AÇÃO QUE SE RELACIONE COM O DEVEDOR PODE SER SUSPensa, CONFORME EXEGESE DO ART. 6º, CAPUT, § 1º E 7º, DA REFERIDA NORMA. INCLUEM-SE, AQUI, OS CRÉDITOS EXISTENTES NA DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONFORME DISPOSTO NO ART. 49 DA MESMA LEI.

II – **MESMO TENDO A MEDIDA CONSTRITIVA DE ARRESTO SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS DA AGRAVANTE SIDO EFETIVADA EM DATA ANTERIOR AO DECRETO DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES, A MANUTENÇÃO DO GRAVAME COLIDI COM OS OBJETIVOS TRAÇADOS PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

(TJGO – AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº **472997-75** - REL. DES. ROGÉRIO ARÉDIO

FERREIRA, 3ª CÂMARA CÍVEL, J. 30/04/2010)

Resta, portanto, demonstrado que a competência, nesse caso, única e exclusiva para processar e julgar todas as questões que afetem o patrimônio do “**GRUPO CARGOPEX**” é deste Juízo processante do pedido de *Recuperação Judicial*.

Dessa forma, estando os créditos sujeitos à *Recuperação Judicial* não há razão de existir para as eventuais constrições decorrentes de processos individuais promovidos pelos credores, consoante vasto entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

#### 7.4. DA MANUTENÇÃO DOS BENS ESSENCIAIS AS ATIVIDADES EM POSSE DAS REQUERENTES

Com base no poder geral de cautela, mister ainda se faz seja concedida liminarmente, na decisão que deferir o processamento da *Recuperação Judicial*, medida de suspensão e abstenção de qualquer medida judicial ou extrajudicial de excussão de garantias outorgadas pelo “**GRUPO CARGOPEX**”, pelos seus sócios e demais garantidores, que impeça a venda ou retirada de bens essenciais às atividades do “**GRUPO CARGOPEX**”, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com fulcro na parte final do § 3º do artigo 49 c/c § 4º do artigo 6º da LRF, que assim dispõe:

ART. 49. ESTÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL TODOS OS CRÉDITOS EXISTENTES NA DATA DO PEDIDO, AINDA QUE NÃO VENCIDOS.

(...)

§3º TRATANDO-SE DE CREDOR TITULAR DA POSIÇÃO DE PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS, DE ARRENDADOR MERCANTIL, DE PROPRIETÁRIO OU PROMITENTE VENDEDOR DE IMÓVEL CUJOS RESPECTIVOS CONTRATOS CONTENHAM CLÁUSULA DE IRREVOGABILIDADE OU IRRETRATABILIDADE, INCLUSIVE EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, OU DE PROPRIETÁRIO EM CONTRATO DE VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO, SEU CRÉDITO NÃO SE SUBMETERÁ AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PREVALECERÃO OS DIREITOS DE PROPRIEDADE SOBRE A COISA E AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO RESPECTIVA, NÃO



SE PERMITINDO, CONTUDO, DURANTE O PRAZO DE SUSPENSÃO A QUE SE REFERE O § 4º DO ART. 6º DESTA LEI, A VENDA OU A RETIRADA DO ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR DOS BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS A SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL.

No presente caso, o “**GRUPO CARGOPEX**” firmou diversos contratos de Arrendamento Mercantil e Cédulas de Credito Bancários garantidas por Alienação Fiduciária de **VEÍCULOS** utilizados para o exercício das suas atividades. **(doc. 16)**

Os contratos somam a quantia aproximada de **R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais)** e não estariam sujeitos aos efeitos desta *Recuperação Judicial*, vez que a própria LRF, em seu art. 49, § 3º prevê a exclusão de referidos contratos.

Ocorre Excelência que, muito embora os contratos acima não se submetam aos efeitos da *Recuperação Judicial*, a não submissão e/ou não sujeição aos efeitos, poderá comprometer a reestruturação do “**GRUPO CARGOPEX**” vez que, como já dito, estão garantidos por **VEÍCULOS ESSENCIAIS** à execução das suas atividades, ou seja, a retiradas desses veículos da posse da “**GRUPO CARGOPEX**” inviabilizará todo o processo de reestruturação.

Com efeito, se estes contratos não forem submetidos as regras da LRF, a viabilização do processo de reestruturação e recuperação do “**GRUPO CARGOPEX**”, provavelmente, será comprometida.

Ademais, o “**GRUPO CARGOPEX**”, enquanto condicionadora da atividade econômica e da propriedade privada, através da sua função social, se tornou o paradigma de toda uma estrutura. É tão somente a partir do exercício de suas atividades que haverá o beneficiamento de toda a sociedade, o que a torna objeto primordial de tutela, enquanto dever-poder do Estado.

A preservação da empresa como princípio constitucional não está especificamente na busca pelo emprego, mas também, dentre outros, o princípio constitucional da função social da propriedade, visto que a Constituição Federal não admite a extinção de propriedades produtivas, o que seria uma incoerência em si, justamente quando da observância dos princípios da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho.

Desta forma Excelência, faz-se imperiosa a **determinação de medida (suspensão de medidas liminares de busca e apreensão) que impeça a retirada desses bens essenciais às atividades do “GRUPO CARGOPEX” como medida preventiva**, nos termos das decisões já pacificadas no Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, *in verbis*:

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE MÁQUINA MOTONIVELADORA. LIMINAR CONCEDIDA. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA AGRAVANTE COM DETERMINAÇÃO DE SOBRESTAMENTO DE TODAS AS AÇÕES E EXECUÇÕES EM ANDAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 6º, § 4º DA LEI 11.101/2005. O ART. 49, § 3º, DA LEI 11.101/2005, NÃO PERMITE QUE, DURANTE O PRAZO DE SUSPENSÃO DO ART. 6º, §4º, DESTA LEI, O BEM OBJETO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ESSENCIAL À ATIVIDADE DO DEVEDOR, COMO É O CASO DOS AUTOS, SEJA RETIRADO DA SUA POSSE. NECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO DA DEMANDA E DOS EFEITOS DA LIMINAR CONCEDIDA DURANTE O PRAZO ESTABELECIDO, A FIM DE QUE A AGRAVANTE PERMANEÇA NA POSSE DO BEM. RECURSO PROVIDO.

(TJSP – 34ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0019671-58.2013.8.26.0000 – JULGADO EM 22.04.13) **GRIFO NOSSO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO.** AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE LAVOURA DE CANA-DE-AÇÚCAR. DEVEDORA QUE REQUEREU A RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE RETOMADA DOS BENS OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APLICAÇÃO DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/05. RECURSO DESPROVIDO.

(...)

**AINDA QUE O CRÉDITO DO AGRAVANTE NÃO SE SUBMETA AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A RETOMADA, PELO CREDOR FIDUCIÁRIO, DE BENS ESSENCIAIS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL CONTRAPÕE-SE AOS OBJETIVOS DA RECUPERAÇÃO.**

(TJSP – 36ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2002204-32.2013.8.26.0000 – JULGADO EM 27.06.13) **GRIFO NOSSO**

**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO – DEVEDORA FIDUCIANTE EM REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – LEI Nº11.101/05 - SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DA LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DURANTE O PRAZO PREVISTO PELO ARTIGO 6º, PARÁGRAFO 4º, DA LEI 11.101/05 - ADMISSIBILIDADE. EMBORA O CRÉDITO DO AGRAVADO NÃO SE SUBMETA AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

PREVALECENDO, INCLUSIVE, TODOS OS DIREITOS DE PROPRIEDADE SOBRE A COISA E AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, NÃO SE PERMITE A VENDA OU A RETIRADA DO ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR DOS BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS À SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL DURANTE O PRAZO DE SUSPENSÃO DE 180 (CENTO E OITENTA DIAS) PREVISTO NO PARÁGRAFO 4.º DO ARTIGO 6º DO MESMO DIPLOMA LEGAL. RECURSO PROVIDO.

(...)

CONSOANTE SE EXTRAÍ DO REFERIDO TEXTO LEGAL, **EMBORA O CRÉDITO DO AGRAVADO NÃO SE SUBMETA AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PREVALECENDO, INCLUSIVE, TODOS OS DIREITOS DE PROPRIEDADE SOBRE A COISA E AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, NÃO SE PERMITE A VENDA OU A RETIRADA DO ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR DOS BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS À SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL DURANTE O PRAZO DE SUSPENSÃO DE 180 (CENTO E OITENTA DIAS) PREVISTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 6º DO MESMO DIPLOMA LEGAL.**

(TJSP – 30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2001597-19.2013.8.26.0000 – JULGADO EM 19.06.13) **GRIFO NOSSO**

Portanto, verifica-se que tal postulação é medida essencial para resguardar o “**GRUPO CARGOPEX**”, o direito de manter suas atividades, viabilizando sua efetiva recuperação, o que, ao final, viabilizará o recebimento dos créditos pelos credores, conforme *Plano de Recuperação Judicial*.

## 8. DO VALOR DA CAUSA

O artigo 47, da Lei 11.101/05, que regulamenta a *Recuperação Judicial*, dispõe que “*A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica*”.

Assim sendo, podemos dizer que a *Recuperação Judicial* constitui meio de preservação de empresas que se encontram em crise, objetivando, por meio de procedimentos específicos, a reorganização da atividade econômica, com a manutenção da fonte produtora, dos interesses dos credores, e, principalmente, dos trabalhadores.

Cumpra-se asseverar que a *Recuperação Judicial* foi a alternativa encontrada pelo “**GRUPO CARGOPEX**” para superar as suas dificuldades financeiras; para evitar a falência; preservar a atividade empresarial, a sua função social; honrar com os pagamentos de seus credores e, conseqüentemente, salvar os empregos diretos e indiretos.

É certo que a toda causa será atribuído um valor determinado e a doutrina e a jurisprudência têm se orientado no sentido de que este valor deve corresponder ao benefício econômico pretendido pela parte autora.

Entretanto, inexistente norma específica que defina o valor da causa em *Recuperação Judicial*, sendo assim, e não estando elencado nos casos previstos no art. 259 do Código de Processo Civil<sup>13</sup>, atribuiu-se à causa o valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil Reais)** “*meramente para fins fiscais*”.

A atribuição do valor da causa “meramente para fins fiscais” é utilizada na prática forense, conforme lição de Daniel Amorim Assumpção Neves:

“NÃO SENDO HIPÓTESE DE APLICAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL, CABERÁ AO AUTOR DESCOBRIR O VALOR REFERENTE À VANTAGEM ECONÔMICA QUE SE BUSCA COM A DEMANDA JUDICIAL. BASTA VERIFICAR O VALOR ECONÔMICO DO BEM DA VIDA MATERIAL PERSEGUIDO E INDICÁ-LO COMO VALOR DA CAUSA. **NÃO TENDO O BEM DA VIDA VALOR ECONÔMICO OU SENDO ESSE VALOR INESTIMÁVEL, CABERÁ AO AUTOR DAR QUALQUER VALOR À CAUSA, SENDO NESTE CASO COMUM A UTILIZAÇÃO NA PRAXE FORENSE DA EXPRESSÃO ‘MERAMENTE PARA FINS FISCAIS’**”. (GRIFO NOSSO) (MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, 3ª ED., SÃO PAULO: MÉTODO, 2011, P.301).

13 Art. 259. O valor da causa constará sempre da petição inicial e será:

- I - na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação;
- II - havendo cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles;
- III - sendo alternativos os pedidos, o de maior valor;
- IV - se houver também pedido subsidiário, o valor do pedido principal;
- V - quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico, o valor do contrato;
- VI - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais, pedidas pelo autor;
- VII - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, a estimativa oficial para lançamento do imposto.

Ademais, no processo de *Recuperação Judicial*, inexistente valor líquido e certo quando do ajuizamento da ação, uma vez que tudo dependerá do *Plano de Recuperação Judicial* e da deliberação dos credores em *Assembleia Geral de Credores*, inexistindo, portanto, benefício econômico imediato.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco já se posicionou acerca da questão do valor da causa quando inexistente valor líquido e certo ou benefício econômico imediato, nos seguintes termos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRELIMINAR DE NULIDADE DE DECISÃO POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEITADA. **HÁ POSSIBILIDADE DE ATRIBUIR À CAUSA VALOR PARA FINS MERAMENTE FISCAIS.** AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(...)

**BEM SE SABE QUE NAS CAUSAS EM QUE NÃO HÁ BENEFÍCIO IMEDIATO AO PROPONENTE DA AÇÃO, OU QUANDO NÃO HAJA UM VALOR LÍQUIDO E CERTO, CORRETA É A INDICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA DE MANEIRA GENÉRICA, NÃO INCORRENDO EM ERRO O AUTOR DA DEMANDA. (GRIFO NOSSO)**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0180832-8, 6ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, DES. REL. FERNANDO MARTINS, J. 07/10/09.

Ainda, a **1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, em decisão recente do Desembargador Relator Teixeira Leite, deu provimento ao recurso, por votação unânime em caso semelhante, quando da ausência de benefício patrimonial auferível, conforme se observa da ementa abaixo transcrita:

VALOR DA CAUSA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA DA INICIAL, PARA ADEQUAÇÃO AO VALOR DA CAUSA AO BENEFÍCIO ECONÔMICO PRETENDIDO. DECISÃO REFORMADA. AÇÃO DE NATUREZA DECLARATÓRIA. **AUSÊNCIA DE BENEFÍCIO PATRIMONIAL AUFERÍVEL.** RECURSO PROVIDO. (GRIFO NOSSO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2010900-57.2013.8.26.0000. J. 26/09/2013. TJSP.

Ora Excelência, o “**GRUPO CARGOPEX**” busca uma sentença homologatória de seu *Plano de Recuperação Judicial* junto aos credores, ou seja, uma sentença que tem por finalidade a transação entre as partes para o soerguimento da empresa mediante o cumprimento do plano, salvaguarda da

atividade econômica e dos empregos que gera, além de garantir a satisfação dos seus credores.

Em princípio, todas as despesas processuais são reembolsadas pelo sucumbente, que é o vencido na solução da lide quando da sentença de mérito, no entanto, **em Recuperação Judicial, não há que se falar em vencido ou vencedor na solução da lide**, quando estamos diante de um procedimento especial, com sentença homologatória de transação das partes. Portanto, justifica-se a atribuição do valor dado à causa para fins meramente fiscais.

Contudo, não sendo esse o entendimento desse MM. Juízo, em respeito ao princípio da eventualidade e em caráter subsidiário, atribui-se desde logo à causa o valor de R\$ 12.713.132,70 (doze milhões, setecentos e treze mil, cento e trinta e dois reais e setenta centavos), correspondente ao valor do débito total do “**GRUPO CARGOPEX**”.

Em tal caso, contudo, é indiscutível a impossibilidade do recolhimento de taxa judiciária no montante de R\$ 70.650,00 (setenta mil, seiscentos e cinquenta reais) pelo “**GRUPO CARGOPEX**”, correspondente ao valor das custas iniciais, que é de 1% (um por cento) sobre o valor da causa conforme preceitua o art. 1º da Lei nº 11.608/03, que dispõe sobre a taxa judiciária no Estado de São Paulo, tendo em vista a grave crise econômico-financeira pela qual o “**GRUPO CARGOPEX**” atravessa, sendo certo que, não disponibiliza de determinada quantia em seu caixa, sem que essa despesa venha prejudicar o desempenho de seus negócios e impossibilitar o pagamento de suas obrigações pecuniárias.

Sendo assim, e não sendo o entendimento de Vossa Excelência o de manter o valor “*meramente para fins fiscais*” atribuído à causa, requer-se a concessão do **diferimento do pagamento das custas para o final do processo**, com fundamento no art. 5º, da Lei 11.608/2003, procedimento autorizado também pela aplicação dos princípios consagrados na Lei 11.101/05, notadamente a preservação da empresa em recuperação judicial.

O Tribunal de Justiça de São Paulo também já se posicionou favoravelmente ao presente pedido, decidindo pela concessão do benefício do diferimento à empresa em recuperação judicial, como se vê das



seguintes decisões:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL LEI ESTADUAL Nº 11.608/03. **BENEFÍCIO DO DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DE CUSTAS. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA PRESUMIDA. RECURSO PROVIDO. **A SITUAÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL INDUZ A PRESUNÇÃO DE MOMENTÂNEA IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA QUE, POR SUA VEZ, AUTORIZA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE DIFERIMENTO DE PAGAMENTO DE CUSTAS,** COM BASE NA LEI ESTADUAL Nº 11.608/03. (PROCESSO: AI 1237944420128260000 SP 0123794-44.2012.8.26.0000, RELATOR (A):VICENTE DE ABREU AMADEI, JULGAMENTO: 31/07/2012, ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, PUBLICAÇÃO: 02/08/2012) (**GRIFO NOSSO**)

Ante o exposto, atribui-se à causa o valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil Reais)**, para “ *fins meramente fiscais*”.

Contudo, na hipótese de não ser deferida a manutenção do valor da causa, requer, desde já, subsidiariamente, a concessão do diferimento do pagamento das custas processuais para o final do processo.

## **9. DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, estando presentes todos os requisitos materiais e formais necessários à instrução do presente pedido de *Recuperação Judicial*, requer se digne Vossa Excelência a:

- a. Deferir, na forma do art. 52 da Lei nº 11.101/05, o processamento do presente pedido de *Recuperação Judicial*;
- b. Nomear administrador judicial devidamente habilitado para que assuma os encargos previstos, consoante regra do art. 22 da Lei nº 11.101/05;
- c. Determinar a dispensa da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Tributários, tanto para a prática dos atos necessários para a manutenção das suas atividades, quanto para viabilizar o presente pedido de *Recuperação Judicial*;

- d. Suspender, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias todas as ações e execuções movidas em face do “**GRUPO CARGOPEX**”, até ulterior deliberação desse juízo;
- e. Autorizar a apresentação das contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a presente *Recuperação Judicial*;
- f. Intimar o Ministério Público, bem como a comunicação por carta à Fazenda Pública Federal, Fazendas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e dos Municípios de Ribeirão Preto e Uberaba, para que tomem conhecimento da propositura do presente pedido de *Recuperação Judicial*;
- g. A expedição do competente Edital, a ser publicado no Diário da Justiça do Estado de São Paulo contendo todas as informações previstas no §1º do art. 52 da Lei nº 11.101/05;
- h. Conceder o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação em juízo do *Plano de Recuperação Judicial* do “**GRUPO CARGOPEX**” e sua posterior aprovação, mesmo em caso de discordância de alguns credores para, enfim, conceder em caráter definitivo a *Recuperação Judicial* do “**GRUPO CARGOPEX**”, mantendo seu atual administrador na condução de sua atividade empresarial, sob fiscalização do Ilustre Administrador Judicial e, se houver, do comitê de credores;
- i. As medidas acautelatórias urgentes requeridas no **item 7.1** desta petição inicial para se determinar a suspensão da exigibilidade dos títulos de créditos descontados junto a *Instituição Financeira Banco Safra S.A.*, situada na Avenida Paulista, nº 2.100, Cidade de São Paulo/SP, bem como medida de abstenção de atos de protesto dos mesmos títulos, devidamente discriminados no **doc. 13**, e de cancelamento dos protestos já efetivados, tudo para permitir a continuidade das atividades empresariais.
- j. Para garantir a efetividade da medida requerida acima (letra i), requer a expedição de ofício judicial endereçado *Instituição Financeira Banco Safra S.A.*, a fim de que cumpra a decisão, sob pena de caracterização de crime de desobediência:
- k. Ainda, como medida acautelatória, com base no exposto no **item 7.2.**,

determinar a quebra da trava domiciliar bancária das instituições financeiras **Banco Safra S.A. e Bando do Brasil S.A.**, determinando que as mesmas repassem ao “**GRUPO CARGOPEX**” os valores recebidos e a receber de seus clientes, referentes a títulos cedidos, no percentual da garantia de cada contrato, cujos valores a serem restituídos estão resumidamente descritos no quadro anexo. **(docs. 13 e 14) oficiando-se as instituições financeiras relacionadas abaixo**, para permitir a continuidade das atividades empresariais.

**Banco Safra S/A**

Avenida Paulista, 2100

São Paulo/SP

Cep.: 01310-930

**Banco do Brasil S/A**

Setor Bancário Sul, Quadra 4, Bloco C, Lote 32 – Edifício Sede III

Brasília/DF

- I. Necessária ainda, medida acautelatória, com base no exposto no **item 7.3.**, que impeça a excussão de bens essenciais às atividades do “**GRUPO CARGOPEX**” como medida preventiva, nos termos das decisões já pacificadas no Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo;
- m. Nos moldes dos argumentos trazidos no **item 7.4.**, a suspensão no prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias, de todas as ações ou execuções movidas contra o “**GRUPO CARGOPEX**”, bem como a expedição de ofício para a determinação de **suspensão de medidas liminares de busca e apreensão nos processos abaixo elencados, impedindo ainda a retirada de bens (VEICULOS) essenciais às atividades** do “**GRUPO CARGOPEX**”, **como medida preventiva (doc. 16):**
- **Deferida a liminar de Reintegração de Posse**  
Processo nº: 1015556-60.2016.8.26.0100  
22ª Vara Cível – Foro Central Cível  
Reintegração / Manutenção de Posse  
Requerente: **Ccb Brasil Arrendamento Mercantil S/A – Antigo BIC**

- **Deferida a liminar de Busca e Apreensão**

Processo nº: 1005550-71.2015.8.26.0506

4ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto/SP

Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: **Banco Itaú - Unibanco S/A**

- **Deferida a liminar de Busca e Apreensão**

Processo nº: 0004778-93.2015.4.03.6102

7ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto /SP

Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: **Caixa Econômica Federal**

Para tanto, protesta o “**GRUPO CARGOPEX**” pela apresentação de outros documentos e pela eventual retificação das informações e declarações constante desta petição e dos documentos que a instruem.

Requer ainda, a juntada das guias que comprovam o recolhimento das custas iniciais devidas (**doc. 17**).

Finalmente requer que todas as intimações sejam feitas em nome do advogado **ELIAS MUBARAK JUNIOR**, inscrito na **OAB/SP sob o nº 120.415**, com escritório à Av. Angélica, nº 1761, conjuntos 33/34, Bairro Higienópolis, município de São Paulo, Capital, CEP 01227-200, eis que regularmente representado nos autos.

Dá-se à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

São os termos em que,  
Pede e espera o respeitável deferimento.

Ribeirão Preto/SP, 17 de março de 2016.

**ELIAS MUBARAK JÚNIOR**

OAB/SP Nº120.415

**GILCIMARA RENATA ALBERGUINE SANDÁ**

OAB/SP Nº 214.805

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 02.913.263/0001-17, com sede a Rua Afonso Taranto, nº 210, sala 01, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740, neste ato devidamente representada por seu único sócio, **JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, empresário, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.162.018-1 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561.

**OUTORGADOS:** **ELIAS MUBARAK JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 120.415 e/ou **MARCUS DE SOUSA OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SP sob o n.º 252.425 e/ou **JACQUELINE PETRONILHA SABINO PEREIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº. 305.590 e/ou **GILCIMARA RENATA ALBERGUINE SANDÁ** brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº 214.805 e/ou **JOÃO PAULO BETARELLO DALLA MULLE**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 274.086 e/ou **THAIS LIE ENOMOTO NAKASAWA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 346.073 e/ou **LORENA MIL HOMENS RIELLA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP 245.220, todos com escritório na Avenida Angélica, nº 1761 – cj. 33 – Bairro Higienópolis, Tel./Fax (11) 3214-5525, São Paulo-SP.

**PODERES:** Clausula “*ad judicia et extra*” para o foro em geral e os especiais para acordar, discordar, transigir, receber, dar quitação e desistir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva, o presente instrumento, para o fim especial de poder, ditos procuradores, representarem o outorgante em todas as instancias, o que será dado por firme e valioso, em juízo ou fora dele, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, especialmente para propor Ação de *Recuperação Judicial*.

Ribeirão Preto/SP, 01 de março de 2016.

  
**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.**

**JOSÉ ADRIANO GUERRA**



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** **RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES**

**E LOGISTICA LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.931.835/0001-81, com sede a Rua Afonso Taranto, nº 210, sala 07, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740, neste ato devidamente representada por seu único sócio, **JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, empresário, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.162.018-1 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561.

**OUTORGADOS:** **ELIAS MUBARAK JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 120.415 e/ou **MARCUS DE SOUSA OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SP sob o n.º 252.425 e/ou **JACQUELINE PETRONILHA SABINO PEREIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº. 305.590 e/ou **GILCIMARA RENATA ALBERGUINE SANDÁ** brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº 214.805 e/ou **JOÃO PAULO BETARELLO DALLA MULLE**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 274.086 e/ou **THAIS LIE ENOMOTO NAKASAWA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 346.073 e/ou **LORENA MIL HOMENS RIELLA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP 245.220, todos com escritório na Avenida Angélica, nº 1761 – cj. 33 – Bairro Higienópolis, Tel./Fax (11) 3214-5525, São Paulo-SP.

**PODERES:** Clausula “*ad judicia et extra*” para o foro em geral e os especiais para acordar, discordar, transigir, receber, dar quitação e desistir, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva, o presente instrumento, para o fim especial de poder, ditos procuradores, representarem o outorgante em todas as instancias, o que será dado por firme e valioso, em juízo ou fora dele, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, especialmente para propor Ação de *Recuperação Judicial*.

Ribeirão Preto/SP, 01 de março de 2016.

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.**

JOSÉ ADRIANO GUERRA



**CONVÊNIO**  
E. R. Ribeirão Preto



fls. 47  
**JUCESP PROTOCOLO**  
**0.196.342/16-8**



**21ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE**

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA.**

CNPJ nº 02.913.263/0001-17

NIRE nº 35.216.732.238

**JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, natural de Igarapava/SP, nascido em 11/11/1975, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561; e

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.**, sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 11.931.835/0001-81, inscrita no NIRE nº 3522407128-8, situada na Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 07, Bairro Nova Ribeirânia, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740, neste ato, representada por seu sócio administrador, **JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561.

Na condição de únicos sócios da sociedade empresária limitada, denominada **GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA.**, constituída em 28/12/1998, inscrita na Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.216.732.238 e no Ministério da Fazenda sob o nº 02.913.263/0001-17, sendo a última alteração registrada na JUCESP sob o nº 330.916/15-4, em 10/08/2015, resolvem deliberar sobre as alterações seguintes:

**A) DA ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E EXCLUSÃO DO NOME FANTASIA**

A sociedade em comento resolve alterar a sua denominação social para **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.**

1

Levando em consideração a alteração da denominação social transcrita acima, a sociedade delibera pela exclusão do nome fantasia.

Em razão destas alterações, a **CLÁUSULA 1ª**, passará a ter a seguinte redação:

*"Cláusula 1ª: Sob a denominação social de **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA**, se encontra constituída a sociedade limitada que se regerá por este Contrato Social e nos moldes da Lei 10.406/2002, mediante as cláusulas e condições seguintes".*

**B) DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL,**

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE**

**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.**

**CNPJ nº 02.913.263/0001-17**

**NIRE nº 35.216.732.238**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Cláusula 1ª:** Sob a denominação social de **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA**, se encontra constituída a sociedade limitada que se regerá por este Contrato Social e nos moldes da Lei 10.406/2002, mediante as cláusulas e condições seguintes.

**Cláusula 2ª:** A sociedade possui sua sede administrativa sita à Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 01, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14096-740, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, a critério dos sócios quotistas.

**Parágrafo Único:** A empresa apresenta 01 (uma) filial constituída:

- a) Município de Uberaba (MG), Avenida Filomena Cartafina, nº 22031, sala nº 22, Bairro Recreio dos Bandeirantes, CEP- 38.040-450, devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob nº 02.913.263/0002-06 - NIRE 31901370199.

**Cláusula 3ª:** A sociedade tem como objeto social a prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas em geral, inclusive produtos perigosos e mudanças, no âmbito municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, comércio a varejo e por atacado de veículos automotores e implementos rodoviários, comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores, comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, manutenção e reparação de veículos automotores; representação comercial de veículos automotores (varejo e atacado) e intermediação do comércio de peças e acessórios para veículos automotores.

**Cláusula 4ª:** O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

## **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS**

**Cláusula 5ª:** O capital social é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, dividido em 700.000 (setecentos mil) quotas de capital indivisíveis, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas pelo sócio da seguinte forma:

Sócios	Nº de quotas	% de Participação	Capital Social em R\$
José Adriano Guerra	560.000	80%	560.000,00
Rodoguerra Consultoria em Transportes e Logística Ltda.	140.000	20%	140.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>700.000</b>	<b>100%</b>	<b>700.000,00</b>

**Parágrafo Único:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, haja vista a total integralização do Capital Social, conforme preceitua o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

### **CAPÍTULO III - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS**

**Cláusula 6ª:** O exercício social inicia-se no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada ano e encerra-se no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, data que será levantada o balanço geral anual da sociedade.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade poderá levantar balanços intermediários, para todos os fins e efeitos legais, até mesmo para distribuição de lucros, a qual será procedida com base no número de quotas do capital social.

**Parágrafo Segundo:** A participação de cada sócio nos lucros e perdas corresponderá à exata proporção de suas respectivas quotas.

### **CAPÍTULO IV - DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS E DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula 7ª:** As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria simples, computando-se o número de quotas de cada sócio, sendo que, cada quota representará um voto.

**Parágrafo único:** Para as deliberações referentes à destituição de sócio administrador, modificação do contrato social, incorporação, fusão, dissolução da sociedade, cessação do estado de liquidação, compra e venda de bens móveis ou imóveis será necessária a aprovação dos votos correspondentes a  $\frac{2}{3}$  do capital social da sociedade.

**Cláusula 8ª:** A sociedade será administrada pelo sócio **JOSÉ ADRIANO GUERRA**, sendo-lhe vedada a utilização da sociedade em negócios alheios ao interesse da mesma, sendo-lhe atribuídos todos os poderes necessários para a gestão da sociedade, podendo, inclusive, constituir procuradores para representá-lo nos atos necessários.

#### **CAPÍTULO V- DA NEGOCIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

**Cláusula 9ª:** As participações dos quotistas nas sociedades são livremente negociáveis entre eles, nos termos da lei. O quotista que desejar aliená-las ou transferi-las, deverá, inicialmente, oferecê-las à sociedade. A oferta será feita através de carta proposta, com aviso de recebimento, manifestando-se o representante da sociedade, por igual modo, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do seu recebimento. Aceita a proposta, terão os interessados prazo de 30 (trinta) dias para efetivarem a negociações, firmando os respectivos documentos legais, sob pena de seu automático desfazimento.

**Parágrafo Primeiro:** Para fins de alienação das participações societárias será levantado balanço para apurar o valor patrimonial das quotas, o valor contábil, com defasagem de no máximo 90 (noventa dias) da data.

**Parágrafo Segundo:** Em nenhuma hipótese, sob pena de responsabilidade pessoal, civil e criminal, os quotistas poderão assumir compromissos ou contrair obrigações em nome da sociedade, em negócios que lhe não digam respeito.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de nenhum quotista manifestar interesse na aquisição das participações societárias, ficará o proponente livre para oferecê-las a terceiros interessados, desde que em condições iguais ou superiores àquelas oferecidas aos demais quotistas.

**Cláusula 10ª:** Ao quotista que dissentir do ingresso de terceiro na sociedade fica assegurado o direito de recesso, hipótese em que o valor da sua participação societária será calculado conforme o disposto na cláusula 9.

**Cláusula 11ª:** Será nula de pleno direito, não produzindo nenhum efeito válido, a oferta ou alienação de participações societárias que não atendam ao disposto nas cláusulas 9 e 10 deste contrato.

#### **CAPÍTULO VI - DA MORTE OU AUSÊNCIA DE QUOTISTAS**

**Cláusula 12ª:** O falecimento de algum dos quotistas não implicará na dissolução, liquidação e extinção da sociedade que remanescerá entre os demais e os herdeiros do falecido, se assim o desejarem. Optando pela permanência na sociedade, os herdeiros do quotista desaparecido deverão indicar um

5

dentre eles para representá-los após o término do respectivo processo de inventário, efetuando-se a competente alteração no contrato da sociedade. Caso resolvam se retirarem da sociedade, porém, os haveres serão calculados pelo modo previsto nos parágrafos 1º a 3º da cláusula 9 deste contrato.

**Cláusula 13ª:** A declaração judicial de ausência de quotista produzirá os mesmos efeitos previstos na Cláusula 12 deste contrato.

#### **CAPÍTULO VII- DA INTERDIÇÃO DE QUOTISTAS**

**Cláusula 14ª:** Decretada por decisão irrecorrível a interdição de algum quotista, competirá ao Curador nomeado e compromissado representá-lo na administração de seus interesses, vedada, porém, a sua participação na gestão dos negócios da sociedade.

#### **CAPÍTULO VIII - DA INSOLVÊNCIA DE QUOTISTA**

**Cláusula 15ª:** A insolvência de qualquer dos quotistas, judicialmente declarada, acarretará a sua exclusão da sociedade hipótese em que os seus haveres serão calculados, fixados e pagos no Juízo da insolvência nas mesmas condições previstas na Cláusula 9ª.

**Parágrafo único:** Eventual recusa do quotista declarado insolvente a se despedir voluntariamente da sociedade implicará na sua exclusão forçada pelos demais que representem a maioria ou paridade equivalente a do sócio insolvente, no capital social, mediante alteração contratual.

#### **CAPÍTULO IX - DO DIREITO DE RECESSO**

**Cláusula 16ª:** Ao quotista que dissente das deliberações da maioria quotas de capital, fica assegurado o direito de se despedir da sociedade, hipótese em que os seus haveres serão calculados, fixados e pagos pelo modo previsto nos parágrafos 1º a 3º da cláusula 9ª deste contrato.



#### **CAPÍTULO X - DO FORO**

**Cláusula 17ª:** Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Preto (SP), para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 18ª:** Em qualquer hipótese em que ocorra o exercício do direito de recesso por qualquer quotista ou seus respectivos herdeiros, deverão ser preservados os elevados interesses da sociedade, de modo a lhe serem assegurados recursos suficientes à consecução de seus objetivos e metas, ainda que isto implique em se diferir o atendimento dos interesses particulares do quotista que se afasta.

**Cláusula 19ª:** Segundo remissão ao art. 997, determinada pelo art. 1.054, ambos da Lei 10.406/2002, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais (art. 997, VIII).

**Cláusula 20ª:** O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Estando, assim, de pleno acordo com relação a cada uma e a todas as cláusulas consolidadas desde contrato, assinam-no em 03 (três) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas adiante nomeadas, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Ribeirão Preto (SP), 01 de fevereiro de 2016.

  
**JOSÉ ADRIANO GUERRA**

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.**

José Adriano Guerra

Testemunhas:

Rafaela Caanucci  
 Nome: Rafaela Caanucci  
 CPF nº 264.980.848-98  
 RG nº 25597378-0 - SSP/SP

Camila Cuboni Leones  
 Nome: Camila Cuboni Leones  
 CPF nº 042.572.691-62  
 RG nº 1945542-9 SSP/MT





3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE  
RODOGUERRA TRANSPORTES LTDA.

NIRE nº 3522407128-8

CNPJ nº 11.931.835/0001-81

**JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, natural de Igarapava/SP, nascido em 11/11/1975, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561; e

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA.**, sociedade empresária limitada devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.913.263/0001-17, inscrita no NIRE nº 35.216.732.238, com sede localizada na Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 01, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740, neste ato, representada por seu sócio administrador, **José Adriano Guerra**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.098-561.

Na condição de únicos sócios da sociedade empresária limitada, denominada **RODOGUERRA TRANSPORTES LTDA.**, constituída em 09/03/2010, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3522407128-8, e no Ministério da Fazenda sob o nº 11.931.835/0001-81, sendo a última alteração registrada na JUCESP sob o nº 264.485/15-4, em 16/07/2015, resolvem, em comum acordo, deliberar sobre as seguintes alterações:

#### A) DA ALTERAÇÃO DA DENONIMAÇÃO SOCIAL

A sociedade em comento resolve alterar a sua denominação social para **RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.**

Em razão desta alteração, a **CLÁUSULA II – DA DENONIMAÇÃO SOCIAL** passará a ter a seguinte redação:

“A sociedade gira sob a denominação social de **RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA**”.

#### B) DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA III – DO OBJETO SOCIAL

Neste ato, a sociedade empresária limitada, resolve alterar seu objeto social para prestação de serviços de consultoria e orientação em transporte e logística.

Em razão desta alteração, a **CLÁUSULA III – DO OBJETO SOCIAL** passará a ter a seguinte redação:

“A Sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e orientação em transporte e logística”.

#### C) DA MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE SOCIAL

A sociedade resolve alterar o endereço da sede social instalada na Via de Acesso a SP 330, nº 734, sala 15, CEP 14540-000, no município de Igarapava, Estado de São Paulo, para o município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 07, Bairro Nova Ribeirânia, CEP 14.096-740.

JUL 10 2016

10

Em razão da alteração do endereço da sede social, nos termos acima mencionados, a **CLÁUSULA IV – DA SEDE SOCIAL** passará a ter a seguinte redação:

“A sociedade tem sua sede administrativa na Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 07, Bairro Nova Ribeirânia, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, a critério dos sócios quotistas”.

#### **D) DA MUDANÇA DO FORO DE ELEIÇÃO**

Levando em consideração a alteração da sede social transcrita acima, a sociedade estabelece o foro de eleição no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Assim, em razão da alteração do foro de eleição, a **CLÁUSULA XVIII – DO FORO DE ELEIÇÃO** passará a redação:

“Fica eleito o foro de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato”.

#### **E) DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

3522407128-8

**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE**  
**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.**

NIRE nº 3522407128-8

CNPJ nº 11.931.835/0001-81

**DA SOCIEDADE – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CLÁUSULA I – DO TIPO DE SOCIEDADE**

A sociedade ora constituída será empresária do tipo limitada e se regerá pelas cláusulas e condições deste contrato social e nos casos omissos pelo Código Civil com a regência supletiva pelas normas da Sociedade Anônima.

**CLÁUSULA II – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade gira sob a denominação social de **RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.**

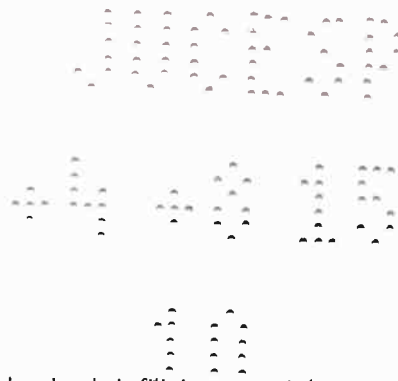
**CLÁUSULA III – DO OBJETO SOCIAL**

A Sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e orientação em transporte e logística.

**CLÁUSULA IV – DA SEDE SOCIAL**

A sociedade tem sua sede administrativa na Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 07, Bairro Nova Ribeirânia, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo,





CEP 14.096-740, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, a critério dos sócios quotistas.

#### CLÁUSULA V – DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Considerar-se-á como início da sociedade a data do registro do seu ato constitutivo no órgão competente, sendo que, o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

#### DAS QUOTAS

#### CLÁUSULA VI – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país, dividido em 210.000 (duzentas e dez mil) quotas de capital indivisíveis, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

Sócios	Nº de quotas	% de Participação	Capital Social em R\$
José Adriano Guerra	105.000	50%	105.000,00
Guerra & Guerra Transportes Ltda.	105.000	50%	105.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>210.000</b>	<b>100%</b>	<b>210.000,00</b>

§ 1º - Dada a total integralização do capital social, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo assim, os mesmos não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais;

JUL 15 2016

11

§ 2º - As quotas do capital social são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais do que um titular para cada quota. Cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais.

#### **CLÁUSULA VII – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA**

As quotas do capital social, assim como os direitos sobre as mesmas, não poderão ser transferidas, vendidas, alienadas, entregues em dação de pagamento ou cedidas a qualquer título, sem que as mesmas sejam oferecidas aos outros sócios, que em condições de igualdade, terão sempre o direito de preferência em sua aquisição;

§ 1º - Se algum sócio pretender transferir, vender, alienar e ceder, mesmo em dação de pagamento suas quotas, o mesmo deverá dar ciência de tal fato aos outros sócios, comunicando este por escrito para que, no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, os mesmos, também por escrito, possam exercer o direito de preferência em condições de igualdade;

§ 2º - O não exercício por parte dos outros sócios, quanto ao direito de preferência no prazo fixado no § 1º, permitirá que os sócios alienantes efetuem a transferência das quotas oferecidas.

#### **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

#### **CLÁUSULA VIII – DA DESIGNAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E SEUS PODERES**

A administração da sociedade poderá ser exercida pelos administradores sócios ou não sócios, designados em contrato.

§ 1º - Os administradores da sociedade a representarão ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, poderão ainda, praticar em conjunto ou isoladamente, todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, de modo inclusive, a incrementar as atividades do objeto social da sociedade.

4

6

JULIO  
4 4 15

11

§ 2º - A utilização da denominação social é de uso exclusivo dos administradores nomeados neste ato, sendo vedado, no entanto, o uso em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos sócios, administradores ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a observância do disposto na alínea *a* da Cláusula IX;

§ 3º - Os administradores designados poderão constituir procuradores com poderes especiais, devendo esses poderes, terem prazo de validade determinado e específico, exceto os relativos às procurações *ad judicium*;

§ 4º - Fica designado, neste ato, o seguinte administrador:



a) **JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, natural de Igarapava/SP, nascido em 11/11/1975, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561.

#### CLÁUSULA IX - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas:

a) pelo correspondente a no mínimo  $\frac{3}{4}$  do capital social nos casos de modificação do contrato social e de incorporação, fusão, dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, bem como, nos atos que impliquem em venda, hipoteca, alienação ou oneração, por qualquer outra forma, de bens imóveis da sociedade, ou de alienação total da sociedade;

b) pelos votos correspondentes a mais de  $\frac{1}{2}$  do capital social, nos casos de designação e destituição dos administradores, o modo de sua remuneração e o pedido de concordata;

  
  
7

c) pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos.

#### **CLÁUSULA X – DAS FORMALIDADES DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões convocadas pelo administrador.

§ 1º - A convocação dos sócios se dará mediante correspondência registrada ou notificação extrajudicial endereçada ao mesmo, onde será dada a ciência da reunião, inclusive no que concerne ao local, data, hora e ordem do dia;

§ 2º - A convocação dos sócios será dispensada quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia;

§ 3º - As reuniões também serão dispensadas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto das mesmas;

§ 4º - As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes;

#### ***DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO E DA CISÃO DA SOCIEDADE E DO DIREITO DE RETIRADA***

#### **CLÁUSULA XI - DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO E DA CISÃO DA SOCIEDADE**

Por deliberação de  $\frac{3}{4}$  do capital votante, a sociedade poderá se transformar, podendo adotar forma jurídica diversa da atual, poderá ainda, incorporar ou ser incorporada, fundir-se ou cindir-se.

## CLÁUSULA XII - DO DIREITO DE RETIRADA

Terá o direito de retirada, o sócio que dissentir da modificação do contrato social, da transformação, fusão, cisão ou da sociedade, e ainda, incorporação de outra, ou dela por outra;

§1º - Poderá ainda, retirar-se da sociedade qualquer sócio, desde que notifique o outro sócio, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sendo porém, facultado ao outro, nos trinta dias subseqüentes à notificação optar pela dissolução da sociedade;

§ 2º - A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de 90 dias, a partir da liquidação, salvo acordo em contrário, celebrado entre a sociedade e o sócio retirante.

## *DO FALECIMENTO E DA DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO DO SÓCIO*

### **CLÁUSULA XIII – DAS DIPOSIÇÕES QUANTO AO FALECIMENTO E A DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO DO SÓCIO**

Dando-se o falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, ficando os sócios remanescentes, obrigados a levantar um Balanço Patrimonial da sociedade, dentro de trinta dias após o falecimento ou interdição e pagar ao meeiro e aos herdeiros do sócio falecido ou ao representante do sócio que for declarado interdito, o valor patrimonial das quotas possuídas pelo sócio falecido ou interdito. Poderá ainda, o sócio sobrevivente, caso haja conveniência, dar continuidade à sociedade, juntamente com os herdeiros do sócio falecido, caso isto não ocorra, deverá haver o ingresso de novo sócio para recompor a pluralidade da sociedade dentro de 180 dias.

§ 1º - Os meeiros e os herdeiros do sócio falecido ou o representante do sócio que for declarado interdito somente poderão ingressar na sociedade, desde que haja a concordância dos sócios remanescentes;

JULIO  
+ 10 15

11

§ 2º - Em tendo ocorrido o falecimento de um dos sócios, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de administração;

§ 3º - Em ocorrendo a interdição, o curador não terá poderes de administração;

§ 4º - O valor patrimonial, apurado no Balanço Patrimonial da sociedade será pago aos herdeiros do sócio falecido ou ao representante do interdito, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

#### **DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS**

#### **CLÁUSULA XIV - DO EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de Janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de Dezembro de cada ano.

#### **CLÁUSULA XV – DO BALANÇO**

Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico onde serão demonstrados os lucros e prejuízos acumulados, a origem e as aplicações dos recursos e o resultado do exercício, que deverão ser apresentadas aos sócios nos quatro meses seguintes ao término do exercício para deliberação e aprovação.

§ 1º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso;

§ 2º - Os lucros líquidos apurados serão distribuídos aos sócios na proporção das quotas que cada um possuir ou permanecerão em conta suspensa para futura incorporação ao capital social;



JUL 2016  
4 15

10

§ 3º - Se houver prejuízo, poderá o mesmo ficar em conta suspensa para compensação com lucros dos exercícios seguintes;

§ 4º - Poderão ser levantados balanços intermediários para efeito de distribuição dos resultados apurados aos sócios;

§ 5º - Por força de disposição legal, os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

#### CLÁUSULA XVI – DA RETIRADA *PRO LABORE*

Os sócios poderão, por mera deliberalidade e de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de *pro labore*, observadas as disposições regulamentares pertinentes, cujo valor será lançado na conta de despesas da sociedade.

#### DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

#### CLÁUSULA XVII – DO DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em impedimentos legais que vedem o exercício da administração da sociedade por lei especial, ou tenham sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, nos termos do § 1º do art. 1.011 do Código Civil vigente.

### CLÁUSULA XVIII – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o foro de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração de Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, dando tudo por bom, firme e valioso.

Ribeirão Preto (SP), 31 de julho de 2015.

Sócios:



JOSÉ ADRIANO GUERRA



GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA.

José Adriano Guerra

Administrador:



JOSE ADRIANO GUERRA

Testemunhas:

Talita Musembani

CPF nº 351.865.128-50

RG nº 45.987.229-1 SSP/SP

Lucas Paulo Souza Oliveira

CPF nº 375.980.558-23

RG nº 46.315.550-6 SSP/SP



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO

FLÁVIA REGINA BRITO  
SECRETÁRIA GERAL

330.727/15-1



JUCESP



**4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE****RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.**

NIRE nº 3522407128-8

CNPJ nº 11.931.835/0001-81

**JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, natural de Igarapava/SP, nascido em 11/11/1975, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561; e

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA.**, sociedade empresária limitada devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.913.263/0001-17, inscrita no NIRE nº 35.216.732.238, com sede localizada na Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 01, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740, neste ato, representada por seu sócio administrador, **José Adriano Guerra**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.098-561.

Na condição de únicos sócios da sociedade empresária limitada, denominada **RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA**, constituída em 09/03/2010, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3522407128-8, e no Ministério da Fazenda sob o nº 11.931.835/0001-81, sendo a última alteração registrada na JUCESP sob o nº 330.727/15-1, em 04/08/2015, resolvem, em comum acordo, deliberar sobre as seguintes alterações:

**A) DA ALTERAÇÃO DA DENONIMAÇÃO SOCIAL**

A sociedade em comento resolve alterar a sua denominação social para **CARGOPEX CONSULTORIA LTDA**.

Em razão desta alteração, a **CLÁUSULA II – DA DENONIMAÇÃO SOCIAL** passará a ter a seguinte redação:

*“A sociedade gira sob a denominação social de **CARGOPEX CONSULTORIA LTDA**”.*

## **B) DA ATUALIZAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA SÓCIA**

A sócia **GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA** deliberou pela alteração da denominação social para **CARGOPEX TRANSPORTES LTDA**, conforme o registro da 21ª Alteração Contratual.

Levando em consideração a alteração da denominação social da sócia, atualize-se, neste ato, a **CLÁUSULA VI – DO CAPITAL SOCIAL**, para constar no quadro social:

### **“CLÁUSULA VI – DO CAPITAL SOCIAL**

*O capital social é de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país, dividido em 210.000 (duzentas e dez mil) quotas de capital indivisíveis, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas pelos sócios da seguinte forma:*

<b>Sócios</b>	<b>Nº de quotas</b>	<b>% de Participação</b>	<b>Capital Social em R\$</b>
<i>José Adriano Guerra</i>	<i>105.000</i>	<i>50%</i>	<i>105.000,00</i>
<i>Cargopex Transportes Ltda.</i>	<i>105.000</i>	<i>50%</i>	<i>105.000,00</i>
<b>TOTAL</b>	<b>210.000</b>	<b>100%</b>	<b>210.000,00</b>

*§ 1º - Dada a total integralização do capital social, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo assim, os mesmos não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais;*

*§ 2º - As quotas do capital social são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais do que um titular para cada quota. Cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais”.*

## **C) DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE**  
**CARGOPEX CONSULTORIA LTDA.**

NIRE nº 3522407128-8

CNPJ nº 11.931.835/0001-81

**DA SOCIEDADE – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CLÁUSULA I – DO TIPO DE SOCIEDADE**

A sociedade ora constituída será empresária do tipo limitada e se regerá pelas cláusulas e condições deste contrato social e nos casos omissos pelo Código Civil com a regência supletiva pelas normas da Sociedade Anônima.

**CLÁUSULA II – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade gira sob a denominação social de **CARGOPEX CONSULTORIA LTDA.**

**CLÁUSULA III – DO OBJETO SOCIAL**

A Sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e orientação em transporte e logística.

**CLÁUSULA IV – DA SEDE SOCIAL**

A sociedade tem sua sede administrativa na Rua Afonso Taranto, nº 210, Andar Superior, Sala 07, Bairro Nova Ribeirânia, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-740, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, a critério dos sócios quotistas.

#### CLÁUSULA V – DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Considerar-se-á como início da sociedade a data do registro do seu ato constitutivo no órgão competente, sendo que, o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

#### DAS QUOTAS

#### CLÁUSULA VI – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país, dividido em 210.000 (duzentas e dez mil) quotas de capital indivisíveis, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

Sócios	Nº de quotas	% de Participação	Capital Social em R\$
José Adriano Guerra	105.000	50%	105.000,00
Cargopex Transportes Ltda.	105.000	50%	105.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>210.000</b>	<b>100%</b>	<b>210.000,00</b>

§ 1º - Dada a total integralização do capital social, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo assim, os mesmos não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais;

§ 2º - As quotas do capital social são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais do que um titular para cada quota. Cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais.

#### CLÁUSULA VII – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

As quotas do capital social, assim como os direitos sobre as mesmas, não poderão ser transferidas, vendidas, alienadas, entregues em dação de pagamento ou cedidas a qualquer título, sem que as mesmas sejam oferecidas aos outros sócios, que em condições de igualdade, terão sempre o direito de preferência em sua aquisição;



§ 1º - Se algum sócio pretender transferir, vender, alienar e ceder, mesmo em dação de pagamento suas quotas, o mesmo deverá dar ciência de tal fato aos outros sócios, comunicando este por escrito para que, no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, os mesmos, também por escrito, possam exercer o direito de preferência em condições de igualdade;

§ 2º - O não exercício por parte dos outros sócios, quanto ao direito de preferência no prazo fixado no § 1º, permitirá que os sócios alienantes efetuem a transferência das quotas oferecidas.

#### **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

#### **CLÁUSULA VIII – DA DESIGNAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E SEUS PODERES**

A administração da sociedade poderá ser exercida pelos administradores sócios ou não sócios, designados em contrato.

§ 1º - Os administradores da sociedade a representarão ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, poderão ainda, praticar em conjunto ou isoladamente, todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, de modo inclusive, a incrementar as atividades do objeto social da sociedade.

§ 2º - A utilização da denominação social é de uso exclusivo dos administradores nomeados neste ato, sendo vedado, no entanto, o uso em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos sócios, administradores ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a observância do disposto na alínea *a* da Cláusula IX;

§ 3º - Os administradores designados poderão constituir procuradores com poderes especiais, devendo esses poderes, terem prazo de validade determinado e específico, exceto os relativos às procurações *ad judícia*;

§ 4º - Fica designado, neste ato, o seguinte administrador:

- a) **JOSÉ ADRIANO GUERRA**, brasileiro, natural de Igarapava/SP, nascido em 11/11/1975, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 24.162.018-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.828-00, residente e domiciliado à

Avenida Afonso Valera, nº 251, casa 04, Bairro Recreio das Acácias, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14098-561.

#### **CLÁUSULA IX - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS**

As deliberações dos sócios serão tomadas:

- a) pelo correspondente a no mínimo  $\frac{3}{4}$  do capital social nos casos de modificação do contrato social e de incorporação, fusão, dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, bem como, nos atos que impliquem em venda, hipoteca, alienação ou oneração, por qualquer outra forma, de bens imóveis da sociedade, ou de alienação total da sociedade;
- b) pelos votos correspondentes a mais de  $\frac{1}{2}$  do capital social, nos casos de designação e destituição dos administradores, o modo de sua remuneração e o pedido de concordata;
- c) pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos.

#### **CLÁUSULA X – DAS FORMALIDADES DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões convocadas pelo administrador.

§ 1º - A convocação dos sócios se dará mediante correspondência registrada ou notificação extrajudicial endereçada ao mesmo, onde será dada a ciência da reunião, inclusive no que concerne ao local, data, hora e ordem do dia;

§ 2º - A convocação dos sócios será dispensada quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia;

§ 3º - As reuniões também serão dispensadas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto das mesmas;

§ 4º - As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes;

**DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO E DA CISÃO DA SOCIEDADE E DO DIREITO DE  
RETIRADA**

**CLÁUSULA XI - DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO E DA CISÃO DA SOCIEDADE**

Por deliberação de  $\frac{3}{4}$  do capital votante, a sociedade poderá se transformar, podendo adotar forma jurídica diversa da atual, poderá ainda, incorporar ou ser incorporada, fundir-se ou cindir-se.

**CLÁUSULA XII - DO DIREITO DE RETIRADA**

Terá o direito de retirada, o sócio que dissente da modificação do contrato social, da transformação, fusão, cisão ou da sociedade, e ainda, incorporação de outra, ou dela por outra;

§1º - Poderá ainda, retirar-se da sociedade qualquer sócio, desde que notifique o outro sócio, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sendo porém, facultado ao outro, nos trinta dias subsequentes à notificação optar pela dissolução da sociedade;

§ 2º - A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de 90 dias, a partir da liquidação, salvo acordo em contrário, celebrado entre a sociedade e o sócio retirante.

**DO FALECIMENTO E DA DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO DO SÓCIO**

**CLÁUSULA XIII – DAS DIPOSIÇÕES QUANTO AO FALECIMENTO E A DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO DO  
SÓCIO**

Dando-se o falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, ficando os sócios remanescentes, obrigados a levantar um Balanço Patrimonial da sociedade, dentro de trinta dias após o falecimento ou interdição e pagar ao meeiro e aos herdeiros do sócio falecido ou ao representante do sócio que for declarado interdito, o valor patrimonial das quotas possuídas pelo sócio falecido ou interdito. Poderá ainda, o sócio sobrevivente, caso haja conveniência, dar continuidade à sociedade, juntamente com os herdeiros do sócio falecido, caso isto não ocorra, deverá haver o ingresso de novo sócio para recompor a pluralidade da sociedade dentro de 180 dias.

§ 1º - Os meeiros e os herdeiros do sócio falecido ou o representante do sócio que for declarado interdito somente poderão ingressar na sociedade, desde que haja a concordância dos sócios remanescentes;

§ 2º - Em tendo ocorrido o falecimento de um dos sócios, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de administração;

§ 3º - Em ocorrendo a interdição, o curador não terá poderes de administração;

§ 4º - O valor patrimonial, apurado no Balanço Patrimonial da sociedade será pago aos herdeiros do sócio falecido ou ao representante do interdito, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

#### ***DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS***

#### **CLÁUSULA XIV - DO EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de Janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de Dezembro de cada ano.

#### **CLÁUSULA XV – DO BALANÇO**

Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico onde serão demonstrados os lucros e prejuízos acumulados, a origem e as aplicações dos recursos e o resultado do exercício, que deverão ser apresentadas aos sócios nos quatro meses seguintes ao término do exercício para deliberação e aprovação.

§ 1º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso;

§ 2º - Os lucros líquidos apurados serão distribuídos aos sócios na proporção das quotas que cada um possuir ou permanecerão em conta suspensa para futura incorporação ao capital social;

§ 3º - Se houver prejuízo, poderá o mesmo ficar em conta suspensa para compensação com lucros dos exercícios seguintes;

§ 4º - Poderão ser levantados balanços intermediários para efeito de distribuição dos resultados apurados aos sócios;

§ 5º - Por força de disposição legal, os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

#### **CLÁUSULA XVI – DA RETIRADA *PRÓ LABORE***

Os sócios poderão, por mera deliberalidade e de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de *pró labore*, observadas as disposições regulamentares pertinentes, cujo valor será lançado na conta de despesas da sociedade.

#### ***DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES***

#### **CLÁUSULA XVII – DO DESIMPEDIMENTO**

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em impedimentos legais que vedem o exercício da administração da sociedade por lei especial, ou tenham sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, nos termos do § 1º do art. 1.011 do Código Civil vigente.

**CLÁUSULA XVIII – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o foro de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração de Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, dando tudo por bom, firme e valioso.

Ribeirão Preto (SP), 25 de fevereiro de 2016.

Sócios:

**JOSÉ ADRIANO GUERRA**

**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.**

José Adriano Guerra

Administrador:

**JOSÉ ADRIANO GUERRA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF nº

RG nº

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF nº

RG nº



## &lt;&lt; RETORNO DE EXIGENCIA &gt;&gt;

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO  
 ESCRITORIO REGIONAL DE RIBEIRAO PRETO  
 CNPJ 56.013.386/0001-20  
 AVENIDA DOM PEDRO I, Nº. 642 - FONE 3514-9889  
 CONSULTA DE PROTOCOLO: www.jucesp.sp.gov.br  
 E-mail: Jucesprr@acirp.com.br

## COMPROVANTE NUMERO 393.017

LOCAL ORIGEM: ESCRITORIO REGIONAL  
 EMISSAO 15/3/2016 09:19:46 PREVISAO 21/3/2016

DARGOPEX CONSULTORIA LTDA  
 RUA AFONSO TARANTO 210  
 RIBEIRAO PRETO SP  
 CNPJ 11931635000121

SERVICO	VALOR
ALTERACAO - LTDA	99,00
DESCONTO CONCEDIDO	99,00
VALOR DO RECIBO	0,00

EXAME AUDITORES INDEPENDENTES 3514-5300  
 RIBEIRAO PRETO

AUTH15/3/2016H005dKYOLCMR474131760BVHSAFCS33H

\*\*\* E OBRIGATORIO A APRESENTACAO DO PROTOCOLO  
 PARA A RETIRADA DO DOCUMENTO\*\*\*  
 PERIODO DE ATENDIMENTO: DAS 09:00 AS 16:00H  
 16

DIRECIONADO PARA -> VAGNER



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.913.263/0001-17</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/12/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CARGOPEX TRANSPORTES LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos</b> <b>45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos</b> <b>45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados</b> <b>45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO <b>R AFONSO TARANTO</b>	NÚMERO <b>210</b>	COMPLEMENTO <b>SALA: 01; ANDAR: SUPERIOR;</b>	
CEP <b>14.096-740</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NOVA RIBEIRANIA</b>	MUNICÍPIO <b>RIBEIRAO PRETO</b>	UF <b>SP</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>OUTSOURCING@EXAMEAUDITORES.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(16) 3514-5300</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>20/08/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **17/03/2016** às **15:24:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

---

© Copyright Receita Federal do Brasil - 17/03/2016



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>11.931.835/0001-81</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>18/02/2010</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RODOGUERRA TRANSPORTES LTDA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO <b>R AFONSO TARANTO</b>		NÚMERO <b>210</b>	COMPLEMENTO <b>ANDAR SUPERIRO SALA 07</b>
CEP <b>14.096-740</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NOVA RIBEIRANIA</b>	MUNICÍPIO <b>RIBEIRAO PRETO</b>	UF <b>SP</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>OUTSOURCING@EXAMEAUDITORES.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(16) 3917-1363</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/02/2010</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **17/03/2016** às **15:25:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)
[Voltar](#)



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTA DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR) MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTA DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
DENOMINAÇÃO ATUAL: CARGOPEX TRANSPORTES LTDA		
DENOMINAÇÕES ANTERIORES: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35216732238	30/01/2001	14/03/2016 16:19:50
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
28/12/1998	02.913.263/0001-17	

CAPITAL
R\$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA AFONSO TARANTO	NÚMERO: 210	
BAIRRO: NOVA RIBEIRANIA	COMPLEMENTO: SALA 01; ANDA	
MUNICÍPIO: RIBEIRAO PRETO	CEP: 14096-740	UF: SP

OBJETO SOCIAL
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS
COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS USADOS
COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES
COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES
EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOSE ADRIANO GUERRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 162.070.828-00, RG/RNE: 241620181 - SP, RESIDENTE À AVENIDA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14098-561, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE

RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA, NIRE 35224071288, SITUADA À RUA AFONSO TARANTO, 210, ANDAR SUPERIO, NOVA RIBEIRANIA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14096-740, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 140.000,00, (ENDERECO: RUA AFONSO TARANTO 210 ANDAR SUPERIO NOVA RIBEIRANIA SP 14096740)

## 5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

**NUM.DOC: 237.063/14-1 SESSÃO: 03/07/2014**

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA AFONSO TARANTO, 210, SALA 01; ANDA, NOVA RIBEIRANIA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14096-740.

CORREÇÃO DE CNPJ 02.913.263/0001-17

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

**NUM.DOC: 452.359/14-4 SESSÃO: 27/11/2014**

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904193950, SITUADA À AVENIA GIUSFREDO SANTINI, 1235, SALA 55, VILA COUTO, CUBATAO - SP, CEP 11500-000.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35903795905, SITUADA À VIA DE ACESSO A SP 330, 734, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, IGARAPAVA - SP, CEP 14540-000.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 52900361631, CNPJ 02.913.263/0003-89, SITUADA À RUA L-0001, S/N, QUADRA 30, LO, NOSSA SENHORA DE FA, CATALAO - GO, CEP 75709-150.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 41901082892, CNPJ 02.913.263/0004-60, SITUADA À AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA, S/N, KM 5.001, BC, PARQUE SAO JOAO, PARANAGUA - PR, CEP 83206-410.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 29901056817, SITUADA À AVENIDA ENEDINO ALVES DA PAIXAO, SN, Q7L1A16S4BL2, SANTA CRUZ, LUIS EDUARDO MAGALHAES - BA, CEP 47850-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

**NUM.DOC: 232.276/15-8 SESSÃO: 09/06/2015**

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOSE ADRIANO GUERRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 162.070.828-00, RG/RNE: 24162018-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14098-561, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 700.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE FABIANO VITAL GUERRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 162.070.818-38, RESIDENTE À AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JARDIM BOTANICO, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-380, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 350.000,00.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS, COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS USADOS, COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 52900637032, SITUADA À RUA IZA COSTA, 01, SALA T, CHACARA RETIRO, GOIANIA - GO, CEP 74665-839.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

**NUM.DOC: 330.916/15-4 SESSÃO: 10/08/2015**

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOSE ADRIANO GUERRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 162.070.828-00, RG/RNE: 24162018-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14098-561, REPRESENTANDO RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 560.000,00.

ADMITIDO RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA , NIRE 35224071288, SITUADA À RUA AFONSO TARANTO, 210, ANDAR SUPERIO, NOVA RIBEIRANIA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14096-740, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 140.000,00.(ENDERECO: RUA AFONSO TARANTO 210 ANDAR SUPERIO NOVA RIBEIRANIA SP 14096740)

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

**NUM.DOC: 097.907/16-9 SESSÃO: 07/03/2016**

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA CARGOPEX TRANSPORTES LTDA.

fls. 83

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35216732238

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 11/03/2016



Ficha Cadastral Simplificada certificada para LUCAS PAULO SOUZA OLIVEIRA:37598055823  
[ Autenticidade: 68599987 ] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br)

A assinatura do autor por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO:08920673000171 <autenticajucesp@jucesp.sp.gov.br> é inválida

Digitally signed by JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO:08920673000171  
Date: 2016.03.14 16:19:00 -0300  
Reason: Autenticação de Ficha Cadastral Simplificada  
Location: Sao Paulo





Secretaria de Governo da Presidência da República  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA		Data de Arquivamento do Ato Constitutivo		Data de Início de Atividade	
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		28/12/1998		22/12/1998	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE		CNPJ			
3120559180-4		02.913.263/0001-17			
Endereço Completo:					
AVENIDA GERALDO ROSA PEREIRA 1445 - BAIRRO BELA VISTA CEP 38000-000 - DELTA/MG					
Atividade(s):					
TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, MUNICIPAL					
TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL					
COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES					
SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES					
Capital Social: R\$ 150.000,00		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte		Prazo de Duração	
CENTO E CINQUENTA MIL REAIS		NÃO (Lei Complementar nº123/06)		INDETERMINADO	
Capital Integralizado: R\$ 150.000,00					
CENTO E CINQUENTA MIL REAIS					
Sócio(s)/Administrador(es)					
CPF/NIRE	Nome	Término	Mandato	Participação	Função
117.700.928-54	ANGELO GUERRA NETTO	xxxxxxx		R\$ 75.000,00	SÓCIO/ADMINISTRADOR
058.951.478-44	NEIDE CAZAROTTE GUERRA	xxxxxxx		R\$ 75.000,00	SÓCIO/ADMINISTRADOR
Status: XXXXXXXX		Situação: TRANSFERIDA PARA OUTRA UF			
Último Arquivamento: 27/04/2001		Número: 2599775			
Ato	002 - ALTERACAO				
Evento(s)	028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF				
	038 - TRANSFERENCIA DE SEDE PARA OUTRA UF				
Endereço Indicado					
RUA SILVIO DALMAZZIO 34 BAIRRO VILA MARILENE CEP 14540-000 IGARAPAVA/SP					
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela					
Nire	CNPJ	Endereço			
xxxxxxx	xxxxxxx	RODOVIA 050, 286, BAIRRO SAO FRANCISCO, 75709-900, CATALAO/GO			
NADA MAIS#					

Belo Horizonte, 15 de Março de 2016 15:16

MARINELY DE PAULA BOMPIM  
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG ([www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br)) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C160000561169 e visualize a certidão)



16/239.139-1



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35224071288	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 09/03/2010	INÍCIO DAS ATIVIDADES 18/02/2010	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J. 11.931.835/0001-81	ENDEREÇO RUA AFONSO TARANTO			NÚMERO 210	COMPLEMENTO ANDAR SUPERIO		
BAIRRO NOVA RIBEIRANIA		MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO	UF SP	CEP 14096-740	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 210.000,00	

OBJETO SOCIAL	
ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA	

SÓCIO			
NOME GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA			
ENDEREÇO RUA AFONSO TARANTO		NÚMERO 210	COMPLEMENTO ANDAR SUPERIO
BAIRRO NOVA RIBEIRANIA	MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO	UF SP	CEP 14096-740
NIRE 35216732238	CARGO SÓCIO	QUANTIDADE COTAS 105.000,00	

SÓCIO, REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				
NOME JOSE ADRIANO GUERRA				
ENDEREÇO AVENIDA AFONCO VALERA		NÚMERO 251	COMPLEMENTO CASA 04	
BAIRRO RECREIO DAS ACACIAS	MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO	UF SP	CEP 14098-561	RG 241620181
CPF 162.070.828-00	CARGO SÓCIO, REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 105.000,00

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 04/08/2015	NÚMERO 330.727/15-1	
ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.		
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO		

EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA.

fls. 86

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA AFONSO TARANTO, 210, ANDAR SUPERIO, NOVA RIBEIRANIA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14096-740.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERCAO CLAUSULA XVIII - FICA ELEITO O FORO DE RIBEIRAO PRETO.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35224071288

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 11/03/2016



Certidão Simplificada emitida para DANIELLE DA SILVA BRITO:33716571830

[ Autenticidade: 68771838 ] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br)



29/02/2016

7046702



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 017046702****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 26/02/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**JOSE ADRIANO GUERRA**, RG: 241620181, CPF: 162.070.828-00, nascido em 11/11/1975, natural de Igarapava - SP, filho de Jose Guerra e Neide Cazarotte Guerra, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.4.2 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Mauricio de Almeida  
Supervisor de Serviço

**PEDIDO Nº:****7046702**

29/02/2016

7046808



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 9418620****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) DEPTO ESTADUAL EXEC CRIMINAL - 1ª RAJ - SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **EXECUÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 26/02/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**JOSE ADRIANO GUERRA**, RG: 241620181, CPF: 162.070.828-00, nascido em 11/11/1975, natural de Igarapava - SP, filho de Jose Guerra e Neide Cazarotte Guerra, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos de Execuções Criminais distribuídos nas Unidades Regionais do Departamento Estadual de Execuções Criminais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela UR da 1ª RAJ (DEECRIM).

Esta certidão não abrange as execuções criminais que tramitam nas Varas ou Ofícios de Execuções Criminais, razão pela qual é necessária sua complementação com a certidão da Vara ou Ofício de Execuções Criminais.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Sérgio Ferreira  
Coordenador

**PEDIDO Nº:****7046808**





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Uberaba

## CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

**CERTIFICO** que, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca de Uberaba, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Pessoa Física: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 24.162.018-1 SSP/SP

Filiação: Jose Guerra e Neide Cazarotte Guerra

Endereço: Afonso Taranto, 170 - Nova Ribeirânia - CEP 14096-740 - Ribeirão Preto, São Paulo

**Uberaba (MG), 01 de Março de 2016, às 11:57:19 horas.**

### Observações:

- a) *Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;*
- b) *a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;*
- c) *ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;*
- d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum e do Juizado Especial.*

**Código de Autenticação: 7D72-3C15-1A18-9159**

**Atenção:** qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Fórum Melo Viana: Av Maranhão, 1580 - Mercês - Uberaba - CEP 38.050-470

29/02/2016

7046110



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9437829****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 02/03/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**, CNPJ: 02.913.263/0001-17, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 3 de março de 2016.

Susana Rycszak Lopes  
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

**PEDIDO Nº:****7046110**



FL(s). 001

TJMG - COMARCA DE UBERABA

## CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - ESPECÍFICA POR AÇÃO - FALÊNCIA E CONCORDATA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA desta comarca, até a presente data, nas ações específicas de CONCORDATA PREVENTIVA, CONCORDATA SUSPENSIVA, FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESARIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL NADA CONSTA em tramitação contra:

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
CNPJ: 02913263000206

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS AÇÕES DE NATUREZA DIVERSA DAQUELAS AQUI MENCIONADAS.

UBERABA, 04 de MARÇO de 2016 - 12:16:07

BEATRIZ ALVES GOMES  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

Beatriz Alves Gomes  
Escrivã Judicial  
Matrícula 012342 - 2 TJMG  
UBERABA - MG

## OBSERVAÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e do Juízo de Fato.

A presente certidão não abrange os processos distribuídos no Processo Judicial Eletrônico - PJE.

O documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será invalidada e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial de cartório. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão do documento. Provimento-conjunta nº 12/2010

FÓRUM MELO VIANA  
AV. MARANHÃO, 1580 BAIRRO: MERCÊS CEP: 38050470  
UBERABA - MINAS GERAIS

01/03/2016

7054632



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9437830****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 02/03/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA**, CNPJ: 11.931.835/0001-81, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 3 de março de 2016.

Susana Rychzak Lopes  
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

**PEDIDO Nº:****7054632**

29/02/2016

7047042



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 9418701****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 26/02/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**, CNPJ: 02.913.263/0001-17, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.4.2 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Mauricio de Almeida  
Supervisor de Serviço

**PEDIDO Nº:****7047042**

29/02/2016

7047085



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 017047085****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) DEPTO ESTADUAL EXEC CRIMINAL - 1ª RAJ - SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **EXECUÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 26/02/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**, CNPJ: 02.913.263/0001-17, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos de Execuções Criminais distribuídos nas Unidades Regionais do Departamento Estadual de Execuções Criminais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela UR da 1ª RAJ (DEECRIM).

Esta certidão não abrange as execuções criminais que tramitam nas Varas ou Ofícios de Execuções Criminais, razão pela qual é necessária sua complementação com a certidão da Vara ou Ofício de Execuções Criminais.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Sérgio Ferreira  
Coordenador

**PEDIDO Nº:****7047085**

FL(s). 001 de 00

TJMG - COMARCA DE UBERABA

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL desta Comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:  
**EMPRESA : GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ: 02913263000206**

UBERABA, 03 de MARÇO de 2016 - 12:57:40

BEATRIZ ALVES GOMES  
 ESCRIVÃ(O) DO JUDICIÁRIO

Beatriz Alves Gomes  
 Escrivã Judicial  
 Matrícula 012342-2 TJMG  
 UBERABA - MG

LEGISLAÇÃO:

- Certidão composta de 001 folha(s).
- Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.
- O presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Justiça Federal.
- O presente certidão não abrange os processos distribuídos no Processo Judicial Eletrônico - PJE.
- O presente emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gerará invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.
- Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público.
- Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.
- PRESENÇA DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM MELO VIANA  
 AV. MARANHÃO, 1580 BAIRRO: MERCÊS CEP: 38050470  
 UBERABA - MINAS GERAIS





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Uberaba

## CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

**CERTIFICO** que, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca de Uberaba, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Pessoa Jurídica: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 02.913.263/0002-06

Endereço: Filomena Cartafina, 22031 - Sala 22 - Recreio Dos Bandeirantes - CEP 38040-450 - Uberaba, Minas Gerais

**Uberaba (MG), 01 de Março de 2016, às 11:45:49 horas.**

### Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum e do Juizado Especial.

**Código de Autenticação: CFC9-BFEE-D3A0-B85A**

**Atenção:** qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Fórum Melo Viana: Av Maranhão, 1580 - Mercês - Uberaba - CEP 38.050-470

TJMG - COMARCA DE UBERABA

## CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - ESPECÍFICA POR AÇÃO - FALÊNCIA E CONCORDATA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de CONCORDATA PREVENTIVA, CONCORDATA SUSPENSIVA, FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESARIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL NADA CONSTA em tramitação contra:

CARGOPEX TRANSPORTES LTDA  
OUTRO DOC:CNPJ:02913263000117

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS AÇÕES DE NATUREZA DIVERSA DAQUELAS AQUI MENCIONADAS.

UBERABA, 11 de MARÇO de 2016 - 12:29:06

FERNANDO GERMANO CAMPOS  
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

A presente certidão não abrange os processos distribuídos no Processo Judicial Eletrônico - PJE.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera a sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público.

Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM MELO VIANA

AV. MARANHÃO, 1580 BAIRRO: MERCÊS CEP: 38050470

UBERABA - MINAS GERAIS

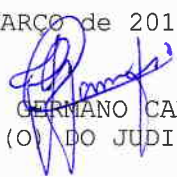


TJMG - COMARCA DE UBERABA

## CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL, nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:  
CARGOPEX TRANSPORTES LTDA  
OUTRO DOC:CNPJ:02913263000117

UBERABA, 11 de MARÇO de 2016 - 12:29:30



FERNANDO GERMANO CAMPOS  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

A presente certidão não abrange os processos distribuídos no Processo Judicial Eletrônico - PJE.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM MELO VIANA

AV. MARANHÃO, 1580 BAIRRO: MERCÊS CEP: 38050470

UBERABA - MINAS GERAIS

01/03/2016

7054713



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 017054713****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 26/02/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA**, CNPJ: 11.931.835/0001-81, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.4.2 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de março de 2016.

Mauricio de Almeida  
Supervisor de Serviço

**PEDIDO Nº:**

**7054713**

01/03/2016

7054675



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 017054675****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) DEPTO ESTADUAL EXEC CRIMINAL - 1ª RAJ - SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **EXECUÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 26/02/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA**, CNPJ: 11.931.835/0001-81, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos de Execuções Criminais distribuídos nas Unidades Regionais do Departamento Estadual de Execuções Criminais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela UR da 1ª RAJ (DEECRIM).

Esta certidão não abrange as execuções criminais que tramitam nas Varas ou Ofícios de Execuções Criminais, razão pela qual é necessária sua complementação com a certidão da Vara ou Ofício de Execuções Criminais.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de março de 2016.

Sérgio Ferreira  
Coordenador

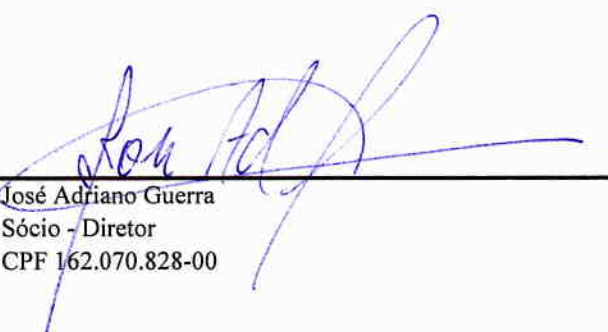
**PEDIDO Nº:****7054675**




**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA****Demonstração do resultado**

Em reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	5.101.097	29.631.851	52.824.563
Custo dos serviços prestados	(5.704.973)	(30.063.919)	(47.181.991)
<b>Prejuízo bruto</b>	<u>(603.877)</u>	<u>(432.068)</u>	<u>5.642.571</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	(488.870)	(2.537.481)	(3.964.189)
Despesas tributárias	(35.691)	(211.456)	(494.863)
Receitas operacionais, líquidas	1.558.912	2.796.109	(217.997)
	<u>1.034.351</u>	<u>47.172</u>	<u>(4.677.049)</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<u>430.474</u>	<u>(384.896)</u>	<u>965.522</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesa financeira, líquida	(596.598)	(2.899.503)	(1.207.320)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>(166.124)</u>	<u>(3.284.399)</u>	<u>(241.798)</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<u><u>(166.124)</u></u>	<u><u>(3.284.399)</u></u>	<u><u>(241.798)</u></u>



José Adriano Guerra  
Sócio - Diretor  
CPF 162.070.828-00

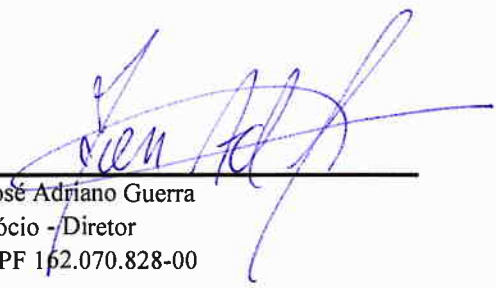


Maria Lopes da Silva Malaguti  
Contadora  
CRC 1SP259419/O-2


**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA****Balanco patrimonial**

Em reais

<b>Ativo</b>	<b>2016</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	66.029	Fornecedores	919.671
Contas a receber de clientes	2.176.651	Salários e encargos sociais	491.645
Tributos a recuperar	2.594.557	Tributos a recolher	1.317.385
Demais contas a receber	1.336.340	Outras contas a pagar	702.721
	<u>6.173.577</u>		<u>3.431.421</u>
<b>Não Circulante</b>		<b>Não Circulante</b>	
Partes relacionadas	20.493	Empréstimos e financiamentos	15.366.398
Tributos a recuperar	25.692	Outras contas a Pagar	72.296
	<u>46.184</u>	Partes relacionadas	64.345
			<u>15.503.039</u>
<b>Imobilizado</b>	<u>2.733.055</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	
		Capital social	700.000
		Prejuízos acumulados	(10.681.643)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<u>2.779.239</u>		<u>(9.981.643)</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>8.952.817</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u><u>8.952.817</u></u>



\_\_\_\_\_  
 José Adriano Guerra  
 Sócio - Diretor  
 CPF 162.070.828-00



\_\_\_\_\_  
 Maria Lopes da Silva Malaguti  
 Contador  
 CRC 1SP259419/O-2



**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA****Demonstração do resultado****Em reais**

	<u>2016</u>
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	289.418
Custo dos serviços prestados	<u>(482.870)</u>
<b>Prejuízo bruto</b>	<u>(193.453)</u>
<b>Despesas operacionais</b>	
Despesas gerais e administrativas	(30.950)
Despesas tributárias	-
Receitas operacionais, líquidas	<u>2.255</u>
	<u>(28.695)</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<u>(222.148)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	
Despesa financeira, líquida	<u>(8.498)</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>(230.645)</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<u><u>(230.645)</u></u>



\_\_\_\_\_  
 José Adriano Guerra  
 Sócio - Diretor  
 CPF 162.070.828-00

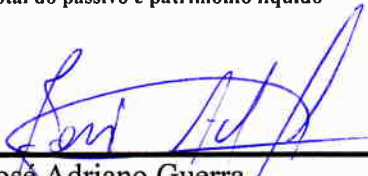


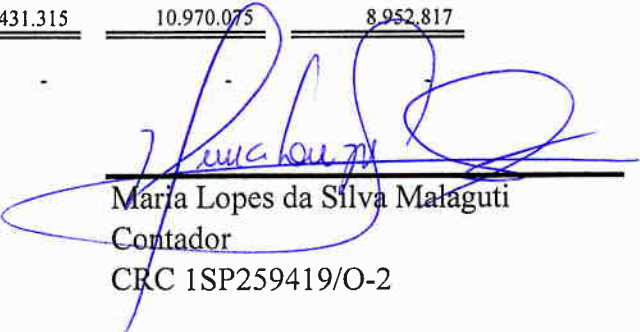
\_\_\_\_\_  
 Maria Lopes da Silva Malaguti  
 Contador  
 CRC 1SP259419/O-2



**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA****Balço patrimonial acumulado em 2016**  
**Em reais**

<b>Ativo</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	66.029
Contas a receber de clientes	3.533.191	3.533.191	2.176.651
Tributos a recuperar	2.628.081	2.600.457	2.594.557
Demais contas a receber	1.458.272	1.483.868	1.336.340
	<u>7.619.544</u>	<u>7.617.515</u>	<u>6.173.577</u>
<b>Não circulante</b>			
Tributos a recuperar	27.073	20.493	20.493
Depósitos Judiciais	25.692	25.692	25.692
	<u>52.764</u>	<u>46.184</u>	<u>46.184</u>
<b>Imobilizado</b>	<u>3.759.006</u>	<u>3.306.375</u>	<u>2.733.055</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>11.431.315</u>	<u>10.970.075</u>	<u>8.952.817</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	1.958.068	1.958.537	919.671
Empréstimos Bancários	7.624	32.087	-
Salários e encargos sociais	517.480	504.403	491.645
Tributos a recolher	1.312.390	1.317.385	1.317.385
Outras contas a pagar	702.721	702.721	702.721
	<u>4.498.282</u>	<u>4.515.133</u>	<u>3.431.421</u>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16.673.408	16.288.318	15.366.398
Outras contas a pagar	72.296	72.296	72.296
Partes relacionadas	64.345	64.345	64.345
	<u>16.810.049</u>	<u>16.424.959</u>	<u>15.503.039</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	700.000	700.000	700.000
Prejuízo acumulados	(10.450.998)	(10.450.998)	(10.450.998)
Resultado do exercício	(126.018)	(219.019)	(230.645)
	<u>(9.877.016)</u>	<u>(9.970.017)</u>	<u>(9.981.643)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>11.431.315</u>	<u>10.970.075</u>	<u>8.952.817</u>

  
**José Adriano Guerra**  
 Sócio - Diretor  
 CPF 162.070.828-00

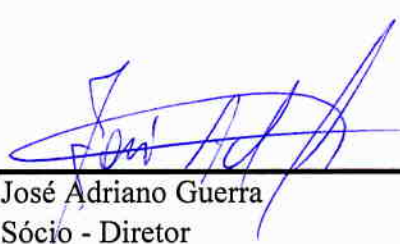
  
**Maria Lopes da Silva Malaguti**  
 Contador  
 CRC 1SP259419/O-2

## CARGOPEX TRANSPORTES LTDA

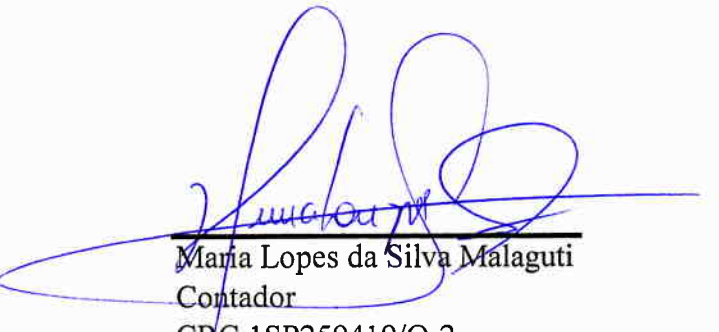
## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2016

Em reais

	<u>Janeiro</u>	<u>Fevereiro</u>	<u>Março</u>	<u>Acumulado</u>
<b>Receita líquida Serviços Prestados</b>	-	-	289.417,67	289.417,67
Custo dos serviços prestados	<u>(106.474,67)</u>	<u>(86.960,09)</u>	<u>(289.435,73)</u>	<u>(482.870,49)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<u>(106.474,67)</u>	<u>(86.960,09)</u>	<u>(18,06)</u>	<u>(193.452,82)</u>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	(14.599,95)	(13.888,97)	(2.460,67)	(30.949,59)
Receitas (despesas) operacionais, liquidas	<u>(730,15)</u>	<u>11.970,63</u>	<u>(8.985,66)</u>	<u>2.254,88</u>
	<u>(15.330,10)</u>	<u>(1.918,34)</u>	<u>(11.446,33)</u>	<u>(28.694,03)</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<u>(121.804,77)</u>	<u>(88.878,43)</u>	<u>(11.464,39)</u>	<u>(222.147,59)</u>
<b>Resultado Financeiro</b>				
Despesas financeira, liquida	<u>(4.213,14)</u>	<u>(4.122,73)</u>	<u>(161,70)</u>	<u>(8.497,57)</u>
<b>Prejuízo (lucro) antes do IRPJ e CSLL</b>	<u>(126.017,91)</u>	<u>(93.001,16)</u>	<u>(11.626,09)</u>	<u>(230.645,16)</u>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido - mensal</b>	<u><u>(126.017,91)</u></u>	<u><u>(93.001,16)</u></u>	<u><u>(11.626,09)</u></u>	<u><u>(230.645,16)</u></u>
<b>Prejuízo Líquido - acumulada</b>	<u><u>(126.017,91)</u></u>	<u><u>(219.019,07)</u></u>	<u><u>(230.645,16)</u></u>	



José Adriano Guerra  
 Sócio - Diretor  
 CPF 162.070.828-00

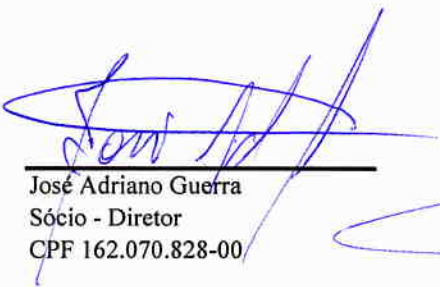


Maria Lopes da Silva Malaguti  
 Contador  
 CRC 1SP259419/O-2


**CARGOPEX TRANSPORTES LTDA****Mutação do Patrimônio Líquido em 16 de Março**

Em reais

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuizos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<u>700.000</u>	<u>(10.284.874)</u>	<u>(9.584.874)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(166.124)</u>	<u>(166.124)</u>
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>	<u>700.000</u>	<u>(10.450.998)</u>	<u>(9.750.998)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(230.645)</u>	<u>(230.645)</u>
<b>Em 16 de Março de 2016</b>	<u>700.000</u>	<u>(10.681.643)</u>	<u>(9.981.643)</u>



\_\_\_\_\_  
José Adriano Guerra  
Sócio - Diretor  
CPF 162.070.828-00

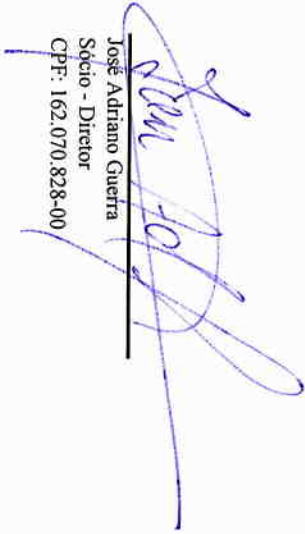



\_\_\_\_\_  
Maria Lopes da Silva Malaguti  
Contador  
CRC 1SP259419/O-2

**Rodoguerra Consultoria em Transportes e Logística Ltda.**

**Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de**  
**Em reais**

Ativo	2015	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014	2013
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponível			2	Fornecedores	23.889	23.594	27.743
Duplicatas a receber de clientes			2.291	Emprestimos e financiamentos	7.292	5.000	2.340
Demais contas a receber			13.750	Salários e encargos sociais	50.881	45.476	745.419
				Tributos a recolher	54	48	37
			16.043		82.116	74.118	775.539
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	43.210	185.210	1.397.368	Parcelamentos	143.702	105.353	445.000
	43.210	185.210	1.397.368	Partes relacionadas	143.702	105.353	445.000
Investimento	140.000		17.747	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	2.365	7.417		Capital social	210.000	210.000	210.000
	142.365	7.417	17.747	Reserva de lucros	(250.243)	(196.844)	619
				Prejuízo acumulado	(40.243)	13.156	210.619
Total do ativo não circulante	185.575	192.627	1.431.158				
Total do ativo	185.575	192.627	1.431.158	Total do passivo e patrimônio líquido	185.575	192.627	1.431.158

  
José Adriano Guerra  
Sócio - Diretor  
CPF: 162.070.828-00

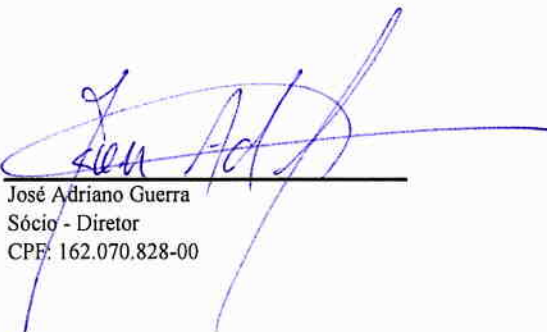
  
Maria Lopes da Silva Magalhães  
Contadora  
CRC 1SP259419/O-2


## Rodoguerra Consultoria em Transportes e Logística Ltda.

### **Demonstrações do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro**

Em reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo dos serviços prestados	<u>(4.722)</u>	<u>(69.740)</u>	<u>580.540</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<u>(4.722)</u>	<u>(69.740)</u>	<u>580.540</u>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>			
Despesas com o pessoal			(612.224)
Despesas gerais e administrativas	(2.626)	(78.796)	(156.595)
Receitas tributárias	-	1.802	16.439
Despesas (receitas) operacionais, líquidas	<u>-</u>	<u>(3.015)</u>	<u>297.217</u>
	<u>(2.626)</u>	<u>(80.009)</u>	<u>(455.163)</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<u>(7.348)</u>	<u>(149.749)</u>	<u>125.377</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesa financeira, líquida	<u>(46.051)</u>	<u>(47.714)</u>	<u>(97.763)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>(53.399)</u>	<u>(197.463)</u>	<u>27.614</u>
Distribuição de Lucros			(26.994)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<u><u>(53.399)</u></u>	<u><u>(197.463)</u></u>	<u><u>619</u></u>


  
 José Adriano Guerra  
 Sócio - Diretor  
 CPF: 162.070.828-00

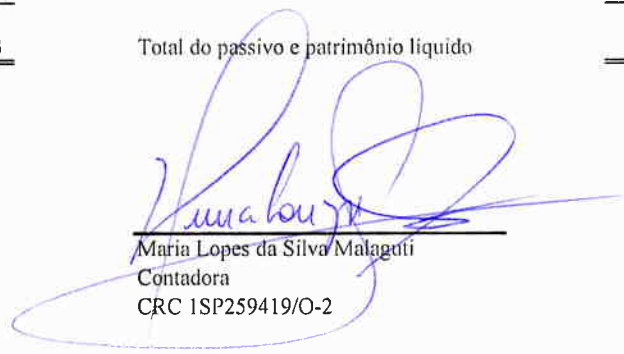
  
 Maria Lopes da Silva Malaguti  
 Contadora  
 CRC 1SP259419/O-2

## Rodoguerra Consultoria em Transportes e Logística Ltda.

### Balancos patrimoniais em 16 de Março de Em reais

Ativo	2016	Passivo e patrimônio líquido	2016
Não circulante		Circulante	
Partes relacionadas	43.210	Fornecedores	23.889
		Empréstimos e financiamentos	7.292
		Salários e encargos sociais	51.232
		Tributos a recolher	54
			82.468
Investimento	140.000	Não circulante	
Imobilizado	2.283	Parcelamentos	144.755
	142.283		144.755
		Patrimônio líquido	
		Capital social	210.000
		Prejuízo acumulado	(251.730)
Total do ativo não circulante	185.493		(41.730)
Total do ativo	185.493	Total do passivo e patrimônio líquido	185.493

  
 José Adriano Guerra  
 Sócio - Diretor  
 CPF 162.070.828-00


  
 Maria Lopes da Silva Malaguti  
 Contadora  
 CRC 1SP259419/O-2

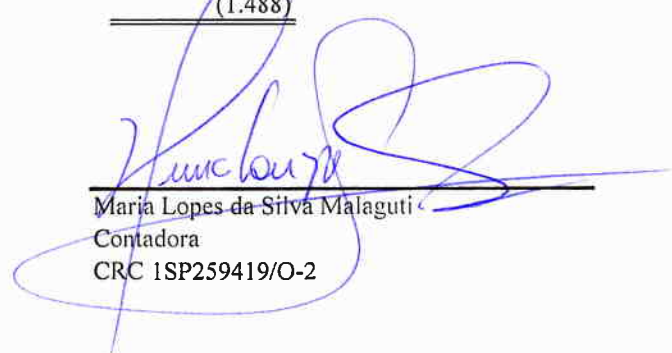
## Rodoguerra Consultoria em Transportes e Logística Ltda.

### Demonstrações do Resultado do Exercício em 16 de Março

Em reais

	<u>2016</u>
<b>Despesas operacionais</b>	
Despesas gerais e administrativas	(83)
	(83)
<b>Prejuízo operacional</b>	(83)
<b>Resultado financeiro</b>	
Despesa financeira, líquida	(1.405)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(1.488)
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<u>(1.488)</u>

  
 José Adriano Guerra  
 Sócio - Diretor  
 CPF 162.070.828-00

  
 Maria Lopes da Silva Malaguti  
 Contadora  
 CRC 1SP259419/O-2

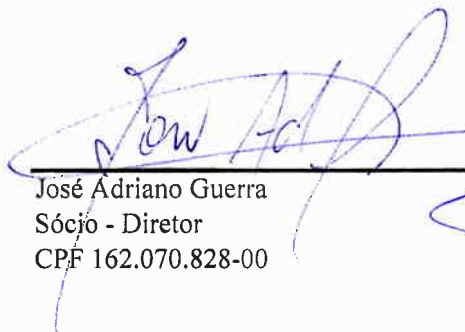


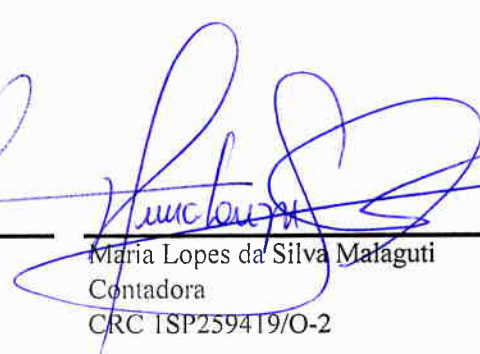
## Rodoguerra Consultoria em Transportes e Logística Ltda.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2016

Em reais

	<u>Janeiro</u>	<u>Fevereiro</u>	<u>Março</u>	<u>Acumulado</u>
<b>Despesas gerais</b>				
<b>Despesas administrativas</b>	<u>(27,50)</u>	<u>(27,50)</u>	<u>(27,50)</u>	<u>(82,50)</u>
<b>Total de despesas operacionais</b>	<u>(27,50)</u>	<u>(27,50)</u>	<u>(27,50)</u>	<u>(82,50)</u>
<b>Lucro (prejuízo), antes resultado financeiro</b>	<u>(27,50)</u>	<u>(27,50)</u>	<u>(27,50)</u>	<u>(82,50)</u>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u>(702,67)</u>	<u>(702,67)</u>	<u>-</u>	<u>(1.405,34)</u>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<u>(702,67)</u>	<u>(702,67)</u>	<u>-</u>	<u>(1.405,34)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes de IRPJ/CSLL</b>	<u>(730,17)</u>	<u>(730,17)</u>	<u>(27,50)</u>	<u>(1.487,84)</u>
<b>Prejuízo Líquido - mensal</b>	<u><u>(730,17)</u></u>	<u><u>(730,17)</u></u>	<u><u>(27,50)</u></u>	<u><u>(1.487,84)</u></u>
<b>Prejuízo Líquido - acumulada</b>	<u><u>(730,17)</u></u>	<u><u>(1.460,34)</u></u>	<u><u>(1.487,84)</u></u>	

  
 José Adriano Guerra  
 Sócio - Diretor  
 CPF 162.070.828-00

  
 Maria Lopes da Silva Malaguti  
 Contadora  
 CRC TSP259419/O-2

**GRUPO CARGOPEX****FLUXO DE CAIXA PROJETADO**

Em milhares de reais

	2.016	2.017	2.018
<b>Receita líquida Serviços Prestados</b>	4.852.160	5.845.698	6.989.421
Custo dos serviços prestados	(3.526.731)	(4.248.871)	(5.080.172)
<b>Lucro ( prejuízo) bruto</b>	1.325.429	1.596.827	1.909.249
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	(706.554)	(807.136)	(922.923)
Despesas tributárias	(33.950)	(40.901)	(48.904)
Receitas ( despesas) operacionais, liquidas	(227.731)	(274.362)	(328.041)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	357.195	474.428	609.382
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas financeira, liquida	(227.731)	(274.362)	(328.041)
<b>Prejuízo (lucro) antes do IRPJ e CSLL</b>	129.463	200.066	281.340
<b>Lucro (prejuízo) Liquido</b>	<b>129.463</b>	<b>200.066</b>	<b>281.340</b>

**GRUPO CARGOPEX**  
**RELAÇÃO SINTÉTICA DE CREDORES TRABALHISTAS**  
**Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

CREDOR	MOEDA	VALOR
ANDRÉ SIQUEIRA	R\$	1.500,00
CARLOS ROGERIO DE OLIVEIRA FELICIANO	R\$	7.000,00
CESAR AUGUSTO GARCIA DOS SANTOS CALDEIRA	R\$	1.400,00
CLAUDEMIR FERREIRA	R\$	10.500,00
CRISPIM PANTALHÃO	R\$	14.000,00
ELIAS ALENCAR DE SOUZA	R\$	9.000,00
EMERSON FREITAS LIMA	R\$	6.000,00
EVERALDO IGNACIO DE FARIA	R\$	25.000,00
FABIANO DUTRA	R\$	30.000,00
FABRICIO MANOEL	R\$	9.000,00
FERNANDO HENRIQUE SILVEIRA VIEIRA	R\$	7.000,00
FERNANDO ROBERTO VIGARANI	R\$	29.876,00
JOSÉ PATRÍCIO SOUZA CRUZ TORRES	R\$	40.000,00
LEANDRO RODRIGO ANDREOTI	R\$	17.500,00
MAIKON CESAR EUZEBIO	R\$	5.000,00
MARCELO ANDREOLLI CARVALHO	R\$	3.000,00
REGINALDO BATISTA DE OLIVEIRA	R\$	6.000,00
<b>TOTAL CREDORES EM REAIS - R\$</b>		<b>221.776,00</b>

**GRUPO CARGOPEX****Relação Analítica de Credores Trabalhistas****Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

**Nome:** ANDRÉ SIQUEIRA  
**CPF/CNPJ:** 920.917.091-15  
**Endereço:** RUA MARIA ENRIQUETA  
**Bairro:** ARAGUAIA  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.470-502  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0011783-48.2014.5.18.0009	15/09/2015	20/04/2016	R\$	1.500,00	1.500,00
						R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00

**Nome:** CARLOS ROGERIO DE OLIVEIRA FELICIANO  
**CPF/CNPJ:** 186.539.118-20  
**Endereço:** RUA SERGIPE, 3360  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0010291-91.2015.5.15.0066	10/09/2015	09/11/2016	R\$	7.000,00	7.000,00
						R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00

**Nome:** CESAR AUGUSTO GARCIA DOS SANTOS CALDEIRA  
**CPF/CNPJ:** 358.318.728-82  
**Endereço:** RUA CELESTE VOPINI, 595  
**Bairro:** PAPA JOAO PAULO II  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0011846-88.2015.5.15.0052	25/11/2015	02/05/2015	R\$	1.400,00	1.400,00
						R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00

**Nome:** CLAUDEMIR FERREIRA  
**CPF/CNPJ:** 213.159.507-55  
**Endereço:** RUA CÂNDIDA SILVÉRIO BARDÃO, 560  
**Bairro:** STA TERESINHA  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
---------	------	-----------	--------	------------	-------	-------	------------------

CARGOPEX	ACORDO	0010364-41.2014.5.15.0117	20/09/2015	20/03/2016	R\$	10.500,00	R\$ 10.500,00
						R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00

**Nome:** CRISPIM PANTALHÃO  
**CPF/CNPJ:** 131.179.288-04  
**Endereço:** RUA NILO EDUARDO RODRIGUES, 341  
**Bairro:** PAPA JOAO PAULO II  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0011965-58.2015.5.15.0146	27/01/2016	15/04/2017	R\$	14.000,00	14.000,00
						R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00

**Nome:** ELIAS ALENCAR DE SOUZA  
**CPF/CNPJ:** 122.469.928-93  
**Endereço:** RUA ROSARIO NICOLAN, 300  
**Bairro:** COHAB  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0010269-08.2015.5.15.0042	26/10/2015	25/11/2016	R\$	9.000,00	9.000,00
						R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00

**Nome:** EMERSON FREITAS LIMA  
**CPF/CNPJ:** 212.474.698-75  
**Endereço:** RUA MOZART SILVA, 455  
**Bairro:** BOA BRISA  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0011919-93.2014.5.15.0001	03/12/2015	02/07/2016	R\$	6.000,00	6.000,00
						R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00

**Nome:** EVERALDO IGNACIO DE FARIA  
**CPF/CNPJ:** 094.702.228-73  
**Endereço:** RUA JOSE AMADEU, 30  
**Bairro:** BENEDITO TRAJANO BORGES  
**Cidade/UF:** ITUVERAVA - SP  
**CEP:** 14.500-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0010758-15.2015.5.15.0052	23/02/2016	26/12/2016	R\$	25.000,00	25.000,00
						R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00

**Nome:** FABIANO DUTRA  
**CPF/CNPJ:** 305.025.088-76  
**Endereço:** RUA MARCILIA MINGONI TUZZI, 205  
**Bairro:** RES. ESPIGÃO  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0012832-76.2014.5.15.0052	27/01/2016		R\$	30.000,00	30.000,00
						R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

**Nome:** FABRICIO MANOEL  
**CPF/CNPJ:** 281.528.198-83  
**Endereço:** RUA BENEDITA M DAMIAO, 277  
**Bairro:** NO CRAVINHOS  
**Cidade/UF:** CRAVINHOS - SP  
**CEP:** 14.140-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0010156-12.2015.5.15.0153	25/01/2016	25/11/2016	R\$	9.000,00	9.000,00
						R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00

**Nome:** FERNANDO HENRIQUE SILVEIRA VIEIRA  
**CPF/CNPJ:** 212.515.398-07  
**Endereço:** RUA DURVAL BARBOSA, 449  
**Bairro:** JD BELA VISTA  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0012881-20.2014.5.15.0052	17/11/2015	18/09/2016	R\$	7.000,00	7.000,00
						R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00

**Nome:** FERNANDO ROBERTO VIGARANI  
**CPF/CNPJ:** 282.094.848-00  
**Endereço:** RUA MANOEL MIRANDA PACIENCIA, 220  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** SALES OLIVEIRA - SP  
**CEP:** 14.660-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0000179-51.2014.5.15.0146	29/10/2015	10/10/2016	R\$	29.876,00	29.876,00
						R\$ 29.876,00	R\$ 29.876,00

**Nome:** JOSÉ PATRÍCIO SOUZA CRUZ TORRES  
**CPF/CNPJ:** 661.556.062-34  
**Endereço:** AV FUED JOSÉ SEBBA,Q 32 L 33  
**Bairro:** JD GOIAS  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74805-100  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0011979-88.2014.5.18.0018	27/11/2015		R\$	40.000,00	40.000,00
						R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00

**Nome:** LEANDRO RODRIGO ANDREOTI  
**CPF/CNPJ:** 222.247.238-57  
**Endereço:** RUA AMAPA, 366  
**Bairro:** JD MARIVAN  
**Cidade/UF:** SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP  
**CEP:** 14.600-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0010624-85.2015.5.15.0052	08/03/2016	08/07/2017	R\$	17.500,00	17.500,00
						R\$ 17.500,00	R\$ 17.500,00

**Nome:** MAIKON CESAR EUZEBIO  
**CPF/CNPJ:** 334.282.948-66  
**Endereço:** RUA KLEBER PIEDADE, 122  
**Bairro:** CJ ASS SALIM  
**Cidade/UF:** IGARAPAVA - SP  
**CEP:** 14.540-000  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0011879-78.2015.5.15.0052	17/11/2015	20/07/2016	R\$	5.000,00	5.000,00
						R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00

**Nome:** MARCELO ANDREOLLI CARVALHO  
**CPF/CNPJ:** 122.203.368-24  
**Endereço:** NA RUA ALVARES DE AZEVEDO  
**Bairro:** VILA TIBÉRIO  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14050-090  
**Origem:** TRABALHISTA  
**Natureza:** PROCESSUAL  
**Classificação:** TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0010836-94.2015.5.15.0153	21/12/2015	21/04/2016	R\$	3.000,00	3.000,00
						R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00



Nome: REGINALDO BATISTA DE OLIVEIRA  
CPF/CNPJ: 109.498.658-50  
Endereço: RUA BENEDITO BRANCO, 419  
Bairro: C H D SCANDI  
Cidade/UF: ARAMINA - SP  
CEP: 14.550-000  
Origem: TRABALHISTA  
Natureza: PROCESSUAL  
Classificação: TRABALHISTA

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	ACORDO	0012262-90.2014.5.15.0052	12/08/2015	10/07/2016	R\$	6.000,00	6.000,00
						R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
TOTAL GERAL						R\$ 221.776,00	R\$ 221.776,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARAK JUNIOR e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 18/03/2016 às 12:17 , sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3BAD.

**GRUPO CARGOPEX**  
**RELAÇÃO SINTÉTICA DE CREDORES QUIROGRAFÁRIOS**  
**Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

CREDOR	MOEDA	VALOR
AGUIA DIESEL CENTER LTDA	R\$	1.483,41
AGUIA DIESEL LTDA	R\$	2.689,67
ALGAR TELECOM S/A	R\$	516,74
ANADIESEL S/A	R\$	242,00
ANDRADE E URIAS LTDA	R\$	14.634,05
ANGELO GUERRA NETO	R\$	1.883.117,28
AUTO ACESSORIOS BIRIBA LTDA	R\$	1.113,44
AUTO PECAS CANDIDO TAVARES LTDA	R\$	2.239,91
AUTO POSTO CARRIJO LTDA	R\$	24.466,67
BANCO BRADESCO SA	R\$	8.115,23
BANCO CITIBANK S A	R\$	2.189.847,95
BANCO DO BRASIL S.A.	R\$	1.241.323,17
BANCO SAFRA S A	R\$	789.058,44
BANCO VOTORANTIM S.A.	R\$	367.206,94
BEACHCRED GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTOS LTDA	R\$	963.823,93
BELCAR CAMINHOES E MAQUINAS LTDA	R\$	127,05
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$	931.899,91
CARRETEIRO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	R\$	213.699,55
CCB BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	R\$	879.998,10
CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D	R\$	80,15
CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A.	R\$	64.731,18
CLARO S.A.	R\$	29.207,75
CTF TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA	R\$	3.286,52
DANILO ARAUJO DA SILVA MEIRELES	R\$	2.599,47
DICOPY COPIADORA E SERVICOS LTDA	R\$	1.620,00
DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA S.A.	R\$	2.804,40
DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA	R\$	27.151,20
EFRAIM DORNELLES GRACA	R\$	2.335,20
FABIANO VITAL GUERRA	R\$	150.000,00
FACCILYTHO CAPITAL E RENTABILIDADE	R\$	2.079.010,00
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$	64.395,89
JEOVA DOS SANTOS OLIVEIRA	R\$	8.504,99
JOAO DA CRUZ RODRIGUES DE ARAUJO	R\$	1.037,86
LAPONIA SUDESTE LTDA.	R\$	12.149,50
MANOEL BARBOSA DA COSTA	R\$	658,42
MARCOS JOSE PERREIRA	R\$	5.059,60
MAURO FERREIRA DE CARVALHO	R\$	4.865,00
OI MOVEL S.A.	R\$	1.326,19
PAPELARIA TRIBUTARIA LTDA	R\$	526,00
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A	R\$	55.601,50
POSTO NEROPOLIS LTDA	R\$	72.142,29
POSTO, RESTAURANTE E LANCHONETE DO TREVO LTDA	R\$	10.191,42
RIBEIRAO DIESEL S A VEICULOS	R\$	22.354,36
RODOVIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	R\$	275,00
SAO FRANCISCO SISTEMAS DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	R\$	26.999,04
SETCEPAR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO DO PARANA	R\$	291,17
SINDICATO DAS EMP.TRANSP DE CARGAS DO TRIANGULO MINEIRO	R\$	502,95

**GRUPO CARGOPEX**  
**RELAÇÃO SINTÉTICA DE CREDORES QUIROGRAFÁRIOS**  
**Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

CREDOR	MOEDA	VALOR
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE R P	R\$	604,15
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA DO ESTADO DE GOIAS	R\$	1.019,85
SUECIA VEICULOS S.A.	R\$	15.016,13
TIM CELULAR S.A.	R\$	16.751,84
TOTVS S.A.	R\$	18.072,05
VALE DO TIJUCO ACUCAR E ALCOOL S.A.	R\$	212,60
WALDECI MACHADO DA SILVA	R\$	2.033,57
<b>TOTAL CREDORES EM REAIS - R\$</b>		<b>12.219.020,68</b>

**GRUPO CARGOPEX****Relação Analítica de Credores Quirografários em Moeda Nacional****Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

**Razão Social:** AGUIA DIESEL CENTER LTDA  
**CNPJ/CPF:** 13.865.905/0001-76  
**Endereço:** R LAGUNA, 197, QUADRA12 LOTE 07/06/08 E 09  
**Bairro:** BAIRRO IPIRANGA  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.453-170  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	3791-A-1	09/10/2014	25/09/2014	R\$	662,00	662,00
CARGOPEX	NF	3760-A-1	31/10/2014	09/10/2014	R\$	407,41	407,41
CARGOPEX	NF	4029-A-1	23/09/2014	31/10/2014	R\$	414,00	414,00
						<b>R\$ 1.483,41</b>	<b>R\$ 1.483,41</b>

**Razão Social:** AGUIA DIESEL LTDA  
**CNPJ/CPF:** 01.092.089/0001-26  
**Endereço:** AV CASTELO BRANCO, 5728  
**Bairro:** SÃO FRANCISCO  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.455-050  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	16886-4-1	25/09/2014	23/09/2014	R\$	2.103,71	2.103,71
CARGOPEX	NF	17030-4-1	25/09/2014	25/09/2014	R\$	2,96	2,96
CARGOPEX	NF	11901-A-1	30/10/2014	25/09/2014	R\$	138,00	138,00
CARGOPEX	NF	17153-4-1	31/03/2015	30/10/2014	R\$	445,00	445,00
						<b>R\$ 2.689,67</b>	<b>R\$ 2.689,67</b>

**Razão Social:** ALGAR TELECOM S/A  
**CNPJ/CPF:** 71.208.516/0001-74  
**Endereço:** R JOSE ALVES GARCIA, 415  
**Bairro:** BRASIL  
**Cidade/UF:** UBERLANDIA - MG  
**CEP:** 38.400-668  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	46971-U-1	16/09/2014	22/10/2014	R\$	516,74	516,74
						<b>R\$ 516,74</b>	<b>R\$ 516,74</b>

**Razão Social:** ANADIESEL S/A  
**CNPJ/CPF:** 01.018.332/0001-66  
**Endereço:** ROD BR 060, S/N, KM 102, LADO ESQ. SENTIDO ANAPOLIS/GOIANIA  
**Bairro:** ZONA URBANA  
**Cidade/UF:** ANAPOLIS - GO  
**CEP:** 75.135-040  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	75287-2-1	03/10/2014	25/09/2014	R\$	162,00	162,00
CARGOPEX	NF	22401-A-1	23/09/2014	01/10/2014	R\$	80,00	80,00
						R\$ 242,00	R\$ 242,00

**Razão Social:** ANDRADE E URIAS LTDA  
**CNPJ/CPF:** 01.138.114/0001-65  
**Endereço:** ROD BR 040 KM 102, S/N  
**Bairro:** CRISTALINA  
**Cidade/UF:** CRISTALINA - GO  
**CEP:** 73.850-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	43044-1-1	04/08/2014	12/08/2014	R\$	11.386,38	11.386,38
CARGOPEX	NF	43044-1-1	14/07/2014	12/08/2014	R\$	3.247,67	3.247,67
						R\$ 14.634,05	R\$ 14.634,05

**Razão Social:** ANGELO GUERRA NETO  
**CNPJ/CPF:** 117.700.928-54  
**Endereço:** AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, 1545, SALA 75, CONJ COMERCIAL 73,  
**Bairro:** VILA NOVAA CONCEICAO  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 04.543-011  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	1059/2013-0	01/02/2013	31/10/2015	R\$	1.883.117,28	1.883.117,28
						R\$ 1.883.117,28	R\$ 1.883.117,28

**Razão Social:** AUTO ACESSORIOS BIRIBA LTDA  
**CNPJ/CPF:** 02.739.860/0001-77  
**Endereço:** AV AVENIDA PEDRO LUDOVICO, 3.323, QUADRA 87 A LOTE 1A  
**Bairro:** PARQUE OESTE INDUSTRIAL  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.375-400  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	108912-1-1	25/11/2014	31/10/2014	R\$	43,26	43,26
CARGOPEX	NF	112857-1-1	30/11/2014	25/11/2014	R\$	799,82	799,82

CARGOPEX	NF	111974-1-1	17/09/2014	01/12/2014	R\$	270,36	fls. 124
						R\$ 1.113,44	R\$ 1.113,44

**Razão Social:** AUTO PECAS CANDIDO TAVARES LTDA  
**CNPJ/CPF:** 69.289.320/0001-00  
**Endereço:** AV CORONEL QUITO JUNQUEIRA, 547  
**Bairro:** CAMPOS ELISEOS  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.085-620  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	28451-1-1	31/10/2014	20/10/2014	R\$	248,14	248,14
CARGOPEX	NF	28680-1-1	31/10/2014	03/11/2014	R\$	485,85	485,85
CARGOPEX	NF	28680-1-2	31/10/2014	21/12/2014	R\$	483,00	483,00
CARGOPEX	NF	28680-1-3	31/10/2014	22/10/2014	R\$	483,00	483,00
CARGOPEX	NF	28680-1-4	08/12/2014	19/02/2015	R\$	483,00	483,00
CARGOPEX	NF	29977-1-1	22/10/2014	08/12/2014	R\$	56,92	56,92
						R\$ 2.239,91	R\$ 2.239,91

**Razão Social:** AUTO POSTO CARRIJO LTDA  
**CNPJ/CPF:** 25.025.354/0001-11  
**Endereço:** ROD GO 330, S/N, KM 82 MARG ESQUERDA  
**Bairro:** ZONA RURAL  
**Cidade/UF:** VIANOPOLIS - GO  
**CEP:** 75.260-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	5209-1-1	20/02/2015	23/02/2015	R\$	6.517,80	6.517,80
CARGOPEX	NF	5245-1-1	23/02/2015	20/02/2015	R\$	5.160,37	5.160,37
CARGOPEX	NF	5177-1-1	23/02/2015	05/03/2015	R\$	9.866,20	9.866,20
CARGOPEX	NF	5277-1-1	10/11/2014	23/02/2015	R\$	2.922,30	2.922,30
						R\$ 24.466,67	R\$ 24.466,67

**Razão Social:** BANCO BRADESCO SA  
**CNPJ/CPF:** 60.746.948/0001-12  
**Endereço:** NUC CIDADE DE DEUS, S/N  
**Bairro:** VILA YARA  
**Cidade/UF:** OSASCO - SP  
**CEP:** 06.029-900  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
RGOPLEX CONSULTOF	CONTRATO	AG 3376 CC	21/11/2014		R\$	8.115,23	8.115,23
						R\$ 8.115,23	R\$ 8.115,23

**Razão Social:** BANCO CITIBANK S A  
**CNPJ/CPF:** 33.479.023/0001-80  
**Endereço:** AV PAULISTA, 1111, 2 ANDAR  
**Bairro:** BELA VISTA  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 01.311-920  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	AG 0016 CC	27/12/2013		R\$	189.847,95	189.847,95
CARGOPEX	CONTRATO	40/LENDING		06/10/2018	R\$	2.000.000,00	2.000.000,00
						R\$ 2.189.847,95	R\$ 2.189.847,95

**Razão Social:** BANCO DO BRASIL S.A.  
**CNPJ/CPF:** 00.000.000/0028-01  
**Endereço:** R DUQUE DE CAXIAS, 725  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 14.015-020  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	2817372	06/10/2014	17/02/2014	R\$	19.742,44	19.742,44
CARGOPEX	CONTRATO	2812185	25/02/2013	29/03/2010	R\$	898.680,11	898.680,11
CARGOPEX	CONTRATO	2816910	03/04/2009	17/02/2014	R\$	322.900,62	322.900,62
						R\$ 1.241.323,17	R\$ 1.241.323,17

**Razão Social:** BANCO SAFRA S A  
**CNPJ/CPF:** 58.160.789/0001-28  
**Endereço:** AV PAULISTA, 2100  
**Bairro:** PAULISTA  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 01.310-930  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	1312167 - 10	02/05/2013	28/12/2015	R\$	789.058,44	789.058,44
						R\$ 789.058,44	R\$ 789.058,44

**Razão Social:** BANCO VOTORANTIM S.A.  
**CNPJ/CPF:** 59.588.111/0001-03  
**Endereço:** AV DAS NACOES UNIDAS, 14171, TORRE A, ANDAR 18  
**Bairro:** VILA GERTRUDES  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 04.794-000  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	10156498	25/02/2013	09/09/2015	R\$	367.206,94	367.206,94



Razão Social: BEACHCRED GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTOS LTDA  
CNPJ/CPF: 07.937.062/0001-73  
Endereço: R DR. JORGE LOBATO, 882, SALA 01  
Bairro: RIBEIRÃO PRETO  
Cidade/UF: SÃO PAULO - SP  
CEP: 14.050-110  
Origem: EMPRESTIMO  
Natureza: FINANCEIRO  
Classificação: QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	02/2015	15/05/2011	30/11/2015	R\$	963.823,93	963.823,93
						R\$ 963.823,93	R\$ 963.823,93

Razão Social: BELCAR CAMINHOES E MAQUINAS LTDA  
CNPJ/CPF: 02.212.918/0001-20  
Endereço: ROD BR 153, S/N, KM 1282  
Bairro: ALTO DA GLORIA  
Cidade/UF: GOIANIA - GO  
CEP: 74.815-780  
Origem: BENS E SERVIÇOS  
Natureza: COMERCIAL  
Classificação: QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	340863-2-1	23/09/2014	01/04/2015	R\$	127,05	127,05
						R\$ 127,05	R\$ 127,05

Razão Social: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
CNPJ/CPF: 00.360.305/0001-04  
Endereço: SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTE, 3/4, PRESI/GECOL 21 ANDAR  
Bairro: ASA SUL  
Cidade/UF: BRASILIA - DF  
CEP: 70.092-900  
Origem: EMPRESTIMO  
Natureza: FINANCEIRO  
Classificação: QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	21.2946.734.	25/06/2013	30/04/2016	R\$	475.000,00	475.000,00
CARGOPEX	CONTRATO	21.2946.734.	09/10/2013	30/10/2016	R\$	72.306,42	72.306,42
CARGOPEX	CONTRATO	21.2946.734.	13/01/2014	09/02/2017	R\$	52.020,59	52.020,59
CARGOPEX	CONTRATO	21.2946.734.	27/03/2014	13/05/2017	R\$	82.697,77	82.697,77
CARGOPEX	CONTRATO	21.2946.734.	03/07/2014	30/07/2017	R\$	53.375,00	53.375,00
CARGOPEX	CONTRATO	21.2946.734.	02/05/2013	10/11/2017	R\$	84.550,00	84.550,00
CARGOPEX	CONTRATO	CCB 120829	27/10/2013	02/05/2018	R\$	111.950,13	111.950,13
						R\$ 931.899,91	R\$ 931.899,91

**Razão Social:** CARRETEIRO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA  
**CNPJ/CPF:** 01.272.434/0010-02  
**Endereço:** AV SAO FRANCISCO, 40, QD. 99 LT. 1/8  
**Bairro:** SANTA GENOVEVA  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.670-400  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	18799-1-1	31/10/2014	23/10/2014	R\$	48.000,39	48.000,39
CARGOPEX	NF	19058-1-1	25/09/2014	12/01/2015	R\$	16.402,62	16.402,62
CARGOPEX	NF	18878-1-1	10/11/2014	03/11/2014	R\$	80.102,05	80.102,05
CARGOPEX	NF	18986-1-1	12/01/2015	10/11/2014	R\$	69.194,49	69.194,49
						R\$ 213.699,55	R\$ 213.699,55

**Razão Social:** CCB BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A  
**CNPJ/CPF:** 69.720.910/0001-45  
**Endereço:** AL RIO NEGRO, 161, LOJA 3 EDIF WEST POINT  
**Bairro:** ALPHAVILLE  
**Cidade/UF:** BARUERI - SP  
**CEP:** 06.454-000  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	1251946	28/03/2013	18/12/2014	R\$	879.998,10	879.998,10
						R\$ 879.998,10	R\$ 879.998,10

**Razão Social:** CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D  
**CNPJ/CPF:** 01.543.032/0001-04  
**Endereço:** R 2 QUADRA A-37, S/N, EDIF GILENO GODOI  
**Bairro:** JARDIM GOIAS  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.805-180  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	2352643-4-1	04/08/2014	06/10/2015	R\$	80,15	80,15
						R\$ 80,15	R\$ 80,15

**Razão Social:** CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A.  
**CNPJ/CPF:** 04.088.208/0001-65  
**Endereço:** R MINAS BOGASIAN, 253  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** OSASCO - SP  
**CEP:** 06.013-010  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	158245145-	21/10/2014	25/08/2014	R\$	63.937,51	63.937,51

CARGOPEX	NF	164656462-	25/08/2014	27/10/2014	R\$	793,67	fls. 128
						R\$ 64.731,18	R\$ 64.731,18

**Razão Social:** CLARO S.A.  
**CNPJ/CPF:** 02.558.157/0001-62  
**Endereço:** AV ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376  
**Bairro:** CIDADE MONCOES  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 04.571-936  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	46302-A-1	05/06/2015	08/05/2015	R\$	22,55	22,55
CARGOPEX	NF	2358096-C-1	03/11/2015	06/11/2015	R\$	483,38	483,38
CARGOPEX	NF	1925842-C-1	04/10/2015	30/09/2015	R\$	627,68	627,68
CARGOPEX	NF	1076435-C-1	04/09/2015	30/09/2015	R\$	1.267,90	1.267,90
CARGOPEX	NF	4394-C-1	01/09/2015	05/08/2015	R\$	1.258,60	1.258,60
CARGOPEX	NF	1085669-C-1	05/06/2015	12/06/2015	R\$	1.040,45	1.040,45
CARGOPEX	NF	52079-A-1	04/10/2015	25/06/2015	R\$	3,42	3,42
CARGOPEX	NF	2290694-C-1	22/08/2014	02/12/2015	R\$	521,71	521,71
CARGOPEX	NF	1174022-C-1	05/07/2015	25/06/2015	R\$	1.054,90	1.054,90
CARGOPEX	NF	51702-A-1	04/04/2015	06/11/2015	R\$	8,12	8,12
CARGOPEX	NF	16708-A-1	17/09/2014	22/08/2014	R\$	5.107,50	5.107,50
CARGOPEX	NF	32434-U-1	18/07/2014	08/08/2014	R\$	36,59	36,59
CARGOPEX	NF	30310-A-1	18/07/2014	08/08/2014	R\$	40,37	40,37
CARGOPEX	NF	32435-A-1	18/07/2014	08/08/2014	R\$	1,56	1,56
CARGOPEX	NF	2981-B1-1	18/07/2014	28/07/2014	R\$	46,75	46,75
CARGOPEX	NF	2982-B1-1	18/07/2014	28/07/2014	R\$	869,63	869,63
CARGOPEX	NF	30311-U-1	29/07/2014	25/07/2014	R\$	5,50	5,50
CARGOPEX	NF	92798-U-1	25/08/2014	25/07/2014	R\$	2.054,14	2.054,14
CARGOPEX	NF	3004-U-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	33,36	33,36
CARGOPEX	NF	3005-U-1	26/08/2014	29/08/2014	R\$	1.016,48	1.016,48
CARGOPEX	NF	111038-B1-1	17/07/2014	29/07/2014	R\$	2.054,18	2.054,18
CARGOPEX	NF	28030-A-1	03/09/2014	05/09/2014	R\$	92,83	92,83
CARGOPEX	NF	95808-B1-1	09/10/2014	13/09/2014	R\$	2.054,18	2.054,18
CARGOPEX	NF	26506-U-1	27/06/2014	09/10/2014	R\$	45,03	45,03
CARGOPEX	NF	1103713-C-1	04/05/2015	08/05/2015	R\$	1.415,86	1.415,86
CARGOPEX	NF	75-B1-1	25/08/2014	31/05/2014	R\$	0,53	0,53
CARGOPEX	NF	29-U-1	16/09/2014	29/08/2014	R\$	1,73	1,73
CARGOPEX	NF	13257-U-1	17/10/2014	14/09/2014	R\$	125,96	125,96
CARGOPEX	NF	12273-U-1	20/10/2014	17/10/2014	R\$	29,93	29,93

CARGOPEX	NF	289-U-1	20/10/2014	20/10/2014	R\$	15,52	15,52
CARGOPEX	NF	290-U-1	20/02/2015	20/10/2014	R\$	1,36	1,36
CARGOPEX	NF	34557-A-1	12/09/2014	31/05/2014	R\$	10,45	10,45
CARGOPEX	NF	28029-U-1	02/09/2014	05/09/2014	R\$	29,95	29,95
CARGOPEX	NF	3178-U-1	22/10/2014	20/10/2014	R\$	125,64	125,64
CARGOPEX	NF	17553-A-1	13/10/2014	17/09/2014	R\$	1.430,00	1.430,00
CARGOPEX	NF	18354-A-1	22/08/2014	13/10/2014	R\$	120,00	120,00
CARGOPEX	NF	70123-A-1	27/02/2015	22/08/2014	R\$	453,14	453,14
CARGOPEX	NF	72394-A-1	27/02/2015	02/03/2015	R\$	453,14	453,14
CARGOPEX	NF	74907-A-1	27/02/2015	02/03/2015	R\$	453,14	453,14
CARGOPEX	NF	9033-U-1	15/07/2014	20/06/2014	R\$	0,72	0,72
CARGOPEX	NF	77442-A-1	19/08/2014	02/03/2015	R\$	453,14	453,14
CARGOPEX	NF	640775-U-1	16/09/2014	18/08/2014	R\$	172,52	172,52
CARGOPEX	NF	115711-A-1	08/10/2014	29/10/2014	R\$	79,64	79,64
CARGOPEX	NF	3177-1-1	20/10/2014	20/10/2014	R\$	97,50	97,50
CARGOPEX	NF	145613-U-1	15/04/2014	22/10/2014	R\$	5,01	5,01
CARGOPEX	NF	713366-U-1	14/07/2014	30/04/2014	R\$	0,07	0,07
CARGOPEX	NF	716176-U-1	21/07/2014	15/07/2014	R\$	162,28	162,28
CARGOPEX	NF	713365-U-1	31/07/2014	30/04/2014	R\$	0,10	0,10
CARGOPEX	NF	689852-U-1	26/08/2014	31/07/2014	R\$	270,16	270,16
CARGOPEX	NF	435540-U-1	03/09/2014	29/08/2014	R\$	242,55	242,55
CARGOPEX	NF	686471-U-1	03/09/2014	05/09/2014	R\$	60,68	60,68
CARGOPEX	NF	686472-U-1	22/08/2014	05/09/2014	R\$	160,39	160,39
CARGOPEX	NF	103921-A-1	17/09/2014	22/08/2014	R\$	1.728,69	1.728,69
CARGOPEX	NF	107860-A-1	29/10/2014	27/09/2014	R\$	1.339,13	1.339,13
CARGOPEX	NF	3273-U-1	20/10/2014	16/09/2014	R\$	22,01	22,01
						R\$ 29.207,75	R\$ 29.207,75

**Razão Social:** CTF TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA  
**CNPJ/CPF:** 72.840.002/0006-04  
**Endereço:** R NELSON CAMARGO, 315, PISO 01  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** OSASCO - SP  
**CEP:** 06.010-070  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	108755-U-1	29/07/2014	10/08/2014	R\$	643,26	643,26
CARGOPEX	NF	646154-1-1	25/08/2014	21/08/2014	R\$	1.000,00	1.000,00
CARGOPEX	NF	111592-A-1	23/10/2014	04/09/2014	R\$	643,26	643,26
CARGOPEX	NF	646153-1-1	22/07/2014	24/06/2014	R\$	1.000,00	1.000,00

R\$ 3.286,52

R\$ 3.286,52

**Razão Social:** DANILO ARAUJO DA SILVA MEIRELES  
**CNPJ/CPF:** 026.258.151-59  
**Endereço:** RUA GOIANIA  
**Bairro:** GOIANIA  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.000-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17352-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	2.599,47	2.599,47
						R\$ 2.599,47	R\$ 2.599,47

**Razão Social:** DICOPY COPIADORA E SERVICOS LTDA  
**CNPJ/CPF:** 04.189.041/0001-29  
**Endereço:** AV SENADOR CESAR VERGUEIRO, 990  
**Bairro:** JARDIM IRAJA  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.020-510  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	640313-1-1	07/10/2014	25/09/2014	R\$	540,00	540,00
CARGOPEX	NF	6633-1-1	11/11/2014	20/10/2014	R\$	540,00	540,00
CARGOPEX	NF	out/14-1-1	03/02/2014	25/11/2014	R\$	540,00	540,00
						R\$ 1.620,00	R\$ 1.620,00

**Razão Social:** DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA S.A.  
**CNPJ/CPF:** 61.490.561/0086-08  
**Endereço:** AV CENTRAL , SN, QUADRA: 197; LOTE: 05E C-1 C-2 ; : FAZ CAVEIRAS;  
**Bairro:** SETOR EMPRESARIAL  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.583-350  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	211548-10-1	18/07/2014	10/11/2014	R\$	2.804,40	2.804,40
						R\$ 2.804,40	R\$ 2.804,40

**Razão Social:** DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA  
**CNPJ/CPF:** 01.256.137/0007-60  
**Endereço:** ROD VIA JOSE LUIS GALVAO, 2200, SALA: 06; SETOR: SS-016  
**Bairro:** BOM JESUS  
**Cidade/UF:** RIBEIRAO PRETO - SP  
**CEP:** 14.057-800  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	6502-1-1	16/09/2014	06/08/2014	R\$	27.151,20	27.151,20

R\$ 27.151,20

R\$ 27.151,20

**Razão Social:** EFRAIM DORNELLES GRACA  
**CNPJ/CPF:** 185.699.941-68  
**Endereço:** QD Q508 CJ 15, 10 CJ 15 LT 9 R DAS EMAS  
**Bairro:** RECANTO DAS EMAS  
**Cidade/UF:** BRASILIA - DF  
**CEP:** 72.660-075  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17313-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	2.335,20	2.335,20
						R\$ 2.335,20	R\$ 2.335,20

**Razão Social:** FABIANO VITAL GUERRA  
**CNPJ/CPF:** 162.070.818-38  
**Endereço:** RUA CORONEL JOSÉ ALVES FERREIRA, Nº 819  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** IGARAPAVA - SP  
**CEP:** 14540-000  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	1062/2013-0	30/11/2015		R\$	150.000,00	150.000,00
						R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00

**Razão Social:** FACILYTHO CAPITAL E RENTABILIDADE  
**CNPJ/CPF:** 20.232.917/0001-29  
**Endereço:** AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 1545, SALA 54 F TORRE COM. HORIZO  
**Bairro:** VILA NOVAA CONCEICAO  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 04.543-011  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	01/2015 - 03	30/11/2015	30/11/2015	R\$	2.079.010,00	2.079.010,00
						R\$ 2.079.010,00	R\$ 2.079.010,00

**Razão Social:** ITAU UNIBANCO S.A.  
**CNPJ/CPF:** 60.701.190/0001-04  
**Endereço:** PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100, TORRE OLAVO SETUBAL  
**Bairro:** PARQUE JABAQUARA  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 04.344-902  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	34203464-2	21/10/2013	27/10/2015	R\$	64.395,89	64.395,89
						R\$ 64.395,89	R\$ 64.395,89

**Razão Social:** JEOVA DOS SANTOS OLIVEIRA  
**CNPJ/CPF:** 022.724.691-83  
**Endereço:** ROSA MARIA, QD 63, LT 05  
**Bairro:** JD BALNEARIO MEIA PONTE  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.593-470  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17353-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	5.217,12	5.217,12
CARGOPEX	NF	17354-EX9-1	21/11/2024	21/11/2014	R\$	3.287,87	3.287,87
						R\$ 8.504,99	R\$ 8.504,99

**Razão Social:** JOAO DA CRUZ RODRIGUES DE ARAUJO  
**CNPJ/CPF:** 852.340.283-72  
**Endereço:** RUA F10 CONDOMINIO DAKATA, TORRE 5, AP 3  
**Bairro:** RESIDENCIAL FLORIDA  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.371-204  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17361-EX9-1	30/11/2012	21/11/2014	R\$	1.037,86	1.037,86
						R\$ 1.037,86	R\$ 1.037,86

**Razão Social:** LAPONIA SUDESTE LTDA.  
**CNPJ/CPF:** 04.422.548/0002-61  
**Endereço:** ROD ANHANGUERA, S/N, KM 306 PARTE  
**Bairro:** LAGOINHA  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.030-500  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	41035-A-4	31/07/2014	23/12/2014	R\$	6.074,75	6.074,75
CARGOPEX	NF	41035-A-3	25/08/2014	23/11/2014	R\$	6.074,75	6.074,75
						R\$ 12.149,50	R\$ 12.149,50

**Razão Social:** MANOEL BARBOSA DA COSTA  
**CNPJ/CPF:** 026.541.051-72  
**Endereço:** RUA DA INDEPENDENCIA  
**Bairro:** CAPUAVA  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.450-400  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17356-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	658,42	658,42
						R\$ 658,42	R\$ 658,42



**Razão Social:** MARCOS JOSE PERREIRA  
**CNPJ/CPF:** 618.763.721-68  
**Endereço:** DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA  
**Bairro:** SETOR CENTRAL  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.003-010  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17318-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	5.059,60	5.059,60
						R\$ 5.059,60	R\$ 5.059,60

**Razão Social:** MAURO FERREIRA DE CARVALHO  
**CNPJ/CPF:** 273.992.576-04  
**Endereço:** SC 3  
**Bairro:** SETOR GOIANIA 2  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.665-590  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17316-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	4.865,00	4.865,00
						R\$ 4.865,00	R\$ 4.865,00

**Razão Social:** OI MOVEI S.A.  
**CNPJ/CPF:** 05.423.963/0004-64  
**Endereço:** BR 153, KM 6, S/N, BLOCO 3, 1. ANDAR  
**Bairro:** VILA REDENCAO  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.845-090  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	4566-U-1	16/09/2014	16/09/2014	R\$	31,39	31,39
CARGOPEX	NF	4582-U-1	20/10/2014	16/09/2014	R\$	198,50	198,50
CARGOPEX	NF	4505-U-1	20/10/2014	01/11/2014	R\$	394,44	394,44
CARGOPEX	NF	4506-U-1	20/10/2014	01/11/2014	R\$	433,76	433,76
CARGOPEX	NF	4508-U-1	16/09/2014	01/11/2014	R\$	268,10	268,10
						R\$ 1.326,19	R\$ 1.326,19

**Razão Social:** PAPELARIA TRIBUTARIA LTDA  
**CNPJ/CPF:** 00.905.760/0001-48  
**Endereço:** R 5, 833, QUADRAC5 LOTE 23E  
**Bairro:** OESTE  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.115-060  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
---------	------	-----------	--------	------------	-------	-------	------------------

CARGOPEX	NF	85358-3-1	25/07/2014	06/11/2014	R\$	526,00	fls. 124
						R\$ 526,00	R\$ 526,00

**Razão Social:** PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A  
**CNPJ/CPF:** 34.274.233/0295-00  
**Endereço:** ROD ANEL VIARIO, S/N, TRECHO NORTE  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.030-549  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	504396-0-1	16/07/2014	16/07/2014	R\$	10.672,50	10.672,50
CARGOPEX	NF	504397-0-1	16/07/2014	16/07/2014	R\$	11.296,50	11.296,50
CARGOPEX	NF	503465-0-1	16/07/2014	07/07/2014	R\$	22.593,00	22.593,00
CARGOPEX	NF	481225-0-1	04/04/2015	16/07/2014	R\$	11.039,50	11.039,50
						R\$ 55.601,50	R\$ 55.601,50

**Razão Social:** POSTO NEROPOLIS LTDA  
**CNPJ/CPF:** 04.755.122/0001-49  
**Endereço:** ROD GO 080, S/N, KM 26  
**Bairro:** PERIMETRO URBANO  
**Cidade/UF:** NEROPOLIS - GO  
**CEP:** 75.460-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	284870-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.434,65	1.434,65
CARGOPEX	NF	285261-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	760,00	760,00
CARGOPEX	NF	284933-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.299,50	1.299,50
CARGOPEX	NF	284932-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.170,00	1.170,00
CARGOPEX	NF	284931-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.491,80	1.491,80
CARGOPEX	NF	284911-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.600,00	1.600,00
CARGOPEX	NF	284910-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.024,01	1.024,01
CARGOPEX	NF	284880-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.707,57	1.707,57
CARGOPEX	NF	284869-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	141,00	141,00
CARGOPEX	NF	284850-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	284849-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	284839-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.155,54	1.155,54
CARGOPEX	NF	284838-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.188,50	1.188,50
CARGOPEX	NF	284834-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.255,01	1.255,01
CARGOPEX	NF	284909-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	994,43	994,43
CARGOPEX	NF	285326-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285386-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.470,46	1.470,46

CARGOPEX	NF	285380-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.460,64	1.460,64
CARGOPEX	NF	285378-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.559,48	1.559,48
CARGOPEX	NF	285352-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.151,38	1.151,38
CARGOPEX	NF	285349-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285336-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	716,70	716,70
CARGOPEX	NF	285283-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285327-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.205,16	1.205,16
CARGOPEX	NF	285291-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.448,89	1.448,89
CARGOPEX	NF	285324-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.291,81	1.291,81
CARGOPEX	NF	285321-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285315-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	158,83	158,83
CARGOPEX	NF	285305-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	119,76	119,76
CARGOPEX	NF	285300-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.644,96	1.644,96
CARGOPEX	NF	284819-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.445,33	1.445,33
CARGOPEX	NF	285328-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285114-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	284821-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285147-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285138-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.210,01	1.210,01
CARGOPEX	NF	285137-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.420,01	1.420,01
CARGOPEX	NF	285121-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285117-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285176-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285115-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285194-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.153,00	1.153,00
CARGOPEX	NF	285107-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.120,17	1.120,17
CARGOPEX	NF	285106-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.125,00	1.125,00
CARGOPEX	NF	285105-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.322,00	1.322,00
CARGOPEX	NF	285092-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.534,63	1.534,63
CARGOPEX	NF	285084-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.159,15	1.159,15
CARGOPEX	NF	285083-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.266,00	1.266,00
CARGOPEX	NF	285116-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285231-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.520,03	1.520,03
CARGOPEX	NF	285393-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.674,80	1.674,80
CARGOPEX	NF	284818-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	284817-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	284816-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	284814-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00

CARGOPEX	NF	284809-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.121,00	1.121,00
CARGOPEX	NF	285148-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285232-1-1	15/09/2014	12/09/2014	R\$	1.416,43	1.416,43
CARGOPEX	NF	284820-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285230-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.565,00	1.565,00
CARGOPEX	NF	285229-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.395,00	1.395,00
CARGOPEX	NF	285227-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285226-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285225-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285199-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	97,05	97,05
CARGOPEX	NF	285540-1-1	17/09/2014	15/09/2014	R\$	179,69	179,69
CARGOPEX	NF	284968-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	284958-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	955,60	955,60
CARGOPEX	NF	285013-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285024-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.015,00	1.015,00
CARGOPEX	NF	285045-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.299,50	1.299,50
CARGOPEX	NF	284988-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.322,84	1.322,84
CARGOPEX	NF	284987-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.703,84	1.703,84
CARGOPEX	NF	285006-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	157,62	157,62
CARGOPEX	NF	284996-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.377,47	1.377,47
CARGOPEX	NF	284969-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285007-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.554,20	1.554,20
CARGOPEX	NF	284967-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	47,00	47,00
CARGOPEX	NF	285392-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	86,01	86,01
CARGOPEX	NF	285055-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	716,70	716,70
CARGOPEX	NF	285391-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.410,89	1.410,89
CARGOPEX	NF	281724-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	479,80	479,80
CARGOPEX	NF	284948-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.547,00	1.547,00
CARGOPEX	NF	284949-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.519,01	1.519,01
CARGOPEX	NF	284957-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	66,00	66,00
CARGOPEX	NF	284972-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	1.194,47	1.194,47
CARGOPEX	NF	285400-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.615,28	1.615,28
CARGOPEX	NF	285415-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.448,70	1.448,70
CARGOPEX	NF	285422-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	1.228,10	1.228,10
CARGOPEX	NF	285506-1-1	17/09/2014	17/09/2014	R\$	122,88	122,88
CARGOPEX	NF	285511-1-1	21/10/2014	17/09/2014	R\$	94,00	94,00
CARGOPEX	NF	285012-1-1	12/09/2014	12/09/2014	R\$	32,00	32,00
R\$ 72.142,29						R\$ 72.142,29	R\$ 72.142,29

**Razão Social:** POSTO, RESTAURANTE E LANCHONETE DO TREVO LTDA  
**CNPJ/CPF:** 55.973.291/0001-96  
**Endereço:** ROD ANHANGUERA, S/N, KM 320  
**Bairro:** Alto da Boa Vista  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.025-480  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	160308-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	1.406,00	1.406,00
CARGOPEX	NF	160068-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	740,00	740,00
CARGOPEX	NF	160069-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	1.118,08	1.118,08
CARGOPEX	NF	160080-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	80,00	80,00
CARGOPEX	NF	160315-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	1.807,03	1.807,03
CARGOPEX	NF	160317-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	1.412,90	1.412,90
CARGOPEX	NF	160356-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	160,00	160,00
CARGOPEX	NF	160357-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	1.716,96	1.716,96
CARGOPEX	NF	160358-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	500,00	500,00
CARGOPEX	NF	161106-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	260,00	260,00
CARGOPEX	NF	161107-3-1	31/07/2014	29/07/2014	R\$	250,00	250,00
CARGOPEX	NF	160071-3-1	15/10/2014	31/07/2014	R\$	80,00	80,00
CARGOPEX	NF	160077-3-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	660,45	660,45
						<b>R\$ 10.191,42</b>	<b>R\$ 10.191,42</b>

**Razão Social:** RIBEIRAO DIESEL S A VEICULOS  
**CNPJ/CPF:** 45.231.016/0001-43  
**Endereço:** AV CASTELO BRANCO, 51  
**Bairro:** JD CASTELO BRANCO  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.095-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	142649-2-1	19/03/2015	19/03/2015	R\$	803,05	803,05
CARGOPEX	NF	144537-2-1	01/06/2015	01/04/2015	R\$	811,00	811,00
CARGOPEX	NF	143075-2-3	19/03/2015	19/03/2015	R\$	1.230,00	1.230,00
CARGOPEX	NF	143075-2-2	19/03/2015	19/03/2015	R\$	1.230,00	1.230,00
CARGOPEX	NF	143075-2-1	19/03/2015	19/03/2015	R\$	1.230,00	1.230,00
CARGOPEX	NF	142649-2-2	19/03/2015	19/03/2015	R\$	802,81	802,81
CARGOPEX	NF	142548-2-1	07/07/2014	06/07/2015	R\$	192,22	192,22
CARGOPEX	NF	144036-2-1	19/03/2015	23/12/2014	R\$	1.042,56	1.042,56
CARGOPEX	NF	143664-2-1	23/12/2014	23/12/2014	R\$	3.136,00	3.136,00
CARGOPEX	NF	29256-A-1	23/12/2014	23/09/2014	R\$	2.768,40	2.768,40

CARGOPEX	NF	138493-2-1	23/09/2014	22/09/2014	R\$	5.385,06	5.385,06
CARGOPEX	NF	135942-2-3	22/09/2014	03/11/2014	R\$	1.616,06	1.616,06
CARGOPEX	NF	135035-2-3	15/08/2014	29/10/2014	R\$	1.304,40	1.304,40
CARGOPEX	NF	142649-2-3	19/03/2015	19/03/2015	R\$	802,80	802,80
						R\$ 22.354,36	R\$ 22.354,36

**Razão Social:** RODOVIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA  
**CNPJ/CPF:** 17.361.190/0001-75  
**Endereço:** AV L-1, S/N, MARGEM DA ROD BR 050 KM 281  
**Bairro:** JK  
**Cidade/UF:** CATALAO - GO  
**CEP:** 75.709-155  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	6049-1-1	29/10/2014	25/09/2014	R\$	275,00	275,00
						R\$ 275,00	R\$ 275,00

**Razão Social:** SAO FRANCISCO SISTEMAS DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA  
**CNPJ/CPF:** 01.613.433/0001-85  
**Endereço:** AV PORTUGAL, 545, ANDAR 3, SALA 2  
**Bairro:** JARDIM SÃO LUIZ  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.020-380  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
RGOPEX CONSULTOF	NF	1532376-A-1	13/06/2014	08/05/2015	R\$	295,72	295,72
RGOPEX CONSULTOF	NF	1301196-A-1	01/04/2015	05/01/2015	R\$	822,05	822,05
RGOPEX CONSULTOF	NF	1366714-A-1	31/12/2014	05/01/2015	R\$	729,48	729,48
RGOPEX CONSULTOF	NF	1249816-A-1	23/12/2014	03/11/2014	R\$	2.188,30	2.188,30
RGOPEX CONSULTOF	NF	1196563-A-1	03/11/2014	29/10/2014	R\$	2.677,54	2.677,54
CARGOPEX	NF	1249384-A-1	29/07/2014	15/11/2014	R\$	5.232,21	5.232,21
CARGOPEX	NF	1196310-A-1	03/11/2014	15/10/2014	R\$	5.968,37	5.968,37
CARGOPEX	NF	1139870-A-1	29/10/2014	15/09/2014	R\$	9.085,37	9.085,37
						R\$ 26.999,04	R\$ 26.999,04

**Razão Social:** SETCEPAR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO  
**CNPJ/CPF:** 76.684.737/0001-32  
**Endereço:** R ALMIRANTE GONCALVES, 1966  
**Bairro:** REBOUCAS  
**Cidade/UF:** CURITIBA - PR  
**CEP:** 80.250-150  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	20139-1-1	30/09/2015	03/02/2015	R\$	291,17	291,17

**Razão Social:** SINDICATO DAS EMP.TRANSF DE CARGAS DO TRIANGULO MINEIRO  
**CNPJ/CPF:** 22.229.843/0001-05  
**Endereço:** AV MARCOS DE FREITAS COSTA, 730, SALA 09  
**Bairro:** DANIEL FONSECA  
**Cidade/UF:** UBERLANDIA - MG  
**CEP:** 38.400-328  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	20138-1-1	31/01/2015	03/02/2015	R\$	502,95	502,95
						R\$ 502,95	R\$ 502,95

**Razão Social:** SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE R P  
**CNPJ/CPF:** 51.827.301/0001-24  
**Endereço:** R BRUNO MALFARA, 811  
**Bairro:** PQ INDL AVEL A PALMA  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.077-270  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	20134-1-1	31/01/2015	03/02/2015	R\$	604,15	604,15
						R\$ 604,15	R\$ 604,15

**Razão Social:** SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA DO ESTADO  
**CNPJ/CPF:** 02.220.036/0001-06  
**Endereço:** R T 28, 887  
**Bairro:** ST BUENO  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.210-040  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	20137-1-1	31/01/2015	31/01/2015	R\$	1.019,85	1.019,85
						R\$ 1.019,85	R\$ 1.019,85

**Razão Social:** SUECIA VEICULOS S.A.  
**CNPJ/CPF:** 02.714.977/0001-04  
**Endereço:** ROD BR 153, S/N, KM 515 LOTE 1-A, ACRESCIMO  
**Bairro:** RETIRO DO BOSQUE  
**Cidade/UF:** APARECIDA DE GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.990-728  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	53512-A-1	30/10/2014	30/10/2014	R\$	229,48	229,48
CARGOPEX	NF	182292-5-1	17/10/2014	07/11/2014	R\$	3.192,86	3.192,86
CARGOPEX	NF	182292-5-2	30/10/2014	10/12/2014	R\$	3.192,87	3.192,87

CARGOPEX	NF	182123-5-1	30/10/2014	30/10/2014	R\$	566,52	566,52
CARGOPEX	NF	53632-A-1	19/06/2015	07/11/2014	R\$	614,27	614,27
CARGOPEX	NF	208088-5-1	19/06/2015	06/07/2015	R\$	905,76	905,76
CARGOPEX	NF	72322-A-1	02/01/2014	06/07/2015	R\$	194,24	194,24
CARGOPEX	NF	182115-5-1	30/10/2014	10/11/2014	R\$	1.470,52	1.470,52
CARGOPEX	NF	177874-5-1	17/10/2014	23/09/2014	R\$	4.649,61	4.649,61
						R\$ 15.016,13	R\$ 15.016,13

**Razão Social:** TIM CELULAR S.A.  
**CNPJ/CPF:** 04.206.050/0001-80  
**Endereço:** AV GIOVANNI GRONCHI, 7143  
**Bairro:** VILA ANDRADE  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 05.724-006  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	55007-U-1	16/09/2014	09/10/2014	R\$	1.223,00	1.223,00
RGPEX CONSULTOF	NF	845584-AA-1		13/06/2014	R\$	2.949,71	2.949,71
CARGOPEX	NF	185-U-1	25/09/2014	20/10/2014	R\$	28,65	28,65
CARGOPEX	NF	184-U-1	20/10/2014	20/10/2014	R\$	147,18	147,18
CARGOPEX	NF	248-U-1	20/10/2014	16/09/2014	R\$	11,81	11,81
CARGOPEX	NF	1114-U-1	01/06/2014	06/11/2014	R\$	32,80	32,80
CARGOPEX	NF	3976-U-1	17/10/2014	14/09/2014	R\$	77,22	77,22
CARGOPEX	NF	859621-U-1	09/10/2014	25/09/2014	R\$	3.769,96	3.769,96
CARGOPEX	NF	836945-U-1	23/09/2014	05/09/2014	R\$	48,34	48,34
CARGOPEX	NF	22893-B-1	03/09/2014	05/09/2014	R\$	0,07	0,07
CARGOPEX	NF	56235-AB-1	02/09/2014	05/09/2014	R\$	1.040,27	1.040,27
CARGOPEX	NF	56234-U-1	02/09/2014	05/09/2014	R\$	3.369,60	3.369,60
CARGOPEX	NF	66901-AB-1	26/08/2014	08/08/2014	R\$	900,40	900,40
CARGOPEX	NF	59304-AB-1	18/07/2014	08/08/2014	R\$	3.145,94	3.145,94
CARGOPEX	NF	31925-U-1	09/10/2014	09/10/2014	R\$	0,88	0,88
CARGOPEX	NF	3567-U-1	22/10/2014	17/10/2014	R\$	6,01	6,01
						R\$ 16.751,84	R\$ 16.751,84

**Razão Social:** TOTVS S.A.  
**CNPJ/CPF:** 53.113.791/0012-85  
**Endereço:** AV RAJA GABAGLIA, 2664, SALAS 201 A 207  
**Bairro:** ESTORIL  
**Cidade/UF:** BELA HORIZONTE - MG  
**CEP:** 30.380-403  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
---------	------	-----------	--------	------------	-------	-------	------------------



CARGOPEX	NF	77801-1-1	27/02/2014	31/01/2014	R\$	6.279,69	6.279,69
CARGOPEX	NF	13201-U-9	31/05/2014	10/12/2014	R\$	2.231,17	2.231,17
CARGOPEX	NF	13201-U-8	27/02/2014	10/11/2014	R\$	2.231,17	2.231,17
CARGOPEX	NF	13201-U-6	27/02/2014	10/09/2014	R\$	627,03	627,03
CARGOPEX	NF	13201-U-12	27/02/2014	24/07/2014	R\$	2.240,65	2.240,65
CARGOPEX	NF	13201-U-10	27/02/2014	10/01/2015	R\$	2.231,17	2.231,17
CARGOPEX	NF	13201-U-11	27/02/2014	10/02/2015	R\$	2.231,17	2.231,17
						<b>R\$ 18.072,05</b>	<b>R\$ 18.072,05</b>

**Razão Social:** VALE DO TIJUCO ACUCAR E ALCOOL S.A.  
**CNPJ/CPF:** 08.493.354/0001-27  
**Endereço:** ROD BR-050, S/N, KM 121  
**Bairro:** DISTRITO INDUSTRIAL I  
**Cidade/UF:** UBERABA - MG  
**CEP:** 38.056-050  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	33401-1-1	31/01/2015	28/02/2014	R\$	212,60	212,60
						<b>R\$ 212,60</b>	<b>R\$ 212,60</b>

**Razão Social:** WALDECI MACHADO DA SILVA  
**CNPJ/CPF:** 484.946.581-15  
**Endereço:** LIBERO BADARO  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 01.008-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** QUIROGRAFÁRIOS

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17323-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	2.033,57	2.033,57
						<b>R\$ 2.033,57</b>	<b>R\$ 2.033,57</b>

**TOTAL GERAL**
**R\$ 12.219.020,68**
**R\$ 12.219.020,68**

**GRUPO CARGOPEX**  
**RELAÇÃO SINTÉTICA DE CREDORES ME e EPP.**  
**Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

CREDOR	MOEDA	VALOR
ADEMIR MATIONI - ME	R\$	1.050,00
ANA MARTA PORFIRIO - ME	R\$	331,80
ASMETRO ASSESSORIA EM SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - EPP	R\$	3.235,72
ATLANTIDA INSPECAO VEICULAR LTDA. - EPP	R\$	700,00
BRPARK ESTACIONAMENTO LTDA - EPP	R\$	6.093,00
BRS TACOGRAFOS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	R\$	149,00
CAMINHONEIRO CENTER LTDA - ME	R\$	4.219,35
CENTRALVIDROS AUTOMOVEIS E CAMINHOS LTDA - EPP	R\$	520,00
CITY AR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME	R\$	2.510,69
D.E DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA - ME	R\$	4.268,14
DATAPAR LTDA - ME	R\$	15.447,52
DIOGENES CAMILO DOS SANTOS FILHO - ME	R\$	90,00
EAS TRANSPORTES LTDA - ME	R\$	20.897,77
ECOSAFE COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA - EPP	R\$	398,16
ELTON CASAGRANDE DALSIN - ME	R\$	13.032,50
ERIMAT TELEINFORMATICA LTDA - EPP	R\$	5.273,14
F. MARTINS VIEIRA - EPP	R\$	205,03
HIDRAUSIMEC EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTDA - ME	R\$	360,00
J. M TRANSPORTES - EIRELI - EPP	R\$	7.270,87
JOSE GUERRA TRANSPORTES LTDA. - EPP	R\$	162.665,88
MARCOS ANTONIO DINIZ ELETRICA - ME	R\$	30,00
PADRAO DIESEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP	R\$	4.119,60
POSTO ALIANCA LTDA - ME	R\$	12.611,28
QUICKNET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME	R\$	195,00
RODRIGUES E GEA REFRIGERACAO LTDA - ME	R\$	6.450,00
SCAMPECAS LTDA - EPP	R\$	211,58
<b>TOTAL CREDORES EM REAIS - R\$</b>		<b>272.336,03</b>

**GRUPO CARGOPEX****Relação Analítica de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte em Moeda Nacional****ME - EPP****Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

**Razão Social:** ADEMIR MATIONI - ME  
**CNPJ/CPF:** 64.695.190/0001-91  
**Endereço:** R LUIZ BARRETO, 955  
**Bairro:** CAMPOS ELISEOS  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.080-090  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
ARGOPEX CONSULTORII	NF	1836-1-1	31/05/2014	31/05/2014	R\$	1.050,00	1.050,00
						R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00

**Razão Social:** ANA MARTA PORFIRIO - ME  
**CNPJ/CPF:** 03.248.301/0001-27  
**Endereço:** AV BRASIL, 394  
**Bairro:** VILA CARVALHO  
**Cidade/UF:** RIBEIRAO PRETO - SP  
**CEP:** 14.075-040  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	3322-1-1	02/12/2014	02/12/2014	R\$	331,80	331,80
						R\$ 331,80	R\$ 331,80

**Razão Social:** ASMETRO ASSESSORIA EM SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - EPP  
**CNPJ/CPF:** 02.425.111/0001-75  
**Endereço:** R 18, 247  
**Bairro:** SETOR CENTRAL  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.030-040  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	6155-A-1	13/10/2014	30/10/2014	R\$	3.235,72	3.235,72
						R\$ 3.235,72	R\$ 3.235,72

**Razão Social:** ATLANTIDA INSPECAO VEICULAR LTDA. - EPP  
**CNPJ/CPF:** 12.560.703/0001-53  
**Endereço:** 9 TV ENGENHEIRO PLINIO DE QUEIROZ, 245  
**Bairro:** PARQUE INDUSTRIAL PINHAL  
**Cidade/UF:** CUBATÃO - SP  
**CEP:** 11.570-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
---------	------	-----------	----------	------------	-------	-------	------------------

CARGOPEX	NF	3968-A-1	29/09/2014	29/09/2014	R\$	700,00	fls. 144
						R\$ 700,00	R\$ 700,00

**Razão Social:** BRPARK ESTACIONAMENTO LTDA - EPP  
**CNPJ/CPF:** 09.600.918/0001-46  
**Endereço:** AV ENGENHEIRO PLINIO DE QUEIROZ, S/N, LOTE 07  
**Bairro:** JARDIM SÃO MARCOS  
**Cidade/UF:** CUBATAO - SP  
**CEP:** 11.570-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	485-U-1	23/07/2014	28/07/2014	R\$	3.531,00	3.531,00
CARGOPEX	NF	485-U-2	23/07/2014	28/07/2014	R\$	2.562,00	2.562,00
						R\$ 6.093,00	R\$ 6.093,00

**Razão Social:** BRS TACOGRAFOS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 11.607.281/0001-61  
**Endereço:** R HAMLETO DALMASO, 1644, LOTE: 10; QUADRA: 39;  
**Bairro:** RECREIO DOS BANDEIRANTES  
**Cidade/UF:** UBERABA - MG  
**CEP:** 38.040-390  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	406-A-1	08/05/2015	09/06/2015	R\$	39,00	39,00
CARGOPEX	NF	406-A-1	08/05/2015	09/06/2015	R\$	110,00	110,00
						R\$ 149,00	R\$ 149,00

**Razão Social:** CAMINHONEIRO CENTER LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 17.102.549/0001-90  
**Endereço:** AV PERIMETRAL NORTE, 11156, QUADRA02 LOTE 04 GALPAO01  
**Bairro:** LOT. GOIANIA II  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.665-510  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSION	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	519-A-1	03/11/2014	03/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	459-A-1	21/10/2014	21/10/2014	R\$	15,00	15,00
CARGOPEX	NF	480-A-1	21/10/2014	06/11/2014	R\$	15,00	15,00
CARGOPEX	NF	482-A-1	21/10/2014	06/11/2014	R\$	60,00	60,00
CARGOPEX	NF	492-A-1	21/10/2014	07/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	491-A-1	24/10/2014	07/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	1376-1-1	03/11/2014	03/11/2014	R\$	603,60	603,60
CARGOPEX	NF	1377-1-1	03/11/2014	03/11/2014	R\$	609,50	609,50
CARGOPEX	NF	1385-1-1	03/11/2014	03/11/2014	R\$	735,00	735,00

CARGOPEX	NF	458-A-1	21/10/2014	21/10/2014	R\$	15,00	15,00
CARGOPEX	NF	515-A-1	03/11/2014	03/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	490-A-1	21/10/2014	07/11/2014	R\$	60,00	60,00
CARGOPEX	NF	248-A-1	12/01/2015	12/01/2015	R\$	15,00	15,00
CARGOPEX	NF	514-A-1	03/11/2014	03/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	1301-1-1	21/10/2014	21/10/2014	R\$	100,00	100,00
CARGOPEX	NF	1326-1-1	20/10/2014	06/11/2014	R\$	190,00	190,00
CARGOPEX	NF	1327-1-1	20/10/2014	06/11/2014	R\$	350,00	350,00
CARGOPEX	NF	477-A-1	20/10/2014	06/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	478-A-1	20/10/2014	06/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	476-U-1	20/10/2014	06/11/2014	R\$	104,00	104,00
CARGOPEX	NF	1337-1-1	21/10/2014	07/11/2014	R\$	160,00	160,00
CARGOPEX	NF	1300-1-1	21/10/2014	21/10/2014	R\$	36,00	36,00
CARGOPEX	NF	481-U-1	21/10/2014	06/11/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	1302-1-1	21/10/2014	21/10/2014	R\$	24,00	24,00
CARGOPEX	NF	251-U-1	30/07/2014	29/08/2014	R\$	360,00	360,00
CARGOPEX	NF	1303-1-1	21/10/2014	21/10/2014	R\$	12,00	12,00
CARGOPEX	NF	1334-1-1	21/10/2014	07/11/2014	R\$	90,00	90,00
CARGOPEX	NF	1335-1-1	21/10/2014	07/11/2014	R\$	12,00	12,00
CARGOPEX	NF	1245-1-1	21/10/2014	07/11/2014	R\$	461,25	461,25
						R\$ 4.219,35	R\$ 4.219,35

**Razão Social:** CENTRALVIDROS AUTOMOVEIS E CAMINHOS LTDA - EPP  
**CNPJ/CPF:** 04.952.558/0001-28  
**Endereço:** PC TONICO SAID, 450  
**Bairro:** PQ INDL TANQUINHO  
**Cidade/UF:** RIBEIRAO PRETO - SP  
**CEP:** 14.075-640  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	16342-1-1	25/11/2014	25/11/2014	R\$	120,00	120,00
CARGOPEX	NF	10733-A-1	05/01/2015	25/02/2015	R\$	200,00	200,00
CARGOPEX	NF	10791-A-1	02/12/2014	02/12/2014	R\$	200,00	200,00
						R\$ 520,00	R\$ 520,00

**Razão Social:** CITY AR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 11.422.521/0001-53  
**Endereço:** R ALVARES DE AZEVEDO, 1449  
**Bairro:** VILA TIBERIO  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.050-090  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	2894-A-2	22/08/2014	21/10/2014	R\$	800,00	800,00
CARGOPEX	NF	3043-A-1	09/09/2014	09/09/2014	R\$	1.710,69	1.710,69
						R\$ 2.510,69	R\$ 2.510,69

**Razão Social:** D.E DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 20.474.275/0001-74  
**Endereço:** R CARDEAL LEME, 174, QUADRA05 LOTE 05  
**Bairro:** RODOVIARIO  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.430-120  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	18-1-2	01/09/2014	27/10/2014	R\$	1.450,73	1.450,73
CARGOPEX	NF	43-1-1	27/02/2015	05/03/2015	R\$	2.817,41	2.817,41
						R\$ 4.268,14	R\$ 4.268,14

**Razão Social:** DATAPAR LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 62.351.820/0001-85  
**Endereço:** R PREFEITO JOSE JORGE NOGUEIRA, 6, A - SALA 1  
**Bairro:** JARDIM AEROPORTO  
**Cidade/UF:** SÃO JOSE DO RIO PARDO - SP  
**CEP:** 13.720-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	16622-A-1	19/02/2015	19/02/2015	R\$	2.998,36	2.998,36
CARGOPEX	NF	8811-U-1	19/03/2015	19/03/2015	R\$	3.861,88	3.861,88
CARGOPEX	NF	16248-A-1	23/12/2014	23/12/2014	R\$	4.725,40	4.725,40
CARGOPEX	NF	16069-A-1	01/04/2015	01/04/2015	R\$	3.861,88	3.861,88
						R\$ 15.447,52	R\$ 15.447,52

**Razão Social:** DIOGENES CAMILO DOS SANTOS FILHO - ME  
**CNPJ/CPF:** 08.604.081/0001-40  
**Endereço:** ROD GO 080 KM 26, S/N, SALA 7 E 7-A  
**Bairro:** PERIMETRO URBANO  
**Cidade/UF:** NEROPOLIS - GO  
**CEP:** 75.460-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	1665-A-1	08/12/2014	08/12/2014	R\$	90,00	90,00
						R\$ 90,00	R\$ 90,00

**Razão Social:** EAS TRANSPORTES LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 03.846.426/0001-59  
**Endereço:** AV PORTUGAL , 1045, SALA 27-A  
**Bairro:** JARDIM SÃO LUIZ  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.020-380  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	1101-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	3.270,60	3.270,60
CARGOPEX	NF	1101-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	332,49	332,49
CARGOPEX	NF	16082-EX1-1	14/07/2014	14/07/2014	R\$	169,67	169,67
CARGOPEX	NF	1101-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	276,12	276,12
CARGOPEX	NF	1101-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	1.989,75	1.989,75
CARGOPEX	NF	1101-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	1.996,95	1.996,95
CARGOPEX	NF	1101-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	1.983,87	1.983,87
CARGOPEX	NF	1101-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	1.995,84	1.995,84
CARGOPEX	NF	1261-CJ1-1	14/05/2014	14/05/2014	R\$	826,24	826,24
CARGOPEX	NF	2-CJ5-1	08/05/2014	08/05/2014	R\$	1.807,34	1.807,34
CARGOPEX	NF	33-CJ9-1	16/04/2014	16/04/2014	R\$	4.363,20	4.363,20
CARGOPEX	NF	1141-CJ1-1	01/05/2014	01/05/2014	R\$	1.636,58	1.636,58
CARGOPEX	NF	16170-EX1-1	29/07/2014	29/07/2014	R\$	249,12	249,12
						R\$ 20.897,77	R\$ 20.897,77

**Razão Social:** ECOSAFE COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL L  
**CNPJ/CPF:** 12.450.604/0001-19  
**Endereço:** R 224, 94, QUADRA B LOTE 2  
**Bairro:** LESTE VILA NOVA  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.643-140  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	21207-1-1	20/10/2014	20/10/2014	R\$	398,16	398,16

**Razão Social:** ELTON CASAGRANDE DALSIN - ME  
**CNPJ/CPF:** 07.959.626/0001-79  
**Endereço:** ROD ANHANGUERA, S/N, KM 250-BOX 02  
**Bairro:** ZONA RURAL  
**Cidade/UF:** SANTA RITA DO PASSA QUATRO - SP  
**CEP:** 13.670-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	5721-1-1	21/08/2014	21/08/2014	R\$	810,10	810,10
CARGOPEX	NF	5910-1-1	31/07/2014	11/08/2014	R\$	56,00	56,00
CARGOPEX	NF	5907-1-1	31/07/2014	11/08/2014	R\$	130,00	130,00
CARGOPEX	NF	5716-1-1	30/07/2014	01/08/2014	R\$	717,50	717,50
CARGOPEX	NF	5715-1-1	29/07/2014	30/08/2014	R\$	315,00	315,00
CARGOPEX	NF	5853-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	71,50	71,50
CARGOPEX	NF	5852-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	18,80	18,80
CARGOPEX	NF	5851-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	31,40	31,40
CARGOPEX	NF	5719-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	632,50	632,50
CARGOPEX	NF	5829-1-1	21/07/2014	31/07/2014	R\$	136,10	136,10
CARGOPEX	NF	5933-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	227,00	227,00
CARGOPEX	NF	5828-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	39,50	39,50
CARGOPEX	NF	5830-1-1	21/07/2014	31/07/2014	R\$	381,60	381,60
CARGOPEX	NF	5929-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	83,00	83,00
CARGOPEX	NF	5827-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	103,00	103,00
CARGOPEX	NF	5932-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	283,50	283,50
CARGOPEX	NF	5708-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	155,00	155,00
CARGOPEX	NF	6054-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	73,00	73,00
CARGOPEX	NF	6055-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	77,00	77,00
CARGOPEX	NF	6056-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	44,40	44,40
CARGOPEX	NF	6057-1-1	26/08/2014	01/09/2014	R\$	188,00	188,00
CARGOPEX	NF	6058-1-1	26/08/2014	01/09/2014	R\$	84,30	84,30
CARGOPEX	NF	6059-1-1	26/08/2014	25/08/2014	R\$	602,40	602,40
CARGOPEX	NF	5930-1-1	04/09/2014	14/09/2014	R\$	80,40	80,40
CARGOPEX	NF	6053-1-1	04/09/2014	01/09/2014	R\$	67,50	67,50
CARGOPEX	NF	5908-1-1	23/10/2014	22/11/2014	R\$	257,40	257,40
CARGOPEX	NF	5717-1-1	23/02/2015	23/02/2015	R\$	370,00	370,00
CARGOPEX	NF	5931-1-1	25/08/2014	29/08/2014	R\$	73,90	73,90
CARGOPEX	NF	5777-1-1	15/07/2014	22/07/2014	R\$	63,50	63,50
CARGOPEX	NF	5720-1-1	23/02/2015	23/02/2015	R\$	445,00	445,00



CARGOPEX	NF	5718-1-1	23/02/2015	23/02/2015	R\$	310,00	310,00
CARGOPEX	NF	5483-1-1	07/07/2014	27/06/2014	R\$	359,00	359,00
CARGOPEX	NF	5484-1-1	07/07/2014	27/06/2014	R\$	193,50	193,50
CARGOPEX	NF	5485-1-1	07/07/2014	27/06/2014	R\$	155,00	155,00
CARGOPEX	NF	5768-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	434,90	434,90
CARGOPEX	NF	5769-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	585,00	585,00
CARGOPEX	NF	5770-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	30,00	30,00
CARGOPEX	NF	5771-1-1	15/07/2014	18/07/2014	R\$	49,00	49,00
CARGOPEX	NF	5772-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	135,00	135,00
CARGOPEX	NF	5773-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	15,00	15,00
CARGOPEX	NF	5774-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	41,50	41,50
CARGOPEX	NF	5710-1-1	21/07/2014	07/07/2014	R\$	510,00	510,00
CARGOPEX	NF	5776-1-1	15/07/2014	14/08/2014	R\$	40,50	40,50
CARGOPEX	NF	5713-1-1	21/07/2014	14/07/2014	R\$	408,50	408,50
CARGOPEX	NF	5778-1-1	15/07/2014	20/08/2014	R\$	652,50	652,50
CARGOPEX	NF	5779-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	826,60	826,60
CARGOPEX	NF	5712-1-1	18/07/2014	14/07/2014	R\$	290,00	290,00
CARGOPEX	NF	5714-1-1	18/07/2014	14/07/2014	R\$	363,50	363,50
CARGOPEX	NF	5702-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	28,00	28,00
CARGOPEX	NF	5703-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	87,80	87,80
CARGOPEX	NF	5704-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	112,40	112,40
CARGOPEX	NF	5705-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	55,00	55,00
CARGOPEX	NF	5706-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	42,50	42,50
CARGOPEX	NF	5707-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	58,00	58,00
CARGOPEX	NF	5709-1-1	21/07/2014	20/08/2014	R\$	99,00	99,00
CARGOPEX	NF	5711-1-1	21/07/2014	07/07/2014	R\$	478,00	478,00
CARGOPEX	NF	5775-1-1	15/07/2014	24/07/2014	R\$	54,00	54,00
R\$ 13.032,50						R\$ 13.032,50	

**Razão Social:** ERIMAT TELEINFORMATICA LTDA - EPP  
**CNPJ/CPF:** 59.434.449/0001-00  
**Endereço:** R HENRIQUE DUMONT, 1395  
**Bairro:** JARDIM PAULISTA  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.090-200  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	3805-A-1	09/10/2014	09/10/2014	R\$	309,89	309,89
CARGOPEX	NF	4112-1-1	10/11/2014	10/11/2014	R\$	4.653,36	4.653,36
CARGOPEX	NF	3649-A-1	03/09/2014	20/09/2014	R\$	309,89	309,89

**Razão Social:** F. MARTINS VIEIRA - EPP  
**CNPJ/CPF:** 05.624.716/0001-83  
**Endereço:** PC ROTARY CLUB, 305, SALA 01  
**Bairro:** PC ROTARY CLUB  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.021-355  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
ARGOPEX CONSULTOR	NF	17851-A-1	06/10/2014	06/10/2014	R\$	205,03	205,03
						R\$ 205,03	R\$ 205,03

**Razão Social:** HIDRAUSIMEC EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 09.046.372/0001-23  
**Endereço:** R ALEMANHA, 2221  
**Bairro:** VILA ELISA  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.075-500  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
ARGOPEX CONSULTOR	NF	748-A-1	15/08/2014	15/08/2014	R\$	180,00	180,00
ARGOPEX CONSULTOR	NF	748-A-2	15/08/2014	15/08/2014	R\$	180,00	180,00
						R\$ 360,00	R\$ 360,00

**Razão Social:** J. M TRANSPORTES - EIRELI - EPP  
**CNPJ/CPF:** 17.725.759/0001-34  
**Endereço:** AV 7 DE SETEMBRO, 141, QUADRA 82, LOTE 09-C  
**Bairro:** CAMPO FORMOSA  
**Cidade/UF:** ORIZONA - GO  
**CEP:** 75.280-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	17345-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	713,29	713,29
CARGOPEX	NF	17349-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	636,04	636,04
CARGOPEX	NF	17348-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	682,39	682,39
CARGOPEX	NF	17346-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	655,85	655,85
CARGOPEX	NF	17344-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	659,33	659,33
CARGOPEX	NF	17343-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	643,66	643,66
CARGOPEX	NF	17341-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	647,14	647,14
CARGOPEX	NF	17340-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	606,89	606,89
CARGOPEX	NF	17339-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	629,73	629,73
CARGOPEX	NF	17338-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	701,54	701,54
CARGOPEX	NF	17347-EX9-1	21/11/2014	21/11/2014	R\$	695,01	695,01

**Razão Social:** JOSE GUERRA TRANSPORTES LTDA. - EPP  
**CNPJ/CPF:** 65.495.798/0001-35  
**Endereço:** R CEL JOSE ALVES FERREIRA, 819  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** IGARAPAVA - SP  
**CEP:** 14.540-000  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	1142-CJ1-1	01/05/2014	01/05/2014	R\$	1.730,56	1.730,56
CARGOPEX	NF	1241-CJ1-1	13/05/2014	13/05/2014	R\$	2.336,82	2.336,82
CARGOPEX	NF	1240-CJ1-1	12/05/2014	12/05/2014	R\$	2.320,85	2.320,85
CARGOPEX	NF	1236-CJ1-1	09/05/2014	09/05/2014	R\$	2.113,60	2.113,60
CARGOPEX	NF	1218-CJ1-1	07/05/2014	07/05/2014	R\$	1.722,92	1.722,92
CARGOPEX	NF	1198-CJ1-1	06/05/2014	06/05/2014	R\$	2.132,32	2.132,32
CARGOPEX	NF	1176-CJ1-1	05/05/2014	05/05/2014	R\$	1.739,61	1.739,61
CARGOPEX	NF	1274-CJ2-1	03/05/2014	03/05/2014	R\$	1.813,80	1.813,80
CARGOPEX	NF	1163-CJ1-1	03/05/2014	03/05/2014	R\$	2.281,23	2.281,23
CARGOPEX	NF	1262-CJ2-1	29/04/2014	29/04/2014	R\$	3.272,40	3.272,40
CARGOPEX	NF	1136-CJ1-1	29/04/2014	29/04/2014	R\$	2.176,83	2.176,83
CARGOPEX	NF	1259-CJ2-1	28/04/2014	28/04/2014	R\$	3.267,00	3.267,00
CARGOPEX	NF	1132-CJ1-1	28/04/2014	28/04/2014	R\$	2.293,83	2.293,83
CARGOPEX	NF	1131-CJ1-1	26/04/2014	26/04/2014	R\$	2.013,57	2.013,57
CARGOPEX	NF	1130-CJ1-1	25/04/2014	25/04/2014	R\$	2.277,45	2.277,45
CARGOPEX	NF	1286-CJ1-1	15/05/2014	15/05/2014	R\$	2.339,37	2.339,37
CARGOPEX	NF	1113-CJ1-1	23/04/2014	23/04/2014	R\$	2.295,72	2.295,72
CARGOPEX	NF	12185-EX2-1	11/06/2014	07/07/2014	R\$	1.131,81	1.131,81
CARGOPEX	NF	1116-CJ1-1	24/04/2014	24/04/2014	R\$	1.991,96	1.991,96
CARGOPEX	NF	1241-CJ2-1	23/04/2014	23/04/2014	R\$	3.176,08	3.176,08
CARGOPEX	NF	12578-EX2-1	28/07/2014	28/07/2014	R\$	1.033,88	1.033,88
CARGOPEX	NF	12574-EX2-1	25/07/2014	25/07/2014	R\$	2.191,21	2.191,21
CARGOPEX	NF	12560-EX2-1	24/07/2014	24/07/2014	R\$	2.368,74	2.368,74
CARGOPEX	NF	12464-EX2-1	10/07/2014	10/07/2014	R\$	874,11	874,11
CARGOPEX	NF	12448-EX2-1	09/07/2014	09/07/2014	R\$	2.415,79	2.415,79
CARGOPEX	NF	12433-EX2-1	07/07/2014	07/07/2014	R\$	1.038,12	1.038,12
CARGOPEX	NF	12424-EX2-1	05/07/2014	05/07/2014	R\$	2.211,65	2.211,65
CARGOPEX	NF	12398-EX2-1	02/07/2014	07/07/2014	R\$	867,60	867,60
CARGOPEX	NF	1445-CJ2-1	27/05/2014	27/05/2014	R\$	1.135,68	1.135,68
CARGOPEX	NF	12287-EX2-1	20/06/2014	07/07/2014	R\$	2.881,26	2.881,26

CARGOPEX	NF	1294-CJ1-1	15/05/2014	15/05/2014	R\$	2.275,56	2.275,56
CARGOPEX	NF	1449-CJ2-1	27/05/2014	27/05/2014	R\$	1.142,72	1.142,72
CARGOPEX	NF	1112-CJ1-1	23/04/2014	23/04/2014	R\$	2.295,72	2.295,72
CARGOPEX	NF	1442-CJ1-1	24/05/2014	24/05/2014	R\$	1.998,05	1.998,05
CARGOPEX	NF	1436-CJ1-1	23/05/2014	23/05/2014	R\$	1.980,31	1.980,31
CARGOPEX	NF	1427-CJ2-1	22/05/2014	22/05/2014	R\$	1.811,00	1.811,00
CARGOPEX	NF	1384-CJ1-1	20/05/2014	20/05/2014	R\$	2.099,56	2.099,56
CARGOPEX	NF	1368-CJ1-1	19/05/2014	19/05/2014	R\$	2.125,30	2.125,30
CARGOPEX	NF	1317-CJ1-1	17/05/2014	17/05/2014	R\$	2.322,12	2.322,12
CARGOPEX	NF	12394-EX2-1	01/07/2014	01/07/2014	R\$	1.956,26	1.956,26
CARGOPEX	NF	1129-CJ1-1	25/04/2014	25/04/2014	R\$	1.975,88	1.975,88
CARGOPEX	NF	1121-CJ2-1	04/04/2014	04/04/2014	R\$	1.037,08	1.037,08
CARGOPEX	NF	1117-CJ2-1	03/04/2014	03/04/2014	R\$	1.141,56	1.141,56
CARGOPEX	NF	1116-CJ2-1	03/04/2014	03/04/2014	R\$	1.141,56	1.141,56
CARGOPEX	NF	968-CJ1-1	03/04/2014	03/04/2014	R\$	1.632,70	1.632,70
CARGOPEX	NF	1100-CJ2-1	02/04/2014	02/04/2014	R\$	2.570,40	2.570,40
CARGOPEX	NF	1090-CJ2-1	02/04/2014	02/04/2014	R\$	3.196,36	3.196,36
CARGOPEX	NF	1089-CJ2-1	02/04/2014	02/04/2014	R\$	3.196,36	3.196,36
CARGOPEX	NF	955-CJ1-1	02/04/2014	02/04/2014	R\$	1.975,68	1.975,68
CARGOPEX	NF	982-CJ1-1	05/04/2014	05/04/2014	R\$	1.969,78	1.969,78
CARGOPEX	NF	952-CJ1-1	01/04/2014	01/04/2014	R\$	1.658,11	1.658,11
CARGOPEX	NF	953-CJ1-1	02/04/2014	02/04/2014	R\$	283,69	283,69
CARGOPEX	NF	940-CJ1-1	31/03/2014	31/03/2014	R\$	3.249,00	3.249,00
CARGOPEX	NF	939-CJ1-1	30/03/2014	30/03/2014	R\$	1.978,20	1.978,20
CARGOPEX	NF	933-CJ1-1	29/03/2014	29/03/2014	R\$	3.295,80	3.295,80
CARGOPEX	NF	912-CJ1-1	28/03/2014	28/03/2014	R\$	2.788,20	2.788,20
CARGOPEX	NF	911-CJ1-1	28/03/2014	28/03/2014	R\$	3.263,40	3.263,40
CARGOPEX	NF	32-CJ9-2	24/03/2014	09/09/2014	R\$	1.959,01	1.959,01
CARGOPEX	NF	32-CJ9-1	24/03/2014	24/03/2014	R\$	820,90	820,90
CARGOPEX	NF	880-CJ1-1	24/03/2014	24/03/2014	R\$	2.052,00	2.052,00
CARGOPEX	NF	1239-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	2.258,00	2.258,00
CARGOPEX	NF	1100-CJ1-1	18/04/2014	18/04/2014	R\$	1.987,52	1.987,52
CARGOPEX	NF	951-CJ1-1	01/04/2014	01/04/2014	R\$	2.277,45	2.277,45
CARGOPEX	NF	984-CJ1-1	05/04/2014	05/04/2014	R\$	2.020,78	2.020,78
CARGOPEX	NF	1235-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	1.910,12	1.910,12
CARGOPEX	NF	1234-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	1.152,64	1.152,64
CARGOPEX	NF	1233-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	2.547,30	2.547,30
CARGOPEX	NF	1231-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	1.152,96	1.152,96

CARGOPEX	NF	1230-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	1.156,48	1.156,48
CARGOPEX	NF	1227-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	1.304,65	1.304,65
CARGOPEX	NF	1096-CJ1-1	17/04/2014	17/04/2014	R\$	1.989,18	1.989,18
CARGOPEX	NF	1094-CJ1-1	17/04/2014	17/04/2014	R\$	2.296,35	2.296,35
CARGOPEX	NF	1093-CJ1-1	17/04/2014	17/04/2014	R\$	2.026,33	2.026,33
CARGOPEX	NF	1080-CJ1-1	15/04/2014	15/04/2014	R\$	2.293,83	2.293,83
CARGOPEX	NF	1065-CJ1-1	14/04/2014	14/04/2014	R\$	2.056,82	2.056,82
CARGOPEX	NF	1061-CJ1-1	12/04/2014	12/04/2014	R\$	2.022,45	2.022,45
CARGOPEX	NF	1194-CJ2-1	11/04/2014	11/04/2014	R\$	1.974,74	1.974,74
CARGOPEX	NF	1051-CJ1-1	11/04/2014	11/04/2014	R\$	2.018,56	2.018,56
CARGOPEX	NF	1031-CJ1-1	10/04/2014	10/04/2014	R\$	2.015,79	2.015,79
CARGOPEX	NF	1160-CJ2-1	09/04/2014	09/04/2014	R\$	1.165,44	1.165,44
CARGOPEX	NF	1228-CJ2-1	22/04/2014	22/04/2014	R\$	2.400,45	2.400,45
						R\$ 162.665,88	R\$ 162.665,88

**Razão Social:** MARCOS ANTONIO DINIZ ELETRICA - ME  
**CNPJ/CPF:** 00.882.222/0001-85  
**Endereço:** R BOLIVIA, 620  
**Bairro:** V. CARVALHO  
**Cidade/UF:** RIBEIRÃO PRETO - SP  
**CEP:** 14.075-250  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	5417-1-1	12/01/2015	12/01/2015	R\$	30,00	30,00
						R\$ 30,00	R\$ 30,00

**Razão Social:** PADRAO DIESEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP  
**CNPJ/CPF:** 05.755.032/0001-10  
**Endereço:** AV PERIMETRAL NORTE, 2608, QUADRA05 LOTE 04  
**Bairro:** VILA JOAO VAZ  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.445-190  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	1852-A-1	20/10/2014	07/11/2014	R\$	301,15	301,15
CARGOPEX	NF	1854-A-1	20/10/2014	07/11/2014	R\$	412,20	412,20
CARGOPEX	NF	1853-A-1	20/10/2014	07/11/2014	R\$	232,20	232,20
CARGOPEX	NF	2489-1-1	20/10/2014	07/11/2014	R\$	142,55	142,55
CARGOPEX	NF	2460-1-1	08/10/2014	24/10/2014	R\$	1.377,56	1.377,56
CARGOPEX	NF	2490-1-1	20/10/2014	07/11/2014	R\$	31,50	31,50
CARGOPEX	NF	1825-A-1	08/10/2014	24/10/2014	R\$	1.622,44	1.622,44
						R\$ 4.119,60	R\$ 4.119,60

**Razão Social:** POSTO ALIANCA LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 10.597.545/0001-80  
**Endereço:** ROD BR 040 , KM 32 , S/N, QUADRA13 LOTE 03/12, 15 E 43/ 52  
**Bairro:** LUZILIA PARQUE  
**Cidade/UF:** LUZIANIA - GO  
**CEP:** 72.834-180  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
ARGOPEX CONSULTOR	NF	2629-1	13/11/2014	13/11/2014	R\$	12.611,28	12.611,28
						R\$ 12.611,28	R\$ 12.611,28

**Razão Social:** QUICKNET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 11.596.966/0001-50  
**Endereço:** AV DECIMA SEGUNDA AVENIDA, 1262, QUADRA 31 LOTE 01 CASA 03  
**Bairro:** SETOR LESTE UNIVERSITARIO  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.603-020  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	296-A-1	10/11/2014	10/11/2014	R\$	195,00	195,00
						R\$ 195,00	R\$ 195,00

**Razão Social:** RODRIGUES E GEA REFRIGERACAO LTDA - ME  
**CNPJ/CPF:** 12.057.419/0001-69  
**Endereço:** AV PERIMETRAL, 3160, QUADRA56 LOTE 01  
**Bairro:** VILA JOAO VAZ  
**Cidade/UF:** GOIANIA - GO  
**CEP:** 74.445-190  
**Origem:** BENS E SERVIÇOS  
**Natureza:** COMERCIAL  
**Classificação:** ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	2893-1-1	17/10/2014	17/10/2014	R\$	202,50	202,50
CARGOPEX	NF	2473-A-1	31/12/2014	05/01/2015	R\$	220,00	220,00
CARGOPEX	NF	2456-A-1	31/12/2014	05/01/2015	R\$	40,00	40,00
CARGOPEX	NF	3027-1-1	23/12/2014	23/12/2014	R\$	1.740,00	1.740,00
CARGOPEX	NF	3004-1-1	25/11/2014	05/12/2014	R\$	650,00	650,00
CARGOPEX	NF	2367-A-1	17/10/2014	17/10/2014	R\$	130,00	130,00
CARGOPEX	NF	2365-A-1	17/10/2014	17/10/2014	R\$	300,00	300,00
CARGOPEX	NF	2892-1-1	17/10/2014	17/10/2014	R\$	2.001,25	2.001,25
CARGOPEX	NF	2891-1-1	17/10/2014	17/10/2014	R\$	1.006,25	1.006,25
CARGOPEX	NF	2366-A-1	17/10/2014	17/10/2014	R\$	160,00	160,00
						R\$ 6.450,00	R\$ 6.450,00

Razão Social: SCAMPECAS LTDA - EPP  
CNPJ/CPF: 02.001.260/0001-07  
Endereço: R 5, S/N, QUADRA C LOTE 1F  
Bairro: CHACARAS RETIRO  
Cidade/UF: GOIANIA - GO  
CEP: 74.665-838  
Origem: BENS E SERVIÇOS  
Natureza: COMERCIAL  
Classificação: ME e EPP

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMISSÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	NF	6944-1-1	19/02/2015	19/02/2015	R\$	145,00	145,00
CARGOPEX	NF	6817-1-1	19/02/2015	19/02/2015	R\$	66,58	66,58
						R\$ 211,58	R\$ 211,58
TOTAL GERAL						R\$ 272.336,03	R\$ 272.336,03

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARAK JUNIOR e Tribunal de Justiça São Paulo, protocolado em 18/03/2016 às 12:17, sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3BB3.

GRUPO CARGOPEX  
RELAÇÃO SINTÉTICA DE CREDORES EXTRACONCURSAIS  
Artigo 51, III, Lei 11.101/2005

CREDOR	MOEDA	VALOR
BANCO DO BRASIL S.A.	R\$	99.985,23
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$	3.503.268,62
CCB BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	R\$	223.462,76
TOTAL CREDORES EM REAIS - R\$		3.826.716,61



**GRUPO CARGOPEX****Relação Analítica de Credores Extraconcursais em Moeda Nacional****Artigo 51, III, Lei 11.101/2005**

**Razão Social:** BANCO DO BRASIL S.A.  
**CNPJ:** 00.000.000/0028-01  
**Endereço:** R DUQUE DE CAXIAS, 725  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade/UF:** SÃO PAULO - SP  
**CEP:** 14015020  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** EXTRACONCURSAL

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	40-01316-2	25/02/2013	15/10/2015	R\$	99.985,23	99.985,23
						<b>R\$ 99.985,23</b>	<b>R\$ 99.985,23</b>

**Razão Social:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
**CNPJ:** 00.360.305/0001-04  
**Endereço:** SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTE, 3/4, PRESI/GECOL 21  
**Bairro:** ASA SUL  
**Cidade/UF:** BRASILIA - DF  
**CEP:** 70092900  
**Origem:** EMPRESTIMO  
**Natureza:** FINANCEIRO  
**Classificação:** EXTRACONCURSAL

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000015/31	25/11/2013	15/05/2018	R\$	21.185,19	21.185,19
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000113/70	22/01/2013	15/12/2017	R\$	220.185,19	220.185,19
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000012/98	21/01/2013	15/12/2017	R\$	225.555,56	225.555,56
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000007/21	07/02/2013	15/01/2018	R\$	230.925,93	230.925,93
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000005/60	07/02/2013	15/01/2018	R\$	230.925,93	230.925,93
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000023/41	18/09/2013	15/08/2018	R\$	498.814,81	498.814,81
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000022/60	18/09/2013	15/08/2018	R\$	498.814,81	498.814,81
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000014/50	29/07/2013	15/05/2018	R\$	168.888,89	168.888,89
CARGOPEX	FINAME	2946/714-0000011/08	22/01/2013	15/12/2017	R\$	220.185,17	220.185,17
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000006/40	21/01/2013	15/12/2017	R\$	225.555,54	225.555,54
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000009/93	21/01/2013	15/12/2017	R\$	224.135,35	224.135,35
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000008/02	22/01/2013	15/12/2017	R\$	220.185,17	220.185,17
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000004/89	07/02/2013	15/01/2018	R\$	230.925,91	230.925,91
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000010/27	07/02/2013	15/01/2018	R\$	230.925,91	230.925,91
CARGOPEX	FINAME	2946-714-0000016/12	29/07/2013	15/05/2018	R\$	56.059,26	56.059,26
						<b>R\$ 3.503.268,62</b>	<b>R\$ 3.503.268,62</b>

Razão Social: CCB BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A  
CNPJ: 69.720.910/0001-45  
Endereço: AL RIO NEGRO, 161, LOJA 3 EDIF WEST POINT  
Bairro: ALPHAVILLE  
Cidade/UF: BARUERI - SP  
CEP: 6454000  
Origem: EMPRESTIMO  
Natureza: FINANCEIRO  
Classificação: EXTRACONCURSAL

EMPRESA	TIPO	DOCUMENTO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	MOEDA	VALOR	VALOR ATUALIZADO
CARGOPEX	CONTRATO	1220263	01/01/2013	15/04/2015	R\$	84.942,67	84.942,67
CARGOPEX	CONTRATO	1215034	15/04/2013	01/04/2015	R\$	138.520,09	138.520,09
						R\$ 223.462,76	R\$ 223.462,76
TOTAL GERAL						R\$ 3.826.716,61	R\$ 3.826.716,61

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARAK JUNIOR e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 18/03/2016 às 12:17 , sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3BB6

**Funcionários Gerais**Pág: 1  
04/03/2016

**Razão Social :** GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
**Endereço :** Rua Afonso Taranto  
**Compl. :**  
**Cidade :** Ribeirão Preto

**CNPJ/CEI:** 02.913.263/0001-17  
**Nº :** 210  
**Bairro :** Nova Ribeirânia  
**UF :** SP **Cep :** 14096-740

**Nome:** CLEUSNERIO LAUDELINO MARQUES **Data Admissão:** 14/02/2013 **Salário:** 1.589,22 **Função:** Motorista Carreteiro

**Nome:** FLAVIO ROBERTO PEREIRA PIMENTA **Data Admissão:** 18/11/2013 **Salário:** 1.455,72 **Função:** Motorista Carreteiro

**Nome:** LEONCIO JOSE DA SILVA **Data Admissão:** 01/04/2013 **Salário:** 2.354,40 **Função:** Embarcador II

**Nome:** RAFAELA VANNUCCI **Data Admissão:** 21/08/2009 **Salário:** 6.118,49 **Função:** Supervisor Financeiro Pleno

**Total de Funcionários Ativos**


4



**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ: 02.913.263/0001-17**

**RELAÇÃO DE BENS PARTICULARES DOS SÓCIOS CONTROLADORES E DOS ADMINISTRADORES DO DEVEDOR**  
**ARTIGO 51, VI LEI 11.101/2005**

<b>Relação de bens de JOSÉ ADRIANO GUERRA - CPF: 162.070.828-00</b>
560.000 quotas do capital social da empresa Guerra & Guerra Transportes Ltda Ltda. - CNPJ: 02.913.263/0001-17, no valor nominal de R\$ 1,00 cada quota;
50.000 quotas do capital social da empresa GB Administração e Participações Ltda. - CNPJ: 12.453.790/0001-40. no valor nominal de R\$ 1,00 cada quota;
105.000 quotas do capital social da empresa Rodoguerra Consultoria em Transportes e Logística Ltda. - CNPJ: 11.931.835/0001-81, no valor nominal de R\$ 1,00 cada quota;
10.000 quotas do capital social da empresa Expertth Engenharia Ltda. - CNPJ: 23.329.664/0001-02, no valor nominal de R\$ 1,00 cada quota;

  
JOSÉ ADRIANO GUERRA  
CPF: 162.070.828-00



## **AVISO IMPORTANTE**

São Paulo, 18 de Novembro de 2015.

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**CNPJ: 02.913.263/0001-17**

**R AFONSO TARANTO 210 AND SUP SL 01 / NOVA RIBEIRINHA**

**RIBEIRAO PRETO – SP CEP: 14096 - 740**

**At.: Sr.(s) Diretores Financeiros**

### **Ref.: Notificação de Encerramento de Conta(s) Corrente(s)**

Prezado Cliente,

Com base no disposto na cláusula 1.8 das Condições Locais - Brasil, relativas a conta corrente, constante do Manual e Condições de Produtos, Serviços e Investimentos – Corporate and Investment Banking, por este instrumento, notificamos V. Sas. de que a(s) conta(s) corrente(s) abaixo relacionada(s), de titularidade dessa empresa e mantida(s) junto a esta instituição financeira, será(ão) encerrada(s) em 30 (trinta) dias contados desta data:

<b>Conta(s) Corrente(s) n<sup>o(s)</sup></b>
29200636
29200644
29200610
29200628

Informamos, ainda, que na eventualidade de existência de saldo na(s) referida(s) conta(s) corrente(s) na data do encerramento, este será disponibilizado via Cheque(s) Administrativo(s) na(s) respectiva(s) agência(s).

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas, entre em contato com o seu Gerente de Relacionamento.

Atenciosamente,

  
**Banco Citibank S.A.**  
 Gustavo Zabatiero  
 CPF: 252.806.938-39

**CitiService:** para mais informações, contate o Serviço de Atendimento Corporativo. São Paulo (11) 2109 2484. Outras localidades 0800 709 2484. Em dias úteis, das 8h às 18h.

**SAC Citi - Serviço de Apoio ao Cliente:** reclamações, cancelamentos e informações 0800 979 2484 (deficientes auditivos - 0800 724 2484). Todos os dias, 24 horas.

Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a **Ouvidoria 0800 970 2484** (deficientes auditivos – 0800 722 2484). Em dias úteis, das 9h às 18h.

Acesse: [citi.com.br/corporate](http://citi.com.br/corporate)



**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Agência	Cód.	Op.	Conta.	Mês/ano
<b>NOVO SHOP RIBEIRAO PRETO</b>	<b>2946</b>	<b>003</b>	<b>00001000.0</b>	<b>01/2015</b>
Nome	CPF/CNPJ		Emissão	
<b>GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA</b>	<b>132630001-17</b>		<b>08/01/2015</b>	

**Transcorrido o prazo estabelecido anteriormente e considerando a permanência do débito, informamos que a sua conta corrente acima identificada foi encerrada. A CAIXA estará adotando as medidas restritivas previstas na legislação atual até a quitação total da dívida existente.**

CAIXA. Para você, para todos os brasileiros.



## COMUNICADO

## COMUNICADO IMPORTANTE - CONTA CORRENTE INATIVA

Prezado(a) Cliente GUERRA &amp; GUERRA TRANSPORTES LTDA

Agência	Conta
3742	13-000782-5
3149	13-000310-1

Temos o compromisso de manter você sempre bem informado sobre os assuntos relacionados à sua conta.

Identificamos que nos últimos 90 dias não ocorreram movimentações na sua conta corrente. Para retomar a movimentação, você conta com toda a nossa equipe nas Agências, além de mais 18 mil caixas eletrônicos distribuídos pelo País, 14 mil terminais do Banco 24 Horas e da Rede Compartilhada, Santander Internet Banking, Central de Atendimento Santander e o aplicativo Minha Conta, disponível para IOS e Android.

Para manter sua conta ativa e permitir o recebimento de créditos, volte a movimentá-la nos próximos 90 dias.

Após este período, será necessária sua presença na agência, se desejar voltar a movimentar normalmente sua conta corrente.

Caso queira encerrar sua conta corrente, procure uma agência Santander e formalize sua solicitação de encerramento. No ato da solicitação, você receberá cópia do Termo de Encerramento, com o respectivo número de protocolo.

Para mais informações, entre em contato com a Central de Atendimento Santander pelos telefones 4004-3535 (Regiões Metropolitanas) e 0800 702 3535 (Demais Localidades).

São Paulo, 19 de novembro de 2015

Atenciosamente,

Banco Santander (Brasil) S/A



Extrato (Últimos Lançamentos)

Rodoguerra Transportes | CNPJ: 011.931.835/0001-81

Nome do usuário: RAFAELA VANNUCCI

Data da operação: 11/03/2016 - 10h14

Agência   Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
03376   0330231-8	-8.093,35	-8.093,35

Extrato de: Ag: 03376 | CC: 0330231-8

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
15/01/2015	SALDO ANTERIOR				0,00
11/03/2016	OPERACOES VENCIDAS	3100070		-8.093,35	-8.093,35
Total			0,00	-8.093,35	-8.093,35

Os dados acima têm como base 11/03/2016 às 10h14 e estão sujeitos a alterações.

Lançamentos Futuros

Não há lançamentos para este tipo de extrato.





Extrato (Últimos Lançamentos)

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA | CNPJ: 002.913.263/0001-17  
Nome do usuário: RAFAELA VANNUCCI  
Data da operação: 11/03/2016 - 10h10

Agência   Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
03376   0323993-4	-608,31	-608,31

Extrato de: Ag: 03376 | CC: 0323993-4

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
03/03/2016	<b>SALDO ANTERIOR</b>				-90,82
10/03/2016	TAR OBB CONVENC MANUT	400810		-34,44	-125,26
11/03/2016	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	51015		-52,00	-177,26
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	51115		-54,15	-231,41
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	60116		-54,15	-285,56
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	100216		-54,15	-339,71
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	101115		-54,15	-393,86
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	101215		-54,15	-448,01
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	110116		-54,15	-502,16
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	131015		-52,00	-554,16
	ADIANT. DEPOSITANTE				
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE	250216		-54,15	-608,31
	ADIANT. DEPOSITANTE				
Total			0,00	-517,49	-608,31

Os dados acima têm como base 11/03/2016 às 10h10 e estão sujeitos a alterações.

Lançamentos Futuros

Não há lançamentos para este tipo de extrato.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARAK JUNIOR e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 18/03/2016 às 12:17 , sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3BBF.

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

**1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos**

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO BEL JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

**CERTIDÃO**

O 1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS, RG 16442014 SP que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA****CNPJ 02.913.263/0001-17****CONSTA(M) 00038 PROTESTO(S)**

20141001000244	1	LIVRO: 3613G	FOLHA: 232		
		PROTOCOLO		Protocolização: 01/10/2014	Número: 244
		PROTESTO	Data: 07/10/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
			Valor Protestado: R\$ 615,00		
		TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 015598/2	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
20141217000354	2	Emissão: 18/07/2014	Vencimento: 09/09/2014	Endosso: M	
		Apresentante:	BANCO BRADESCO S A		
		Endereço:	RUA DUQUE DE CAXIAS, 675		
		Favorecido:	MOTORSCAN COMERCIO DE PECAS LTDA - ME		
		Endossante:	MOTORSCAN COMERCIO DE PECAS LTDA - ME		
20141030000130	3	Declarção:	NADA CONSTA	Faixa de referência: 5	
		Devedor:	GUERRA & GUERRA TRANSPORTES	CNPJ 02.913.263/0001-17	
		LIVRO: 3673G	FOLHA: 249		
		PROTOCOLO		Protocolização: 17/12/2014	Número: 354
		PROTESTO	Data: 22/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
20141030000130	3		Valor Protestado: R\$ 320,00		
		TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 16342/0733	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
		Emissão: 12/11/2014	Vencimento: 09/12/2014	Endosso: M	
		Apresentante:	BANCO ITAU S/A		
		Endereço:	RUA DUQUE DE CAXIAS, 827		
20141030000130	3	Favorecido:	CENTRALVIDROS AUT CAM LTDA EPP		
		Endossante:	CENTRALVIDROS AUT CAM LTDA EPP		
		Declarção:	NADA CONSTA	Faixa de referência: 3	
		Devedor:	GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LT	CNPJ 02.913.263/0001-17	
		LIVRO: 3637G	FOLHA: 49		
20141030000130	3	PROTOCOLO		Protocolização: 30/10/2014	Número: 130
		PROTESTO	Data: 05/11/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
			Valor Protestado: R\$ 453,14		
		TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 000072394A	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
		Emissão: 01/09/2014	Vencimento: 21/09/2014	Endosso: M	
20141030000130	3	Apresentante:	BANCO SANTANDER S/A		
		Endereço:	RUA AMADOR BUENO, 605		
		Favorecido:	SUATRANS EMERGENCIA S/A		
		Endossante:	SUATRANS EMERGENCIA S/A		
		Declarção:	NADA CONSTA	Faixa de referência: 4	
20141030000130	3	Devedor:	GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17	

02/03/2016 16:28:19

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura da serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha: 2



**1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos**  
 rua general osório, 1462 - cep 14.010-000 comarca de ribeirão preto - sp.  
 TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

**Continuação da Folha : 1**

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ 02.913.263/0001-17**



4		20141114000104	LIVRO: 3654G	FOLHA: 245			
			PROTOCOLO		Protocolização: 14/11/2014	Número: 104	
			PROTESTO	Data: 25/11/2014 Valor Protestado: R\$ 30.126,12	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
			TÍTULO/DOCUMENTO	Número: FAT053449 Emissão: 29/07/2014 Vencimento: 05/09/2014	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	Endosso: M	
			Apresentante: BANCO DO BRASIL S/A Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 725 Favorecido: UNIAO COMERCIO DE PECAS LTDA Endossante: UNIAO COMERCIO DE PECAS LTDA Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA			Faixa de referência: 26 CNPJ 02.913.263/0001-17	
5		20150526000110	LIVRO: 3809G	FOLHA: 135			
			PROTOCOLO		Protocolização: 26/05/2015	Número: 110	
			PROTESTO	Data: 01/06/2015 Valor Protestado: R\$ 453,14	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
			TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 000077442A Emissão: 03/11/2014 Vencimento: 21/11/2014	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	Endosso: M	
			Apresentante: BANCO SANTANDER S/A Endereço: RUA AMADOR BUENO, 605 Favorecido: SUATRANS EMERGENCIA S/A Endossante: SUATRANS EMERGENCIA S/A Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA			Faixa de referência: 4 CNPJ 02.913.263/0001-17	
6		20150615000715	LIVRO: 3826G	FOLHA: 187			
			PROTOCOLO		Protocolização: 15/06/2015	Número: 715	
			PROTESTO	Data: 18/06/2015 Valor Protestado: R\$ 460,98	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
			TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 2310187 Emissão: 06/06/2015 Vencimento: A Vista	Espécie: Certidão de Divida Ativa	Endosso:	
			Apresentante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO Endereço: RUA LAFAIETE, 1000 Favorecido: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO Endossante: 14560701 ISS DECLARACAO ELETR/2014 PARCELA(S) Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA			Faixa de referência: 4 CNPJ 02.913.263/0001-17	

02/03/2016 16:28:19

- Informações:**
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
  - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
  - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
  - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
  - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
  - 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 3



Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

# 1º Tabelião de protesto de letras e títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO BEL JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Continuação da Folha : 2

GUERRA &amp; GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ 02.913.263/0001-17



7	LIVRO: 3587G	FOLHA: 228	
20140829000114	PROTOCOLO	Protocolização: 29/08/2014	Número: 114
	PROTESTO Data: 04/09/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 387,40		
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 5907-5908	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 10/07/2014	Vencimento: 19/08/2014	Endosso: M
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA		
	Faixa de referência: 3		CNPJ 02.913.263/0001-17
8	LIVRO: 3596G	FOLHA: 12	
20140910000119	PROTOCOLO	Protocolização: 10/09/2014	Número: 119
	PROTESTO Data: 15/09/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 988,00		
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 5710 A 5711	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 13/06/2014	Vencimento: 30/08/2014	Endosso: M
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA		
	Faixa de referência: 6		CNPJ 02.913.263/0001-17
9	LIVRO: 3596G	FOLHA: 13	
20140910000120	PROTOCOLO	Protocolização: 10/09/2014	Número: 120
	PROTESTO Data: 15/09/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 1.062,00		
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 5712 A 5714	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 13/06/2014	Vencimento: 30/08/2014	Endosso: M
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA		
	Faixa de referência: 7		CNPJ 02.913.263/0001-17

02/03/2016 16:28:19

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 4

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

# 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO REL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTI NAGGARATO

Continuação da Folha : 3

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

CNPJ 02.913.263/0001-17



10	LIVRO: 3596G	FOLHA: 14		
20140910000124	PROTOCOLO		Protocolização: 10/09/2014	Número: 124
	PROTESTO	Data: 15/09/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 707,50			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 5483 A 5485	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 13/05/2014	Vencimento: 30/08/2014	Endosso: M	
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
	Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426			
	Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME				
Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 5			
Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17			
11	LIVRO: 3596G	FOLHA: 15		
20140910000128	PROTOCOLO		Protocolização: 10/09/2014	Número: 128
	PROTESTO	Data: 15/09/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 1.312,50			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 5717 A 5719	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 13/06/2014	Vencimento: 29/08/2014	Endosso: M	
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
	Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426			
	Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME				
Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 8			
Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17			
12	LIVRO: 3666G	FOLHA: 266		
20141210000155	PROTOCOLO		Protocolização: 10/12/2014	Número: 155
	PROTESTO	Data: 15/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 301,20			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 6059001	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 02/08/2014	Vencimento: 30/11/2014	Endosso: M	
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
	Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426			
	Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME				
Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 3			
Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17			

02/03/2016 16:28:19

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e número(s) nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 5



Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531



**1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos**  
 rua general osório, 1462 - cep 14.910-000 comarca de ribeirão preto - sp.  
 TABELIÃO BEL JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Continuação da Folha : 4

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ 02.913.263/0001-17**



13	LIVRO: 3666G FOLHA: 272	
20141210000174	PROTOCOLO	Protocolização: 10/12/2014 Número: 174
	PROTESTO Data: 15/12/2014 Motivo: Falta de Pagamento Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 534,20	
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 6053 A 6058 Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 02/08/2014 Vencimento: 30/11/2014 Endosso: M	
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	Faixa de referência: 4 CNPJ 02.913.263/0001-17
14	LIVRO: 3666G FOLHA: 273	
20141210000177	PROTOCOLO	Protocolização: 10/12/2014 Número: 177
	PROTESTO Data: 15/12/2014 Motivo: Falta de Pagamento Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 826,60	
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 5779 Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 24/06/2014 Vencimento: 30/11/2014 Endosso: M	
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	Faixa de referência: 6 CNPJ 02.913.263/0001-17
15	LIVRO: 3666G FOLHA: 274	
20141210000180	PROTOCOLO	Protocolização: 10/12/2014 Número: 180
	PROTESTO Data: 15/12/2014 Motivo: Falta de Pagamento Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 1.255,10	
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 5720 A 5721 Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 13/06/2014 Vencimento: 30/11/2014 Endosso: M	
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	Faixa de referência: 8 CNPJ 02.913.263/0001-17

02/03/2016 16:28:19

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Folha : 5

Continua na Folha : 6



**1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos**  
 rua general osório, 1462 - cep 14.010-000  
 TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

comarca de ribeirão preto - sp.

**Continuação da Folha : 5**

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ 02.913.263/0001-17**



16	LIVRO: 3666G	FOLHA: 278	
20141210000188	PROTOCOLO	Protocolização: 10/12/2014	Número: 188
	PROTESTO	Data: 15/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento
		Valor Protestado: R\$ 1.384,90	Tipo: COMUM
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 5768 A 5776	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação
	Emissão: 24/06/2014	Vencimento: 30/11/2014	Endosso: M
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
	Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426		
	Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME		
	Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME		
	Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 8	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17	
17	LIVRO: 3674G	FOLHA: 265	
20141210000170	PROTOCOLO	Protocolização: 10/12/2014	Número: 170
	PROTESTO	Data: 23/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento
		Valor Protestado: R\$ 716,00	Tipo: COMUM
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 5777 - 5778	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação
	Emissão: 24/06/2014	Vencimento: 30/11/2014	Endosso: M
	Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
	Endereço: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426		
	Favorecido: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME		
	Endossante: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME		
	Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 5	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17	
18	LIVRO: 3895G	FOLHA: 156	
20150825000116	PROTOCOLO	Protocolização: 25/08/2015	Número: 116
	PROTESTO	Data: 28/08/2015	Motivo: Falta de Pagamento
		Valor Protestado: R\$ 350,00	Tipo: COMUM
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 22125002	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação
	Emissão: 20/10/2014	Vencimento: 19/12/2014	Endosso: M
	Apresentante: BANCO SANTANDER S/A		
	Endereço: RUA AMADOR BUENO, 605		
	Favorecido: ANA MARTA PORFIRIO MARTINS ME		
	Endossante: ANA MARTA PORFIRIO MARTINS ME		
	Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 3	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTE LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17	

02/03/2016 16:28:20

1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.

2) As custas devidas foram recolhidas por guia.

3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.

4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.

5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 7



Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

# 1º Tabelião de protesto de letras e títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO DEL JOSÉ PAULO PICCOLOTTI NASCIMENTO

Continuação da Folha : 6

GUERRA &amp; GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ 02.913.263/0001-17



19	LIVRO: 3555G	FOLHA: 240			
	PROTOCOLO		Protocolização: 21/07/2014	Número: 22	
	PROTESTO	Data: 28/07/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 152,00			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 1027	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 20/06/2014	Vencimento: 11/07/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO DO BRASIL S/A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 725				
	Favorecido: BMP CASA DAS FONTES LTDA				
	Endossante: BMP CASA DAS FONTES LTDA				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 2	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES			CNPJ 02.913.263/0001-17	
20	LIVRO: 3636G	FOLHA: 95			
	PROTOCOLO		Protocolização: 29/10/2014	Número: 640	
	PROTESTO	Data: 04/11/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 1.569,32			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: NFSE3043/2	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 04/09/2014	Vencimento: 15/10/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO ITAU S/A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827				
	Favorecido: CITY AR SERVICOS E COMERCIO LT				
	Endossante: CITY AR SERVICOS E COMERCIO LT				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 9	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES			CNPJ 02.913.263/0001-17	
21	LIVRO: 3660G	FOLHA: 265			
	PROTOCOLO		Protocolização: 25/11/2014	Número: 443	
	PROTESTO	Data: 01/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 248,14			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 028451A	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 15/10/2014	Vencimento: 14/11/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO ITAU S/A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827				
	Favorecido: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP				
	Endossante: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 3	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LT			CNPJ 02.913.263/0001-17	

02/03/2016 16:28:20

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 8

Folha : 7



Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

## 1º tabelião de protesto de letras e títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Continuação da Folha : 7

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
CNPJ 02.913.263/0001-17

22	LIVRO: 3663G	FOLHA: 191			
	PROTOCOLO		Protocolização: 02/12/2014	Número: 279	
	PROTESTO	Data: 05/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 485,85			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 028680A	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 22/10/2014	Vencimento: 21/11/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO ITAU S/A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827				
	Favorecido: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP				
	Endossante: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 4	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LT			CNPJ 02.913.263/0001-17	
23	LIVRO: 3726G	FOLHA: 240			
	PROTOCOLO		Protocolização: 02/03/2015	Número: 328	
	PROTESTO	Data: 05/03/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 483,00			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 028680D	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 22/10/2014	Vencimento: 19/02/2015	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO ITAU S/A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827				
	Favorecido: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP				
	Endossante: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 4	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LT			CNPJ 02.913.263/0001-17	
24	LIVRO: 3596G	FOLHA: 1			
	PROTOCOLO		Protocolização: 10/09/2014	Número: 73	
	PROTESTO	Data: 15/09/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 74.789,52			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 6733,4	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 26/08/2014	Vencimento: 29/08/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO SANTANDER S/A				
	Endereço: RUA AMADOR BUENO, 605				
	Favorecido: POSTO NEROPOLIS LTDA				
	Endossante: POSTO NEROPOLIS LTDA				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 26	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			CNPJ 02.913.263/0001-17	

02/03/2016 16:28:20

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1985, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 9

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

**1º Tabelião de protesto de letras e títulos**  
 rua general osório, 1462 - cep 14.010-000 comarca de ribeirão preto - sp.  
 TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

## Continuação da Folha : 8

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
 CNPJ 02.913.263/0001-17



25	LIVRO: 3604G	FOLHA: 253		
20140917000083	PROTOCOLO	Protocolização: 17/09/2014	Número: 83	
	PROTESTO Data: 23/09/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 21.557,59			
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 6816,0	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 02/09/2014	Vencimento: 05/09/2014	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO SANTANDER S/A Endereço: RUA AMADOR BUENO, 605 Favorecido: POSTO NEROPOLIS LTDA Endossante: POSTO NEROPOLIS LTDA Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			
Faixa de referência: 26 CNPJ 02.913.263/0001-17				
26	LIVRO: 3663G	FOLHA: 113		
20141201000270	PROTOCOLO	Protocolização: 01/12/2014	Número: 270	
	PROTESTO Data: 05/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 2.498,44			
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 0306500-01	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 15/09/2014	Vencimento: 13/10/2014	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 Favorecido: RIBEIRAO DIESEL S/A VEICULOS Endossante: RIBEIRAO DIESEL S/A VEICULOS Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			
Faixa de referência: 13 CNPJ 02.913.263/0001-17				
27	LIVRO: 3663G	FOLHA: 114		
20141201000272	PROTOCOLO	Protocolização: 01/12/2014	Número: 272	
	PROTESTO Data: 05/12/2014	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 1.304,27			
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 0303822-03	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 23/07/2014	Vencimento: 21/10/2014	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 Favorecido: RIBEIRAO DIESEL S/A VEICULOS Endossante: RIBEIRAO DIESEL S/A VEICULOS Declaração: NADA CONSTA Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			
Faixa de referência: 8 CNPJ 02.913.263/0001-17				

02/03/2016 16:28:20

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
  - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
  - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
  - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
  - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
  - 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 10



Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

# 1º Tabelião de protesto de letras e títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO DEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

## Continuação da Folha : 9

GUERRA &amp; GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ 02.913.263/0001-17



28	LIVRO: 3687G	FOLHA: 223			
	PROTOCOLO		Protocolização: 08/01/2015	Número: 383	
	PROTESTO	Data: 13/01/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 1.230,00			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 0309501-01	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 25/11/2014	Vencimento: 25/12/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675				
	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL				
	Endossante: RIBEIRAO DIESEL				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 7	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			CNPJ 02.913.263/0001-17	
29	LIVRO: 3687G	FOLHA: 224			
	PROTOCOLO		Protocolização: 08/01/2015	Número: 384	
	PROTESTO	Data: 13/01/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 192,22			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 0309293-01	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 14/11/2014	Vencimento: 15/12/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675				
	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL				
	Endossante: RIBEIRAO DIESEL				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 2	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			CNPJ 02.913.263/0001-17	
30	LIVRO: 3687G	FOLHA: 225			
	PROTOCOLO		Protocolização: 08/01/2015	Número: 385	
	PROTESTO	Data: 13/01/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
		Valor Protestado: R\$ 2.497,69			
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 0306500-02	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 15/09/2014	Vencimento: 10/11/2014	Endosso: M		
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A				
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675				
	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL				
	Endossante: RIBEIRAO DIESEL				
	Declaração: NADA CONSTA			Faixa de referência: 12	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			CNPJ 02.913.263/0001-17	

02/03/2016 16:28:20

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 11

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

# 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000  
TABELIÃO DEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTI NACCARATO

comarca de ribeirão preto - sp.

Continuação da Folha : 10

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

CNPJ 02.913.263/0001-17



31	LIVRO: 3720G	FOLHA: 241	
20150219000002	PROTOCOLO	Protocolização: 19/02/2015	Número: 2
	PROTESTO Data: 24/02/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 270,39		
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 0310587-01	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 19/12/2014	Vencimento: 19/01/2015	Endosso: M
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A		
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675		
	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL		
	Endossante: RIBEIRAO DIESEL		
	Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 3	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17	
32	LIVRO: 3720G	FOLHA: 242	
201502190000003	PROTOCOLO	Protocolização: 19/02/2015	Número: 3
	PROTESTO Data: 24/02/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 347,59		
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 0310148-01	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 10/12/2014	Vencimento: 09/01/2015	Endosso: M
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A		
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675		
	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL		
	Endossante: RIBEIRAO DIESEL		
	Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 3	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17	
33	LIVRO: 3720G	FOLHA: 243	
201502190000004	PROTOCOLO	Protocolização: 19/02/2015	Número: 4
	PROTESTO Data: 24/02/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 1.045,23		
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 0309985-02	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 03/12/2014	Vencimento: 02/02/2015	Endosso: M
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A		
	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675		
	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL		
	Endossante: RIBEIRAO DIESEL		
	Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 6	
	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17	

02/03/2016 16:28:20

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
  - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
  - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
  - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
  - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
  - 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Folha: 11

Continua na Folha: 12



Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

# 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO BEL. JOSE PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

## Continuação da Folha : 11

## GUERRA &amp; GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ 02.913.263/0001-17



34	LIVRO: 3720G	FOLHA: 244		
20150219000005	PROTOCOLO		Protocolização: 19/02/2015	Número: 5
	PROTESTO	Data: 24/02/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
		Valor Protestado: R\$ 1.230,00		
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 0309501-02	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 25/11/2014	Vencimento: 26/01/2015	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL	Endossante: RIBEIRAO DIESEL
	Declaração: NADA CONSTA	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	Faixa de referência: 7	CNPJ 02.913.263/0001-17
35	LIVRO: 3726G	FOLHA: 199		
20150302000208	PROTOCOLO		Protocolização: 02/03/2015	Número: 208
	PROTESTO	Data: 05/03/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
		Valor Protestado: R\$ 270,31		
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 0310587-02	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 19/12/2014	Vencimento: 17/02/2015	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL	Endossante: RIBEIRAO DIESEL
	Declaração: NADA CONSTA	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	Faixa de referência: 3	CNPJ 02.913.263/0001-17
36	LIVRO: 3726G	FOLHA: 200		
20150302000209	PROTOCOLO		Protocolização: 02/03/2015	Número: 209
	PROTESTO	Data: 05/03/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM
		Valor Protestado: R\$ 802,80		
	TÍTULO/DOCUMENTO	Número: 0309329-03	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação	
	Emissão: 17/11/2014	Vencimento: 16/02/2015	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A	Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675	Favorecido: RIBEIRAO DIESEL	Endossante: RIBEIRAO DIESEL
	Declaração: NADA CONSTA	Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	Faixa de referência: 5	CNPJ 02.913.263/0001-17

02/03/2016 16:28:20

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
  - 2) As cópias devidas foram recolhidas por guia.
  - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
  - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e número(s) integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
  - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
  - 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

Continua na Folha : 13

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01531

# 1º Tabelião de protesto de letras e títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000  
TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

comarca de ribeirão preto - sp

## Continuação da Folha : 12

### GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ 02.913.263/0001-17



37	LIVRO: 3743G	FOLHA: 163		
20150317000155	PROTOCOLO	Protocolização: 17/03/2015	Número: 155	
	PROTESTO Data: 20/03/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 1.045,23			
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 0309985-03	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 03/12/2014	Vencimento: 03/03/2015	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A			
Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675				
Favorecido: RIBEIRAO DIESEL				
Endossante: RIBEIRAO DIESEL				
Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 6			
Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17			
38	LIVRO: 3757G	FOLHA: 64		
20150326000156	PROTOCOLO	Protocolização: 26/03/2015	Número: 156	
	PROTESTO Data: 31/03/2015	Motivo: Falta de Pagamento	Tipo: COMUM	
	Valor Protestado: R\$ 270,30			
	TÍTULO/DOCUMENTO Número: 0310587-03	Espécie: Duplicata Mercantil Por Indicação		
	Emissão: 19/12/2014	Vencimento: 19/03/2015	Endosso: M	
	Apresentante: BANCO BRADESCO S A			
Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675				
Favorecido: RIBEIRAO DIESEL				
Endossante: RIBEIRAO DIESEL				
Declaração: NADA CONSTA	Faixa de referência: 3			
Devedor: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	CNPJ 02.913.263/0001-17			

Eu, JOÃO BRAULIO DINIZ JUNQUEIRA - Escrevente Autorizado(a) , conferi.  
Eu, JOÃO BRAULIO DINIZ JUNQUEIRA - Escrevente Autorizado(a) , Subcrevo e Assino.  
RIBEIRÃO PRETO, 02 DE MARÇO DE 2016

EMOLUMENTOS	ESTADO	CART.SERVENTIAS	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	FEDMP	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,07	0,34	11,49

02/03/2016 16:28:20

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
  - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
  - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código de barras acima.
  - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
  - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
  - 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.





## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
CNPJ 02.913.263/0001-17



CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)

201407290215

LIVRO: 1439G	FOLHA: 121	Protocolado: 29/07/2014	Número: 0215
PROTOCOLO Apresentação....: 29/07/2014		Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
PROTESTO Data.....: 01/08/2014		Valor...: R\$ 320,00	
Valor Protestado: R\$ 320,00		Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO	
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5731		Vencimento: 16/07/2014	Endosso: Mandato
Emissão.....: 16/06/2014			
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426	SP		
Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Valor Cancelamento.....: R\$ 57,89			Faixa de Referência: C

201408290110

LIVRO: 1465G	FOLHA: 251	Protocolado: 29/08/2014	Número: 0110
PROTOCOLO Apresentação....: 29/08/2014		Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
PROTESTO Data.....: 03/09/2014		Valor...: R\$ 56,00	
Valor Protestado: R\$ 56,00		Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO	
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5910		Vencimento: 19/08/2014	Endosso: Mandato
Emissão.....: 11/07/2014			
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426	SP		
Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Valor Cancelamento.....: R\$ 16,74			Faixa de Referência: A

201409100116

LIVRO: 1474G	FOLHA: 242	Protocolado: 10/09/2014	Número: 0116
PROTOCOLO Apresentação....: 10/09/2014		Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
PROTESTO Data.....: 15/09/2014		Valor...: R\$ 637,70	
Valor Protestado: R\$ 637,70		Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO	
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5702 A 5709		Vencimento: 30/08/2014	Endosso: Mandato
Emissão.....: 13/06/2014			
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426	SP		
Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME			
Valor Cancelamento.....: R\$ 109,12			Faixa de Referência: E





## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

CNPJ 02.913.263/0001-17



CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)

201409100117

LIVRO: 1474G FOLHA: 243  
PROTOCOLO Apresentação....: 10/09/2014 Protocolado: 10/09/2014 Número: 0117  
PROTESTO Data.....: 15/09/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 747,80 Valor...: R\$ 747,80  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5929 A 5933 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 15/07/2014 Vencimento: 30/08/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 SP  
Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Valor Cancelamento.....: R\$ 109,12 Faixa de Referência: E

201410160227

LIVRO: 1505G FOLHA: 9  
PROTOCOLO Apresentação....: 16/10/2014 Protocolado: 16/10/2014 Número: 0227  
PROTESTO Data.....: 21/10/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 800,00 Valor...: R\$ 800,00  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: NFSE2894/2 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 04/08/2014 Vencimento: 04/10/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO ITAU S/A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827 SP  
Favorecido...: CITY AR SERVICOS E COMERCIO LT  
Endossante...: CITY AR SERVICOS E COMERCIO LT  
Valor Cancelamento.....: R\$ 110,76 Faixa de Referência: E

201410300132

LIVRO: 1513G FOLHA: 117  
PROTOCOLO Apresentação....: 30/10/2014 Protocolado: 30/10/2014 Número: 0132  
PROTESTO Data.....: 05/11/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 453,14 Valor...: R\$ 453,14  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 000074907A Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 01/10/2014 Vencimento: 21/10/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO SANTANDER S/A  
Endereço....: RUA AMADOR BUENO, 605 SP  
Favorecido...: SUATRANS EMERGENCIA S/A  
Endossante...: SUATRANS EMERGENCIA S/A  
Valor Cancelamento.....: R\$ 84,03 Faixa de Referência: D



## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**CNPJ 02.913.263/0001-17**



**CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)**

201410300133

LIVRO: 1513G FOLHA: 118  
PROTOCOLO Apresentação....: 30/10/2014 Protocolado: 30/10/2014 Número: 0133  
PROTESTO Data.....: 05/11/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 453,14 Valor..: R\$ 453,14  
TÍTULO / DOCUMENTO Número..: 000070123A Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 01/08/2014 Vencimento: 21/08/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO SANTANDER S/A  
Endereço....: RUA AMADOR BUENO, 605 SP  
Favorecido..: SUATRANS EMERGENCIA S/A  
Endossante..: SUATRANS EMERGENCIA S/A  
Valor Cancelamento.....: R\$ 84,03 Faixa de Referência: D

201411050147

LIVRO: 1516G FOLHA: 199  
PROTOCOLO Apresentação....: 05/11/2014 Protocolado: 05/11/2014 Número: 0147  
PROTESTO Data.....: 10/11/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 6.074,75 Valor..: R\$ 6.074,75  
TÍTULO / DOCUMENTO Número..: 0041042/3 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 30/06/2014 Vencimento: 01/10/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO DO BRASIL S/A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 725 SP  
Favorecido..: LAPONIA SUDESTE LTDA.  
Endossante..: LAPONIA SUDESTE LTDA.  
Valor Cancelamento.....: R\$ 851,31 Faixa de Referência: T

201411070120

LIVRO: 1519G FOLHA: 237  
PROTOCOLO Apresentação....: 07/11/2014 Protocolado: 07/11/2014 Número: 0120  
PROTESTO Data.....: 12/11/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 6.074,75 Valor..: R\$ 6.074,75  
TÍTULO / DOCUMENTO Número..: 0041042/4 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 30/06/2014 Vencimento: 03/11/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO DO BRASIL S/A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 725 SP  
Favorecido..: LAPONIA SUDESTE LTDA.  
Endossante..: LAPONIA SUDESTE LTDA.  
Valor Cancelamento.....: R\$ 851,31 Faixa de Referência: T



## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

CNPJ 02.913.263/0001-17



CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)

201411140102

LIVRO: 1527G FOLHA: 19  
PROTOCOLO Apresentação....: 14/11/2014 Protocolado: 14/11/2014 Número: 0102  
PROTESTO Data.....: 19/11/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 30.126,12 Valor...: R\$ 30.126,12  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: FAT053449 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 29/07/2014 Vencimento: 22/08/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO DO BRASIL S/A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 725 SP  
Favorecido...: UNIAO COMERCIO DE PECAS LTDA  
Endossante...: UNIAO COMERCIO DE PECAS LTDA  
Valor Cancelamento.....: R\$ 2.025,89 Faixa de Referência: 7

201412040336

LIVRO: 1540G FOLHA: 203  
PROTOCOLO Apresentação....: 04/12/2014 Protocolado: 04/12/2014 Número: 0336  
PROTESTO Data.....: 10/12/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 700,00 Valor...: R\$ 700,00  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 3968 Espécie...: DUPL. SERV. INDICAÇÃO  
Emissão.....: 21/11/2014 Vencimento: 27/11/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO BRADESCO S A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 SP  
Favorecido...: ATLANTIDA INSPECAO VEICULAR LTDA.  
Endossante...: ATLANTIDA INSPECAO VEICULAR LTDA.  
Valor Cancelamento.....: R\$ 110,76 Faixa de Referência: E

201412050201

LIVRO: 1541G FOLHA: 177  
PROTOCOLO Apresentação....: 05/12/2014 Protocolado: 05/12/2014 Número: 0201  
PROTESTO Data.....: 11/12/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 850,00 Valor...: R\$ 850,00  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 978-1 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 05/09/2014 Vencimento: 25/11/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 SP  
Favorecido...: ADEMIR MATIONI - ME  
Endossante...: ADEMIR MATIONI - ME  
Valor Cancelamento.....: R\$ 137,49 Faixa de Referência: F





## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**CNPJ 02.913.263/0001-17**



**CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)**

201412100136

LIVRO: 1542G FOLHA: 272  
PROTOCOLO Apresentação....: 10/12/2014 Protocolado: 10/12/2014 Número: 0136  
PROTESTO Data.....: 15/12/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 121,70 Valor.: R\$ 121,70  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5851 A 5853 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 03/07/2014 Vencimento: 30/11/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 SP  
Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Valor Cancelamento.....: R\$ 29,52 Faixa de Referência: B

201412100154

LIVRO: 1542G FOLHA: 281  
PROTOCOLO Apresentação....: 10/12/2014 Protocolado: 10/12/2014 Número: 0154  
PROTESTO Data.....: 15/12/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 301,20 Valor.: R\$ 301,20  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 6059002 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 02/08/2014 Vencimento: 30/11/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 SP  
Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Valor Cancelamento.....: R\$ 56,25 Faixa de Referência: C

201412100174

LIVRO: 1542G FOLHA: 287  
PROTOCOLO Apresentação....: 10/12/2014 Protocolado: 10/12/2014 Número: 0174  
PROTESTO Data.....: 15/12/2014 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 660,20 Valor.: R\$ 660,20  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5827 A 5830 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 01/07/2014 Vencimento: 30/11/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 SP  
Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME  
Valor Cancelamento.....: R\$ 109,12 Faixa de Referência: E



## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

CNPJ 02.913.263/0001-17



CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)

201412100177

LIVRO: 1542G FOLHA: 289

PROTOCOLO Apresentação....: 10/12/2014

PROTESTO Data.....: 15/12/2014

Valor Protestado: R\$ 1.032,50

TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5715 A 5716

Emissão.....: 13/06/2014

Apresentante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Endereço....: RUA AMERICO BRASILIENSE, 426 SP

Favorecido...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME

Endossante...: ELTON CASAGRANDE DALSIN ME

Protocolado: 10/12/2014

Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO

Valor...: R\$ 1.032,50

Espécie....: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO

Vencimento: 30/11/2014

Número: 0177

Tipo: COMUM

Endosso: Mandato

Valor Cancelamento.....: R\$ 161,97

Faixa de Referência: G

201412160271

LIVRO: 1548G FOLHA: 227

PROTOCOLO Apresentação....: 16/12/2014

PROTESTO Data.....: 19/12/2014

Valor Protestado: R\$ 3.800,00

TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 2893/2367/2

Emissão.....: 13/10/2014

Apresentante: BANCO BRADESCO S A

Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 SP

Favorecido...: RODRIGUES E GEA REFRIGERACAO LTDA

Endossante...: RODRIGUES E GEA REFRIGERACAO LTDA

Protocolado: 16/12/2014

Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO

Valor...: R\$ 3.800,00

Espécie....: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO

Vencimento: 10/11/2014

Número: 0271

Tipo: COMUM

Endosso: Mandato

Valor Cancelamento.....: R\$ 532,57

Faixa de Referência: P

201412170294

LIVRO: 1550G FOLHA: 152

PROTOCOLO Apresentação....: 17/12/2014

PROTESTO Data.....: 22/12/2014

Valor Protestado: R\$ 56,92

TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 029977A

Emissão.....: 27/11/2014

Apresentante: BANCO ITAU S/A

Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827 SP

Favorecido...: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP

Endossante...: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP

Protocolado: 17/12/2014

Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO

Valor...: R\$ 56,92

Espécie....: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO

Vencimento: 08/12/2014

Número: 0294

Tipo: COMUM

Endosso: Mandato

Valor Cancelamento.....: R\$ 16,74

Faixa de Referência: A



## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**CNPJ 02.913.263/0001-17**



**CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)**

201501020141

LIVRO: 1560G FOLHA: 21  
PROTOCOLO Apresentação....: 02/01/2015 Protocolado: 02/01/2015 Número: C141  
PROTESTO Data.....: 07/01/2015 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 24.466,67 Valor...: R\$ 24.466,67  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 5277 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 15/12/2014 Vencimento: 22/12/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO DO BRASIL S/A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 725 SP  
Favorecido...: AUTO POSTO CARRIJO LTDA  
Endossante...: AUTO POSTO CARRIJO LTDA  
Valor Cancelamento.....: R\$ 2.024,25 Faixa de Referência: Z

201501020570

LIVRO: 1560G FOLHA: 128  
PROTOCOLO Apresentação....: 02/01/2015 Protocolado: 02/01/2015 Número: 0570  
PROTESTO Data.....: 07/01/2015 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 483,00 Valor...: R\$ 483,00  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 028680B Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 22/10/2014 Vencimento: 21/12/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO ITAU S/A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827 SP  
Favorecido...: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP  
Endossante...: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP  
Valor Cancelamento.....: R\$ 82,39 Faixa de Referência: D

201501080383

LIVRO: 1564G FOLHA: 159  
PROTOCOLO Apresentação....: 08/01/2015 Protocolado: 08/01/2015 Número: 0383  
PROTESTO Data.....: 13/01/2015 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 803,05 Valor...: R\$ 803,05  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 0309329-01 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 17/11/2014 Vencimento: 17/12/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO BRADESCO S A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 SP  
Favorecido...: RIBEIRAO DIESEL  
Endossante...: RIBEIRAO DIESEL  
Valor Cancelamento.....: R\$ 109,12 Faixa de Referência: E





## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ 02.913.263/0001-17**



CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)

201501080384



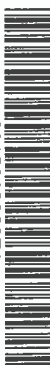
LIVRO: 1564G FOLHA: 160  
PROTOCOLO Apresentação....: 08/01/2015 Protocolado: 08/01/2015 Número: 0384  
PROTESTO Data.....: 13/01/2015 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 2.497,68 Valor...: R\$ 2.497,68  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 0306500-03 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 15/09/2014 Vencimento: 08/12/2014 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO BRADESCO S A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 SP  
Favorecido...: RIBEIRAO DIESEL  
Endossante...: RIBEIRAO DIESEL  
Valor Cancelamento.....: R\$ 320,58 Faixa de Referência: L

201501290199



LIVRO: 1581G FOLHA: 46  
PROTOCOLO Apresentação....: 29/01/2015 Protocolado: 29/01/2015 Número: 0199  
PROTESTO Data.....: 03/02/2015 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 30,00 Valor...: R\$ 30,00  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: NFE 005417 Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 30/12/2014 Vencimento: 20/01/2015 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO SANTANDER S/A  
Endereço....: RUA AMADOR BUENO, 605 SP  
Favorecido...: MARCOS ANTONIO DINIZ ELETRICA-ME  
Endossante...: MARCOS ANTONIO DINIZ ELETRICA-ME  
Valor Cancelamento.....: R\$ 16,74 Faixa de Referência: A

201501290371



LIVRO: 1581G FOLHA: 80  
PROTOCOLO Apresentação....: 29/01/2015 Protocolado: 29/01/2015 Número: 0371  
PROTESTO Data.....: 03/02/2015 Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO Tipo: COMUM  
Valor Protestado: R\$ 483,00 Valor...: R\$ 483,00  
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 028680C Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO  
Emissão.....: 22/10/2014 Vencimento: 20/01/2015 Endosso: Mandato  
Apresentante: BANCO ITAU S/A  
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 827 SP  
Favorecido...: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP  
Endossante...: AUTO PECAS CAND TAVAR LTDA EPP  
Valor Cancelamento.....: R\$ 82,39 Faixa de Referência: D





## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**CNPJ 02.913.263/0001-17**



**CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)**

201502111020

LIVRO: 1593G FOLHA: 18

PROTOCOLO	Apresentação....: 11/02/2015	Protocolado: 11/02/2015	Número: 1020
PROTESTO	Data.....: 19/02/2015	Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 10.191,42	Valor...: R\$ 10.191,42	
TÍTULO / DOCUMENTO	Número...: 135688	Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL	POR INDICAÇÃO
	Emissão.....: 16/07/2014	Vencimento: 30/07/2014	Endosso: Sem Endosso
Apresentante:	POSTO RESTAURANTE LANCHONETE DO TREVO LTDA		
Endereço....:	ANHANGUERA KM 320 RIBEIRAO PRETO SP		
Favorecido...:	POSTO RESTAURANTE LANCHONETE DO TREVO LTDA		
Endossante...:	POSTO RESTAURANTE LANCHONETE DO TREVO LTDA		

Valor Cancelamento.....: R\$ 1.352,31

Faixa de Referência: Y

201502190003

LIVRO: 1597G FOLHA: 111

PROTOCOLO	Apresentação....: 19/02/2015	Protocolado: 19/02/2015	Número: 0003
PROTESTO	Data.....: 25/02/2015	Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 347,49	Valor...: R\$ 347,49	
TÍTULO / DOCUMENTO	Número...: 0310148-02	Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL	POR INDICAÇÃO
	Emissão.....: 10/12/2014	Vencimento: 09/02/2015	Endosso: Mandato
Apresentante:	BANCO BRADESCO S A		
Endereço....:	RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 SP		
Favorecido...:	RIBEIRAO DIESEL		
Endossante...:	RIBEIRAO DIESEL		

Valor Cancelamento.....: R\$ 57,89

Faixa de Referência: C

201502190004

LIVRO: 1597G FOLHA: 112

PROTOCOLO	Apresentação....: 19/02/2015	Protocolado: 19/02/2015	Número: 0004
PROTESTO	Data.....: 25/02/2015	Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
	Valor Protestado: R\$ 1.045,54	Valor...: R\$ 1.045,54	
TÍTULO / DOCUMENTO	Número...: 0309985-01	Espécie...: DUPLICATA MERCANTIL	POR INDICAÇÃO
	Emissão.....: 03/12/2014	Vencimento: 02/01/2015	Endosso: Mandato
Apresentante:	BANCO BRADESCO S A		
Endereço....:	RUA DUQUE DE CAXIAS, 675 SP		
Favorecido...:	RIBEIRAO DIESEL.		
Endossante...:	RIBEIRAO DIESEL		

Valor Cancelamento.....: R\$ 137,49

Faixa de Referência: F



## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ 02.913.263/0001-17**



**CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)**

201502190005

LIVRO: 1597G	FOLHA: 113	Protocolado: 19/02/2015	Número: 0005
PROTOCOLO Apresentação....: 19/02/2015		Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
PROTESTO Data.....: 25/02/2015		Valor...: R\$ 802,81	
Valor Protestado: R\$ 802,81		Espécie....: DUPLICATA MERCANTIL	POR INDICAÇÃO
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 0309329-02		Vencimento: 16/01/2015	Endosso: Mandato
Emissão.....: 17/11/2014			
Apresentante: BANCO BRADESCO S A			
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675	SP		
Favorecido...: RIBEIRAO DIESEL			
Endossante...: RIBEIRAO DIESEL			
Valor Cancelamento.....: R\$ 110,76			Faixa de Referência: E

201503020212

LIVRO: 1602G	FOLHA: 96	Protocolado: 02/03/2015	Número: 0212
PROTOCOLO Apresentação....: 02/03/2015		Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
PROTESTO Data.....: 05/03/2015		Valor...: R\$ 1.230,00	
Valor Protestado: R\$ 1.230,00		Espécie....: DUPLICATA MERCANTIL	POR INDICAÇÃO
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 0309501-03		Vencimento: 23/02/2015	Endosso: Mandato
Emissão.....: 25/11/2014			
Apresentante: BANCO BRADESCO S A			
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675	SP		
Favorecido...: RIBEIRAO DIESEL			
Endossante...: RIBEIRAO DIESEL			
Valor Cancelamento.....: R\$ 161,97			Faixa de Referência: G

201503170155

LIVRO: 1620G	FOLHA: 180	Protocolado: 17/03/2015	Número: 0155
PROTOCOLO Apresentação....: 17/03/2015		Motivo.: FALTA DE PAGAMENTO	Tipo: COMUM
PROTESTO Data.....: 20/03/2015		Valor...: R\$ 347,48	
Valor Protestado: R\$ 347,48		Espécie....: DUPLICATA MERCANTIL	POR INDICAÇÃO
TÍTULO / DOCUMENTO Número...: 0310148-03		Vencimento: 10/03/2015	Endosso: Mandato
Emissão.....: 10/12/2014			
Apresentante: BANCO BRADESCO S A			
Endereço....: RUA DUQUE DE CAXIAS, 675	SP		
Favorecido...: RIBEIRAO DIESEL			
Endossante...: RIBEIRAO DIESEL			
Valor Cancelamento.....: R\$ 56,25			Faixa de Referência: C



## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1531

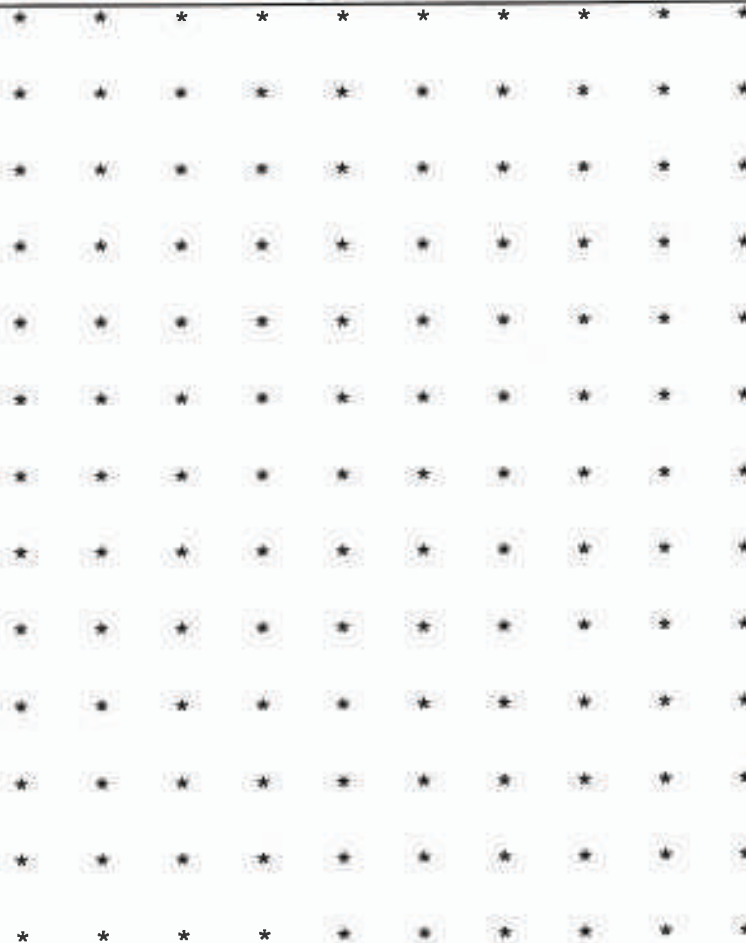
### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**  
CNPJ 02.913.263/0001-17



CONSTA(M) 30 PROTESTO(S)



Eu, NELSON ANTUNES - , conferi.

Eu, LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA - ESCRIVENTE- SUBSTITUTO, subscrevo e Assino.  
RIBEIRÃO PRETO, 2 de MARÇO de 2016

**LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA**  
ESCRIVENTE- SUBSTITUTO

Tabelião	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	Min. Púb.	SCM	I.M.*	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

\*Imposto Municipal

02/03/2016 17:09:29

#### Informações:

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE UBERABA

TABELIÃ: Rosa Maria Santos Terra  
TABELIÃO SUBSTITUTO: Luiz Antonio Freua  
RUA VIGÁRIO SILVA, 158 - 1º ANDAR  
UBERABA - MINAS GERAIS

**CERTIDÃO**

NÚMERO: 50506/1

DRA. ROSA MARIA SANTOS TERRA TABELIÃ  
DE PROTESTO DE TÍTULOS DA COMARCA DE UBERABA  
ESTADO DE MINAS GERAIS NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA, atendendo requerimento por escrito da pessoa interessada, que revendo em meu Tabelionato os Livros de Transcrição de Protestos, de Letras de Câmbio, Notas Promissórias, Duplicatas e outros Títulos de dívida, que nos últimos 5 anos CONSTA o seguinte título protestado da responsabilidade de: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, - CNPJ: 02.913.263/0002-06.

1º) Devedor: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA. Livro: 2435 Folha: 131 Data: 16/07/2014 Espécie: DUP. VENDA  
MERC. POR INDIC. Endosso: MANDATO Apont.: 28252654  
Valor: R\$212,60 N° do título: 33401 Emissão: 20/06/2014 Venc.: 27/06/2014 Portador: BANCO DO BRASIL S/A  
Sacador/Credor: VALE DO TIJUCO ACÚCAR E ALCOOL SA

O referido é verdade e dou fé.

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça  
1º Tabelionato de Protesto de Títulos de Uberaba  
Selo Número: ANT70918  
Código: 1035.2451.2832.2002  
Total de atos: 2 / Emissão: 16,10 TPI: 5,02 Total: 21,17  
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

UBERABA/MG, 01 de março de 2016 (16:43)

Em testemunho da verdade

Tabelionato de Protesto  
de Títulos  
Tabelião Substituto  
Luiz Antonio Freua  
Uberaba-MG

Tabelionato de Protesto de Títulos de Uberaba

**CERTIDÃO POSITIVA**

Esta certidão apenas se refere ao nome e ao documento de identificação tais como acima grafados, não abrangendo nomes e documentos diferentes, ainda que próximos, invertidos, semelhantes ou resultantes de erro no pedido respectivo.

Emolumentos Arquivamento: R\$5,31 Taxa de Fiscalização: R\$1,67 Total: R\$6,98

Emolumentos Certidão Positiva: R\$10,79 Taxa de Fiscalização: R\$3,40 Total: R\$14,19

Total da Certidão: R\$21,17

VERSO EM BRANCO





**1º tabelião de protesto de letras e títulos**

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

comarca de ribeirão preto - sp.

TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Nº do Pedido : 2016.03.02/D01532



## CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de MAURO HENRIQUE LEAO DOS SANTOS, RG 16442014 SP que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS , anterior a 29/02/2016 , em nome de:

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA**

**CNPJ 11.931.835/0001-81**



## NÃO CONSTA PROTESTO

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

Eu, JOÃO BRAULIO DINIZ JUNQUEIRA - Escrevente Autorizado(a) , conferi.

Eu, JOÃO BRAULIO DINIZ JUNQUEIRA - Escrevente Autorizado(a) , Subcrevo e Assino.

RIBEIRÃO PRETO, 02 DE MARÇO DE 2016

Emolumentos	Estado	Cart. Serventias	Registro Civil	Tribunal Justiça	ISS	SANTA CASA	FEDMP	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,14	0,07	0,34	11,49

02/03/2016 16:28:41

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
  - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
  - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código da barras acima.
  - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
  - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
  - 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.



## 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 1532

### CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: MAURO HENRIQUE LEO DOS SANTOS que, pesquisados os índices de protesto, no PERÍODO DE 5 (Cinco) anos e anterior a 29/02/2016, em nome de:

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA**  
**CNPJ 11.931.835/0001-81**



### NÃO CONSTA PROTESTO

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

Eu, WAGNER LUIZ DE RUSSO - PREPOSTO ESCRIVENTE, conferi.

Eu, LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA - ESCRIVENTE- SUBSTITUTO, subscrevo e Assino.

RIBEIRÃO PRETO, 2 de MARÇO de 2016

  
\_\_\_\_\_  
**LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA**  
ESCRIVENTE- SUBSTITUTO

Tabelião	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	Min. Púb.	SCM	Imposto Municipal	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

#### Informações:

02/03/2016 17:08:22

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.



Situação	Citação	Autor	Réus	Ação	Assunto	Processo	Valor da Causa	Vara	Comarca
fls.									
em andamento	Citação recebida	Fazenda P. São Paulo	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Execução Fiscal	ICMS	3002308-57.2013.8.16.0242	R\$ 354.000,92	1ª VC	Igarapava
em andamento	Citação recebida em 09/03/2015	Banco Safra S/A	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Execução de Título Extrajudicial	Cédulas 001101361 e 001101425	1042174-56.2014.8.26.0506	R\$ 387.274,82	4ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	Citação recebida	Banco Safra S/A	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Execução de Título Extrajudicial	Cédula 00131267 - Cheque especial	1042166-79.2014.8.26.0506	R\$ 171.092,90	4ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	Citação recebida	Banco Safra S/A	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Execução de Título Extrajudicial	Cédulas 001090652 - 001101450 - 001101239	1042159-87.2014.8.26.0506	R\$ 554.769,80	4ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	Citação recebida	Banco Safra S/A	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	Finames	1042645-72.2014.8.26.0506	R\$ 845.154,09	4ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	Citação recebida	Fertilizantes Heringer S/A	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Procedimento Ordinário	Cancelamento de Protesto	1028440-38.2014.8.26.0506	R\$ 199.249,50	2ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	citação recebida	Alessandra Dionizia Borges e Adilson Reis Junior	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Ação de Reparação por Danos Morais	Acidente de Transito - c/morte	0459295-77.2012.8.13.0701	R\$ 800.000,00	2ª VC	Uberaba - MG
em andamento	Citação recebida	Lindomar Batista Neves	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Ação de Indenização por Danos Morais	Acidente de Transito - c/morte	169929-61.2013.8.09.0127	R\$ 600.000,00	1ª VC	Piras do Rio - GO
em andamento	Citação recebida	Estado de Minas Gerais	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Execução Fiscal	ICMS	0312060-38.2014.8.13.0701	R\$ 43.895,85	Vara das Execuções	Uberaba - MG
em andamento	Citação recebida em 04/05/2015	M/RG Transportes Logistica Comercialização e Locação	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Antecipação de Tutela - Cobrança	Compra e Venda de Veículos	000076-84.2015.8.26.0242	R\$ 905.946,45	1ª VC	Igarapava - SP
em andamento	Citação recebida	Banco Mercedes-Benz do Brasil Ltda	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	Finames	1002013-67.2015.8.26.0506	R\$ 1.150.568,56	10ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	Citação recebida	Valdivino Eterno da Silva Pinto	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Reparação de Danos	Acidente de Transito	442913-52.2014.8.09.0118	R\$ 135.573,46	VC	Panama - GO
em andamento	Citação recebida	Agrocampo Ltda	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Ação Ordinária	Cancelamento de Protesto	0087449-83.2014.8.13.0287	R\$ 34.400,00	1ª VC	Guaxupé - MG
em andamento	Citação recebida	Empresa de Comércio Agrícola Ltda - Ecomagri	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Ação Ordinária + Danos Morais	Cancelamento de Protesto	0109352-42.2014.8.13.0040	R\$ 5.000,00	3ª VC	Araçá - MG
em andamento	Citação Guerra recebida em 16/05/2015	Banco do Brasil	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Execução de Título Extrajudicial	Operação 40/01316-2	1011511-90.2015.8.26.0506	R\$ 121.858,46	9ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	Citação recebida em 30/04/2015	Banco do Brasil	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Ação de Cobrança	Desconto de títulos 002.816.910	1007545-22.2015.8.26.0506	R\$ 299.594,54	10ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento	Citação recebida	Banco do Brasil	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Ação de Cobrança	Conta Garantida 002.812.185	1011731-88.2015.8.26.0506	R\$ 277.390,58	10ª VC	Ribeirão Preto - SP

em andamento	194	Citação recebida em 20/05/2015	Luiz Carlos Medeiros	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Cobrança	Subcontratação	5013610.04.2015.8.09.0064	R\$ 11.610,80	JEC	Goianira - GO
em andamento		Citação AGN recebida em 26/05/2015. Guerra e Adriano recebida na semana do dia 26/10/15. Juntada de mandado parcialmente cumprido em 06/11	Caixa Economica Federal	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Execução de Título Extrajudicial	Cheque especial nº 00294619700010000	0004257-51.2015.4.03.6102	R\$ 121.686,76	6ª VF	Ribeirão Preto - SP
em andamento		Citação recebida em 24/05/2015	Ribeirão Diesel S/A Veiculos	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Monitória		1014522-30.2015.8.26.0506	R\$ 12.822,45	8ª VC	Ribeirão Preto - SP
em andamento		Citação recebida em 11/06/2015	Heinz Brasil S/A	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Declaratória	sustação dos efeitos do protesto	88159-23.2015.8.09.0112	R\$ 938.572,83	VC	Nerópolis - GO
em andamento		Citação recebida em 15/10/2015	Fazenda Pública do Estado de São Paulo	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Execução Fiscal	ICMS - Autuação	1500199-60.2015.8.26.0506	R\$ 202.461,68	2ª VFP	Ribeirão Preto - SP
em andamento		Citação recebida em 28/09/2015	Fazenda Pública do Estado de São Paulo	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Execução Fiscal	ICMS - Autuação	1500200-45.2015.8.26.0506	R\$ 288.233,50	1ª VFP	Ribeirão Preto - SP
em andamento		Citação recebida em 08/09/2015	Banco Safra S/A	Guerra & Guerra Transportes e Outros	Carta Precatória	p/ fins de citação - apenso ao proc. 1042159-87.2014.8.26.0506 4ª Vara Cível Ribeirão Preto-SP 30/09/2015	0003685-46.2015.8.26.0242	R\$ 554.769,80	1ª VC	1ª VC Igarapava
em andamento		Citação recebida	Fazenda Publica do Estado de São Paulo	Guerra & Guerra Transportes Ltda.	Execução Fiscal	ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias	3002308-57.2013.8.26.0242	R\$ 354.000,92	1ª VC	Igarapava
em andamento		Citação recebida	Donizete Linhares Evangelista	Renato Salustiano França	Guerra	Ação de Cobrança	5628026-27.2014.8.09.0010	R\$ 11.280,53	JEC	Anticuns/GO

*Donizete Linhares Evangelista*

Situação	Citação	Autor	Réus	Ação	Assunto	Processo	Valor da Causa	Vara	Comarca
em andamento	Citação recebida em 20/08/2015	Posto Aliança Ltda	Rodoguerra Transportes Ltda	Ação Monitoria	Faturas de venda de combustível	233497-64.2015.8.09.0100	R\$ 23.046,11	1ª VC e Fazenda Estadual	Luizlândia - GO
em andamento	Citação recebida	União Federal	Rodoguerra Transportes LTDA	Execução Fiscal	Dívida Ativa	0004159-51.2014.8.26.0242	R\$ 121.465,26	2ª VC	Igarapava
em andamento	Citação recebida	União Federal	Rodoguerra Transportes LTDA	Execução Fiscal	Dívida Ativa	0001864-41.2014.8.26.0242	R\$ 29.493,23	2ª VC	Igarapava
em andamento	Citação recebida	União Federal	Rodoguerra Transportes LTDA	Execução Fiscal	Dívida Ativa	0002383-16.2014.8.26.0242	R\$ 126.874,60	2ª VC	Igarapava
em andamento	Citação recebida	Fazenda Publica da União Federal	Rodoguerra Transportes LTDA	Execução Fiscal	Multas e demais Sanções	0001154-21.2014.8.26.0242	R\$ 18.000,00	2ª VC	Igarapava





29/02/2016

7046027



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9440193****FOLHA: 1/3**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 02/03/2016, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 02.913.263/0001-17**, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

As seguintes distribuições. \*\*\*\*\*

**SÃO PAULO**

» Foro Central Cível - 2ª Vara Cível. Processo: 1042090-75.2015.8.26.0100. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 04/05/2015. Exeqte: BANCO CITIBANK S/A. \*\*\*\*\*

» Foro Central Cível - 22ª Vara Cível. Processo: 1015556-60.2016.8.26.0100. Ação: Reintegração / Manutenção de Posse. Assunto: Arrendamento Mercantil. Data: 19/02/2016. Reqte: Ccb Brasil Arrendamento Mercantil S/A. \*\*\*\*\*

**IGARAPAVA**

» Foro de Igarapava - 1ª Vara. Processo: 3002308-57.2013.8.26.0242. Ação: Execução Fiscal. Assunto: ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Data: 16/12/2013. Exeqte: 'Fazenda Pública do Estado de São Paulo. \*\*\*\*\*

» Foro de Igarapava - 1ª Vara. Processo: 0000766-84.2015.8.26.0242. Ação: Procedimento Ordinário. Assunto: Compra e Venda. Data: 13/02/2015. Reqte: MRG TRANSPORTES LOGÍSTICA COMERCIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO LTDA. \*\*\*\*\*

**RIBEIRÃO PRETO**

» Foro de Ribeirão Preto - 2ª Vara Cível. Processo: 1028440-38.2014.8.26.0506. Ação: Procedimento Ordinário. Assunto: Defeito, nulidade ou anulação. Data: 28/08/2014. Reqte: FERTILIZANTES HERINGER S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1042645-72.2014.8.26.0506 (3216/14). Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária. Assunto: Alienação Fiduciária. Data: 16/12/2014. Reqte: BANCO SAFRA S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1042159-87.2014.8.26.0506 (3251/14). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 18/12/2014. Exeqte: BANCO SAFRA S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1042166-79.2014.8.26.0506. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 18/12/2014. Exeqte: BANCO SAFRA S.A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1042174-56.2014.8.26.0506 (3253/14). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 18/12/2014. Exeqte: BANCO SAFRA S.A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 10ª Vara Cível. Processo: 1002013-67.2015.8.26.0506. Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária. Assunto: Alienação Fiduciária. Data: 28/01/2015. Reqte: Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1005550-71.2015.8.26.0506 (565/15). Ação: Busca e Apreensão. Assunto: Propriedade Fiduciária. Data: 27/02/2015. Reqte: Banco Itaú - Unibanco S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 10ª Vara Cível. Processo: 1007545-22.2015.8.26.0506. Ação: Procedimento Ordinário. Assunto: Contratos Bancários. Data: 16/03/2015. Reqte: Banco do Brasil S/A. \*\*\*\*\*

**7046027****PEDIDO Nº:**

Susana Rychzak Lopes  
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

29/02/2016

7046027



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

CERTIDÃO Nº: 9440193

FOLHA: 2/3

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

» Foro de Ribeirão Preto - 10ª Vara Cível. Processo: 1007998-17.2015.8.26.0506. Ação: Busca e Apreensão. Assunto: Liminar. Data: 19/03/2015. Reqte: Banco Votorantim S.a.. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 9ª Vara Cível. Processo: 1011511-90.2015.8.26.0506. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 16/04/2015. Exeqte: Banco do Brasil S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1011728-36.2015.8.26.0506 (1069/15). Ação: Monitória. Assunto: Contratos Bancários. Data: 22/04/2015. Reqte: Banco do Brasil S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 10ª Vara Cível. Processo: 1011731-88.2015.8.26.0506. Ação: Procedimento Ordinário. Assunto: Contratos Bancários. Data: 22/04/2015. Reqte: Banco do Brasil S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 2ª Vara Cível. Processo: 1014524-97.2015.8.26.0506. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Duplicata. Data: 12/05/2015. Exeqte: Ribeirão Diesel S/A Veículos. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 8ª Vara Cível. Processo: 1014522-30.2015.8.26.0506. Ação: Monitória. Assunto: Duplicata. Data: 12/05/2015. Reqte: Ribeirão Diesel S/A Veículos. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1022287-52.2015.8.26.0506. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Duplicata. Data: 15/07/2015. Exeqte: Petrobrás Distribuidora S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 2ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 1500199-60.2015.8.26.0506. Ação: Execução Fiscal. Assunto: ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Data: 31/07/2015. Exeqte: 'Fazenda Pública do Estado de São Paulo. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 1ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 1500200-45.2015.8.26.0506. Ação: Execução Fiscal. Assunto: ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Data: 31/07/2015. Exeqte: 'Fazenda Pública do Estado de São Paulo. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 6ª Vara Cível. Processo: 1030629-52.2015.8.26.0506. Ação: Monitória. Assunto: Espécies de Contratos. Data: 31/08/2015. Reqte: Cgmp Centro de Gestão de Meios de Pagamento S/A. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 9ª Vara Cível. Processo: 1047164-56.2015.8.26.0506. Ação: Procedimento Ordinário. Assunto: Prestação de Serviços. Data: 12/01/2016. Reqte: Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda. \*\*\*\*\*

» Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível. Processo: 1004002-74.2016.8.26.0506. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 18/02/2016. Exeqte: Banco Itau - Unibanco S/A. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

PEDIDO Nº:

7046027



Susana Rychzak Lopes  
 Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

29/02/2016

7046027



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9440193****FOLHA: 3/3**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 3 de março de 2016.

Susana Rycszak Lopes  
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

PEDIDO Nº:

7046027





TJMG - COMARCA DE UBERABA

## CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - ESPECÍFICA POR AÇÃO - EXECUÇÃO CÍVEL

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA, EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, EXECUÇÃO FISCAL, EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, PROCESSO DE EXECUÇÃO NADA CONSTA em tramitação contra:

CARGOPEX TRANSPORTES LTDA  
OUTRO DOC: CNPJ: 02913263000117

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS AÇÕES NATUREZA DIVERSA DAQUELAS AQUI MENCIONADAS.

UBERABA, 11 de MARÇO de 2016 - 12:29:20

FERNANDO GERIANO CAMPOS  
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

A presente certidão não abrange os processos distribuídos no Processo Judicial Eletrônico - PJE.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM MELO VIANA  
AV. MARANHÃO, 1580 BAIRRO: MERCÊS CEP: 38050470  
UBERABA - MINAS GERAIS

01/03/2016

7054599



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 017054599****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 03/03/2016, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RODOGUERRA CONSULTORIA EM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA, CNPJ: 11.931.835/0001-81, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\***

As seguintes distribuições:\*\*\*\*\*

**IGARAPAVA**

» Foro de Igarapava - 2ª Vara. Processo: 0001154-21.2014.8.26.0242. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Multas e demais Sanções. Data: 28/03/2014. Exeqte: Fazenda Pública da União Federal.\*\*\*\*\*

» Foro de Igarapava - 2ª Vara. Processo: 0002383-16.2014.8.26.0242. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 02/06/2014. Exeqte: UNIAO.\*\*\*\*\*

» Foro de Igarapava - 2ª Vara. Processo: 0001864-41.2014.8.26.0242. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 02/06/2014. Exeqte: UNIAO.\*\*\*\*\*

» Foro de Igarapava - 2ª Vara. Processo: 0004159-51.2014.8.26.0242. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 02/09/2014. Exeqte: UNIAO.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 4 de março de 2016.

Susana Rychzak Lopes  
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

**PEDIDO Nº:****7054599**

## CONTRATO DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado:

**HEINZ BRASIL S.A.**, empresa com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Madeira, 222 – 1º andar - Alphaville, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.955.707/0001-20, com Inscrição Estadual nº 206.325.534.111 e com sua filial fabril situada na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás, na Rodovia GO 080, Km 26, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.955.707/0004-72 e com Inscrição Estadual nº 10.188.442-7, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ora denominada simplesmente **HEINZ**; e

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA.**, empresa TRANSPORTADORA com sede na Avenida Celso Daniel, nº 1315, Distrito Empresarial, na cidade Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.913.263/0001-17, por seus representantes legais infra-assinados, ora denominada simplesmente **TRANSPORTADORA**,

### CONSIDERANDO QUE:

- A) A intenção das partes em celebrar um Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas de forma totalmente independente;
- B) A **TRANSPORTADORA** exerce atividade econômica de transporte rodoviário de cargas e, declara-se estar habilitada técnica e legalmente para a prestação de serviços ora contratados, cumprindo os termos da Lei nº 11.442/2007 e seu regulamento editado pela Resolução ANTT 3.056/2009;
- C) A **HEINZ** e a **TRANSPORTADORA** firmam, por meio do presente instrumento, as condições gerais a serem observadas em todos os fretes a serem contratados, dispensando a assinatura de Contratos específicos para cada frete que vierem a celebrar, apenas registrando cada solicitação da prestação de serviço:



Assim, as Partes têm entre si justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviço de Transporte (“Contrato”), que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Contrato é estabelecer as condições gerais que regerão a prestação, pela **TRANSPORTADORA** à **HEINZ**, dos serviços de transporte rodoviário de produtos agrícolas (granéis sólidos ou ensacados) de propriedade da **HEINZ**, ou à sua ordem, ou de terceiro, de acordo com as solicitações desta, para os percursos a serem informados pela **HEINZ** à **TRANSPORTADORA** quando das solicitações dos serviços.

**1.2.** A **HEINZ** utilizará os serviços de transporte de produtos oferecidos pela **TRANSPORTADORA** para deslocar produtos agrícolas (granéis sólidos ou ensacados), especificamente **TOMATES** originados no Estado de Goiás e com destino para a fábrica da **HEINZ** em Nerópolis, Estado de Goiás.

**1.3.** A **HEINZ** disponibilizará à **TRANSPORTADORA**, uma estimativa de 254 (duzentas e cinquenta e quatro) mil toneladas de tomates para a Safra de 2014, podendo, nas safras seguintes, caso haja prorrogação do presente instrumento, alterar a quantidade inicial, mediante simples aditamento do presente Contrato.

**1.4.** Caso haja alguma divergência entre os Anexos e o presente instrumento, prevalecerá sempre o disposto neste último.

**1.5.** A **HEINZ** encaminhará toda sexta-feira, por e-mail, a programação integral da semana seguinte, sendo que as solicitações de serviços/confirmações de frete indicando dentre outras informações o produto, volume, origem e destino.

**1.5.1.** Caso a **TRANSPORTADORA** não concorde com algum item da solicitação de serviço ela deverá comunicar a **HEINZ** expressamente.



## CLÁUSULA SEGUNDA – MODO DE EXECUÇÃO

A **TRANSPORTADORA**, por si e por seus prepostos, sem prejuízo das demais obrigações legais e contratuais, para a perfeita execução do transporte objeto do presente Contrato, obriga-se a:

**2.1** Execução do transporte: A **TRANSPORTADORA** se compromete a transportar para a **HEINZ**, em veículos tipo graneleiros, truques, carretas, bi-trens, rodotrens ou outros tipos determinados pela **HEINZ**, os volumes de produtos agrícolas que forem determinados entre as partes, dentro do período e cadência ajustados entre as partes conforme fluxo de colheita, origem e destino de necessidade da **HEINZ**.

**2.1.1.** A **TRANSPORTADORA** orientará todos os seus funcionários e subcontratados para que verifiquem a altura da carga, bem como, o peso por eixo no momento do carregamento, devendo, para tanto, ficar atrelado as imposições da Legislação para cada tipo de caminhão (38 toneladas para bitrem - 32 toneladas para carreta - 28 toneladas para toco - 16,5 toneladas para truck), ficando, desde já, acordado entre as Partes, uma margem de tolerância de 05% (cinco por cento) para mais ou para menos. Sendo que, o que exceder a margem de tolerância de 05% para mais não será considerado para pagamento de frete.

**2.2** Veículos: colocar à disposição da **HEINZ**, para atendimento das programações por ela apresentadas durante a vigência deste Contrato, a quantidade de veículos necessários para transportar o volume requisitado pela **HEINZ**.

**2.2.1.** A **TRANSPORTADORA** compromete-se a utilizar somente veículos em bom estado de conservação, manutenção, limpeza, funcionamento, segurança e regularização, que sejam adequados ao fim pretendido, de sua própria frota e/ou arrendada e/ou de terceiros.

**2.3.** Retirada do produto: Retirar os produtos somente nos locais indicados pela **HEINZ**, conforme confirmação do transporte a ser realizada via correio: [ivan.tavares@rodoguerra.com.br](mailto:ivan.tavares@rodoguerra.com.br) e [fabiano.guerra@rodoguerra.com.br](mailto:fabiano.guerra@rodoguerra.com.br).





**2.4** Prazo para a entrega do produto: O prazo previsto para a entrega do produto ao destinatário pela **TRANSPORTADORA** será o tempo médio de viagem, considerando-se a distância a ser percorrida, em rotas usuais, entre o local de carregamento do produto e o seu destino.

**2.5.** Entrega do produto: Entregar os produtos somente ao destinatário no endereço constante no documento gerado pela **HEINZ**, que acompanhar o transporte.

**2.6.** Uso do Transportador Autônomo de Carga – TAC: Caso a **TRANSPORTADORA** faça uso de Transportadores Autônomos de Carga para a execução objeto deste contrato, a **TRANSPORTADORA** será a única responsável pelo Autônomo no cumprimento de todas as normas e regulamentos quanto ao uso deste profissional, incluindo o pagamento de frete e estadias na forma prevista em lei, inexistindo qualquer solidariedade entre a **TRANSPORTADORA** e a **HEINZ**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA TRANSPORTADORA**

**3.1.** A **TRANSPORTADORA**, por si e por seus prepostos, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais, obriga-se a:

a) Garantir a perfeita e segura prestação dos serviços ora contratados, de acordo com as leis e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais em vigor.

b) Usar somente pessoal habilitado com equipamentos e acessórios de proteção individual.

c) Ocorrências e Atendimento de Emergência: A **TRANSPORTADORA** deverá comunicar à **HEINZ** imediatamente e sempre ratificar por escrito, qualquer ocorrência que possa afetar o cumprimento das programações e/ou a entrega pontual das cargas em trânsito, tais como: acidentes, interrupções de vias, apreensões e outros.

d) Responsabilizar-se por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados, fazendo o acompanhamento do acidentado até sua recuperação final e providenciando os documentos necessários junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), conforme o caso.

e) Arcar com todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, necessárias para o fiel cumprimento do presente Contrato, inclusive as relativas a combustíveis, óleos lubrificantes,





salários, indenizações, conservação, operação e manutenção de veículos, impostos e seguro obrigatório dos seus veículos, multas de trânsito, refeições ou lanches para os motoristas e ajudantes, assistência médica, licenças, taxas, impostos, emolumentos e encargos porventura devidos em decorrência do Contrato.

**f)** Cumprir a legislação em vigor, assumindo pontualmente os encargos das Leis Trabalhistas, da Previdência Social, Seguro de Acidentes de Trabalho e seguros em geral.

### DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO E OUTRAS DEMANDAS

**3.2.** Não obstante qualquer disposição legal em contrário à **TRANSPORTADORA** reconhece que o vínculo empregatício, comercial e/ou contratual com seus empregados, prepostos ou Transportador Autônomo de Carga destacados para a execução dos serviços objeto deste Contrato, são de inteira responsabilidade da **TRANSPORTADORA**, não existindo entre a **HEINZ** e os referidos empregados, prepostos ou Transportador Autônomo de Carga designados por conta e ordem da **TRANSPORTADORA** nenhum tipo de vínculo legal, empregatício, comercial ou contratual, sob qualquer hipótese.

**3.2.1.** Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista ou ação cível intentada contra a **HEINZ** por empregados, prepostos ou Transportador Autônomo de Carga contratados pela **TRANSPORTADORA**, especificamente para a safra, mesmo após o término do Contrato, esta (a **TRANSPORTADORA**) deverá reconhecer em juízo sua condição de única empregadora ou contratante, responsável por todas as obrigações decorrentes da relação empregatícia, comercial e contratual pedindo a exclusão da **HEINZ** do feito, acompanhando o processo até a última instância.

**3.2.2.** Tendo em vista o previsto na Resolução ANTT nº 3.658/11 que regulamentou o artigo 5 A da Lei 11.442/07 que dispõe sobre o pagamento de frete ao TAC – Transportador Autônomo de Cargas e Equiparados, as partes ajustam neste ato que é de exclusiva responsabilidade da **TRANSPORTADORA** sem que caiba qualquer responsabilidade à **HEINZ**, como mera proprietária da carga, o cumprimento integral de referida resolução especialmente quanto a celebração de contrato com o Autônomo nos termos do artigo 9º de



referida Resolução e a forma de pagamento que deverá ser obedecida pela **TRANSPORTADORA** quando da utilização dos Autônomos.

### DA ESTADIA

**3.3.** Em atenção ao disposto no §5º do art. 11 da Lei 11.442/2007, e considerando as particularidades do transporte de tomates *in natura* a granel, as Partes, de comum acordo, determinam que o pagamento do período de estadia, devendo, para tanto, a **TRANSPORTADORA** encaminhar à **HEINZ** todos os documentos comprobatórios correspondentes ao período de espera para carga e descarga do veículo.

#### **3.3.1. Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga (“CTRC”)**

**Complementar:** deverá ser emitido um Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga – CTRC Complementar para cada CTRC gerador da estadia quando houver incidência de ICMS ou ISS no frete ou um CTRC para cada fatura gerada quando não houver incidência de ICMS ou ISS no frete.

**3.3.2.** Os pagamentos em questão, se devidos à **TRANSPORTADORA**, serão pagos pela **HEINZ** no mesmo prazo estipulado na *cláusula* 6.2 deste instrumento.

### CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA HEINZ

#### **4.1.** A **HEINZ** obriga-se à:

- a) Informar a **TRANSPORTADORA** a programação de transporte com antecedência, de forma a possibilitar que esta (a **TRANSPORTADORA**) providencie os recursos necessários para atender o volume a ser transportado;
- b) Efetuar à **TRANSPORTADORA** os pagamentos conforme as condições estabelecidas neste Contrato;
- c) Fornecer à **TRANSPORTADORA** todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações ora pactuadas.

### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO



**5.1.** Este Contrato tem o prazo de vigência determinado de 01 (uma) safra, iniciando em 01 de junho de 2014 e com término previsto para 31 de dezembro de 2014.

**5.2.** O prazo de vigência do presente contrato poderá ser prorrogado, caso haja interesse entre as partes, mediante simples aditamento, todavia, sempre antes de iniciar a safra, as condições de tarifas de frete (preço) e volumes deverão ser reajustadas, tendo como base as melhores condições do mercado e negociação entre as Partes.

## **CLÁUSULA SEXTA – PREÇOS, FORMA DE PAGAMENTO E TRIBUTOS**

**6.1** Os valores dos fretes estão previamente definidos no Anexo I, deste instrumento. As partes poderão negociar melhores condições, mediante alteração do respectivo anexo. Os valores de ICMS, ISSQN e Pedágios, serão acrescentados de acordo com a legislação vigente à época da operação.

**6.2** Os pagamentos serão feitos pela **HEINZ** toda terça-feira subsequente ao prazo de 7 dias, contados a partir da entrega da documentação pertinente, que ocorrerá sempre na segunda-feira de cada semana, através de depósito em conta corrente nº 34.482-6, agência 3214, banco 756 de titularidade da **TRANSPORTADORA**.

**6.2.3.** A **TRANSPORTADORA** obriga-se ainda a obter e entregar à **HEINZ** o documento de coleta.

**6.3.** Os pagamentos serão realizados por meio de depósito em conta corrente de titularidade da **TRANSPORTADORA** ou DOC eletrônico, ou ainda via liquidação de boleto bancário emitido pela **TRANSPORTADORA**, servindo os respectivos comprovantes como prova suficiente de quitação.

**6.3.1.** No caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias, fica estabelecida multa de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.



**6.3.2.** O inadimplemento das obrigações pecuniárias, acarretará na constituição em mora da **HEINZ**, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 397 do Código Civil Brasileiro<sup>1</sup>.

**6.4.** Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento contratual ou de sua execução, são da exclusiva responsabilidade do contribuinte como tal definido na norma tributária, sem direito a reembolso, exceto os tributos mencionados no item 6.1.

**6.4.1.** Dos pagamentos que efetuar à **TRANSPORTADORA**, a **HEINZ**, quando fonte retentora do tributo, assim definida na legislação tributária vigente, efetuará o desconto e recolhimento do tributo na forma e prazo previsto em lei.

**6.5** Será devido à **TRANSPORTADORA** o reembolso dos custos contraídos com as estadias incorridas após o período de 24 (vinte e quatro) horas/dia, a razão de R\$ 1,00 (um real) para caminhões carregados.

**6.5.1.** Também será devido à **TRANSPORTADORA** o seguinte reembolso correspondente a estadias para caminhões vazios, porém programados:

⇒ 110km frete/médio x peso do caminhão programado x 33% (trinta e três por cento) = valor da estadia.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – INDENIZAÇÕES**

**7.1.** A **TRANSPORTADORA** estará isenta de qualquer tipo de penalidade caso o transporte diário estipulado pela **HEINZ**, não seja atingido por culpa ou dolo de terceiros, fatores climáticos, quebra de equipamentos que interfiram na colheita do produto, entre outros fatores que não sejam de responsabilidade da **TRANSPORTADORA**.

**7.2** Sendo comprovado desabastecimento da fábrica por motivo de quebra de veículos e/ou por falta de pessoal da **TRANSPORTADORA**, que possa provocar uma ruptura no

<sup>1</sup> Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. Parágrafo único. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.



fornecimento de tomate à indústria, a **TRANSPORTADORA** deve tomar ações imediatas de reposição do equipamento ou pessoas, de maneira a evitar o desabastecimento, bem como responsabilizar-se pelo desabastecimento caso ocorra, sob pena de arcar/pagar os custos da paralização da fábrica e outros impactos no processo como (diária de transporte; mão de obra direta e indireta paralisada; custo de utilidades como vapor, químicos para limpeza CIP, etc.; custo da não produção por desabastecimento da fábrica com suco, polpa ou cubos de tomates).

**7.2.1.** Caso ocorra a hipótese acima, a **HEINZ** não poderá reter valores dos fretes realizados pela **TRANSPORTADORA**, no entanto, deverá apresentar planilha detalhada de todos os custos da paralização para composição do valor e forma de pagamento.

**7.2.2.** A **TRANSPORTADORA** ficará isenta de qualquer responsabilidade, caso a paralização da indústria ocorra pela falta de abastecimento decorrente de caso fortuito e força maior, paralisações nas respectivas rodovias, acidentes de terceiros no trajeto que dificulte a chegada a indústria, manifestações, greve, bem como, paralisação de funcionários da indústria ou dos embarcadores.

**7.3.** Caso ocorra a quebra de equipamentos, manutenções inesperadas ou não comunicadas, greve de funcionários da indústria ou embarcadores, e ainda, fila para desembarque superior a 24 (vinte e quatro) horas, fica, desde já, a **HEINZ** responsável pelo pagamento da diária estipulada neste instrumento, tanto dos veículos carregados, quanto dos veículos programados para o carregamento solicitado pela **HEINZ**.

## **CLÁUSULA OITAVA – SEGUROS**

**8.1.** A **TRANSPORTADORA** declara-se ciente de sua responsabilidade legal quanto à contratação do seguro obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga – RCTR-C, estabelecido pela Lei 8.374/91, e disciplinado pelas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNPS vigentes.

## **CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** Este contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:





- a) força maior, conforme previsto no Código Civil; e
- b) a qualquer momento, por qualquer das partes, sem ônus, mediante comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;
- c) por descumprimento de cláusulas contratuais por qualquer uma das partes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

**10.1** A **TRANSPORTADORA NÃO** poderá, a qualquer tempo, sob quaisquer hipóteses, transferir e/ou ceder, no todo ou em parte, a terceiros o presente Contrato, desde que previamente autorizado pela **HEINZ**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1.** A tolerância de qualquer das Partes pelo descumprimento de condições deste instrumento, não constituirá novação, sendo considerada mera liberalidade e não poderá se invocada com precedente para repetição do fato.

**11.2.** Se, no curso do presente Contrato, supervierem causas que inibam, no todo ou em parte, a plena execução dos serviços ora contratados, sem que qualquer das Partes tenha direta ou indiretamente concorrido este Contrato poderá ter a sua execução suspensa.

**11.3.** Na hipótese de qualquer das disposições previstas neste Contrato virem a ser declaradas ilegais, inválidas ou inexecutáveis, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação. À ocorrência da hipótese aqui prevista, as PARTES se obrigam, desde já, a buscar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, sem prejuízo da faculdade de a parte adimplente rescindir o Contrato.

**11.4.** AVISOS E COMUNICADOS: Os avisos, comunicados, notificações, etc. dirigidos às Partes deverão ser encaminhados às pessoas a seguir indicadas, sendo que em caso de substituição destes, será de responsabilidade de cada Parte a comunicação do substituto.





**HEINZ:**

Nome completo: JULIO GIGLIOTTI  
 Endereço: Alameda Madeira, 222 – 1º andar -  
 Alphaville  
 Cidade/Estado: Barueri/SP  
 Telefone: (062) 3513-8230  
 E-mail: julio.gigliotti@br.hjheinz.com

**TRANSPORTADORA:**

Nome completo: GUERRA & GUERRA  
 TRANSPORTES LTDA  
 Endereço: Avenida Celso Daniel, 1315, sala 01,  
 Distrito Empresarial  
 Cidade/Estado: Ribeirão Preto, São Paulo  
 CEP: 14071-085  
 Telefone: (016) 3456-3000 ou (016) 9-8171-  
 2643  
 Fax: (016) 3456-3000  
 E-mail: [ivan.tavares@rodoguerra.com.br](mailto:ivan.tavares@rodoguerra.com.br) –  
[fabiano.guerra@rodoguerra.com.br](mailto:fabiano.guerra@rodoguerra.com.br)



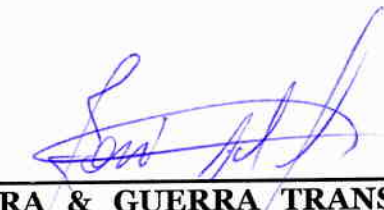
**11.6** Este contrato substitui integralmente qualquer acordo ou contrato executado anteriormente entre as partes em relação ao seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO**

**12.1** As Partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás para dirimir quaisquer demandas oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assina o presente instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas infra-assinadas.


São Paulo, 13 de junho de 2014.


  
**HEINZ BRASIL S.A**  
  
**JOSÉ OLIVEIRA**  
 Diretor de Marketing e Vendas  
 HEINZ BRASIL S.A.  
  
**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES**  
**LTDA. - TRANSPORTADORA**

FELIPE DA SILVA GUIMARÃES  
 Contrato de Transporte de Grãos Sólidos – Tomates firmado entre Heinz Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES em 1 de junho de 2014.  
 Diretor Administrativo e Financeiro  
 CPF/MF sob nº 089.675.457-03



Testemunhas:

1)   
 Nome: Talita Muxembani  
 CPF/MF: 351.865.128-50

2)   
 Nome: Lucas Paulo Souza Oliveira  
 CPF/MF: 375.900.550-23



**ANEXO 1**

O presente Anexo corresponde a Tabela de Fretes da **HEINZ** para o ano de 2014.

Os pagamentos dos fretes realizados pela **TRANSPORTADORA** deverá se basear na KM e Preço indicado abaixo:

<b>TABELA DE FRETES HEINZ 2014</b>	
<b>Km</b>	<b>FRETE EMPRESA</b>
031 - 040	R\$ 24,93
041 - 050	R\$ 24,93
051 - 060	R\$ 25,77
061 - 070	R\$ 27,44
071 - 080	R\$ 29,12
081 - 090	R\$ 30,79
091 - 100	R\$ 32,47
101 - 110	R\$ 34,14
111 - 120	R\$ 35,81
121 - 130	R\$ 37,48
131 - 140	R\$ 39,15
141 - 150	R\$ 40,83
151 - 160	R\$ 42,50
161 - 170	R\$ 44,18
171 - 180	R\$ 45,85
181 - 190	R\$ 47,52
191 - 200	R\$ 49,20
201 - 210	R\$ 50,87
211 - 220	R\$ 52,55
221 - 230	R\$ 54,22
231 - 240	R\$ 55,89
241 - 250	R\$ 57,57
251 - 260	R\$ 59,24
261 - 270	R\$ 60,92
271 - 280	R\$ 62,59



## NEGOCIAÇÃO DE FRETES - SAFRA 2014

DEMONSTRATIVO DE DISTANCIA E VOLUMES A SEREM COIHIDOS 2014					
PRODUTOR	DIST FÁBRICA (km)	ÁREA (ha)	PRODUT MÉDIA PLANEJ (ton/ha)	VOL TOTAL PLANEJ (ton)	
JOSE ESSADO JUNIOR	30	136	90	12.240	
DIVINO DA SILVA ROSA	50	50	80	4.000	
DIVINO DA SILVA ROSA	50	40	90	3.600	
DIVINO DA SILVA ROSA	50	33	90	2.970	
CARLOS BARCELOS DE LIMA	60	52	125	6.500	
GIULVAN CARDOSO	60	65	95	6.175	
LEONEL LOBO FAVORETTO	90	55	95	5.225	
DARCY JOSE COLOCA	90	54	85	4.590	
DARCY JOSE COLOCA	90	47	95	4.465	
DARCY JOSE COLOCA	90	47	95	4.465	
DARCY JOSE COLOCA	90	35	95	3.325	
CARLOS ALVES DE LELES	90	32	95	3.040	
DARCY JOSE COLOCA	90	30	100	3.000	
DARCY JOSE COLOCA	90	30	100	3.000	
DARCY JOSE COLOCA	90	30	95	2.850	
DARCY JOSE COLOCA	90	23	85	1.955	
AGROPECUARIA OLGA	100	100	90	9.000	
FELIX AFONSO FLEURY CURADO	100	98	90	8.820	
DIVINO DA SILVA ROSA	100	70	85	5.950	
NERILDO NATAL BARP	100	50	95	4.750	
LINDOMAR DA SILVA ROSA	100	50	95	4.750	
DIVINO DA SILVA ROSA	100	52	85	4.420	
DIVINO DA SILVA ROSA	100	55	80	4.400	
AGOSTINHO LELES	100	43	100	4.300	
DIVINO DA SILVA ROSA	100	40	85	3.400	
DIVINO DA SILVA ROSA	100	20	90	1.800	
IRON DE LIMA	110	226	90	20.340	
DIVINO DA SILVA ROSA	110	36	85	3.060	
DIVINO DA SILVA ROSA	110	36	85	3.060	
CARLOS BARCELOS DE LIMA	120	52	120	6.240	
APARECIDO DONIZETE	120	50	95	4.750	
FABIO ALVES URUJITA	130	136	90	12.240	
MARIO RIBEIRO DE CASTRO	130	100	80	8.000	
MARIO RIBEIRO DE CASTRO	130	75	100	7.500	
WALDELON ALVES/CELUTA MORAES	150	132	100	13.200	
SALVADOR ANDRE DE LEANDRO	200	93	80	7.440	
RENATO ROMEU SORGATTO	260	100	30	3.000	
<b>TOTAIS</b>	<b>101,89</b>	<b>2.373</b>		<b>211.820</b>	

(\*) Orçamento de frete elaborado em 15/02/14 por Basilio, Valdeni, Idilio e Fabiana.

HEINZ (ORÇADO)*			
FRETE UNIT (R\$/ton)	FRETE TOTAL (R\$/ton)	REPRESENT	
R\$ 16,50	R\$ 201.960,00	3%	C
R\$ 21,25	R\$ 85.000,00	1%	C
R\$ 21,25	R\$ 76.500,00	1%	C
R\$ 21,25	R\$ 63.112,50	1%	C
R\$ 23,56	R\$ 153.156,25	2%	
R\$ 23,56	R\$ 145.498,44	2%	
R\$ 27,50	R\$ 143.687,50	2%	
R\$ 27,50	R\$ 126.225,00	2%	B
R\$ 27,50	R\$ 122.787,50	2%	B
R\$ 27,50	R\$ 122.787,50	2%	B
R\$ 27,50	R\$ 91.437,50	1%	B
R\$ 27,50	R\$ 83.600,00	1%	C
R\$ 27,50	R\$ 82.500,00	1%	C
R\$ 27,50	R\$ 82.500,00	1%	C
R\$ 27,50	R\$ 78.375,00	1%	C
R\$ 27,50	R\$ 53.762,50	1%	C
R\$ 29,00	R\$ 261.000,00	4%	
R\$ 29,00	R\$ 255.780,00	4%	
R\$ 29,00	R\$ 172.550,00	3%	
R\$ 29,00	R\$ 137.750,00	2%	B
R\$ 29,00	R\$ 128.180,00	2%	B
R\$ 29,00	R\$ 127.600,00	2%	B
R\$ 29,00	R\$ 124.700,00	2%	B
R\$ 29,00	R\$ 52.200,00	1%	
R\$ 31,25	R\$ 635.625,00	10%	
R\$ 31,25	R\$ 95.625,00	1%	B
R\$ 31,25	R\$ 95.625,00	1%	B
R\$ 33,29	R\$ 207.714,00	3%	
R\$ 33,29	R\$ 158.115,63	2%	
R\$ 35,81	R\$ 438.345,00	7%	
R\$ 35,81	R\$ 286.500,00	4%	
R\$ 35,81	R\$ 268.593,75	4%	
R\$ 40,63	R\$ 536.250,00	8%	
R\$ 49,38	R\$ 367.350,00	6%	
R\$ 61,25	R\$ 183.750,00	3%	
<b>R\$ 30,04</b>	<b>6.482.493,06</b>		

RODOGUERRA (ORÇADO)	
FRETE UNIT (R\$/ton)	FRETE TOTAL (R\$/ton)
R\$ 26,81	R\$ 328.154,40
R\$ 26,81	R\$ 107.240,00
R\$ 26,81	R\$ 96.516,00
R\$ 26,81	R\$ 79.625,70
R\$ 27,71	R\$ 180.115,00
R\$ 27,71	R\$ 171.109,25
R\$ 33,11	R\$ 172.999,75
R\$ 33,11	R\$ 151.974,90
R\$ 33,11	R\$ 147.836,15
R\$ 33,11	R\$ 147.836,15
R\$ 33,11	R\$ 110.090,75
R\$ 33,11	R\$ 100.654,40
R\$ 33,11	R\$ 99.330,00
R\$ 33,11	R\$ 94.363,50
R\$ 33,11	R\$ 64.730,05
R\$ 34,91	R\$ 314.190,00
R\$ 34,91	R\$ 307.906,20
R\$ 34,91	R\$ 207.714,50
R\$ 34,91	R\$ 165.822,50
R\$ 34,91	R\$ 165.822,50
R\$ 34,91	R\$ 154.302,20
R\$ 34,91	R\$ 153.604,00
R\$ 34,91	R\$ 150.113,00
R\$ 34,91	R\$ 118.694,00
R\$ 34,91	R\$ 62.838,00
R\$ 36,71	R\$ 746.681,40
R\$ 36,71	R\$ 112.332,60
R\$ 38,51	R\$ 240.302,40
R\$ 38,51	R\$ 182.922,50
R\$ 40,30	R\$ 493.272,00
R\$ 40,30	R\$ 322.400,00
R\$ 40,30	R\$ 302.250,00
R\$ 43,90	R\$ 579.480,00
R\$ 52,30	R\$ 393.576,00
R\$ 63,70	R\$ 191.100,00
<b>R\$ 35,44</b>	<b>7.679.562,40</b>
<b>Δ R\$</b>	<b>1.147.069,34</b>
<b>Δ %</b>	<b>17,7%</b>

Pis/Cofins	9,25%
Total Liq	R\$ 6.923.827,88
Δ Liq R\$	R\$ 441.334,82
Δ Liq %	6,8%

RODOGUERRA (NEGOCIADO)	
FRETE UNIT (R\$/ton)	FRETE TOTAL (R\$/ton)
R\$ 24,93	R\$ 305.183,59
R\$ 24,93	R\$ 99.733,20
R\$ 24,93	R\$ 89.759,88
R\$ 24,93	R\$ 74.051,90
R\$ 25,77	R\$ 167.506,95
R\$ 25,77	R\$ 159.131,60
R\$ 30,79	R\$ 160.889,77
R\$ 30,79	R\$ 141.336,66
R\$ 30,79	R\$ 137.487,62
R\$ 30,79	R\$ 102.384,40
R\$ 30,79	R\$ 93.608,59
R\$ 30,79	R\$ 92.376,90
R\$ 30,79	R\$ 87.758,06
R\$ 30,79	R\$ 60.198,95
R\$ 32,47	R\$ 292.196,70
R\$ 32,47	R\$ 286.352,77
R\$ 32,47	R\$ 193.174,49
R\$ 32,47	R\$ 154.214,93
R\$ 32,47	R\$ 154.214,93
R\$ 32,47	R\$ 143.501,05
R\$ 32,47	R\$ 142.851,72
R\$ 32,47	R\$ 139.605,09
R\$ 32,47	R\$ 110.385,42
R\$ 32,47	R\$ 58.439,34
R\$ 34,14	R\$ 694.413,70
R\$ 34,14	R\$ 104.469,32
R\$ 35,81	R\$ 223.481,23
R\$ 37,48	R\$ 458.742,96
R\$ 37,48	R\$ 299.832,00
R\$ 37,48	R\$ 281.092,50
R\$ 40,83	R\$ 538.916,40
R\$ 49,20	R\$ 366.025,68
R\$ 59,24	R\$ 177.723,00
<b>R\$ 32,96</b>	<b>7.095.493,03</b>
<b>Δ R\$</b>	<b>612.999,97</b>
<b>Δ %</b>	<b>9,5%</b>

Pis/Cofins	9,25%
Total Liq	R\$ 6.439.159,93
Δ Liq R\$	R\$ 43.333,14
Δ Liq %	-0,7%

**DESCONTO 7,0%**





Simone Maria Andrade S. Vaz  
Ger. Adm. 762

Nº	Valor
001090652	R\$. 200.000,00

Pagarei(emos) por esta CÉDULA DE CREDITO BANCÁRIO, em moeda corrente nacional, ao **BANCO SAFRA S/A**, ou à sua ordem, a quantia certa, líquida e exigível mencionada acima, acrescida dos encargos, na forma, praça de pagamento e vencimento previstos no Quadro "II" abaixo, tudo nos termos das cláusulas e condições previstas nesta Cédula.

Credor	BANCO SAFRA SA, com sede social na Avenida Paulista, 2100 - CEP 01310-930, cidade de São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 58.160.789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA.
--------	---

Credor	BANCO SAFRA SA, com sede social na Avenida Paulista, 2100 - CEP 01310-930, cidade de São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 58 160 789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA.
--------	---

Nome	CPF/CNPJ
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	02.913.263/0001-17

Endereço: R. CELSO DANIEL, N.º 1315  
Bairro: DIST. EMPRESARIAL

Emitente	Cidade	Estado	CEP
	RIBEIRAO PRETO	SP	14072-085

Conta corrente  
1312167

Agência  
01100

3 / 3 / 1

Nome/Razão social (D1)	CPF/CNPJ
JOSE ADRIANO GUERRA	162.070.828-00

Endereço	Bairro
R AFONSO GARCIA DA SILVEIRA	CENTRO

Cidade	Estado	CEP
ARAMINA	SP	14550-000

Nome/Razão social (02)	CNPJ
------------------------	------

Endereço	Bairro
----------	--------

Cidade	Estado	CEP
--------	--------	-----

Avalista(s)	Nome/Razão social (03)	CPF/CNPJ
-------------	------------------------	----------

Endereço	Bairro

Código	Nombre	Estado	CEP
1	...	...	...
2	...	...	...
3	...	...	...
4	...	...	...
5	...	...	...
6	...	...	...
7	...	...	...
8	...	...	...
9	...	...	...
10	...	...	...
11	...	...	...
12	...	...	...
13	...	...	...
14	...	...	...
15	...	...	...
16	...	...	...
17	...	...	...
18	...	...	...
19	...	...	...
20	...	...	...
21	...	...	...
22	...	...	...
23	...	...	...
24	...	...	...
25	...	...	...
26	...	...	...
27	...	...	...
28	...	...	...
29	...	...	...
30	...	...	...
31	...	...	...
32	...	...	...
33	...	...	...
34	...	...	...
35	...	...	...
36	...	...	...
37	...	...	...
38	...	...	...
39	...	...	...
40	...	...	...
41	...	...	...
42	...	...	...
43	...	...	...
44	...	...	...
45	...	...	...
46	...	...	...
47	...	...	...
48	...	...	...
49	...	...	...
50	...	...	...
51	...	...	...
52	...	...	...
53	...	...	...
54	...	...	...
55	...	...	...
56	...	...	...
57	...	...	...
58	...	...	...
59	...	...	...
60	...	...	...
61	...	...	...
62	...	...	...
63	...	...	...
64	...	...	...
65	...	...	...
66	...	...	...
67	...	...	...
68	...	...	...
69	...	...	...
70	...	...	...
71	...	...	...
72	...	...	...
73	...	...	...
74	...	...	...
75	...	...	...
76	...	...	...
77	...	...	...
78	...	...	...
79	...	...	...
80	...	...	...
81	...	...	...
82	...	...	...
83	...	...	...
84	...	...	...
85	...	...	...
86	...	...	...
87	...	...	...
88	...	...	...
89	...	...	...
90	...	...	...
91	...	...	...
92	...	...	...
93	...	...	...
94	...	...	...
95	...	...	...
96	...	...	...
97	...	...	...
98	...	...	...
99	...	...	...
100	...	...	...





























Nome/Razão social (04)	CNPJ/CNPJ
------------------------	-----------

Endereço	Bairro

Cidade	Estado	CEP
--------	--------	-----

Nome/Razão social (01)	CPF/CNPJ
------------------------	----------

Endereço	Bairro
----------	--------

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Nome/Razão social (02)	CPF/CNPJ
------------------------	----------

Endereço	Bairro
----------	--------

Cidade	Estado	CEP
--------	--------	-----

01-Valor do Empréstimo: R\$ 200.000,00	02-Comissão: 0,000000 %
--	-------------------------

01-Valor do Empréstimo: R\$ 200.000,00	02-Comissão:	0,000000 %
--	--------------	------------

03-Taxa de juros:	1,690000 % ao mês
-------------------	-------------------

04- Taxa de juros efetiva:	1.690000 % ao mês	22.275365 % ao ano
----------------------------	-------------------	--------------------

05-Vencimento final: 10/05/2014 06- Encargos: PRE-FIXADOS

07-Indexador/Taxa Referencial/CDI-Ceip: XXXXXX

08- Incidência

08.1- Se encargos pré-fixados: juros à taxa fixada no campo "03" deste quadro.

08.2- Se encargos pós-fixados: correção monetária com base no índice de variação do indexador ou TB indicado no campo "07" e juros à

08.2- Se encargos pos-fixados: conexão monetária com base no índice de variação do indexador do TR indicado no campo "07" e juros à taxa fixada no campo "03" todos deste quadro.

08.3 - Se encargos flutuantes: flutuação com base no CDI-Catip - campo "07" e juros - campo "03" todos deste quadro.

08.3- Se encargos flutuantes: flutuação com base no CDI-Cetip - campo "07", e juros - campo "03", todos deste quadro.

08.4- Os encargos deste sub-campo (09) incidirão sobre: O SALDO DEVEDOR EM ABERTO

Os encargos deste sub-campo (08.2) incidirão sobre o saldo devedor diário.

Observação: Para fins de cálculo e incidência dos encargos será considerado o ano comercial de 360 (trezentos e sessenta) dias.

09. Periodicidade da capitalização dos encargos  
DIÁRIA

10. Praça de Pagamento  
SANTO ANDRÉ

11. Forma de Pagamento

11.1-Valor do principal, quando se tratar de operação pós-fixada ou flutuante, ou o valor do principal + juros, quando se tratar de operação pré-fixada.

Nº parc	Vencimento	Valor - R\$	Nº parc	Vencimento	Valor - R\$	Nº parc	Vencimento	Valor - R\$
01	10/06/2014	210.312,33	34			67		
02			35			68		
03			36			69		
04			37			70		
05			38			71		
06			39			72		
07			40			73		
08			41			74		
09			42			75		
10			43			76		
11			44			77		
12			45			78		
13			46			79		
14			47			80		
15			48			81		
16			49			82		
17			50			83		
18			51			84		
19			52			85		
20			53			86		
21			54			87		
22			55			88		
23			56			89		
24			57			90		
25			58			91		
26			59			92		
27			60			93		
28			61			94		
29			62			95		
30			63			96		
31			64			97		
32			65			98		
33			66			99		



Características  
da Operação

11.2. Dos encargos: (i) se operação pós-fixada: juros + correção monetária ou TR; ou (ii) se operação flutuante: percentual da flutuação do CDI e juros, nas seguintes datas: Nos vencimentos das parcelas do valor principal previstos no campo "11.1" deste Quadro.

12. Local de liberação de recursos

Código Banco  
422

Código Agência  
01100

Conta corrente Nº  
1312167

13. Demais encargos e despesas

13.1. Tributos e contribuições

13.1.1. IOF - alíquota de:

a) 0,004100 % ao dia - Valor R\$ 738,00

b) 0,380000 % calculado sobre o valor do Crédito - Valor R\$ 760,00

13.1.2. Outros:

Alíquotas em vigor na data da contratação da operação, aplicadas conforme legislação específica.

13.2-Tarifas e demais despesas:

Tarifa de emissão de contrato:

R\$ 1.500,00

Outras

-R\$

Tarifas vigentes - conforme tabelas de tarifas de serviços afixadas nas dependências das Agências do SAFRA.

14. Garantias

Conforme Instrumento(s) Particular(es) de Constituição de Garantia em anexo.

☒ Cessão fiduciária ☐ Alienação Fiduciária ☐ Hipoteca ☐ Penhor ☐ Fiança

15. Comissão de liquidação antecipada

Coefficiente: 0,028006 %

Valor máximo: R\$ 4.987,86

16. Juros de mora: Taxa CDI-Cetip acrescida de 0,225783 % ao dia (cobrança por dias corridos).



### III – Emissão e Outros Dados desta Cédula

01. Número de vias 03 (três)	02. Local de emissão SANTO ANDRE	03. Data de emissão 12/03/2014
---------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------

242410

#### - DO OBJETO

1ª O SAFRA concede à EMITENTE, e esta aceita, o empréstimo no valor indicado no campo "01" do Quadro "II" do preâmbulo, sendo o respectivo produto líquido, já deduzido o valor dos encargos estipulados para pagamento imediato, recebido neste ato pela EMITENTE mediante crédito na conta corrente mencionada no campo "12" do mesmo Quadro "II", de sua titularidade.

#### - DO VENCIMENTO FINAL DO CRÉDITO

2ª A presente Cédula vencer-se-á na data fixada no campo "05" do Quadro "II", de forma que, naquela data, independentemente das condições contratuais aqui constantes, o valor do crédito concedido deverá estar integralmente liquidado, juntamente com os encargos devidos.

#### - DOS ENCARGOS E PAGAMENTOS

3ª Os encargos serão apurados de acordo com as opções relativas à pré-fixação, pós-fixação, flutuação, abrangência e incidência constantes dos campos "06", "07" e "08" do Quadro "II", capitalizados na periodicidade prevista no campo "09" do mesmo Quadro "II", observado ainda o disposto nos incisos seguintes: I) quando se tratar de operação com encargos "pré-fixados", aplicar-se-ão os encargos calculados à taxa fixada no campo "03" do Quadro "II"; II) quando se tratar de operações com encargos "pós-fixados", aplicar-se-ão: (a) juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "II"; e (b) correção monetária ou TR; III) quando se tratar de operações com encargos "flutuantes", aplicar-se-ão (a) juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "II", juntamente com (b) a percentagem sobre a taxa CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "II".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de aplicação de encargos "flutuantes" com base no CDI-Cetip, incidirão sobre o saldo devedor do principal os juros do campo "03" do Quadro "II", e a base de remuneração, pela taxa CDI-Cetip, conforme o campo "07" do Quadro "II", a qual terá, para os efeitos do presente instrumento, flutuação diária. A base de remuneração e parâmetro de flutuação será a taxa anualizada praticada para os depósitos interbancários com duração de um dia, divulgada diariamente pela CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação), com relação aos depósitos realizados no dia útil bancário imediatamente anterior à data de tal divulgação (denominada taxa "CDI-Cetip").

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica desde já convencionado que, na hipótese de: a) o indexador, a TR ou o CDI-Cetip escolhido no campo "07" do Quadro "II" vir a ser extinto, congelado, deflacionado, ou deixar de ser predominantemente usado no mercado financeiro para atualizar/remunerar as operações passivas e/ou ativas das instituições financeiras; ou b) se as autoridades monetárias intervierem direta ou indiretamente, sob qualquer forma, inclusive, mas não se limitando a, pela emissão ou alteração de normas de caráter tributário, monetário ou financeiro, na fixação da atualização e/ou formação dos custos de captação e aplicação de recursos das instituições financeiras e/ou respectiva lucratividade durante o curso da presente operação de crédito, poderá o SAFRA aplicar, a partir do evento, no lugar dos encargos então em vigor de acordo com esta Cédula, a base de remuneração, indexador, custo financeiro pré-fixado ou pós-fixado e/ou taxas de juros utilizados no mercado financeiro para atualizar/remunerar depósitos a prazo fixo com maior concentração de negócios e liquidez em tal mercado. Em consequência de tais modificações, a presente operação poderá, conforme o caso, ser convertida pelo SAFRA de uma modalidade para outra, entre pré-fixada, pós-fixada ou flutuante. O SAFRA, no entanto, poderá optar por não proceder a quaisquer alterações, mantendo a aplicação dos encargos então vigentes. Em qualquer das hipóteses previstas acima em que haja alteração de encargos e/ou da modalidade de operação, o SAFRA comunicará previamente por escrito à EMITENTE as modificações realizadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os efeitos deste instrumento, entende-se por (a) "taxa pós-fixada", a taxa de juros aplicada conjuntamente com um indexador de reajuste ou com uma taxa de remuneração básica e (b) "taxa pré-fixada", a taxa de juros aplicada isoladamente, sem qualquer indexador ou taxa de remuneração. As partes desde já convencionam que, havendo mudança de padrão monetário, as obrigações da EMITENTE, quer nos respectivos vencimentos, quer na hipótese de vencimento antecipado, deverão ser pagas na moeda que for apta a liquidar todo tipo de obrigação, já constituída ou que venha a ser constituída futuramente, e não apenas apta a liquidar obrigações já existentes.

PARÁGRAFO QUARTO: A comissão correspondente à taxa indicada no campo "02" do Quadro "II", calculada sobre o valor do empréstimo indicado no campo "01" do Quadro "II", é pagável, de uma só vez, neste ato, ficando o SAFRA, desde logo, autorizado a deduzir o valor da comissão dos valores do(s) desembolso(s) objeto desta Cédula ou debitar o referido valor em conta corrente de movimento da EMITENTE no SAFRA.

PARÁGRAFO QUINTO: Para fins de cálculo da taxa de juros efetiva mencionada no campo "04" do Quadro "II" do preâmbulo foram considerados os seguintes itens e critérios:

1. Comissão (campo "02") e Taxa de Juros (campo "03") do Quadro "II" - se existentes;
2. A essas taxas deverão ser incorporados ainda os encargos representados pelo Indexador/Taxa Referencial/Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "II" - se existentes;
3. Existindo na composição da taxa efetiva, parâmetro resultante de percentual superior a 100%, aplicado sobre o Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, este diferencial será incluído no cálculo da taxa efetiva, levando-se em consideração a taxa média do CDI-Cetip divulgada na data da assinatura da presente Cédula, estimada até o vencimento (campo "05" do Quadro "II");
4. Será considerada a utilização plena dos recursos colocados à disposição da EMITENTE, durante a totalidade do prazo existente, até o vencimento final desta Cédula (campo "05" do Quadro "II").

PARÁGRAFO SEXTO: O valor a ser pago a título do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) será apurado considerando-se (i) a alíquota indicada no campo "13.1.1(a)" do Quadro "II", conforme o sistema de amortização exponencial decrescente, e (ii) a alíquota indicada no campo "13.1.1(b)" do Quadro "II", incidente uma única vez sobre o valor do crédito. O IOF será suportado exclusivamente pela EMITENTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Serão devidas pela EMITENTE as tarifas e demais despesas previstas no campo "13.2" do Quadro "II" do preâmbulo, ficando o SAFRA, desde logo, expressamente autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar os respectivos valores da conta corrente de titularidade da EMITENTE, mantida junto ao Banco Safra S/A, ou, ainda, deduzir tais valores do(s) desembolso(s) objeto desta Cédula.

4ª A EMITENTE obriga-se a efetuar o pagamento das importâncias relativas às obrigações assumidas nesta Cédula, nas épocas próprias e nos termos das regras constantes das Cláusulas 11ª e 14ª abaixo, na sede do SAFRA, ou em qualquer de suas agências ou dependências ou, ainda, em local que venha a ser previamente indicado por escrito pelo mesmo. Tais importâncias deverão ser pagas nas seguintes condições: tanto nas operações com encargos "pré-fixados" como nas operações com encargos "pós-fixados" e "flutuantes", o pagamento do principal e dos encargos dar-se-á nas condições especificadas no campo "11" do Quadro "II".

#### - DAS GARANTIAS

5ª Para garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes desta Cédula, é(são) constituída(s) em favor do SAFRA, por instrumento(s) à parte que integrará(ão) esta Cédula para todos os fins e efeitos de direito, nos termos do artigo 32 da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, a(s) outra(s) garantia(s) mencionada(s) no campo "14" do Quadro "II" desta Cédula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: FICA EXPRESSAMENTE ESTABELECIDO QUE A(S) GARANTIA(S) CONSTITUÍDA(S) NO ÂMBITO DA PRESENTE CÉDULA, NOS TERMOS DO "CAPUT" DESTA CLÁUSULA, É(SÃO) PLENAMENTE VÁLIDA(S) E EFICAZ(ES) ENTRE AS PARTES DESDE A DATA DE CELEBRAÇÃO DO(S) SEU(S) RESPECTIVO(S) INSTRUMENTO(S), FICANDO SUJEITA(S) AOS REGISTROS OU AVERBAÇÕES PREVISTOS

*Assinatura*

*Assinatura*



NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL TÃO SOMENTE PARA QUE PASSE(M) A VALER TAMBÉM CONTRA TERCEIROS, OBSERVADO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 30 E 42 DA REFERIDA LEI Nº 10.931/2004.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos dos Artigos 264 e seguintes do Código Civil, o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) nomeados no preâmbulo também comparece(m) a esta Cédula na condição de coobrigados solidários para todos os fins e efeitos legais, sendo tal responsabilidade, entretanto, limitada ao bem vinculado em garantia, pelo(s) respectivo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) para o cumprimento das obrigações previstas nesta Cédula, por meio de instrumento(s) próprio(s) firmado(s) nesta data na forma prevista no *caput*.

- 6ª O SAFRA poderá, a qualquer tempo, exigir a constituição de garantias destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações contraiadas em razão da presente Cédula, ou exigir o reforço das garantias já constituídas, neste último caso desde que fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, abalar ou diminuir o valor e/ou liquidez dessas garantias. Se o pedido deixar de ser atendido pela EMITENTE e/ou pelo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), conforme o caso, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado do recebimento da solicitação escrita do SAFRA enviada sob registro postal, mediante protocolo, ou através de cartório de títulos e documentos, considerar-se-á a dívida vencida por antecipação, com todos os acessórios, independentemente de qualquer outra interpelação ou notificação.
- 7ª Fica ajustado que todas as garantias vinculadas à presente Cédula, ou que vierem a ser à mesma incorporadas, serão consideradas comuns a todas as operações celebradas entre o SAFRA, ou quaisquer empresas integrantes das "Organizações Safra", e a EMITENTE ou outras sociedades que, relativamente à mesma EMITENTE, sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição prevista no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na legislação fiscal, doravante simplesmente denominadas SOCIEDADES. Assim sendo, a EMITENTE autoriza em caráter irrevogável e irretratável o SAFRA e/ou quaisquer empresas das "Organizações Safra" a exercerem quanto aos prestadores dessas garantias, sejam elas reais ou pessoais, e/ou quanto ao objeto das mesmas, todos os direitos conferidos pelos instrumentos que as formalizarem e pelos dispositivos da lei civil, comercial e cambial, especialmente os relativos à propriedade fiduciária, penhor, hipoteca, fiança, aval e, em particular, mas não se limitando, aos de vender, alienar, ceder ou transferir, os bens ou direitos dados em garantia, de resgatá-los ou de receber o seu produto. Em razão do aqui disposto, o SAFRA e/ou as empresas integrantes das "Organizações Safra" ficam expressamente autorizados a utilizar o produto da realização das garantias existentes na liquidação ou amortização de qualquer débito resultante das operações celebradas com a EMITENTE e/ou com as SOCIEDADES.

- DO INADIMPLEMENTO, DO VENCIMENTO ANTECIPADO E DA COMPENSAÇÃO

- 8ª) Operar-se-á, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, para efeitos do artigo 397 do Código Civil, o vencimento antecipado da totalidade da dívida da EMITENTE, além das demais hipóteses previstas neste instrumento, nos seguintes casos ocorridos com relação à EMITENTE, e/ou às SOCIEDADES, e/ou ao(s) AVALISTA(S) e/ou ao(s) fiador(es) e/ou ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES): a) se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; b) se for apurada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmada, prestada ou entregue; c) se sofrer(em) o protesto de qualquer título de crédito; d) se tiver(em) sua falência, insolvência civil (concurso de credores), recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada; e) se, sem o expresso consentimento do SAFRA, tiver(em), total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado, conforme aplicável; f) se, sem o expresso consentimento do SAFRA, sofrer(em), durante a vigência desta Cédula, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, conforme aplicável; g) se inadimplir(em) suas obrigações e/ou não liquidar(em), no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o próprio SAFRA e/ou quaisquer das empresas integrantes das "Organizações Safra"; h) se for declarado, por qualquer motivo, por qualquer terceiro credor, o vencimento de dívidas de sua responsabilidade; i) se o Sistema de Informações de Crédito (SCR), do Banco Central do Brasil e/ou outro sistema que, em virtude de norma legal, o complementa ou substitua, e/ou qualquer outro sistema ou serviço, privado ou estatal, de informações de crédito apontar inadimplemento de obrigações de sua responsabilidade; j) se sofrer(em) mudança adversa em sua situação patrimonial e/ou financeira; l) se ingressar(em) em juízo contra o SAFRA ou quaisquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" com qualquer medida judicial; m) se sofrer(em) arresto, sequestro ou penhora de bens; n) se não forem renovadas ou forem canceladas, revogadas ou suspensas as autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício de suas atividades, conforme o caso; e o) se ocorrerem eventos que possam afetar sua capacidade operacional, legal, financeira ou mental, conforme aplicável.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** No caso de qualquer inadimplimento, total ou parcial, e/ou de vencimento antecipado de obrigações da EMITENTE, decorrentes de qualquer instrumento ou título, inclusive, sem limitação, da presente Cédula, serão consideradas extintas, de pleno de direito, as obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) do SAFRA para com a EMITENTE, até o montante em que se compensarem com obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) da EMITENTE para com o SAFRA e decorrentes dos mesmos instrumentos ou títulos, inclusive sem limitação, da presente Cédula, tudo independentemente de aviso prévio ou notificação de qualquer natureza. Fica desde já esclarecido que a compensação parcial não exonerará a EMITENTE e/ou o(s) garantidor(es) real(is) ou pessoal(ais), inclusive sem limitação, fiadores, AVALISTA(S), TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), pessoas físicas ou jurídicas, os quais, pessoalmente e/ou por meio das garantias reais vinculadas à esta Cédula, continuarão responsáveis pelo saldo remanescente de suas obrigações e respectivos acréscimos, até a quitação total junto ao SAFRA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para a liquidação da totalidade das obrigações da EMITENTE, caso não ocorra a compensação de que trata o parágrafo anterior, ou do saldo remanescente referido na parte final do mesmo parágrafo, se parcial a compensação, poderão ser utilizados pelo SAFRA, após a realização, se houver, das garantias reais representadas por cessão fiduciária e/ou penhor de títulos e/ou valores mobiliários e/ou quaisquer aplicações financeiras, sem prejuízo da excussão das demais garantias constituídas na presente Cédula, todos os créditos, valores existentes em aplicações em títulos de renda fixa e/ou variável, e/ou valores mobiliários, públicos ou privados, títulos de crédito em cobrança, metais preciosos, quaisquer fundos, cadernetas de poupança, ou quaisquer ativos ou outras modalidades de aplicações praticadas no mercado financeiro e/ou de capitais de que a EMITENTE e/ou o(s) AVALISTA(S), e/ou o(s) fiador(es) e/ou TERCEIRO(S) GARANTIDOR(S), pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), seja(m) titular(es) junto ao SAFRA, e/ou que sejam ou venham a ser administrados e/ou custodiados pelo Banco Safra S/A, Banco J. Safra S/A, JS Administração de Recursos S/A, Safra Seguros Gerais S/A, Safra Vida e Previdência S/A, J. Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda., Safra Asset Management Ltda., ou Safra Leasing S/A - Arrendamento Mercantil e, bem assim junto a quaisquer outras empresas integrantes das "Organizações Safra". Para tanto, as empresas das "Organizações Safra" acima aludidas ficam desde já e de forma irrevogável e irretratável, autorizadas a, conforme o caso e nos termos e condições que entenderem convenientes: a) levantar custódia, resgatar, alienar a terceiros, ceder e transferir créditos, direitos e obrigações, compensar, ou de qualquer outra forma dispor ou receber o produto de tais títulos, aplicações e ativos, transferindo os respectivos recursos ao SAFRA, tão logo venha a ocorrer a inadimplência ou o vencimento ordinário ou antecipado do débito da EMITENTE; e b) assinar termos de transferência, notas de negociação, recibos, transferências de custódia, e todos os demais documentos que necessários forem ao cumprimento do disposto neste parágrafo. Todos os tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza incidentes sobre tal(is) operação(ões) correrão por conta da EMITENTE.

- DA MORA

- 9ª) O não pagamento, no respectivo vencimento, de qualquer das prestações de seu débito ou o inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela EMITENTE, na presente Cédula, determinará o imediato encerramento do crédito concedido, tornando-se, desde logo, vencido e exigível o total do débito em aberto, acrescido dos juros moratórios, da multa contratual, dos honorários advocatícios e outras eventuais despesas decorrentes do atraso.



Em tal hipótese, será facultado ao SAFRA o direito de proceder à imediata excussão de qualquer uma das garantias constituídas, sem renúncia às demais vinculadas a esta Cédula ou que vierem a sê-lo, podendo tais garantias ser, a qualquer tempo, executadas, até final e integral liquidação do débito.

- 10ª Em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela EMITENTE, e sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas desta Cédula, as Partes estabelecem, de comum acordo, que incidirão sobre os valores em débito (i) juros de mora à taxa pactuada no campo "16" do Quadro "II" do preâmbulo, capitalizados diariamente, e (ii) multa contratual irredutível, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total da dívida.

PARÁGRAFO ÚNICO: O recebimento do principal e de quaisquer acréscimos, mesmo sem ressalva, não constituirá presunção de quitação dos encargos ou de quaisquer outras quantias devidas.

#### - DOS DÉBITOS EM CONTA

- 11ª As partes convencionam que todo e qualquer pagamento da EMITENTE ao SAFRA decorrente da presente Cédula deverá ser feito, nas épocas próprias, mediante débito realizado na conta corrente de titularidade da EMITENTE mantida junto ao Banco Safra S/A, para crédito do SAFRA, autorizado este último a efetuar os procedimentos e lançamentos necessários a tal finalidade. Para tanto, a EMITENTE compromete-se a suprir a referida conta corrente, em tempo hábil, de recursos livres e disponíveis, em reserva bancária, necessários à realização de tais débitos, nos termos da Cláusula 14ª abaixo.

- 12ª A EMITENTE e o(s) AVALISTA(S) autorizam, em caráter irrevogável e irretratável, que sejam levadas a débito de suas respectivas contas correntes no Banco Safra S/A, quaisquer importâncias devidas ou que venham a se tornar devidas, a título de principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, tributos, despesas e demais cominações expressas nesta Cédula ou em qualquer outro instrumento celebrado com o SAFRA e/ou com quaisquer outras empresas integrantes das "Organizações Safra", cujo pagamento não se tenha efetuado, integralmente, nos termos da Cláusula 11ª acima, no correspondente vencimento, contratualmente estipulado, ficando consequentemente autorizado o crédito e/ou repasse das ditas importâncias ao SAFRA e/ou às empresas acima referidas para amortização ou liquidação do débito em aberto, incluindo principal e demais valores conceituados nesta cláusula. Todas e quaisquer despesas, inclusive encargos fiscais de qualquer natureza, incidentes e/ou decorrentes do cumprimento da estipulação constante da presente cláusula, correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da EMITENTE, devendo o respectivo importe, uma vez apurado, ser acrescido ao débito total desta última.

- 13ª A EMITENTE autoriza, também, o SAFRA, a levar a débito de sua conta corrente de movimento, quaisquer valores devidos por ela EMITENTE e/ou pelas SOCIEDADES ao mesmo SAFRA, decorrentes de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e quaisquer outros títulos de crédito, vencidos e não pagos, de responsabilidade da EMITENTE e/ou das SOCIEDADES, que tenham sido descontados ou entregues em garantia ao SAFRA ou, ainda, cuja cobrança tenha sido a este confiada pelos respectivos credores. Sem prejuízo da autorização concedida nesta cláusula, que poderá ser exercida pelo SAFRA a qualquer tempo, e constatada a inexistência de saldo na conta corrente da EMITENTE que impossibilite a efetivação do débito permitido, fica, ainda, o SAFRA, desde já, expressa e irrevogavelmente autorizado a utilizar os valores, créditos, aplicações e ativos de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula 8ª, na amortização ou liquidação dos débitos objeto desta cláusula.

- 14ª As expressões "cobertura de saldo devedor", "liquidação de saldo devedor", "liquidação", "pagamento" e "amortização" constantes do presente instrumento, seus anexos e aditivos, significarão sempre o cumprimento de tais obrigações pela EMITENTE mediante a entrega de recursos em conta corrente de sua titularidade mantida junto ao Banco Safra S/A, livres, desbloqueados, transferíveis e disponíveis em reservas bancárias, para comportar o débito, nas datas dos vencimentos (originais ou antecipados, estes conforme vierem a ser autorizados pelo SAFRA, ou exigidos pelo mesmo, em caso de ocorrência de uma das hipóteses previstas em lei ou neste instrumento) das parcelas de amortização ou na data de vencimento final, do principal e juros, conforme o caso, da presente operação de crédito, dos respectivos encargos, inclusive moratórios, sem prejuízo do pagamento, das taxas ou tarifas relacionadas com serviços e produtos bancários efetivamente utilizados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na eventualidade de haver recursos em conta corrente, porém indisponíveis e ainda não liberados em reservas bancárias na data do vencimento da parcela de amortização ou da parcela final, fica ao SAFRA facultado proceder ao débito na conta corrente da EMITENTE mantida junto ao SAFRA dos recursos necessários à liquidação da obrigação, bem como dos encargos devidos pelo saque sobre a reserva bancária indisponível e eventuais tributos e outros custos ou despesas decorrentes do referido saque. O disposto neste Parágrafo Único em nada prejudica o direito do SAFRA debitar ou resgatar outros ativos da EMITENTE para satisfazer os citados encargos, custos e despesas, conforme permitido na lei ou neste instrumento, ou de cobrá-los de outra forma permitida ou não defesa em lei.

#### - DOS AVALISTAS

- 15ª O(s) AVALISTA(S) desta Cédula comparece(m), também neste ato, na condição de devedor(es) solidário(s), anuindo, expressamente, ao ora convenicionado, responsabilizando-se solidária e incondicionalmente com a EMITENTE, de maneira irrevogável e irretratável, pela total e integral liquidação do débito, compreendendo principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, despesas e demais cominações expressas nesta Cédula, confirmando e reconhecendo tudo como líquido, certo e exigível. Ademais, esclarecem as partes que as referências a EMITENTE e AVALISTAS serão entendidas como feitas à EMITENTE ou AVALISTAS em conjunto ou a cada um deles individualmente.

#### - DOS TRIBUTOS E OUTROS ÔNUS

- 16ª Serão de exclusiva responsabilidade da EMITENTE e por ela integralmente suportados, os ônus decorrentes de todos e quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, ou outras, bem como das respectivas majorações, mudanças de base de cálculo ou do período de apuração, reajustes e encargos moratórios, tributos e contribuições estes já existentes ou que venham a ser criados no futuro e que sejam ou venham pelo SAFRA a ser suportados, em decorrência desta Cédula, inclusive, entre outros (tributos e contribuições), aqueles calculados com base em qualquer receita, bruta ou líquida, restringindo-se proporcionalmente, nesta última hipótese, a responsabilidade da EMITENTE ao ônus tributário decorrente da receita oriunda da presente Cédula, que vier, ou não, a integrar a receita global (bruta ou líquida) do SAFRA. Constitui, também, responsabilidade da EMITENTE todos e quaisquer ônus que venham a ser sofridos pelo SAFRA decorrentes da criação, aumento de alíquota, mudança da base de cálculo ou período de apuração, de encaixes ou recolhimentos compulsórios incidentes, direta ou indiretamente sobre a captação de recursos necessários para manter esta Cédula, ou, ainda, quaisquer ônus que venham a incidir sobre os ativos do SAFRA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento do ônus supra será efetuado pela EMITENTE à medida e na proporção dos montantes que forem devidos com base nesta Cédula, seja a título de principal, correção, atualização monetária, variação cambial, juros, taxas e outras verbas, sendo que o não pagamento constituirá inadimplemento do presente, com as consequências e cominações para tanto nele previstas, inclusive, mas não se limitando, ao vencimento antecipado. Caso, após a liquidação dos montantes acima mencionados, venha a se verificar qualquer diferença devida pela EMITENTE em virtude da presente cláusula, será a EMITENTE notificada de tal diferença, que deverá ser prontamente por ela liquidada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Correrão, ainda, por conta da EMITENTE, todas e quaisquer despesas decorrentes desta Cédula, tais como, mas não se limitando, a emolumentos de registro.

#### - DA LIQUIDADAÇÃO ANTECIPADA

*Assinatura*



242410

17ª Será facultado à EMITENTE liquidar antecipadamente parcelas da dívida resultante desta Cédula, ou a sua totalidade, mediante redução proporcional dos juros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a EMITENTE opte pela liquidação antecipada da dívida, total ou parcialmente, será por ela devida, na mesma data em que se efetivar a referida liquidação, uma comissão calculada na forma estabelecida nos incisos abaixo, respeitado o valor máximo previsto no campo "15" do Quadro "II" do preâmbulo:

(I) Para o cálculo da comissão de que trata este parágrafo, deve-se, primeiramente, multiplicar o somatório dos valores das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, já trazido a valor presente mediante a redução proporcional dos juros, pelo coeficiente indicado no campo "15" do Quadro "II" do preâmbulo;

(II) O valor obtido nos termos do inciso (i) anterior deverá ser multiplicado pelo prazo médio ponderado, em dias corridos, das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, levando-se em conta a data da efetiva liquidação e a data de vencimento original de cada parcela;

(III) O resultado obtido nos termos do inciso (ii) acima corresponderá ao valor da comissão devida pela EMITENTE ao SAFRA, o qual a EMITENTE desde já autoriza, em caráter irrevogável e irretirável, que seja levado a débito de sua conta corrente, nos mesmos termos das Cláusulas 11  e 14  supra.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente estabelecido que, para liquidar antecipadamente a sua dívida nos termos da presente cláusula, deverá a EMITENTE, necessariamente, efetuar o pagamento integral das eventuais importâncias que se encontrem em atraso, compreendendo principal e encargos, inclusive moratórios. Nesta hipótese, o valor em atraso, com os respectivos encargos, será acrescido ao somatório das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, para fins do cálculo da comissão prevista no Parágrafo Primeiro anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de pretender a liquidação antecipada do presente empréstimo mediante a realização de operação de portabilidade junto a outra instituição financeira, de conformidade com o art. 1  da Resolução n  3.401, de 06/09/2006, do Conselho Monetário Nacional, deverá a EMITENTE comunicar prévia e expressamente o SAFRA acerca dessa sua intenção, apresentando-lhe as condições comerciais oferecidas pela outra instituição, e concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação pelo SAFRA, para que este avalie a referida proposta. Caso a EMITENTE opte por realizar a operação de portabilidade antes do final do prazo de 30 (trinta) dias concedido ao SAFRA para avaliação, ou, ainda, caso o SAFRA venha a lhe fazer uma contra-proposta com iguais ou melhores condições, e a EMITENTE não a aceite, a comissão de liquidação antecipada por ela devida, nos termos dos parágrafos anteriores, terá o seu valor dobrado, com o que a EMITENTE manifesta desde já a sua expressa concordância.

#### DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

18  O SAFRA poderá, a qualquer tempo, ceder, transferir, ou empenhar, total ou parcialmente, os direitos e obrigações, títulos de crédito, ações e garantias oriundos desta Cédula, independentemente de aviso ou autorização de qualquer espécie.

19  O SAFRA poderá emitir Certificado de Cédula de Crédito Bancário com lastro no presente título, podendo negociá-lo livremente no mercado, tudo de conformidade com os artigos 43 e 44 da Lei n  10.931, de 02.08.2004, e com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

20  Obriga-se a EMITENTE, durante a vigência da presente Cédula e até o final cumprimento das obrigações ora assumidas, a encaminhar ao SAFRA, devidamente acompanhada do demonstrativo da conta de lucros e perdas, cópia do seu balancete semestral e do balanço anual.

21  A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), por este instrumento, autorizam expressamente o SAFRA e/ou qualquer sociedade financeira integrante das "Organizações Safra" a (a) inserir informações obtidas junto à EMITENTE, ao(s) AVALISTA(S) e ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), bem como (b) consultar as informações consolidadas em seus nomes que constem ou venham a constar (i) dos sistemas geridos pelo Banco Central do Brasil, relativamente a operações realizadas pela EMITENTE, pelo(s) AVALISTA(S) e pelo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e/ou (ii) do Sistema de Informações de Crédito (SCR), de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil e/ou outros sistemas que, em virtude de norma legal os complementem ou substituam, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que a EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) forem clientes do SAFRA ou de qualquer outra sociedade integrante das "Organizações Safra", ou ainda enquanto subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes do presente instrumento.

22  A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) declaram e garantem ao SAFRA e perante terceiros, sob pena de vencimento antecipado da presente Cédula, que: a) os seus representantes legais que subscrevem o presente instrumento det m todos os poderes necessários para a sua celebração e para a assunção das obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as aprovações necessárias em nível societário; b) a celebração do presente instrumento não viola seus respectivos contratos ou estatutos sociais, eventuais acordos de acionistas, tampouco qualquer dispositivo legal ou determinação, decisão, deliberação ou despacho de qualquer autoridade administrativa ou judiciária a que estejam sujeitos; e c) os documentos societários e procurações que apresentaram ao SAFRA encontram-se em pleno vigor e eficácia, inexistindo quaisquer outros documentos ou atos supervenientes, de qualquer espécie, que os tenham revogado, alterado ou substituído a qualquer título.

23  Fica estabelecido que, se qualquer das partes se abster de exercer direitos ou faculdades que pela presente Cédula lhe assistem ou se concordar com atrasos no cumprimento das obrigações a cargo da outra parte, não serão afetados aqueles direitos ou faculdades que poderão ser, pela parte inocente, exercidos em qualquer tempo a seu exclusivo critério, não implicando, aqueles atos de tolerância, em qualquer renúncia ou alteração das condições estatuídas nesta Cédula, nem obrig r o a parte inocente quanto a vencimentos e inadimplementos futuros.

24  Se, para a defesa de seus direitos decorrentes do presente instrumento, ou para haver o que lhe for devido, alguma das partes necessitar recorrer a meios administrativos ou judiciais, terá ela direito ao ressarcimento, perante a parte inadimplente, das custas e despesas decorrentes, além dos honorários advocatícios incorridos, sendo que, em caso de cobrança judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados judicialmente.

25  FICA ELEITO COMO COMPETENTE PARA CONHECER E DIRIMIR QUAISQUER D VIDAS OU QUESTÕES QUE, PORVENTURA, VENHAM A

*Assinatura*

*Assinatura*



DECORRER DESTA CÉDULA, O FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP (JOÃO MENDES JÚNIOR),  
MESMO FORO DETERMINADO PELA COMARCA ONDE É EMITIDA A PRESENTE CÉDULA.

PODENDO, AINDA, SER O

242410

Emitente  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Avalista (1)  
JOSE ADRIANO GUERRA

Avalista (2)

Avalista (3)

Avalista (4)

Terceiro Garantidor (1)

Terceiro Garantidor (2)

Conjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (1) ELIANI BATISTETTI  
250173048-79

Conjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (2)

Conjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (3)

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
Nelson Luiz Marenco  
Oficial Delegado  
Av. Nove de Julho, 1916 - Jardim América - Ribeirão Preto - SP - Tel: (16) 3241-3441 - Dep. 14015-170

Documento apresentado para registro, protocolado e registrado em microfilme sob No. 242410 de TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Ribeirão Preto/SP, 15/04/2014

SANARA APARECIDA MORETTI  
ESCRIVÃO AUTORIZADA  
Emolumentos: R\$ 115,26 Guia: 016/2014  
Inclusos valores devidos ao Estado, Ipeesp, Registro Civil e Tribunal de Justiça.

# COMUNICADO REFERENTE A INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) E DE OPERAÇÕES NO MERCADO DE CÂMBIO

Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito e operações realizadas no mercado de câmbio, as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) o acesso pelas "Organizações Safra" às informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio, disponibilizadas pelo BACEN tem por finalidade, entre outras, (i) permitir às "Organizações Safra" a verificação de desempenho do cliente em operações de câmbio contratadas junto às "Organizações Safra" e junto às demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre a posição do cliente em operações realizadas no mercado de câmbio, com o objetivo de subsidiar decisões de negócios; d) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR e/ou no SISBACEN por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN (CAP); e) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e/ou no SISBACEN deverão ser dirigidas às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; f) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR ou relativa a operações de clientes realizadas no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil disponibilizadas através do SISBACEN dependerá da prévia autorização dos clientes; g) a consulta por qualquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" a informações de operações realizadas no mercado de câmbio em que figurem como contraparte independe de autorização específica de seus clientes.

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.

Central de Suporte Pessoa Jurídica:  
Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248  
Demais Localidades 0300 015 7575  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.

Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC -  
Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por  
dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a):  
0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.





Simone M. de Andrade S. Vaz  
Ger. Adm. 762

**Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Duplicatas e/ou de Cheques de Emissão de Terceiros e/ou de Notas Promissórias de Emissão de Terceiros**

Local  
SANTO ANDRE

Data  
12/03/2014



I CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO GARANTIDA (doravante denominada simplesmente Operação Garantida)	CEDULA DE CREDITO BANCARIO									
	Nº 001090652		Data de emissão 12/03/2014			Valor principal R\$ 200.000,00				
	Encargos		Comissão		Taxa de Juros		Taxa de juros efetiva			
	PRE-FIXADOS		0,000000 %		1,690000 % ao mês		1,690000 % ao mês		22,275365 % ao ano	
	Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cetip: XXXXXX									
	Forma de pagamento									
	Do valor principal									
	Nº prestações		Periodicidade			Vencimento final				
	0001		OUTROS			10/06/2014				
	Dos encargos									
DATA DA CEDULA										
Cláusula Penal: 2% (dois por cento) sobre o débito atualizado.										
Local de pagamento: Conforme previsto na Operação Garantida										
O(S) INSTRUMENTO(S) REPRESENTATIVO(S) DA OPERAÇÃO GARANTIDA, DETALHANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES, CONSIDERA(M)-SE AQUI TRANSCRITO(S), PARA TODOS OS EFEITOS DA PRESENTE GARANTIA.										
II CREDOR FIDUCIÁRIO	BANCO SAFRA S/A, com sede em São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2.100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 58.160.789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA.									
III CEDENTE FIDUCIANTE (denominado individual e coletivamente como CEDENTE)	INTERVENIENTE OUTORGANTE DA GARANTIA, A SEGUIR IDENTIFICADO									
	Nome/Razão social GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA									
	CPF/CNPJ		RG		Estado civil					
	02.913.263/0001-17									
	Endereço/Sede									
	R CELSO DANIEL N.: 1315									
	Cidade				Estado		Bairro			
	RIBEIRAO PRETO				SP		DIST EMPRESARIAL			
							CEP			
							14072-085			
IV DEVEDOR (doravante denominado simplesmente DEVEDOR, quando não for o CEDENTE)	Nome/Razão social: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA									
	CPF/CNPJ		RG		Estado civil					
	02.913.263/0001-17									
	Endereço/Sede									
	R CELSO DANIEL N.: 1315									
	Cidade				Estado		Bairro			
	RIBEIRAO PRETO				SP		DIST EMPRESARIAL			
							CEP			
							14072-085			
V OBJETO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	DUPLICATAS DE PRESTACAO DE SERVICOS									
	os quais estão / estarão identificados nos registros eletrônicos resultantes das remessas físicas ou eletrônicas de duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias cedidos ou a serem fiduciariamente cedidos ao SAFRA, nos termos do presente instrumento. Tais registros encontram-se e encontrar-se-ão em posse do SAFRA, nas Contas Cedente e Vinculada descritas neste Quadro "V" (doravante os "BENS").									
	Conta Cedente Nº:		2000100		Agência:		01100			
	Conta Vinculada Nº:		2000100		Agência:		01100			
VI VALOR DA GARANTIA	100,00 % ( cem por cento ) sobre o saldo devedor atualizado da Operação Garantida, compreendendo principal e acessórios.									

**VII – TARIFAS:**

- De formalização de garantia, por contrato: cobrada neste ato e na data de celebração de eventuais aditamentos da **Operação Garantida**, observado o valor em vigor à época; e
  - De avaliação de garantias cobráveis, por título: cobrada mensalmente com base no número total de títulos em aberto mantidos em carteira, observado o valor por título em vigor à época.
- OS VALORES EM VIGOR CONSTARÃO SEMPRE DAS TABELAS DE TARIFAS SOBRE SERVIÇOS AFIKADAS NAS DEPENDÊNCIAS DAS AGÊNCIAS DO **SAFRA** E EM SEU SITE.

De acordo com o disposto na **Operação Garantida** referida e caracterizada no Quadro "I" acima, é celebrada a presente cessão fiduciária em garantia, que se regerá consoante as seguintes disposições:



2 4 2 4 1 0

ato ou, se for o caso,

n, rà, rão) o presente

**uração do CEDENTE,**

o, no prazo acordado

trônicas, o CEDENTE

as fiscais/faturas que

os à Conta Cedente e

uplicatas, cheques ou

special identificada no

essamente, o SAFRA,

execução da presente

Nº do Protocolo: N201403110630075

Este documento foi produzido digitalmente a partir de uma cópia em papel. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/passeidatigrante>, informe o número 10101414220168260506.05.



mas sem limitação, para o fim do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis ao protesto de títulos, sujeitando-se a todas as cominações civis e penais aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em razão do disposto nesta cláusula, fica o **SAFRA** isento de toda e qualquer responsabilidade, presente ou futura, pela não remessa dos **Documentos dos Bens** aos sacados/devedores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Sob pena de vencimento antecipado de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes da **Operação Garantida**, o **CEDENTE** obriga-se a, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação do **SAFRA** nesse sentido por qualquer motivo, enviar-lhe os **Documentos dos Bens** que permanecerem em seu poder nos termos desta cláusula. Tendo em vista o disposto nesta cláusula, o **CEDENTE** exonera e compromete-se a indenizar e a manter a salvo o **SAFRA** com relação a quaisquer consequências e responsabilidades advindas da inexistência ou da não entrega física ao **SAFRA** dos **Documentos dos Bens**.

5. Sem prejuízo e em adição a outras autorizações e mandatos aqui previstos, o **CEDENTE**, neste ato, nomeia e constitui o **SAFRA** seu bastante procurador, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para o fim especial de, para os efeitos da presente garantia, endossar as duplicatas e/ou os cheques e/ou notas promissórias, apresentá-los para protesto, e para a prática de qualquer outro ato ou endosso relativo a quaisquer outros **Documentos dos Bens**, quando aplicável.

6. O **CEDENTE** obriga-se (entendendo-se essa obrigação como solidária, quando **CEDENTE** e **DEVEDOR** forem pessoas distintas, e, ainda, solidariamente entre eles e o **DEVEDOR**, se vários forem os cedentes) a manter a presente garantia boa, firme e valiosa, durante toda a sua vigência, devendo a somatória dos **BENS** vinculados e aceitos pelo **SAFRA** em garantia corresponder sempre a valor não inferior àquele estabelecido no Quadro "VI" do preâmbulo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso, a qualquer momento, por qualquer motivo (inclusive, mas não se limitando, na hipótese das duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias entregues serem declarados inábeis ou desmerecidos por qualquer motivo superveniente), o valor dos **BENS** vencidos e aceitos pelo **SAFRA** em garantia seja ou se torne inferior ao valor da garantia fixado no "caput" desta cláusula, obriga-se o **CEDENTE** a, de forma automática e independentemente de qualquer outra formalidade, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do fato, entregar ao **SAFRA**, em cessão fiduciária, a titularidade e propriedade de duplicatas, e/ou cheques, e/ou notas promissórias adicionais que o **SAFRA** considerar aceitáveis, entregando-os por meio eletrônico ou físico, conforme o caso, de modo a recompor a presente garantia, passando essas novas duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias adicionais a serem regidos pelo presente instrumento, em todos os seus efeitos, considerando-se automaticamente (i) cedidos fiduciariamente ao **SAFRA**, (ii) integrados à definição de **BENS** e (iii) vinculados à Conta Cedente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Sem prejuízo do vencimento antecipado da **Operação Garantida** por inadimplemento contratual, nos termos da Cláusula 21 adiante, na hipótese de se verificar, a qualquer tempo, insuficiência de garantia, observado o valor da garantia estabelecido no "caput" desta cláusula, ficará o **CEDENTE** sujeito à cobrança de multa diária no valor equivalente a até 0,3% (três décimos por cento) sobre o montante correspondente à falta de garantia, devida por cada dia útil de atraso na composição/recomposição da garantia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica expressamente ajustado entre as Partes que o valor da garantia será constantemente apurado e verificado pelo **SAFRA** com base, não só no saldo devedor da **Operação Garantida**, mas na somatória dos saldos devedores das operações em vigor que contem com a mesma modalidade de garantia.

7. O **SAFRA** concede ao **CEDENTE** a opção de promover a rotatividade da presente garantia, nas condições previstas nesta cláusula. Na medida do recebimento pelo **SAFRA** dos valores decorrentes dos **BENS**, o **CEDENTE** terá a opção de receber o produto líquido da cobrança, desde que: (a) ofereça outras duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias vincendos, para cessão fiduciária; (b) o **SAFRA** aceite em cessão fiduciária, a seu exclusivo critério, as duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese de exercício da opção nos termos desta cláusula, as duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos pelo **CEDENTE** e aceitos em cessão fiduciária pelo **SAFRA** considerar-se-ão automaticamente: (i) vinculados à Conta Cedente, (ii) integrados à definição de **BENS** e (iii) cedidos fiduciariamente ao **SAFRA**, nos termos deste instrumento, de forma a manter sempre a garantia no valor fixado na Cláusula 6 anterior, procedendo-se na mesma conformidade, sucessivamente, de modo a se manter, durante toda a vigência da **Operação Garantida**, até sua final liquidação, íntegra, absoluta e vinculada a cessão fiduciária em garantia representada pelos **BENS**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não exercendo o **CEDENTE** a opção nos termos desta cláusula, ou não sendo aceitas pelo **SAFRA** as duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos para nova cessão, o produto da cobrança dos **BENS** pagos, deduzidas as despesas para a sua efetivação, ficará mantido junto ao **SAFRA** na Conta Vinculada, sem curso de juros e/ou atualização monetária, que exercerá, assim, sobre ele, os seus direitos de credor, cessionário e titular da propriedade fiduciária.

8. Na hipótese das duplicatas cedidas fiduciariamente estarem representadas sob a forma de registros eletrônicos, nos termos da Cláusula 1, inciso "ii", o CEDENTE obriga-se a emitir e assinar em formato papel tais duplicatas, entregando-as ao SAFRA no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento, em seu endereço constante do preâmbulo, de solicitação que o SAFRA vier a fazer nesse sentido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o **CEDENTE** não proceda à entrega das duplicatas em formato papel, conforme previsto no "caput" desta cláusula, o **SAFRA** poderá emití-las fisicamente com base nos registros eletrônicos em seu poder, não assumindo qualquer responsabilidade em virtude de tal emissão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Por meio do presente, o **CEDENTE** nomeia e constitui o **SAFRA** suficiente procurador com poderes irrevogáveis e irretratáveis, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para emitir e assinar as duplicatas objeto da presente cessão fiduciária em formato papel, e, se for o caso, triplicatas, podendo proceder tudo que for necessário para sua cobrança, protestando-as pelos motivos cabíveis, praticando e assinando todo e qualquer ato e documento necessários, recebendo e dando quitação, inclusive no caso de cobrança pela simples emissão dos competentes boletos, enfim tudo que for ou venha a ser necessário à cobrança das duplicatas e satisfação da **Operação Garantida**.

9. Todos os pagamentos devidos ao **SAFRA** em virtude da presente cessão fiduciária deverão ser realizados livres de quaisquer deduções ou retenções, ainda que em virtude de impostos, taxas, comissões, dentre outros tributos/encargos, os quais serão suportados pelo **CEDENTE**, que efetuará o pagamento dos montantes adicionais que se fizerem necessários, de forma a manter preservado o valor correspondente ao percentual fixado no Quadro "VI" do preâmbulo.

10. Todas as duplicatas, e/ou os cheques e/ou as notas promissórias que vierem a ser entregues ao **SAFRA** para compor a presente garantia, bem como todo e qualquer borderô, comunicação ou correspondência adicional que for encaminhado ao **SAFRA**, ou trocado entre o **SAFRA** e o **CEDENTE** ou o **DEVEDOR**, e aceito pelo **SAFRA**, em virtude de rotatividade, substituição, reposição, reforço ou complementação da presente cessão fiduciária, constituirão parte integrante, inseparável e complementar deste instrumento, sendo que as presentes disposições aplicar-se-ão, automaticamente, às novas duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias, que passarão a integrar, também automaticamente, a definição de **BENS**, considerando-se automaticamente (i) transferidos em cessão fiduciária ao **SAFRA** e (ii) vinculados à Conta Cedente.

11. Em razão do caráter de rotatividade impresso à presente garantia nos termos da Cláusula 7 supra, e visando a manutenção da qualidade da garantia ora outorgada, sempre considerando as definições contidas no Parágrafo Primeiro a seguir, o **CEDENTE** obriga-se, durante toda a vigência da **Operação Garantida**, a: a) manter o ILM em percentual nunca inferior a 80% (oitenta por cento); b) não proceder ao aumento do Prazo Médio dos Bens em mais do que 30 (trinta) dias; e c) manter a Concentração de Bens em patamar inferior a 10% (dez por cento) do valor total dos **BENS** mantidos em garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os fins do disposto no *caput*, as partes definem que: a) o Índice de Liquidez Média (o "ILM") dos **BENS**, será aquele obtido pela divisão do valor total dos **BENS** pagos pelos respectivos devedores nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de verificação, pelo valor total desses mesmos **BENS** somado aos valores dos **BENS** vencidos e não pagos pelos devedores, mais aqueles baixados ou transferidos no mesmo



período de 60 (sessenta) dias; b) o "Prazo Médio dos Bens" é aquele verificado na concessão da **Operação Garantida**, que corresponde à média do prazo dos **BENS** apresentados em garantia, ponderado pelos seus respectivos valores; e c) a "Concentração de Bens" significa a concentração de **BENS** representativos de créditos contra um mesmo devedor, ou contra devedores com restrição creditícia de qualquer natureza, em relação ao total de **BENS**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nesses termos, fica desde já estabelecido que o **CEDENTE** e o **DEVEDOR** ficarão sujeitos à cobrança de um encargo financeiro adicional mensal ("comissão"), em valor equivalente ao percentual de até 0,4% (quatro décimos por cento) calculado sobre o saldo devedor da **Operação Garantida**, quando se verificar, em apuração mensal, o descumprimento de quaisquer das obrigações previstas no *caput*, ficando desde já autorizado, em caráter irrevogável e irretroatável, o débito da referida comissão em suas respectivas contas, inobstante o fato de que para os próximos períodos de apuração, o **CEDENTE** deverá manter os níveis estabelecidos no *caput*.

12. O **SAFRA** não terá nenhuma responsabilidade pela ocorrência da prescrição de qualquer dos **BENS**, cujo **Documento do Bem** esteja em seu poder por efeito da cessão fiduciária em garantia, cabendo ao **CEDENTE** a obrigação de, independentemente de qualquer aviso e a benefício da garantia, promover: a) a interrupção da prescrição de todos os **BENS**, sem direito à restituição de qualquer título ou direito de prescrição assim interrompido, pelo que permanecerão todos os **BENS** e **Documentos dos Bens** em poder do **SAFRA**, mesmo durante o processo de interrupção; e/ou b), no caso especial de cheques, a apresentação tempestiva dos cheques cedidos fiduciariamente e a interrupção da sua prescrição, permanecendo íntegra e em vigor a cessão fiduciária em garantia.
  13. O **CEDENTE** autoriza o **SAFRA**, em caráter irrevogável e irretroatável, a utilizar quaisquer importâncias que venha a ter em seu poder, em razão da cobrança dos **BENS**, ou de qualquer forma de execução da presente garantia, na amortização e/ou liquidação do saldo devedor da **Operação Garantida**, caso ocorra o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou ainda, em qualquer das demais hipóteses de vencimento antecipado previstas na **Operação Garantida**, tudo independentemente de autorização, aviso prévio ou notificação de qualquer natureza, e sem prejuízo das demais cominações previstas na **Operação Garantida**.
  14. Na qualidade de credor fiduciário, poderá o **SAFRA**, exercer sobre os **BENS** os direitos discriminados no artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.1965, incluído pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004, no Decreto-Lei 911, de 01.10.1969, e nos artigos 18 a 20, da Lei nº 9.514, de 20.11.1997, inclusive os direitos de: (i) consolidar em si a propriedade plena dos **BENS** no caso de execução da presente garantia; (ii) conservar e recuperar a posse dos **BENS** contra qualquer detentor, inclusive o próprio **CEDENTE**; (iii) promover a intimação dos devedores/sacados para que não paguem qualquer dos **BENS** ao **CEDENTE**, enquanto durar a cessão fiduciária; (iv) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os **BENS** e exercer os demais direitos conferidos ao **CEDENTE** sobre os mesmos, podendo transigir e, se qualquer deles não for pago, levá-lo a protesto e promover a cobrança judicial respectiva, contra o **CEDENTE** e quaisquer coobrigados ou outros responsáveis pelo pagamento, assim como, dispor, pelo preço que entender, dos **BENS** e de quaisquer direitos deles decorrentes, transferindo-os por endosso, cessão ou como lhe convenha, com poderes amplos e irrevogáveis para assinar quaisquer termos necessários para efetivação dessa transferência, receber e dar quitação; (v) receber diretamente dos devedores ou outros coobrigados ou responsáveis pelo seu pagamento, o produto líquido dos **BENS**; e (vi) busca e apreensão e de restituição e outros, outorgados por ou decorrentes dos diplomas legais acima. Correrão por conta do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, todas as despesas incorridas pelo **SAFRA** no exercício desses direitos, juntamente com todas as outras despesas aqui previstas como de responsabilidade do **DEVEDOR** ou do **CEDENTE**, e quaisquer outras incorridas na proteção e exercício dos direitos do **SAFRA**, as quais serão também cobertas pela presente garantia.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO: Se as importâncias recebidas, referentes aos **BENS**, não bastarem para o pagamento integral da dívida resultante da **Operação Garantida**, compreendendo principal e encargos, bem como das despesas incorridas pelo **SAFRA** no exercício dos direitos previstos no *caput* desta cláusula e no presente instrumento, o **DEVEDOR** continuará obrigado pelo pagamento do saldo remanescente, nas condições avençadas na **Operação Garantida**.
- PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CEDENTE** (ENTENDENDO-SE **CEDENTE** E **DEVEDOR**, SOLIDARIAMENTE, SE FOREM PESSOAS DIFERENTES, E, AINDA, SOLIDARIAMENTE ENTRE ELES E O **DEVEDOR**, SE VÁRIOS FOREM OS **CEDENTES**) AUTORIZA DESDE JÁ O **SAFRA** A APRESENTAR OS **BENS** PARA PROTESTO, ASSUMINDO, EM CARÁTER EXCLUSIVO, A RESPONSABILIDADE PELAS DESPESAS COM OS PROTESTOS E/OU APONTAMENTOS DE TÍTULOS, SEJA ESPECÍFICA, SEJA GERICAMENTE, BEM COMO POR TODA E QUALQUER CONSEQUÊNCIA DESSES PROTESTOS E/OU APONTAMENTOS, EM ESPECIAL POR QUALQUER PLEITOS DOS SACADOS OU DE TERCEIROS A QUALQUER TÍTULO, INCLUSIVE, SEM LIMITAÇÃO, A TÍTULO DE PERDAS E DANOS, MORAL OU MATERIAL, E LUCROS CESSANTES, AUTORIZANDO, DESDE JÁ, EM OCORRENDO TAIS HIPÓTESES, A REALIZAÇÃO DOS RESPECTIVOS DÉBITOS EM SUA CONTA CORRENTE MANTIDA JUNTO AO **SAFRA**.
15. Fica expressamente estabelecido entre as Partes que, havendo autorização expressa do **CEDENTE** nesse sentido, os recursos que vierem a ser creditados na Conta Vinculada, em decorrência da cobrança dos **BENS**, poderão ser automaticamente aplicados em conta(s) poupança de titularidade do **CEDENTE** junto ao **SAFRA**. Na ocorrência desta hipótese, o saldo positivo verificado em tal(is) conta(s) poupança, incluindo os rendimentos apurados, passarão a integrar automaticamente a presente garantia, para todos os seus efeitos, bem como a definição de **BENS**, a ele se aplicando todas as disposições deste instrumento.
  16. Sem prejuízo e em adição a outras disposições aqui existentes nesse sentido, durante toda a vigência da presente garantia, obriga-se o **CEDENTE**, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida** e sem prejuízo das sanções cominadas em lei, a não ceder, descontar, transacionar, dar em garantia a quaisquer terceiros ou constituir quaisquer ônus sobre os **BENS**, bem como iniciar a prática de qualquer desses atos.
  17. Serão de exclusiva responsabilidade do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, os pagamentos (i) de todas as despesas decorrentes do presente instrumento, especialmente as referentes ao seu registro, (ii) da tarifa de processamento/revisão de garantias cbráveis mencionada no Quadro "VII" do preâmbulo e das demais tarifas aplicáveis ao serviço de cobrança, de conformidade com os serviços e valores previstos nas tabelas de tarifas afixadas nas agências do **SAFRA** e divulgadas em seu site, e (iii), sempre que aplicável, da multa prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula 6 supra, ficando o **SAFRA** expressamente autorizado, em caráter irrevogável e irretroatável, a proceder ao débito dos respectivos valores nas contas correntes do **DEVEDOR** e do **CEDENTE** mantidas junto ao **SAFRA**.
  18. O não exercício total ou parcial, pelo **SAFRA**, de qualquer de seus direitos, privilégios, poderes ou faculdades, nos termos deste instrumento, não poderá ser considerado, sob qualquer hipótese, renúncia ou novação dos mesmos, nem poderá ser invocado em futuros descumprimentos.
  19. Fica desde já esclarecido que, mesmo não expressamente indicado em qualquer das cláusulas do presente, toda e qualquer obrigação relativa à garantia de cessão fiduciária é assumida solidariamente por todos os garantidores, se mais do que um, inclusive o(s) interveniente(s) outorgante(s) de garantia ou no caso de um deles ser o próprio **DEVEDOR**. De forma geral, o **DEVEDOR**, mesmo que não seja o **CEDENTE**, também é solidário do **CEDENTE** quanto às obrigações de fazer e/ou dar, nos termos do presente, inclusive, sem limitação, quanto ao reforço de garantia.
  20. O **CEDENTE** e o **DEVEDOR** declaram e garantem ao **SAFRA** e perante terceiros, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida**, que: a) os seus representantes legais que subscrevem o presente instrumento detêm todos os poderes necessários para a sua celebração e para a assunção das obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as aprovações necessárias em nível societário; b) a celebração do presente instrumento não viola seus respectivos contratos ou estatutos sociais, eventuais acordos de acionistas, tampouco qualquer dispositivo legal ou determinação, decisão, deliberação ou despacho de qualquer autoridade administrativa ou judiciária a que estejam sujeitos; e c) os documentos societários e procurações que apresentaram ao **SAFRA** encontram-se em pleno vigor e eficácia, inexistindo quaisquer outros documentos ou atos supervenientes, de qualquer espécie, que os tenham revogado, alterado ou substituído a qualquer título.
  21. Sem prejuízo e em adição a qualquer cláusula do presente ou da **Operação Garantida**, todo e qualquer descumprimento de obrigação de dar, fazer ou não fazer e/ou pagar, objeto do presente, do **CEDENTE** ou do **DEVEDOR**, bem como a falsidade, imprecisão ou incorreção de qualquer das



declarações aqui formuladas pelo **CEDENTE** ou pelo **DEVEDOR** serão motivos de vencimento antecipado da **Operação Garantida**, e imediata execução desta garantia.

22. O **DEVEDOR**, o **CEDENTE** e o **SAFRA** concordam que a garantia prevista neste instrumento é constituída em adição e não em exclusão ou limitação de outras garantias, reais ou pessoais, concedidas pelo **DEVEDOR**, pelo **CEDENTE** ou por quaisquer terceiros garantidores, quanto à liquidação integral da **Operação Garantida**. Outrossim, a execução parcial ou total da presente garantia não exclui as demais, que continuarão em pleno vigor e efeito.
23. Fica desde já certo e ajustado que quaisquer prorrogações, renovações e/ou novações da **Operação Garantida**, bem como o consentimento de moratória do **CEDENTE**, não prejudicarão, sob qualquer aspecto, a presente garantia, que permanecerá íntegra até final liquidação da **Operação Garantida** e das Outras Obrigações, independentemente da formalização de qualquer aditamento ou de instrumento assinado pelas partes.
24. As partes declaram firmar o presente em atenção aos princípios da probidade e boa-fé, amparados nos artigos 113 e 422 do Código Civil Brasileiro, reconhecendo, de forma irrevogável e irretroatável, que o presente instrumento é plenamente eficaz e hábil a produzir efeitos a partir desta data, independentemente de qualquer outra formalidade.
- PARÁGRAFO ÚNICO: Em razão do disposto no *caput*, e considerando ainda que a constituição da presente garantia foi condição essencial para concessão da **Operação Garantida**, o **CEDENTE** e o **DEVEDOR** comprometem-se a não invocar a ausência do registro deste instrumento no Cartório ou Ofício competente para qualquer fim e em qualquer sede, quando tal ausência não seja imputável às partes, tais como, mas não se limitando, a insuficiência de tempo hábil e razoável após a assinatura para o efetivo registro; a exigência, pelo Cartório ou Ofício, de documentos cuja apresentação seja impossível à qualquer das partes, seja por inexistência dos mesmos ou por incompatibilidade do documento com os fins deste instrumento.
25. O **CEDENTE** declara, ainda, para todos os fins e efeitos de direito, que os **BENS** descritos e caracterizados no Quadro "V", do preâmbulo, não fazem parte de seu ativo imobilizado.
26. A presente avença é celebrada em caráter irrevogável e irretroatável e obriga as partes, seus herdeiros ou sucessores e cessionários a qualquer título.
27. FICA CONSTITUÍDO COMO COMPETENTE PARA CONHECER E DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS OU QUESTÕES QUE PORVENTURA VENHAM A DECORRER DESTE INSTRUMENTO, O FORO DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP - CENTRO - JOÃO MENDES JUNIOR, PODENDO, AINDA, SER O MESMO FORO DETERMINADO PELO DA COMARCA ONDE É CELEBRADO O PRESENTE.

Assim, estando justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento e seu(s) complemento(s), em 03 (três) vias de idêntico teor e para o mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas, os quais constituem parte integrante, inseparável e complementar da **Operação Garantida**, sujeitando-se os signatários ao cumprimento de todas as disposições deles constantes.

Reinaldo Cesário dos Santos

Luciane Mazzi Pires

Banco Safra S/A

Cedente  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Devedor  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Conjuge/Companheiro(a) do Cedente

Jailson Ramos Machado  
CPF: 378.468-70

Testemunhas

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF: Willy Reichenbergas  
CPF: 378.468-95

#### COMUNICADO REFERENTE A INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) E OPERAÇÕES NO MERCADO DE CÂMBIO

Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito e operações realizadas no mercado de câmbio, as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) o acesso pelas "Organizações Safra" às informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio, disponibilizadas pelo BACEN tem por finalidade, entre outras, (i) permitir às "Organizações Safra" a verificação de desempenho do cliente em operações de câmbio contratadas junto às "Organizações Safra" e junto às demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre a posição do cliente em operações realizadas no mercado de câmbio, com o objetivo de subsidiar decisões de negócios; d) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR e/ou no SISBACEN por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN (CAP); e) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e/ou no SISBACEN deverão ser dirigidas às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; f) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR ou relativa a operações de clientes realizadas no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil disponibilizadas através do SISBACEN dependerá da prévia autorização dos clientes; g) a consulta por qualquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" a informações de operações realizadas no mercado de câmbio em que figurem como contraparte independe de autorização específica de seus clientes.

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.

Central de Suporte Pessoa Jurídica:  
Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248  
Demais Localidades 0300 015 7575  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.

Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a):  
0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.



**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**  
**Nelson Luiz Milanesi** **Sérgio Eduardo da Silva**  
**Oficial Delegado** **Oficial Substituto**  
 Av. Horácio de Azevedo, 5915 - Jardim América - Ribeirão Preto - SP - Tel. (16) 3341-3441 - Cep 14015-179

Documento apresentado para registro, protocolado e registrado em microfilme sob No. 242410 de TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 Ribeirão Preto/SP, 15/04/2014

**SANDRA APARECIDA MORETTI**  
**ESCREVENTE AUTORIZADA**  
 Emolumentos: R\$ 1.115,26 Guia: 016/2014  
 Incluídos valores devidos ao Estado, Ipesp, Registro Civil e Tribunal de Justiça.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Biblioteca Preto - SP

4	7
---	---

Microfilm:

2 4 5 2 4 0

**Instrumento Particular de  
Aditamento a Contrato/Cédula  
de Crédito/Nota de Crédito Nº  
001101450**

Credor	BANCO SAFRA SA, com sede social na Avenida Paulista, 2100 - CEP 01310-930, cidade de São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 58 160 789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA.			
Devedor(a)/ Emitente(s), doravante denominado simplesmente DEVEDORA.	Nome/Razão social	CPF/CNPJ		
	GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	02.913.263/0001-17		
	Endereço	Bairro		
	R CELSO DANIEL N.: 1315	DIST EMPRESARIAL		
	Cidade	Estado	CEP	
	RIBEIRAO PRETO	SP	14072-085	
	Conta Corrente nº	Agência		
	1312167	01100		
Avalista(s)	Nome/Razão social (01)	CPF/CNPJ		
	JOSE ADRIANO GUERRA	162.070.828-00		
	Endereço	Bairro		
	R AFONSO GARCIA DA SILVEIRA N.: 494	CENTRO		
	Cidade	Estado	CEP	
	ARAMINA	SP	14550-000	
	Nome/Razão social (02)	CPF/CNPJ		
	Endereço	Bairro		
	Cidade	Estado	CEP	
	Nome/Razão social (03)	CPF/CNPJ		
	Endereço	Bairro		
	Cidade	Estado	CEP	
	Nome/Razão social (04)	CPF/CNPJ		
	Endereço	Bairro		
	Cidade	Estado	CEP	
	Terceiro(s) Garantidor(es)	Nome/Razão social (1)	CPF/CNPJ	
Endereço		Bairro		
Cidade		Estado	CEP	
Nome/Razão social (2)		CPF/CNPJ		
Endereço		Bairro		
Cidade		Estado	CEP	



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Ribeirão Preto - SP  
00 245240  
Microfilm

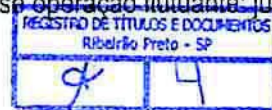
Operação Objeto deste Aditamento	CEDULA DE CREDITO BANCARIO							
	Nº Original		Data/Emissão		Nº do último aditamento		Data do último aditamento	
	001090652		12/03/2014		001090652		12/03/2014	
	Limite crédito/Valor mutuado				Data de vencimento		Saldo devedor atual	
	200.000,00				10/06/2014		209.608,56	
	Garantias							
X Cessão fiduciária		Alienação Fiduciária		Hipoteca				
Penhor		Fiança		X Outras		Não há		

Características do Aditamento	01.a – Saldo devedor consolidado (antes da amortização prevista no item 01.b abaixo): 209.608,56	
	01.b – Valor de amortização: 9.608,56	
	01.c – Saldo Devedor objeto do presente aditamento (considerando a amortização indicada no item 01.b acima): 200.000,00	
	02. Comissão	03.Taxa de juros
	0,000000 %	1,780000 % ao mês
	04. Taxa de juros efetiva	
	01- 1,780000 % ao mês	02- 23,580332 % ao ano
	05. Vencimento final deste aditamento	06. Encargos
	08/09/2014	PRE-FIXADOS
	07. Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cetip XXXXXX	
Características do Aditamento	<b>Da Abertura de Crédito</b>	<b>Do Mútuo</b>
	08-Abrangência e incidência dos encargos 08.1 - Abrangência: TODOS OS DIAS DO MES - SIST DIAS CORRIDOS 08.2-Incidência 08.2.1-Se encargos pré-fixados – juros à taxa fixada no campo "03" deste quadro. 08.2.2-Se encargos pós-fixados – correção monetária com base no índice de variação do indexador indicado no campo "07" (a) ou TR, conforme opção constante no campo "07" (b) e juros à taxa fixada no campo "03", todos deste quadro. 08.2.3-Se encargos flutuantes - flutuação com base no CDI-Cetip, nos termos do campo "07" (c) ou (d) e juros à taxa fixada no campo "03", todos deste quadro. 08.2.4-Os encargos deste sub-campo (08.2) incidirão sobre o saldo devedor diário.	09-Incidência 09.1-Se encargos pré-fixados - juros à taxa fixada no campo "03" deste quadro. 09.2-Se encargos pós-fixados – correção monetária com base no índice de variação do indexador acima indicado no campo "07" (a) ou TR conforme opção constante no campo "07" (b), e juros à taxa fixada no campo "03", todos deste quadro. 09.3- Se encargos flutuantes - flutuação com base no CDI-Cetip, nos termos do campo "07" (c) ou (d), e juros à taxa fixada no campo "03", todos deste quadro. 09.4-Os encargos deste sub-campo (09) incidirão sobre: O SALDO DEVEDOR EM ABERTO

2 4 5 2 4 0



12.2.2. Dos encargos – se operação pós-fixada: juros + correção monetária ou TR; se operação flutuante: juros + percentual da flutuação do CDI. Nas seguintes datas:  
DATA DA CEDULA



### 13. Garantia

Conforme Instrumento(s) particular(es) de constituição de garantia em anexo.

<input checked="" type="checkbox"/> Cessão Fiduciária	<input type="checkbox"/> Alienação Fiduciária	<input type="checkbox"/> Hipoteca
<input type="checkbox"/> Penhor	<input type="checkbox"/> Fiança	<input checked="" type="checkbox"/> Outras
<input type="checkbox"/> Não há		

### 14. Demais encargos e despesas

#### 14.1- Tributos e contribuições

##### 14.1.1- IOF – alíquota de:

Características  
do Aditamento

a) 0,004100 % ao dia (se operação de Mútuo) Valor - R\$ 738,00  
(se operação de Abertura de Crédito, vide Parágrafo Sétimo do item IV da Cláusula 5ª)

(se Contrato de Mútuo) - sobre o valor do Crédito

b) 0,000000 % calculado: % calculado sobre o somatório mensal dos acréscimos diários dos saldos devedores, vide Parágrafo Sétimo do item IV da Cláusula 5ª.

Alíquotas em vigor na data da contratação da operação, aplicadas conforme legislação específica.

#### 14.2 Tarifas e demais despesas

Tarifa de emissão de contrato - R\$ 1.500,00, devida no ato de emissão deste aditamento.

Tarifa de utilização de conta garantida, devida mensalmente, no primeiro dia útil de cada mês.

Os valores das tarifas encontram-se discriminados nas tabelas de tarifas sobre serviços afixadas nas dependências das agências do SAFRA e divulgadas em seu site na internet.

### 15. Comissão de liquidação antecipada

Coeficiente: 0,030328 % Valor máximo: R\$ 5.337,75

## IV – Emissão e Outros Dados deste Aditamento

01. Número de Vias 03 (três)	02. Local de Emissão SANTO ANDRE	03. Data de Emissão 10/06/2014
---------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------

Os ora contratantes têm ajustado o que abaixo se segue, declarando, inicialmente o seguinte:

- 1ª Através do(a) Contrato/Cédula de Crédito/Nota de Crédito indicado(a) no Quadro "II" deste instrumento (o(a) "Contrato/Cédula/Nota"), o SAFRA concedeu à DEVEDORA o empréstimo no mesmo quadro discriminado, empréstimo esse que a DEVEDORA obrigou-se a liquidar, observados os exatos termos daquele(a) Contrato/Cédula/Nota.
- 2ª Como garantia ao(a) Contrato/Cédula/Nota, foi(ram) conferida(s) ao SAFRA a(s) garantia(s) também indicada(s) no Quadro "II" deste instrumento.
- 3ª Nesta data, o montante da dívida de responsabilidade dela DEVEDORA junto ao SAFRA expressa-se pela importância especificada no campo "01.a" do Quadro "III" deste aditamento.
- 4ª Neste ato, a DEVEDORA autoriza expressamente o SAFRA a levar a débito de sua conta corrente indicada no Quadro "I", a quantia indicada no campo "01.b" do Quadro "III", ambos do preâmbulo.
- 5ª Agora, SAFRA e DEVEDORA têm avençado o presente aditamento ao(a) Contrato/Cédula/Nota, aditamento este que se consubstancia nas seguintes cláusulas e condições:
  - I. A DEVEDORA, neste ato, declara aceitar e reconhecer como líquida, certa e de sua responsabilidade a importância especificada no campo "01.c" do Quadro "III", que corresponde, nesta data, ao saldo devedor resultante do(a) Contrato/Cédula/Nota, considerada a amortização indicada no campo "01.b" do Quadro "III".
  - II. Pelo presente instrumento e melhor forma de direito, resolvem as partes alterar, como de fato alterado fica, o vencimento final do(a) Contrato/Cédula/Nota ora aditado(a), observadas as exatas condições constantes do Quadro "III" do preâmbulo deste instrumento.
  - III. Os encargos incidentes sobre o saldo devedor do(a) Contrato/Cédula/Nota ora aditado(a) serão apurados de acordo com as opções relativas à pré-fixação, pós-fixação, flutuação, abrangência e incidência constantes dos campos "06", "07", "08" e, "09" do Quadro "III", capitalizados na periodicidade prevista no campo "10" do Quadro "III", observado ainda o disposto nos incisos seguintes: 1) quando se tratar de operação com encargos "pré-fixados", aplicar-se-ão os encargos calculados à taxa fixada no campo "03" do Quadro "III"; 2) quando se tratar de operações com encargos "pós-fixados", aplicar-se-ão: (a)



245240

juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "III"; e (b) correção monetária ou TR, conforme indicado no campo "07" do Quadro "III"; 3) quando se tratar de operações com encargos "flutuantes", aplicar-se-ão: (a) juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "III", juntamente com (b) a porcentagem sobre a taxa CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "III".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de aplicação de encargos "flutuantes" com base no CDI-Cetip, incidirão sobre o saldo devedor do(a) Contrato/Cédula/Nota os juros do campo "03" do Quadro "III", e a base de remuneração, pela taxa CDI-Cetip, conforme o campo "07" do Quadro "III", a qual terá, para os efeitos do presente instrumento, flutuação diária. A base de remuneração e parâmetro de flutuação será a taxa anualizada praticada para os depósitos interbancários com duração de um dia, divulgada diariamente pela CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação), com relação aos depósitos realizados no dia útil bancário imediatamente anterior à data de tal divulgação (denominada taxa "CDI-Cetip").

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica desde já convencionado que, na hipótese de: a) o indexador, a TR ou o CDI-Cetip escolhido no campo "07" do Quadro "III" vir a ser extinto, congelado, deflacionado, ou deixar de ser predominantemente usado no mercado financeiro para atualizar/remunerar as operações passivas e/ou ativas das instituições financeiras; ou b) se as autoridades monetárias intervierem direta ou indiretamente, sob qualquer forma, inclusive mas não se limitando, pela emissão ou alteração de normas de caráter tributário, monetário ou financeiro, na fixação da atualização e/ou formação dos custos de captação e aplicação de recursos das instituições financeiras e/ou respectiva lucratividade durante o curso da presente operação de crédito, poderá o SAFRA aplicar, a partir do evento, no lugar dos encargos então em vigor de acordo com este contrato, a base de remuneração, indexador, custo financeiro pré-fixado ou pós-fixado e/ou taxas de juros utilizados no mercado financeiro para atualizar/remunerar depósitos a prazo fixo com maior concentração de negócios e liquidez em tal mercado. Em consequência de tais modificações, a presente operação poderá, conforme o caso, ser convertida pelo SAFRA de uma modalidade para outra, entre pré-fixada, pós-fixada ou flutuante. O SAFRA, no entanto, poderá optar por não proceder a quaisquer alterações, mantendo a aplicação dos encargos então vigentes. Em qualquer das hipóteses previstas acima em que haja alteração de encargos e/ou da modalidade de operação, o SAFRA comunicará previamente por escrito à DEVEDORA as modificações realizadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os efeitos deste instrumento, entende-se por (a) "taxa pós-fixada", a taxa de juros aplicada conjuntamente com um indexador de reajuste ou com uma taxa de remuneração básica, e (b) "taxa pré-fixada", a taxa de juros aplicada isoladamente, sem qualquer indexador ou taxa de remuneração. As partes desde já convencionam que, havendo mudança de padrão monetário, as obrigações da DEVEDORA, quer nos respectivos vencimentos, quer na hipótese de vencimento antecipado, deverão ser pagas na moeda que for apta a liquidar todo tipo de obrigação, já constituída ou que venha a ser constituída futuramente, e não apenas apta a liquidar obrigações já existentes.

PARÁGRAFO QUARTO: A comissão correspondente à taxa indicada no campo "02" do Quadro "III", calculada sobre o saldo devedor indicado no campo "01.c" do mesmo Quadro "III", é pagável, de uma só vez, neste ato, ficando o SAFRA, desde logo, autorizado a debitar o referido valor em conta corrente de movimento da DEVEDORA no SAFRA.

PARÁGRAFO QUINTO: Para fins de cálculo da taxa de juros efetiva mencionada no campo "04" do Quadro "III" do preâmbulo foram considerados os seguintes itens e critérios:

1. Comissão (campo "02") e Taxa de Juros (campo "03") do Quadro "III" - se existentes;
2. A essas taxas deverão ser incorporados ainda os encargos representados pelo Indexador/Taxa Referencial/Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "III";
3. Existindo na composição da taxa efetiva, parâmetro resultante de percentual superior a 100%, aplicado sobre o Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, este diferencial será incluído no cômputo da taxa efetiva, levando-se em consideração a taxa média do CDI-Cetip divulgada na data da assinatura do presente instrumento, estimada até o vencimento (campo "05" do Quadro "III");
4. Tratando-se de operação de Abertura de Crédito, será considerada a utilização plena dos recursos colocados à disposição da DEVEDORA, durante a totalidade do prazo existente, até o vencimento final deste aditamento (campo "05" do Quadro "III").

PARÁGRAFO SEXTO: FICA EXPRESSAMENTE AJUSTADO QUE, EM SE TRATANDO DE OPERAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO, OS ENCARGOS ORA CONTRATADOS PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES, MEDIANTE PRÉVIO AVISO DO SAFRA À DEVEDORA, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO, INCLUSIVE ATRAVÉS DE MEIOS ELETRÔNICOS, SENDO QUE OS NOVOS ENCARGOS APLICAR-SE-ÃO APENAS A PARTIR DO 1º (PRIMEIRO) DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE À ALTERAÇÃO.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando se tratar de operação de Mútuo, o valor a ser pago a título do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) será apurado considerando-se a alíquota indicada no campo "14.1.1(a)" do Quadro "III", conforme o sistema de amortização exponencial decrescente. Quando se tratar de operação de Abertura de Crédito, o valor a ser pago a título de IOF será apurado



2 4 5 2 4 0



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica expressamente estabelecido que, para liquidar antecipadamente a sua dívida nos termos da presente cláusula, deverá a DEVEDORA, necessariamente, efetuar o pagamento integral das eventuais importâncias que se encontrem em atraso, compreendendo principal e encargos, inclusive moratórios. Nesta hipótese, o valor em atraso, com os respectivos encargos, será acrescido ao somatório das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, para fins do cálculo da comissão prevista no "caput".

245240

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de pretender a liquidação antecipada da dívida resultante do(a) Contrato/Cédula/Nota mediante a realização de operação de portabilidade junto a outra instituição financeira, de conformidade com o art. 1º da Resolução nº 3.401, de 06/09/2006, do Conselho Monetário Nacional, deverá a DEVEDORA comunicar prévia e expressamente o SAFRA acerca dessa sua intenção, apresentando-lhe as condições comerciais oferecidas pela outra instituição, e concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação pelo SAFRA, para que este avalie a referida proposta. Caso a DEVEDORA opte por realizar a operação de portabilidade antes do final do prazo de 30 (trinta) dias concedido ao SAFRA para avaliação, ou, ainda, caso o SAFRA venha a lhe fazer uma contra-proposta com iguais ou melhores condições, e a DEVEDORA não a aceite, a comissão de liquidação antecipada por ela devida, nos termos dos parágrafos anteriores, terá o seu valor dobrado, com o que a DEVEDORA manifesta desde já a sua expressa concordância.

VIII. Ainda, para garantia do bom e fiel cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes do(a) Contrato/Cédula/Nota ora aditado(a), é(são) dada(s) ao SAFRA, sem prejuízo das garantias anteriormente constituídas, a(s) garantia(s) mencionada(s) no campo "13" do Quadro "III" do preâmbulo, devidamente formalizada(s) em instrumento(s) de constituição anexo(s) ao presente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica expressamente estabelecido que a(s) garantia(s) constituída(s) no âmbito do Contrato/Cédula/Nota e deste Aditamento, é(são) plenamente válida(s) e eficaz(es) entre as partes desde a data de celebração do(s) seu(s) respectivo(s) instrumento(s), ficando sujeita(s) aos registros ou averbações previstos na legislação aplicável tão somente para que passe(m) a valer também contra terceiros, observado o disposto nos artigos 30 e 42 da referida lei nº 10.931/2004.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos dos Artigos 264 e seguintes do Código Civil, o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) nomeados no preâmbulo também comparece(m) a este Aditamento na condição de coobrigados solidários para todos os fins e efeitos legais, sendo tal responsabilidade, entretanto, limitada ao bem vinculado em garantia, pelo(s) respectivo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) para o cumprimento das obrigações previstas no Contrato/Cédula/Nota e neste Aditamento, por meio de instrumento(s) próprio(s) firmado(s).

IX. A DEVEDORA, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), por este instrumento, autorizam expressamente o SAFRA e/ou qualquer sociedade financeira integrante das "Organizações Safra" a (a) inserir informações obtidas junto à DEVEDORA, ao(s) AVALISTA(S) e ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), bem como (b) consultar as informações consolidadas em seus nomes que constem ou venham a constar (i) dos sistemas geridos pelo Banco Central do Brasil, relativamente a operações realizadas pela DEVEDORA, pelo(s) AVALISTA(S) e pelo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e/ou (ii) do, no Sistema Central de Risco de Crédito de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil e/ou outros sistemas que, em virtude de norma legal os complementem ou substituam, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que a DEVEDORA, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) forem clientes do SAFRA ou de qualquer outra sociedade integrante das "Organizações Safra", ou ainda enquanto subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes da presente.

X. Na hipótese do(a) Contrato/Cédula/Nota ora aditado(a) contar com garantia de cessão fiduciária de duplicatas e/ou cheques de emissão de terceiros e/ou de notas promissórias de emissão de terceiros, formalizada por meio de instrumento próprio, e considerando o caráter de rotatividade impresso à tal garantia, e ainda visando a manutenção da sua qualidade (condições essas que foram consideradas para fins da concessão do crédito), sempre considerando a definição de BENS constante de tal instrumento, o outorgante da garantia, denominado CEDENTE no referido instrumento e na presente cláusula, obriga-se, durante toda a vigência da presente operação a: (i) manter o ILM (conforme definido abaixo) em percentual nunca inferior a 80% (oitenta por cento); (ii) não proceder ao aumento do Prazo Médio dos Bens (conforme definido abaixo) em mais do que 30 (trinta) dias em relação ao mesmo índice apurado na data do presente aditamento; e (iii) manter a Concentração de Bens (conforme definida abaixo) em patamar inferior a 10% (dez por cento) do valor total das duplicatas mantidas em garantia. O cumprimento de referidas obrigações pelo CEDENTE será verificado pelo SAFRA diariamente ("Data de Verificação").

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os fins do disposto no **caput**, as partes definem que: (a) o Índice de Liquidez Média (o "ILM") dos BENS, será o resultado advindo da divisão do valor total dos BENS entregues em garantia pagos pelos







PARÁGRAFO ÚNICO: Todas as despesas decorrentes deste aditamento, inclusive emolumentos de registro, serão de única e exclusiva responsabilidade da DEVEDORA, e/ou do(s) AVALISTA(S) e/ou do(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), os quais se obrigam, tão logo comunicados pelo SAFRA, a efetuar a competente cobertura. O SAFRA, a seu livre critério, poderá levar tais despesas a débito da conta corrente da DEVEDORA mantida junto ao Banco Safra S/A.

E, por assim se acharem justas e contratadas, assinam o presente aditamento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

Safra  
Reinaldo Cassiano dos Santos  
Luziane Nuzzi Frugis

Avalista (1)  
JOSE ADRIANO GUERRA

Avalista (2)

Avalista (3)

Avalista (4)

Terceiro Garantidor (1)

Terceiro Garantidor (2)

Fiel Depositário  
JOSE ADRIANO GUERRA

Nome  
CPF

Marcia Elena Minozzo  
CPF: 075.919.308-85

Testemunhas:

Nome  
CPF

Willy Rechenbergas  
CPF: 311.378.468-95

Devedora  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA  
Wiliam Batistetti Guina  
Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (1) LILIANI  
BATISTETTI - CPF 250.171.048-79

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (2)

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (3)



COMUNICADO REFERENTE AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR)	
Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento de informações sobre operações de crédito ao Banco Central do Brasil (BACEN), as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN (CAP); d) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR deverão ser dirigidas às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; e) a consulta sobre qualquer informação do SCR dependerá da prévia autorização dos clientes.	
Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234 Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.	Central de Suporte Pessoa Jurídica: Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248 Demais Localidades 0300 015 7575 Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.
Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.	Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a): 0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.





245240

**Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Duplicatas e/ou de Cheques de Emissão de Terceiros e/ou de Notas Promissórias de Emissão de Terceiros**

Local SANTO ANDRE		Data 10/06/2014	
I CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO GARANTIDA (doravante denominada simplesmente Operação Garantida)	CEDULA DE CREDITO BANCARIO		
	Nº 001101450	Data de emissão 10/06/2014	Valor principal R\$ 200.000,00
	Encargos	Comissão	Taxa de Juros
	PRE-FIXADOS	0,000000 %	1,780000 % ao mês
	Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cetip: XXXXXX		Taxa de juros efetiva 1,780000 % ao mês 23,580332 % ao ano
	Forma de pagamento		
	Do valor principal		
	Nº prestações 0001	Periodicidade OUTROS	Vencimento final 08/09/2014
	Dos encargos		
	DATA DA CEDULA		
Cláusula Penal: 2% (dois por cento) sobre o débito atualizado.			
Local de pagamento: Conforme previsto na <b>Operação Garantida</b>			
O(S) INSTRUMENTO(S) REPRESENTATIVO(S) DA <b>OPERAÇÃO GARANTIDA</b> , DETALHANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES, CONSIDERA(M)-SE AQUI TRANSCRITO(S), PARA TODOS OS EFEITOS DA PRESENTE GARANTIA.			
II CREDOR FIDUCIÁRIO	BANCO SAFRA S/A, com sede em São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2.100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 58.160.789/0001-28, doravante denominado simplesmente <b>SAFRA</b> .		
III CEDENTE FIDUCIANTE (denominado individual e coletivamente como CEDENTE)	INTERVENIENTE OUTORGANTE DA GARANTIA, A SEGUIR IDENTIFICADO		
	Nome/Razão social GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA		
	CPF/CNPJ 02.913.263/0001-17	RG	Estado civil
	Endereço/Sede R CELSO DANIEL N.: 1315		Bairro DIST EMPRESARIAL
	Cidade RIBEIRAO PRETO	Estado SP	CEP 14072-085
IV DEVEDOR (doravante denominado simplesmente DEVEDOR, quando não for o CEDENTE)	Nome/Razão social: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA		
	CPF/CNPJ 02.913.263/0001-17	RG	Estado civil
	Endereço/Sede R CELSO DANIEL N.: 1315		Bairro DIST EMPRESARIAL
	Cidade RIBEIRAO PRETO	Estado SP	CEP 14072-085
V OBJETO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	DUPLICATAS DE PRESTACAO DE SERVICOS		
	os quais estão / estarão identificados nos registros eletrônicos resultantes das remessas físicas ou eletrônicas de duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias cedidos ou a serem fiduciariamente cedidos ao <b>SAFRA</b> , nos termos do presente instrumento. Tais registros encontram-se e encontrar-se-ão em posse do <b>SAFRA</b> , nas Contas Cedente e Vinculada descritas neste Quadro "V" (doravante os " <b>BENS</b> ").		
	Conta Cedente Nº: 2000100	Agência: 01100	
	Conta Vinculada Nº: 2000100	Agência: 01100	
VI VALOR DA GARANTIA	100,00 % ( cem por cento ) sobre o saldo devedor atualizado		
	da <b>Operação Garantida</b> , compreendendo principal e acessórios.		

**VII - TARIFAS:**

- De formalização de garantia, por contrato: cobrada neste ato e na data de celebração de eventuais aditamentos da **Operação Garantida**, observado o valor em vigor à época; e
- De avaliação de garantias cobráveis, por título: cobrada mensalmente com base no número total de títulos em aberto mantidos em carteira, observado o valor por título em vigor à época.

OS VALORES EM VIGOR CONSTARÃO SEMPRE DAS TABELAS DE TARIFAS SOBRE SERVIÇOS AFIXADAS NAS DEPENDÊNCIAS DAS AGÊNCIAS DO **SAFRA** E EM SEU SITE.

De acordo com o disposto na **Operação Garantida** referida e caracterizada no Quadro "I" acima, é celebrada a presente cessão fiduciária em garantia, que se regerá consoante as seguintes disposições:



245240

1. Em garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, assumidas na **Operação Garantida**, cujos termos e condições são de pleno conhecimento do **CEDENTE**, ora expressamente ratificadas, e do qual o presente instrumento e seu(s) complemento(s) são parte integrante, inseparável e complementar, o **CEDENTE** cede fiduciariamente ao **SAFRA**, neste ato, a propriedade e titularidade dos **BENS**, conforme definidos no Quadro "V" do preâmbulo, os quais, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer espécie, são/serão entregues pelo **CEDENTE** ao **SAFRA** na forma especificada nos incisos abaixo, passando o **SAFRA** a deter, além da propriedade fiduciária dos **BENS**, transferida neste ato, a respectiva posse direta e indireta, exercida (a) através da Conta Cedente indicada no mesmo Quadro "V" supra (doravante designada "Conta Cedente") e (b) também física e eletronicamente, conforme o caso:

(i) as duplicatas emitidas fisicamente em suporte papel, e/ou os cheques e/ou as notas promissórias, entregues ao **SAFRA** neste ato ou, se for o caso, no prazo acordado entre as Partes em documento apartado, devidamente endossados e descritos em borderô(s) que integra(m, rá, rão) o presente instrumento como anexo(s); e/ou

(ii) as duplicatas emitidas eletronicamente pelo **CEDENTE**, sob a forma de caracteres criados em computador, oriundos da escrituração do **CEDENTE**, nos termos do artigo 889, §3º, do Código Civil, entregues também sob a forma eletrônica ao **SAFRA** neste ato ou, se for o caso, no prazo acordado entre as Partes em documento apartado, e descritas em borderô(s) que integra(m, rá, rão) o presente instrumento como anexo(s).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso a presente cessão fiduciária em garantia tenha como objeto duplicatas, sejam elas físicas ou eletrônicas, o **CEDENTE** fica obrigado a entregar ao **SAFRA**, conjuntamente com tais duplicatas, arquivo(s) eletrônico(s) contendo a descrição das notas fiscais/faturas que fundamentaram a sua emissão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os **BENS**, uma vez entregues nos termos do presente, serão considerados automaticamente vinculados à Conta Cedente e o produto do seu resgate e/ou execução nos termos do presente fica desde já (e ficará, de forma automática, sempre que novas duplicatas, cheques ou notas promissórias passarem a integrar a presente garantia e a definição de **BENS**, conforme aqui previsto) vinculado à conta especial identificada no Quadro "V" do preâmbulo como Conta Vinculada (doravante designada "Conta Vinculada"). O **CEDENTE** autoriza, neste ato, expressamente, o **SAFRA**, em caráter irrevogável e irretratável, a levar a débito da Conta Vinculada os valores nela creditados, decorrentes dos **BENS** e da execução da presente garantia, utilizando-os na amortização ou liquidação do saldo devedor da **Operação Garantida**, observado o disposto neste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Além das obrigações previstas na **Operação Garantida** e no presente instrumento, os **BENS** remanescentes ou os direitos creditórios remanescentes dos **BENS**, uma vez satisfeitas integralmente referidas obrigações, passarão, a garantir, automaticamente, também, sob a forma de cessão fiduciária, todas as demais obrigações do **DEVEDOR** e de outras sociedades que, relativamente ao mesmo **DEVEDOR**, sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição prevista no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na legislação fiscal (doravante simplesmente denominadas "SOCIEDADES"), para com o **SAFRA** ou quaisquer empresas integrantes das "Organizações Safra", assumidas ou a serem assumidas em virtude de outras operações (doravante, as "Outras Obrigações").

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso venham a ser cedidos fiduciariamente, ou de qualquer forma dados em garantia outras duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias para assegurar o pagamento das Outras Obrigações, essas outras duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias, uma vez desonerados nos termos dos instrumentos representativos das Outras Obrigações e das respectivas garantias, integrar-se-ão, automática e independentemente de manifestação de vontade do **DEVEDOR** ou do **CEDENTE**, à definição de **BENS**, e também garantirão, sob a forma de cessão fiduciária, as obrigações assumidas pelo **DEVEDOR** para com o **SAFRA**, nos termos da **Operação Garantida** e do presente, a elas então se aplicando todas as disposições deste instrumento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A liquidação de uma ou mais obrigações de responsabilidade do **DEVEDOR** nos termos da **Operação Garantida**, não autorizará a liberação parcial e/ou total dos **BENS**, os quais permanecerão garantindo as obrigações remanescentes da **Operação Garantida**, bem como, nos termos do Parágrafo Terceiro desta cláusula, as Outras Obrigações.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Para os efeitos do disposto nesta cláusula, fica desde já outorgado ao **SAFRA**, nos termos do artigo 684 do Código Civil, mandato irrevogável e irretratável para (a) vincular, às custas do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, (i) à presente garantia, sob a forma de cessão fiduciária, duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias integrantes de garantias de Outras Obrigações e/ou, conforme o caso, (ii) sob a forma de cessão fiduciária, os **BENS**, ou parte deles, em garantia das Outras Obrigações; e (b) podendo praticar todos os atos e assinar todos os documentos que necessários forem, inclusive, mas não se limitando, ao registro em qualquer órgão ou repartição competente, cujos emolumentos e despesas, serão suportados exclusivamente pelo **DEVEDOR** e pelo **CEDENTE**, solidariamente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A presente cessão fiduciária em garantia vigorará e permanecerá íntegra, desde a presente data, até a final liquidação do saldo devedor resultante da **Operação Garantida** e das Outras Obrigações, compreendendo principal e acessórios.

2. O **CEDENTE** responsabiliza-se pela existência e legitimidade dos **BENS**, garantindo que os mesmos não são objeto de qualquer contestação por parte dos seus devedores/sacados, declarando, ainda, sob as penas cominadas em lei, que: a) as mercadorias vendidas e já efetivamente entregues que deram origem aos **BENS**, não foram reenviadas nem recusadas ou devolvidas pelos compradores, ou que os serviços que deram origem aos **BENS** foram efetivamente prestados e não foram rejeitados pelos respectivos clientes, uma vez que estão em completo acordo com as respectivas especificações contratuais e com as determinações da Lei nº 5.474, de 18.07.1968; b) os sacados e/ou devedores e/ou emitentes dos **BENS** não estão em regime concordatário, falimentar, de recuperação judicial ou extrajudicial, nem solicitaram qualquer de tais regimes, ou em situação creditícia desfavorável caracterizada, a critério do **SAFRA**, por impontualidade na liquidação de quaisquer obrigações, nem possuem títulos de sua responsabilidade ou coobrigação protestados ou apontados para protesto, não respondendo, outrossim, o **CEDENTE**, a processo de execução, ou qualquer outro, que afete ou possa afetar os **BENS** e/ou a presente cessão fiduciária; e c) os sacados e/ou devedores e/ou emitentes dos **BENS** não são administradores, sócios, acionistas, parentes, e/ou funcionários do **DEVEDOR** ou do **CEDENTE**, ou de empresas direta ou indiretamente, por relação de propriedade ou controle ou de outro tipo, ligadas de qualquer forma a qualquer dele(s), nem se tratam de empresas ligadas ao **CEDENTE** ou ao **DEVEDOR**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A constatação do descumprimento, falsidade ou imprecisão de qualquer das declarações constantes do *caput* desta cláusula e no restante deste documento acarretará o imediato vencimento antecipado de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes da **Operação Garantida**, juntamente com os encargos de mora e outras penalidades aplicáveis ao vencimento antecipado, conforme previstos no(s) instrumento(s) da **Operação Garantida**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O **CEDENTE** obriga-se a informar de imediato ao **SAFRA** qualquer reclamação relativa às mercadorias vendidas e/ou serviços prestados que deram origem aos **BENS**, obrigando-se a, se tal ocorrer e quando para tal for solicitado, substituir, em 24 (vinte e quatro) horas, os **BENS** afetados pelo valor correspondente, ou, se o **SAFRA** concordar, por outros títulos de crédito, observado o disposto no presente instrumento, os quais considerar-se-ão, automaticamente (i) vinculados à Conta Cedente e (ii) transferidos ao **SAFRA** em cessão fiduciária.

3. No caso da presente cessão fiduciária em garantia ter por objeto duplicatas, o **CEDENTE** autoriza o **SAFRA** a remeter aos respectivos sacados/devedores tão somente os competentes avisos de cobrança (boletos), e a manter em carteira, física e/ou eletronicamente, as duplicatas aceitas, permanecendo as duplicatas não aceitas em poder do **CEDENTE**, que exercerá tal posse em nome de e no interesse do **SAFRA**.

4. Na hipótese dos documentos, instrumentos, títulos de crédito ou outros, integrantes ou representativos dos **BENS**, tais como as notas fiscais, os comprovantes de entrega e recebimento de mercadorias, o instrumento contratual que fundamenta a venda mercantil e/ou a prestação de serviços, bem como qualquer outro documento que comprove a venda e entrega de mercadorias e/ou a efetiva prestação de serviços, ou, ainda, qualquer outro documento que comprove a existência dos **BENS** (para os efeitos do presente, coletivamente designados de "Documentos dos Bens") permanecerem na posse do **CEDENTE**, este se compromete, sob as penas da lei, a se abster de promover a cobrança direta dos sacados e/ou dos devedores dos **BENS**, conforme o caso, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida**, juntamente com todos os ônus contratuais, bem como aqueles decorrentes de lei. Outrossim, o **CEDENTE** assume, neste ato, a condição de fiel depositário dos **Documentos dos Bens**, inclusive,



245240

mas sem limitação, para o fim do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis ao protesto de títulos, sujeitando-se a todas as cominações civis e penais aplicáveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Em razão do disposto nesta cláusula, fica o **SAFRA** isento de toda e qualquer responsabilidade, presente ou futura, pela não remessa dos **Documentos dos Bens** aos sacados/devedores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Sob pena de vencimento antecipado de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes da **Operação Garantida**, o **CEDENTE** obriga-se a, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação do **SAFRA** nesse sentido por qualquer motivo, enviar-lhe os **Documentos dos Bens** que permanecerem em seu poder nos termos desta cláusula. Tendo em vista o disposto nesta cláusula, o **CEDENTE** exonera e compromete-se a indenizar e a manter a salvo o **SAFRA** com relação a quaisquer consequências e responsabilidades advindas da inexistência ou da não entrega física ao **SAFRA** dos **Documentos dos Bens**.

5. Sem prejuízo e em adição a outras autorizações e mandatos aqui previstos, o **CEDENTE**, neste ato, nomeia e constitui o **SAFRA** seu bastante procurador, em caráter irrevogável e irretirável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para o fim especial de, para os efeitos da presente garantia, endossar as duplicatas e/ou os cheques e/ou notas promissórias, apresentá-los para protesto, e para a prática de qualquer outro ato ou endosso relativo a quaisquer outros **Documentos dos Bens**, quando aplicável.

6. O **CEDENTE** obriga-se (entendendo-se essa obrigação como solidária, quando **CEDENTE** e **DEVEDOR** forem pessoas distintas, e, ainda, solidariamente entre eles e o **DEVEDOR**, se vários forem os cedentes) a manter a presente garantia boa, firme e valiosa, durante toda a sua vigência, devendo a somatória dos **BENS** vencidos e aceitos pelo **SAFRA** em garantia corresponder sempre a valor não inferior àquele estabelecido no Quadro "VI" do preâmbulo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso, a qualquer momento, por qualquer motivo (inclusive, mas não se limitando, na hipótese das duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias entregues serem declarados inábeis ou desmerecidos por qualquer motivo superveniente), o valor dos **BENS** vencidos e aceitos pelo **SAFRA** em garantia seja ou se torne inferior ao valor da garantia fixado no "caput" desta cláusula, obriga-se o **CEDENTE** a, de forma automática e independentemente de qualquer outra formalidade, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do fato, entregar ao **SAFRA**, em cessão fiduciária, a titularidade e propriedade de duplicatas, e/ou cheques, e/ou notas promissórias adicionais que o **SAFRA** considerar aceitáveis, entregando-os por meio eletrônico ou físico, conforme o caso, de modo a recompor a presente garantia, passando essas novas duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias adicionais a serem regidos pelo presente instrumento, em todos os seus efeitos, considerando-se automaticamente (i) cedidos fiduciariamente ao **SAFRA**, (ii) integrados à definição de **BENS** e (iii) vinculados à Conta Cedente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Sem prejuízo do vencimento antecipado da **Operação Garantida** por inadimplemento contratual, nos termos da Cláusula 21 adiante, na hipótese de se verificar, a qualquer tempo, insuficiência de garantia, observado o valor da garantia estabelecido no "caput" desta cláusula, ficará o **CEDENTE** sujeito à cobrança de multa diária no valor equivalente a até 0.3% (três décimos por cento) sobre o montante correspondente à falta de garantia, devida por cada dia útil de atraso na composição/recomposição da garantia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica expressamente ajustado entre as Partes que o valor da garantia será constantemente apurado e verificado pelo **SAFRA** com base, não só no saldo devedor da **Operação Garantida**, mas na somatória dos saldos devedores das operações em vigor que contem com a mesma modalidade de garantia.

7. O **SAFRA** concede ao **CEDENTE** a opção de promover a rotatividade da presente garantia, nas condições previstas nesta cláusula. Na medida do recebimento pelo **SAFRA** dos valores decorrentes dos **BENS**, o **CEDENTE** terá a opção de receber o produto líquido da cobrança, desde que: (a) ofereça outras duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias vencidos, para cessão fiduciária; (b) o **SAFRA** aceite em cessão fiduciária, a seu exclusivo critério, as duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese de exercício da opção nos termos desta cláusula, as duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos pelo **CEDENTE** e aceitos em cessão fiduciária pelo **SAFRA** considerar-se-ão automaticamente: (i) vinculados à Conta Cedente, (ii) integrados à definição de **BENS** e (iii) cedidos fiduciariamente ao **SAFRA**, nos termos deste instrumento, de forma a manter sempre a garantia no valor fixado na Cláusula 6 anterior, procedendo-se na mesma conformidade, sucessivamente, de modo a se manter, durante toda a vigência da **Operação Garantida**, até sua final liquidação, íntegra, absoluta e vinculada a cessão fiduciária em garantia representada pelos **BENS**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não exercendo o **CEDENTE** a opção nos termos desta cláusula, ou não sendo aceitas pelo **SAFRA** as duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos para nova cessão, o produto da cobrança dos **BENS** pagos, deduzidas as despesas para a sua efetivação, ficará mantido junto ao **SAFRA** na Conta Vinculada, sem curso de juros e/ou atualização monetária, que exercerá, assim, sobre ele, os seus direitos de credor, cessionário e titular da propriedade fiduciária.

8. Na hipótese das duplicatas cedidas fiduciariamente estarem representadas sob a forma de registros eletrônicos, nos termos da Cláusula 1, inciso "ii", o **CEDENTE** obriga-se a emitir e assinar em formato papel tais duplicatas, entregando-as ao **SAFRA** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento, em seu endereço constante do preâmbulo, de solicitação que o **SAFRA** vier a fazer nesse sentido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso o **CEDENTE** não proceda à entrega das duplicatas em formato papel, conforme previsto no "caput" desta cláusula, o **SAFRA** poderá emit-las fisicamente com base nos registros eletrônicos em seu poder, não assumindo qualquer responsabilidade em virtude de tal emissão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Por meio do presente, o **CEDENTE** nomeia e constitui o **SAFRA** suficiente procurador com poderes irrevogáveis e irretiráveis, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para emitir e assinar as duplicatas objeto da presente cessão fiduciária em formato papel, e, se for o caso, triplicatas, podendo proceder tudo que for necessário para sua cobrança, protestando-as pelos motivos cabíveis, praticando e assinando todo e qualquer ato e documento necessários, recebendo e dando quitação, inclusive no caso de cobrança pela simples emissão dos competentes boletos, enfim tudo que for ou venha a ser necessário à cobrança das duplicatas e satisfação da **Operação Garantida**.

9. Todos os pagamentos devidos ao **SAFRA** em virtude da presente cessão fiduciária deverão ser realizados livres de quaisquer deduções ou retenções, ainda que em virtude de impostos, taxas, comissões, dentre outros tributos/encargos, os quais serão suportados pelo **CEDENTE**, que efetuará o pagamento dos montantes adicionais que se fizerem necessários, de forma a manter preservado o valor correspondente ao percentual fixado no Quadro "VI" do preâmbulo.

10. Todas as duplicatas, e/ou os cheques e/ou as notas promissórias que vierem a ser entregues ao **SAFRA** para compor a presente garantia, bem como todo e qualquer borderô, comunicação ou correspondência adicional que for encaminhado ao **SAFRA**, ou trocado entre o **SAFRA** e o **CEDENTE** ou o **DEVEDOR**, e aceito pelo **SAFRA**, em virtude de rotatividade, substituição, reposição, reforço ou complementação da presente cessão fiduciária, constituirão parte integrante, inseparável e complementar deste instrumento, sendo que as presentes disposições aplicar-se-ão, automaticamente, às novas duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias, que passarão a integrar, também automaticamente, a definição de **BENS**, considerando-se automaticamente (i) transferidos em cessão fiduciária ao **SAFRA** e (ii) vinculados à Conta Cedente.

11. Em razão do caráter de rotatividade impresso à presente garantia nos termos da Cláusula 7 supra, e visando a manutenção da qualidade da garantia ora outorgada, sempre considerando as definições contidas no Parágrafo Primeiro a seguir, o **CEDENTE** obriga-se, durante toda a vigência da **Operação Garantida**, a: a) manter o ILM em percentual nunca inferior a 80% (oitenta por cento); b) não proceder ao aumento do Prazo Médio dos Bens em mais do que 30 (trinta) dias; e c) manter a Concentração de Bens em patamar inferior a 10% (dez por cento) do valor total dos **BENS** mantidos em garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os fins do disposto no caput, as partes definem que: a) o Índice de Liquidez Média (o "ILM") dos **BENS**, será aquele obtido pela divisão do valor total dos **BENS** pagos pelos respectivos devedores nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de verificação, pelo valor total desses mesmos **BENS** somado aos valores dos **BENS** vencidos e não pagos pelos devedores, mais aqueles baixados ou transferidos no mesmo



período de 60 (sessenta) dias; b) o "Prazo Médio dos Bens" é aquele verificado na concessão da **Operação Garantida**, que corresponde à média do prazo dos BENS apresentados em garantia, ponderado pelos seus respectivos valores; e c) a "Concentração de Bens" significa a concentração de BENS representativos de créditos contra um mesmo devedor, ou contra devedores com restrição creditícia de qualquer natureza, em relação ao total de BENS.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nesses termos, fica desde já estabelecido que o **CEDENTE** e o **DEVEDOR** ficarão sujeitos a cobrança de um encargo financeiro adicional mensal ("comissão"), em valor equivalente ao percentual de até 0,4% (quatro décimos por cento) calculado sobre o saldo devedor da **Operação Garantida**, quando se verificar, em apuração mensal, o descumprimento de qualquer das obrigações previstas no caput, ficando desde já autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, o débito da referida comissão em suas respectivas contas, notwithstanding o fato de que para os próximos períodos de apuração, o **CEDENTE** deverá manter os níveis estabelecidos no caput.

12. O **SAFRA** não terá nenhuma responsabilidade pela ocorrência da prescrição de qualquer dos **BENS**, cujo Documento do Bem esteja em seu poder por efeito da cessão fiduciária em garantia, cabendo ao **CEDENTE** a obrigação de, independentemente de qualquer aviso e a benefício da garantia, promover: a) a interrupção da prescrição de todos os **BENS**, sem direito à restituição de qualquer título ou direito de prescrição assim interrompido, pelo que permanecerão todos os **BENS** e Documentos dos Bens em poder do **SAFRA**, mesmo durante o processo de interrupção; e/ou b), no caso especial de cheques, a apresentação tempestiva dos cheques codicéis fiduciariamente e a interrupção da sua prescrição, permanecendo íntegra e em vigor a cessão fiduciária em garantia.
13. O **CEDENTE** autoriza o **SAFRA**, em caráter irrevogável e irretratável, a utilizar quaisquer importâncias que venha a ter em seu poder, em razão da cobrança dos **BENS**, ou de qualquer forma de execução da presente garantia, na amortização e/ou liquidação do saldo devedor da **Operação Garantida**, caso ocorra o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou ainda, em qualquer das demais hipóteses de vencimento antecipado previstas na **Operação Garantida**, tudo independentemente de autorização, aviso prévio ou notificação de qualquer natureza, e sem prejuízo das demais cominações previstas na **Operação Garantida**.
14. Na qualidade de credor fiduciário, poderá o **SAFRA**, exercer sobre os **BENS** os direitos discriminados no artigo 86-B da Lei nº 4.726, de 14.07.1965, incluído pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004, no Decreto-Lei 911, de 01.10.1969, e nos artigos 19 a 20, da Lei nº 9.514, de 20.11.1997, inclusive os direitos de: (i) consolidar em si a propriedade plena dos **BENS** no caso de execução da presente garantia; (ii) conservar e recuperar a posse dos **BENS** contra qualquer detentor, inclusive o próprio **CEDENTE**; (iii) promover a intimação dos devedores/lacados para que não paguem qualquer dos **BENS** ao **CEDENTE**, enquanto durar a cessão fiduciária; (iv) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os **BENS** e exercer os demais direitos conferidos ao **CEDENTE** sobre os mesmos, podendo transigir e, se qualquer deles não for pago, levá-lo a protesto e promover a cobrança judicial respectiva, contra o **CEDENTE** e quaisquer coobrigados ou outros responsáveis pelo pagamento, assim como, dispor, pelo preço que entender, dos **BENS** e de quaisquer direitos deles decorrentes, transferindo-os por endosso, cessão ou como lhe convenha, com poderes amplos e irrevogáveis para assinar quaisquer termos necessários para efetivação dessa transferência, receber e dar quitação; (v) receber diretamente dos devedores ou outros coobrigados ou responsáveis pelo seu pagamento, o produto líquido dos **BENS**; e (vi) busca e apreensão e de restituição e outros, outorgados por ou decorrentes dos diplomas legais acima. Correrão por conta do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, todas as despesas incorridas pelo **SAFRA** no exercício desses direitos, juntamente com todas as outras despesas aqui previstas como de responsabilidade do **DEVEDOR** ou do **CEDENTE**, e quaisquer outras incorridas na proteção e exercício dos direitos do **SAFRA**, as quais serão também cobertas pela presente garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Se as importâncias recebidas, referentes aos **BENS**, não bastarem para o pagamento integral da dívida resultante da **Operação Garantida**, compreendendo principal e encargos, bem como das despesas incorridas pelo **SAPRA** no exercício dos direitos previstos no caput desta cláusula e no presente instrumento, o **DEVEDOR** continuará obrigado pelo pagamento do saldo remanescente, nas condições avençadas na **Operação Garantida**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CEDENTE (ENTENDENDO-SE CEDENTE E DEVEDOR, SOLIDARIAMENTE, SE FOREM PESSOAS DIFERENTES, E, AINDA, SOLIDARIAMENTE ENTRE ELAS E O DEVEDOR, SE VÁRIOS FOREM OS CEDENTES) AUTORIZA DESDE JÁ O SAFRA A APRESENTAR OS BENS PARA PROTESTO, ASSUMINDO, EM CARÁTER EXCLUSIVO, A RESPONSABILIDADE PELAS DESPESAS COM OS PROTESTOS E/OU APONTAMENTOS DE TÍTULOS, SEJA ESPECÍFICA, SEJA GERICAMENTE, BEM COMO POR TODA E QUALQUER CONSEQUÊNCIA DESSES PROTESTOS E/OU APONTAMENTOS, EM ESPECIAL POR QUALQUER PLEITOS DOS SACADOS OU DE TERCEIROS A QUALQUER TÍTULO, INCLUSIVE, SEM LIMITAÇÃO, A TÍTULO DE PERDAS E DANOS, MORAL OU MATERIAL, E LUCROS CESSANTES, AUTORIZANDO, DESDE JÁ, EM OCORRENDO TAIS HIPÓTESES, A REALIZAÇÃO DOS RESPECTIVOS DÉBITOS EM SUA CONTA CORRENTE MANTIDA JUNTO AO SAFRA.

15. Fica expressamente estabelecido entre as Partes que, havendo autorização expressa do **CEDENTE** nesse sentido, os recursos que vierem a ser creditados na Conta Vinculada, em decorrência da cobrança dos **BENS**, poderão ser automaticamente aplicados em conta(s) poupança de titularidade do **CEDENTE** junto ao **SAFRA**. Na ocorrência desta hipótese, o saldo positivo verificado em tal(is) conta(s) poupança, incluindo os rendimentos apurados, passarão a integrar automaticamente a presente garantia, para todos os seus efeitos, bem como a definição de **BENS**, a ele se aplicando todas as disposições deste instrumento.
16. Sem prejuízo e em adição a outras disposições aqui existentes nesse sentido, durante toda a vigência da presente garantia, obriga-se o **CEDENTE**, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida** e sem prejuízo das sanções cominadas em lei, a não ceder, descontar, transacionar, dar em garantia a quaisquer terceiros ou constituir quaisquer ônus sobre os **BENS**, bem como iniciar a prática de qualquer desses atos.
17. Serão de exclusiva responsabilidade do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, os pagamentos (i) de todas as despesas decorrentes do presente instrumento, especialmente as referentes ao seu registro, (ii) da tarifa de processamento/revisão de garantias cobráveis mencionada no Quadro "VII" do preâmbulo e das demais tarifas aplicáveis ao serviço de cobrança, de conformidade com os serviços e valores previstos nas tabelas de tarifas afixadas nas agências do **SAFRA** e divulgadas em seu site, e (iii), sempre que aplicável, da multa prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula 6 supra, ficando o **SAFRA** expressamente autorizado, em caráter irrevogável e irretirável, a proceder ao débito dos respectivos valores nas contas correntes do **DEVEDOR** e do **CEDENTE** mantidas junto ao **SAFRA**.
18. O não exercício total ou parcial, pelo **SAFRA**, de qualquer de seus direitos, privilégios, poderes ou faculdades, nos termos deste instrumento, não poderá ser considerado, sob qualquer hipótese, renúncia ou novação dos mesmos, nem poderá ser invocado em futuros descumprimentos.
19. Fica desde já esclarecido que, mesmo não expressamente indicado em qualquer das cláusulas do presente, toda e qualquer obrigação relativa à garantia de cessão fiduciária é assumida solidariamente por todos os garantidores, se mais do que um, inclusive o(s) interveniente(s) outorgante(s) de garantia ou no caso de um deles ser o próprio **DEVEDOR**. De forma geral, o **DEVEDOR**, mesmo que não seja o **CEDENTE**, também é solidário do **CEDENTE** quanto às obrigações de fazer e/ou dar, nos termos do presente, inclusive, sem limitação, quanto ao reforço de garantia.
20. O **CEDENTE** e o **DEVEDOR** declaram e garantem ao **SAFRA** e perante terceiros, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida**, que: a) os seus representantes legais que subscrevem o presente instrumento detêm todos os poderes necessários para a sua celebração e para a assunção das obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as aprovações necessárias em nível societário; b) a celebração do presente instrumento não viola seus respectivos contratos ou estatutos sociais, eventuais acordos de acionistas, tampouco qualquer dispositivo legal ou determinação, decisão, deliberação ou despacho de qualquer autoridade administrativa ou judiciária a que estejam sujeitos; e c) os documentos societários e procurações que apresentaram ao **SAFRA** encontram-se em pleno vigor e eficácia, inexistindo quaisquer outros documentos ou atos supervenientes, de qualquer espécie, que os tenham revogado, alterado ou substituído a qualquer título.
21. Sem prejuízo e em adição a qualquer cláusula do presente ou da **Operação Garantida**, todo e qualquer descumprimento de obrigação de dar, fazer ou não fazer e/ou pagar, objeto do presente, do **CEDENTE** ou do **DEVEDOR**, bem como a falsidade, imprecisão ou incorreção de qualquer das



Operação Garantida  
245240

- Assim, estando justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento e seu(s) complemento(s), em 03 (três) vias de idêntico teor e para o mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas, os quais constituem parte integrante, inseparável e complementar da Operação Garantida, sujeitando-se os signatários ao cumprimento de todas as disposições deles constantes.

Cônjuge/Companheiro(a) do Cedente

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a):  
0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.









REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Ribeirão Preto - SP  
244920

Valor  
R\$: 200.000,00

Pagarei(emos) por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, em moeda corrente nacional, ao BANCO SAFRA S/A, ou à sua ordem, a quantia certa, líquida e exigível mencionada acima, acrescida dos encargos, na forma, praça de pagamento e vencimento previstos no Quadro "II" abaixo, tudo nos termos das cláusulas e condições previstas nesta Cédula.

Credor	BANCO SAFRA SA, com sede social na Avenida Paulista, 2100 - CEP 01310-930, cidade de São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 58 160 789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA.		
Emitente	Nome GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA Endereço R CELSO DANIEL N.: 1315 Cidade RIBEIRAO PRETO Conta corrente 1312167	Estado SP Agência 01100	CPF/CNPJ 02.913.263/0001-17 Bairro DIST EMPRESARIAL CEP 14072-085
Avalista(s)	Nome/Razão social (01) JOSE ADRIANO GUERRA Endereço R AFONSO GARCIA DA SILVEIRA Cidade ARAMINA Nome/Razão social (02)  Endereço  Cidade  Nome/Razão social (03)  Endereço  Cidade  Nome/Razão social (04)  Endereço  Cidade	Estado SP  Estado  Estado  Estado	CPF/CNPJ 162.070.928-00 Bairro CENTRO CEP 14550-000 CPF/CNPJ  Bairro  CEP  CPF/CNPJ  Bairro  CEP
Terceiro(s) Garantidor(es)	Nome/Razão social (01)  Endereço  Cidade  Nome/Razão social (02)  Endereço  Cidade	Estado  Estado  Estado	CPF/CNPJ  Bairro  CEP  CPF/CNPJ  Bairro  CEP

Características da Operação	01-Valor do Empréstimo: R\$ 200.000,00	02-Comissão: 0,000000 %
	03-Taxa de juros: 1,780000 % ao mês	
	04- Taxa de juros efetiva: 1,780000 % ao mês	23,580332 % ao ano
	05-Vencimento final: 25/08/2014	06- Encargos: PRE-FIXADOS
	07-Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cetip: XXXXXX	
	08- Incidência	
	08.1- Se encargos pré-fixados: juros à taxa fixada no campo "03" deste quadro.	
	08.2- Se encargos pós-fixados: correção monetária com base no índice de variação do indexador ou TR indicado no campo "07" e juros à taxa fixada no campo "03", todos deste quadro.	
08.3- Se encargos flutuantes: flutuação com base no CDI-Cetip - campo "07", e juros – campo "03", todos deste quadro.		
08.4-Os encargos deste sub-campo (09) incidirão sobre: O SALDO DEVEDOR EM ABERTO		
Os encargos deste sub-campo (08.2) incidirão sobre o saldo devedor diário.		

Observação: Para fins de cálculo e incidência dos encargos será considerado o ano comercial de 360 (trezentos e sessenta) dias.  
 09. Periodicidade da capitalização dos encargos DIÁRIA  
 10. Praça de Pagamento SANTO ANDRÉ  
 11. Forma de Pagamento  
 11.1-Valor do principal, quando se tratar de operação pós-fixada ou flutuante, ou o valor do principal + juros, quando se tratar de operação pré-fixada.



Nº parc	Vencimento	Valor - R\$	Nº parc	Vencimento	Valor - R\$	Nº parc	Vencimento	Valor - R\$
01	25/08/2014	210.747,25	34			67		
02			35			68		
03			36			69		
04			37			70		
05			38			71		
06			39			72		
07			40			73		
08			41			74		
09			42			75		
10			43			76		
11			44			77		
12			45			78		
13			46			79		
14			47			80		
15			48			81		
16			49			82		
17			50			83		
18			51			84		
19			52			85		
20			53			86		
21			54			87		
22			55			88		
23			56			89		
24			57			90		
25			58			91		
26			59			92		
27			60			93		
28			61			94		
29			62			95		
30			63			96		
31			64			97		
32			65			98		
33			66			99		

Características  
da Operação

11.2. Dos encargos: (i) se operação pós-fixada: juros + correção monetária ou TR; ou (ii) se operação flutuante: percentual da flutuação do CDI e juros, nas seguintes datas: Nos vencimentos das parcelas do valor principal previstos no campo "11.1" deste Quadro.

12. Local de liberação de recursos

Código Banco 422 Código Agência 01100

Conta corrente Nº 1312167

13. Demais encargos e despesas

13.1. Tributos e contribuições

13.1.1. IOF - alíquota de:

a) 0,004100 % ao dia - Valor R\$ 729,80 b) 0,380000 % calculado sobre o valor do Crédito - Valor R\$ 760,00

13.1.2. Outros:

Alíquotas em vigor na data da contratação da operação, aplicadas conforme legislação específica.

13.2-Tarifas e demais despesas

Tarifa de emissão de contrato:

R\$ 1.500,00

Outras

-R\$

Tarifas vigentes - conforme tabelas de tarifas de serviços afizadas nas dependências das Agências do SAFRA.

14. Garantias

Conforme Instrumento(s) Particular(es) de Constituição de Garantia em anexo.

☒ X ☐ Cessão fiduciária ☐ Alienação Fiduciária ☐ Hipoteca ☐ Penhor ☐ Fiança

15. Comissão de liquidação antecipada

Coefficiente: 0,030328 % Valor máximo: R\$ 5.277,10

16. Juros de mora: Taxa CDI-Cetip acrescida de 0,225783 % ao dia (cobrança por dias corridos).



01. Número de vias 03 (três)	02. Local de emissão SANTO ANDRE	03. Data de emissão 28/05/2014	244920
---------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------	--------

1ª O SAFRA concede à EMITENTE, e esta aceita, o empréstimo no valor indicado no campo "01" do Quadro "II" do preâmbulo, sendo o respectivo produto líquido, já deduzido o valor dos encargos estipulados para pagamento imediato, recebido neste ato pela EMITENTE mediante crédito na conta corrente mencionada no campo "12" do mesmo Quadro "II" de sua titularidade.

2º A presente Cédula vencer-se-á na data fixada no campo "05" do Quadro "II", de forma que, naquela data, independentemente das condições contratuais aqui constantes, o valor do crédito concedido deverá estar integralmente liquidado, juntamente com os encargos devidos.

3ª Os encargos serão apurados de acordo com as opções relativas à pré-fixação, pós-fixação, flutuação, abrangência e incidência constantes dos campos "06", "07" e "08" do Quadro "II", capitalizados na periodicidade prevista no campo "09" do mesmo Quadro "II", observado ainda o disposto nos incisos seguintes: I) quando se tratar de operação com encargos "pré-fixados", aplicar-se-ão os encargos calculados à taxa fixada no campo "03" do Quadro "II"; II) quando se tratar de operações com encargos "pós-fixados", aplicar-se-ão: (a) juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "II"; e (b) correção monetária ou TR; III) quando se tratar de operações com encargos "flutuantes", aplicar-se-ão (a) juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "II", juntamente com (b) a porcentagem sobre a taxa CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "II".

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica desde já convenicionado que, na hipótese de: a) o indexador, a TR ou o CDI-Cetip escolhido no campo "07" do Quadro "II" vir a ser extinto, congelado, deflacionado, ou deixar de ser predominantemente usado no mercado financeiro para atualizar/remunerar as operações passivas e/ou ativas das instituições financeiras; ou b) se as autoridades monetárias intervierem direta ou indiretamente, sob qualquer forma, inclusive, mas não se limitando a, pela emissão ou alteração de normas de caráter tributário, monetário ou financeiro, na fixação da atualização e/ou formação dos custos de captação e aplicação de recursos das instituições financeiras e/ou respectiva lucratividade durante o curso da presente operação de crédito, poderá o SAFRA aplicar, a partir do evento, no lugar dos encargos então em vigor de acordo com esta Cédula, a base de remuneração, indexador, custo financeiro pré-fixado ou pós-fixado e/ou taxas de juros utilizados no mercado financeiro para atualizar/remunerar depósitos a prazo fixo com maior concentração de negócios e liquidez em tal mercado. Em consequência de tais modificações, a presente operação poderá, conforme o caso, ser convertida pelo SAFRA de uma modalidade para outra, entre pré-fixada, pós-fixada ou flutuante. O SAFRA, no entanto, poderá optar por não proceder a quaisquer alterações, mantendo a aplicação dos encargos então vigentes. Em qualquer das hipóteses previstas acima em que haja alteração de encargos e/ou da modalidade de operação, o SAFRA comunicará previamente por escrito à EMITENTE as modificações realizadas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A comissão correspondente à taxa indicada no campo "02" do Quadro "II", calculada sobre o valor do empréstimo indicado no campo "01" do Quadro "II", é pagável, de uma só vez, neste ato, ficando o SAFRA, desde logo, autorizado a deduzir o valor da comissão dos valores do(s) desembolso(s) objeto desta Cédula ou debitar o referido valor em conta corrente de movimento da EMITENTE no SAFRA.

1. Comissão (campo "02") e Taxa de Juros (campo "03") do Quadro "II" - se existentes;  
2. As essas taxas deverão ser incorporados ainda os encargos representados pelo Indexador/Taxa Referencial/Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "II" - se existentes;

3. Existindo na composição da taxa efetiva, parâmetro resultante de percentual superior a 100%, aplicado sobre o Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, este diferencial será incluído no cômputo da taxa efetiva, levando-se em consideração a taxa média do CDI-Cetip divulgada na data da assinatura da presente Cédula, estimada até o vencimento (campo "05" do Quadro "II");

4. Será considerada a utilização plena dos recursos colocados à disposição da EMITENTE, durante a totalidade do prazo existente, até o vencimento final desta Cédula (campo "05" do Quadro "II").

**PARÁGRAFO SEXTO:** O valor a ser pago a título do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) será apurado considerando-se (i) a alíquota indicada no campo "13.1(a)" do Quadro "II", conforme o sistema de amortização exponencial decrescente, e (ii) a alíquota indicada no campo "13.1(b)" do Quadro "II", incidente uma única vez sobre o valor do crédito. O IOF será suportado exclusivamente pela EMITENTE.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Serão devidas pela EMITENTE as tarifas e demais despesas previstas no campo "13.2" do Quadro "II" do preâmbulo, ficando o SAFRA, desde logo, expressamente autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar os respectivos valores da conta corrente de titularidade da EMITENTE, mantida junto ao Banco Safra S/A, ou, ainda, deduzir tais valores do(s) desembolso(s) objeto desta Cédula.

4ª) A EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento das importâncias relativas às obrigações assumidas nesta Cédula, nas épocas próprias e nos termos das regras constantes das Cláusulas 11ª e 14ª abaixo, na sede do SAFRA, ou em qualquer de suas agências ou dependências ou, ainda, em local que venha a ser previamente indicado por escrito pelo mesmo. Tais importâncias deverão ser pagas nas seguintes condições: tanto nas operações com encargos "pré-fixados" como nas operações com encargos "pós-fixados" e "flutuantes", o pagamento do principal e dos encargos dar-se-á nas condições especificadas no campo "11" do Quadro "II".

5ª Para garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes desta Cédula, é(são) constituída(s) em favor do SAFRA, por instrumento(s) à parte que integrará(ão) esta Cédula para todos os fins e efeitos de direito, nos termos do artigo 32 da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, a(s) outra(s) garantia(s) mencionada(s) no campo "14" do Quadro "II" desta Cédula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: FICA EXPRESSAMENTE ESTABELECIDO QUE A(S) GARANTIA(S) CONSTITUÍDA(S) NO ÂMBITO DA PRESENTE CÉDULA, NOS TERMOS DO "CAPUT" DESTA CLÁUSULA, É(SÃO) PLENAMENTE VÁLIDA(S) E EFICAZ(ES) ENTRE AS PARTES DESDE A DATA DE CELEBRAÇÃO DO(S) SEU(S) RESPECTIVO(S) INSTRUMENTO(S), FICANDO SUJEITA(S) AOS REGISTROS OU AVERBAÇÕES PREVISTOS



NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL TÃO SOMENTE PARA QUE PASSE(M) A VALER TAMBÉM CONTRA TERCEIROS, OBSERVADO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 30 E 42 DA REFERIDA LEI Nº 10.931/2004.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos dos Artigos 264 e seguintes do Código Civil, o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) nomeado(s) no preâmbulo também comparece(m) a esta Cédula na condição de coobrigados solidários para todos os fins e efeitos legais, sendo tal responsabilidade, entretanto, limitada ao bem vinculado em garantia, pelo(s) respectivo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) para o cumprimento das obrigações previstas nesta Cédula, por meio de instrumento(s) próprio(s) firmado(s) nesta data na forma prevista no *caput*.

- 6ª O SAFRA poderá, a qualquer tempo, exigir a constituição de garantias destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações contraídas em razão da presente Cédula, ou exigir o reforço das garantias já constituídas, neste último caso desde que fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, abalar ou diminuir o valor e/ou liquidez dessas garantias. Se o pedido deixar de ser atendido pela EMITENTE e/ou pelo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), conforme o caso, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado do recebimento da solicitação escrita do SAFRA enviada sob registro postal, mediante protocolo, ou através de cartório de títulos e documentos, considerar-se-á a dívida vencida por antecipação, com todos os acessórios, independentemente de qualquer outra interpelação ou notificação.
- 7ª Fica ajustado que todas as garantias vinculadas à presente Cédula, ou que vierem a ser à mesma incorporadas, serão consideradas comuns a todas as operações celebradas entre o SAFRA, ou quaisquer empresas integrantes das "Organizações Safra", e a EMITENTE ou outras sociedades que, relativamente à mesma EMITENTE, sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição prevista no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na legislação fiscal, doravante simplesmente denominadas SOCIEDADES. Assim sendo, a EMITENTE autoriza em caráter irrevogável e irretratável o SAFRA e/ou quaisquer empresas das "Organizações Safra" a exercerem quanto aos prestadores dessas garantias, sejam elas reais ou pessoais, e/ou quanto ao objeto das mesmas, todos os direitos conferidos pelos instrumentos que as formalizarem e pelos dispositivos da lei civil, comercial e cambial, especialmente os relativos à propriedade fiduciária, penhor, hipoteca, fiança, aval e, em particular, mas não se limitando, aos de vender, alienar, ceder ou transferir, os bens ou direitos dados em garantia, de resgatá-los ou de receber o seu produto. Em razão do aqui disposto, o SAFRA e/ou as empresas integrantes das "Organizações Safra" ficam expressamente autorizados a utilizar o produto da realização das garantias existentes na liquidação ou amortização de qualquer débito resultante das operações celebradas com a EMITENTE e/ou com as SOCIEDADES.

- DO INADIMPLEMENTO, DO VENCIMENTO ANTECIPADO E DA COMPENSAÇÃO

- 8ª Operar-se-á, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, para efeitos do artigo 397 do Código Civil, o vencimento antecipado da totalidade da dívida da EMITENTE, além das demais hipóteses previstas neste instrumento, nos seguintes casos ocorridos com relação à EMITENTE, e/ou às SOCIEDADES, e/ou ao(s) AVALISTA(S) e/ou ao(s) fiador(es) e/ou ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES): a) se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; b) se for apurada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmada, prestada ou entregue; c) se sofrer(em) o protesto de qualquer título de crédito; d) se tiver(em) sua falência, insolvência civil (concurso de credores), recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada; e) se, sem o expresse consentimento do SAFRA, tiver(em), total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado, conforme aplicável; f) se, sem o expresse consentimento do SAFRA, sofrer(em), durante a vigência desta Cédula, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, conforme aplicável; g) se inadimplir(em) suas obrigações e/ou não liquidar(em), no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o próprio SAFRA e/ou quaisquer das empresas integrantes das "Organizações Safra"; h) se for declarado, por qualquer motivo, por qualquer terceiro credor, o vencimento de dívidas de sua responsabilidade; i) se o Sistema de Informações de Crédito (SCR), do Banco Central do Brasil e/ou outro sistema que, em virtude de norma legal, o complemente ou substitua, e/ou qualquer outro sistema ou serviço, privado ou estatal, de informações de crédito apontar inadimplemento de obrigações de sua responsabilidade; j) se sofrer(em) mudança adversa em sua situação patrimonial e/ou financeira; l) se ingressar(em) em juízo contra o SAFRA ou quaisquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" com qualquer medida judicial; m) se sofrer(em) arresto, sequestro ou penhora de bens; n) se não forem renovadas ou forem canceladas, revogadas ou suspensas as autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício de suas atividades, conforme o caso; e o) se ocorrerem eventos que possam afetar sua capacidade operacional, legal, financeira ou mental, conforme aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de qualquer inadimplemento, total ou parcial, e/ou de vencimento antecipado de obrigações da EMITENTE, decorrentes de qualquer instrumento ou título, inclusive, sem limitação, da presente Cédula, serão consideradas extintas, de pleno de direito, as obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) do SAFRA para com a EMITENTE, até o montante em que se compensarem com obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) da EMITENTE para com o SAFRA e decorrentes dos mesmos instrumentos ou títulos, inclusive sem limitação, da presente Cédula, tudo independentemente de aviso prévio ou notificação de qualquer natureza. Fica desde já esclarecido que a compensação parcial não exonerará a EMITENTE e/ou o(s) garantidor(es) real(is) ou pessoal(ais), inclusive sem limitação, fiadores, AVALISTA(S), TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), pessoas físicas ou jurídicas, os quais, pessoalmente e/ou por meio das garantias reais vinculadas à esta Cédula, continuarão responsáveis pelo saldo remanescente de suas obrigações e respectivos acréscimos, até a quitação total junto ao SAFRA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para a liquidação da totalidade das obrigações da EMITENTE, caso não ocorra a compensação de que trata o parágrafo anterior, ou do saldo remanescente referido na parte final do mesmo parágrafo, se parcial a compensação, poderão ser utilizados pelo SAFRA, após a realização, se houver, das garantias reais representadas por cessão fiduciária e/ou penhor de títulos e/ou valores mobiliários e/ou quaisquer aplicações financeiras, sem prejuízo da excussão das demais garantias constituídas na presente Cédula, todos os créditos, valores existentes em aplicações em títulos de renda fixa e/ou variável, e/ou valores mobiliários, públicos ou privados, títulos de crédito em cobrança, metais preciosos, quaisquer fundos, cadernetas de poupança, ou quaisquer ativos ou outras modalidades de aplicações praticadas no mercado financeiro e/ou de capitais de que a EMITENTE e/ou o(s) AVALISTA(S), e/ou o(s) fiador(es) e/ou TERCEIRO(S) GARANTIDOR(S), pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), seja(m) titular(es) junto ao SAFRA, e/ou que sejam ou venham a ser administrados e/ou custodiados pelo Banco Safra S/A, Banco J. Safra S/A, JS Administração de Recursos S/A, Safra Seguros Gerais S/A, Safra Vida e Previdência S/A, J. Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda., Safra Asset Management Ltda., ou Safra Leasing S/A - Arrendamento Mercantil e, bem assim junto a quaisquer outras empresas integrantes das "Organizações Safra". Para tanto, as empresas das "Organizações Safra" acima aludidas ficam desde já e de forma irrevogável e irrevogável, autorizadas a, conforme o caso e nos termos e condições que entenderem convenientes: a) levantar custódia, resgatar, alienar a terceiros, ceder e transferir créditos, direitos e obrigações, compensar, ou de qualquer outra forma dispor ou receber o produto de tais títulos, aplicações e ativos, transferindo os respectivos recursos ao SAFRA, tão logo venha a ocorrer a inadimplência ou o vencimento ordinário ou antecipado do débito da EMITENTE; e b) assinar termos de transferência, notas de negociação, recibos, transferências de custódia, e todos os demais documentos que necessários forem ao cumprimento do disposto neste parágrafo. Todos os tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza incidentes sobre tal(is) operação(ões) correrão por conta da EMITENTE.

- DA MORA

- 9ª O não pagamento, no respectivo vencimento, de qualquer das prestações de seu débito ou o inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela EMITENTE, na presente Cédula, determinará o imediato encerramento do crédito concedido, tornando-se, desde logo, vencido e exigível o total do débito em aberto, acrescido dos juros moratórios, da multa contratual, dos honorários advocatícios e outras eventuais despesas decorrentes do atraso.



Em tal hipótese, será facultado ao SAFRA o direito de proceder à imediata excussão de qualquer uma das garantias constituídas, sem renúncia às demais vinculadas a esta Cédula ou que vierem a sê-lo, podendo tais garantias ser, a qualquer tempo, executadas, até final e integral liquidação do débito.

- 10ª Em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela EMITENTE, e sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas desta Cédula, as Partes estabelecem, de comum acordo, que incidirão sobre os valores em débito (i) juros de mora à taxa pactuada no campo "16" do Quadro "II" do preâmbulo, capitalizados diariamente, e (II) multa contratual irredutível, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total da dívida.

PARÁGRAFO ÚNICO: O recebimento do principal e de quaisquer acréscimos, mesmo sem ressalva, não constituirá presunção de quitação dos encargos ou de quaisquer outras quantias devidas.

#### - DOS DÉBITOS EM CONTA

- 11ª As partes convencionam que todo e qualquer pagamento da EMITENTE ao SAFRA decorrente da presente Cédula deverá ser feito, nas épocas próprias, mediante débito realizado na conta corrente de titularidade da EMITENTE mantida junto ao Banco Safra S/A, para crédito do SAFRA, autorizado este último a efetuar os procedimentos e lançamentos necessários a tal finalidade. Para tanto, a EMITENTE compromete-se a suprir a referida conta corrente, em tempo hábil, de recursos livres e disponíveis, em reserva bancária, necessários à realização de tais débitos, nos termos da Cláusula 14ª abaixo.

- 12ª A EMITENTE e o(s) AVALISTA(S) autorizam, em caráter irrevogável e irretratável, que sejam levadas a débito de suas respectivas contas correntes no Banco Safra S/A, quaisquer importâncias devidas ou que venham a se tornar devidas, a título de principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, tributos, despesas e demais cominações expressas nesta Cédula ou em qualquer outro instrumento celebrado com o SAFRA e/ou com quaisquer outras empresas integrantes das "Organizações Safra", cujo pagamento não se tenha efetuado, integralmente, nos termos da Cláusula 11ª acima, no correspondente vencimento, contratualmente estipulado, ficando consequentemente autorizado o crédito e/ou repasse das ditas importâncias ao SAFRA e/ou às empresas acima referidas para amortização ou liquidação do débito em aberto, incluindo principal e demais valores conceituados nesta cláusula. Todas e quaisquer despesas, inclusive encargos fiscais de qualquer natureza, incidentes e/ou decorrentes do cumprimento da estipulação constante da presente cláusula, correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da EMITENTE, devendo o respectivo importe, uma vez apurado, ser acrescido ao débito total desta última.

- 13ª A EMITENTE autoriza, também, o SAFRA, a levar a débito de sua conta corrente de movimento, quaisquer valores devidos por ela EMITENTE e/ou pelas SOCIEDADES ao mesmo SAFRA, decorrentes de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e quaisquer outros títulos de crédito, vencidos e não pagos, de responsabilidade da EMITENTE e/ou das SOCIEDADES, que tenham sido descontados ou entregues em garantia ao SAFRA ou, ainda, cuja cobrança tenha sido a este confiada pelos respectivos credores. Sem prejuízo da autorização concedida nesta cláusula, que poderá ser exercida pelo SAFRA a qualquer tempo, e constatada a inexistência de saldo na conta corrente da EMITENTE que impossibilite a efetivação do débito permitido, fica, ainda, o SAFRA, desde já, expressa e irrevogavelmente autorizado a utilizar os valores, créditos, aplicações e ativos de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula 8ª, na amortização ou liquidação dos débitos objeto desta cláusula.

- 14ª As expressões "cobertura de saldo devedor", "liquidação de saldo devedor", "liquidação", "pagamento" e "amortização" constantes do presente instrumento, seus anexos e aditivos, significarão sempre o cumprimento de tais obrigações pela EMITENTE mediante a entrega de recursos em conta corrente de sua titularidade mantida junto ao Banco Safra S/A, livres, desbloqueados, transferíveis e disponíveis em reservas bancárias, para comportar o débito, nas datas dos vencimentos (originais ou antecipados, estes conforme vierem a ser autorizados pelo SAFRA, ou exigidos pelo mesmo, em caso de ocorrência de uma das hipóteses previstas em lei ou neste instrumento) das parcelas de amortização ou na data de vencimento final, do principal e juros, conforme o caso, da presente operação de crédito, dos respectivos encargos, inclusive moratórios, sem prejuízo do pagamento, das taxas ou tarifas relacionadas com serviços e produtos bancários efetivamente utilizados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na eventualidade de haver recursos em conta corrente, porém indisponíveis e ainda não liberados em reservas bancárias na data do vencimento da parcela de amortização ou da parcela final, fica ao SAFRA facultado proceder ao débito na conta corrente da EMITENTE mantida junto ao SAFRA dos recursos necessários à liquidação da obrigação, bem como dos encargos devidos pelo saque sobre a reserva bancária indisponível e eventuais tributos e outros custos ou despesas decorrentes do referido saque. O disposto neste Parágrafo Único em nada prejudica o direito do SAFRA debitar ou resgatar outros ativos da EMITENTE para satisfazer os citados encargos, custos e despesas, conforme permitido na lei ou neste instrumento, ou de cobrá-los de outra forma permitida ou não defesa em lei.

#### - DOS AVALISTAS

- 15ª O(s) AVALISTA(S) desta Cédula comparece(m), também neste ato, na condição de devedor(es) solidário(s), anuindo, expressamente, ao ora convencionado, responsabilizando-se solidária e incondicionalmente com a EMITENTE, de maneira irrevogável e irretratável, pela total e integral liquidação do débito, compreendendo principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, despesas e demais cominações expressas nesta Cédula, confirmando e reconhecendo tudo como líquido, certo e exigível. Ademais, esclarecem as partes que as referências a EMITENTE e AVALISTAS serão entendidas como feitas à EMITENTE ou AVALISTAS em conjunto ou a cada um deles individualmente.

#### - DOS TRIBUTOS E OUTROS ÔNUS

- 16ª Serão de exclusiva responsabilidade da EMITENTE e por ela integralmente suportados, os ônus decorrentes de todos e quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, ou outras, bem como das respectivas majorações, mudanças de base de cálculo ou do período de apuração, reajustes e encargos moratórios, tributos e contribuições estes já existentes ou que venham a ser criados no futuro e que sejam ou venham pelo SAFRA a ser suportados, em decorrência desta Cédula, inclusive, entre outros (tributos e contribuições), aqueles calculados com base em qualquer receita, bruta ou líquida, restringindo-se proporcionalmente, nesta última hipótese, a responsabilidade da EMITENTE ao ônus tributário decorrente da receita oriunda da presente Cédula, que vier, ou não, a integrar a receita global (bruta ou líquida) do SAFRA. Constitui, também, responsabilidade da EMITENTE todos e quaisquer ônus que venham a ser sofridos pelo SAFRA decorrentes da criação, aumento de alíquota, mudança da base de cálculo ou período de apuração, de encaixes ou recolhimentos compulsórios incidentes, direta ou indiretamente sobre a captação de recursos necessários para manter esta Cédula, ou, ainda, quaisquer ônus que venham a incidir sobre os ativos do SAFRA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento do ônus supra será efetuado pela EMITENTE à medida e na proporção dos montantes que forem devidos com base nesta Cédula, seja a título de principal, correção, atualização monetária, variação cambial, juros, taxas e outras verbas, sendo que o não pagamento constituirá inadimplemento do presente, com as consequências e cominações para tanto nele previstas, inclusive, mas não se limitando, ao vencimento antecipado. Caso, após a liquidação dos montantes acima mencionados, venha a se verificar qualquer diferença devida pela EMITENTE em virtude da presente cláusula, será a EMITENTE notificada de tal diferença, que deverá ser prontamente por ela liquidada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Correrão, ainda, por conta da EMITENTE, todas e quaisquer despesas decorrentes desta Cédula, tais como, mas não se limitando, a emolumentos de registro.

#### - DA LIQUIDACÃO ANTECIPADA



244920

17ª Será facultado à EMITENTE liquidar antecipadamente parcelas da dívida resultante desta Cédula, ou a sua totalidade, mediante redução proporcional dos juros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a EMITENTE opte pela liquidação antecipada da dívida, total ou parcialmente, será por ela devida, na mesma data em que se efetivar a referida liquidação, uma comissão calculada na forma estabelecida nos incisos abaixo, respeitado o valor máximo previsto no campo "15" do Quadro "II" do preâmbulo:

(i) Para o cálculo da comissão de que trata este parágrafo, deve-se, primeiramente, multiplicar o somatório dos valores das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, já trazido a valor presente mediante a redução proporcional dos juros, pelo coeficiente indicado no campo "15" do Quadro "II" do preâmbulo;

(ii) O valor obtido nos termos do inciso (i) anterior deverá ser multiplicado pelo prazo médio ponderado, em dias corridos, das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, levando-se em conta a data da efetiva liquidação e a data de vencimento original de cada parcela;

(iii) O resultado obtido nos termos do inciso (ii) acima corresponderá ao valor da comissão devida pela EMITENTE ao SAFRA, o qual a EMITENTE desde já autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, que seja levado a débito de sua conta corrente, nos mesmos termos das Cláusulas 11ª e 14ª supra.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente estabelecido que, para liquidar antecipadamente a sua dívida nos termos da presente cláusula, deverá a EMITENTE, necessariamente, efetuar o pagamento integral das eventuais importâncias que se encontrem em atraso, compreendendo principal e encargos, inclusive moratórios. Nesta hipótese, o valor em atraso, com os respectivos encargos, será acrescido ao somatório das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, para fins do cálculo da comissão prevista no Parágrafo Primeiro anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de pretender a liquidação antecipada do presente empréstimo mediante a realização de operação de portabilidade junto a outra instituição financeira, de conformidade com o art. 1º da Resolução nº 3.401, de 06/09/2006, do Conselho Monetário Nacional, deverá a EMITENTE comunicar prévia e expressamente o SAFRA acerca dessa sua intenção, apresentando-lhe as condições comerciais oferecidas pela outra instituição, e concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação pelo SAFRA, para que este avalie a referida proposta. Caso a EMITENTE opte por realizar a operação de portabilidade antes do final do prazo de 30 (trinta) dias concedido ao SAFRA para avaliação, ou, ainda, caso o SAFRA venha a lhe fazer uma contra-proposta com iguais ou melhores condições, e a EMITENTE não a aceite, a comissão de liquidação antecipada por ela devida, nos termos dos parágrafos anteriores, terá o seu valor dobrado, com o que a EMITENTE manifesta desde já a sua expressa concordância.

#### - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

18ª O SAFRA poderá, a qualquer tempo, ceder, transferir, ou empenhar, total ou parcialmente, os direitos e obrigações, títulos de crédito, ações e garantias oriundos desta Cédula, independentemente de aviso ou autorização de qualquer espécie.

19ª O SAFRA poderá emitir Certificado de Cédula de Crédito Bancário com lastro no presente título, podendo negociá-lo livremente no mercado, tudo de conformidade com os artigos 43 e 44 da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, e com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

20ª Obriga-se a EMITENTE, durante a vigência da presente Cédula e até o final cumprimento das obrigações ora assumidas, a encaminhar ao SAFRA, devidamente acompanhada do demonstrativo da conta de lucros e perdas, cópia do seu balancete semestral e do balanço anual.

21ª A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), por este instrumento, autorizam expressamente o SAFRA e/ou qualquer sociedade financeira integrante das "Organizações Safra" a (a) inserir informações obtidas junto à EMITENTE, ao(s) AVALISTA(S) e ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), bem como (b) consultar as informações consolidadas em seus nomes que constem ou venham a constar (i) dos sistemas geridos pelo Banco Central do Brasil, relativamente a operações realizadas pela EMITENTE, pelo(s) AVALISTA(S) e pelo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e/ou (ii) do Sistema de Informações de Crédito (SCR), de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil e/ou outros sistemas que, em virtude de norma legal os complementem ou substituam, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que a EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) forem clientes do SAFRA ou de qualquer outra sociedade integrante das "Organizações Safra", ou ainda enquanto subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes do presente instrumento.

22ª A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) declaram e garantem ao SAFRA e perante terceiros, sob pena de vencimento antecipado da presente Cédula, que: a) os seus representantes legais que subscrevem o presente instrumento detêm todos os poderes necessários para a sua celebração e para a assunção das obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as aprovações necessárias em nível societário; b) a celebração do presente instrumento não viola seus respectivos contratos ou estatutos sociais, eventuais acordos de acionistas, tampouco qualquer dispositivo legal ou determinação, decisão, deliberação ou despacho de qualquer autoridade administrativa ou judiciária a que estejam sujeitos; e c) os documentos societários e procurações que apresentaram ao SAFRA encontram-se em pleno vigor e eficácia, inexistindo quaisquer outros documentos ou atos supervenientes, de qualquer espécie, que os tenham revogado, alterado ou substituído a qualquer título.

23ª Fica estabelecido que, se qualquer das partes se abster de exercer direitos ou faculdades que pela presente Cédula lhe assistem ou se concordar com atrasos no cumprimento das obrigações a cargo da outra parte, não serão afetados aqueles direitos ou faculdades que poderão ser, pela parte inocente, exercidos em qualquer tempo a seu exclusivo critério, não implicando, aqueles atos de tolerância, em qualquer renúncia ou alteração das condições estatuídas nesta Cédula, nem obrigarão a parte inocente quanto a vencimentos e inadimplementos futuros.

24ª Se, para a defesa de seus direitos decorrentes do presente instrumento, ou para haver o que lhe for devido, alguma das partes necessitar recorrer a meios administrativos ou judiciais, terá ela direito ao ressarcimento, perante a parte inadimplente, das custas e despesas decorrentes, além dos honorários advocatícios incorridos, sendo que, em caso de cobrança judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados judicialmente.

25ª FICA ELEITO COMO COMPETENTE PARA CONHECER E DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS OU QUESTÕES QUE, PORVENTURA, VENHAM A



DECORRER DESTA CÉDULA, O FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP (JOÃO MENDES JÚNIOR), PODENDO, AINDA, SER O MESMO FORO DETERMINADO PELA COMARCA ONDE É EMITIDA A PRESENTE CÉDULA.

244920

Emitente  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Avalista (1)  
JOSE ADRIANO GUERRA

Avalista (2)

Avalista (3)

Avalista (4)

Terceiro Garantidor (1)

Terceiro Garantidor (2)

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (1) LILIANI BATISTETTI  
CPF: 250.171.048-79

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (2)

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (3)

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (4)

Cônjuge/Companheiro(a) do Terceiro Garantidor (1)

Cônjuge/Companheiro(a) do Terceiro Garantidor (2)

COMUNICADO REFERENTE A INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) E DE OPERAÇÕES NO MERCADO DE CÂMBIO

Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito e operações realizadas no mercado de câmbio, as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) o acesso pelas "Organizações Safra" às informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio, disponibilizadas pelo BACEN tem por finalidade, entre outras, (i) permitir às "Organizações Safra" a verificação de desempenho do cliente em operações de câmbio contratadas junto às "Organizações Safra" e junto às demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre a posição do cliente em operações realizadas no mercado de câmbio, com o objetivo de subsidiar decisões de negócios; d) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR e/ou no SISBACEN por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN (CAP); e) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e/ou no SISBACEN deverão ser dirigidas às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; f) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR ou relativa a operações de clientes realizadas no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil disponibilizadas através do SISBACEN dependerá da prévia autorização dos clientes; g) a consulta por qualquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" a informações de operações realizadas no mercado de câmbio em que figurem como contraparte independe de autorização específica de seus clientes.

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.

Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC -  
Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.

Central de Suporte Pessoa Jurídica:  
Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248  
Demais Localidades 0300 015 7575  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a):  
0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
Nelson Luiz Milonetto  
Oficial Delegado  
Av. Nove de Julho, 1915 - Jardim América - Ribeirão Preto - SP - Tel: (16) 3941-2441 - Cep 14015-170

Documento apresentado para registro, protocolado e registrado em microfilme sob No. 244920 de TÍTULOS E DOCUMENTOS

Ribeirão Preto/SP, 25/07/2014.

SANDRA APARECIDA MORETTI  
ESCREVENTE AUTORIZADA  
Enrolamentos: R\$ 1.115,26 Guia: 030/2014  
Inclusos valores devidos ao Estado, Ipesp, Registro Civil e Tribunal de Justiça.





# Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Duplicatas e/ou de Cheques de Emissão de Terceiros e/ou de Notas Promissórias de Emissão de Terceiros

Local SANTO ANDRE	Data 28/05/2014	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Ribeirão Preto - SP 244920
<b>I CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO GARANTIDA</b> (doravante denominada simplesmente Operação Garantida)	CEDULA DE CREDITO BANCARIO	
	Nº 001101361	Data de emissão 28/05/2014
	Encargos	Comissão Taxa de Juros
	PRE-FIXADOS	0,000000 % 1,780000 % ao mês
	Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cetip:	Taxa de juros efetiva
	XXXXXX	1,780000 % ao mês 23,580332 % ao ano
	Forma de pagamento	
	Do valor principal	
	Nº prestações	Periodicidade
	0001	OUTROS
Dos encargos	Vencimento final	
DATA DA CEDULA	25/08/2014	
Cláusula Penal: 2% (dois por cento) sobre o débito atualizado.		
Local de pagamento: Conforme previsto na Operação Garantida		
O(S) INSTRUMENTO(S) REPRESENTATIVO(S) DA OPERAÇÃO GARANTIDA, DETALHANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES, CONSIDERA(M)-SE AQUI TRANSCRITO(S), PARA TODOS OS EFEITOS DA PRESENTE GARANTIA.		
<b>II CREDOR FIDUCIÁRIO</b>	BANCO SAFRA S/A, com sede em São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2.100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 58.160.789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA.	
<b>III CEDENTE FIDUCIANTE</b> (denominado individual e coletivamente como CEDENTE)	INTERVENIENTE OUTORGANTE DA GARANTIA, A SEGUIR IDENTIFICADO	
	Nome/Razão social	
	GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	
	CPF/CNPJ	RG
	02.913.263/0001-17	Estado civil
	Endereço/Sede	Bairro
	R CELSO DANIEL N.: 1315	DIST EMPRESARIAL
	Cidade	Estado
	RIBEIRAO PRETO	SP
		CEP
		14072-085
<b>IV DEVEDOR</b> (doravante denominado simplesmente DEVEDOR, quando não for o CEDENTE)	Nome/Razão social:	
	GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	
	CPF/CNPJ	RG
	02.913.263/0001-17	Estado civil
	Endereço/Sede	Bairro
	R CELSO DANIEL N.: 1315	DIST EMPRESARIAL
	Cidade	Estado
	RIBEIRAO PRETO	SP
		CEP
		14072-085
<b>V OBJETO DA CESSÃO FIDUCIARIA EM GARANTIA</b>	DUPLICATAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	
	os quais estão/estarão identificados nos registros eletrônicos resultantes das remessas físicas ou eletrônicas de duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias cedidos ou a serem fiduciariamente cedidos ao SAFRA, nos termos do presente instrumento. Tais registros encontram-se e encontrar-se-ão em posse do SAFRA, nas Contas Cedente e Vinculada descritas neste Quadro "V" (doravante os "BENS").	
	Conta Cedente Nº:	Agência: 01100
	2000100	
	Conta Vinculada Nº:	Agência: 01100
	2000100	
<b>VI VALOR DA GARANTIA</b>	100,00 % ( cem por cento ) sobre o saldo devedor atualizado	
da Operação Garantida, compreendendo principal e acessórios.		

## VII – TARIFFAS:

- De formalização de garantia, por contrato: cobrada neste ato e na data de celebração de eventuais aditamentos da Operação Garantida, observado o valor em vigor à época; e

- De avaliação de garantias cobráveis, por título: cobrada mensalmente com base no número total de títulos em aberto mantidos em carteira, observado o valor por título em vigor à época.

OS VALORES EM VIGOR CONSTARÃO SEMPRE DAS TABELAS DE TARIFFAS SOBRE SERVIÇOS AFIXADAS NAS DEPENDÊNCIAS DAS AGÊNCIAS DO SAFRA E EM SEU SITE.

De acordo com o disposto na Operação Garantida referida e caracterizada no Quadro "I" acima, é celebrada a presente cessão fiduciária em garantia, que se regerá consoante as seguintes disposições:



1. Em garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, assumidas na Operação Garantida, maior termos e condições são de pleno conhecimento do CEDENTE, ora expressamente ratificadas, e do qual o presente instrumento e seu(s) complemento(s) são parte integrante, inseparável e complementar, o CEDENTE cede fiduciariamente ao SAFRA, neste ato, a propriedade e titularidade dos BENS, conforme definidos no Quadro "V" do preâmbulo, os quais, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer espécie, são/serão entregues pelo CEDENTE ao SAFRA na forma especificada nos incisos abaixo, passando o SAFRA a deter, além da propriedade fiduciária dos BENS, transferida neste ato, a respectiva posse direta e indireta, exercida (a) através da Conta Cedente indicada no mesmo Quadro "V" supra (doravante designada "Conta Cedente") e (b) também física e eletronicamente, conforme o caso:

244920

(I) as duplicatas emitidas fisicamente em suporte papel, e/ou os cheques e/ou as notas promissórias, entregues ao SAFRA neste ato ou, se for o caso, no prazo acordado entre as Partes em documento apartado, devidamente endossados e descritos em borderô(s) que integra(m, rá, rão) o presente instrumento como anexo(s); e/ou

(II) as duplicatas emitidas eletronicamente pelo CEDENTE, sob a forma de caracteres criados em computador, oriundos da escrituração do CEDENTE, nos termos do artigo 889, §3º, do Código Civil, entregues também sob a forma eletrônica ao SAFRA neste ato ou, se for o caso, no prazo acordado entre as Partes em documento apartado, e descritos em borderô(s) que integra(m, rá, rão) o presente instrumento como anexo(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a presente cessão fiduciária em garantia tenha como objeto duplicatas, sejam elas físicas ou eletrônicas, o CEDENTE fica obrigado a entregar ao SAFRA, conjuntamente com tais duplicatas, arquivo(s) eletrônico(s) contendo a descrição das notas fiscais/faturas que fundamentaram a sua emissão.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os BENS, uma vez entregues nos termos do presente, serão considerados automaticamente vinculados à Conta Cedente e o produto do seu resgate e/ou execução nos termos do presente fica desde já (e ficará, de forma automática, sempre que novas duplicatas, cheques ou notas promissórias passarem e integrar a presente garantia e a definição de BENS, conforme aqui previsto) vinculado à conta especial identificada no Quadro "V" do preâmbulo como Conta Vinculada (doravante designada "Conta Vinculada"). O CEDENTE autoriza, neste ato, expressamente, o SAFRA, em caráter irrevogável e irratratável, a levar a débito da Conta Vinculada os valores nela creditados, decorrentes dos BENS e da execução da presente garantia, utilizando-as na amortização ou liquidação do saldo devedor da Operação Garantida, observado o disposto neste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Além das obrigações previstas na Operação Garantida e no presente instrumento, os BENS remanescentes ou os direitos creditórios remanescentes dos BENS, uma vez satisfeitas integralmente referidas obrigações, passarão, a garantir, automaticamente, também, sob a forma de cessão fiduciária, todas as demais obrigações do DEVEDOR e de outras sociedades que, relativamente ao mesmo DEVEDOR, sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição prevista no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na legislação fiscal (doravante simplesmente denominadas "SOCIEDADES"), para com o SAFRA ou quaisquer empresas integrantes das "Organizações Safra", assumidas ou a serem assumidas em virtude de outras operações (doravante, as "Outras Obrigações").

PARÁGRAFO QUARTO: Caso venham a ser cedidos fiduciariamente, ou de qualquer forma dados em garantia outras duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias para assegurar o pagamento das Outras Obrigações, essas outras duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias, uma vez desonerados nos termos dos instrumentos representativos das Outras Obrigações e das respectivas garantias, integrar-se-ão, automática e independentemente da manifestação de vontade do DEVEDOR ou do CEDENTE, à definição de BENS, e também garantirão, sob a forma de cessão fiduciária, as obrigações assumidas pelo DEVEDOR para com o SAFRA, nos termos da Operação Garantida e do presente, a elas então se aplicando todas as disposições deste instrumento.

PARÁGRAFO QUINTO: A liquidação de uma ou mais obrigações de responsabilidade do DEVEDOR nos termos da Operação Garantida, não autorizará a liberação parcial e/ou total dos BENS, os quais permanecerão garantindo as obrigações remanescentes da Operação Garantida, bem como, nos termos do Parágrafo Terceiro desta cláusula, as Outras Obrigações.

PARÁGRAFO SEXTO: Para os efeitos do disposto nesta cláusula, fica desde já outorgado ao SAFRA, nos termos do artigo 684 do Código Civil, mandato irrevogável e irratratável para (a) vincular, às custas do DEVEDOR e do CEDENTE, solidariamente, (i) a presente garantia, sob a forma de cessão fiduciária, duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias integrantes de garantias de Outras Obrigações e/ou, conforme o caso, (ii) sob a forma de cessão fiduciária, os BENS, ou parte deles, em garantia das Outras Obrigações; e (b) podendo praticar todos os atos e assinar todos os documentos que necessários forem, inclusive, mas não se limitando, ao registro em qualquer órgão ou repartição competente, cujos emolumentos e despesas, serão suportados exclusivamente pelo DEVEDOR e pelo CEDENTE, solidariamente.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A presente cessão fiduciária em garantia vigorará e permanecerá íntegra, desde a presente data, até a final liquidação do saldo devedor resultante da Operação Garantida e das Outras Obrigações, compreendendo principal e acessórias.

2. O CEDENTE responsabiliza-se pela existência e legitimidade dos BENS, garantindo que os mesmos não são objeto de qualquer contestação por parte dos seus devedores/sacados, declarando, ainda, sob as penas cominadas em lei, que: a) as mercadorias vendidas e já efetivamente entregues que deram origem aos BENS, não foram reenviadas nem recusadas ou devolvidas pelos compradores, ou que os serviços que deram origem aos BENS foram efetivamente prestados e não foram rejeitados pelos respectivos clientes, uma vez que estão em completo acordo com as respectivas especificações contratuais e com as determinações da Lei nº 5.474, de 18.07.1968; b) os sacados e/ou devedores e/ou emissores dos BENS não estão em regime concordatário, falimentar, de recuperação judicial ou extrajudicial, nem solicitaram qualquer de tais regimes, ou em situação creditícia desfavorável caracterizada, a critério do SAFRA, por impuntualidade na liquidação de quaisquer obrigações, nem possuem títulos de sua responsabilidade ou obrigação protestados ou apontados para protesto, não respondendo, outrossim, o CEDENTE, a processo de execução, ou qualquer outro, que afete ou possa afetar os BENS e/ou a presente cessão fiduciária; e c) os sacados e/ou devedores e/ou emissores dos BENS não são administradores, sócios, acionistas, parentes, e/ou funcionários do DEVEDOR ou do CEDENTE, ou de empresas direta ou indiretamente, por relação de propriedade ou controle ou de outro tipo, ligadas de qualquer forma a qualquer dele(s), nem se tratam de empresas ligadas ao CEDENTE ou ao DEVEDOR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A constatação do descumprimento, falsidade ou imprecisão de qualquer das declarações constantes da caput desta cláusula e no restante deste documento acarretará o imediato vencimento antecipado de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes da Operação Garantida, juntamente com os encargos de mora e outras penalidades aplicáveis ao vencimento antecipado, conforme previstos no(s) instrumento(s) da Operação Garantida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CEDENTE obriga-se a informar de imediato ao SAFRA qualquer reclamação relativa às mercadorias vendidas e/ou serviços prestados que deram origem aos BENS, obrigando-se a, se tal ocorrer e quando para tal for solicitado, substituir, em 24 (vinte e quatro) horas, os BENS afetados pelo valor correspondente, ou, se o SAFRA concordar, por outros títulos de crédito, observado o disposto no presente instrumento, os quais considerar-se-ão, automaticamente (i) vinculados à Conta Cedente e (ii) transferidos ao SAFRA em cessão fiduciária.

3. No caso da presente cessão fiduciária em garantia ter por objeto duplicatas, o CEDENTE autoriza o SAFRA a remeter aos respectivos sacados/devedores tão somente os competentes avisos de cobrança (boletos), e a manter em carteira, física e/ou eletronicamente, as duplicatas acélias, permanecendo as duplicatas não acélias em poder do CEDENTE, que exercerá tal posse em nome de e no interesse do SAFRA.

4. Na hipótese dos documentos, instrumentos, títulos de crédito ou outros, integrantes ou representativos dos BENS, tais como as notas fiscais, os comprovantes de entrega e recebimento de mercadorias, o instrumento contratual que fundamenta a venda mercantil e/ou a prestação de serviços, bem como qualquer outro documento que comprove a venda e entrega de mercadorias e/ou a efetiva prestação de serviços, ou, ainda, qualquer outro documento que comprove a existência dos BENS (para os efeitos do presente, coletivamente designados de "Documentos dos Bens") permanecerem na posse do CEDENTE, este se compromete, sob as penas da lei, a se abster de promover a cobrança direta dos sacados e/ou dos devedores dos BENS, conforme o caso, sob pena de vencimento antecipado da Operação Garantida, juntamente com todos os ônus contratuais, bem como aqueles decorrentes de lei. Outrossim, o CEDENTE assume, neste ato, a condição de fiel depositário dos Documentos dos Bens, inclusive,



244920

te ou futura, pela não

**Operação Garantida, o**  
por qualquer motivo.

- isto nesta cláusula, o  
sabilidades advindas

SAFRA seu bastante

da presente garantia,  
outro ato ou endosso

distintas, e, ainda, toda a sua virgínia.

- estabelecido no Quadro

aplicatas e/ou cheques  
e BENS vincendos e

EDENTE a, de forma  
regar ao SAFRA, em

- considerar aceitáveis,  
ovos duplicatas, e/ou

e automaticamente (i)

termos da Cláusula 21  
"caput" desta cláusula.

- corrispondente a falla

- ado e verificado pelo  
em vigor que contem

usula. Na medida do  
anca, desde que: (a)



2 4 4 9 2 0

a cobrança de um  
sobre o saldo

- as no caput, ficando

to de que para os p

**Bem esteja em se**

- e a beneficio da g  
io assim interrompi



2 4 4 9 2 0

- Assim, estando justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento e seu(s) complemento(s), em 03 (três) vias de idêntico teor e para o mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas, os quais constituem parte integrante, inseparável e complementar da Operação Garantida, sujeitando-se os signatários ao cumprimento de todas as disposições deles constantes.

~~Luciane Nuzzi Frugis~~

Cedente  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Devedor  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Cônjuge/Companheiro(a) do Cedente

## Testemunhas

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: 287.301.899-25

Nome: Willy Rechenbergas  
CPF: 0378.168-95

**COMUNICADO REFERENTE A INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) E OPERAÇÕES NO MERCADO DE CÂMBIO**

Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito e operações realizadas no mercado de câmbio, as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) o acesso pelas "Organizações Safra" às informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio, disponibilizadas pelo BACEN tem por finalidade, entre outras, (i) permitir às "Organizações Safra" a verificação de desempenho do cliente em operações de câmbio contratadas junto às "Organizações Safra" e junto às demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre a posição do cliente em operações realizadas no mercado de câmbio, com o objetivo de subsidiar decisões de negócios; d) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR e/ou no SISBACEN por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN (CAP); e) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e/ou no SISBACEN deverão ser dirigidas às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; f) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR ou relativa a operações de clientes realizadas no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil disponibilizadas através do SISBACEN dependerá da prévia autorização dos clientes; g) a consulta por qualquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" a informações de operações realizadas no mercado de câmbio em que figurem como contraparte independente de autorização específica de seus clientes.

Central de Atendimento Safrá: 0300 105 1234  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.

Central de Suporte Pessoa Juridica:  
Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248  
Demais Localidades 0300 015 7575  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feir, das 8h às 19:30h, exceto feriados.

**Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.**

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a):  
0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.



**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**  
 Nelson Luis Milanetto: Oficial Delegado  
 Sigris Eduarda da Silva: Oficial Substituto  
 Av. Nove de Julho, 1915 - Jardim América - Ribeirão Preto - SP - Tel.: (16) 3941-2441 - Cap. 14015-170

Documento apresentado para registro, protocolado e registrado em microfilme sob No. 244920 de TÍTULOS E DOCUMENTOS

Ribeirão Preto/SP, 25/07/2014

SANDRA APARECIDA MORETTI  
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

Emolumentos: R\$ 1.115,26 Guia: 030/2014  
 Incluídos valores devidos ao Estado, Ipesp, Registro Civil e Tribunal de Justiça.





**BANCO SAFRA S/A**  
**Demonstrativo de Saldo Devedor**  
**Cliente: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA**

**Nº Contrato: 1101361**  
**Data do Cálculo: 07/11/2014**

Índice Correção Monetária	Deságio	Juros	Honorários	Multa	Juros Mora
INPC/IBGE - 56	0.00%	0.00%	0.00%	2.00%	1.00%

Contrato	Parc	Vencto	Valores							
			Face	Amort.	Correção	Juros (Encargos)	Mora	Valor Desagiado	Multa	Total
1101361	1	25/08/2014	210.747,25	0,00	1.413,86	0,00	5.233,31	0,00	4.347,89	221.742,31
Total Vencidas			210.747,25	0,00	1.413,86	0,00	5.233,31	0,00	4.347,89	221.742,31
Total Vincendas			-	-	-	-	-	-	-	-
Outros			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Honorários			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Total Saldo Devedor			210.747,25	0,00	1.413,86	0,00	5.233,31	0,00	4.347,89	221.742,31

Gustavo Benedito de Oliveira

**Diretoria de Gestão de Vencidos / Recuperação de Ativos**



# Safra

2 4 5 1 8 4

**Cédula de Crédito Bancário  
(Mútuo)**

Nº  
001101425

Valor  
R\$ 150.000,00

Pagarei(emos) por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, em moeda corrente nacional, ao BANCO SAFRA S/A, ou à sua ordem, a quantia certa, líquida e exigível mencionada acima, acrescida dos encargos, na forma, praça de pagamento e vencimento previstos no Quadro "II" abaixo, tudo nos termos das cláusulas e condições previstas nesta Cédula.

## I - Partes

Credor	BANCO SAFRA SA, com sede social na Avenida Paulista, 2100 - CEP 01310-930, cidade de São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 58 160 789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA.		
Emitente	Nome GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA Endereço R CELSO DANIEL N.: 1315 Cidade RIBEIRAO PRETO Conta corrente 1312167	Estado SP Agência 01100	CPF/CNPJ 02.913.263/0001-17 Bairro DIST EMPRESARIAL CEP 14072-085
Avalista(s)	Nome/Razão social (01) JOSE ADRIANO GUERRA Endereço R AFONSO GARCIA DA SILVEIRA Cidade ARAMINA Nome/Razão social (02) Endereço Cidade Nome/Razão social (03) Endereço Cidade Nome/Razão social (04) Endereço Cidade	Estado SP Estado Estado Estado	CPF/CNPJ 162.070.828-00 Bairro CENTRO CEP 14550-000 CPF/CNPJ Bairro CEP CPF/CNPJ Bairro CEP
Terceiro(s) Garantidor(es)	Nome/Razão social (01) Endereço Cidade Nome/Razão social (02) Endereço Cidade	Estado Estado	CPF/CNPJ Bairro CEP CPF/CNPJ Bairro CEP

## II Características da Operação

Características da Operação	01-Valor do Empréstimo: R\$ 150.000,00	02-Comissão:	0,000000 %
	03-Taxa de juros:	1,780000 % ao mês	
	04- Taxa de juros efetiva:	1,780000 % ao mês	23,580332 % ao ano
	05-Vencimento final: 01/09/2014	06- Encargos: PRE-FIXADOS	
	07-Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cetip: XXXXXX		
	08- Incidência		
	08.1- Se encargos pré-fixados: juros à taxa fixada no campo "03" deste quadro.		
	08.2- Se encargos pós-fixados: correção monetária com base no índice de variação do indexador ou TR indicado no campo "07" e juros à taxa fixada no campo "03", todos deste quadro.		
	08.3- Se encargos flutuantes: flutuação com base no CDI-Cetip - campo "07", e juros - campo "03", todos deste quadro.		
	08.4-Os encargos deste sub-campo (09) incidirão sobre: O SALDO DEVEDOR EM ABERTO		
	Os encargos deste sub-campo (08.2) incidirão sobre o saldo devedor diário.		





Observação: Para fins de cálculo e incidência dos encargos será considerado o ano comercial de 360 (trezentos e sessenta) dias.  
09. Periodicidade da capitalização dos encargos DIARIA  
10. Praça de Pagamento SANTO ANDRE

11. Forma de Pagamento

245184

11.1-Valor do principal, quando se tratar de operação pós-fixada ou flutuante, ou o valor do principal + juros, quando se tratar de operação pré-fixada.

Nº parc	Vencimento	Valor - R\$	Nº parc	Vencimento	Valor - R\$	Nº parc	Vencimento	Valor - R\$
01	01/09/2014	157.967,51	34			67		
02			35			68		
03			36			69		
04			37			70		
05			38			71		
06			39			72		
07			40			73		
08			41			74		
09			42			75		
10			43			76		
11			44			77		
12			45			78		
13			46			79		
14			47			80		
15			48			81		
16			49			82		
17			50			83		
18			51			84		
19			52			85		
20			53			86		
21			54			87		
22			55			88		
23			56			89		
24			57			90		
25			58			91		
26			59			92		
27			60			93		
28			61			94		
29			62			95		
30			63			96		
31			64			97		
32			65			98		
33			66			99		

Características  
da Operação

11.2. Dos encargos: (i) se operação pós-fixada: juros + correção monetária ou TR; ou (ii) se operação flutuante: percentual da flutuação do CDI e juros, nas seguintes datas: Nos vencimentos das parcelas do valor principal previstos no campo "11.1" deste Quadro.

12. Local de liberação de recursos

Código Banco 422  
Código Agência 01100

Conta corrente Nº  
1312167

13. Demais encargos e despesas

13.1. Tributos e contribuições

13.1.1. IOF - alíquota de:

a) 0,004100 % ao dia - Valor R\$ 541,20

b) 0,380000 % calculado sobre o valor do Crédito - Valor R\$ 570,00

13.1.2. Outros:

Alíquotas em vigor na data da contratação da operação, aplicadas conforme legislação específica.

13.2-Tarifas e demais despesas

Tarifa de emissão de contrato:

R\$ 1.500,00

Outras

-R\$

Tarifas vigentes - conforme tabelas de tarifas de serviços afixadas nas dependências das Agências do SAFRA

14. Garantias

Conforme Instrumento(s) Particular(es) de Constituição de Garantia em anexo.

☒ Cessão fiduciária ☐ Alienação Fiduciária ☐ Hipoteca ☐ Penhor ☐ Fiança

15. Comissão de liquidação antecipada

Coefficiente: 0,030328 %

Valor máximo: R\$ 3.912,33

16. Juros de mora: Taxa CDI-Cetip acrescida de 0,225783 % ao dia (cobrança por dias corridos).



### III – Emissão e Outros Dados desta Cédula

01. Número de vias 03 (três)	02. Local de emissão SANTO ANDRE	03. Data de emissão 05/06/2014	245184
---------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------	--------

#### - DO OBJETO

- 1ª O SAFRA concede à EMITENTE, e esta aceita, o empréstimo no valor indicado no campo "01" do Quadro "II" do preâmbulo, sendo o respectivo produto líquido, já deduzido o valor dos encargos estipulados para pagamento imediato, recebido neste ato pela EMITENTE mediante crédito na conta corrente mencionada no campo "12" do mesmo Quadro "II", de sua titularidade.

#### - DO VENCIMENTO FINAL DO CRÉDITO

- 2ª A presente Cédula vencer-se-á na data fixada no campo "05" do Quadro "II", de forma que, naquela data, independentemente das condições contratuais aqui constantes, o valor do crédito concedido deverá estar integralmente liquidado, juntamente com os encargos devidos.

#### - DOS ENCARGOS E PAGAMENTOS

- 3ª Os encargos serão apurados de acordo com as opções relativas à pré-fixação, pós-fixação, flutuação, abrangência e incidência constantes dos campos "06", "07" e "08" do Quadro "II", capitalizados na periodicidade prevista no campo "09" do mesmo Quadro "II", observado ainda o disposto nos incisos seguintes: I) quando se tratar de operação com encargos "pré-fixados", aplicar-se-ão os encargos calculados à taxa fixada no campo "03" do Quadro "II"; II) quando se tratar de operações com encargos "pós-fixados", aplicar-se-ão: (a) juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "II", e (b) correção monetária ou TR; III) quando se tratar de operações com encargos "flutuantes", aplicar-se-ão (a) juros à taxa indicada no campo "03" do Quadro "II", juntamente com (b) a porcentagem sobre a taxa CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "II".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de aplicação de encargos "flutuantes" com base no CDI-Cetip, incidirão sobre o saldo devedor do principal os juros do campo "03" do Quadro "II", e a base de remuneração, pela taxa CDI-Cetip, conforme o campo "07" do Quadro "II", a qual terá, para os efeitos do presente instrumento, flutuação diária. A base de remuneração e parâmetro de flutuação será a taxa anualizada praticada para os depósitos interbancários com duração de um dia, divulgada diariamente pela CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação), com relação aos depósitos realizados no dia útil bancário imediatamente anterior à data de tal divulgação (denominada taxa "CDI-Cetip").

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica desde já convencionado que, na hipótese de: a) o indexador, a TR ou o CDI-Cetip escolhido no campo "07" do Quadro "II" vir a ser extinto, congelado, deflacionado, ou deixar de ser predominantemente usado no mercado financeiro para atualizar/remunerar as operações passivas e/ou ativas das instituições financeiras; ou b) se as autoridades monetárias intervierem direta ou indiretamente, sob qualquer forma, inclusive, mas não se limitando a, pela emissão ou alteração de normas de caráter tributário, monetário ou financeiro, na fixação da atualização e/ou formação dos custos de captação e aplicação de recursos das instituições financeiras e/ou respectiva lucratividade durante o curso da presente operação de crédito, poderá o SAFRA aplicar, a partir do evento, no lugar dos encargos então em vigor de acordo com esta Cédula, a base de remuneração, indexador, custo financeiro pré-fixado ou pós-fixado e/ou taxas de juros utilizados no mercado financeiro para atualizar/remunerar depósitos a prazo fixo com maior concentração de negócios e liquidez em tal mercado. Em consequência de tais modificações, a presente operação poderá, conforme o caso, ser convertida pelo SAFRA de uma modalidade para outra, entre pré-fixada, pós-fixada ou flutuante. O SAFRA, no entanto, poderá optar por não proceder a quaisquer alterações, mantendo a aplicação dos encargos então vigentes. Em qualquer das hipóteses previstas acima em que haja alteração de encargos e/ou da modalidade de operação, o SAFRA comunicará previamente por escrito à EMITENTE as modificações realizadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os efeitos deste instrumento, entende-se por (a) "taxa pós-fixada", a taxa de juros aplicada conjuntamente com um indexador de reajuste ou com uma taxa de remuneração básica e (b) "taxa pré-fixada", a taxa de juros aplicada isoladamente, sem qualquer indexador ou taxa de remuneração. As partes desde já convencionam que, havendo mudança de padrão monetário, as obrigações da EMITENTE, quer nos respectivos vencimentos, quer na hipótese de vencimento antecipado, deverão ser pagas na moeda que for apta a liquidar todo tipo de obrigação, já constituída ou que venha a ser constituída futuramente, e não apenas apta a liquidar obrigações já existentes.

PARÁGRAFO QUARTO: A comissão correspondente à taxa indicada no campo "02" do Quadro "II", calculada sobre o valor do empréstimo indicado no campo "01" do Quadro "II", é pagável, de uma só vez, neste ato, ficando o SAFRA, desde logo, autorizado a deduzir o valor da comissão dos valores do(s) desembolso(s) objeto desta Cédula ou debitar o referido valor em conta corrente de movimento da EMITENTE no SAFRA.

PARÁGRAFO QUINTO: Para fins de cálculo da taxa de juros efetiva mencionada no campo "04" do Quadro "II" do preâmbulo foram considerados os seguintes itens e critérios:

1. Comissão (campo "02") e Taxa de Juros (campo "03") do Quadro "II" - se existentes;
2. A essas taxas deverão ser incorporados ainda os encargos representados pelo Indexador/Taxa Referencial/Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, conforme indicado no campo "07" do Quadro "II" - se existentes;
3. Existindo na composição da taxa efetiva, parâmetro resultante de percentual superior a 100%, aplicado sobre o Parâmetro de Flutuação CDI-Cetip, este diferencial será incluído no cômputo da taxa efetiva, levando-se em consideração a taxa média do CDI-Cetip divulgada na data da assinatura da presente Cédula, estimada até o vencimento (campo "05" do Quadro "II");
4. Será considerada a utilização plena dos recursos colocados à disposição da EMITENTE, durante a totalidade do prazo existente, até o vencimento final desta Cédula (campo "05" do Quadro "II").

PARÁGRAFO SEXTO: O valor a ser pago a título do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) será apurado considerando-se (i) a alíquota indicada no campo "13.1.1(a)" do Quadro "II", conforme o sistema de amortização exponencial decrescente, e (ii) a alíquota indicada no campo "13.1.1(b)" do Quadro "II", incidente uma única vez sobre o valor do crédito. O IOF será suportado exclusivamente pela EMITENTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Serão devidas pela EMITENTE as tarifas e demais despesas previstas no campo "13.2" do Quadro "II" do preâmbulo, ficando o SAFRA, desde logo, expressamente autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar os respectivos valores da conta corrente de titularidade da EMITENTE, mantida junto ao Banco Safra S/A, ou, ainda, deduzir tais valores do(s) desembolso(s) objeto desta Cédula.

- 4ª A EMITENTE obriga-se a efetuar o pagamento das importâncias relativas às obrigações assumidas nesta Cédula, nas épocas próprias e nos termos das regras constantes das Cláusulas 11ª e 14ª abaixo, na sede do SAFRA, ou em qualquer de suas agências ou dependências ou, ainda, em local que venha a ser previamente indicado por escrito pelo mesmo. Tais importâncias deverão ser pagas nas seguintes condições: tanto nas operações com encargos "pré-fixados" como nas operações com encargos "pós-fixados" e "flutuantes", o pagamento do principal e dos encargos dar-se-á nas condições especificadas no campo "11" do Quadro "II".

#### - DAS GARANTIAS

- 5ª Para garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes desta Cédula, é(são) constituída(s) em favor do SAFRA, por instrumento(s) à parte que integrará(ão) esta Cédula para todos os fins e efeitos de direito, nos termos do artigo 32 da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, a(s) outra(s) garantia(s) mencionada(s) no campo "14" do Quadro "II" desta Cédula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: FICA EXPRESSAMENTE ESTABELECIDO QUE A(S) GARANTIA(S) CONSTITUÍDA(S) NO ÂMBITO DA PRESENTE CÉDULA, NOS TERMOS DO "CAPUT" DESTA CLÁUSULA, É(SÃO) PLENAMENTE VÁLIDA(S) E EFICAZ(ES) ENTRE AS PARTES DESDE A DATA DE CELEBRAÇÃO DO(S) SEU(S) RESPECTIVO(S) INSTRUMENTO(S), FICANDO SUJEITA(S) AOS REGISTROS OU AVERBAÇÕES PREVISTOS



NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL TÃO SOMENTE PARA QUE PASSE(M) A VALER TAMBÉM CONTRA TERCEIROS. OBSERVADO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 30 E 42 DA REFERIDA LEI Nº 10.931/2004.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos dos Artigos 264 e seguintes do Código Civil, o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) nomeados no preâmbulo também comparece(m) a esta Cédula na condição de coobrigados solidários para todos os fins e efeitos legais, sendo tal responsabilidade, entretanto, limitada ao bem vinculado em garantia, pelo(s) respectivo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) para o cumprimento das obrigações previstas nesta Cédula, por meio de instrumento(s) próprio(s) firmado(s) nesta data na forma prevista no *caput*.

- 6ª O SAFRA poderá, a qualquer tempo, exigir a constituição de garantias destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações contraidas em razão da presente Cédula, ou exigir o reforço das garantias já constituídas, neste último caso desde que fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, abalar ou diminuir o valor e/ou liquidez dessas garantias. Se o pedido deixar de ser atendido pela EMITENTE e/ou pelo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), conforme o caso, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado do recebimento da solicitação escrita do SAFRA enviada sob registro postal, mediante protocolo, ou através de cartório de títulos e documentos, considerar-se-á a dívida vencida por antecipação, com todos os acessórios, independentemente de qualquer outra interpelação ou notificação.
- 7ª Fica ajustado que todas as garantias vinculadas à presente Cédula, ou que vierem a ser à mesma incorporadas, serão consideradas comuns a todas as operações celebradas entre o SAFRA, ou quaisquer empresas integrantes das "Organizações Safra", e a EMITENTE ou outras sociedades que, relativamente à mesma EMITENTE, sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição prevista no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na legislação fiscal, doravante simplesmente denominadas SOCIEDADES. Assim sendo, a EMITENTE autoriza em caráter irrevogável e irretratável o SAFRA e/ou quaisquer empresas das "Organizações Safra" a exercerem quanto aos prestadores dessas garantias, sejam elas reais ou pessoais, e/ou quanto ao objeto das mesmas, todos os direitos conferidos pelos instrumentos que as formalizarem e pelos dispositivos da lei civil, comercial e cambial, especialmente os relativos à propriedade fiduciária, penhor, hipoteca, fiança, aval e, em particular, mas não se limitando, aos de vender, alienar, ceder ou transferir, os bens ou direitos dados em garantia, de resgatá-los ou de receber o seu produto. Em razão do aqui disposto, o SAFRA e/ou as empresas integrantes das "Organizações Safra" ficam expressamente autorizados a utilizar o produto da realização das garantias existentes na liquidação ou amortização de qualquer débito resultante das operações celebradas com a EMITENTE e/ou com as SOCIEDADES.

- DO INADIMPLEMENTO, DO VENCIMENTO ANTECIPADO E DA COMPENSAÇÃO

- 8ª Operar-se-á, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, para efeitos do artigo 397 do Código Civil, o vencimento antecipado da totalidade da dívida da EMITENTE, além das demais hipóteses previstas neste instrumento, nos seguintes casos ocorridos com relação à EMITENTE, e/ou às SOCIEDADES, e/ou ao(s) AVALISTA(S) e/ou ao(s) fiador(es) e/ou ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES): a) se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; b) se for apurada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmada, prestada ou entregue; c) se sofrer(em) o protesto de qualquer título de crédito; d) se liver(em) sua falência, insolvência civil (concurso de credores), recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada; e) se, sem o expresse consentimento do SAFRA, liver(em), total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado, conforme aplicável; f) se, sem o expresse consentimento do SAFRA, sofrer(em), durante a vigência desta Cédula, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, conforme aplicável; g) se inadimplir(em) suas obrigações e/ou não liquidar(em), no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o próprio SAFRA e/ou quaisquer das empresas integrantes das "Organizações Safra"; h) se for declarado, por qualquer motivo, por qualquer terceiro credor, o vencimento de dívidas de sua responsabilidade; i) se o Sistema de Informações de Crédito (SCR), do Banco Central do Brasil e/ou outro sistema que, em virtude de norma legal, o complemente ou substitua, e/ou qualquer outro sistema ou serviço, privado ou estatal, de informações de crédito apontar inadimplemento de obrigações de sua responsabilidade; j) se sofrer(em) mudança adversa em sua situação patrimonial e/ou financeira; l) se ingressar(em) em juízo contra o SAFRA ou quaisquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" com qualquer medida judicial; m) se sofrer(em) arresto, sequestro ou penhora de bens; n) se não forem renovadas ou forem canceladas, revogadas ou suspensas as autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício de suas atividades, conforme o caso; e o) se ocorrerem eventos que possam afetar sua capacidade operacional, legal, financeira ou mental, conforme aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de qualquer inadimplemento, total ou parcial, e/ou de vencimento antecipado de obrigações da EMITENTE, decorrentes de qualquer instrumento ou título, inclusive, sem limitação, da presente Cédula, serão consideradas extintas, de pleno de direito, as obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) do SAFRA para com a EMITENTE, até o montante em que se compensarem com obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) da EMITENTE para com o SAFRA e decorrentes dos mesmos instrumentos ou títulos, inclusive sem limitação, da presente Cédula, tudo independentemente de aviso prévio ou notificação de qualquer natureza. Fica desde já esclarecido que a compensação parcial não exonerará a EMITENTE e/ou o(s) garantidor(es) real(is) ou pessoal(ais), inclusive sem limitação, fiadores, AVALISTA(S), TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), pessoas físicas ou jurídicas, os quais, pessoalmente e/ou por meio das garantias reais vinculadas à esta Cédula, continuarão responsáveis pelo saldo remanescente de suas obrigações e respectivos acréscimos, até a quitação total junto ao SAFRA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para a liquidação da totalidade das obrigações da EMITENTE, caso não ocorra a compensação de que trata o parágrafo anterior, ou do saldo remanescente referido na parte final do mesmo parágrafo, se parcial a compensação, poderão ser utilizados pelo SAFRA, após a realização, se houver, das garantias reais representadas por cessão fiduciária e/ou penhor de títulos e/ou valores mobiliários e/ou quaisquer aplicações financeiras, sem prejuízo da excussão das demais garantias constituídas na presente Cédula, todos os créditos, valores existentes em aplicações em títulos de renda fixa e/ou variável, e/ou valores mobiliários, públicos ou privados, títulos de crédito em cobrança, metais preciosos, quaisquer fundos, cadernetas de poupança, ou quaisquer ativos ou outras modalidades de aplicações praticadas no mercado financeiro e/ou de capitais de que a EMITENTE e/ou o(s) AVALISTA(S), e/ou o(s) fiador(es) e/ou TERCEIRO(S) GARANTIDOR(S), pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), seja(m) titular(es) junto ao SAFRA, e/ou que sejam ou venham a ser administrados e/ou custodiados pelo Banco Safra S/A, Banco J. Safra S/A, JS Administração de Recursos S/A, Safra Seguros Gerais S/A, Safra Vida e Previdência S/A, J. Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda., Safra Asset Management Ltda., ou Safra Leasing S/A - Arrendamento Mercantil e, bem assim junto a quaisquer outras empresas integrantes das "Organizações Safra". Para tanto, as empresas das "Organizações Safra" acima aludidas ficam desde já e de forma irrevogável e irretratável, autorizadas a, conforme o caso e nos termos e condições que entenderem convenientes: a) levantar custódia, resgatar, alienar a terceiros, ceder e transferir créditos, direitos e obrigações, compensar, ou de qualquer outra forma dispor ou receber o produto de tais títulos, aplicações e ativos, transferindo os respectivos recursos ao SAFRA, tão logo venha a ocorrer a inadimplência ou o vencimento ordinário ou antecipado do débito da EMITENTE; e b) assinar termos de transferência, notas de negociação, recibos, transferências de custódia, e todos os demais documentos que necessários forem ao cumprimento do disposto neste parágrafo. Todos os tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza incidentes sobre tal(is) operação(ões) correrão por conta da EMITENTE.

- DA MORA

- 9ª O não pagamento, no respectivo vencimento, de qualquer das prestações de seu débito ou o inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela EMITENTE, na presente Cédula, determinará o imediato encerramento do crédito concedido, tornando-se, desde logo, vencido e exigível o total do débito em aberto, acrescido dos juros moratórios, da multa contratual, dos honorários advocatícios e outras eventuais despesas decorrentes do atraso.



Em tal hipótese, será facultado ao SAFRA o direito de proceder à imediata excussão de qualquer uma das garantias constituídas, sem renúncia às demais vinculadas a esta Cédula ou que vierem a sê-lo, podendo tais garantias ser, a qualquer tempo, excutidas, até final e integral liquidação do débito.

245184

- 10ª Em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela EMITENTE, e sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas desta Cédula, as Partes estabelecem, de comum acordo, que incidirão sobre os valores em débito (I) juros de mora à taxa pactuada no campo "16" do Quadro "II" do preâmbulo, capitalizados diariamente, e (II) multa contratual irredutível, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total da dívida.

PARÁGRAFO ÚNICO: O recebimento do principal e de quaisquer acréscimos, mesmo sem ressalva, não constituirá presunção de quitação dos encargos ou de quaisquer outras quantias devidas.

**- DOS DÉBITOS EM CONTA**

- 11ª As partes convencionam que todo e qualquer pagamento da EMITENTE ao SAFRA decorrente da presente Cédula deverá ser feito, nas épocas próprias, mediante débito realizado na conta corrente de titularidade da EMITENTE mantida junto ao Banco Safra S/A, para crédito do SAFRA, autorizado este último a efetuar os procedimentos e lançamentos necessários a tal finalidade. Para tanto, a EMITENTE compromete-se a suprir a referida conta corrente, em tempo hábil, de recursos livres e disponíveis, em reserva bancária, necessários à realização de tais débitos, nos termos da Cláusula 14ª abaixo.

- 12ª A EMITENTE e o(s) AVALISTA(S) autorizam, em caráter irrevogável e irretratável, que sejam levadas a débito de suas respectivas contas correntes no Banco Safra S/A, quaisquer importâncias devidas ou que venham a se tornar devidas, a título de principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, tributos, despesas e demais cominações expressas nesta Cédula ou em qualquer outro instrumento celebrado com o SAFRA e/ou com quaisquer outras empresas integrantes das "Organizações Safra", cujo pagamento não se tenha efetuado, integralmente, nos termos da Cláusula 11ª acima, no correspondente vencimento, contratualmente estipulado, ficando consequentemente autorizado o crédito e/ou repasse das ditas importâncias ao SAFRA e/ou às empresas acima referidas para amortização ou liquidação do débito em aberto, incluindo principal e demais valores conceituados nesta cláusula. Todas e quaisquer despesas, inclusive encargos fiscais de qualquer natureza, incidentes e/ou decorrentes do cumprimento da estipulação constante da presente cláusula, correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da EMITENTE, devendo o respectivo importe, uma vez apurado, ser acrescido ao débito total desta última.

- 13ª A EMITENTE autoriza, também, o SAFRA, a levar a débito de sua conta corrente de movimento, quaisquer valores devidos por ela EMITENTE e/ou pelas SOCIEDADES ao mesmo SAFRA, decorrentes de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e quaisquer outros títulos de crédito, vencidos e não pagos, de responsabilidade da EMITENTE e/ou das SOCIEDADES, que tenham sido descontados ou entregues em garantia ao SAFRA ou, ainda, cuja cobrança tenha sido a este confiada pelos respectivos credores. Sem prejuízo da autorização concedida nesta cláusula, que poderá ser exercida pelo SAFRA a qualquer tempo, e constatada a inexistência de saldo na conta corrente da EMITENTE que impossibilite a efetivação do débito permitido, fica, ainda, o SAFRA, desde já, expressa e irrevogavelmente autorizado a utilizar os valores, créditos, aplicações e ativos de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula 8ª, na amortização ou liquidação dos débitos objeto desta cláusula.

- 14ª As expressões "cobertura de saldo devedor", "liquidação de saldo devedor", "liquidação", "pagamento" e "amortização" constantes do presente instrumento, seus anexos e aditivos, significarão sempre o cumprimento de tais obrigações pela EMITENTE mediante a entrega de recursos em conta corrente de sua titularidade mantida junto ao Banco Safra S/A, livres, desbloqueados, transferíveis e disponíveis em reservas bancárias, para comportar o débito, nas datas dos vencimentos (originais ou antecipados, estes conforme vierem a ser autorizados pelo SAFRA, ou exigidos pelo mesmo, em caso de ocorrência de uma das hipóteses previstas em lei ou neste instrumento) das parcelas de amortização ou na data de vencimento final, do principal e juros, conforme o caso, da presente operação de crédito, dos respectivos encargos, inclusive moratórios, sem prejuízo do pagamento, das taxas ou tarifas relacionadas com serviços e produtos bancários efetivamente utilizados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na eventualidade de haver recursos em conta corrente, porém indisponíveis e ainda não liberados em reservas bancárias na data do vencimento da parcela de amortização ou da parcela final, fica ao SAFRA facultado proceder ao débito na conta corrente da EMITENTE mantida junto ao SAFRA dos recursos necessários à liquidação da obrigação, bem como dos encargos devidos pelo saque sobre a reserva bancária indisponível e eventuais tributos e outros custos ou despesas decorrentes do referido saque. O disposto neste Parágrafo Único em nada prejudica o direito do SAFRA debitar ou resgatar outros ativos da EMITENTE para satisfazer os citados encargos, custos e despesas, conforme permitido na lei ou neste instrumento, ou de cobrá-los de outra forma permitida ou não defesa em lei.

**- DOS AVALISTAS**

- 15ª O(s) AVALISTA(S) desta Cédula comparece(m), também neste ato, na condição de devedor(es) solidário(s), anuindo, expressamente, ao ora convencionado, responsabilizando-se solidária e incondicionalmente com a EMITENTE, de maneira irrevogável e irretratável, pela total e integral liquidação do débito, compreendendo principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, despesas e demais cominações expressas nesta Cédula, confirmando e reconhecendo tudo como líquido, certo e exigível. Ademais, esclarecem as partes que as referências a EMITENTE e AVALISTAS serão entendidas como feitas à EMITENTE ou AVALISTAS em conjunto ou a cada um deles individualmente.

**- DOS TRIBUTOS E OUTROS ÔNUS**

- 16ª Serão de exclusiva responsabilidade da EMITENTE e por ela integralmente suportados, os ônus decorrentes de todos e quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, ou outras, bem como das respectivas majorações, mudanças de base de cálculo ou do período de apuração, reajustes e encargos moratórios, tributos e contribuições estes já existentes ou que venham a ser criados no futuro e que sejam ou venham pelo SAFRA a ser suportados, em decorrência desta Cédula, inclusive, entre outros (tributos e contribuições), aqueles calculados com base em qualquer receita, bruta ou líquida, restringindo-se proporcionalmente, nesta última hipótese, a responsabilidade da EMITENTE ao ônus tributário decorrente da receita oriunda da presente Cédula, que vier, ou não, a integrar a receita global (bruta ou líquida) do SAFRA. Constitui, também, responsabilidade da EMITENTE todos e quaisquer ônus que venham a ser sofridos pelo SAFRA decorrentes da criação, aumento de alíquota, mudança da base de cálculo ou período de apuração, de encaixes ou recolhimentos compulsórios incidentes, direta ou indiretamente sobre a captação de recursos necessários para manter esta Cédula, ou, ainda, quaisquer ônus que venham a incidir sobre os ativos do SAFRA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento do ônus supra será efetuado pela EMITENTE à medida e na proporção dos montantes que forem devidos com base nesta Cédula, seja a título de principal, correção, atualização monetária, variação cambial, juros, taxas e outras verbas, sendo que o não pagamento constituirá inadimplemento do presente, com as consequências e cominações para tanto nele previstas, inclusive, mas não se limitando, ao vencimento antecipado. Caso, após a liquidação dos montantes acima mencionados, venha a se verificar qualquer diferença devida pela EMITENTE em virtude da presente cláusula, será a EMITENTE notificada de tal diferença, que deverá ser prontamente por ela liquidada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Correrão, ainda, por conta da EMITENTE, todas e quaisquer despesas decorrentes desta Cédula, tais como, mas não se limitando, a emolumentos de registro.

**- DA LIQUIDADAÇÃO ANTECIPADA**





17ª Será facultado à EMITENTE liquidar antecipadamente parcelas da dívida resultante desta Cédula, ou a sua totalidade, mediante redução proporcional dos juros.

245184

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a EMITENTE opte pela liquidação antecipada da dívida, total ou parcialmente, será por ela devida, na mesma data em que se efetivar a referida liquidação, uma comissão calculada na forma estabelecida nos incisos abaixo, respeitado o valor máximo previsto no campo "15" do Quadro "II" do preâmbulo:

(I) Para o cálculo da comissão de que trata este parágrafo, deve-se, primeiramente, multiplicar o somatório dos valores das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, já trazido a valor presente mediante a redução proporcional dos juros, pelo coeficiente indicado no campo "15" do Quadro "II" do preâmbulo;

(II) O valor obtido nos termos do inciso (I) anterior deverá ser multiplicado pelo prazo médio ponderado, em dias corridos, das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, levando-se em conta a data da efetiva liquidação e a data de vencimento original de cada parcela;

(III) O resultado obtido nos termos do inciso (II) acima corresponderá ao valor da comissão devida pela EMITENTE ao SAFRA, o qual a EMITENTE desde já autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, que seja levado a débito de sua conta corrente, nos mesmos termos das Cláusulas 11ª e 14ª supra.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente estabelecido que, para liquidar antecipadamente a sua dívida nos termos da presente cláusula, deverá a EMITENTE, necessariamente, efetuar o pagamento integral das eventuais importâncias que se encontrem em atraso, compreendendo principal e encargos, inclusive moratórios. Nesta hipótese, o valor em atraso, com os respectivos encargos, será acrescido ao somatório das parcelas a serem liquidadas antecipadamente, para fins do cálculo da comissão prevista no Parágrafo Primeiro anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de pretender a liquidação antecipada do presente empréstimo mediante a realização de operação de portabilidade junto a outra instituição financeira, de conformidade com o art. 1º da Resolução nº 3.401, de 06/09/2006, do Conselho Monetário Nacional, deverá a EMITENTE comunicar prévia e expressamente o SAFRA acerca dessa sua intenção, apresentando-lhe as condições comerciais oferecidas pela outra instituição, e concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação pelo SAFRA, para que este avalie a referida proposta. Caso a EMITENTE opte por realizar a operação de portabilidade antes do final do prazo de 30 (trinta) dias concedido ao SAFRA para avaliação, ou, ainda, caso o SAFRA venha a lhe fazer uma contra-proposta com iguais ou melhores condições, e a EMITENTE não a aceite, a comissão de liquidação antecipada por ela devida, nos termos dos parágrafos anteriores, terá o seu valor dobrado, com o que a EMITENTE manifesta desde já a sua expressa concordância.

#### DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

18ª O SAFRA poderá, a qualquer tempo, ceder, transferir, ou empenhar, total ou parcialmente, os direitos e obrigações, títulos de crédito, ações e garantias oriundos desta Cédula, independentemente de aviso ou autorização de qualquer espécie.

19ª O SAFRA poderá emitir Certificado de Cédula de Crédito Bancário com lastro no presente título, podendo negociá-lo livremente no mercado, tudo de conformidade com os artigos 43 e 44 da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, e com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

20ª Obriga-se a EMITENTE, durante a vigência da presente Cédula e até o final cumprimento das obrigações ora assumidas, a encaminhar ao SAFRA, devidamente acompanhada do demonstrativo da conta de lucros e perdas, cópia do seu balancete semestral e do balanço anual.

21ª A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), por este instrumento, autorizam expressamente o SAFRA e/ou qualquer sociedade financeira integrante das "Organizações Safra" a (a) inserir informações obtidas junto à EMITENTE, ao(s) AVALISTA(S) e ao(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), bem como (b) consultar as informações consolidadas em seus nomes que constem ou venham a constar (i) dos sistemas geridos pelo Banco Central do Brasil, relativamente a operações realizadas pela EMITENTE, pelo(s) AVALISTA(S) e pelo(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e/ou (ii) do Sistema de Informações de Crédito (SCR), de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil e/ou outros sistemas que, em virtude de norma legal os complementem ou substituam, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que a EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) forem clientes do SAFRA ou de qualquer outra sociedade integrante das "Organizações Safra", ou ainda enquanto subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes do presente instrumento.

22ª A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) declaram e garantem ao SAFRA e perante terceiros, sob pena de vencimento antecipado da presente Cédula, que: a) os seus representantes legais que subscrevem o presente instrumento detêm todos os poderes necessários para a sua celebração e para a assunção das obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as aprovações necessárias em nível societário; b) a celebração do presente instrumento não viola seus respectivos contratos ou estatutos sociais, eventuais acordos de acionistas, tampouco qualquer dispositivo legal ou determinação, decisão, deliberação ou despacho de qualquer autoridade administrativa ou judiciária a que estejam sujeitos; e c) os documentos societários e procurações que apresentaram ao SAFRA encontram-se em pleno vigor e eficácia, inexistindo quaisquer outros documentos ou atos supervenientes, de qualquer espécie, que os tenham revogado, alterado ou substituído a qualquer título.

23ª Fica estabelecido que, se qualquer das partes se abster de exercer direitos ou faculdades que pela presente Cédula lhe assistem ou se concordar com atrasos no cumprimento das obrigações a cargo da outra parte, não serão afetados aqueles direitos ou faculdades que poderão ser, pela parte inocente, exercidos em qualquer tempo a seu exclusivo critério, não implicando, aqueles atos de tolerância, em qualquer renúncia ou alteração das condições estatuídas nesta Cédula, nem obrigarão a parte inocente quanto a vencimentos e inadimplementos futuros.

24ª Se, para a defesa de seus direitos decorrentes do presente instrumento, ou para haver o que lhe for devido, alguma das partes necessitar recorrer a meios administrativos ou judiciais, terá ela direito ao ressarcimento, perante a parte inadimplente, das custas e despesas decorrentes, além dos honorários advocatícios incorridos, sendo que, em caso de cobrança judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados judicialmente.

25ª FICA ELEITO COMO COMPETENTE PARA CONHECER E DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS OU QUESTÕES QUE, PORVENTURA, VENHAM A



DECORRER DESTA CÉDULA, O FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP (JOÃO MENDES JUNIOR), PODENDO, AINDA, SER O MESMO FORO DETERMINADO PELA COMARCA ONDE É EMITIDA A PRESENTE CÉDULA.

245184

250.171.048-79

Emitente  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Avalista (1)  
JOSE ADRIANO GUERRA

Avalista (2)

Avalista (3)

Avalista (4)

Terceiro Garantidor (1)

Terceiro Garantidor (2)

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (1) LILIANI BATISTETTI  
CPF 250.171.048-79

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (2)

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) Avalista (3)

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
Nelson Luis Milanetto  
Sílvia Eduarda da Silva  
Oficial Delegado  
Oficial Substituto  
R. Nova de Julho, 1915 - Jardim América - Ribeirão Preto - SP - Tel.: (16) 3341-2441 - Cep 14015-170

Documento apresentado para registro, protocolado e registrado em microfilme sob No. 245184 de TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Ribeirão Preto/SP, 05/08/2014

SANDRA APARELIDA PIRETTI  
ESCREVENTE AUTORIZADA  
Emolumentos: R\$ 1.114,65 Guia: 032/2014  
Inclusos valores devidos ao Estado, Ipesp, Registro Civil e Tribunal de Justiça.

# COMUNICADO REFERENTE A INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) E DE OPERAÇÕES NO MERCADO DE CÂMBIO

Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito e operações realizadas no mercado de câmbio, as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) o acesso pelas "Organizações Safra" às informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio, disponibilizadas pelo BACEN tem por finalidade, entre outras, (i) permitir às "Organizações Safra" a verificação de desempenho do cliente em operações de câmbio contratadas junto às "Organizações Safra" e junto às demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre a posição do cliente em operações realizadas no mercado de câmbio, com o objetivo de subsidiar decisões de negócios; d) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR e/ou no SISBACEN por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN (CAP); e) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e/ou no SISBACEN deverão ser dirigidas às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; f) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR ou relativa a operações de clientes realizadas no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil disponibilizadas através do SISBACEN dependerá da prévia autorização dos clientes; g) a consulta por qualquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" a informações de operações realizadas no mercado de câmbio em que figurem como contraparte independe de autorização específica de seus clientes.

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.

Central de Suporte Pessoa Jurídica:  
Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248  
Demais Localidades 0300 015 7575  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.

Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC -  
Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por  
dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a):  
0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.





Local SANTO ANDRE	Data 05/06/2014													
I <b>CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO GARANTIDA</b> (doravante denominada simplesmente Operação Garantida)	CEDULA DE CREDITO BANCÁRIO													
	Nº 001101425	Data de emissão 05/06/2014		Valor principal R\$ 150.000,00										
	Encargos	Comissão	Taxa de Juros	Taxa de juros efetiva										
	PRE-FIXADOS	0,000000 %	1,780000	% ao mês	23,580332 % ao ano									
	Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cotip: XXXXXX													
	Forma de pagamento													
	De valor principal													
	Nº prestações	Periodicidade:		Vencimento final										
	0001	OUTROS:		01/09/2014										
	Dos encargos													
DATA DA CEDULA														
Cláusula Penal: 2% (dois por cento) sobre o débito atualizado														
Local de pagamento: Conforme previsto na Operação Garantida														
O(S) INSTRUMENTO(S) REPRESENTATIVO(S) DA OPERAÇÃO GARANTIDA, DETALHANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES, CONSIDERA(M)-SE AQUI TRANSCRITO(S), PARA TODOS OS EFEITOS DA PRESENTE GARANTIA,														
II <b>CREADOR FIDUCIÁRIO</b>	BANCO SAFRA S/A, com sede em São Paulo, Capital, na Avenida Paulista, 2.100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 58.160.789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRA													
III <b>CEDENTE FIDUCIANTE</b> (denominado individual e coletivamente como CEDENTE)	INTERVENIENTE OUTORGANTE DA GARANTIA, A SEGUIR IDENTIFICADO													
	Nome/Razão social	GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA												
	CPF/CNPJ	02.913.263/0001-17		RG	Estado civil									
	Endereço/Sede	R CELSO DANIEL N. 1315			Bairro									
	Cidade	RIBEIRAO PRETO		Estado SP	DIST EMPRESARIAL									
					CEP 14072-085									
IV <b>DEVEDOR</b> (doravante denominado simplesmente DEVEDOR, quando não for o CEDENTE)														
	Nome/Razão social	GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA												
	CPF/CNPJ	02.913.263/0001-17		RG	Estado civil									
	Endereço/Sede	R CELSO DANIEL N. 1315			Bairro									
	Cidade	RIBEIRAO PRETO		Estado SP	DIST EMPRESARIAL									
					CEP 14072-085									
V <b>OBJETO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA</b>	DUPLICATAS DE PRESTACAO DE SERVICOS													
	os quais estão / estarão identificados nos registros eletrônicos resultantes das remessas físicas ou eletrônicas de duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias cedidos ou a serem fiduciariamente cedidos ao SAFRA, nos termos do presente instrumento. Tais registros encontram-se e encontrar-se-ão em posse do SAFRA nas Contas Cedente e Vinculada descritas neste Quadro "V" (doravante os "BENS").													
	Conta Cedente Nº:	2000100	Agência:	01100										
	Conta Vinculada Nº:	2000100	Agência:	01100										
VI <b>VALOR DA GARANTIA</b>	100,00 % ( cem por cento ) sobre o saldo devedor atualizado da Operação Garantida, compreendendo principal e acessórios													

**New via Europe**      **Visit & report from us**



1. Em garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, assumidas na **Operação Garantida**, cujos termos e condições são de pleno conhecimento do **CEDENTE**, ora expressamente ratificadas, e do qual o presente instrumento e seu(s) complemento(s) são parte integrante, inseparável e complementar, o **CEDENTE** cede fiduciariamente ao **SAFRA**, neste ato, a propriedade e titularidade dos **BENS**, conforme definidos no Quadro "V" do preâmbulo, os quais, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer espécie, são/serão entregues pelo **CEDENTE** ao **SAFRA** na forma especificada nos incisos abaixo, passando o **SAFRA** a deter, além da propriedade fiduciária dos **BENS**, transferida neste ato, a respectiva posse direta e indireta, exercida (a) através da Conta Cedente indicada no mesmo Quadro "V" supra (doravante designada "Conta Cedente") e (b) também física e eletronicamente, conforme o caso:

2.5184

(i) as duplicatas emitidas fisicamente em suporte papel, e/ou os cheques e/ou as notas promissórias, entregues ao **SAFRA** neste ato ou, se for o caso, no prazo acordado entre as Partes em documento apartado, devidamente endossados e descritos em borderô(s) que integra(m, rá, rão) o presente instrumento como anexo(s); e/ou

(ii) as duplicatas emitidas eletronicamente pelo **CEDENTE**, sob a forma de caracteres criados em computador, oriundos da escrituração do **CEDENTE**, nos termos do artigo 889, §3º, do Código Civil, entregues também sob a forma eletrônica ao **SAFRA** neste ato ou, se for o caso, no prazo acordado entre as Partes em documento apartado, e descritas em borderô(s) que integra(m, rá, rão) o presente instrumento como anexo(s).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso a presente cessão fiduciária em garantia tenha como objeto duplicatas, sejam elas físicas ou eletrônicas, o **CEDENTE** fica obrigado a entregar ao **SAFRA**, conjuntamente com tais duplicatas, arquivo(s) eletrônico(s) contendo a descrição das notas fiscais/faturas que fundamentaram a sua emissão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os **BENS**, uma vez entregues nos termos do presente, serão considerados automaticamente vinculados à Conta Cedente e o produto do seu resgate e/ou execução nos termos do presente fica desde já (e ficará, de forma automática, sempre que novas duplicatas, cheques ou notas promissórias passarem a integrar a presente garantia e a definição de **BENS**, conforme aqui previsto) vinculado à conta especial identificada no Quadro "V" do preâmbulo como Conta Vinculada (doravante designada "Conta Vinculada"). O **CEDENTE** autoriza, neste ato, expressamente, o **SAFRA**, em caráter irrevogável e irretratável, a levar a débito da Conta Vinculada os valores nela creditados, decorrentes dos **BENS** e da execução da presente garantia, utilizando-os na amortização ou liquidação do saldo devedor da **Operação Garantida**, observado o disposto neste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Além das obrigações previstas na **Operação Garantida** e no presente instrumento, os **BENS** remanescentes ou os direitos creditórios remanescentes dos **BENS**, uma vez satisfeitas integralmente referidas obrigações, passarão, a garantir, automaticamente, também, sob a forma de cessão fiduciária, todas as demais obrigações do **DEVEDOR** e de outras sociedades que, relativamente ao mesmo **DEVEDOR**, sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição prevista no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na legislação fiscal (doravante simplesmente denominadas "SOCIEDADES"), para com o **SAFRA** ou quaisquer empresas integrantes das "Organizações Safra", assumidas ou a serem assumidas em virtude de outras operações (doravante, as "Outras Obrigações").

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso venham a ser cedidos fiduciariamente, ou de qualquer forma dados em garantia outras duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias para assegurar o pagamento das Outras Obrigações, essas outras duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias, uma vez desonerados nos termos dos instrumentos representativos das Outras Obrigações e das respectivas garantias, integrar-se-ão, automática e independentemente de manifestação de vontade do **DEVEDOR** ou do **CEDENTE**, à definição de **BENS**, e também garantirão, sob a forma de cessão fiduciária, as obrigações assumidas pelo **DEVEDOR** para com o **SAFRA**, nos termos da **Operação Garantida** e do presente, a elas então se aplicando todas as disposições deste instrumento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A liquidação de uma ou mais obrigações de responsabilidade do **DEVEDOR** nos termos da **Operação Garantida**, não autorizará a liberação parcial e/ou total dos **BENS**, os quais permanecerão garantindo as obrigações remanescentes da **Operação Garantida**, bem como, nos termos do Parágrafo Terceiro desta cláusula, as Outras Obrigações.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Para os efeitos do disposto nesta cláusula, fica desde já outorgado ao **SAFRA**, nos termos do artigo 684 do Código Civil, mandato irrevogável e irretratável para (a) vincular, às custas do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, (i) à presente garantia, sob a forma de cessão fiduciária, duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias integrantes de garantias de Outras Obrigações e/ou, conforme o caso, (ii) sob a forma de cessão fiduciária, os **BENS**, ou parte deles, em garantia das Outras Obrigações; e (b) podendo praticar todos os atos e assinar todos os documentos que necessários forem, inclusive, mas não se limitando, ao registro em qualquer órgão ou repartição competente, cujos emolumentos e despesas, serão suportados exclusivamente pelo **DEVEDOR** e pelo **CEDENTE**, solidariamente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A presente cessão fiduciária em garantia vigorará e permanecerá íntegra, desde a presente data, até a final liquidação do saldo devedor resultante da **Operação Garantida** e das Outras Obrigações, compreendendo principal e acessórios.

2. O **CEDENTE** responsabiliza-se pela existência e legitimidade dos **BENS**, garantindo que os mesmos não são objeto de qualquer contestação por parte dos seus devedores/sacados, declarando, ainda, sob as penas cominadas em lei, que: a) as mercadorias vendidas e já efetivamente entregues que deram origem aos **BENS**, não foram reenviadas nem recusadas ou devolvidas pelos compradores, ou que os serviços que deram origem aos **BENS** foram efetivamente prestados e não foram rejeitados pelos respectivos clientes, uma vez que estão em completo acordo com as respectivas especificações contratuais e com as determinações da Lei nº 5.474, de 18.07.1968; b) os sacados e/ou devedores e/ou emitentes dos **BENS** não estão em regime concordatário, falimentar, de recuperação judicial ou extrajudicial, nem solicitaram qualquer de tais regimes, ou em situação creditícia desfavorável caracterizada, a critério do **SAFRA**, por impontualidade na liquidação de quaisquer obrigações, nem possuem títulos de sua responsabilidade ou cobrança protestados ou apontados para protesto, não respondendo, outrossim, o **CEDENTE**, a processo de execução, ou qualquer outro, que afete ou possa afetar os **BENS** e/ou a presente cessão fiduciária; e c) os sacados e/ou devedores e/ou emitentes dos **BENS** não são administradores, sócios, acionistas, parentes, e/ou funcionários do **DEVEDOR** ou do **CEDENTE**, ou de empresas direta ou indiretamente, por relação de propriedade ou controle ou de outro tipo, ligadas de qualquer forma a qualquer dele(s), nem se tratam de empresas ligadas ao **CEDENTE** ou ao **DEVEDOR**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A constatação do descumprimento, falsidade ou imprecisão de qualquer das declarações constantes do *caput* desta cláusula e no restante deste documento acarretará o imediato vencimento antecipado de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes da **Operação Garantida**, juntamente com os encargos de mora e outras penalidades aplicáveis ao vencimento antecipado, conforme previstos no(s) instrumento(s) da **Operação Garantida**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O **CEDENTE** obriga-se a informar de imediato ao **SAFRA** qualquer reclamação relativa às mercadorias vendidas e/ou serviços prestados que deram origem aos **BENS**, obrigando-se a, se tal ocorrer e quando para tal for solicitado, substituir, em 24 (vinte e quatro) horas, os **BENS** afetados pelo valor correspondente, ou, se o **SAFRA** concordar, por outros títulos de crédito, observado o disposto no presente instrumento, os quais considerar-se-ão, automaticamente (i) vinculados à Conta Cedente e (ii) transferidos ao **SAFRA** em cessão fiduciária.

3. No caso da presente cessão fiduciária em garantia ter por objeto duplicatas, o **CEDENTE** autoriza o **SAFRA** a remeter aos respectivos sacados/devedores tão somente os competentes avisos de cobrança (boletos), e a manter em carteira, física e/ou eletronicamente, as duplicatas aceitas, permanecendo as duplicatas não aceitas em poder do **CEDENTE**, que exercerá tal posse em nome de e no interesse do **SAFRA**.

4. Na hipótese dos documentos, instrumentos, títulos de crédito ou outros, integrantes ou representativos dos **BENS**, tais como as notas fiscais, os comprovantes de entrega e recebimento de mercadorias, o instrumento contratual que fundamenta a venda mercantil e/ou a prestação de serviços, bem como qualquer outro documento que comprove a venda e entrega de mercadorias e/ou a efetiva prestação de serviços, ou, ainda, qualquer outro documento que comprove a existência dos **BENS** (para os efeitos do presente, coletivamente designados de "Documentos dos Bens") permanecerem na posse do **CEDENTE**, este se compromete, sob as penas da lei, a se abster de promover a cobrança direta dos sacados e/ou dos devedores dos **BENS**, conforme o caso, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida**, juntamente com todos os ônus contratuais, bem como aqueles decorrentes de lei. Outrossim, o **CEDENTE** assume, neste ato, a condição de fiel depositário dos Documentos dos Bens, inclusive,



245184

mas sem limitação, para o fim do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis ao protesto de títulos, sujeitando-se a todas as cominações civis e penais aplicáveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Em razão do disposto nesta cláusula, fica o **SAFRA** isento de toda e qualquer responsabilidade, presente ou futura, pela não remessa dos **Documentos dos Bens** aos sacados/devedores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Sob pena de vencimento antecipado de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes da **Operação Garantida**, o **CEDENTE** obriga-se a, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação do **SAFRA** nesse sentido por qualquer motivo, enviar-lhe os **Documentos dos Bens** que permanecerem em seu poder nos termos desta cláusula. Tendo em vista o disposto nesta cláusula, o **CEDENTE** exonera e compromete-se a indenizar e a manter a salvo o **SAFRA** com relação a quaisquer consequências e responsabilidades advindas da inexistência ou da não entrega física ao **SAFRA** dos **Documentos dos Bens**.

5. Sem prejuízo e em adição a outras autorizações e mandatos aqui previstos, o **CEDENTE**, neste ato, nomeia e constitui o **SAFRA** seu bastante procurador, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para o fim especial de, para os efeitos da presente garantia, endossar as duplicatas e/ou os cheques e/ou notas promissórias, apresentá-los para protesto, e para a prática de qualquer outro ato ou endosso relativo a quaisquer outros **Documentos dos Bens**, quando aplicável.

6. O **CEDENTE** obriga-se (entendendo-se essa obrigação como solidária, quando **CEDENTE** e **DEVEDOR** forem pessoas distintas, e, ainda, solidariamente entre eles e o **DEVEDOR**, se vários forem os cedentes) a manter a presente garantia boa, firme e valiosa, durante toda a sua vigência, devendo a somatória dos **BENS** vincendos e aceitos pelo **SAFRA** em garantia corresponder sempre a valor não inferior àquele estabelecido no Quadro "VI" do preâmbulo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso, a qualquer momento, por qualquer motivo (inclusive, mas não se limitando, na hipótese das duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias entregues serem declarados inábeis ou desmerecidos por qualquer motivo superveniente), o valor dos **BENS** vincendos e aceitos pelo **SAFRA** em garantia seja ou se torne inferior ao valor da garantia fixado no "caput" desta cláusula, obriga-se o **CEDENTE** a, de forma automática e independentemente de qualquer outra formalidade, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do fato, entregar ao **SAFRA**, em cessão fiduciária, a titularidade e propriedade de duplicatas, e/ou cheques, e/ou notas promissórias adicionais que o **SAFRA** considerar aceitáveis, entregando-os por meio eletrônico ou físico, conforme o caso, de modo a recompor a presente garantia, passando essas novas duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias adicionais a serem regidos pelo presente instrumento, em todos os seus efeitos, considerando-se automaticamente (i) cedidos fiduciariamente ao **SAFRA**, (ii) integrados à definição de **BENS** e (iii) vinculados à Conta Cedente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Sem prejuízo do vencimento antecipado da **Operação Garantida** por inadimplemento contratual, nos termos da Cláusula 21 adiante, na hipótese de se verificar, a qualquer tempo, insuficiência de garantia, observado o valor da garantia estabelecido no "caput" desta cláusula, ficará o **CEDENTE** sujeito à cobrança de multa diária no valor equivalente a até 0,3% (três décimos por cento) sobre o montante correspondente à falta de garantia, devida por cada dia útil de atraso na composição/recomposição da garantia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica expressamente ajustado entre as Partes que o valor da garantia será constantemente apurado e verificado pelo **SAFRA** com base, não só no saldo devedor da **Operação Garantida**, mas na somatória dos saldos devedores das operações em vigor que contem com a mesma modalidade de garantia.

7. O **SAFRA** concede ao **CEDENTE** a opção de promover a rotatividade da presente garantia, nas condições previstas nesta cláusula. Na medida do recebimento pelo **SAFRA** dos valores decorrentes dos **BENS**, o **CEDENTE** terá a opção de receber o produto líquido da cobrança, desde que: (a) ofereça outras duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias vincendos, para cessão fiduciária; (b) o **SAFRA** aceite em cessão fiduciária, a seu exclusivo critério, as duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese de exercício da opção nos termos desta cláusula, as duplicatas e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos pelo **CEDENTE** e aceitos em cessão fiduciária pelo **SAFRA** considerar-se-ão automaticamente: (i) vinculados à Conta Cedente, (ii) integrados à definição de **BENS** e (iii) cedidos fiduciariamente ao **SAFRA**, nos termos deste instrumento, de forma a manter sempre a garantia no valor fixado na Cláusula 6 anterior, procedendo-se na mesma conformidade, sucessivamente, de modo a se manter, durante toda a vigência da **Operação Garantida**, até sua final liquidação, íntegra, absoluta e vincenda a cessão fiduciária em garantia representada pelos **BENS**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não exercendo o **CEDENTE** a opção nos termos desta cláusula, ou não sendo aceitos pelo **SAFRA** as duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias oferecidos para nova cessão, o produto da cobrança dos **BENS** pagos, deduzidas as despesas para a sua efetivação, ficará mantido junto ao **SAFRA** na Conta Vinculada, sem curso de juros e/ou atualização monetária, que exercerá, assim, sobre ele, os seus direitos de credor, cessionário e titular da propriedade fiduciária.

8. Na hipótese das duplicatas cedidas fiduciariamente estarem representadas sob a forma de registros eletrônicos, nos termos da Cláusula 1, inciso "ii", o **CEDENTE** obriga-se a emitir e assinar em formato papel tais duplicatas, entregando-as ao **SAFRA** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento, em seu endereço constante do preâmbulo, de solicitação que o **SAFRA** vier a fazer nesse sentido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso o **CEDENTE** não proceda à entrega das duplicatas em formato papel, conforme previsto no "caput" desta cláusula, o **SAFRA** poderá emití-las fisicamente com base nos registros eletrônicos em seu poder, não assumindo qualquer responsabilidade em virtude de tal emissão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Por meio do presente, o **CEDENTE** nomeia e constitui o **SAFRA** suficiente procurador com poderes irrevogáveis e irretratáveis, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para emitir e assinar as duplicatas objeto da presente cessão fiduciária em formato papel, e, se for o caso, triplicatas, podendo proceder tudo que for necessário para sua cobrança, protestando-as pelos motivos cabíveis, praticando e assinando todo e qualquer ato e documento necessários, recebendo e dando quitação, inclusive no caso de cobrança pela simples emissão dos competentes boletos, enfim tudo que for ou venha a ser necessário à cobrança das duplicatas e satisfação da **Operação Garantida**.

9. Todos os pagamentos devidos ao **SAFRA** em virtude da presente cessão fiduciária deverão ser realizados livres de quaisquer deduções ou retenções, ainda que em virtude de impostos, taxas, comissões, dentre outros tributos/encargos, os quais serão suportados pelo **CEDENTE**, que efetuará o pagamento dos montantes adicionais que se fizerem necessários, de forma a manter preservado o valor correspondente ao percentual fixado no Quadro "VI" do preâmbulo.

10. Todas as duplicatas, e/ou os cheques e/ou as notas promissórias que vierem a ser entregues ao **SAFRA** para compor a presente garantia, bem como todo e qualquer borderô, comunicação ou correspondência adicional que for encaminhado ao **SAFRA**, ou trocado entre o **SAFRA** e o **CEDENTE** ou o **DEVEDOR**, e aceito pelo **SAFRA**, em virtude de rotatividade, substituição, reposição, reforço ou complementação da presente cessão fiduciária, constituirão parte integrante, inseparável e complementar deste instrumento, sendo que as presentes disposições aplicar-se-ão, automaticamente, às novas duplicatas, e/ou cheques e/ou notas promissórias, que passarão a integrar, também automaticamente, a definição de **BENS**, considerando-se automaticamente (i) transferidos em cessão fiduciária ao **SAFRA** e (ii) vinculados à Conta Cedente.

11. Em razão do caráter de rotatividade impresso à presente garantia nos termos da Cláusula 7 supra, e visando a manutenção da qualidade da garantia ora outorgada, sempre considerando as definições contidas no Parágrafo Primeiro a seguir, o **CEDENTE** obriga-se, durante toda a vigência da **Operação Garantida**, a: a) manter o ILM em percentual nunca inferior a 80% (oitenta por cento); b) não proceder ao aumento do Prazo Médio dos Bens em mais do que 30 (trinta) dias; e c) manter a Concentração de Bens em patamar inferior a 10% (dez por cento) do valor total dos **BENS** mantidos em garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os fins do disposto no *caput*, as partes definem que: a) o Índice de Liquidez Média (o "ILM") dos **BENS**, será aquele obtido pela divisão do valor total dos **BENS** pagos pelos respectivos devedores nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de verificação, pelo valor total desses mesmos **BENS** somado aos valores dos **BENS** vencidos e não pagos pelos devedores, mais aqueles baixados ou transferidos no mesmo



245184

período de 60 (sessenta) dias; b) o "Prazo Médio dos Bens" é aquele verificado na concessão da **Operação Garantida**, que corresponde à média do prazo dos **BENS** apresentados em garantia, ponderado pelos seus respectivos valores; e c) a "Concentração de Bens" significa a concentração de **BENS** representativos de créditos contra um mesmo devedor, ou contra devedores com restrição creditícia de qualquer natureza, em relação ao total de **BENS**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nesses termos, fica desde já estabelecido que o **CEDENTE** e o **DEVEDOR** ficarão sujeitos à cobrança de um encargo financeiro adicional mensal ("comissão"), em valor equivalente ao percentual de até 0,4% (quatro décimos por cento) calculado sobre o saldo devedor da **Operação Garantida**, quando se verificar, em apuração mensal, o descumprimento de quaisquer das obrigações previstas no *caput*, ficando desde já autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, o débito da referida comissão em suas respectivas contas, inobstante o fato de que para os próximos períodos de apuração, o **CEDENTE** deverá manter os níveis estabelecidos no *caput*.

12. O **SAFRA** não terá nenhuma responsabilidade pela ocorrência da prescrição de qualquer dos **BENS**, cujo **Documento do Bem** esteja em seu poder por efeito da cessão fiduciária em garantia, cabendo ao **CEDENTE** a obrigação de, independentemente de qualquer aviso e a benefício da garantia, promover: a) a interrupção da prescrição de todos os **BENS**, sem direito à restituição de qualquer título ou direito de prescrição assim interrompido, pelo que permanecerão todos os **BENS** e **Documentos dos Bens** em poder do **SAFRA**, mesmo durante o processo de interrupção; e/ou b), no caso especial de cheques, a apresentação tempestiva dos cheques cedidos fiduciariamente e a interrupção da sua prescrição, permanecendo íntegra e em vigor a cessão fiduciária em garantia.
13. O **CEDENTE** autoriza o **SAFRA**, em caráter irrevogável e irretratável, a utilizar quaisquer importâncias que venha a ter em seu poder, em razão da cobrança dos **BENS**, ou de qualquer forma de execução da presente garantia, na amortização e/ou liquidação do saldo devedor da **Operação Garantida**, caso ocorra o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou ainda, em qualquer das demais hipóteses de vencimento antecipado previstas na **Operação Garantida**, tudo independentemente de autorização, aviso prévio ou notificação de qualquer natureza, e sem prejuízo das demais cominações previstas na **Operação Garantida**.

14. Na qualidade de credor fiduciário, poderá o **SAFRA**, exercer sobre os **BENS** os direitos discriminados no artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.1965, incluído pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004, no Decreto-Lei 911, de 01.10.1969, e nos artigos 18 a 20, da Lei nº 9.514, de 20.11.1997, inclusive os direitos de: (i) consolidar em si a propriedade plena dos **BENS** no caso de execução da presente garantia; (ii) conservar e recuperar a posse dos **BENS** contra qualquer detentor, inclusive o próprio **CEDENTE**; (iii) promover a intimação dos devedores/sacados para que não pague qualquer dos **BENS** ao **CEDENTE**, enquanto durar a cessão fiduciária; (iv) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os **BENS** e exercer os demais direitos conferidos ao **CEDENTE** sobre os mesmos, podendo transigir e, se qualquer deles não for pago, levá-lo a protesto e promover a cobrança judicial respectiva, contra o **CEDENTE** e quaisquer coobrigados ou outros responsáveis pelo pagamento, assim como, dispor, pelo preço que entender, dos **BENS** e de quaisquer direitos deles decorrentes, transferindo-os por endosso, cessão ou como lhe convier, com poderes amplos e irrevogáveis para assinar quaisquer termos necessários para efetivação dessa transferência, receber e dar quitação; (v) receber diretamente dos devedores ou outros coobrigados ou responsáveis pelo seu pagamento, o produto líquido dos **BENS**; e (vi) busca e apreensão e de restituição e outros, outorgados por ou decorrentes dos diplomas legais acima. Correrão por conta do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, todas as despesas incorridas pelo **SAFRA** no exercício desses direitos, juntamente com todas as outras despesas aqui previstas como de responsabilidade do **DEVEDOR** ou do **CEDENTE**, e quaisquer outras incorridas na proteção e exercício dos direitos do **SAFRA**, as quais serão também cobertas pela presente garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Se as importâncias recebidas, referentes aos **BENS**, não bastarem para o pagamento integral da dívida resultante da **Operação Garantida**, compreendendo principal e encargos, bem como das despesas incorridas pelo **SAFRA** no exercício dos direitos previstos no *caput* desta cláusula e no presente instrumento, o **DEVEDOR** continuará obrigado pelo pagamento do saldo remanescente, nas condições avençadas na **Operação Garantida**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O **CEDENTE** (ENTENDENDO-SE **CEDENTE** E **DEVEDOR**, SOLIDARIAMENTE, SE FOREM PESSOAS DIFERENTES, E, AINDA, SOLIDARIAMENTE ENTRE ELES E O **DEVEDOR**, SE VÁRIOS FOREM OS **CEDENTES**) AUTORIZA DESDE JÁ O **SAFRA** A APRESENTAR OS **BENS** PARA PROTESTO, ASSUMINDO, EM CARÁTER EXCLUSIVO, A RESPONSABILIDADE PELAS DESPESAS COM OS PROTESTOS E/OU APONTAMENTOS DE TÍTULOS, SEJA ESPECÍFICA, SEJA GERICAMENTE, BEM COMO POR TODA E QUALQUER CONSEQUÊNCIA DESSES PROTESTOS E/OU APONTAMENTOS, EM ESPECIAL POR QUAISQUER PLEITOS DOS SACADOS OU DE TERCEIROS A QUALQUER TÍTULO, INCLUSIVE, SEM LIMITAÇÃO, A TÍTULO DE PERDAS E DANOS, MORAL OU MATERIAL, E LUCROS CESSANTES, AUTORIZANDO, DESDE JÁ, EM OCORRENDO TAIS HIPÓTESES, A REALIZAÇÃO DOS RESPECTIVOS DÉBITOS EM SUA CONTA CORRENTE MANTIDA JUNTO AO **SAFRA**.

15. Fica expressamente estabelecido entre as Partes que, havendo autorização expressa do **CEDENTE** nesse sentido, os recursos que vierem a ser creditados na Conta Vinculada, em decorrência da cobrança dos **BENS**, poderão ser automaticamente aplicados em conta(s) poupança de titularidade do **CEDENTE** junto ao **SAFRA**. Na ocorrência desta hipótese, o saldo positivo verificado em tal(is) conta(s) poupança, incluindo os rendimentos apurados, passarão a integrar automaticamente a presente garantia, para todos os seus efeitos, bem como a definição de **BENS**, a ele se aplicando todas as disposições deste instrumento.
16. Sem prejuízo e em adição a outras disposições aqui existentes nesse sentido, durante toda a vigência da presente garantia, obriga-se o **CEDENTE**, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida** e sem prejuízo das sanções cominadas em lei, a não ceder, descontar, transacionar, dar em garantia a quaisquer terceiros ou constituir quaisquer ônus sobre os **BENS**, bem como iniciar a prática de qualquer desses atos.
17. Serão de exclusiva responsabilidade do **DEVEDOR** e do **CEDENTE**, solidariamente, os pagamentos (i) de todas as despesas decorrentes do presente instrumento, especialmente as referentes ao seu registro, (ii) da tarifa de processamento/revisão de garantias cobráveis mencionada no Quadro "VII" do preâmbulo e das demais tarifas aplicáveis ao serviço de cobrança, de conformidade com os serviços e valores previstos nas tabelas de tarifas afixadas nas agências do **SAFRA** e divulgadas em seu site, e (iii), sempre que aplicável, da multa prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula 6 supra, ficando o **SAFRA** expressamente autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder ao débito dos respectivos valores nas contas correntes do **DEVEDOR** e do **CEDENTE** mantidas junto ao **SAFRA**.
18. O não exercício total ou parcial, pelo **SAFRA**, de qualquer de seus direitos, privilégios, poderes ou faculdades, nos termos deste instrumento, não poderá ser considerado, sob qualquer hipótese, renúncia ou novação dos mesmos, nem poderá ser invocado em futuros descumprimentos.
19. Fica desde já esclarecido que, mesmo não expressamente indicado em qualquer das cláusulas do presente, toda e qualquer obrigação relativa à garantia de cessão fiduciária é assumida solidariamente por todos os garantidores, se mais do que um, inclusive o(s) interveniente(s) outorgante(s) de garantia ou no caso de um deles ser o próprio **DEVEDOR**. De forma geral, o **DEVEDOR**, mesmo que não seja o **CEDENTE**, também é solidário do **CEDENTE** quanto às obrigações de fazer e/ou dar, nos termos do presente, inclusive, sem limitação, quanto ao reforço de garantia.
20. O **CEDENTE** e o **DEVEDOR** declaram e garantem ao **SAFRA** e perante terceiros, sob pena de vencimento antecipado da **Operação Garantida**, que: a) os seus representantes legais que subscrevem o presente instrumento detêm todos os poderes necessários para a sua celebração e para a assunção das obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as aprovações necessárias em nível societário; b) a celebração do presente instrumento não viola seus respectivos contratos ou estatutos sociais, eventuais acordos de acionistas, tampouco qualquer dispositivo legal ou determinação, decisão, deliberação ou despacho de qualquer autoridade administrativa ou judiciária a que estejam sujeitos; e c) os documentos societários e procurações que apresentaram ao **SAFRA** encontram-se em pleno vigor e eficácia, inexistindo quaisquer outros documentos ou atos supervenientes, de qualquer espécie, que os tenham revogado, alterado ou substituído a qualquer título.
21. Sem prejuízo e em adição a qualquer cláusula do presente ou da **Operação Garantida**, todo e qualquer descumprimento de obrigação de dar, fazer ou não fazer e/ou pagar, objeto do presente, do **CEDENTE** ou do **DEVEDOR**, bem como a falsidade, imprecisão ou incorreção de qualquer das



declarações aqui formuladas pelo CEDENTE ou pelo DEVEDOR serão motivos de vencimento antecipado da Operação Garantida, e imediata execução desta garantia.

22. O DEVEDOR, o CEDENTE e o SAFRA concordam que a garantia prevista neste instrumento é constituída em adição e não em exclusão ou limitação de outras garantias, reais ou pessoais, concedidas pelo DEVEDOR, pelo CEDENTE ou por quaisquer terceiros garantidores, quanto à liquidação integral da Operação Garantida. Outrossim, a execução parcial ou total da presente garantia não exclui as demais, que continuarão em pleno vigor e efeito.

23. Fica desde já certo e ajustado que quaisquer prorrogações, renovações e/ou novações da **Operação Garantida**, bem como o consentimento de moratória do **CEDENTE**, não prejudicarão, sob qualquer aspecto, a presente garantia, que permanecerá íntegra até final liquidação da **Operação Garantida** e das Outras Obrigações, independentemente da formalização de qualquer aditamento ou de instrumento assinado pelas partes.

24. As partes declaram firmar o presente em atenção aos princípios da probidade e boa-fé, amparados nos artigos 113 e 422 do Código Civil Brasileiro, reconhecendo, de forma irrevogável e irretroatável, que o presente instrumento é plenamente eficaz e hábil a produzir efeitos a partir desta data, independentemente de qualquer outra formalidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em razão do disposto no *caput*, e considerando ainda que a constituição da presente garantia foi condição essencial para concessão da **Operação Garantida**, o **CEDENTE** e o **DEVEDOR** comprometem-se a não invocar a ausência do registro deste instrumento no Cartório ou Ofício competente para qualquer fim e em qualquer sede, quando tal ausência não seja imputável às partes, tais como, mas não se limitando, a insuficiência de tempo hábil e razoável após a assinatura para o efetivo registro; a exigência, pelo Cartório ou Ofício, de documentos cuja apresentação seja impossível à qualquer das partes, seja por inexistência dos mesmos ou por incompatibilidade do documento com os fins deste instrumento.

25. O CEDENTE declara, ainda, para todos os fins e efeitos de direito, que os **BENS** descritos e caracterizados no Quadro "V", do preâmbulo, não fazem parte de seu ativo imobilizado.

26. A presente avença é celebrada em caráter irrevogável e irretratável e obriga as partes, seus herdeiros ou sucessores e cessionários a qualquer título.

27. FICA CONSTITUÍDO COMO COMPETENTE PARA CONHECER E DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS OU QUESTÕES QUE PORVENTURA VENHAM A DECORRER DESTE INSTRUMENTO, O FORO DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP - CENTRO - JOÃO MENDES JUNIOR, PODENDO, AINDA, SER O MESMO FORO DETERMINADO PELO DA COMARCA ONDE É CELEBRADO O PRESENTE.

Assim, estando justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento e seu(s) complemento(s), em 03 (três) vias de idêntico teor e para o mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas, os quais constituem parte integrante, inseparável e complementar da Operação Garantida, sujeitando-se os signatários ao cumprimento de todas as disposições deles constantes.

~~Princípio Cessio dos Santos~~

Banco Safra S/A

Luciane Nuzzi Frugis

Devedor  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Cedente  
GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA

Cônjuge/Companheiro(a) do Cedente

## Testemunhas

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome:  
CPE:

**COMUNICADO REFERENTE A INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) E OPERAÇÕES NO MERCADO DE CÂMBIO**

Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito e operações realizadas no mercado de câmbio, as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) o acesso pelas "Organizações Safra" às informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio, disponibilizadas pelo BACEN tem por finalidade, entre outras, (i) permitir às "Organizações Safra" a verificação de desempenho do cliente em operações de câmbio contratadas junto às "Organizações Safra" e junto às demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre a posição do cliente em operações realizadas no mercado de câmbio, com o objetivo de subsidiar decisões de negócios; d) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR e/ou no SISBACEN por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN (CAP); e) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e/ou no SISBACEN deverão ser dirigidas às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; f) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR ou relativa a operações de clientes realizadas no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil disponibilizadas através do SISBACEN dependerá da prévia autorização dos clientes; g) a consulta por qualquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" a informações de operações realizadas no mercado de câmbio em que figurem como contraparte independente de autorização específica de seus clientes.

Central de Atendimento Safrá: 0300 105 1234  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.

Central de Suporte Pessoa Jurídica:  
Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248  
Demais Localidades 0300 015 7575  
Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.

**Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.**

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a):  
0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.



**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**  
 Hilário Luis Minetto — Sigray Edmaria da Silva  
 Oficial Delegado — Oficial Substituto  
 Av. Norm. do. Julho, 1915 - Jardim América - Ribeirão Preto - SP - Tel.: (16) 3941-2441 - Cap. 14015-470

Documento apresentado para registro, protocolado e registrado em microfilme sob No. 245184 de TÍTULOS E DOCUMENTOS

Ribeirão Preto/SP, 05/08/2014

SANDRA APARECIDA MINETTO  
 ESCRIVENTE AUTORIZADA  
 Emolumentos: R\$ 1.114,65 Guia: 032/2014  
 Incluídos valores devidos ao Estado, Ipesp, Registro Civil e Tribunal de Justiça.



<b>I - Partes</b>		
Credor	BANCO SAFRA S/A	
Emitente	Nome GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA	CPF/CNPJ 02.913.263/0001-17

Características da Operação	01-Valor do Crédito: R\$ 150.000,00	02-Comissão: 0,000000 %
	03-Taxa de juros: 1,780000 % ao mês	
	04- Taxa de juros efetiva: 1,780000 % ao mês	23,580332 % ao ano
	05-Vencimento final: 01/09/2014	06- Encargos: PRE-FIXADOS
	07-Indexador/Taxa Referencial/CDI-Cetip: XXXXXX	
	08- Quantidade de parcelas, quando se tratar de pagamento parcelado: 0001	
	09- Periodicidade da capitalização dos encargos: DIÁRIA	
	10. Demais encargos e despesas	
	10.1. Tributos e contribuições	
	10.1.1. IOF – alíquota de:	
	a) 0,004100 % ao dia - Valor R\$ 541,20	b) 0,380000 % calculado sobre o valor do Crédito -Valor R\$ 570,00
	10.1.2. Outros:	
	Alíquotas em vigor na data da contratação da operação, aplicadas conforme legislação específica.	
	11-Tarifas e demais despesas	
11.1- Tarifa de emissão de contrato: R\$ 1.500,00		
Tarifas vigentes - conforme tabelas de tarifas de serviços afixadas nas dependências das Agências do SAFRA.		
12. Comissão de liquidação antecipada (quando não tiver, vem zerado)		
Coefficiente: 0,030328 %	Valor máximo: R\$ 3.912,33	
13. Juros de mora: Taxa CDI-Cetip acrescida de 0,225783 % ao dia (cobrança por dias corridos).		

<p>Central de Atendimento Safrá: 0300 105 1234</p> <p>Atendimento personalizado de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, exceto feriados.</p>	<p>Central de Suporte Pessoa Jurídica:</p> <p>Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248</p> <p>Demais localidades 0300 015 7575 - Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.</p>
<p>Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia. 7 dias por semana.</p>	<p>Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a): 0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.</p>





**BANCO SAFRA S/A**  
**Demonstrativo de Saldo Devedor**  
**Cliente: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA**  
**Nº Contrato: 1101425**  
**Data do Cálculo: 07/11/2014**

Índice Correção Monetária	Deságio	Juros	Honorários	Multa	Juros Mora
INPC/IBGE - 56	0.00%	0.00%	0.00%	2.00%	1.00%

Contrato	Parc	Vencido	Valores							
			Face	Amort.	Correção	Juros (Encargos)	Mora	Valor Desagiado	Multa	Total
1101425	1	01/09/2014	157.967,51	0,00	774,04	0,00	3.545,23	0,00	3.245,74	165.532,51
Total Vencidas			157.967,51	0,00	774,04	0,00	3.545,23	0,00	3.245,74	165.532,51
Total Vincendas			-	-	-	-	-	-	-	-
Outros			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Honorários			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Total Saldo Devedor			157.967,51	0,00	774,04	0,00	3.545,23	0,00	3.245,74	165.532,51

*Gustavo Benedito de Oliveira*

Diretoria de Gestão de Vencidos / Recuperação de Ativos





do Período Inicial, observado o disposto na Clausula 3ª abaixo ("Períodos Subsequentes"), hipótese em que a EMISSANTE poderá utilizar o crédito até o limite máximo que vigorar à época, conforme informado pelo SAFRA à EMISSANTE na comunicação de que trata o "caput" da Clausula 3ª abaixo. Fica, desde já, estabelecido que o valor indicado no campo "01.2" do preâmbulo corresponde ao limite máximo aplicável a cada um dos Períodos Subsequentes, sendo certo que o valor do limite a ser efetivamente aplicado a cada Período Subsequente, se concedido, será informado pelo SAFRA à EMISSANTE por meio de avisos constantes do "Extrato de Movimentação" disponível para visualização no acesso aos meios eletrônicos ("Sistema Emprestas"), quando da respectiva confirmação da renovação do limite, na forma estabelecida na Clausula 3ª abaixo ("Limites Efetivos").

PARÁGRAFO ÚNICO. Fica, ainda, expressamente convencionado que tanto o Limite do Período Inicial quanto qualquer do(s) Limite(s) Efetivo(s) poderão ser inferiores), porém nunca superiores), ao valor estabelecido no campo "01.2" do preâmbulo.

PARÁGRAFO ÚNICO. Fica, ainda, expressamente convencionado que tanto o Limite do Período Inicial quanto qualquer do(s) Limite(s) Efetivo(s) poderão ser, a qualquer tempo, revisados pelo SAFRA, hipótese na qual a EMISSANTE receberá aviso, a ser encaminhado pelo mesmo modo previsto na cláusula 3ª ou por qualquer outro meio, passando os novos limites de crédito a vigorar na mesma data de recebimento do referido aviso pela EMISSANTE.

- DA(S) RENOVAÇÃO(ÕES)

3ª A eventual renovação do prazo da linha de crédito contemplada nesta Cédula, seja para iniciar um primeiro Período Subsequente, seja para iniciar um novo Período Subsequente ao final de cada Período Subsequente, conforme o caso, será objeto de prévia aprovação por parte do SAFRA, a seu exclusivo critério, e dependerá de prévia comunicação pelo SAFRA à EMISSANTE, por meio de avisos constantes do "Extrato de Movimentação" disponível para visualização no acesso aos meios eletrônicos ("Sistema Emprestas"), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados da data de término do Período Inicial ou do Período Subsequente em curso, comunicação esta que informará o Limite Efetivo do Período Subsequente, prazo, taxa de juros, taxa de juros efetiva, e demais condições aplicáveis ao Período Subsequente. Caso o SAFRA aprove a renovação do prazo, contudo a EMISSANTE não pretenda tal renovação, deverá ela comunicar o SAFRA por escrito a esse respeito, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data de vencimento do Período Inicial ou do Período Subsequente em curso, conforme o caso, ficando a EMISSANTE, nesta hipótese, obrigada a liquidar o saldo devedor total da presente cédula, compreendendo principal e encargos, na referida data de vencimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Havendo renovação do prazo, o primeiro Período Subsequente terá início no dia imediatamente posterior a data de Vencimento do Período Inicial indicada no campo "02.1" do preâmbulo ("Vencimento do Período Inicial"), e vigorará pelo novo prazo informado pelo SAFRA, na comunicação referida no "caput" desta cláusula. Da mesma forma, o segundo Período Subsequente terá início no dia imediatamente posterior a data de vencimento do primeiro Período Subsequente, e assim sucessivamente, sempre que houver renovação, vigorando cada Período Subsequente pelo prazo que vier a ser informado pelo SAFRA na comunicação prevista no "caput". Sem prejuízo do disposto acima, fica estabelecido que o vencimento do último Período Subsequente, em nenhuma hipótese, poderá ocorrer após a data indicada no campo "02.2" do preâmbulo ("Data Limite de Vencimento"), ocasião em que todo e qualquer valor devido pela EMISSANTE em decorrência desta Cédula deverá ser imediato e integralmente pago.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As partes reconhecem a independência de cada uma das datas de vencimento referidas no caput e no Parágrafo Primeiro desta cláusula, cabendo, portanto, à EMISSANTE realizar os pagamentos devidos em decorrência desta Cédula na sua respectiva data de vencimento, conforme acima descrito. A EMISSANTE, desde já, reconhece que a data de vencimento do crédito utilizado no âmbito desta Cédula poderá ocorrer anteriormente, porém nunca posteriormente, à Data Limite de Vencimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO. FICA, DESDE JÁ, ESTABELECIDO QUE AS RENOVAÇÕES REFERIDAS NESTA CLAUSULA 3ª CONSTITUEM UMA MERA FACILIDADE E NÃO UMA OBRIGAÇÃO DE O SAFRA RENOVAR O PERÍODO INICIAL E/OU QUALQUER PERÍODO SUBSEQUENTE EM CASO DE NÃO RENOVAÇÃO. NÃO CABERÁ À EMISSANTE PLEITEAR QUALQUER TIPO DE INDENIZAÇÃO, MULTA, PENALIDADE E/OU QUALQUER OUTROS ENCARGOS.

PARÁGRAFO QUARTO. O NÃO RECEBIMENTO, PELA EMISSANTE, DA COMUNICAÇÃO PREVISTA NO CAPUT DESTA CEDULA IMPLICARÁ NA NÃO RENOVAÇÃO DO PERÍODO INICIAL OU DO PERÍODO SUBSEQUENTE ENTÃO EM VIGOR. HIPÓTESE EM QUE FICARÁ A EMISSANTE OBRIGADA A LIQUIDAR A TOTALIDADE DO SALDO DEVEDOR DESTA, COMPREENDENDO PRINCIPAL E ENCARGOS, NA DATA DE VENCIMENTO DO REFERIDO PERÍODO EM CURSO.

PARÁGRAFO QUINTO. Não obstante o disposto nesta Clausula 3ª, poderá esta Cédula ser rescindida por simples denúncia, efetuada pelo SAFRA ou pela EMISSANTE, inclusive durante o Período Inicial e/ou qualquer dos Períodos Subsequentes. (i) se pelo SAFRA, mediante aviso através dos meios eletrônicos de interação entre o SAFRA e a EMISSANTE, e/ou aviso protocolado; ou (ii) se pela EMISSANTE, através de aviso protocolado, produzindo a denúncia os seus efeitos legais a partir da data do recebimento do respectivo aviso pelo destinatário, devendo então, em qualquer dos casos acima, o respectivo limite de crédito ser imediato e integralmente coberto pela EMISSANTE, juntamente com todos e quaisquer encargos devidos.

4ª Considerando o caráter rotativo da abertura de crédito, as coberturas dos saldos devedores que se verificarem dar-se-ão por intermédio de depósitos em dinheiro, nos termos da Clausula 10ª abaixo, e/ou por intermédio de créditos via documentos usuais no sistema bancário nacional, sempre em favor do SAFRA, sendo certo que, neste último caso, os encargos serão calculados até o dia no qual os recursos estejam livres e disponíveis em reserva bancária do SAFRA.

- DOS ENCARGOS E DEMAIS DESPESAS

5ª Incidido sobre o saldo devedor devido da EMISSANTE juros às taxas fixadas nos campos "04.1" e "04.2" do preâmbulo, conforme o caso, de acordo com as condições abaixo especificadas, os quais serão capitalizados diariamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Sobre o saldo devedor devido durante todo o Período Inicial e desde que respeitado o valor do Limite do Período Inicial, incidirão juros à taxa fixa estabelecida no campo "04.1" do preâmbulo.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sobre o saldo devedor devido que vier a ser apurado durante cada um dos Períodos Subsequentes (se houver) e desde que respeitado o Limite Efetivo do Período Subsequente então em vigor, incidirão juros à taxa a ser periodicamente informada por meios eletrônicos







prevista no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na legislação fiscal, doravante simplesmente denominadas SOCIEDADES. Assim sendo, a EMITENTE autoriza em caráter irrevogável e irretratável o SAFRA e/ou quaisquer empresas das "Organizações Safra" a exercerem quanto aos prestadores dessas garantias, sejam elas reais ou pessoais, e/ou quanto ao objeto das mesmas, todos os direitos conferidos pelos instrumentos que as formalizarem e pelos dispositivos da lei civil e comercial, especialmente os relativos à propriedade fiduciária, penhor, hipoteca, fiança e, em particular, mas não se limitando, aos de vender, alienar, ceder ou transferir, de forma arremável ou em leilões judiciais ou extrajudiciais, os bens ou direitos dados em garantia, de resgatá-los ou de receber o seu produto. Em razão do aqui disposto, o SAFRA e/ou as empresas integrantes das "Organizações Safra" ficam expressamente autorizados a utilizar o produto da realização das garantias existentes na liquidação ou amortização de qualquer débito resultante das operações celebradas com a EMITENTE e/ou com as SOCIEDADES.

**- DOS PAGAMENTOS**

10º O pagamento do principal e dos encargos, tanto aqueles previstos nos campos "04.1" e "04.2", conforme o caso, como aqueles indicados no campo "08", se for o caso, dar-se-á nas seguintes condições: (i) do valor principal: devido no Vencimento do Período Inicial, no(s) Vencimento(s) do(s) Período(s) Subsequente(s) e/ou na Data Limite de Vencimento, conforme o caso; e (ii) dos encargos: devidos no primeiro dia útil de todo mês, independentemente do período a que se referir. As partes convencionam que todo e qualquer pagamento da EMITENTE ao SAFRA decorrente da presente Cédula deverá ser feito, nas épocas próprias, mediante débito realizado na conta corrente de titularidade da EMITENTE, mantida junto ao Banco Safra S/A, para crédito do SAFRA, autorizado este último a efetuar os procedimentos e lançamentos necessários a tal finalidade. Para tanto, a EMITENTE compromete-se a suprir a referida conta corrente, em tempo hábil, de recursos livres e disponíveis, em reserva bancária, necessários à realização de tais débitos.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Não obstante o disposto nesta Clausula 10ª, na Data Limite de Vencimento todo e qualquer valor que seja devido pela EMITENTE ao SAFRA em decorrência desta Cédula, o que inclui, mas sem limitação, valor de principal, juros, multas, tributos, comissões, tarifas e outros encargos, deverá estar integralmente quitado.

PARAGRAFO SEGUNDO: A EMITENTE e o(s) AVALISTA(s) expressamente reconhecem que, nos termos do artigo 28 da Lei 10.931, de 2.8.2004, esta Cédula constitui título executivo extrajudicial, que representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma aqui indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado por meio de planilhas de cálculo ou, quando for o caso, por meio de extratos emitidos pelo SAFRA.

11º A EMITENTE e o(s) AVALISTA(S) autorizam, em caráter irrevogável e irretratável, que sejam levadas a débito de suas respectivas contas correntes no Banco Safra S/A, quaisquer importâncias devidas ou que venham a se tornar devidas, a título de principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, juros moratórios, multas, honorários advocatícios, tributos, tarifas, despesas e demais cominações expressas nesta Cédula ou em qualquer outra operação celebrada com o SAFRA e/ou quaisquer outras empresas integrantes das "Organizações Safra", cujo pagamento não se tenha efetuado integralmente no correspondente vencimento, contratualmente estipulado, ficando consequentemente autorizado o crédito e/ou repasse das ditas importâncias ao SAFRA e/ou às empresas acima referidas para amortização ou liquidação do débito em aberto, incluindo principal e demais valores conceituados nesta Clausula. Todas e quaisquer despesas, inclusive encargos fiscais de qualquer natureza, incidentes e/ou decorrentes do cumprimento da estipulação constante da presente Clausula, correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da EMITENTE, devendo a respectiva importância, uma vez apurada, ser acrescida ao débito total da EMITENTE.

12º A EMITENTE autoriza, também, o SAFRA, a levar a débito de sua conta corrente de movimento, quaisquer valores devidos por ela, EMITENTE, e/ou pelas SOCIEDADES ao mesmo SAFRA ou às empresas integrantes das "Organizações Safra", decorrentes de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e quaisquer outros títulos de crédito, vencidos e não pagos, de responsabilidade da EMITENTE e/ou das SOCIEDADES, que tenham sido descontados ou entregues em garantia ao SAFRA, ou, ainda, cuja cobrança tenha sido a este confiada pelos respectivos credores. Sem prejuízo da autorização concedida nesta Clausula, que poderá ser exercida pelo SAFRA a qualquer tempo, e constatada a inexistência de saldo na conta corrente da EMITENTE que impossibilite a efetivação do débito permitido, fica, ainda, o SAFRA, desde já, expressa e irrevogavelmente autorizado a utilizar os valores, créditos, aplicações e ativos de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo da Clausula 14ª, na amortização ou liquidação dos débitos objeto desta Clausula.

13º As expressões "cobertura de saldo devedor", "liquidação de saldo devedor", "pagamento" e "amortização" constantes do presente instrumento, seus anexos e aditivos, significarão sempre o cumprimento de tais obrigações pela EMITENTE mediante a entrega de recursos em conta corrente de sua titularidade mantida junto ao Banco Safra S/A, livres, desbloqueados, transferíveis e disponíveis em reservas bancárias, para compor o débito, nas respectivas datas dos vencimentos (originais, decorrentes de renovação(ões) ou antecipados, estes conforme vierem a ser autorizados pelo SAFRA, ou exigidos pelo mesmo, em caso de ocorrência de uma das hipóteses previstas em lei ou neste instrumento) das parcelas de amortização ou na respectiva data de vencimento do principal e juros, conforme o caso, da presente operação de crédito, dos respectivos encargos, inclusive moratórios, sem prejuízo do pagamento, das taxas ou tarifas relacionadas com serviços e produtos bancários efetivamente utilizados.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Na eventualidade de haver recursos em conta corrente, porém indisponíveis e ainda não liberados em reservas bancárias na data do vencimento da parcela de amortização ou da parcela final, fica ao SAFRA facultado proceder ao débito na conta corrente da EMITENTE mantida junto ao Banco Safra S/A dos recursos necessários à liquidação da obrigação, bem como dos encargos devidos pelo saque sobre a reserva bancária indisponível e eventuais tributos e outros custos ou despesas decorrentes do referido saque. O disposto neste Parágrafo Primeiro em nada prejudica o direito de o SAFRA deleitar ou resgatar outros ativos da EMITENTE para satisfazer os citados encargos, custos e despesas, conforme permitido na lei ou neste instrumento, ou de cobrá-los de outra forma permitida ou não defesa em lei.

PARAGRAFO SEGUNDO: Na eventualidade de cobertura do saldo devedor desta Cédula, mesmo antes da respectiva data de vencimento (Vencimento do Período Inicial, Vencimento(s) do(s) Período(s) Subsequente(s) ou Data Limite de Vencimento, conforme aplicável), por meio de transferência de recursos advindos do sistema de compensação, somente se considerará efetivada tal cobertura do saldo devedor quando os recursos assim transferidos estiverem livres, desbloqueados e disponíveis em reservas bancárias, incluindo, portanto, até esse momento da disponibilidade das reservas bancárias, os juros e encargos contratados na presente operação de abertura de crédito





## QUIZ

Just  
e có

e cóp  
/esa

3, é  
s.br/

10/1  
e http

tooc  
ace

foi p  
rigin

into f  
o or

ocun  
nfe



fls. 277

## - DOS TRIBUTOS E OUTROS ÔNUS

**17ª Serão de exclusiva responsabilidade da EMISSORA e por ela integralmente suportados, os ônus decorrentes de todos e quaisquer tributos,**

a captação de recursos necessários para manter esta Cédula, ou, ainda, quaisquer ônus que venham a incidir sobre os ativos do SAFRA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento do ônus supra será efetuado pela **EMITENTE** à medida e na proporção dos montantes que forem devidos

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Correrão, ainda, por conta da EMITENTE, todas e quaisquer despesas decorrentes desta Cédula, tais como, mas não se limitando, a emolumentos de registro.

- DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

**18º A EMITENTE** declara ter recebido planilha com os fluxos considerados no cálculo do Custo Efetivo Total (CET), bem como de que essa taxa percentual anual representa as condições vigentes na data do cálculo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** as informações quanto ao CET relativo aos Períodos Subsequentes serão informadas por meio eletrônicos, juntamente com os demais encargos aplicáveis, na forma indicada na cláusula 3ª desta Cédula.

19º O SAFRA poderá, a qualquer tempo, ceder, transferir, ou empenhar, total ou parcialmente, os direitos e obrigações, títulos de crédito, ações e garantias oriundos desta Cédula, independentemente de aviso ou autorização de qualquer espécie, e, bem como, emitir Certificado da Cédula de Crédito Bancário com lastro no presente título, podendo negociá-lo livremente no mercado.

20ª Obriga-se a EMITENTE, durante a vigência da presente Cédula e até o final cumprimento das obrigações ora assumidas, a encaminhar ao SAFRA, devidamente acompanhada do demonstrativo da conta de lucros e perdas, cópia do seu balanço semestral e do balanço anual.

21<sup>a</sup> A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES), por este instrumento, autorizam expressamente o SAFRA e/ou qualquer

22ª A EMITENTE, o(s) AVALISTA(S) e o(s) TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) declaram e garantem ao SAFRA e perante terceiros, sob pena de vencimento antecipado da presente Cédula, que: a) os seus representantes legais que subscrivem o presente instrumento detêm todos os poderes necessários para a sua celebração e para a assunção das obrigações aqui previstas, tendo sido obtidas todas as aprovações necessárias em nível societário; b) a celebração do presente instrumento não viola seus respectivos contratos ou estatutos sociais, eventuais acordos de acionistas, tampouco qualquer dispositivo legal ou determinação, decisão, deliberação ou despacho de qualquer autoridade administrativa ou judiciária a que estejam sujeitos; e c) os documentos societários e procurações que apresentaram ao SAFRA encontram-se em pleno vigor e eficácia, inexistindo quaisquer outros documentos ou atos supervenientes, de qualquer espécie, que os tenham revogado, alterado ou substituído a qualquer título.

23ª Fica estabelecido que, se qualquer das partes se abster de exercer direitos ou faculdades que pela presente Cédula lhe assistem ou se concordar com atrasos no cumprimento das obrigações a cargo da outra parte, não serão afetados aqueles direitos ou faculdades que poderão ser, pela parte inocente, exercidos em qualquer tempo a seu exclusivo critério, não implicando, aqueles atos de tolerância, em qualquer renúncia ou alteração das condições estatuídas nesta Cédula, nem obrigarão a parte inocente quanto a vencimentos e inadimplementos futuros.

24<sup>a</sup> Se, para a defesa de seus direitos decorrentes do presente instrumento, ou para haver o que lhe for devido, alguma das partes necessitar recorrer a meios administrativos ou judiciais, terá ela direito ao ressarcimento, perante a parte inadimplente, das custas e despesas decorrentes, além dos honorários advocatícios incorridos, sendo que, em caso de cobrança judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados judicialmente.


25ª A EMITENTE e o(s) AVALISTA(S), desde já, expressamente reconhecem que os extratos e planilhas de cálculo referidos no Parágrafo Único da Clausula 10ª serão considerados como meios inequívocos de prova dos valores devidos pela EMITENTE e pelo(s) AVALISTA(S) no âmbito desta Cédula.


26ª A EMITENTE e os AVALISTAS(S) expressamente reconhecem, ainda, a validade de toda e qualquer comunicação que venha a ser realizada entre a EMITENTE e o SAFRA, por qualquer meio eletrônico, nos termos e condições previstos nesta Cédula, especialmente, mas sem limitação, quanto às comunicações e avisos pelo SAFRA à EMITENTE a serem enviadas eletronicamente e/ou publicadas nos meios eletrônicos cujo acesso pela EMITENTE se dá mediante utilização de senhas, para informar a EMITENTE a respeito do(s) Limite(s) Efetivo(s) do(s) Período(s) Subsequente(s), do(s) renovação(ões) desta Cédula e do(s) Taxa(s) Efetiva(s) do(s) Período(s) Subsequente(s), conforme estabelecido nas Cláusulas 2ª, 3ª e 5ª, respectivamente, sendo certo que a EMITENTE e o(s) AVALISTAS(S), irrevogável e irretroativamente, reconhecem a força probante de tais comunicações perante qualquer juízo e/ou tribunal.

27ª FICA ELEITO COMO COMPETENTE PARA CONHECER E DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS OU QUESTÕES QUE, PORVENTURA, VENHAM A



DECORRER DESTA CÉDULA, O FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP (JOÃO MENDES JUNIOR), PODENDO, AINDA, SER O MESMO FORO DETERMINADO PELA COMARCA ONDE E EMITIDA A PRESENTE CÉDULA.

EMITENTE   
Nome/Razão social: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA  
Endereço/Sede: R CELSO DANIEL N. 1315  
Cidade: RIBEIRÃO PRETO Estado: SP  
CPF/CNPJ: 02.913.283/0044-11

  
Cônjuge/Companheiro(a) do(a) AVALISTA (1)  
Nome: DEBORA C PAULA ALVES GUERRA  
Endereço: R JOSE SAUD N. 343  
Cidade: RIBEIRÃO PRETO Estado: SP  
CPF: 183.213.438-56

AVALISTA (2)  
Nome/Razão social: ANGELO GUERRA NETTO  
Endereço/Sede: R JORGE SAUD N. 343  
Cidade: RIB PRETO Estado: SP  
CPF/CNPJ: 117.700.938-54

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) AVALISTA (2)  
Nome:   
Endereço:   
Cidade: Estado:   
CPF:

TERCEIRO GARANTIDOR (1)  
Nome/Razão social:   
Endereço/Sede:   
Cidade: Estado:   
CPF/CNPJ:

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) TERCEIRO GARANTIDOR (1)  
Nome:   
Endereço:   
Cidade: Estado:   
CPF:

TERCEIRO GARANTIDOR (2)  
Nome/Razão social:   
Endereço/Sede:   
Cidade: Estado:   
CPF/CNPJ:

Cônjuge/Companheiro(a) do(a) TERCEIRO GARANTIDOR (2)  
Nome:   
Endereço:   
Cidade: Estado:   
CPF:

COMUNICADO REFERENTE AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) E DE OPERAÇÕES NO MERCADO DE CÂMBIO	
Em virtude da edição de novas regras pelo Conselho Monetário Nacional, que visam alterar e consolidar a regulamentação relativa ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito e operações realizadas no mercado de câmbio, as "Organizações Safra" vêm comunicar às partes que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelas clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR); b) o SCR tem por finalidades: (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostos as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre o montante do débito e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) o acesso pelas "Organizações Safra" às informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio, disponibilizadas pelo BACEN tem por finalidade, entre outras, (i) permitir às "Organizações Safra" a verificação de desempenho do cliente em operações de câmbio contratadas junto às "Organizações Safra" e junto às demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações sobre as informações constantes do SCR; e) o SCR ou no SISBACEN deverão ser dirigidos às "Organizações Safra" por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quanto for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; f) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR ou relativa a operações de clientes realizadas no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil disponibilizadas através do SISBACEN dependerá da prévia autorização dos clientes; g) a consulta por qualquer das empresas integrantes das "Organizações Safra" a informações de operações realizadas no mercado de câmbio em que figurem como contraparte independe de autorização específica de seus clientes.	
Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234 Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.	Central de Suporte Pessoa Jurídica: Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248 Demais Localidades 0300 015 7575 Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.
Ouvintes (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/s): 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.	



**BANCO SAFRA S/A**  
**Demonstrativo de Saldo Devedor**  
**Cliente: GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA**

**Nº Contrato: 1312167**  
**Data do Cálculo: 07/11/2014**

Índice Correção Monetária	Deságio	Juros	Honorários	Multa	Juros Mora
INPC/IBGE - 56	0.00%	0.00%	0.00%	2.00%	1.00%

Contrato	Parc	Vencido	Valores							
			Face	Amort.	Correção	Juros (Encargos)	Mora	Valor Desagiado	Multa	Total
1312167	1	27/08/2014	162.715,15	0,00	1.091,62	0,00	3.931,36	0,00	3.354,76	171.092,90
Total Vencidas			162.715,15	0,00	1.091,62	0,00	3.931,36	0,00	3.354,76	171.092,90
Total Vincendas			-	-	-	-	-	-	-	-
Outros			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Honorários			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Total Saldo Devedor			162.715,15	0,00	1.091,62	0,00	3.931,36	0,00	3.354,76	171.092,90

*Gustavo Benedito de Oliveira*

Diretoria de Gestão de Vencidos / Recuperação de Ativos





(11) 4022.4050

**Contrato de Direito de Uso e Suporte Técnico de Software**  
**No. 0901/2012 - Preâmbulo**

Cliente: **GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA.**  
End.: Avenida Celso Daniel, 1315, Distrito Industrial  
C.N.P.J.: 02.913.263/0001-17 I.E.: 582.017.982-116  
Município: Ribeirão Preto Estado: SP CEP: 14.072-085

**Objeto da Compra:**

Quant.	Descrição	Vir.Unit.	Vir.Total
01	Visual Rodopar (Instalação)	R\$ 22.680,42	R\$ 22.680,42
40	Visual Rodopar (Direito de Uso por usuário)	R\$ 850,52	R\$ 34.016,80
Total =>		R\$ 56.697,22	

**Condições de Pagamento:**

Oito parcelas, mensais e consecutivas, no valor de R\$ 7.087,15 (sete mil, oitenta e sete reais e quinze centavos) cada, sendo a primeira com vencimento em 10/10/2012.

**Objeto da Implantação e Manutenção:**

Quant.	Descrição	Vir.Unit.	Vir.Total
01	Manutenção Visual Rodopar	R\$ 2.834,86	R\$ 2.834,86
XX	Horas de implantação e treinamento no Cliente	R\$ 102,06	A definir.

**Condições de Pagamento:**

Valor mensal, com vencimento para o dia 10, sendo o primeiro pagamento no nono mês subsequente à instalação do Sistema.

Horas de Implantação: As horas mensais de mão-de-obra serão faturadas com vencimento no dia 10 (dez) de cada mês subsequente à prestação do serviço.

Os custos de estadias e refeições correrão por conta da CONTRATANTE.

**Duração do Contrato:**

Início: 01/09/2012

Término: 31/08/2013.





(11) 4022.4050

### **Contrato de Direito de Uso e Suporte Técnico de Software No. 0901/2012.**

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, **DATA PAR LTDA**, situada à Rua Prof. José Jorge Nogueira, 06, na cidade de São José do Rio Preto, inscrita no CNPJ sob n.º 62.351.820/0001-85 e I.E. n.º 646.128.176-116, doravante denominada **CONTRATADA**, e de outro lado, o *cliente*, devidamente classificado no preâmbulo deste, doravante denominada **CONTRATANTE**, ambas neste ato representadas na forma de seus estatutos, tem entre si justo e contratado a Venda e a Prestação de Serviços de Suporte Técnico necessários ao perfeito funcionamento dos programas de computação relacionados no preâmbulo deste e doravante denominados simplesmente SOFTWARE, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

#### **CLAUSULA PRIMEIRA**

Neste ato a **CONTRATADA** cede à **CONTRATANTE** o Direito de Uso definitivo e não-exclusivo, dos SOFTWARES.

#### **CLAUSULA SEGUNDA**

O SOFTWARE é de propriedade da **CONTRATADA** e seu fornecimento à **CONTRATANTE** implica apenas no Direito de Uso.

A **CONTRATANTE** reconhece a propriedade do SOFTWARE e se obriga a não cedê-lo ou transferi-lo a terceiros, sob qualquer forma, caso que dará causa à imediata rescisão do presente contrato, bem como a tomada pela **CONTRATADA** das medidas cabíveis dentro da Legislação vigente.

#### **CLAUSULA TERCEIRA**

O SOFTWARE destina-se a ser executado exclusivamente no equipamento da **CONTRATANTE**, sob o Sistema Operacional compatível com Windows, Windows NT, Windows 2000, Windows 2003 ou Windows 2008. A instalação do mesmo em outros equipamentos e/ou sistemas operacionais fica vinculada à disponibilidade do Banco de Dados MS-SQL ou Oracle, e da Linguagem VB 7 e .NET para os mesmos e será objeto de orçamento a parte.

**Parágrafo Único:** O SOFTWARE é fornecido para uso de uma única empresa comprovadamente de propriedade da **CONTRATANTE**, e/ou por suas filiais, e com o processamento executado em equipamentos da **CONTRATANTE**. A utilização por outras empresas do grupo ou outros equipamentos deverão ser solicitadas junto à **CONTRATADA**, que disponibilizará novas licenças sem custo adicional.

#### **CLAUSULA QUARTA**

A **CONTRATADA** se obriga a prestar os Serviços de Suporte Técnico necessários ao perfeito funcionamento do SOFTWARE, que compreendem:

- Treinamento do pessoal na implantação do sistema.
- Fornecimento de alterações necessárias para adaptação do SOFTWARE à legislação vigente, com as mesmas especificações do Documento Oficial do Órgão responsável.
- Fornecimento de novas versões desenvolvidas para o SOFTWARE, as quais deverão ser retratadas no escritório ou no Site da **CONTRATADA**.
- Reparação de erros detectados, quando os mesmos forem por falha do SOFTWARE, excetuando-se inabilidade operacional, não obediência às especificações quando da implantação, falta de cópia de segurança, casos que serão objetos de orçamento a parte.
- Orientação técnica para esclarecimento de dúvidas sobre a operação do SOFTWARE, excetuando-se treinamento de novos operadores, caso que será objeto de orçamento a parte.
- Desenvolvimento de novas rotinas, desde que necessárias para atender operações e controles específicos da **CONTRATANTE**, e atendam à premissa de fazer parte de operações logísticas ou transportes.

**Parágrafo Único:** Com exceção do treinamento, todos os serviços de Suporte Técnico serão prestados no escritório da **CONTRATADA**. O deslocamento de técnicos até a sede da **CONTRATANTE** será faturado de acordo com as tabelas vigentes.

#### **CLAUSULA QUINTA**

Ficam excluídas do presente contrato as atualizações referentes a novas versões do Banco de Dados MS-SQL ou Oracle, bem como do VB e .NET, linguagens utilizadas no desenvolvimento do SOFTWARE, e que, quando necessárias, serão devidamente comunicadas a **CONTRATANTE**.





(11) 4022.4050

**CLAUSULA SEXTA**

A CONTRATADA garante o funcionamento do SOFTWARE explicitamente no que tange a problemas de desenvolvimento, estando excluídos deste contrato quaisquer responsabilidades quanto a defeitos técnicos dos equipamentos nos quais o mesmo será utilizado.

**CLAUSULA SETIMA**

O SOFTWARE é fornecido em MODO COMPILADO e em condições de ser executado no equipamento da CONTRATANTE, ficando excluídas do presente contrato quaisquer possibilidade de fornecimento dos programas fonte.

**Parágrafo Único:** Uma cópia dos programas fonte ficará sob guarda de um Data Center indicado pela CONTRATADA, a qual poderá ser retirada pela CONTRATANTE somente em caso de insolvência ou quebra de contrato por parte da CONTRATADA.

**CLAUSULA OITAVA**

**DA COMPRA:** Pela compra dos Direitos de Uso do Software a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas no preâmbulo deste.

**DO SUPORTE TÉCNICO:** Pelos serviços de Suporte Técnico, constantes na Clausula Quarta, a CONTRATANTE pagará mensalmente a CONTRATADA a quantia estipulada no preâmbulo deste. As parcelas serão faturadas com vencimento para o dia 10 (dez) de cada mês.

**CLAUSULA NONA**

A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE consultoria e suporte na implantação de procedimentos para um perfeito funcionamento do sistema.

**CLAUSULA DÉCIMA**

O prazo deste Contrato, no que tange a Prestação de Serviços de Suporte Técnico é de 12 (doze) meses, a contar da data do faturamento da primeira parcela mensal, prorrogáveis automaticamente por igual período, salvo em caso de comunicação contrária por escrito de qualquer uma das partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término de cada período.

**Parágrafo Único:** A atualização de preços quando da renovação será feita de acordo com o IGP-M anual da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que o substituir, em caso de extinção do mesmo.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

Fica estabelecido que quaisquer alterações operacionais no SOFTWARE devem ser solicitadas por escrito pela CONTRATANTE, e terã sua viabilidade analisada pela CONTRATADA e, se possíveis de serem efetuadas e resultarem em melhoria da qualidade do sistema, serão efetuados sem custo para a CONTRATANTE. Caso contrário, serão objeto de orçamento a parte.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

O custo dos serviços deste Contrato refere-se ao SOFTWARE PADRÃO de propriedade da CONTRATADA. Em caso de eventuais alterações, conforme estabelecido na Clausula Décima Primeira, o custo mensal será reavaliado e o presente Contrato será substituído por outro com novos valores.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

O prazo máximo de atendimento de Chamado Técnico será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis em caso de atendimento nas dependências da CONTRATANTE e de 12 (doze) horas úteis em caso de atendimento nas dependências da CONTRATADA. Após o atendimento, o prazo de implementação de possíveis modificações do SOFTWARE será determinado de acordo com a complexidade das alterações e acordada entre as partes um cronograma para a realização do mesmo.

O agendamento de consultoria na implantação e acompanhamento do Sistema será feito com prazo mínimo de sete dias do evento, exceto se houver alguma demanda urgente comprovada pela CONTRATANTE dessa necessidade, para a qual o prazo deverá ser reavaliado e ajustado entre as partes de acordo com a urgência do assunto.





(11) 4022.4050

**Parágrafo Primeiro:** O agendamento de consultoria na implantação e acompanhamento do Sistema será feito com prazo mínimo de sete dias do evento.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA**

A parte que de causa a rescisão do presente contrato, ficará obrigada ao pagamento à outra, de multa compensatória no valor igual a 20 % (vinte por cento) do valor total do Contrato descrito como objeto da compra no preâmbulo deste.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA**

Qualquer alteração da política financeira ou tributária que venha a interferir nos valores estipulados para este contrato, prejudicando qualquer uma das partes, deverá ser objeto de novo acordo.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA**

A CONTRATADA, na pessoa de seus funcionários e terceirizados que prestam serviços nas dependências da CONTRATANTE, obrigam-se a manter o mais absoluto sigilo sobre todos os dados, elementos e informações que vierem a ter conhecimento ou acesso, em decorrência desta prestação de serviços à CONTRATANTE, sob pena de responder, na forma da legislação em vigor, pela divulgação destas informações junto a terceiros. Tais informações incluem, mas não se limitam, volumes e produtos movimentados, tarifas de serviços, registros, procedimentos, políticas, instruções de trabalho e/ou quaisquer outras informações e dados pertencentes à CONTRATANTE.

**Parágrafo único:**

Em caso de descumprimento a CONTRATADA paga a CONTRATANTE de multa compensatória no valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo das perdas e danos daí decorridos.

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

Todos os valores constantes deste contrato e dele oriundos estão acrescidos em 3% (três por cento) para ressarcimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). Em havendo mudança nesta alíquota, os valores deverão ser ajustados.

**CLAUSULA DÉCIMA OITAVA**

Fica eleito o Fórum da cidade de São José do Rio Pardo, para quaisquer procedimentos judiciais derivados deste Contrato.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

São José do Rio Pardo, 04 de setembro de 2012.

CARTÓRIO  
B. GERALDO



DATAPAR LTDA.

Contratada

Márcio José Lopes – CPF 068.820.768-55

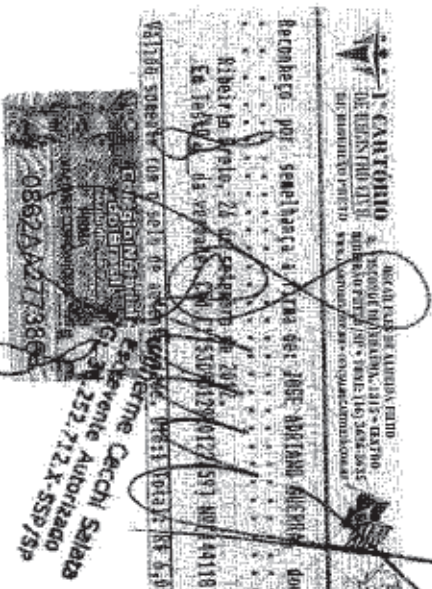
18

GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA.

Contratante

José Adriano Guerra – CPF 162.070.828-00

Testemunhas:





**TOTVS**

Interior Paulista

## Detalhamento de Aquisição de Serviços

Ribeirão Preto, 27 de Novembro de 2013

Oportunidade Nº 031764

# DETALHAMENTO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

## POLÍTICA DA QUALIDADE TOTVS

Qualidade sempre, na busca da superação dos resultados esperados por nossos clientes, participantes, acionistas, fornecedores, parceiros e pela sociedade na qual estamos inseridos.

  
ANTONIO CARLOS QUEIROZ BARDINI  
Gerente de Atendimento e Relacionamento

  
JOAQUIM FERNANDO DE MORAES RIBEIRO  
Executivo de Soluções e Relacionamento

Rodo Guerra - DAS - 031764



**TOTVS**

Inferior Paulista

**Detalhamento de Aquisição  
de Serviços**

Ribeirão Preto, 27 de Novembro de 2013

Oportunidade Nº 031764

**Detalhamento de Aquisição de Serviços**

**Contratante**

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**Endereço** : Av Celso Daniel, 1315 - Sala 1  
**Bairro** : Distrito Industrial  
**Município** : Ribeirão Preto  
**CEP** : 14072-085  
**C.N.P.J.** : 02.913.263/0001-17  
**Estado:** SP  
**Inscr. Estadual:**

**Endereço de Cobrança**  
**Endereço** : Av Celso Daniel, 1315 - Sala 1  
**Bairro** : Distrito Industrial  
**Município** : Ribeirão Preto  
**CEP** : 14072-085  
**C.N.P.J.** : 02.913.263/0001-17  
**Estado:** SP  
**Inscr. Estadual:**

**Endereço de Implantação:**  
**Endereço** : Av Celso Daniel, 1315 - Sala 1  
**Bairro** : Distrito Industrial  
**Município** : Ribeirão Preto  
**CEP** : 14072-085  
**C.N.P.J.** : 02.913.263/0001-17  
**Estado:** SP  
**Inscr. Estadual:**

**Contratada**

**IP SAO PAULO - SIST. DE GESTAO EMP.LTDA**

**Endereço** : Avenida Presidente Vargas, 2001.  
**Cidade** : Ribeirão Preto  
**CEP** : 14020-260  
**CNPJ/MF** : 10.700.815/0004-80  
**Inscr.Estadual** : ISENTO  
**País:** BRASIL

Rodo Guerra - DAS - 031764





Interior Paulista

## Detalhamento de Aquisição de Serviços

### Condições Gerais

#### Disposições do Detalhamento

- A IP SAO PAULO - SIST. DE GESTAO EMP.L.TDA e o GUERRA & GUERRA TRANSPORTES L.TDA estabelecem entre si um acordo ético de não contratação mútua de seus profissionais, conforme condições contratuais
- Esta proposta estabelece condições específicas que se sobrepõem a condições gerais estabelecidas na Proposta de Implantação da TOTVS.
- Para todas as demais situações de Atendimento Personalizado prevalecerão as condições estabelecidas na Proposta de Implantação da TOTVS.
- O volume de horas adquirido poderá ser utilizado de acordo com a necessidade de uso do sistema na versão 8.11, 10 ou superior, dentro do modelo de negócio da CONTRATANTE. Tal volume, não está condicionado a nenhum escopo previamente definido.
- As condições aqui mencionadas são válidas somente para esta proposta.

### Condições Financeiras

#### Disposições do Faturamento e do Pagamento

- As Ordens de Serviço deverão ser preenchidas diariamente e assinadas pelo responsável pela implantação no GUERRA & GUERRA TRANSPORTES L.TDA
- As horas referentes às atividades do Coordenador do Projeto equivalem a 20% das horas dos analistas no projeto de implantação e serão apontadas, independentemente da aprovação das Ordens de Serviço.
- As atividades de retaguarda, 20% de horas, correspondentes às atividades realizadas nas dependências da IP SAO PAULO - SIST. DE GESTAO EMP.L.TDA serão faturadas independentemente da emissão e aprovação das Ordens de Serviço.
- Os trabalhos serão realizados em dias úteis no período das 08h00minh às 18h00minh. Fora deste horário, será cobrado o valor das horas apontadas na Proposta de Implantação da TOTVS.
- Os preços mencionados nesta Proposta Comercial são líquidos e serão acrescidos de todos os impostos e taxas sobre serviços, definidos por leis Federais, Estaduais e Municipais dos Municípios da Contratada e da Contratante, no momento da emissão da nota fiscal.
- Para essas condições, o volume de horas deve ser consumido até 30/10/2014.

Rodo Guerra - DAS - 031764



**TOTVS**

Interior Paulista

## Detalhamento de Aquisição de Serviços

O quadro abaixo demonstra o pacote de horas nos valores contratuais: Os valores hora padrão para a prestação dos serviços são:

Horas e sistemas (implantação)	VOLUME	R\$/HORA	R\$/TOTAL
Hh. suporte	250,00	135,00	33.750,00
Hh. coordenação	50,00	150,00	7.500,00
<b>Total</b>	<b>300,00</b>		<b>41.250,00</b>

**Para este projeto, serão praticados valores hora especiais, conforme abaixo:**

Neste ato a, **CONTRATANTE** adquire, o volume de horas abaixo, para realização das atividades inerentes a implantação:

Horas e sistemas (implantação)	VOLUME	R\$/HORA	R\$/TOTAL
Hh. suporte	250,00	110,00	27.500,00
Hh. coordenação	50,00	110,00	5.500,00
<b>Total</b>	<b>300,00</b>		<b>33.000,00</b>

- Despesas de Transferido, Quilometragem, Despesas de Deslocamento e Alimentação são de responsabilidade da **CONTRATANTE**;
- Transferido: Percurso 00h00min, R\$ 0 por Km/rodado considerando o percurso entre IP SAO PAULO - SIST. DE GESTAO EMP.LTDA / GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA / IP SAO PAULO - SIST. DE GESTAO EMP.LTDA, representando 0,00 Km, mais 0 pedágios. Quando se tratar de serviços fora da cidade de Ribeirão Preto, os custos com passagens, hospedagem, alimentação e locomoção correrão por conta da **CONTRATANTE**.
- Qualquer despesa de viagem, estadia ou transferido a locais diferentes da planta do GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA na cidade de Ribeirão Preto não estão inclusos no valor e correrão por conta do **CONTRATANTE**;
- O prazo para validação dos Serviços Executados é de 10 (dez) dias úteis a contar da Data de Implantação.

### Faturamento por demanda

As horas apontadas nas Ordens de Serviços serão faturadas Sob Demanda, ou seja, todas as horas apontadas no mês serão faturadas com vencimento no mês subsequente.

Rodo Guerra - DAS - 031764



**TOTVS**

Interior Paulista

**Detalhamento de Aquisição  
de Serviços**

**Aceite da Proposta - Nº**

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

Lemos o Contrato de Serviços de Atendimento Personalizado 1109134, e aceitamos que a relação comercial aqui proposta seja baseada nas regras e definições nele estabelecidas e complementadas pelos itens desta proposta.

Ribeirão Preto, 27 de Novembro de 2013

**CONTRATANTE:**

Nome : Jose Adriano Guerra  
Cargo : Diretor  
RG : 24.166.018-1

**CONTRATADA:**

Nome : IP SAO PAULO - SIST DE GESTAO EMP LTDA  
Cargo :  
RG :

Carlos Evandro C. Rolim  
Gerente Administrativo  
RG 1133.448.101-4  
CPF 053.757.1008-74

Rodo Guerra - DAS - 031764



3/9/2014

Safrá Empresas - Cobrança - Consulta Geral de Títulos



Safrá Empresas

Pág. 1

Cobrança - Consulta Geral de Títulos

03/09/2014 17:54:40

**Banco Safrá**

Empresa : GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA  
 CNPJ : 002.913.263  
 Agência/Conta : 01100/002000100

Nosso Número	Seu Número	Vencimento	Pagamento	Valor Título	Valor Cobrado	Situação	Sacado
000000832402800	7010	11/03/2014		61.305,76	0,00	Aberto	RODOMACRO TRANS ROD
000000832378194	7011	18/03/2014		19.589,82	0,00	Aberto	LONTANO TRANS RODOVI
000000832578291	282	24/03/2014		84.492,80	0,00	Aberto	FERTIGRAN FERTIL.VAL
000000832797791	243	06/06/2014		42.452,20	0,00	Cartório	PARANAIBA FERTILIZ.I
000000832971201	614	06/06/2014		22.813,16	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832971227	616	06/06/2014		35.459,60	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997714	646	06/06/2014		3.107,61	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997722	645	06/06/2014		27.906,15	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997731	644	06/06/2014		11.483,17	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997749	643	06/06/2014		23.691,77	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997757	642	06/06/2014		33.742,24	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997765	641	06/06/2014		30.424,74	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997773	640	06/06/2014		8.833,53	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997781	639	06/06/2014		2.565,80	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997790	637	06/06/2014		5.551,15	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000833023195	000000638	06/06/2014		5.965,07	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000832791857	652	07/06/2014		24.202,10	0,00	Aberto	EAS TRANSPORTES LTDA
000000832791865	653	09/06/2014		51.765,32	0,00	Aberto	EAS TRANSPORTES LTDA
000000832797812	655	12/06/2014		44.105,12	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832807541	655	12/06/2014		44.105,12	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832797821	657	19/06/2014		51.103,76	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832807532	657	19/06/2014		51.103,76	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000942208391	00100595	20/06/2014		15.350,57	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000942208404	00200613	20/06/2014		50.761,56	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000942208412	00200614	20/06/2014		15.147,13	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000944194516	00200619	26/06/2014		5.760,00	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000944105173	00200617	27/06/2014		66.017,18	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000944479588	000000677	27/06/2014		27.701,03	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832942081	300018	07/07/2014		48.031,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832985392	200171	07/07/2014		17.682,00	0,00	Baixado	FERTIPAR SUD ADUB CO

**Banco Safrá****Safrá Empresas****Cobrança - Consulta Geral de Títulos****Pág. 2**  
**03/09/2014 17:54:40**

**Empresa** : GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA  
**CNPJ** : 002.913.263  
**Agência/Conta** : 01100/002000100

Nosso Número	Seu Número	Vencimento	Pagamento	Valor Título	Valor Cobrado	Situação	Sacado
000000832835706	00300365	08/07/2014		26.404,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832933180	300011	09/07/2014		42.872,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832835684	00300359	11/07/2014		50.042,50	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832933163	789A	14/07/2014		42.150,30	0,00	Protestado	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832985406	200399	14/07/2014		31.895,10	0,00	Protestado	ECOMAGRI EMP COM AGR
000000832835692	00200539	17/07/2014		31.900,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832942090	400176	22/07/2014		20.930,70	0,00	Protestado	IND COM FERTIL RIFER
000000945438125	1255C	22/07/2014		39.001,10	0,00	Protestado	MECHANICA EMPREENDIM
000000832942073	400526	26/07/2014		23.199,17	0,00	Aberto	FERTIVALE FERT. VALE
000000945438087	1254A	31/07/2014		55.500,00	0,00	Protestado	ENERGYLEV LTDA
000000945438109	1255A	02/08/2014		39.001,10	0,00	Protestado	MECHANICA EMPREENDIM
000000945337167	0819	19/08/2014		32.202,10	0,00	Cartório	ENERGYLEV LTDA
000000944233368	632	22/08/2014		34.400,00	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000945294603	316	22/08/2014		42.802,40	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000945438133	1255D	22/08/2014		39.001,10	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000944234577	300102	29/08/2014		3.304,50	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000945335750	2006	29/08/2014		39.201,30	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000944233295	660	31/08/2014		20.617,60	0,00	Aberto	FERTIPAR SUDESTE AD
000000945438095	1254B	31/08/2014		55.500,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA
000000944488161	20140617	02/09/2014		34.400,00	0,00	Aberto	AGROCAMPO LTDA
000000945438117	1255B	02/09/2014		39.001,10	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000945336241	2014	03/09/2014		34.811,80	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000944488170	17062014	04/09/2014		20.670,00	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000945336047	2060	05/09/2014		44.515,12	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000945336314	1406	09/09/2014		45.502,10	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000946577030	331	10/09/2014		42.200,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA
000000946576980	926	18/09/2014		42.200,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA
000000946577145	561	27/09/2014		42.200,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA

**Valor Total dos Documentos:** 1.947.645,31

0,00



CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO  
BB GIRO RECEBÍVEIS nr. 002.814.325

PRÊMIUM - O Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, neste instrumento abreviadamente denominado FINANCIADOR, por sua Agência RIBEIRAO PRETO-SP, prefixo 0028-0, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nr. 00.000.000/0028-01, representado pelo(s) Senhor(es) CLAUDIO CASAVECHIA, BRASILEIRO(A), BANCARIO E ECONOMIARIO, CASADO(A) - COMUMHAO PARCIAL, residente em RIBEIRAO PRETO-SP, portador do(a) CART IDENTIDADE nr. 1503374 SSP PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o nr. 325.290.909-04, abaixo assinado(s) e, de outro lado, GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, SOCIEDADE LIMITADA, sediada em RIBEIRAO PRETO-SP, na AVENIDA CELSO DANIEL 1315 SALA 1, DISTRITO EMPRESARIAL, CEP: 14.072-085, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nr. 02.913.263/0001-17, neste ato representado(a) pelo(s) Senhor(es/as) ANGELO GUERRA NETTO, Brasileiro(a), EMPRESARIO, casado(a), residente em RIBEIRAO PRETO-SP, portador do(a) carteira de identidade nr. 229724905 SSP SP e inscrito no CPF/MF sob o nr. 117.700.928-54, FABIANO VITAL GUERRA, Brasileiro(a), EMPRESARIO, solteiro(a), residente em IGARAPAVA-SP, portador do(a) carteira de identidade nr. 24162113-6 SSPSP e inscrito no CPF/MF sob o nr. 162.070.818-38, JOSE ADRIANO GUERRA, Brasileiro(a), EMPRESARIO, casado(a), residente em ARAMINA-SP, portador do(a) carteira de identidade nr. 241620181 SSPSP e inscrito no CPF/MF sob o nr. 162.070.828-00, aqui também denominado(a) FINANCIADO(A), têm justas e contratadas as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - ABERTURA E DESTINAÇÃO DO CRÉDITO - O FINANCIADOR abre ao(a) FINANCIADO(A), e este(a) aceita, um crédito rotativo, com valor que poderá variar diariamente até o limite de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme o volume diário das duplicatas dadas em garantia pelo(a) FINANCIADO(A) e aceitas pelo FINANCIADOR. O crédito disponibilizado é destinado a empréstimo de capital de giro ou a financiamento para aquisição de bens e serviços realizada pelo(a) FINANCIADO(A) junto aos seus FORNECEDORES, doravante denominado FORNECEDOR, ficando desde já convencionado que NÃO será permitida qualquer aplicação desse crédito em investimentos fixos, transferindo o FINANCIADOR as respectivas importâncias, quando liberadas, para crédito na conta corrente de depósitos do(a) FINANCIADO(A), número 000.069.785-0, na agência 0028-0 ou - continua na página 2 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----  
para crédito do(s) FORNECEDOR(ES) indicado(s) em Planilha de Financiamento a ser encaminhada pelo(a) FINANCIADO(A) ao FINANCIADOR.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica o(a) FINANCIADO(A) ciente de que qualquer utilização do crédito aberto dependerá de prévio entendimento com o FINANCIADOR, porquanto estará condicionada à existência de margem no limite de crédito, no teto operacional, volume suficiente de recebíveis vinculados, sem prejuízo da análise cadastral para as operações da espécie e dos recursos orçamentários, bem como as demais condições registradas neste Instrumento.

SEGUNDA - UTILIZAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITO - Durante a vigência deste Instrumento, o(a) FINANCIADO(A) poderá utilizar o limite do crédito aberto de uma só vez, ou em parcelas, observado o disposto nas demais cláusulas deste Instrumento e respeitado o valor mínimo para cada utilização de R\$100,00 (cem reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A utilização e a reutilização do limite de crédito poderão ser realizadas por meio de solicitação ao FINANCIADOR, pelos meios eletrônicos disponíveis ou na Agência de Relacionamento, ressalvadas as demais condições previstas neste Instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O(A) FINANCIADO(A) compromete-se, em optando pela utilização e reutilização do limite por meio eletrônico, observado o disposto no Parágrafo anterior, a assinar o respectivo Termo de Adesão ao uso do aplicativo correspondente, declarando expressamente ter pleno conhecimento das disposições constantes do Regulamento que disciplina seu uso, o qual se encontra devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos sob o nr. 345891, de 10.12.1999, e averbações, cuja cópia neste ato declara ter recebido, comprometendo-se ainda a observá-las integralmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O(A) FINANCIADO(A) RESPONSABILIZA-SE, DE FORMA PLENA E IRREVOGÁVEL, PELOS DANOS OU PREJUÍZOS RESULTANTES DO USO INDEVIDO DE SUA SENHA, INCLUSIVE POR PARTE DE SEU(S) PREPOSTO(S), ADMINISTRADOR(ES) DE SEGURANÇA OU REPRESENTANTE(S), BEM COMO PELA QUEBRA DE SEU RESPECTIVO SIGILO, QUE VENHAM A OCASIONAR SAQUES OU TRANSFERÊNCIAS INDEVIDOS DE SUA CONTA CORRENTE OU DE QUALQUER OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS EM QUE FIGURAR COMO TITULAR.

PARÁGRAFO QUARTO - O(A) FINANCIADO(A) reconhece como válidos os lançamentos correspondentes aos créditos ou débitos processados em meio eletrônico, em decorrência da utilização

- continua na página 3 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

de sua senha de acesso, pessoal e intransferível, para efetivação de transações vinculadas a este Instrumento, gerados em sua conta corrente.

PARÁGRAFO QUINTO - O(A) FINANCIADO(A) está cliente de que as transações disponibilizadas por meios eletrônicos estão sujeitas a limite de horário. Esses limites são fixados pelo FINANCIADOR no meio eletrônico utilizado, visando resguardar a segurança do(a) FINANCIADO(A).

PARÁGRAFO SEXTO - As transações que realizar por meio eletrônico, após o limite de horário fixado pelo FINANCIADOR, NÃO serão aceitas para processamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O FINANCIADOR se obriga a processar as transações corretamente realizadas pelo(a) FINANCIADO(A), por meio eletrônico, NÃO se responsabilizando por quaisquer problemas, inclusive a NÃO confirmação de pagamentos ou créditos, resultantes de falhas ocorridas no equipamento do(a) FINANCIADO(A) e/ou inexistência das informações(ões) por ele impostada(s).

PARÁGRAFO OTTAVO - O FINANCIADOR fica autorizado, de modo irrevogável e irretirável, a efetivar lançamentos na conta corrente do(a) FINANCIADO(A) e respectivos registros contábeis das transações realizadas pelo(a) FINANCIADO(A) por meio eletrônico e por intermédio da utilização de sua senha.

PARÁGRAFO NONO - Fica o FINANCIADOR, desde já -- verificada a ausência ou insuficiência de provisão na mencionada conta de depósitos -- autorizado a liberar crédito do presente limite nos valores necessários para cobertura parcial ou total dos cheques apresentados e de outros débitos autorizados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os créditos na conta corrente do(a) FINANCIADO(A), por força da precitada transferência, valerão, para todos os efeitos do presente Contrato, como fornecimentos em dinheiro realizados ao(à) FINANCIADO(A) por conta do crédito aberto.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O(A) FINANCIADO(A) reconhece que todos os créditos por ele(a) solicitados, quer para capital de giro, quer para pagamento de fornecedores, serão analisados pelo FINANCIADOR, que se reserva ao direito de selecionar e recusar os que não atendam às suas exigências operacionais, ou que não estejam revestidos de todas as formalidades legais para integrar a garantia contratada, sem que o(a) FINANCIADO(A) tenha o direito de pleitear, judicial ou extra-judicialmente, indenização ou ressarcimento por perdas e danos a qualquer título.

- continua na página 4 -



Página: 4

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----

TERCEIRA - PLANILHA DE FINANCIAMENTO - No caso de pagamento ao FORNECEDOR, o(a) FINANCIADO(A) apresentará ao FINANCIADOR, a cada operação, planilha de financiamento, doravante designada PROPOSTA. Referida PROPOSTA conterá a relação das notas fiscais, faturas, duplicatas, bloquetos de cobrança ou outros documentos, emitidos pelo FORNECEDOR contra o(a) FINANCIADO(A), relativos aos produtos vendidos ou serviços realizados que dêem origem às respectivas emissões, bem como valor e vencimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A PROPOSTA, devidamente assinada e acompanhada dos documentos a ela vinculados, integra este Instrumento para todos os fins de direito.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A PROPOSTA e/ou seus anexos poderão ser apresentados ao FINANCIADOR por meio eletrônico.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sistemática para o envio eletrônico das informações por parte do(a) FINANCIADO(A), bem como para o processamento dos respectivos pagamentos aos fornecedores, dar-se-á de acordo com o previsto em Contrato de prestação de serviços bancários, formalizado à parte entre o(a) FINANCIADO(A) e o FINANCIADOR.

PARÁGRAFO QUARTO - Cabe ao(a) FINANCIADO(A) a responsabilidade pela informação de todos os dados constantes da PROPOSTA e seus anexos, reservado ao FINANCIADOR o direito de não realizar a operação de crédito na hipótese de haver divergência em qualquer dos dados informados.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de informações incorretas ou devolução do crédito por outros bancos, por quaisquer motivos, o(a) FINANCIADO(A) está ciente de que os valores liberados serão creditados na conta corrente número 000.069.785-0, na agência 0028-0, na data em que o recurso for disponibilizado para o FINANCIADOR, sendo devidos encargos financeiros desde a data original da liberação.

QUARTA - PAGAMENTO AO FORNECEDOR - Estando de acordo com a PROPOSTA, o FINANCIADOR pagará ao FORNECEDOR, por conta do FINANCIADO(A) (A), o valor ali indicado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O(A) FINANCIADO(A) ASSUME O ENCARGO DE FIEL DEPOSITÁRIO DAS NOTAS FISCAIS, FATURAS, DUPLICATAS OU OUTROS DOCUMENTOS DECORRENTES DAS OPERAÇÕES DE VENDA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS PELO FORNECEDOR. DESDE JÁ, O(A) FINANCIADO(A) SE OBRIGA A GUARDÁ-LAS E A ENTREGÁ-LAS AO FINANCIADOR, DE IMEDIATO, QUANDO POR ESTE SOLICITADO. NENHUMA REMUNERAÇÃO SERÁ DEVIDA AO(A) FINANCIADO(A) (A) PELO

- continua na página 5 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----

ENCARGO ASSUMIDO, CUJAS DESPESAS SERÃO POR ELE SUPOSTADAS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos ou créditos realizados a favor do FORNECEDOR valerão, para todos os efeitos do presente Instrumento, como fornecimentos em dinheiro realizados ao(à) FINANCIADO(A) por conta do seu limite aberto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Tratando-se de bloquetos de COBRANÇA, estes devem ser entregues pelo(a) FINANCIADO(A) no ato de apresentação da PROPOSTA e devem, ainda, obrigatoriamente, indicar o(a) FINANCIADO(A) como sacado e o FORNECEDOR como cedente. A apresentação física dos bloquetos de COBRANÇA pode ser dispensada quando utilizada a sistemática de envio eletrônico das informações relativas aos pagamentos dos fornecedores, que serão descritas nos anexos à PROPOSTA, sem prejuízo do disposto no PARÁGRAFO TERCEIRO da cláusula "PLANILHA DE FINANCIAMENTO".

PARÁGRAFO QUARTO - O NÃO cumprimento da condição referida no parágrafo anterior implicará a ineficácia da PROPOSTA, isentando o FINANCIADOR da obrigação de realizar qualquer pagamento de que trata a presente cláusula.

QUINTA - AMORTIZAÇÃO - Durante a vigência deste Instrumento, o(a) FINANCIADO(A) poderá amortizar o limite, utilizando-se dos valores provenientes das liquidações de recebíveis ou a débito em sua conta-corrente, por meio de solicitação na sua Agência de Relacionamento ou pelos meios eletrônicos disponíveis.

SEXTA - RECOMPOSIÇÃO E REUTILIZAÇÃO DO CRÉDITO - Dentro do prazo estabelecido para utilizações do crédito, o limite de crédito ora contratado será recomposto e poderá ser reutilizado para novas liberações, nos precisos termos deste instrumento, de acordo com as quantias devidamente entregues ao Banco do Brasil S.A. para amortização da dívida resultante deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de amortização fora das datas pactuadas para pagamento, a utilização do valor creditado se dará para pagamento do principal e depois dos encargos financeiros inerentes a esse instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A recomposição do Limite ocorrerá até o montante do débito efetivamente amortizado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Limite contratado não será recomposto se o(a) FINANCIADO(A) estiver em mora ou inadimplente perante o Banco do Brasil S.A. pelas obrigações assumidas por força deste Instrumento, ou se ocorrer o seu vencimento,

- continua na página 6 -



Página: 6

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr- 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

normal ou antecipado.

PARÁGRAFO QUARTO - A recomposição do limite estará condicionada à existência de duplicatas suficientes para amparar o saldo devedor e as reutilizações.

SETIMA - DÉBITOS DE ENCARGOS E DESPESAS - Os encargos financeiros, demais acessórios e despesas serão debitados sob aviso, na conta corrente do(a) FINANCIADO(A), à medida que se tornarem exigíveis, ficando o FINANCIADOR, desde já -- verificada a ausência ou insuficiência de provisão na mencionada conta de depósitos --, autorizado a transferir da conta da presente abertura de crédito para aquela conta de depósitos as importâncias necessárias a cobertura das referidas importâncias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os créditos nessa conta de depósitos, por força da precitada transferência, valerão, para todos os efeitos, como fornecimentos em dinheiro realizados ao(a) FINANCIADO(A) por conta do crédito ora aberto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - NÃO HAVENDO MARGEM DISPONÍVEL NO LIMITE DE BB GIRO RECEBÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DA REFERIDA TRANSFERÊNCIA, PODERÁ O FINANCIADOR DAR POR ANTECIPADAMENTE VENCIDO O INSTRUMENTO SE, NO PRAZO DE 1 (UM) DIA, NÃO FOR LIQUIDADO O VALOR DOS ENCARGOS FINANCEIROS, DEMAIS ACESSÓRIOS E DESPESAS DE QUE TRATA O "CAPUT" DESTA CLÁUSULA. PARÁGRAFO TERCEIRO - Se os saques aceitos pelo FINANCIADOR excederem o crédito aberto, este será automaticamente elevado naquele valor, apenas para efeito de COBRANÇA judicial.

OITAVA - RECONHECIMENTO DE DÉBITOS E CRÉDITOS - O(A) FINANCIADO(A) reconhecerá como prova de seu débito os cheques, saques, ordens e recibos que emitir ou assinar, bem assim quaisquer avisos de lançamentos e extratos que o FINANCIADOR vier a expedir-lhe, em consequência da utilização do crédito aberto, conforme previsto neste Contrato. O FINANCIADOR reconhecerá como prova dos créditos em favor do(a) FINANCIADO(A) os recibos ou avisos que emitir em consequência da utilização do crédito aberto. Desse modo, ficam expressa e plenamente assentadas a certeza e a liquidez da dívida do FINANCIADO(A), compreendendo o principal, encargos financeiros e demais acessórios inerentes a este Contrato.

NONA - ENCARGOS FINANCEIROS DE NORMALIDADE - SOBRE OS VALORES DO CRÉDITO ABERTO, ENQUANTO ESTIVEREM SENDO

- continua na página 7 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

UTILIZADOS PELO(A) FINANCIADO(A), BEM COMO SOBRE OS SALDOS DEVEDORES DAÍ DECORRENTES, INCIDIRÃO JUROS À TAXA MENSAL DE 1,2% (UM INTEIRO E DOIS DECIMOS), EQUIVALENTE À TAXA EFETIVA ANUAL DE 15,39% (QUINZE INTEIROS E TRINTA E NOVE CENTESIMOS), CALCULADOS POR DIAS CORRIDOS COM BASE NA TAXA EQUIVALENTE DIÁRIA (MÊS COMERCIAL: 30 DIAS).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DÉBITO - OS JUROS SERÃO DEBITADOS MENSALMENTE, A CADA DATA-BASE, NAS REMIÇÕES, PROPORCIONALMENTE AOS VALORES REMIDOS, NO VENCIMENTO ANTECIPADO, NO VENCIMENTO FINAL E NA LIQUIDACÃO DA DÍVIDA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - EXIGIBILIDADE - OS JUROS SERÃO EXIGIDOS MENSALMENTE, A CADA DATA-BASE, NAS REMIÇÕES, PROPORCIONALMENTE AOS VALORES REMIDOS, NO VENCIMENTO ANTECIPADO, NO VENCIMENTO FINAL E NA LIQUIDACÃO DA DÍVIDA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - PARA FINS DO DISPOSTO NESTE INSTRUMENTO, ENTENDE-SE POR DATA-BASE, O DIA 15 DE CADA MES DEFINIDO PARA DÉBITO DOS ENCARGOS FINANCEIROS; POR DIAS ÚTEIS TODOS OS DIAS, EXCETO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS BANCÁRIOS NACIONAIS.

PARÁGRAFO QUARTO - SE A DATA-BASE FOR O DIA 29, 30 OU 31, NOS MESES EM QUE NÃO EXISTIREM TAIS DIAS, SERÁ CONSIDERADO, COMO DATA-BASE, O ÚLTIMO DIA DO MÊS.

PARÁGRAFO QUINTO - SE A DATA-BASE NÃO RECAIR EM DIA ÚTIL, A EXIGIBILIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS FICA POSTERGADA PARA O DIA ÚTIL SUBSEQUENTE.

PARÁGRAFO SEXTO - OS ENCARGOS FINANCEIROS, DEMAIS ACESSÓRIOS E DESPESAS SERÃO DEBITADOS NA CONTA CORRENTE DO(A) FINANCIADO(A) A MEDIDA EM QUE SE TORNAREM EXIGÍVEIS.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O(A) FINANCIADO(A) CONCORDA QUE A TAXA DE JUROS PREVISTA NESTE CONTRATO PODERÁ SER REAJUSTADA PELO FINANCIADOR, PERMANECENDO INALTERADAS AS FORMAS DE CÁLCULO, DÉBITO E EXIGIBILIDADE DEFINIDAS. A ALTERAÇÃO DA TAXA DE JUROS PASSA A VIGORAR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO NO EXTRATO DE CONTA CORRENTE DO(A) FINANCIADO(A).

PARÁGRAFO OITAVO - O(A) FINANCIADO(A) OBRIGA-SE A SE MANTER INFORMADO SOBRE AS TAXAS DE JUROS PRATICADAS DURANTE A VIGÊNCIA DESTA CONTRATO, POR MEIO DE SEU EXTRATO DE CONTA CORRENTE, VIA TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO, INTERNET, GERENCIADOR FINANCEIRO, NAS AGÊNCIAS E POSTOS DE ATENDIMENTO DO FINANCIADOR.

PARÁGRAFO NONO - EM HAVENDO DISCORDÂNCIA COM A NOVA TAXA DE JUROS, O(A) FINANCIADO(A) OBRIGA-SE A PROVIDENCIAR A IMEDIATA LIQUIDACÃO DO SALDO DEVEDOR RESULTANTE DO CRÉDITO ABERTO, SOB PENA DE VENCIMENTO ANTECIPADO DA OPERAÇÃO.

- continua na página 8 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

DECIMA - ENCARGOS FINANCEIROS DE INADIMPLEMENTO - Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado deste Instrumento, o(a) FINANCIADO(A) pagará ao FINANCIADOR, a partir do vencimento e sobre os valores inadimplidos, os encargos financeiros abaixo, em substituição aos encargos financeiros de normalidade pactuados conforme "CLÁUSULA ENCARGOS FINANCEIROS DE NORMALIDADE":

a) Comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução 1.129, de 15.05.86, do Conselho Monetário Nacional, calculada e debitada/capitalizada nos pagamentos parciais e na liquidação do saldo devedor inadimplido;

b) Juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre os saldos devedores atualizados pela comissão de permanência, na forma do item anterior, calculados e debitados/capitalizados nos pagamentos parciais e na liquidação do saldo devedor inadimplido; e

c) Multa de 2% (dois por cento), calculada, debitada e exigida nas datas em que ocorrerem pagamentos parciais, sobre os valores amortizados e, na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor inadimplido, sensibillizado pelos encargos previstos nas alíneas "a" e "b".

PARÁGRAFO ÚNICO - Os encargos previstos nas alíneas "a" e "b" acima serão exigidos juntamente com as parcelas de principal, proporcionalmente aos seus valores nominais.

DECIMA PRIMEIRA - EXCESSO AO LIMITE - O(A) FINANCIADO(A) obriga-se a pagar o valor que exceder o limite do crédito aberto em 1 (um) dia útil, contado da data em que for cobrado, acrescido dos encargos de inadimplimento, incidentes a partir da data em que se verificar o excesso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A FALTA DE PAGAMENTO DO VALOR CORRESPONDENTE AO EXCESSO DO LIMITE, NO PRAZO AQUI ESTIPULADO, IMPLICARÁ O VENCIMENTO ANTECIPADO DESTES INSTRUMENTO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A eventual tolerância do FINANCIADOR, quanto ao excesso ao limite, não significará novação, perdão ou alteração do limite contratado ou de quaisquer outras condições previstas neste Instrumento.

DECIMA SEGUNDA - GARANTIA - CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS - Para assegurar o cumprimento das obrigações deste Instrumento, o(a) FINANCIADO(A) CEDER e transfere ao FINANCIADOR, por este ato, em cessão fiduciária, os direitos

- continua na página 9 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----

creditórios decorrentes de duplicatas de vendas mercantis ou de prestação de serviços, vencíveis a prazo de até 180 (cento e oitenta) dias e desde que não exceda o vencimento final deste Instrumento, cobrindo, no mínimo, 100% (cem pontos percentuais) da dívida que visem garantir, acompanhadas de BORDERÔ. Serão entregues ao FINANCIADOR, devidamente endossadas, para o fim, inclusive, do exercício, por este, de todos os direitos assegurados no artigo 1.459 do Código Civil, como se fosse procurador especial, facultado ao FINANCIADOR, a seu critério, selecionar as que servirão de base para cálculo da percentagem da garantia, entendido que o(a) FINANCIADO(A) se obriga a substituí-las por outras de valor igual ou superior, se vencidas e não pagas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente cessão é realizada sob condição resolutiva de adimplemento da operação garantida, de modo que, em ocorrendo o cumprimento, pelo(a) FINANCIADO(A), de sua obrigação, resolver-se-á a propriedade fiduciária do FINANCIADOR, retornando os direitos de crédito à propriedade do(a) FINANCIADO(A), independentemente de qualquer aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, ao mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de o FINANCIADOR ter de exercer os direitos decorrentes do presente Instrumento, fica convencionado que a cessão fiduciária em garantia é celebrada nos termos do artigo 66-B, da Lei nr. 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55, da Lei nr. 10.931/04, do Decreto Lei nr. 911 de 01/01/1969 e posteriores alterações, razão pela qual ficam cedidas e transferidas a propriedade fiduciária do(a) FINANCIADO(A), livre e desembaraçada de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais e extrajudiciais de qualquer natureza, inclusive fiscais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica o FINANCIADOR, A PARTIR DESTA ATO, porém, condicionado à cláusula resolutiva estipulada no PARÁGRAFO PRIMEIRO, legalmente identificado como único e legítimo titular dos créditos cedidos e das respectivas garantias.

PARÁGRAFO QUARTO - O produto da cobrança de referidas duplicatas será creditado em conta de depósito vinculada à liquidação das obrigações pecuniárias aqui assumidas pelo(a) FINANCIADO(A), admitida a reutilização dos saldos desta conta, a critério do FINANCIADOR, desde que entregues novos títulos nas mesmas condições e aceitos pelo FINANCIADOR, de forma a preservar o percentual mínimo acima pactuado sobre o

- continua na página 10 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----  
saldo devedor da dívida que vise amparar, devidamente atualizado.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso o percentual de títulos entregues, e aceitos pelo FINANCIADOR como garantia da operação seja inferior ao pactuado, o FINANCIADOR poderá amortizar o saldo devedor do empréstimo ou liquidar a presente operação de crédito, utilizando os valores disponíveis na conta vinculada ou na conta corrente de depósito do(a) FINANCIADO(A), número 000.069.785-0, na Agência 0028-0.

PARÁGRAFO SEXTO - O FINANCIADOR poderá, a seu único e exclusivo critério, aceitar duplicatas com vencimento até 90 dias após ao vencimento deste Instrumento ou superior ao prazo de 180 dias. Tal aceitação não altera a data de vencimento do contrato (ou vencimento antecipado), ou qualquer outra condição deste Instrumento.

DECIMA TERCEIRA - REFORÇO DE GARANTIA - O(A) FINANCIADO(A) OBRIGA-SE, SE A GARANTIA VIER A CAIR EM NÍVEL INFERIOR A 100% (CEM PONTOS PORCENTUAIS) DO VALOR DO SALDO DEVEDOR DESTA DÍVIDA, POR QUALQUER RAZÃO, INCLUSIVE EM DECORRÊNCIA DE ELEVAÇÃO DE SALDO DEVEDOR MOTIVADA POR DÉBITO(S) DE ENCARGOS FINANCEIROS, A DILIGENCIAR NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS, NO SENTIDO DE RESTABELECEER AQUELE NÍVEL, PROMOVENDO, PARA ESSE EFEITO, O NECESSÁRIO REFORÇO DE GARANTIA, SOB PENA DE VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA, INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER INTERPELAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

DECIMA QUARTA - VENCIMENTO DO INSTRUMENTO - Na data do vencimento normal deste Instrumento - 03/09/2011 (03 de setembro de 2011) - sem que tenha havido sua renovação, ou na data do seu vencimento antecipado o(a) FINANCIADO(A) pagará, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidas: principal, comissão, juros, outros acessórios e quaisquer outras despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na falta de pagamento do saldo devedor e dos encargos existentes na data de vencimento normal ou antecipado deste Instrumento, passarão a incidir sobre todo o saldo devedor da conta de abertura de crédito vinculada, os encargos previstos na cláusula "ENCARGOS FINANCEIROS DE INADIMPLEMENTO".

DECIMA QUINTA - RENOVAÇÃO DO VENCIMENTO - NÃO HAVENDO - continua na página 11 -



Página: 11

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

MANIFESTAÇÃO EM CONTRÁRIO DE QUALQUER DAS PARTES, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE INSTRUMENTO, QUE SE ESTENDE DESDE A CONTRATAÇÃO ATÉ A DATA DO PRIMEIRO VENCIMENTO EM 03/09/2011 (03 de setembro de 2011), PODERA SER AUTOMÁTICA E SUCESSIVAMENTE RENOVADO POR PERÍODOS DE 360 (TREZENTOS E SESENTA) DIAS, MANTIDAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PACTUADAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - AS PRORROGAÇÕES SERÃO COMUNICADAS AO FINANCIADO(A) MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA OU POR MEIO DO SEU EXTRATO DE CONTA CORRENTE, SENDO QUE QUALQUER UTILIZAÇÃO DO LIMITE SERÁ ENTENDIDA COMO ANUÊNCIA ÀS NOVAS CONDIÇÕES.

PARÁGRAFO SEGUNDO - NOS CASOS DE REDUÇÃO DO LIMITE, EM SENDO DEVEDOR O SALDO, A PRORROGAÇÃO SÓ SE OPERARÁ COM PRÉVIO PAGAMENTO DO EXCESSO PORVENTURA EXISTENTE. A INEXIGIBILIDADE DO SALDO DEVEDOR POR PARTE DO FINANCIADOR CONFIGURARÁ MERA TOLERÂNCIA, NÃO SE CONFUNDINDO NEM REPRESENTANDO RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA QUANDO ESTA NÃO SE CONCRETIZAR DE FORMA INEQUÍVOCA.

DECIMA SEXTA - VENCIMENTO ANTECIPADO - SE O(A) FINANCIADO(A) NÃO PAGAR PONTUALMENTE QUAISQUER DAS PRESTAÇÕES PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO, OU SE NÃO DISPUSER DE SALDO SUFICIENTE, NAS DATAS DOS SEUS RESPECTIVOS VENCIMENTOS, PARA QUE O FINANCIADOR PROMOVA OS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS DESTINADOS ÀS SUAS RESPECTIVAS LIQUIDAÇÕES, CONFORME EXPRESSAMENTE PREVISTO NA CLÁUSULA "AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA", PODERÁ O FINANCIADOR CONSIDERAR VENCIDAS ANTECIPADAMENTE, DE PLENO DIREITO, TODAS AS DEMAIS PARCELAS AINDA VINCENDAS, ASSUMIDAS NÃO SÓ NESTE INSTRUMENTO COMO EM OUTROS QUE TENHA FIRMADO COM O FINANCIADOR, E EXIGIR O TOTAL DA DÍVIDA DELAS RESULTANTE, INDEPENDENTEMENTE DE AVISO EXTRAJUDICIAL OU INTERPELAÇÃO JUDICIAL. O FINANCIADOR TAMBÉM PODERÁ CONSIDERAR INTEGRALMENTE VENCIDA E EXIGÍVEL A DÍVIDA RESULTANTE DAS OPERAÇÕES EXISTENTES QUANDO O(A) FINANCIADO(A) OU O(S) COOBRIGADO(S):

- a) SOFRER(EM) PROTESTO CAMBIÁRIO, REQUERER(EM) SUA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, JUDICIAL OU FALÊNCIA OU TIVER(EM) SUA FALÊNCIA OU INSOLVÊNCIA CIVIL REQUERIDA OU POR QUALQUER MOTIVO ENCERRAR(EM) SUAS ATIVIDADES;
- b) SOFRER(EM) AÇÃO JUDICIAL OU PROCEDIMENTO FISCAL CAPAZ DE COLOCAR EM RISCO AS GARANTIAS CONSTITUÍDAS OU CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES AQUI ASSUMIDAS;
- c) DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE PREPOSTOS OU MANDATÁRIOS, PRESTAR(EM) AO FINANCIADOR INFORMAÇÕES INCOMPLETAS OU

- continua na página 12 -



Página: 12

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----  
ALTERADAS, INCLUSIVE ATRAVÉS DE DOCUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR DE QUALQUER NATUREZA;  
d) DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE PREPOSTOS OU MANDATÁRIOS, DEIXAR(EM) DE PRESTAR INFORMAÇÕES QUE, SE DO CONHECIMENTO DO FINANCIADOR, PODERIAM ALTERAR SEUS JULGAMENTOS E/OU AVALIAÇÕES;  
e) TORNAR(EM)-SE INADIMPLENTE(S) EM OUTRA(S) OPERAÇÃO(ÕES) MANTIDA(S) JUNTO AO FINANCIADOR;  
f) EXCEDER(EM) O LIMITE DE CRÉDITO CONCEDIDO;  
g) DESVIAR(EM) NO TODO OU EM PARTE, O(S) BEM(NS) DADO(S) EM GARANTIA;  
h) NÃO MANTIVER(EM) EM DIA O(S) SEGURO(S) DO(S) BEM(NS) DADO(S) EM GARANTIA, E  
i) NÃO REFORÇAR(EM), NO PRAZO INDICADO NA COMUNICAÇÃO QUE LHE FOR FEITA PELO FINANCIADOR, A(S) GARANTIA(S) CONSTITUÍDA(S).

DECIMA SETIMA - SUSPENSÃO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO - ALÉM DAS SITUAÇÕES PREVISTAS NA CLÁUSULA "VENCIMENTO ANTECIPADO", QUE REGULA OS CASOS QUE PODERÃO IMPLICAR O VENCIMENTO ANTECIPADO DA(S) OPERAÇÃO(ÕES) EXISTENTE(S), O FINANCIADOR PODERÁ SUSPENDER A LIBERAÇÃO DE NOVOS VALORES QUANDO O(A) FINANCIADO(A) DEIXAR DE APRESENTAR AO FINANCIADOR, NO PRAZO POR ESTE INDICADO, A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A RENOVAÇÃO DO SEU LIMITE DE CRÉDITO, BEM COMO QUANDO O(A) FINANCIADO(A) OU O(S) COBRIGADO(S) FOR(EM) NEGATIVADO(S) EM QUALISQUER ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO OU NO CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS (CCF), OU TIVER(EM) ENCERRADA(S) SUA(S) CONTA(S) CORRENTE(S) EM QUALQUER ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, EM DECORRÊNCIA DE NORMAS EMANADAS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

DECIMA OITAVA - IOF - O(A) FINANCIADO(A) obriga-se a pagar o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), de acordo com a legislação em vigor, e, desde já, autoriza o FINANCIADOR a efetuar o débito em sua conta de depósitos, sendo que o valor correspondente ser-lhe-á informado mediante aviso de débito e/ou aviso no extrato de conta corrente.

DECIMA NONA - RESILIÇÃO DO CONTRATO - O presente instrumento poderá ser resiliado por qualquer das partes, mediante prévio aviso, expresso e escrito, com prazo de 10 (dez) dias contados da emissão do aviso, permanecendo em vigor todas as

- continua na página 13 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----  
obrigações assumidas, decorrentes de utilizações do crédito aberto realizadas anteriormente à rescisão.

VIGESIMA - REDUÇÃO DO CRÉDITO ABERTO - O(A) FINANCIADO(A) ESTÁ CIENTE DE QUE O FINANCIADOR PODERÁ PROCEDER À REDUÇÃO DO VALOR DO CRÉDITO ABERTO E QUE TAL ALTERAÇÃO, QUANDO OCORRER, SERÁ COMUNICADA POR MEIO DE MENSAGEM CONSIGNADA NO EXTRATO DA CONTA DE DEPÓSITOS NÚMERO 000.069.785-0, MANTIDA PELO(A) FINANCIADO(A), OU OUTRO MEIO FORMAL VÁLIDO. NESSES CASOS, EM SENDO O SALDO DEVEDOR SUPERIOR AO NOVO VALOR DO CRÉDITO, A OPERAÇÃO ENTRARÁ EM REGIME DE AMORTIZAÇÃO, FICANDO O(A) FINANCIADO(A) OBRIGADO A PAGAR A DIFERENÇA APURADA, ATÉ A ADEQUAÇÃO DO SALDO UTILIZADO AO NOVO VALOR DO CRÉDITO ABERTO. A FALTA DE COBRANÇA DO SALDO DEVEDOR PELO FINANCIADOR CONFIGURARÁ MERA TOLERÂNCIA, NÃO SE CONFUNDINDO NEM REPRESENTANDO RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA.

VIGESIMA PRIMEIRA - IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO - Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância, que não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e condições deste instrumento, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora, imputando-se ao pagamento do débito. As quantias recebidas para crédito do(a) FINANCIADO(A) serão imputadas ao pagamento das verbas a seguir discriminadas, obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.

VIGESIMA SEGUNDA - PRESERVAÇÃO DE DIREITOS - Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do FINANCIADOR, de quaisquer direitos que lhe assistam por força do presente instrumento ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigação do(a) FINANCIADO(A), não afetará aqueles direitos ou faculdades -- que poderão ser exercidos a qualquer tempo -- e não alteração, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem obrigará o FINANCIADOR relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

VIGESIMA TERCEIRA - TARIFAS - Além dos encargos financeiros pactuados, o(a) FINANCIADO(A) autoriza o FINANCIADOR a debitar em sua conta de depósitos, a título de remuneração

- continua na página 14 -



Página: 14  
Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

sobre serviços, o valor correspondente à Tarifa de Abertura de Crédito (na contratação e renovação) e demais tarifas aplicáveis à operação, vigentes à época da cobrança, constantes da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários - Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do FINANCIADOR. O(A) FINANCIADO(A) se declara cliente de que tais débitos lhe serão informados mediante aviso de débito e/ou aviso no extrato de conta corrente.

VIGESIMA QUARTA - AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA - O(A) FINANCIADO(A) autoriza o FINANCIADOR a aplicar, na cobertura parcial ou total do saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, quaisquer importâncias levadas, a qualquer título, a crédito da conta de depósitos.

VIGESIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS - O(A) FINANCIADO(A), em caráter irrevogável e irretratável, autoriza o FINANCIADOR a, independentemente de prévio aviso, proceder a compensação, prevista no artigo nr. 368 do Código Civil Brasileiro, entre o crédito do FINANCIADOR, representado pelo saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, e os créditos de qualquer natureza que o(a) FINANCIADO(A) tenha ou venha a ter junto ao FINANCIADOR.

VIGESIMA SEXTA - CESSÃO DE CRÉDITOS - Fica o FINANCIADOR autorizado, a qualquer tempo, ceder, transferir, dar em penhor o crédito oriundo deste instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

VIGESIMA SETIMA - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL - SCR - O(a)(s) FINANCIADO(A)(S) declara-se(m-se) cliente(s) que foi(foram) comunicado(s) que:

I - os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito por ele(s) realizadas serão registrados no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR;

II - o SCR tem por finalidades fornecer informações ao Bacen para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e propiciar o intercâmbio de informações entre essas instituições com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios;

III - poderá(ão) ter acesso aos dados constantes em seu(s)

- continua na página 15 -



Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----  
nome(s) no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do Bacen (CAP);

IV - os pedidos de correções, de exclusões e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR devem ser dirigidas ao Bacen ou à instituição responsável pela remessa das informações, por meio de requerimento escrito e fundamentado, ou, quando for o caso, pela respectiva decisão judicial;

V - a consulta a quaisquer informações disponibilizadas pelas instituições financeiras e registradas em seu(s) nome(s), na qualidade de responsável(is) por débitos ou garantias de operações, depende de prévia autorização.

VIGESIMA OITAVA - CENTRAIS DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - Para eventuais informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito deste Instrumento, o FINANCIADOR coloca à disposição do(a) FINANCIADO(A) os seguintes telefones:

Central de Atendimento BB-CABB:

- Para capitais e regiões metropolitanas: 4004 0001;

- Demais regiões: 0800 729 0001;

SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 729 0722;

Central de Atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 729 0088;

Ouvidoria BB: 0800 729 5678.

VIGESIMA NONA - PRAÇA DE PAGAMENTO - Os deveres e obrigações do(a) FINANCIADO(A) serão satisfeitos na agência do FINANCIADOR em que for mantida sua conta de depósitos de Pessoas Jurídicas, praça que fica designada como foro do Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento reiteradamente feito em local diverso não implica a renúncia do credor ao local de pagamento aqui estabelecido.

TRIGESIMA - Assina(m), também, este Instrumento: ANGELO GUERRA NETTO, Brasileiro(a), casado(a), empresário, carteira de identidade nr. 229724905, orgao emissor SSP SP, CPF nr. 117.700.928-54, domiciliado a RUA MANOEL ACHE, 980 APARTAMENTO 81, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP e seu conjugue DEBORAH CHRISTIANE DE PAULA ALVES GUERRA, Brasileiro(a), casado(a), do 1ar, carteira de identidade nr. 16.329.696-0, orgao emissor SSPSP, CPF nr. 183.213.438-56, domiciliado a RUA MANOEL ACHE, 980 APARTAMENTO 81, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, FABIANO VITAL GUERRA,

- continua na pagina 16 -



Página: 16

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

-----  
 Brasileiro(a), solteiro(a), empresário, carteira de identidade nr. 24162113-6, orgao emissor SSPSP, CPF nr. 162.070.818-38, domiciliado a RUA CEL JOSE ALVES FERREIRA 819, CENTRO, IGARAPAVA - SP, JOSE ADRIANO GUERRA, Brasileiro(a), casado(a), empresario, carteira de identidade nr. 241620181, orgao emissor SSPSP, CPF nr. 162.070.828-00, domiciliado a RUA AFONSO GARCIA DA SILVEIRA 494, CENTRO, ARAMINA - SP e seu conjugue LILIANI BATISTETTI GUERRA, Brasileiro(a), casado(a), do lar, carteira de identidade nr. 204684481, orgao emissor SSP SP, CPF nr. 250.171.048-79, domiciliado a RUA AFONSO GARCIA SILVEIRA 494, CENTRO, ARAMINA - SP, na qualidade de fiador(es) e principal(is) pagador(es), sendo esta fiança absoluta, irrevogável, irretirável e incondicional, não comportando qualquer tipo de exoneração, renunciando o(s) fiador(es), expressamente, aos benefícios dos artigos 827, 830, 834, 835, 837 e 838, todos do Código Civil Brasileiro, solidariamente se responsabilizando pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) FINANCIADO(A) neste instrumento.

Vai este assinado em tres vias, com as testemunhas abaixo.

RIBEIRAO PRETO-SP, 08 de setembro de 2010.

FINANCIADOR

BANCO DO BRASIL S.A. - Agência RIBEIRAO PRETO-SP

\_\_\_\_\_  
 CLAUDIO CASAVECHIA  
 CPF: 325.290.909-04


- continua na pagina 17 -




Página: 17  
Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.

FINANCIADO(A)


GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
CNPJ: 02.913.263/0001-17


  
\_\_\_\_\_  
ANGELO GUERRA NETTO  
CPF: 117.700.928-54

  
\_\_\_\_\_  
FABIANO VITAL GUERRA  
CPF: 162.070.818-38

  
\_\_\_\_\_  
JOSE ADRIANO GUERRA  
CPF: 162.070.828-00

FIADOR (ES)

  
\_\_\_\_\_  
ANGELO GUERRA NETTO, Brasileiro(a), casado(a), empresário, residente em RIBEIRÃO PRETO-SP, portador(a) do(a) carteira de identidade nr. 229724905/SSP SP e inscrito(a) no CPF sob o nr. 117.700.928-54.

  
\_\_\_\_\_  
DEBORAH CHRISTIANE DE PAULA ALVES GUERRA, Brasileiro(a), casado(a), do lar, residente em RIBEIRÃO PRETO-SP, portador(a) do(a) carteira de identidade nr. 16.329.696-0/SSPSP e inscrito(a) no CPF sob o nr. 183.213.438-56.

- continua na página 18 -

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 002.814.325, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, no valor de R\$500.000,00, com vencimento final em 03/09/2011.



FABIANO VITAL GUERRA, Brasileiro(a), solteiro(a), empresário, residente em IGARAPAVA-SP, portador(a) do(a) carteira de identidade nr. 24162113-6/SSPSP e inscrito(a) no CPF sob o nr. 162.070.818-38.



JOSE ADRIANO GUERRA, Brasileiro(a), casado(a), empresário, residente em ARAMINA-SP, portador(a) do(a) carteira de identidade nr. 241620181/SSPSP e inscrito(a) no CPF sob o nr. 162.070.828-00.

*Liliani Batistetti Guerra*

LILIANI BATISTETTI GUERRA, Brasileiro(a), casado(a), do lar, residente em ARAMINA-SP, portador(a) do(a) carteira de identidade nr. 204684481/SSP SP e inscrito(a) no CPF sob o nr. 250.171.048-79.

TESTEMUNHAS

*Milly C. Monteiro*

Nome: *Milly C. Monteiro*  
CPF: *330.350.218-69*

*Douciniane do Duarte*

Nome: *Douciniane do Duarte*  
CPF: *309.359.428-28*











**Consulta todos os títulos****Beneficiário**

Agência 3370-7  
Beneficiário 69785-0 GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

**Totais por moeda**

<b>Moeda</b>	<b>Valor total</b>
REAL	265.836,36

**DESCONTADA**

Cart.	Var.	Nosso número	Nome pagador	Nro beneficiário	Valor	Vencimento	Situação
	17 019	16573310000003894-0	EAS TRANSPORTES LTDA	31015	29.001,05	30/04/2014	Normal *
	17 019	16573310000003908-4	RODORAPIDO TRANSPORT	35023	27.210,30	30/04/2014	Normal *
	17 019	16573310000003902-5	EAS TRANSPORTES LTDA	34005	24.210,30	02/05/2014	Normal *
	17 019	16573310000003907-6	RODORAPIDO TRANSPORT	35022	29.001,01	03/05/2014	Normal *
	17 019	16573310000003915-7	TES TRANSPORTES ESPE	85650	42.202,10	20/06/2014	Normal *
	17 019	16573310000390152-6	TES TRANSPORTES ESPE	390152A	24.210,30	04/07/2014	Normal *
	17 019	16573310000390172-0	BRALOG TRANSPORTES L	390172A	45.001,30	21/07/2014	Normal *
	17 019	16573310000390157-7	EAS TRANSPORTES LTDA	390157D	45.000,00	29/07/2014	Normal *

--- Selecione uma instrução --- ▼

Transação efetuada com sucesso por: J5163226 RAFAELA VANNUCCI.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



3/9/2014

Safrá Empresas - Cobrança - Consulta Geral de Títulos



Safrá Empresas

Pág. 1

Cobrança - Consulta Geral de Títulos

03/09/2014 17:54:40

**Banco Safrá**

Empresa : GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA  
 CNPJ : 002.913.263  
 Agência/Conta : 01100/002000100

Nosso Número	Seu Número	Vencimento	Pagamento	Valor Título	Valor Cobrado	Situação	Sacado
000000832402800	7010	11/03/2014		61.305,76	0,00	Aberto	RODOMACRO TRANS ROD
000000832378194	7011	18/03/2014		19.589,82	0,00	Aberto	LONTANO TRANS RODOVI
000000832578291	282	24/03/2014		84.492,80	0,00	Aberto	FERTIGRAN FERTIL.VAL
000000832797791	243	06/06/2014		42.452,20	0,00	Cartório	PARANAIBA FERTILIZ.I
000000832971201	614	06/06/2014		22.813,16	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832971227	616	06/06/2014		35.459,60	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997714	646	06/06/2014		3.107,61	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997722	645	06/06/2014		27.906,15	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997731	644	06/06/2014		11.483,17	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997749	643	06/06/2014		23.691,77	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997757	642	06/06/2014		33.742,24	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997765	641	06/06/2014		30.424,74	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997773	640	06/06/2014		8.833,53	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997781	639	06/06/2014		2.565,80	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832997790	637	06/06/2014		5.551,15	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000833023195	000000638	06/06/2014		5.965,07	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000832791857	652	07/06/2014		24.202,10	0,00	Aberto	EAS TRANSPORTES LTDA
000000832791865	653	09/06/2014		51.765,32	0,00	Aberto	EAS TRANSPORTES LTDA
000000832797812	655	12/06/2014		44.105,12	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832807541	655	12/06/2014		44.105,12	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832797821	657	19/06/2014		51.103,76	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832807532	657	19/06/2014		51.103,76	0,00	Cartório	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000942208391	00100595	20/06/2014		15.350,57	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000942208404	00200613	20/06/2014		50.761,56	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000942208412	00200614	20/06/2014		15.147,13	0,00	Aberto	VALE FERTILIZANTES S
000000944194516	00200619	26/06/2014		5.760,00	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000944105173	00200617	27/06/2014		66.017,18	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000944479588	000000677	27/06/2014		27.701,03	0,00	Cartório	VALE FERTILIZANTES S
000000832942081	300018	07/07/2014		48.031,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832985392	200171	07/07/2014		17.682,00	0,00	Baixado	FERTIPAR SUD ADUB CO

**Banco Safrá****Safrá Empresas****Cobrança - Consulta Geral de Títulos****Pág. 2**  
**03/09/2014 17:54:40**

**Empresa :** GUERRA E GUERRA TRANSP LTDA  
**CNPJ :** 002.913.263  
**Agência/Conta :** 01100/002000100

Nosso Número	Seu Número	Vencimento	Pagamento	Valor Título	Valor Cobrado	Situação	Sacado
000000832835706	00300365	08/07/2014		26.404,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832933180	300011	09/07/2014		42.872,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832835684	00300359	11/07/2014		50.042,50	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832933163	789A	14/07/2014		42.150,30	0,00	Protestado	AUGUSTIN TRANSPORTES
000000832985406	200399	14/07/2014		31.895,10	0,00	Protestado	ECOMAGRI EMP COM AGR
000000832835692	00200539	17/07/2014		31.900,00	0,00	Protestado	FERTILIZANTES HERING
000000832942090	400176	22/07/2014		20.930,70	0,00	Protestado	IND COM FERTIL RIFER
000000945438125	1255C	22/07/2014		39.001,10	0,00	Protestado	MECHANICA EMPREENDIM
000000832942073	400526	26/07/2014		23.199,17	0,00	Aberto	FERTIVALE FERT. VALE
000000945438087	1254A	31/07/2014		55.500,00	0,00	Protestado	ENERGYLEV LTDA
000000945438109	1255A	02/08/2014		39.001,10	0,00	Protestado	MECHANICA EMPREENDIM
000000945337167	0819	19/08/2014		32.202,10	0,00	Cartório	ENERGYLEV LTDA
000000944233368	632	22/08/2014		34.400,00	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000945294603	316	22/08/2014		42.802,40	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000945438133	1255D	22/08/2014		39.001,10	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000944234577	300102	29/08/2014		3.304,50	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000945335750	2006	29/08/2014		39.201,30	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000944233295	660	31/08/2014		20.617,60	0,00	Aberto	FERTIPAR SUDESTE AD
000000945438095	1254B	31/08/2014		55.500,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA
000000944488161	20140617	02/09/2014		34.400,00	0,00	Aberto	AGROCAMPO LTDA
000000945438117	1255B	02/09/2014		39.001,10	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000945336241	2014	03/09/2014		34.811,80	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000944488170	17062014	04/09/2014		20.670,00	0,00	Aberto	FERTILIZANTES HERING
000000945336047	2060	05/09/2014		44.515,12	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000945336314	1406	09/09/2014		45.502,10	0,00	Aberto	MECHANICA EMPREENDIM
000000946577030	331	10/09/2014		42.200,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA
000000946576980	926	18/09/2014		42.200,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA
000000946577145	561	27/09/2014		42.200,00	0,00	Aberto	ENERGYLEV LTDA

**Valor Total dos Documentos:** 1.947.645,31

0,00



# *Superior Tribunal de Justiça*

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 101.552 - AL (2008/0272295-5)**

**RELATOR** : MINISTRO HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP)

**AUTOR** : CALYONE OUTRO

**ADVOGADO** : CELSO CALDAS MARTINS XAVIER E OUTRO(S)

**RÉU** : LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A E OUTRO

**AUTOR** : BANCO BBMS/A

**ADVOGADO** : MARCELO LAMEGO CARPENTER E OUTRO(S)

**RÉU** : LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A E OUTROS

**SUSCITANTE** : LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**ADVOGADO** : ARNOLDO WALD E OUTRO(S)

**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DE CORURIBE - AL

**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP

**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DE CAPINÓPOLIS - MG

**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DE CANÁPOLIS - MG

**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DE MONTE ALEGRE - MG

**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE ITUIUTABA - MG

**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO - RJ

**SUSCITADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES CONTRA O DEVEDOR - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO - PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA - CONFLITO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - A competência para processar e julgar as ações e execuções suspensas por força do art. 6º, caput, da Lei 11.101/05 é do juízo da recuperação judicial, ainda que iniciadas antes do deferimento daquele pedido, ressalvadas as hipóteses legais, que não se verificam no caso concreto.

2 - O princípio da preservação da empresa,



## *Superior Tribunal de Justiça*

insculpido no art 47 da Lei de Recuperação e Falências, preconiza que "A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica". Motivo pelo qual, sempre que possível, deve-se manter o ativo da empresa livre de constrição judicial em processos individuais.

3 - O destino do patrimônio da empresa-ré em processo de recuperação judicial não pode ser atingido por decisões prolatadas por juízo diverso daquele da Recuperação, sob pena de prejudicar o funcionamento do estabelecimento, comprometendo o sucesso de seu plano de recuperação.

4. A questão jurídica aventada no Agravo Regimental assemelha-se ao mérito do Conflito de Competência, razão porque o julgamento deste, implica na prejudicialidade daquele.

5. Precedentes: CC 90.075/SP, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 04.08.08; CC 88661/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 03.06.08. (STJ - CC 79170 /SP - Rel. Ministro CASTRO MEIRA - DJe 19/09/2008).

6. Conflito de Competência conhecido e parcialmente provido. Agravo Regimental Prejudicado.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as

## *Superior Tribunal de Justiça*

acima indicadas, acordam os Senhores Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do conflito e lhe dar parcial provimento, para declarar a competência do Juízo de Direito de Coruripe/AL, julgando prejudicado o Agravo Regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Fernando Gonçalves, Nancy Andrichi, João Otávio de Noronha, Sidnei Beneti, Luis Felipe Salomão, Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS) e Paulo Furtado (Desembargador convocado do TJ/BA) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Afirmou suspeição o Exmo. Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior.

Sustentou oralmente o Dr. MARCUS VINICIUS VITA FERREIRA, pela Suscitante LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Brasília (DF), 23 de setembro de 2009(Data do Julgamento).

MINISTRO HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP)

Relator



E.22LE136-

**CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO**

(o "Contrato")

Modalidade: **ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - PESSOA JURÍDICA**

(o "Arrendamento")

**PREÂMBULO****(A) DEFINIÇÕES QUANTO À IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO**

1. Contrato nº. 1215034	2. Local de Emissão BARUERI/SP	3. Data de Emissão 28/03/2013
----------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

**(B) ESCLARECIMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES GERAIS DO ARRENDAMENTO**

- a. Características e Condições Básicas do Arrendamento Mercantil: o presente Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro (o "Contrato") tem natureza financeira, por meio do qual o **ARRENDANTE** obriga-se a adquirir e dar em arrendamento mercantil à **ARRENDATÁRIA**, para sua utilização, um bem em estrita conformidade com a escolha e as especificações apresentadas pela **ARRENDATÁRIA**, na forma do Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento ("TRAF") ora anexo ao presente instrumento, e dele integrante, pelo prazo estipulado no campo 41 do Quadro V, ao final do qual a **ARRENDATÁRIA** poderá exercer o direito de optar por uma entre as seguintes alternativas: (i) adquirir o(s) Bem(ns) Arrendado(s), mediante pagamento do Preço para Exercício de Opção de Compra de que trata o campo 44.2 do Quadro V; (ii) renovar os termos e condições do presente Contrato ou (iii) desde que pagas todas as obrigações pecuniárias, devolver o(s) Bem(ns) Arrendado(s) e garantir o pagamento à **ARRENDANTE** do valor ora estipulado como mínimo devido à **ARRENDANTE** em condições de venda a terceiros do(s) Bem(ns) Arrendado(s), conforme estipulado na Cláusula 5ª, 22ª e 23ª abaixo, valor esse doravante simplesmente designado "**VALOR RESIDUAL GARANTIDO**" ou "**VRG**". Sempre que se fizer referência, neste contrato, ao Valor Residual Garantido (**VRG**), entende-se que tal valor compreende a soma dos valores das parcelas do **VRG** pagas no ato, no decorrer do contrato e no final do contrato.
- b. Preço do Arrendamento: o valor das Obrigações Pecuniárias do Arrendamento independe da oferta e da procura de bens a arrendar, mas obedece a uma equação financeira, na qual são considerados (i) os valores desembolsados pela **ARRENDANTE** para adquirir o(s) Bem(ns) e colocá-lo(s) à disposição da **ARRENDATÁRIA**, (Custo Definitivo dos Bens – Cláusula 13ª do contrato), (ii) o prazo do Arrendamento, (iii) o **VRG** e a previsão ou não de parcelas do **VRG** ao longo do prazo do Contrato, e a taxa de arrendamento. A taxa de arrendamento compreende o custo financeiro suportado pela **ARRENDANTE**, acrescido da remuneração devida sobre o investimento feito no Custo Definitivo do(s) Bem(ns) ("Retorno"). Os elementos aqui referidos compõem os coeficientes deste contrato escolhido pela **ARRENDATÁRIA**, calculados sobre o Custo Definitivo dos Bens.
- c. Custo Definitivo do(s) Bem(ns): Em conformidade com o disposto no art. 5º Inciso I, da Resolução 2309/96 do Banco Central do Brasil, o Custo Definitivo do(s) Bem(ns) será amortizado pela Arrendatária mediante o pagamento das Obrigações Pecuniárias, compostas por contraprestações, que amortizam uma parte do custo definitivo do(s) Bem(ns) e pelo **VRG**, devido no início, durante e ou ao final do contrato, que amortiza a outra parte do custo definitivo do(s) Bem(ns). A somatória das contraprestações, do **VRG** total e demais despesas, atualizações e custos constantes deste contrato constituem o preço ou custo do arrendamento, cujo valor será considerado na letra "j" abaixo, no parágrafo segundo da cláusula 21ª, na cláusula 22ª e nas demais disposições deste contrato.
- d. Captação de Recursos: a **ARRENDATÁRIA** declara estar ciente de que os recursos necessários para a aquisição específica do(s) Bem(ns) Arrendado(s) foram captados pela **ARRENDANTE** através de empréstimos ou outras formas de captação admitidas pela regulamentação em vigor, perante instituições financeiras e entidades sediadas no País ou no exterior. Desta forma, ocorrendo modificações na legislação, nas normas regulamentares ou qualquer alteração nas condições do mercado financeiro adotar-se-ão os termos da Cláusula 3ª e seus parágrafos segundo ao quinto, sem prejuízo das demais disposições deste contrato. Na impossibilidade de acordo entre as partes, aplicar-se-ão os termos da cláusula 21ª.
- e. O plano de pagamento do custo (preço) do arrendamento e a proporção de participação de **VRG** no mesmo é de livre e exclusiva escolha da **ARRENDATÁRIA**, segundo sua conveniência e melhor benefício, sem qualquer intervenção da **ARRENDANTE**.
- f. Valor Residual Garantido: de acordo com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 564, de 03/11/1978, o **VRG**, mesmo que pré-fixado consiste (i) no preço indicado no TRAF (Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento) anexo ao presente Contrato e que está referenciado no campo 44.2 do Quadro V supra, estipulado para o exercício da opção de compra a ser pago pela **ARRENDATÁRIA** ou (ii), na hipótese de não exercício da opção de compra pela **ARRENDATÁRIA** e desde que cumpridas todas as obrigações pecuniárias contratuais, no valor contratualmente garantido pela **ARRENDATÁRIA** como mínimo devido à **ARRENDANTE** na venda do(s) Bem(ns) arrendado(s) a terceiros. Na hipótese de a **ARRENDATÁRIA** renovar o Arrendamento ao final do prazo do Contrato, o **VRG** corresponderá ao valor básico para o cálculo das contraprestações que vigorarão pelo período da renovação.
- g. O **VRG** constitui-se, portanto, em obrigação pecuniária líquida, certa e exigível a ser cumprida pela **ARRENDATÁRIA**.
- h. As parcelas de **VRG** pagas ao longo do prazo do Arrendamento serão retidas (por representarem parte do Saldo Devedor – item "c" acima, letra "j" abaixo e parágrafo segundo da cláusula 21ª) pela **ARRENDANTE** até que a **ARRENDATÁRIA** cumpra todas as obrigações pecuniárias decorrentes deste contrato, observados seus termos da cláusula 22ª.
- i. A devolução pela **ARRENDANTE** à **ARRENDATÁRIA** de qualquer valor pago a título de **VRG** apenas ocorrerá após o cumprimento de todas as condições de que trata estritamente a cláusula 22ª do presente Contrato.
- j. Em qualquer hipótese de interrupção contratual, inclusive nos termos da cláusula 21ª, o saldo decorrente das Obrigações Pecuniárias em relação ao valor apurado na venda do(s) Bem(ns) a terceiros será aferido, em qualquer momento do contrato, pela seguinte equação: Contraprestações e **VRG**, eventualmente vencidos e não pagos, reajustados pela Base de Reajuste deste contrato, quando for o caso conforme preâmbulo, acrescidos





de seus encargos moratórios contratuais e contraprestações e **VRG** (no início, parcelado e ou ao final) a vencer, menos o valor obtido na venda do(s) Bem(ns). Em caso de o saldo apurado configurar-se positivo, o valor correspondente constituirá débito de responsabilidade da Arrendatária; do contrário, ou seja, resultando negativo, o saldo apurado constituirá crédito a seu favor.

- k. A **ARRENDATÁRIA** responsabiliza-se, por sua conta e risco, por todas as verificações necessárias quanto à procedência, à natureza, à qualidade e à legitimidade do(s) Bem(ns), não respondendo a **ARRENDANTE** por qualquer vício do(s) mesmo(s) ou por qualquer ato, ou fato ou obrigação relacionado ao(s) bem(ns), inclusive, mas não apenas, de natureza tributária.

### (C) QUALIFICAÇÕES DAS PARTES E DOS INTERVENIENTES - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO ARRENDAMENTO

#### I) ARRENDANTE

**BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, com sede social em Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Loja 03 - Centro Indl. e Emp. Alphaville - Barueri - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 69.720.910/0001-45, doravante denominado **ARRENDANTE**.

#### II) ARRENDATÁRIA

4. Nome/ Razão Social GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			
5. CNPJ/MF nº 02.913.263/0001-17		6. Inscrição Estadual nº 00000000000	
7. Endereço (Rua,Av,Etc...) AV. CELSO DANIEL,1315 SA 01			
8. Bairro DISTRITO INDUSTRIAL	9. Cidade RIBEIRAO PRETO	10. UF SP	11. CEP 14072-085
12. E-mail xxxx@xxxx			
13. 1º Telefone Comercial (16)-3456-3000		14. 2º Telefone Comercial (00)-0000-0000	
15. Telefone Direto (00)-0000-0000			

#### III) GARANTIDOR(ES) - DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S)/ AVALISTA(S)

16a.Nome / Razão Social (1) ANGELO GUERRA NETTO			
17a.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input checked="" type="checkbox"/> CPF 117.700.928-54		18a. R.G. 22.972.490-5	
19a. Endereço(Rua,Av,Etc...) RUA AFONSO TARANTO, 170			
20a. Bairro NOVA RIBEIRANIA	21a. Cidade RIBEIRAO PRETO	22a. UF SP	23a.CEP 14096-740
24a. E-mail xxxx@xxxx			
25a.1º Telefone Residencial (16) 3514-5300		26a.2º Telefone Celular (00)-0000-0000	
27a.Telefone Direto (00)-0000-0000			

16b.Nome / Razão Social (2) JOSE ADRIANO GUERRA			
17b.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input checked="" type="checkbox"/> CPF 162.070.828-00		18b. R.G. 24.162.018-1	
19b.Endereço(Rua,Av,Etc...) AV. AFONSO VALERA, 251			
20b.Bairro RECREIO DAS ACACIAS	21b.Cidade RIBEIRAO PRETO	22b.UF SP	23b.CEP 14098-561
24b.E-mail xxxx@xxxx			
25b.1º Telefone Residencial (00)-0000-0000		26b.2º Telefone Celular (16) 9193-6180	
27b.Telefone Direto (00)-0000-0000			

16c.Nome / Razão Social (3) Garantidor(3)			
17c.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		18c. R.G. 00.000.000-0	
19c.Endereço(Rua,Av,Etc...) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
20c.Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	21c.Cidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	22c.UF XX	23c.CEP 00.000-00



24c.E-mail xxxx@xxxx			
25c.1º Telefone Residencial (00)-0000-0000	26c. 2º Telefone Celular (00)-0000-0000	27c.Telefone Direto (00)-0000-0000	
16d.Nome / Razão Social (4) Garantidor(4)			
17d.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		18d. R.G. 00.000.000-0	
19d.Endereço(Rua,Av,Etc...) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
20d.Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX	21d.Cidade XXXXXXXXXXXXXXXX	22d.UF XX	23d.CEP 00.000-00
24d.E-mail xxxx@xxxx			
25d.1º Telefone Residencial (00)-0000-0000	26d.2º Telefone Celular (00)-0000-0000	27d.Telefone Direto (00)-0000-0000	

## IV) FIEL DEPOSITÁRIO

28.Nome ANGELO GUERRA NETTO			
29.CPF nº 117.700.928-54		30. R.G. nº 22.972.490-5	
31.Endereço(Rua,Av,Etc...) RUA AFONSO TARANTO, 170			
32.Bairro NOVA RIBEIRANIA	33.Cidade RIBEIRAO PRETO	34.UF SP	35.CEP 14096-740
36.E-mail xxxx@xxxx			
37.1º Telefone Residencial (16) 3514-5300	38.2º Telefone Celular (00)-0000-0000	39.Telefone Direto (00)-0000-0000	

V) DADOS DO ARRENDAMENTO, PAGAMENTOS AUTORIZADOS E ENCARGOS FINANCEIROS  
(Todos os valores constantes deste quadro V são expressos em Reais)

40. Valor Orçado do(s) Bem(Bens) Adquirido(s) R\$ 904.702,05	41. Prazo do Arrendamento 24 (meses)	42. Obrigações Pecuniárias Devidas <input checked="" type="checkbox"/> A cada mes <input type="checkbox"/> Conforme <b>TRAF</b>
---	---	---

## 43. Vencimento da Primeira Obrigação Pecuniária:

- ☒ No início do Prazo do Arrendamento.  
☐ Em 0 Mês(es) do início do Prazo do Arrendamento.  
☐ Conforme **TRAF**.

## 44. Planos de Pagamento

Sobre o Custo Definitivo do(s) Bem(ns) (constante do **TRAF**) serão calculadas as Obrigações Pecuniárias de acordo com estes coeficientes em bases percentuais:

## 44.1. Plano de Leasing

Número de Parcelas	Fase(s) de Pagamento		Coeficiente (%)		
	De	A	Contraprestação (%)	VRG (%)	Total (%)
1	1	1	0,00000	12,31590	12,31590
24	1	24	4,09120	0,00000	4,09120
0	0	0	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000

44.2 O Preço para Exercício de Opção de Compra (igual à somatória das parcelas do **VRG**), é aferível no Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento (**TRAF**) vinculado ao presente contrato.





a) ☐ 0,00 % ao mês xxxxxxxx + Base de Reajuste do Contrato (campo 45).

b) ☐ Paga mensalmente.

c) ☐ Capitalizada mensalmente e adicionada ao(s) Custo(s) Definitivo(s) do(s) Bem(ns).

a) Tarifas de cadastro: R\$ 200,00 (duzentos reais).  
b) Tarifas de emissão e postagem de boleto de cobrança: R\$ 0,00 (xxxxxxx) por boleto.  
c) Outras Tarifas/Despesas conforme parágrafo Décimo da Cláusula 3ª.

**48.** Tarifa de Liquidação Antecipada de 10,00% (dez por cento) sobre o valor da somatória das obrigações pecuniárias no valor Máximo de R\$99.973,12 (noventa e nove mil novecentos e setenta e três reais e doze centavos). Será determinada mediante aplicação da fórmula de cálculo definida no Parágrafo Segundo da Cláusula 6ª abaixo.

01 caminhão Trator Mercedes Benz Actros 2546 LS Chassi:WDH934251BL572271 Renavam:373539460 Placa:EQU2071 Ano/Mod.2011/2011 valor unitário: R\$ 314.828,90 Nota Fiscal nº 46 emissão: 28/03/2013
01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085308P000075 Renavam:953378322 Placa:DBM9902 Ano/Mod.2008/2008 valor unitário: R\$82.129,28 Nota Fiscal nº 51 emissão: 28/03/2013
01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085307P000038 Renavam: 900943980 Placa:DBM9876 Ano/Mod.2006/2007 Valor unitário: R\$77.566,54 Nota Fiscal nº 49 emissão: 28/03/2013
01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085307P000112 Renavam:911821740 Placa:DBM9881 Ano/Mod.2007/2007 Valor unitário: R\$ 77.566,54 Nota Fiscal nº48 emissão: 28/03/2013
01 caminhão trator Mercedes Benz Axor 2540 Chassi:9BM9584617B554359 Renavam: 934140170 Placa:DBM9894 Ano/Mod.2007/2007 Valor unitário: R\$ 260.076,04 Nota Fiscal nº 47 emissão:28/03/2013
01 semi reboque RANDON SR CA Chassi:9ADG1243CCM355394 Renavam:479210519 Placa:EQU2962 Ano/Mod.2012/2012 Valor unitário: R\$91.254,75 Nota Fiscal nº 50 emissão: 28/03/2013

Aplicáveis, conforme TRAF:

Nome / Razão Social (1) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00000000000000 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		R.G. 00.000.000-0	
Endereço(Rua,Av,Etc...) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Cidade XXXXXXXXXXXXXX	UF XX	CEP XXXXXXX

Nome / Razão Social (2)			
Outorgante 2			
CNPJ / CPF nº		R.G.	
<input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		00.000.000-0	
Endereço(Rua,Av,Etc...)		Cidade	UF
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXX	XX
			CEP
			XXXXXX

Os bens, obrigatoriamente segurados, quando suscetíveis de seguro, são os seguintes:

**Em Propriedade Fiduciária**, o(s) bem(ns) cujo(s) proprietário(s), valor(es), espécie(s), qualidade(s) quantidade(s) e demais características e condições da garantia constam do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante **Propriedade Fiduciária**).

☐ **Em Cessão Fiduciária**, as duplicatas/notas promissórias e/ou cheques de emissão de terceiros, no montante, percentual e demais condições constantes do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante **Cessão Fiduciária de Títulos**).

**Em Hipoteca Cédular** o(s) imóvel(éis) cujo(s) proprietário(s), valor(es), situação(ões), descrição(ões), confrontação(ões), benfeitoria(s), título(s), data(s) de aquisição e registro(s) imobiliário(s) e condição(ões) de garantia constam do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar para todos os efeitos de direito (doravante **Hipoteca Cédular**).



- ☐ Em Cessão Fiduciária, o(s) direito(s) creditório(s), cujo(s) valor(es) e condição(ões) consta(m) do(s) documento(s) anexo(s) a este Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante Cessão Fiduciária de Direitos).
- ☐ Em Cessão Fiduciária, o(s) direito(s) creditório(s), cujo(s) valor(es) e condição(ões) consta(m) do(s) documento(s) anexo(s) a este Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras);
- ☐ Outros conforme especificado em documento anexo.

ASSIM, AS PARTES RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE CONTRATO, QUE SE REGERÁ PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI 6.099/74, DA LEI 11.649/08, DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL 2.309/96, DAS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA 564/78 e 140/84, E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, ALÉM DAS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

#### CLÁUSULAS

**1. OBJETO** – A ARRENDANTE adquiriu(rá) e dá(rá) em arrendamento à ARRENDATÁRIA o(s) Bem(ns) descrito(s) no Quadro "VI" do Preâmbulo e no TRAF, o(s) qual(is) passa(m) a ser denominado(s) simplesmente Bem(ns). Tal(is) Bem(ns) permanecerá(ão) sob guarda, depósito e responsabilidade da pessoa nomeada no Quadro "VI" do preâmbulo, que assina o presente na qualidade de Fiel Depositário, declarando assumir todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal.

**2. PRAZO** – O presente Arrendamento tem prazo definido na forma do constante no campo "41" do Quadro "V" do Preâmbulo, iniciando-se na data de recebimento e aceitação do(s) Bem(ns) especificada no TRAF. Findo o prazo do Arrendamento, o(s) Bem(ns) deverá(ão) ser devolvido(s) em condições normais de uso, em local a ser indicado pela ARRENDANTE, salvo se exercida a opção de compra ou de renovação pela ARRENDATÁRIA.

**3. OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS, BASE DE REAJUSTE, ENCARGOS E DESPESAS** – Consideram-se Obrigações Pecuniárias todas as contraprestações do Arrendamento, com vencimento nos termos do Preâmbulo e do TRAF, assim como o VRG, quer seja o mesmo devido ao início, ao final, quer deva ser pago através de parcelas durante o prazo de arrendamento, vencendo-se cada uma delas conjuntamente ou não com as contraprestações do Arrendamento conforme estipulado no preâmbulo e no TRAF. O valor base das mesmas é determinado pela aplicação dos coeficientes constantes do campo "44" – Quadro "V" sobre o Custo Definitivo dos Bens.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso as partes pactuem utilizar o CDI, o qual, para os fins e efeitos do presente Arrendamento significa Certificado de Depósito Interfinanceiro, taxa DI "over extra grupo" – taxa média, divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, como Base de Reajuste, a ARRENDATÁRIA pagará as Obrigações Pecuniárias, calculadas de acordo com os termos deste Contrato, cujos valores serão atualizados, cumulativos e mensalmente, de acordo com a variação do CDI, verificada entre a data de início do arrendamento indicada no TRAF, e a data do efetivo vencimento de tais obrigações. Nestes casos, a ARRENDATÁRIA receberá uma comunicação da ARRENDANTE informando sobre o vencimento das obrigações e o procedimento para impressão do boleto na internet do site [www.bicbanco.com.br](http://www.bicbanco.com.br), mantido pelo ARRENDANTE na rede mundial de computadores (internet).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A ARRENDATÁRIA declara, neste ato, ter pleno conhecimento de que os recursos utilizados pela ARRENDANTE para a realização do presente Arrendamento foram captados no mercado financeiro nacional ou internacional. Em consequência, a ARRENDATÁRIA concorda, desde já, que, no que tange ao reajuste das Obrigações Pecuniárias, caso ocorra qualquer alteração, redução, mudança no sistema de apuração, congelamento ou extinção da Base de Reajuste, torne-se impossível sua utilização ou ocorra qualquer mudança do padrão monetário nacional, mediante qualquer intervenção do Poder Público no mercado financeiro, a partir da data em que se verificar qualquer dos eventos aludidos, passarão as Obrigações Pecuniárias a ser atualizadas, cumulativa e diariamente, ou na menor periodicidade legalmente possível, por outro sistema de atualização que venha a ser adotado pelo mercado financeiro na captação de recursos e que melhor reflita o custo de captação da ARRENDANTE;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caso ocorra qualquer dos eventos constantes do parágrafo imediatamente acima, assim como na hipótese de qualquer outra forma de intervenção governamental no mercado financeiro, tais como tabelamentos, congelamentos e contingenciamentos, suspensão de atualizações, aumento de alíquota, criação, mudança de base de cálculo ou período de apuração de tributos, ou de encaixes ou recolhimento compulsórios, incidentes sobre os encargos, ou sobre ativos e/ou passivos financeiros, ou, ainda se, por qualquer motivo, o custo financeiro refletido nas Obrigações Pecuniárias deixar de ser adequado à cobertura dos custos de captação, a ARRENDANTE reserva-se o direito de efetuar novo cálculo das Obrigações Pecuniárias, apurando, nas respectivas datas de vencimento, o Saldo Devedor, as Contraprestações e as parcelas de VRG mediante o sistema da tabela PRICE, observando, a partir daí, o sistema de flutuação dos encargos contratuais, com base nas taxas de juros cujo tipo de título e/ou remuneração (pós ou pré-fixada) estiver sendo objeto de maior volume de aplicações no mercado financeiro, segundo levantamento efetuado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, pela ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento, ou por qualquer outro órgão idôneo, aplicando-se, na atualização das Obrigações Pecuniárias – quando a taxa de juros usada como parâmetro de flutuação refletir uma taxa pós-fixada – o mesmo sistema de atualização do título a que se refere tal taxa, conforme acima descrito e observados ainda os menores períodos de flutuação e reajuste legalmente possíveis.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso, em virtude de a captação de recursos para que a presente operação seja celebrada, direta ou indiretamente, junto a credores externos, e, em razão disso, a Base de Reajuste for baseada em moeda estrangeira, o valor base das Obrigações Pecuniárias será convertido naquela moeda segundo sua cotação de compra e, convertido, posteriormente, em Reais, pela sua cotação de venda, levando-se em conta a última cotação de tal moeda fornecida pelo Banco Central do Brasil e válida para o dia do desembolso dos recursos para o presente Arrendamento, ou,



conforme o caso, para o dia do vencimento ou em que se tornar Devida a Obrigação Pecuniária em questão, sendo que, no caso do dólar dos Estados Unidos da América, será aplicada a cotação constante do **SISBACEN, PTAX 800**, opção 5, moeda 220. Caso, por qualquer motivo, as cotações do Banco Central do Brasil não estejam disponíveis, será utilizada a cotação média de da moeda estrangeira por qualquer forma divulgada pelos três maiores bancos em ativos que operem com câmbio, até às 11:00 horas do dia do desembolso da operação ou do dia do vencimento ou em que se tornar devida a Obrigação Pecuniária.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Na hipótese de edição ou modificação de qualquer lei, regra, norma, regulamentação, condição de mercado ou qualquer instrução ou política governamental referente à variação cambial, que venha a afetar adversamente os montantes das Obrigações Pecuniárias devidas pela **ARRENDATÁRIA**, a **ARRENDATÁRIA** permanecerá obrigada ao pagamento da integralidade do Saldo Devedor (preservando-se, em todo caso, o Retorno), incluindo-se sem limitação todo e qualquer custo resultante da implementação das modificações que forem impostas pelo Poder Público ou por condições de mercado, podendo, se for o caso, haver recálculo das obrigações pecuniárias contratuais.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A primeira obrigação pecuniária e as demais terão vencimento nos termos do Preâmbulo do presente Contrato e do **TRAF**, sendo que os vencimentos que ocorrem em sábados, domingos ou feriados nacionais serão automaticamente postergados para o primeiro dia útil imediatamente subsequente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A **ARRENDATÁRIA** receberá por via postal um carnê contendo os boletos de cobrança para pagamento das Obrigações Pecuniárias por ela devidas, salvo nos casos indicados no Parágrafo Primeiro desta Cláusula. Referidos boletos deverão ser pagos pela **ARRENDATÁRIA** na rede bancária indicada pela **ARRENDANTE**, respeitadas as respectivas datas de vencimento.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O não recebimento pela **ARRENDATÁRIA** dos boletos de cobrança das Obrigações Pecuniárias em tempo hábil não a eximirá da obrigação de efetuar esses pagamentos nas datas devidas.

**PARÁGRAFO NONO:** Fica expressamente esclarecido que o recebimento pela **ARRENDANTE** de determinada(s) Obrigação(ões) Pecuniária(s) não significará, em hipótese alguma, quitação de Obrigação(ões) Pecuniária(s) anterior(es) e/ou de quaisquer outras quantias devidas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Serão também devidas pela **ARRENDATÁRIA** as seguintes tarifas: (i) tarifa de cadastro, no valor indicado no campo "47", letra "a", do Quadro "V" do preâmbulo, a qual será incluída no valor das Obrigações Pecuniárias; e (ii) tarifa de emissão e postagem de boletos de cobrança, no valor indicado no campo "47", letra "b", do mesmo Quadro "V", a qual será acrescida aos valores das Obrigações Pecuniárias e paga no ato da liquidação de cada boleto de cobrança (iii) tarifas de gravame, nos casos de veículos, que estiverem em vigor à época.

**4. TAXA DE COMPROMISSO** - Durante o período compreendido entre a data de emissão do contrato e a do início do prazo do arrendamento, incidirá sobre os montantes dos desembolsos feitos pela **ARRENDANTE** para a aquisição do(s) Bem(ns), a taxa de compromisso apurada com base no campo "46" do Quadro "V", conforme letra "a" do preâmbulo, a qual será, conforme definido no Campo "b" ou "c" do mesmo campo "46" do Quadro "V", exigível mensalmente, a contar da data de cada desembolso, no primeiro dia útil de cada mês, ou calculada de forma capitalizada e incorporada ao valor total desembolsado na aquisição do(s) Bem(ns). A taxa de compromisso, quando for o caso, será composta com a Base de Reajuste conforme previsto no campo "45" do Quadro "V" do preâmbulo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso o período máximo para a entrega do(s) Bem(ns) constante do campo 46 do Quadro V do preâmbulo não se cumpra, os demais valores a pagar serão suportados exclusivamente pela **ARRENDATÁRIA**, iniciando-se imediatamente o arrendamento, firmando ela, o respectivo **TRAF** (Termo de Recebimento e Arrendamento Financeiro) no prazo máximo de cinco dias do término do referido período.

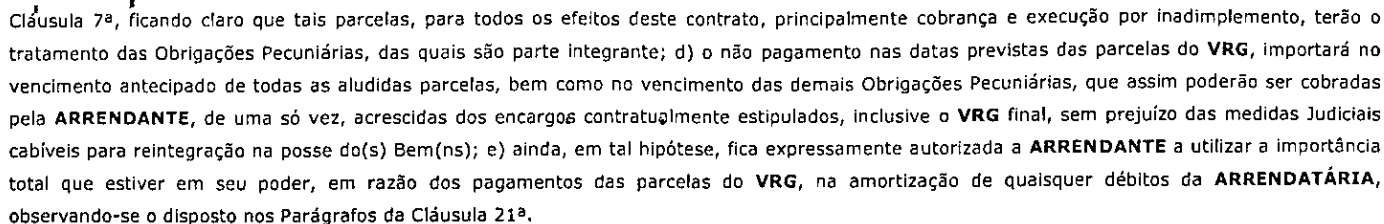
**5. PARCELAS DO VRG** - Desde que cumpridas todas obrigações pecuniárias contratuais, o VRG representa, para a **ARRENDANTE**, o valor mínimo que o(s) Bem(ns) deverá(ão) alcançar ao termo final do arrendamento, e, para a **ARRENDATÁRIA**, o valor máximo pelo qual poderá exercer a opção de compra. Na hipótese de venda do(s) Bem(ns) a terceiros, caso a **ARRENDATÁRIA** não exerça a opção de compra, aplicar-se-ão os termos da Cláusula 22ª e seus Parágrafos. No caso de término antecipado do Contrato, por descumprimento de qualquer obrigação pecuniária no seu âmbito ou por qualquer outro motivo, aplicar-se-ão os termos da Cláusula 21ª e seus Parágrafos. Em hipótese nenhuma as parcelas do **VRG** pagas ao longo do prazo do Contrato serão consideradas como exercício antecipado da opção de compra.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As parcelas do **VRG** terão o tratamento previsto na Portaria nº 140, de 27/07/1984, do Ministério da Fazenda, não sendo dedutíveis para fins do Imposto sobre a Renda da **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em face da **ARRENDATÁRIA** ter optado pelo pagamento do **VRG** em parcelas, o eventual atraso pela **ARRENDATÁRIA** no cumprimento da obrigação de pagamento de tais parcelas redundará na quebra contratual ora existente e constituirá hipótese de vencimento antecipado do Contrato. Em decorrência disto, aplicar-se-á o previsto na Cláusula 7ª, para o caso de mora, sem prejuízo disposto na Cláusula 21ª e seus parágrafos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica também justo e acertado que, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato: a) as parcelas do **VRG** pagas pela **ARRENDATÁRIA** serão retidas pela **ARRENDANTE**, observado o disposto na Cláusula 22ª abaixo, até que a **ARRENDATÁRIA** cumpra todas as Obrigações Pecuniárias decorrentes deste Contrato; b) que, decorrido o prazo do arrendamento, se a **ARRENDATÁRIA** optar (b.1) pela aquisição do(s) Bem(ns) arrendado(s), deverá pagar, além do valor do **VRG** final, constante do **TRAF**, também o valor das parcelas de **VRG** - no ato e/ou durante o contrato constante do **TRAF**, sendo que tal pagamento será levado a efeito, pela apropriação, por parte da **ARRENDANTE**, dos valores pagos ao longo do prazo do Contrato, de conformidade com o disposto no "caput" desta Cláusula e seu Parágrafo Primeiro; (b.2) pela renovação do arrendamento, a **ARRENDANTE** continuará a exercer, durante o período prorrogado, o direito de retenção sobre os valores pagos pela **ARRENDATÁRIA** ao longo do prazo do Contrato; (b.3) pela devolução do(s) Bem(ns), a **ARRENDANTE** somente devolverá qualquer valor pago a título de **VRG** após a venda a terceiros do(s) Bem(ns) devolvido(s) e observado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula 22ª abaixo combinados com os parágrafos da Cláusula 21ª; c) se houver mora no pagamento das parcelas do **VRG**, aplicar-se-ão, além do Parágrafo Segundo desta Cláusula, os termos da





**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso a **ARRENDATÁRIA** se caracterize como microempresa ou como empresa de pequeno porte, observado o teor da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e o presente Contrato for pré-fixado, o valor presente dos pagamentos para fins de amortização ou de liquidação antecipada será determinado de acordo com os dispositivos da Resolução 3516/07.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Tarifa de Liquidação Antecipada mencionada no caput acima esta descrita no Campo 48 do Quadro V, com seu respectivo percentual sobre o valor da somatória das obrigações pecuniárias como também o seu valor máximo de reais.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de liquidação o valor da Tarifa de Liquidação Antecipada será calculado com base na seguinte fórmula matemática:  
Tarifa de Liquidação Antecipada = Valor da Tarifa Máxima multiplicado pelo [(Número de meses Remanescentes do Contrato dividido pelo Número de meses do prazo Total do Contrato) multiplicado pelo Valor da Somatória das Obrigações Pecuniárias a serem liquidadas conforme valor no **TRAF** dividido pelo Valor da Somatória das Obrigações Pecuniárias na data de emissão do contrato (Também constante no **TRAF**)].

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os parágrafos segundo ao quarto não se aplicam para microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, cujo tratamento definiu-se no parágrafo primeiro desta cláusula.

**7. ENCARGOS DE MORA** - Em caso de mora no cumprimento de qualquer obrigação pela **ARRENDATÁRIA**, e sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas deste Contrato, incidirão sobre os valores em débito, comissão de permanência, atualização, juros de mora e multa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A comissão de permanência será calculada dia a dia sobre o débito em atraso, a partir da data do vencimento até o dia do seu efetivo pagamento, de conformidade com as taxas que a **ARRENDANTE** estiver praticando à época, e, em se tratando de cobrança judicial, será devida de acordo com as taxas médias de juros apuradas pelo Banco Central do Brasil.


**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os juros de mora serão de 1% (hum por cento) ao mês, calculados dia a dia, sobre o total do débito atualizado de conformidade com o acima estabelecido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Sobre o valor do débito calculado na forma prevista nos parágrafos primeiro e segundo anteriores, incidirá multa contratual de 2% (dois por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO:** O recebimento do principal e de quaisquer acréscimos, mesmo sem ressalva, não constituirá presunção de quitação dos encargos ou de quaisquer outras quantias devidas.

**8. DÉBITO EM CONTA – A ARRENDATÁRIA**, desde já declara estar de pleno acordo com que o pagamento de quaisquer importâncias devidas por ela em razão deste Contrato seja feito mediante débito automático, em sua conta corrente de depósitos à vista, mantida perante o Banco Industrial e Comercial S/A – **BICBANCO**, sem prejuízo das demais formas de cobrança em razão do que neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, nomela o Banco Industrial e Comercial S/A – **BICBANCO**, seu bastante procurador, nos termos dos artigos 653, 683 e 686 parágrafo único do Código Civil, com poderes para gerir e movimentar os recursos existentes na referida conta, para a finalidade aqui objetivada.

9. **COEFICIENTES DO CAMPO "44" DO QUADRO "V" DO PREÂMBULO** - O campo "44" do Quadro "V" do preâmbulo indica os coeficientes que, aplicados sobre o custo definitivo do (s) Bem (ns), definido na Cláusula 13ª, indicado no **TRAF**, fixam o valor inicial das diversas Obrigações Pecuniárias. O Prazo de validade desses coeficientes é de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data de emissão deste contrato. Decorrido esse prazo sem que o arrendamento tenha sido iniciado, sem culpa da **ARRENDANTE**, esta ficará desobrigada quanto aos coeficientes constantes no campo "44" do Quadro "V" do preâmbulo, podendo considerar rescindido o presente contrato, obrigando-se a **ARRENDATÁRIA** a reembolsar diretamente à **ARRENDANTE** todos os montantes eventualmente por esta despendidos nos termos deste Contrato, acrescidos da taxa de compromisso estabelecida no campo "46" do Quadro "V" do preâmbulo, mais os encargos de mora já definidos.

pg.7  
v.10\_03/2013  




**10. DEMAIS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ARRENDATÁRIA** - Serão integralmente suportados e de exclusiva responsabilidade da **ARRENDATÁRIA** todos os ônus decorrentes de todos os tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais ou para-fiscais e respectivas majorações, mudanças de base de cálculo, ou do período de apuração, multas, reajustes e encargos moratórios ora existentes ou incidentes, ou que venham a ser criados ou a incidir no futuro, em virtude deste Contrato, e/ou do correspondente faturamento/receita bruta(o) ou líquido(a) decorrente para a **ARRENDANTE**, ou ainda da aquisição, venda ou utilização e posse do(s) Bem(ns), bem como o ônus decorrente da criação, aumento de alíquota, mudança da base de cálculo ou período de apuração de encaixes ou recolhimentos compulsórios incidentes direta ou indiretamente sobre a captação de recursos necessários para manter este contrato, ou sobre os ativos da **ARRENDANTE**. O pagamento dos encargos tributários e demais ônus supra previstos será efetuado pela **ARRENDATÁRIA** na medida e na proporção dos montantes que forem devidos com base neste Contrato, seja a título de principal, de Obrigação Pecuniária, de atualização, de juros, de taxas e outras verbas, sendo que o não pagamento constituirá inadimplemento da **ARRENDATÁRIA** no âmbito do presente Contrato, com as consequências e cominações para tanto nele previstas, inclusive, mas não se limitando ao vencimento antecipado. Sem prejuízo do disposto acima, com relação ao Imposto sobre Serviços (ISS), se, por qualquer motivo, houver aumento da respectiva alíquota ou alteração na base de cálculo, atualmente vigentes, a diferença ficará a cargo da **ARRENDATÁRIA**. Este tributo será pago pela **ARRENDATÁRIA** juntamente com cada Obrigação Pecuniária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Correrão por conta exclusiva da **ARRENDATÁRIA** todas as licenças, autorizações e registros que forem exigidos para a utilização do(s) Bem(ns), inclusive eventuais multas que forem impostas pelas autoridades competentes pela falta da transferência da propriedade do(s) Bem(ns) à **ARRENDANTE** dentro do prazo legal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Correrão por conta exclusiva da **ARRENDATÁRIA** as despesas e emolumentos relativos ao registro deste contrato e/ou anexos e respectivas garantias no(s) Cartório(s) competente(s).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** À **ARRENDATÁRIA** serão transferidas todas as despesas e encargos que a **ARRENDANTE** tenha assumido ou venha a assumir com terceiros em decorrência deste Contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Para os casos de Bem(ns) que seja(m) Aeronave(s), em cumprimento ao art. 137 do Código Aeronáutico Brasileiro, fará parte integrante do **TRAF** indicação do local onde a Aeronave estará matriculada. Para estes mesmos fins, a **ARRENDANTE** consente expressamente, desde já, que a **ARRENDATÁRIA** ou a Importadora pertinente, agindo em nome da **ARRENDANTE**, promova eventual cancelamento da matrícula estrangeira primitiva e imediato registro da Aeronave no Registro Aeronáutico Brasileiro.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para os casos de Bem(ns) que seja(m) Embarcação(ões), compete a **ARRENDATÁRIA** obter todos e quaisquer registros, certificados e autorizações expedidos pelo Tribunal Marítimo e/ou pela Capitania dos Portos e Órgãos subordinados, necessários para utilização regular do bem pela **ARRENDATÁRIA**, identificando-a como operadora da(s) embarcação(ões), entregando, no devido prazo, os documentos à **ARRENDANTE**, sem o(s) que(a)s não poderá colocá-la(s) em uso.

**11. DO LICENCIAMENTO DO(S) BEM(NS) ARRENDADO(S) E DO PAGAMENTO DO IPVA** - Sem prejuízo do cumprimento da Cláusula 10ª deste Contrato, caso o(s) Bem(ns) arrendado(s) consista(m) em veículo(s) automotor(es), a **ARRENDATÁRIA** reconhece e declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, ser de sua exclusiva responsabilidade a satisfação de todos os tributos relacionados ao(s) Bem(ns), obrigando-se, em especial, a proceder ao pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - em conformidade com os termos e condições em que tal lhe for exigido pelas autoridades do Estado em que a **ARRENDATÁRIA** mantiver seu domicílio, assim como indicado no Quadro II do preâmbulo, incluindo-se eventuais acréscimos e encargos de mora, na forma da lei, isentando a **ARRENDANTE** de toda e qualquer responsabilidade em relação ao cumprimento da referida obrigação tributária. A **ARRENDATÁRIA** obriga-se, outrossim, a apresentar à **ARRENDANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento de solicitação nesse sentido, todos os documentos comprobatórios da plena satisfação de todas as obrigações tributárias e regulamentares de que trata esta cláusula e seus parágrafos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a providenciar perante as autoridades de trânsito competentes todos os registros e a obter todas as licenças exigidas para a adequada e legal utilização do Bem(ns) arrendado(s), observadas em todo caso a periodicidade e as condições fixadas na forma da lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a apresentar à **ARRENDANTE** a via original do Documento Único de Transferência - DUT do(s) Bem(ns) arrendado(s), em nome do **ARRENDANTE**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados desta data.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ao dar cumprimento às obrigações previstas no *caput* desta cláusula e bem assim nos parágrafos acima, a **ARRENDATÁRIA** declara, neste ato, sua plena e inequívoca ciência de que deverá, por sua conta e risco exclusivos, declinar tanto perante as autoridades fazendárias quanto as de trânsito seu correto domicílio, assim como indicado no Quadro II do preâmbulo, de modo a cumprir, assim, as normas do inciso IV e do § 1º do artigo 75 da Lei nº 10.406/02.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **ARRENDATÁRIA** declara, neste ato, estar plena e inequivocamente ciente de que eventual indicação não verdadeira de informações quanto a seu domicílio, tanto no Quadro II do preâmbulo, quanto em qualquer documento, formulário ou instrumento oficial utilizado perante as autoridades fazendárias e de trânsito, para os fins e efeitos de que tratam os parágrafos acima, caracterizará a invalidade da respectiva declaração, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela **ARRENDATÁRIA** perante a **ARRENDANTE** e as autoridades, sujeitando-se a **ARRENDATÁRIA** e seus representantes legais, em caráter exclusivo, às sanções previstas civil e criminalmente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A **ARRENDATÁRIA** declara ainda estar inequivocamente ciente de que, em havendo desrespeito ao atendimento das obrigações que lhe cabem nos termos desta Cláusula e também nos termos do Parágrafo Nono da Cláusula 14ª, notadamente das obrigações de honrar o pagamento dos tributos (IPVA), multas e demais encargos relacionados ao(s) Bem(ns) arrendado(s) e/ou da obrigação de comunicar as autoridades fiscais e de trânsito competentes para que o lançamento tributário e/ou exigência de eventuais valores devidos se proceda em nome da **ARRENDATÁRIA** e não em nome da **ARRENDANTE**, e que, diante do não atendimento dessas obrigações, acaso venha a **ARRENDANTE** a ser

*Assinatura*



demandada em eventual ação judicial e/ou ação de execução fiscal para a exigência desses valores de obrigação da **ARRENDATÁRIA**, a **ARRENDANTE**, a seu critério, optará por uma das seguintes condutas: a) contestar, impugnar ou embargar a ação, promovendo a denúncia da lide da **ARRENDATÁRIA** para que esta assuma o pólo passivo da causa com a exclusão total da **ARRENDANTE** dessa causa; ou b) satisfazer a exigência objeto da demanda, e voltar-se contra a **ARRENDATÁRIA** em ação distinta para exigir os valores desembolsados, comprovando a origem e natureza das obrigações, hipótese em que a **ARRENDATÁRIA** obriga-se a satisfazê-los, com os acréscimos das despesas incorridas pela **ARRENDANTE**, acrescido ainda de um multa por infração contratual de 10% (dez por cento).

**12. DA AQUISIÇÃO DO(S) BEM(NS) ARRENDADO(S) PARA USO DA ARRENDATÁRIA** - A **ARRENDANTE** adquiriu(rá) o(s) Bem(ns) constante(s) do **TRAF**, de acordo com as características e especificações indicadas pela **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **ARRENDANTE** não se responsabiliza por erros e omissões nas especificações do(s) Bem(ns) fornecidas pela **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **ARRENDANTE** contratou ou contratará, de maneira direta ou indireta, a aquisição do(s) Bem(ns) junto ao(s) fornecedor(es) nacionais ou internacionais, e/ou importadores, conforme o caso, indicado(s) pela **ARRENDATÁRIA**, o(s) qual(is) será(ão) entregue(s) diretamente à **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **ARRENDATÁRIA**, como única responsável pela escolha e indicação do(s) Bem(ns) e respectivo(s) fornecedor(es), e importador(es), conforme o caso, assume perante a **ARRENDANTE** integralmente todos e quaisquer riscos, despesas e encargos referentes à remessa, importação, transportes, seguros, recebimentos, instalação e registro do(s) Bem(ns), bem como as consequências de eventuais atrasos na sua entrega, os riscos e ônus por defeitos que o(s) Bem(ns) apresentar(em) e por eventuais diferenças de especificações.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Tendo em vista o estipulado no "caput" desta Cláusula, e nos parágrafos anteriores, a **ARRENDATÁRIA** declara: a) que a(s) negociação(ões) para a aquisição e importação do(s) Bem(ns) objeto do arrendamento mercantil foi(ram) entabulada(s) sempre por ela **ARRENDATÁRIA**, ou com sua total supervisão e aprovação, sem qualquer participação da **ARRENDANTE**, não tendo esta qualquer responsabilidade pela escolha do(s) fornecedor(es) ou importador(es), nem tampouco pela origem, indicação e escolha do(s) referido(s) Bem(ns), inclusive nos casos de importação, no qual a **ARRENDANTE**, apesar de não ter qualquer participação negocial efetiva, figure nos contratos de compra e venda por encomenda, simplesmente em razão de sua condição de proprietária desse(s) Bem(s); b) que se responsabiliza por quaisquer perdas e danos que o(s) fornecedor(es) venha(m) a causar à **ARRENDANTE** em decorrência da(s) supra mencionada(s) aquisição(ões); c) que correm por sua conta e risco todos os ônus por defeitos que o(s) Bem(ns) possa(m) apresentar, ou decorrentes da falta de correspondência à(s) característica(s), especificação(ões) e qualidade(s) por ela **ARRENDATÁRIA** indicadas; d) que em razão do disposto nas letras a), b) e c) anteriores, todos e quaisquer impostos, taxas ou contribuições, multas, juros de mora e despesas, que incidam ou venham a incidir, lançados ou que venham a ser lançados, por qualquer motivo que seja e independentemente de causa ou origem, decorrentes do presente Contrato, bem como da aquisição e/ou venda do(s) Bem(ns) a que se refere este instrumento, seu(s) anexo(s) e complementos, correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da **ARRENDATÁRIA** e por ela deverão ser suportados; e) a **ARRENDANTE** em nenhum momento, mesmo quando da transferência definitiva do domínio à **ARRENDATÁRIA** ou a terceiro, responderá pelos riscos da evicção, riscos esses pelos quais a **ARRENDATÁRIA** assume a integral responsabilidade.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Ao receber o(s) Bem(ns), a **ARRENDATÁRIA** deverá entregar à **ARRENDANTE**, no prazo de 03 (três) dias de tal recebimento, o **TRAF**, devidamente assinado, declarando neste último que o(s) Bem(ns) está(ão) de acordo com as especificações, devidamente instalado(s) e mantido(s) em condições de bom funcionamento e sem defeitos aparentes ou vícios redibitórios. Essa declaração valerá como aceitação do(s) Bem(ns), bem como sua data será considerada para início do arrendamento e do cálculo do seu custo definitivo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Se a **ARRENDATÁRIA**, sem justa causa, deixar de assinar o **TRAF**, no prazo do parágrafo quinto, o presente contrato rescindir-se-á, de pleno direito, aplicando-se o disposto na Cláusula 21ª abaixo e seus parágrafos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Se o fornecedor, por qualquer motivo, não efetuar a entrega do(s) Bem(ns) encomendado(s) dentro do prazo que permita a tempestiva assinatura do **TRAF** na forma supra, ou a efetuar em desacordo com as especificações da encomenda, ainda que a falta decorra de força maior, caso fortuito ou imprevisto, e inclusive em razão de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, a **ARRENDANTE** ficará desobrigada do arrendamento e a **ARRENDATÁRIA** a ressarcirá do valor total dos desembolsos que a primeira haja efetuado, devidamente atualizados e acrescidos, da taxa de compromisso e demais encargos contratuais pertinentes.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A **ARRENDANTE** se reserva o direito de, a qualquer instante, considerar excluídos deste Contrato o(s) Bem(ns) que não for(em) tempestivamente entregue(s) e aceito(s) mediante assinatura do **TRAF**. Optando a **ARRENDANTE** pela exclusão, a **ARRENDATÁRIA** deverá ressarcir-la, no ato, dos desembolsos efetuados devidamente atualizados, e a pagar-lhe as respectivas taxas de compromisso, calculadas conforme campo "46" do Quadro "V" do preâmbulo, até a data efetiva do reembolso, referente ao(s) Bem(ns) excluído(s) do contrato.

**PARÁGRAFO NONO:** No caso do(s) Bem(ns) Arrendado(s) ser(em) objeto de importação, solicitada pela **ARRENDATÁRIA**, sem prejuízo do estabelecido no *caput* e nos parágrafos anteriores, é sempre de responsabilidade única e exclusiva da **ARRENDATÁRIA** tudo que for atinente à importação, como por exemplo, mas não se limitando: a) escolha da empresa importadora; b) eventuais ressarcimentos da empresa importadora e da **ARRENDANTE**; c) todo tratamento tributário da operação; d) todo enquadramento de alíquotas; e) variação cambial; f) responsabilidade legal, indenização e ressarcimento à **ARRENDANTE**: I) no caso do(s) bem(ns) desembarcado(s) ser(em) diverso(s) do(s) encomendado(s); II) na hipótese de qualquer motivo de força maior que impeça o(s) bem(ns) de chegar(em) ao País ou qualquer outra consequência; III) pelo atendimento a todos regulamentos e exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, inclusive, mas não se limitando a **ANVISA**, **ANAC** e **MINISTÉRIO DA DEFESA**; IV) por ônus e custos resultantes, a qualquer tempo, de revisões aduaneiras; V) pela movimentação e manutenção do(s) bem(ns), incluindo também operação de aeronaves, desde a sua origem; VI) pela escolha do local geográfico de chegada e desembarque alfandegário (porto, aeroporto, entreposto alfandegário, etc) do(s) bem(s). Declara, portanto, a **ARRENDATÁRIA** assumir todas e quaisquer responsabilidades do Contrato de compra e venda e





seu(s) eventual(is) aditamento(s) firmado(s) entre a empresa importadora e a **ARRENDANTE**, do qual a **ARRENDATÁRIA** tem pleno conhecimento de seus termos e condições, participando como interveniente anuente, com os quais concorda, responsabilizando-se exclusivamente, assim, por todas as responsabilidades, deveres, obrigações, consequências tributárias de qualquer ordem, atribuídas à **ARRENDANTE** no referido instrumento, em decorrência dos compromissos assumidos por esta, mesmo, que em seu próprio nome. Ademais, nas hipóteses de atribuição de responsabilidade solidária da **ARRENDANTE** por força de norma legal, ou de qualquer responsabilidade contratual assumida pela **ARRENDANTE** (incluindo mas não se limitando a qualquer responsabilidade assumida perante o importador das mercadorias, perante autoridades tributárias e/ou aduaneiras relacionadas de alguma maneira com obrigações preliminares, principais ou acessórias decorrentes deste Contrato), competirá à **ARRENDATÁRIA** honrá-las pontual e integralmente, obrigando-se, ainda, desde logo e em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar, defender e manter a **ARRENDANTE** imune e incólume em relação a toda e qualquer reclamação, ação, procedimento, autuação, responsabilidade, obrigação, compromisso, perda, dano, prejuízo, despesa, custos decorrentes da operação de importação de bens importados, incluindo mas não se limitando a Aeronaves, pelos quais a **ARRENDATÁRIA** assume e reconhece sua única e exclusiva responsabilidade. Caso a **ARRENDANTE** venha a figurar em processos administrativos ou judiciais ou arbitrais iniciados por quaisquer terceiros, relacionados às obrigações contraídas pela **ARRENDATÁRIA** perante a **ARRENDANTE** pela importação e arrendamento mercantil de bens que tenham sido importados, a **ARRENDATÁRIA** pleiteará às suas expensas o ingresso no processo como substituta da **ARRENDANTE** ou, se tal não for possível, como sua litisconsorte ou assistente, estando do momento da citação ou intimação da **ARRENDANTE** obrigada a indenizá-la por quaisquer perdas e danos que esta tenha de suportar em virtude de tais processos, bem como custas processuais, despesas com seus advogados devidamente comprovadas, e custos decorrentes de eventual sucumbência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Todos os custos e despesas conhecidos até o início do arrendamento integrarão o custo definitivo do(s) bem(ns). Os demais custos e despesas serão cobrados da **ARRENDATÁRIA** à parte, a qualquer tempo.

**13. CUSTOS** - Entende-se por "Custo Definitivo do(s) Bem(ns)", o valor constante do **TRAF** que se constitui na base para o cálculo das obrigações deste contrato e é composto do valor efetivamente pago pela **ARRENDANTE** ao fornecedor/vendedor, acrescido de todos os tributos, ônus e despesas incidentes e/ou necessárias à aquisição e uso do(s) mesmo(s), bem como, se for o caso, da taxa de compromisso incorporada na forma do final da Cláusula 4ª.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O valor orçado do(s) Bem(ns) é o constante do campo "40" do Quadro "V" do preâmbulo, que tem caráter meramente estimativo.

**14. UTILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO(S) BEM(NS), INSPEÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, SIGILO E PATENTE** - A **ARRENDATÁRIA** se obriga a utilizar o(s) Bem(ns) única e exclusivamente para as atividades a que se destina(m) e a operá-lo(s) de acordo com as recomendações técnicas do(s) fornecedor(es) ou fabricante(s), por pessoa tecnicamente qualificada a fazê-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** À **ARRENDATÁRIA** são transferidas todas as garantias e o direito de assistência técnica, dados pelo(s) fabricante(s) ou fornecedor(es), ficando a **ARRENDANTE** desobrigada de qualquer responsabilidade a tal respeito.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **ARRENDATÁRIA** se responsabiliza por todos os danos que o(s) Bem(ns) venha(m) a sofrer, competindo-lhe tomar todas as providências para a manutenção, serviços e reparos necessários, tudo às suas expensas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Se qualquer peça vier a se desgastar, destruir, estragar ou a se inutilizar, de qualquer forma, a **ARRENDATÁRIA** se obriga, às suas expensas, a substituí-la, utilizando-se das peças adequadas e específicas a tal substituição. Todos os serviços de reparo, manutenção ou substituição de peças somente poderão ser executados por oficinas e/ou pessoal especializado, de indicação do(s) fabricante(s) ou fornecedor(es).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Quaisquer peças ou acessórios substituídos ou acrescentados passarão a ser de propriedade da **ARRENDANTE**, não cabendo à **ARRENDATÁRIA** qualquer direito de retenção ou indenização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A **ARRENDATÁRIA** não poderá adaptar ou instalar quaisquer peças ou acessórios ao(s) Bem(ns), que alterem as condições técnicas e normais de uso.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Na ocorrência de não funcionamento do(s) Bem(ns), por qualquer motivo que seja, a **ARRENDATÁRIA** não poderá pleitear diminuição, suspensão ou cessação de pagamento das Obrigações Pecuniárias ou indenização por parte da **ARRENDANTE**. A **ARRENDANTE**, por sua vez, compromete-se a transferir à **ARRENDATÁRIA** todos os direitos e garantias contra os fornecedores ou vendedores do(s) Bem(ns).

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A **ARRENDANTE**, a qualquer tempo, poderá inspecionar o(s) Bem(ns) e exigir que sejam tomadas as providências para preservação e bom funcionamento do(s) mesmo(s), sem que isso implique transferência para ela das responsabilidades da **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A **ARRENDATÁRIA** por si e por seus empregados ou prepostos, fica obrigada a manter sigilo sobre todas as informações confidenciais e/ou protegidas por registro de patente, que lhe venham a ser transmitidas pelo(s) fabricante(s) ou fornecedor(es), responsabilizando-se por qualquer prejuízo, reclamação ou pleito oriundo de eventual violação.

**PARÁGRAFO NONO:** Se o(s) Bem(ns) for(em) veículo(s) automotor(es), de qualquer espécie, a **ARRENDATÁRIA** assume as seguintes obrigações: a) transferir a propriedade do(s) veículo(s) adquirido(s) para o nome da **ARRENDANTE**, junto ao departamento de trânsito da localidade e, inscrevê-lo(s) no cadastro de veículos, de caráter nacional, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data do recebimento e aceitação do(s) Bem(ns); b) somente utilizá-lo(s) dentro do território nacional; c) somente permitir que seja(m) dirigido(s) por motorista(s) legalmente habilitado(s) e expressa e exclusivamente por ela autorizado(s); d) exigir do(s) motorista(s) a observância das leis de trânsito, respondendo por eventuais multas que lhe forem impostas, pelas despesas de remoção e de estadia em pátios dos órgãos de trânsito competentes, e ainda por eventuais danos causados ao patrimônio público que vierem a ser exigidos da **ARRENDANTE** e for relacionado ao(s) Bem(ns) arrendado(s); e) guardá-los em local que lhe(s) assegure adequada segurança e proteção; f) tomar todos os cuidados necessários contra riscos, danos e furto, especialmente quando estiver(em) estacionado(s) em vias públicas e locais abertos; g) respeitar estritamente as normas técnicas de abastecimento de óleo, limite de passageiros e/ou carga, e demais



instruções constantes no manual fornecido pelo fabricante, de modo que apresente(m) sempre, as melhores condições de funcionamento, conservação e segurança, correndo todas as despesas por sua exclusiva conta; h) proceder, às suas custas, às revisões nas épocas e nas condições estabelecidas pelo fabricante e sempre em oficinas autorizadas por ele; i) providenciar em oficinas de concessionários autorizados pelo fabricante todos os consertos ou reparos que se fizerem necessários à manutenção do(s) veículo(s) em perfeito estado de funcionamento, segurança e aparência, substituindo todas as peças e partes que se danificarem ou estejam funcionando de forma imperfeita, ficando estabelecido que quaisquer peças ou acessórios substituídos ou acrescentados, passarão a ser de propriedade da **ARRENDANTE**, sem direito de indenização para a **ARRENDATÁRIA**. A **ARRENDANTE** não assume nenhuma responsabilidade pelo bom funcionamento do(s) veículo(s), por ser obrigação da **ARRENDATÁRIA** inspecioná-los quando de seu recebimento e realizar a sua manutenção.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Além das condições aqui especificadas, a **ARRENDATÁRIA** deverá cumprir as condições previstas no TRAF.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O(s) Bem(ns) ficará(ão) localizado(s) no endereço da **ARRENDATÁRIA** ou em local descrito no TRAF, obrigando-se esta a comunicar prontamente e por escrito, qualquer deslocação do(s) Bem(ns).

**15. SEGURO** - Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a manter, durante toda a vigência do arrendamento e suas prorrogações, o(s) Bem(ns) segurado(s) contra todos os riscos a que possam estar sujeitos, devendo ainda manter seguro de responsabilidade civil, tanto para acidentes pessoais como para danos a propriedade de terceiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO: APÓLICE** - Os seguros deverão ser efetuados em favor da **ARRENDANTE**, em companhia seguradora de livre escolha e responsabilidade da **ARRENDATÁRIA**, correndo por conta dela, **ARRENDATÁRIA**, o(s) pagamento(s) do(s) prêmio(s) do(s) seguro(s), devendo ainda a **ARRENDATÁRIA** exibir, sempre que solicitada, sob pena de inadimplemento contratual, a(s) apólice(s) representativa(s) do seguro e a quitação do prêmio devido. A(s) apólice(s) de seguro(s) contratada(s) deverá(ão) indicar a **ARRENDANTE** como única e exclusiva beneficiária da respectiva indenização em caso de ocorrência de sinistro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO: VALOR SEGURADO** - A apólice deverá cobrir no mínimo o valor original do(s) Bem(ns) mencionado(s) no TRAF, devidamente atualizado. As renovações deverão ser feitas pelo valor original, acrescido da atualização, desde a data do recebimento até a da renovação da apólice, ou pelo valor de mercado, prevalecendo o valor mais elevado, sem prejuízo do disposto nos demais parágrafos desta Cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO: DA FRANQUIA** - Fica a **ARRENDATÁRIA**, em qualquer hipótese, obrigada a completar as indenizações que forem pagas pela companhia seguradora, mesmo as partes referentes a franquias.

**PARÁGRAFO QUARTO: DO AVISO** - Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a comunicar, por escrito à **ARRENDANTE**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua ocorrência, qualquer caso de sinistro envolvendo o(s) Bem(ns).

**PARÁGRAFO QUINTO: DO ENDOSSO** - Na eventualidade de que a **ARRENDATÁRIA** venha a figurar em apólice(s) de seguro, como Segurada, será nela(s) inserida, obrigatoriamente, Cláusula de endosso em favor da **ARRENDANTE**.

**PARÁGRAFO SEXTO: DA LIQUIDAÇÃO DA INDENIZAÇÃO** - Sem prejuízo do ressarcimento do dano efetivo, no caso de ocorrer qualquer evento que dê causa ao recebimento da indenização do seguro, fica estabelecido que: a) se o valor recebido pela **ARRENDANTE** for superior ao valor da soma das Obrigações Pecuniárias vencidas e vincendas, e das demais despesas, inclusive comissão de permanência, multa e juros, a diferença, a maior, será entregue pela **ARRENDANTE** à **ARRENDATÁRIA**; b) se o valor for inferior ao da soma das Obrigações Pecuniárias vencidas e vincendas e das demais despesas inclusive comissão de permanência, multa e juros, a **ARRENDATÁRIA** pagará de imediato à **ARRENDANTE** essa diferença; c) se, por qualquer impedimento, a companhia seguradora não pagar à **ARRENDANTE** a indenização devida, a **ARRENDATÁRIA**, em virtude de sua responsabilidade pelo(s) Bem(ns), arcará com tal pagamento, que corresponde ao valor da soma das Obrigações Pecuniárias vencidas e vincendas, e das demais despesas, inclusive comissão de permanência, multa e juros.

**16. RESPONSABILIDADE DA ARRENDATÁRIA** - No caso de ocorrência de qualquer evento envolvendo responsabilidade por danos corporais e/ou materiais e/ou pecuniários e/ou danos morais causados a terceiros e decorrentes direta ou indiretamente da propriedade, uso, transporte ou operação do(s) Bem(ns), caberá única e exclusivamente à **ARRENDATÁRIA**, independentemente da existência ou não de seguro, a responsabilidade decorrente de tais eventos, inclusive pelas despesas extrajudiciais e judiciais, honorários advocatícios, constituição de capital cuja renda assegure o cabal cumprimento de indenização, nos casos em que esta incluir prestação de alimentos, e tudo o mais que for necessário para que a **ARRENDANTE** não sofra qualquer gravame ou prejuízo, não se aplicando a devolução prevista no Parágrafo Sexto da Cláusula 15ª, letra "a" supra.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Em decorrência do estabelecido no "caput" desta Cláusula a **ARRENDATÁRIA** isenta e exclui, desde já, a **ARRENDANTE**, de qualquer responsabilidade resultante dos eventos ali referidos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Independentemente e sem prejuízo, de sua responsabilidade a **ARRENDATÁRIA** se obriga a dar imediato conhecimento por escrito à **ARRENDANTE** de qualquer reclamação, citação, intimação, carta ou documento que receber, com relação a qualquer ocorrência envolvendo danos corporais e/ou materiais e/ou pecuniários e/ou danos morais, relacionados com o(s) Bem(ns).

**17. PROPRIEDADE DO(S) BEM(NS) ARRENDADO(S)** - A **ARRENDATÁRIA** deverá respeitar e fazer respeitar todos os direitos de propriedade da **ARRENDANTE** sobre o(s) Bem(ns) objeto deste contrato, comunicando imediatamente qualquer ato de terceiro que atente contra tais direitos, especialmente as medidas judiciais, para que sejam tomadas as providências necessárias, correndo todos os gastos por conta da **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A **ARRENDATÁRIA** obriga-se a manter no(s) Bem(ns), em local visível, uma plaqueta indicando que é(são) de propriedade da **ARRENDANTE**.

**18. NOTA PROMISSÓRIA** - O valor da somatória de todas as obrigações pecuniárias do presente Contrato será representado por uma nota promissória única, com vencimento à vista, emitida pela **ARRENDATÁRIA**, a favor da **ARRENDANTE**, e avalizada pelo(s) **GARANTIDOR(ES)** no



preâmbulo qualificado(s) e ao final assinado(s), que deverá ser entregue, à **ARRENDANTE**, na mesma data em que ocorrer a entrega do(s) Bem(ns) arrendado(s) à **ARRENDATÁRIA**. Essa nota promissória terá prazo de apresentação desde a data de sua emissão até 12 (doze) meses após o termo final deste contrato e o seu pagamento poderá ser exigido na ocorrência de quaisquer hipóteses previstas na Cláusula 21ª e seus parágrafos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica expressamente esclarecido que o pagamento da nota promissória de que trata o "caput" desta Cláusula não eximirá, em hipótese alguma, a **ARRENDATÁRIA** e/ou seu(s) **GARANTIDOR(ES)**, dos acréscimos que as Obrigações Pecuniárias venham a sofrer em razão dos encargos contratuais, inclusive de mora, pelos quais ficarão solidariamente responsáveis.

**19. DO(S) GARANTIDOR(ES)** - O(s) **GARANTIDOR(ES)**, fiador(es) do cumprimento das obrigações da **ARRENDATÁRIA** ora assumidas e avalista(s) da nota promissória emitida em razão deste Contrato, comparece(m) também neste ato na condição de devedor(es) solidário(s), anuindo expressamente ao ora convencionado, responsabilizando-se solidária e incondicionalmente com a **ARRENDATÁRIA**, de maneira irrevogável e irretroatável, pela total e integral liquidação das Obrigações Pecuniárias, taxa de compromisso, comissão de permanência, juros moratórios de 1% ao mês, multa, honorários advocatícios, custas, despesas e demais cominações expressas neste Contrato, confirmando e reconhecendo tudo como líquido, certo e exigível, em especial pelo pagamento da integralidade do Saldo Devedor, de forma irrevogável e irretroatável, em razão da solidariedade passiva ora estabelecida, com renúncia dos benefícios estabelecidos nos artigos 366, 827, 829, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 595 do Código de Processo Civil.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No caso de um ou mais do(s) **GARANTIDOR(ES)** qualificado(s) no Preâmbulo tornar-se(rem-se) falido(s), insolvente(s), objeto de recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, regime de administração especial ou liquidação (ou pleitearem qualquer desses regimes) vier(em) a falecer ou, ainda, se sua situação econômico-financeira deteriorar-se a ponto de torná-lo(s) inidôneo(s), com base, exclusivamente, nos parâmetros utilizados pela **ARRENDANTE**, a **ARRENDATÁRIA** se obriga a indicar, no prazo de 5 (cinco) dias, novo(s) **GARANTIDOR(ES)** das obrigações contraídas em razão deste Contrato, com bens imóveis livres, desimpedidos e desonerados, suficientes para satisfazer a totalidade das Obrigações Pecuniárias então vencidas e vincendas. O prazo aqui estipulado para tal indicação contar-se-á a partir do requerimento da falência ou da declaração de insolvência, ou de qualquer dos demais regimes acima, ou do falecimento, ou ainda, da notificação por escrito feita pela **ARRENDANTE** à **ARRENDATÁRIA**, solicitando-lhe novo(s) **GARANTIDOR(ES)**, tendo em vista a precária situação econômico-financeira do(s) atual(is). Caso a indicação não seja feita no prazo acima estipulado e/ou se o(s) indicado(s) não apresentarem as condições acima previstas, o Contrato poderá ser rescindido a critério exclusivo da **ARRENDANTE**, com aplicação, sem exceção, de todos os termos constantes da Cláusula 21ª.

**20. CESSÃO DE DIREITOS** - A **ARRENDATÁRIA** poderá ceder, transferir ou empenhar os direitos e obrigações que, respectivamente, adquirir e assumir neste contrato, com o consentimento prévio e expresso da **ARRENDANTE** e mediante o pagamento de tarifa cobrada pela **ARRENDANTE** neste evento, conforme "Tabelas de Tarifas sobre Serviços" que estiverem em vigor à época.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A **ARRENDANTE**, independentemente da anuência da **ARRENDATÁRIA**, poderá a qualquer momento transferir ou empenhar os direitos e/ou obrigações decorrentes deste Contrato, com todos os seus acessórios, títulos e garantias, bem como ceder integralmente sua posição contratual.

**21. DO VENCIMENTO ANTECIPADO E DA RESCISÃO CONTRATUAL** - Fica facultado à **ARRENDANTE**, considerar rescindido o presente Contrato, independentemente de qualquer aviso ou interpelação prévia, além de nas demais hipóteses de inadimplemento previstas neste Contrato, nos seguintes casos: a) se a **ARRENDATÁRIA** deixar de cumprir, na forma e nos prazos estabelecidos, qualquer obrigação por ela assumida, especialmente se deixar de pagar, em seu vencimento, quaisquer Obrigação Pecuniária ou outra importância por ela devidas; b) se vier a ocorrer qualquer uma das hipóteses cogitadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; c) se vier a ser apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido respectivamente firmada, prestada ou entregue pela **ARRENDATÁRIA**; d) se a **ARRENDATÁRIA** e/ou outras sociedades que, relativamente à mesma **ARRENDATÁRIA**, sejam coligadas, controladoras ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição contida no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, doravante simplesmente denominadas como **SOCIEDADES**, tiver(em) a sua recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou insolvência civil decretada/deferida ou requerida; e) se vier a ser protestado qualquer título contra a **ARRENDATÁRIA**; f) se, sem o expresso consentimento da **ARRENDANTE**, a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) tiver(em), total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma, alienado; g) se, sem o expresso consentimento da **ARRENDANTE**, a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) vier(em) a sofrer, durante o prazo de vigência deste Contrato, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão, cisão ou dissolução; h) se a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) vier(em) a inadimplir com suas obrigações e/ou não liquidar no respectivo vencimento débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com a própria **ARRENDANTE** e/ou com seus controladores e suas controladas; i) se a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) ingressar(em) em juízo contra a **ARRENDANTE**, ou quaisquer das sociedades integrantes do Grupo **BICBANCO**, com qualquer medida judicial; j) se vier a ser requerida ou declarada a intervenção, regime de administração especial ou liquidação da **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s); k) se vier a ser protestado qualquer título contra os **GARANTIDORES**, executado(s), ou cobrado(s) judicialmente; l) se for declarado, por qualquer motivo, por qualquer terceiro credor, o vencimento de dívidas de responsabilidade da **ARRENDATÁRIA**, e/ou das **SOCIEDADES**, e/ou do(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s); m) se o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil, e/ou outro sistema que, em virtude de norma legal, o complementa ou substitua, e/ou qualquer outro sistema ou serviço, privado ou estatal, de informações de crédito apontar inadimplemento de obrigações da **ARRENDATÁRIA**, e/ou das **SOCIEDADES**, e/ou do(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s); n) se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou que venham a ser eventualmente convencionadas, não





forém devidamente efetivadas ou formalizadas pela **ARRENDATÁRIA** e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** e/ou o(s) **OUTORGANTE(S)**, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto ou prestador, se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado por escrito pela **ARRENDANTE**; o) se a **ARRENDATÁRIA** sofrer mudança adversa em sua situação patrimonial e/ou financeira; p) caso a **ARRENDATÁRIA** deixe de dar pleno cumprimento às previsões contidas na Cláusula 11ª e seus parágrafos do presente Contrato; q) caso a **ARRENDATÁRIA** deixe de pagar os tributos de sua responsabilidade inerentes ao uso do bem, principalmente, mas não se limitando, aos definidos neste contrato; e r) Caso a **ARRENDATÁRIA** constar, mesmo que temporariamente, na Lista prevista na Portaria 540/2004 e divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A rescisão do presente Contrato acarretará: a) o vencimento antecipado de todas as obrigações, inclusive as Obrigações Pecuniárias vincendas, acrescidas de eventuais tributos oriundos deste contrato e dos encargos moratórios previstos na Cláusula 7ª; b) a obrigação da **ARRENDATÁRIA** devolver, imediatamente, à **ARRENDANTE**, o(s) Bem(ns) arrendado(s), nas mesmas condições em que foi(rão) recebido(s) no início do arrendamento, sob pena de sofrer a competente ação possessória, cumulada com perdas e danos, sujeitando-se e concordando a **ARRENDATÁRIA**, desde já, com a inteira aplicabilidade, à hipótese, da concessão da competente medida liminar de reintegração de posse.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Saldo Devedor para efeitos desta Cláusula e do presente contrato é representado pela somatória das obrigações pecuniárias vencidas (contraprestações vencidas acrescidas do **VRG** vencido), seus encargos contratuais e das obrigações pecuniárias vincendas (contraprestações e **VRG** vincendos, inclusive o **VRG** final).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Na hipótese de vencimento antecipado do presente Contrato e ocorrendo a devolução do(s) Bem(bens) arrendado(s) ou a reintegração possessória do(s) mesmo(s) promovida judicialmente pela **ARRENDANTE**, na forma do disposto no *caput* desta Cláusula, os valores relativos ao **VRG** pagos até a data da caracterização do vencimento antecipado não serão objeto de imediata devolução à **ARRENDATÁRIA**. Fica certo, desde já, que, em tal hipótese, as partes deverão observar rigorosamente o procedimento do Parágrafo seguinte.

**PARÁGRAFO QUARTO:** De posse do bem, na forma do parágrafo imediatamente anterior, o **ARRENDANTE** procederá à sua venda. O valor apurado, acrescido das despesas referentes a este procedimento, será abatido do Saldo Devedor, conforme definido no parágrafo referido desta cláusula. Na hipótese de o Saldo Devedor superar o da venda a diferença será devida pela **ARRENDATÁRIA** e seus **GARANTIDORES** em 48 horas após a venda. Caso o valor da venda supere o Saldo Devedor, a diferença será devolvida imediatamente à **ARRENDATÁRIA**.

**22. OPÇÕES CONTRATUAIS** - Tendo a **ARRENDATÁRIA** cumprido regularmente todas as suas obrigações sob o presente Contrato fica-lhe assegurado exercer uma das três seguintes opções, desde que solicitada com antecedência de 60 (sessenta) dias do final do Contrato ou de qualquer prorrogação: a) adquirir o(s) Bem(ns) pelo Preço para o Exercício da Opção de Compra fixado no **TRAF**, atualizado de acordo com as condições de reajuste estipuladas neste instrumento; b) renovar o arrendamento, pelo prazo e nas condições que de comum acordo se ajustarem à época; e c) devolver o(s) Bem(ns) à **ARRENDANTE**, desde que observados os termos dos parágrafos desta cláusula, nas mesmas condições em que foi(ram) recebido(s), exceção feita ao desgaste normal de utilização.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ocorrendo esta última hipótese (letra "c" do "caput" desta Cláusula), observar-se-á, ainda, o seguinte: a) a **ARRENDATÁRIA** às suas expensas e sob seu inteiro risco e responsabilidade, devolverá de imediato o(s) Bem(ns) à **ARRENDANTE**, em local a ser por esta indicado, por meio de transporte hábil e de acordo com as instruções fornecidas; b) todas as despesas com a devolução, inclusive seguro de transporte correrão por conta da **ARRENDATÁRIA**; e c) quando da devolução do(s) Bem(ns) a **ARRENDATÁRIA** efetuará junto à **ARRENDANTE** um depósito equivalente ao **VRG**, que será restituído à **ARRENDATÁRIA** quando e na forma do acerto de contas final, previsto no parágrafo seguinte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Após a devolução do(s) Bem(ns), a **ARRENDANTE** procederá à venda do(s) mesmo(s) pelo preço do mercado, no prazo de 30 dias a contar da data de devolução, ficando facultado à **ARRENDATÁRIA**, nesse prazo, apresentar comprador que terá preferência na compra, desde que ofereça, pelo menos, o preço equivalente ao **VRG**. Se o valor obtido na venda for superior ao **VRG**, a **ARRENDANTE** entregará à **ARRENDATÁRIA** a diferença apurada deduzida das eventuais despesas relativas à venda. Se o valor resultante da venda, deduzidas as despesas respectivas, for inferior ao **VRG**, a **ARRENDANTE** poderá se apropriar dos valores pagos ao longo do prazo do Contrato, em conformidade com o disposto na Cláusula 5ª e seus parágrafos, para a cobertura do saldo devedor e das demais despesas relativas à venda; se após isso, ainda restar alguma diferença, a **ARRENDATÁRIA** pagará, à **ARRENDANTE**, 48 (quarenta e oito) horas após ter sido notificada, a mencionada diferença. Não sendo paga dentro do prazo de 48 (quarenta e oito), arcará a **ARRENDATÁRIA** com os encargos da mora e da atualização previstos na Cláusula 7ª e nos termos da Cláusula 3ª e seus Parágrafos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para os efeitos do parágrafo anterior, caso a **ARRENDATÁRIA** tenha pago todo o **VRG**, e todas as demais obrigações pecuniárias, de modo a liquidar integralmente o montante correspondente ao saldo devedor do presente Contrato, então, a **ARRENDANTE** entregará de imediato a **ARRENDATÁRIA** o valor que for apurado em consequência da venda do(s) Bem(ns).

**23. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE** - Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior e das demais Cláusulas deste contrato, inclusive, mas não se limitando aos termos da Lei 11.649/08, a propriedade do(s) Bem(ns) somente será transferida à **ARRENDATÁRIA** mediante apresentação de prova de quitação de todos os tributos e multas relacionados ao(s) Bem(ns), e desde que não haja nenhuma pendência judicial ou extrajudicial perante a **ARRENDANTE**, permanecendo o(s) Bem(ns) em questão como garantia de eventual pendência existente.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A **ARRENDATÁRIA** será a única e exclusiva responsável por efetuar a transferência da propriedade do(s) Bem(ns) perante os órgãos e repartições competentes, arcando com todos os custos decorrentes, inclusive, mas sem limitação, as eventuais multas que venham a ser impostas pela falta da transferência dentro do prazo legal.



**24. SUBSTITUIÇÃO DO(S) BEM(NS)** - A critério exclusivo da **ARRENDANTE**, o(s) Bem(ns) poderá(ão) ser substituído(s) por outro(s) da mesma natureza e que melhor atendam às necessidades da **ARRENDATÁRIA**, desde que esta o solicite, assuma todos os custos com a substituição, inclusive impostos decorrentes, e ainda, desde que não haja impedimento legal ou regulamentar, sendo que a aludida substituição far-se-á mediante aditamento ao presente Contrato, o qual, além de disciplinar a inclusão do(s) novo(s) Bem(ns), em substituição ao(s) anterior(es), refletirá também eventual acréscimo do custo de aquisição global do(s) Bem(ns) arrendado(s), as consequências daí decorrentes para o valor das Obrigações Pecuniárias vincendas e a cobrança de tarifa pela **ARRENDANTE** neste evento, conforme "Tabelas de Tarifas sobre Serviços" que estiverem em vigor à época.

**25. NÃO IMOBILIZAÇÃO DO(S) BEM(NS)** - As partes convencionam que o(s) Bem(ns) é(são) e conserva(m) durante a vigência deste Contrato o caráter de bem(ns) móvel(is).

**26. RENÚNCIA DE DIREITOS** - A **ARRENDATÁRIA**, não sendo proprietária do imóvel onde o(s) Bem(ns) será(ão) instalado(s), deverá, antes do recebimento do(s) Bem(ns), entregar à **ARRENDANTE** uma declaração assinada pelo proprietário com firma reconhecida por Tabelião, na qual se reconheça ser a **ARRENDANTE** proprietária legítima e exclusiva do(s) Bem(ns), não podendo o proprietário ou quem sucedê-lo exercer sobre o(s) referido(s) Bem(ns) qualquer direito ou privilégio.

**27. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS** - Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a enviar balanços, balancetes, atas e outras informações que a **ARRENDANTE** solicitar.

**28. SALDO DEVEDOR APÓS O TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL** - Após o término do prazo contratual, eventuais débitos da **ARRENDATÁRIA** deverão ser liquidados na data de apresentação da nota de débito.

**29. DIREITOS DE INSPEÇÃO DA ARRENDANTE** - A **ARRENDATÁRIA** concorda em que a **ARRENDANTE**, ou seus representantes autorizados, inspecione(m), a qualquer momento, o(s) Bem(ns) e verifique(m) se estão sendo atendidas as condições de garantia e manutenção a ele(s) aplicável(eis). Ficando entendido, porém, que a **ARRENDANTE** não estará obrigada, de qualquer forma, a proceder a tais inspeções e verificações.

**30. ÔNUS E GRAVAMES** - A **ARRENDATÁRIA**, nem direta, nem indiretamente, constituirá ou permitirá que se constitua qualquer ônus, penhor ou qualquer outro gravame, de qualquer natureza ou classe, sobre o(s) Bem(ns).

**31. DIREITOS CONTRA O FABRICANTE OU FORNECEDOR** - A **ARRENDANTE** não assume, em qualquer momento, nenhuma garantia pelo bom funcionamento do(s) Bem(ns) por ser obrigação da **ARRENDATÁRIA**, na forma disposta neste contrato, inspecionar o(s) Bem(ns) antes do seu recebimento e realizar toda manutenção e reparo quando em funcionamento. Não obstante, a **ARRENDANTE** concorda em transferir à **ARRENDATÁRIA** todos os direitos que possa vir a ter contra qualquer fabricante ou vendedor do(s) Bem(ns), em razão das garantias de bom funcionamento.

**32. INDENIZAÇÕES** - A **ARRENDATÁRIA**, pelo presente, assume a obrigação de indenizar a **ARRENDANTE** por qualquer responsabilidade, perda, despesa, de qualquer natureza ou classe, inclusive honorários de advogado, incorridos pela **ARRENDANTE** em razão deste contrato, com relação à compra, entrega, propriedade, uso, operação, devolução do(s) Bem(ns) ou quaisquer outros motivos, seja de que natureza forem. As indenizações aqui previstas serão exigíveis mesmo após o término deste contrato, pelo fim de seu prazo ou por qualquer outra razão.

**33. DIREITO DE RETENÇÃO** - Em nenhuma hipótese caberá à **ARRENDATÁRIA** qualquer direito de retenção do(s) Bem(ns), ou de indenização por benfeitorias, de qualquer natureza, que tenha feito nos mesmos, ainda que estas benfeitorias sejam necessárias e tenham sido realizadas com a concordância da **ARRENDANTE**, visto passarem tais benfeitorias à posse plena e propriedade absoluta da **ARRENDANTE**.

**34. INCONDICIONALIDADE DAS OBRIGAÇÕES DA ARRENDATÁRIA** - A **ARRENDATÁRIA** concorda em pagar todas as Obrigações Pecuniárias e quaisquer outras quantias devidas em razão do presente, na data do vencimento, à **ARRENDANTE** ou a quem for por ela indicado. A **ARRENDATÁRIA** concorda que as Obrigações Pecuniárias e quaisquer outras quantias são absolutas e incondicionais, sob quaisquer circunstâncias, mesmo, mas não se limitando, aos casos de força maior e, pelo presente, renuncia a qualquer direito que tenha ou possa vir a ter, seja em virtude de disposição legal ou de qualquer outra forma, de deixar de pagar as Obrigações Pecuniárias devidas, mesmo que tenha créditos contra a **ARRENDANTE** ou que tenha qualquer reclamação com relação ao(s) Bem(ns), ou por qualquer outra razão, vedada a compensação.

**35. NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS** - Não importará em novação ou alteração contratual, nem obrigará quanto a situações futuras idênticas ou assemelháveis o não exercício, por parte da **ARRENDANTE**, de qualquer direito conferido por este contrato, ou mesmo, qualquer eventual tolerância de sua parte relativa a prazo ou às demais disposições neste ajustadas.

**36. CUMULATIVIDADE DAS AÇÕES E MEDIDAS** - A reintegração de posse do(s) Bem(ns) arrendado(s), a cobrança do saldo das obrigações, bem como a execução de outras medidas previstas neste instrumento, constituem ações ou medidas cumulativas da **ARRENDANTE**, a serem por ela utilizadas simultânea ou separadamente, não se considerando renúncia das demais, o exercício de uma ação ou medida, isoladamente, nem tampouco, quanto à sua omissão ou atraso, havendo-se a **ARRENDANTE** por paga e satisfeita somente quando tiver efetivamente recebido em dinheiro o saldo de todas as Obrigações Pecuniárias, com comissão de permanência, juros, reajustes, e quaisquer outros acréscimos, até a época do pagamento efetivo, além da multa contratual na forma estabelecida neste contrato.



**37. ARRENDAMENTO DE IMÓVEL(IS)** - Quando o(s) Bem(ns) arrendado(s) for(em) imóvel(is), com exceção do disposto na Cláusula 24ª, serão aplicadas, no que couber, as estipulações previstas neste instrumento, assim como, aquelas disposições mencionadas no "Aditamento para Arrendamento Mercantil Imobiliário" que deste contrato faz parte integrante para todos efeitos legais.

**38. SISTEMA CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO** - A **ARRENDATÁRIA** e o(s) **AVALISTA(S)**, por este instrumento, autorizam expressamente a **ARRENDANTE** e/ou qualquer sociedade financeira integrante do "Grupo BICBANCO", a inserir informações obtidas junto à **ARRENDATÁRIA** e ao(s) **AVALISTA(S)**, bem como consultar as informações consolidadas em seus nomes, no Sistema Central de Risco de Crédito, de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil, e/ou outro sistema que, em virtude de norma legal, o complemento ou substitua, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que a **ARRENDATÁRIA** e o(s) **AVALISTA(S)** forem cliente da **ARRENDANTE** ou de qualquer outra sociedade financeira integrante do "Grupo BICBANCO", ou ainda enquanto subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes do presente instrumento.

**39. CUSTAS, DESPESAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** - Se, para defesa dos seus direitos ou para haver da **ARRENDATÁRIA** e/ou **AVALISTA(S)** necessitar a **ARRENDANTE** de recorrer a meios judiciais ou extrajudiciais, ainda que em processo de natureza administrativa, terá a **ARRENDANTE** direito de receber além da comissão de permanência, as custas judiciais e honorários advocatícios à razão de 10% (dez inteiros) por cento sobre o valor total do débito.

**40. INTEGRALIDADE** - O presente Contrato e seus anexos representam integralmente os termos e condições do Arrendamento e das avenças contraídas reciprocamente pelas Partes, integrando-se a eles todos os anexos e aditamentos presentes e futuros, os quais deverão ser devidamente firmados pelas partes, os **GARANTIDORES**, **FIEL DEPOSITÁRIO** e testemunhas, quando aplicável.

**41. DECLARAÇÕES DA ARRENDATÁRIA** - Sem prejuízo dos esclarecimentos necessários quanto às condições gerais da operação de arrendamento mercantil, constante do Preâmbulo, neste ato, a **ARRENDATÁRIA** reitera e declara que leu, detidamente, os Esclarecimentos Sobre as Condições Gerais do Arrendamento, as Cláusulas e demais termos deste contrato, declarando ainda que:

(I) o plano de arrendamento, seus termos e condições e todos os aspectos relativos ao pagamento do custo do arrendamento e do **VRG** foram escolhidos prévia e livremente pela **ARRENDATÁRIA**, sem qualquer interferência da **ARRENDANTE**;

(II) o(s) Bem(ns) foram livres e exclusivamente escolhidos pela **ARRENDATÁRIA** e adquirido pela **ARRENDANTE**, a seu pedido, obrigando-se a **ARRENDANTE** a recebê-lo(s) em arrendamento e restituí-lo(s) em plena condições de uso e conservação. Outrossim, obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a retornar à **ARRENDANTE** o investimento realizado na aquisição e arrendamento do(s) bem(ns), nos termos deste contrato;

(III) compreendeu que o presente contrato é de natureza financeira, por força do qual a **ARRENDANTE** obriga-se a adquirir e dar em arrendamento mercantil para utilização da **ARRENDATÁRIA** Bem(ns) de livre e exclusiva escolha da própria **ARRENDATÁRIA**, pelo prazo do arrendamento, ao final do qual a **ARRENDATÁRIA** poderá optar por uma das alternativas: (i) aquisição do bem, mediante pagamento do Preço para Exercício de Opção de Compra de que trata o campo 44.1 do Quadro V, (ii) renovação do contrato de acordo com os termos e condições a serem previamente ajustadas de comum acordo entre as partes ou (iii) devolução do(s) bem(ns) e a garantir o pagamento ao **ARRENDANTE** do **VRG**, conforme estipulado no item (IV) abaixo;

(IV) que é de sua responsabilidade a quitação do Saldo Devedor deste contrato conforme definido no parágrafo segundo da Cláusula 22 deste instrumento;

(V) está ciente de que (i) as parcelas de **VRG** pagas durante o prazo do arrendamento serão retidas pelo **ARRENDANTE** até que a **ARRENDATÁRIA** cumpra todas as obrigações pecuniárias, decorrentes deste contrato e (ii) a devolução pelo **ARRENDANTE** à **ARRENDATÁRIA** de qualquer valor pago a título de **VRG** apenas ocorrerá após o cumprimento de todas as condições de que se trata a Cláusula 22ª acima e seus parágrafos;

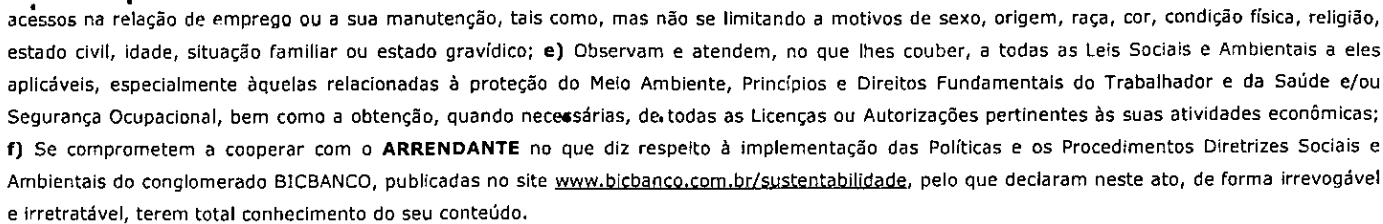
(VI) a **ARRENDATÁRIA** responsabiliza-se, por sua conta e risco, por todas as verificações necessárias quanto à procedência, natureza, qualidade, legitimidade do(s) bem(ns), não respondendo o **ARRENDANTE** por qualquer vício do produto, pela não entrega por parte do vendedor ou por qualquer ato ou fato relacionado ao(s) bem(ns);

(VII) as garantias constituídas em favor do **ARRENDANTE** submetem-se ao princípio da indivisibilidade, de tal forma que o pagamento de uma ou mais prestações da dívida ou a redução de seu valor inicial não importará em correspondente exoneração das garantias;

(VIII) reconhece que se aplicam ao presente contrato as disposições da Lei 6.099/74, Lei 11.649/08, Resolução Banco Central - 2.309/96 e Portarias 564/78 e 140/84, do Ministério da Fazenda.

**42. A ARRENDATÁRIA** e o(s) **GARANTIDOR(ES)** declaram e garantem mutuamente que: **a)** Comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas federal, estadual e municipal; **b)** Obedecem aos artigos 5º e 227 da Constituição Federal do Brasil garantindo que não se envolverá, direta ou indiretamente, com quaisquer formas de trabalho escravo, conforme definidas pela Instrução Normativa 1/1994 do Ministério do Trabalho e Emprego e pelas Convenções nº 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) bem como com quaisquer formas de trabalho infantil, conforme definidos na Lei 10.097/2000 e nas Convenções nº 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); **c)** Não empregam menor de 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerado este o período compreendido entre às 22h e 5h; **d)** Não utilizam práticas de discriminação negativa e limitativas aos





**44.** O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a **ARRENDATÁRIA**, o(s) **GARANTIDOR(ES)**, seus herdeiros e eventuais sucessores a qualquer título.

**45. DO FORO** – As partes elegem o Foro da cidade de São Paulo, Centro (João Mendes Júnior) – Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ressalvado entretanto o direito da **ARRENDANTE** optar pelo Foro de sua sede, pelo da situação do(s) bem(ns) arrendado(s) ou, ainda, pelo domicílio da **ARRENDATÁRIA**.

18, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, para o mesmo efeito, juntamente com as duas testemunhas abaixo, declarando-se perfeitamente conhecedores das condições e termos do presente, aceitando-os na forma como se encontram redigidos.



BIC/ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.  
ARRENDANTE

~~GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA~~  
~~ARRENDATÁRIA~~

EANGELO GUERRA NETTO  
(GARANTIDOR(I))

CONFERENCE  
FAG. RIB. P.  
Anderson  
FAG. RIB. P.

DEBORAH CHRISTIANE DE P A GUERRA  
CPF: 183.213.438-56  
Cônjuge do Garantidor (1)

JOSE ADRIANO GUERRA  
GARANTIDOR(2)

CONFERENCE  
AG. RIB. FEB 1962  
Anderson  
FRANCOIS ROBERT

**LILIANI BATISTETTI**  
CPF: 250.171.048-79  
Cônjuge do Garantidor (2)

Garantidor(3)  
GARANTIDOR(3)

Cônjuge do Garantidor (3)

Garantidor(4)  
GARANTIDOR(4)

Cônjuge do Garantidor (4)

ANGELO GUERRA NETTO  
FIEL DEPOSITARIO

**Testemunhas:**

Nome: ANDERSON VEIGA  
CPF: CPF 175.473.988-12

Nome: ELVIRA LUIZA BOVIS  
CPF: CPF: 162.241.388-18



**Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento ("TRAF")**  
**Contrato de Arrendamento Mercantil Nº1215034**

Local - Emissão BARUERI/SP		Data 28/03/2013	
<b>ARRENDANTE</b>			
BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A., com sede social Alameda Rio Negro, 161, Loja 03 - Centro Indl. e Emp. Alphaville - Barueri - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 69.720.910/0001-45, doravante denominado <b>ARRENDANTE</b> .			
<b>ARRENDATÁRIA</b>			
Nome / Razão Social GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA			
CNPJ/MF nº 02.913.263/0001-17		Inscrição Estadual nº 000.000.000-00	
Endereço(Rua,Av,Etc...) AV. CELSO DANIEL,1315 SA 01			
Bairro DISTRITO INDUSTRIAL	Cidade RIBEIRAO PRETO	UF SP	CEP 14072-085
E-mail xxxx@xxxx			
1º Telefone Comercial (16)-3456-3000	2º Telefone Comercial (00)-0000-0000	Telefone Direto (00)-0000-0000	

**1. Recebimento e Aceitação**

**1.1.** Descrição e Especificações do(s) Bem(ns) Arrendado(s) constantes aqui e no Anexo do presente instrumento:

01 caminhão Trator Mercedes Benz Actros 2546 LS Chassi:WDB934251BL572271 Renavam:373539460  
 Placa:EQU2071 Ano/Mod.2011/2011 valor unitario: R\$ 314.828,90 Nota Fiscal nº 46 emissão:  
 28/03/2013

01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085308P000075 Renavam:953378322  
 Placa:DBM9902 Ano/Mod.2008/2008 valor unitário: R\$82.129,28 Nota Fiscal nº 51 emissão:  
 28/03/2013

01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085307P000038 Renavam: 900943980  
 Placa:DBM9876 Ano/Mod.2006/2007 Valor unitário: R\$77.566,54 Nota Fiscal nº 49 emissão:  
 28/03/2013

01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085307P000112 Renavam:911821740  
 Placa:DBM9881 Ano/Mod.2007/2007 Valor unitário: R\$ 77.566,54 Nota Fiscal nº48 emissão:  
 28/03/2013

01 caminhão trator Mercedes Benz Axor 2540 Chassi:9BM9584617B554359 Renavam: 934140170  
 Placa:DBM9894 Ano/Mod.2007/2007 Valor unitario: R\$ 260.076,04 Nota Fiscal nº 47  
 emissão:28/03/2013

01 semi reboque RANDON SR CA Chassi:9ADG1243CCM355394 Renavam:479210519  
 Placa:EQU2962 Ano/Mod.2012/2012 Valor unitario: R\$91.254,75 Nota Fiscal nº 50 emissão:  
 28/03/2013

<b>1.2.</b> Fornecedor / Vendedor GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	<b>1.3.</b> Data Emissão NF(s)/Recibo de Venda 28/03/2013	<b>1.4.</b> Custo Definitivo do(s) Bem(ns) R\$ 904.702,05
<b>1.5.</b> Data Recebimento do(s) Bem(ns)/Início do arrendamento 28/03/2013	<b>1.6.</b> Localização do(s) Bem(ns) AV. CELSO DANIEL,1315 SA 01 - RIBEIRÃO PRETO/SP	<b>1.7.</b> Registro de Imóveis Circunscrição de
		<b>1.8.</b> Matrícula nº de da



**1.9. A ARRENDATÁRIA** declara, para todos os fins e efeitos de direito, haver recebido o(s) Bem(ns), objeto do Arrendamento, aceitando-o(s) por estar(em) de acordo com as especificações, sem vício ou defeitos de qualquer natureza, devidamente instalado(s), pelo que isenta o **ARRENDANTE** de qualquer responsabilidade em decorrência de qualquer desconformidade ou vício.

## 2. Fechamento do Plano de Leasing - (Valores Básicos das Obrigações Pecuniárias)

### Plano de Leasing: Valores Básicos das Obrigações Pecuniárias

Número de Parcelas	Datas de Vencimento		Valores Básicos em Reais (R\$)		
	De	A	Contraprestação	VRG	Total
1	28/03/2013	28/03/2013	0,00	111.422,05	111.422,05
24	01/05/2013	01/04/2015	37.012,88	0,00	37.012,88
0			0,00	0,00	0,00
0			0,00	0,00	0,00
0			0,00	0,00	0,00
0			0,00	0,00	0,00

**3.** Assina também o presente instrumento o Fiel Depositário, qualificado no preâmbulo do contrato, o qual declara aceitar referido encargo, obrigando-se a conservar o(s) bem(ns) objeto do Arrendamento, sob sua guarda e depósito, assumindo ademais, todos os ônus e responsabilidades decorrentes dessa sua condição de Fiel Depositário.

Ricardo F. Veiga  
Ger. Serv. Adm.

Luis Fernando Carbelli  
Gerente

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A  
ARRENDANTE

GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA  
ARRENDATÁRIA

ANGELO GUERRA NETTO  
GARANTIDOR(1)

DEBORAH CHRISTIANE DE PA GUERRA  
CPF: 183.213.438-56

Cônjuge do Garantidor (1)

JOSE ADRIANO GUERRA  
GARANTIDOR(2)

LILIANI BATISTETT  
CPF: 250.171.048-79

Cônjuge do Garantidor (2)

Garantidor(3)  
GARANTIDOR(3)

Cônjuge do Garantidor (3)

Garantidor(4)  
GARANTIDOR(4)

Cônjuge do Garantidor (4)

ANGELO GUERRA NETTO  
FIEL DEPOSITÁRIO

Testemunhas:

Nome: ANDERSON VEIGA  
CPF: 175.473.988-12

Nome: ELVIRA LUIZA BOVIS  
CPF: 162.241.338-18





**ANEXO ao Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento ("TRAF")  
Contrato de Arrendamento Mercantil Nº 1215034**

**Descrição do(s) Bem(ns):**

01 caminhão Trator Mercedes Benz Actros 2546 LS Chassi:WDB934251BL572271 Renavam:373539460  
Placa:EQU2071 Ano/Mod.2011/2011 valor unitario: R\$ 314.828,90 Nota Fiscal nº 46 emissão:  
28/03/2013

01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085308P000075 Renavam:953378322  
Placa:DBM9902 Ano/Mod.2008/2008 valor unitário: R\$82.129,28 Nota Fiscal nº 51 emissão:  
28/03/2013

01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085307P000038 Renavam: 900943980  
Placa:DBM9876 Ano/Mod.2006/2007 Valor unitário: R\$77.566,54 Nota Fiscal nº 49 emissão:  
28/03/2013

01 semi reboque basculante PASTRE SRBA 26 Chassi:9APB085307P000112 Renavam:911821740  
Placa:DBM9881 Ano/Mod.2007/2007 Valor unitário: R\$ 77.566,54 Nota Fiscal nº48 emissão:  
28/03/2013

01 caminhão trator Mercedes Benz Axor 2540 Chassi:9BM9584617B554359 Renavam: 934140170  
Placa:DBM9894 Ano/Mod.2007/2007 Valor unitario: R\$ 260.076,04 Nota Fiscal nº 47  
emissão:28/03/2013

01 semi reboque RANDON SR CA Chassi:9ADG1243CCM355394 Renavam:479210519  
Placa:EQU2962 Ano/Mod.2012/2012 Valor unitario: R\$91.254,75 Nota Fiscal nº 50 emissão:  
28/03/2013

Tarifa de Cadastro: R\$200,00

Tarifa de Gravames (por veículo): R\$180,00 - Valor Total: R\$1.080,00.



Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima identificadas têm, entre si, justo e avençado aditar, como de fato aditado fica, o Contrato de Arrendamento Mercantil acima referido (doravante denominado simplesmente o "CONTRATO"), para o fim de ficar constando o seguinte:

- ### Plano de Pagamento

c) No final do contrato

4. O prazo contratual continua sendo em 24 (VINTE E QUATRO) meses e o vencimento final do CONTRATO continua sendo o dia 01/04/2015.

**Bic Arrendamento Mercantil S/A**  
Alameda Rio Negro, 161, Loja 03, Centro Indl.e Empr. Alphaville - Barueri - SP SAC 0800 701 0224 - Ouvidoria 0800 725 2242  
Informação confidencial - Propriedade da Bic Arrendamento Mercantil S/A

1 D



5. São neste ato expressamente ratificadas e confirmadas todas as garantias reais e/ou pessoais que asseguram o cumprimento do CONTRATO ora aditado. Para tanto, e para concordar com todo o disposto neste Aditamento, comparece(m) e firma(m) o presente instrumento o(s) GARANTIDOR(ES) qualificado(s) no preâmbulo.
6. Correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da(o) ARRENDATÁRIA(O) todas e quaisquer despesas decorrentes do presente instrumento.
7. Permanecem em vigor e são expressamente ratificadas todas as demais cláusulas, termos e condições do CONTRATO e de seus anexos, aditamentos, instrumentos públicos ou particulares constitutivos de garantias, ora não expressamente alteradas, INCLUSIVE, QUANDO FOR O CASO, O REAJUSTE CONTRATADO, INCIDENTE SOBRE OS VALORES DEVIDOS PELA(O) ARRENDATÁRIA(O).

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

**Picardo F. de A. Silva**  
Ger. Sem. Adm.

**Luis Fernando Cardem**  
Ger. de Exp.

Arrendante  
**BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL SA**

Garantidor (1)  
**ANGELO GUERRA NETTO**

Garantidor (2)  
**JOSE ADRIANO GUERRA**

Garantidor (3)

Fiel Depositário  
**ANGELO GUERRA NETTO**

Testemunhas

Nome  
CPF  
**ANDERSON VEIGA**  
CPF 175.473.988-12

Arrendatária(o)  
**GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA**

Cônjuge Garantidor (1)  
**DEBORAH CHRISTIANE DE P A GUERRA**  
CPF 183.213.438-56

Cônjuge Garantidor (2)  
**LILIANI BATISTETTI**  
CPF 250.171.048-79

Cônjuge Garantidor (3)

Nome  
CPF  
**ELVIRA LUIZA BOVIS**  
CPF: 162.241.368-10



16/05/14  
r

<b>BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A</b>		Pg. 1
<b>PLANILHA DE PROPOSTA/OPERAÇÃO</b>		Proc.: 16/05/2014 16:20:34 Sist.: 16/05/2014 Cont.: 16/05/2014 PROP2000 - V.20131104.103614 B073903-MPQCARME (b073903)

Dados da Proposta			
Condições Originais			
PRODUTO: 043085	BACK-CAMINHAO-PJ-CDI	CONTRATO N.: 01215034	SITUAÇÃO: ANDAMENTO
PROPOSTA DE LEASING Nr: 001004684			
ARRENDATÁRIO: 0964422	GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA		
CONCESSIONARIA: 999999	DIVERSOS	AGENCIA: 022	RIBEIRAO PRETO
GERENTE: 022639	LUIS F. CARDELLI	VENDEDOR: 999999	OUTROS
TIPO DE LEASING:	BACK-CAMINHAO-PJ-CDI	TAXA MÊS: 0,6000	TAXA ANO: 7,4424
VL. DO CONTRATO: 549.883,44		TAXA NET: 0,6000	A.M.
QUANT. PARCS.: 10			
INDEXADOR: 58	CDI 252		
PERIODICIDADE: Mensal		TAXA DE EQUALIZAÇÃO: 0,0000	
CUSTO DE CAPTAÇÃO: 0,6000		TAXA DE COMISSÃO: 0,0000	
DATA DE INICIO: 16/05/2014		% ENTRADA: 22,3432	
VENCTO 1º PARCELA: 01/07/2014		% RESIDUAL DILUIDO 0,0000	
DATA FINAL: 01/04/2015		% RESIDUAL FINAL: 0,0000	
VALOR ENTRADA: 122.861,53		ANO DO BEM: 2011	
CONTRA-PRESTAÇÃO NO ATO: 0,00		VALOR TAC: 0,00	
SPREAD: 0,0000		TIPO TAC: Isento	

DATA: 16/05/2014	Ativ. CADASTRO DE PROPOSTA	SITUAÇÃO OK	APROVADOR: B073903
DATA: 16/05/2014	Ativ. CAPTURA BENS	SITUAÇÃO OK	APROVADOR: B073903
DATA: 16/05/2014	Ativ. ALTERA DATA BASE	SITUAÇÃO OK	APROVADOR: B073903
DATA:	Ativ. LIBERAÇÃO DE RECURSO	SITUAÇÃO PENDENTE	APROVADOR:
DATA:	Ativ. INTEGRAÇÃO AUTOMÁTICA	SITUAÇÃO PENDENTE	APROVADOR:

Dados gerais do(s) bem(ns)			
TIPO: ARRENDAMENTO	BEM: 085	CAMINHOS	COMBUSTÍVEL: Diesel
FORNECEDOR: 69.720.910/0001-45	MARCA: 1776	M.BENZ	ANO FABRIC.: 2011
NOTA FISCAL: 46	MODELO: 00002	CAMINHAO-TRATOR	ANO MOD.: 2011
NR. BEM: 00001	SUB-MODELO: 00007	ACTROS 2546 LS	N. PLACA:
NOVO: SIM	COR: INDEF		RENAVAM:
QUANTIDADE: 1	IDENT/ CHASSIS: WDB934REPAC		CERTIFIC.
OBSERV.			
			VL. IMOBIL: 549.883,44
			VL. ORIGINAL: 549.883,44

<b>NOTA FISCAL</b>		
TIPO: NOTA	SÉRIE: 1	DT. EMISSÃO: 28/03/2013
NR. NF: 46	VALOR: 549.883,44	UF NOTA: SP

<b>SEGURO</b>		
SEGURODORA:	NRO. APOLICE:	DATA VIGENCIA:
VL PREMIO: 0,00		ATÉ

<b>SERVIÇOS</b>		
TIPO PREST.:	PRESTADORA:	NOTA SERV NR.
VL. NT. SERV.: 0,00	VL. IR. SERV.: 0,00	

\*\*\*\*\* DISTRIBUIÇÃO FATOR(ES) VARIÁVEIS \*\*\*\*\*

Seq.	Dt. Vencto.	VI Contraprestação	VI Residual	VI Parcela	Fator Contraprestação	Fator Residual
1	16/05/2014	0,00	122.861,53	122.861,53	0,000000000	0,223431951
2	01/07/2014	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000
3	01/08/2014	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A							Pg. 2
PLANILHA DE PROPOSTA/OPERAÇÃO					Proc.: 16/05/2014 16:20:34 Sist.: 16/05/2014 Cont.: 16/05/2014		
					PROP2000 - V.20131104.103614 B073903-MPQCARME (b073903 )		
4	01/09/2014	80.421,99	0,00	80.421,99	0,146252795	0,000000000	
5	01/10/2014	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000	
6	03/11/2014	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000	
7	01/12/2014	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000	
8	02/01/2015	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000	
9	02/02/2015	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000	
10	02/03/2015	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000	
11	01/04/2015	40.210,99	0,00	40.210,99	0,073126388	0,000000000	
***** DESPESAS CONTRATUAIS *****							
Item	Descrição	Financiada			Valor		

####  
####  
####  
####  
####  
####

*leaving*

----->>> CAIXA BLOQUEADO <<<-----  
----->>> LIBERACAO DE CAIXA <<<-----  
----->>> CAIXA BLOQUEADO <<<-----  
----->>> LIBERACAO DE CAIXA <<<-----  
-----

BICBANCO - BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

--COMPROVANTE DA TRANSACAO  
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE INTERAGENCIA

ORIGEM	DATA	NSU	HORA
0020	29/07/2014	000000007	11:45:41

CAIXA: 074449-2 TERMINAL: 105

AGENC. --CONTA-- -----CLIENTE-----  
0007 21091120 BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

CHEQUES	152.711,72
TOTAL DO DEPOSITO	152.711,72

RELACAO DOS CHEQUES DEPOSITADOS			
BANCO	AGENCIA	CHEQUE	VALOR
237	0448	123641	152.711,72
TOTAL DE CHEQUES			152.711,72

TRN 5130 21091120-6 AG:007-----	11:45
29072014*****152.711,72R02069003 00007 5130	
TRN 1106	11:45
29072014*****152.711,72R02069000 00009 1106	

BICBANCO TRADICAO E MODERNIDADE  
www.bicbanco.com.br

SAC: 0800-7010224 OUVIDORIA: 0800-7252242

-----FINAL DA TRANSACAO-----  
-----



135836

Cód. Esp. 000.561 - Maio/2013

Comp.	Banco	Ag.	C1	Conta	C2	Série	Cheque nº	C3	RS
999	237	0448	0 9 763	116397	3 1	BS2107	123641	5	*****152.711 72

Pagamento em dinheiro  
Cheques e notas de

CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

**Bradesco**

Banco Bradesco S.A.  
Ag. Haddock Lobo Urb. Rio de Janeiro  
Rua Haddock Lobo, 425  
Rio de Janeiro - RJ  
PAGAVEL EM QUALQUER AGÊNCIA

DEPOSITO NA CONTA DO ABOGADO

CHEQUE VALIDO SOMENTE PARA CANCELAMENTO

Bradesco Autômetro Cade Seguros  
Grupo Bradesco de Seguros  
desde 08/1988

JULHO de 2014

21 de

2014

não a ordem

999112364151 999112364151 999112364151 999112364151



A Bic Arrendamento Mercantil autoriza o motoboy \_\_\_\_\_  
a retirar o cheque no valor de **R\$ 152.711,72 (CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL, SETECETNOS E ONZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)** referente ao sinistro do veículo **1 CAMINHÃO MBENZ** de placa DBM9894.

Abaixo segue os documentos necessários para esse procedimento:

- ✚ CRV Original em favor de Bradesco Auto RE Companhia de Seguros;
- ✚ Recibo de Venda Original – 01 via;
- ✚ Procuração Autenticada da Bic Arrendamento;
- ✚ Tela da baixa do gravame;

Barueri, 22 de Julho de 2014.

Odilon Pereira Soares Filho  
CPF 024.734.838-04

Anna Crestina Naddeo  
Analista Senior  
Back Office - Leasing

Bic Arrendamento Mercantil S/A

02.817.519/0001-921  
LUMMA DESPACHANTE S/C LTDA.  
R. Góes Louco, 201 - Torre Q26  
Vila Potência - CEP 09695-000  
São Bernardo do Campo - SP

[Por favor devolver essa via protocolada]

Bic Arrendamento Mercantil S/A

Alameda Rio Negro, 161, Loja 03, Centro Indl. e Empr. Alphaville - Barueri - SP - 06454-000  
SAC 0800 701 0224 - Ouvidoria 0800 725 2242

Informação confidencial – Propriedade da Bic Arrendamento Mercantil S/A



**Bic Arrendamento Mercantil S.A.**

### Recibo de Venda

Recebemos a importância de R\$ 152.711,72 ( CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS E DOZE CENTAVOS), referente a venda do bem abaixo descrito no estado em que se encontra e conforme examinado pelo comprador, objeto que foi do contrato de arrendamento a seguir especificado:

**Contrato nº** : 1215034  
**Vendedor** : Bic Arrendamento Mercantil SA  
**Endereço** : Alameda Rio Negro, 161 - Lj 03 - Centro Empresarial Alphaville - Barueri - SP  
**CNPJ** : 69.720.910/0001-45  
**Comprador** : BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS  
**Endereço** : AV. IPIRANGA, 210 - REPUBLICA - SÃO PAULO - SP  
**CNPJ/CPF** : 92.682.038/0198/03

#### Características do bem:

**TIPO:** CAMINHÃO  
**MARCA:** M.BENZ  
**QTDE/MODELO:** 1 AXOR 2540 S  
**ANO FABR.:** 2007  
**ANO MOD.:** 2007  
**COR:** BRANCA  
**CHASSI/SÉRIE:** 9BM9584617B554359  
**RENAVAM:** 934140170  
**PLACA:** DBM9894

#### À Fiscalização da Secretaria da Fazenda Estadual

Declaramos que esta empresa, conforme resposta à Consulta nº 552/89, formalizada pela ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing, aprovada em 17.09.90, pelo Coordenador da Administração Tributária, tendo, portanto força de Ato Normativo, não é contribuinte do ICMS, não estando, desta forma, obrigada a emitir nota fiscal.

#### Declaração de Venda em caso de veículo

Declaramos para fins de obtenção do Certificado de Propriedade junto ao órgão de trânsito competente, que o veículo acima descrito, foi objeto de arrendamento mercantil, conforme contrato acima citado, estando desembaraçado de quaisquer ônus e a venda sem reserva de domínio.

Barueri, 25 de Julho de 2014.

Atenciosamente,

Bic Arrendamento Mercantil S. A

Anna Cristina Nardelli  
Analista Senior  
Back Office - Leasing  
C. Nardelli



fls. 3405

RECEBEMOS A IMPORTÂNCIA DE R\$ 152.711,72 (CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E DOZE CENTAVOS), referente a venda do bem abaixo descrito no estado em que se encontra, objeto que foi do contrato de arrendamento a

**Bic Arrendamento Mercantil S.A.**

**Recibo de Venda**

**Características do bem:**

TIPO: CAMINHÃO  
 MARCA: M.BENZ  
 QTD/MODELO: 1 AXOR  
 ANO FABR.: 2007  
 ANO MOD.: 2007

**Comprador**

CNPJ/CPF: 92.682.038/0198/03  
 Endereço: AV. IPIRANGA, 210 - REPUBL

**Vendedor**

CNPJ: 12.250.34  
 Endereço: BIC Arrendamento Mercantil SA  
 Contrato nº: 69.720.910/0001-45  
 examinado pelo comprador, objeto que foi do contrato de arrendamento a

DOZE CENTAVOS)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - SP. 019/1 N° 010136250440  
 75447066586

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA: 009341401706

COD/RENAVAM: 009341401706

ANTAC: \*\*\*\*\*

NOME VENDEDOR: BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL SA

DELSON DANIEL 1315

SL 1 DIST. INDUSTRIAL 14072

CNPJ/GNPJ: 697209100001453

PLACA: DBM9894

NOME ANTERIOR: GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

PLACA ANT/UF: DBM9894/SP

CHASSI: 9BM9584617B554359

ESPECIE TIPO: TRA/C. TRATOR /NAO APLIC

COMBUSTIVEL: DIESEL

MARCA/MODELO: M. BENZ/AXOR 2540 S

ANO FAB: 2007

ANO MOD: 2007

CAP/POT/CIL: 000,00T/ 401CV

CATEGORIA: ALUGUEL

COR PREDOMINANTE: BRANCA

OBSERVAÇÕES:

ARR. MERC.: GUERRA E GUERRA TRANSP L  
 TDA\* CMT=000,00T PBT=030,10T\*03 EIX  
 OS\* MOTOR: 457918U0897397\*

RIBEIRO CARLOS RIBEIRO  
 Coordenador Geral do Detran

DATA: 30/04/2013

070771886

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,  
TRANSFERIR O REGISTRO DESTA VEÍCULO, PARA:

NOME DO COMPRADOR: Bondex Auto Re  
Companhia de Seguros

ENDEREGO: Av. Spang, 210 - República  
São Paulo SP

LOCAL E DATA: Baurer, 25 de Junho de 2014

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR) *Cristina Naddeo*

- ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR): Christina Naddeo
- a) O vendedor tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas consequências impostas pelas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 149, inciso II, do CTB).
- b) O adquirente terá prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).
- c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO:

**ASSINATURA DO COMPRADOR**

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)  
CONFORME ART. 369 C.P.C.

1215039

DELSON DANIEL		1315	
SL 1		DIST. INDUSTRIAL 14072	
CPF/CNPJ		PLACA	
69720910000145		DBM9894	
NOME ANTERIOR			
GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA			
PLACA ANT/UF		CHASSI	
DBM9894/SP		9BM9584617B554359	
ESPECIE TIPO		COMBUSTIVEL	
TRA/C. TRATOR / NAO APLIC		DIESEL	
MARCA/MODELO		ANO FAB. ANO MOD.	
M. BENZ/AXOR 2540 S		2007 2007	
CAP/POT/CIL		CATEGORIA	
000,00T/ 401CV		ALUGUEL	
		COR PREDOMINANTE	
		BRANCA	
OBSERVAÇÕES			
ARR. MERC.: GUERRA E GUERRA TRANSP L			
TDA* CMT=080,00T PBT=030,10T*03-EIX			
DS* MOTOR: 457918U0897397*			
LOCAL		DATA	
RIBEIRAOPRANGERS		30/04/2013	
Coordenador Geral do Detran		070771886	





ESTADO DE GOIÁS  
AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS  
COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO CPRV  
**BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



Bloco 01 - Dados da ocorrência

100 - Número da ocorrência <b>710109181351</b>	101 - Data <b>10/11/13</b>	102 - Dia da semana <input checked="" type="checkbox"/> dom <input type="checkbox"/> seg <input type="checkbox"/> ter <input type="checkbox"/> qua <input type="checkbox"/> qui <input type="checkbox"/> sex <input type="checkbox"/> sab
103 - Horário de empenho <b>20:50</b>	104 - Viatura empenhada - prefixo - posto <b>A1-131211 GO 012101 km 011151</b>	105 - Horário de chegada <b>1:25</b>
106 - Solicitante <b>Copom BPMRV</b>	107 - RG ou CPF do solicitante	108 - Horário de encerramento <b>01:30</b>

Bloco 02 - Dados do acidente

200 - Horário provável <b>20:30</b>	201 - Local do acidente <b>GO 14171 km 011151</b>	202 - Trecho <b>GO 020 / Paracangüba</b>
203 - Município <b>Paracangüba</b>	204 - Código do município <b>9151319171</b>	205 - Perímetro / zona <input type="checkbox"/> urbano <input checked="" type="checkbox"/> rural
206 - Tipo do acidente (classificação principal)		
<input type="checkbox"/> colisão frontal <input type="checkbox"/> abaloamento transversal <input type="checkbox"/> choque <input type="checkbox"/> capotamento <input type="checkbox"/> colisão traseira <input checked="" type="checkbox"/> abaloamento lateral <input type="checkbox"/> saída de pista <input type="checkbox"/> tombamento <input type="checkbox"/> atropelamento <input type="checkbox"/> queda de motociclista <input type="checkbox"/> outra		
207 - Natureza <input type="checkbox"/> sem vítima <input checked="" type="checkbox"/> com vítima <input type="checkbox"/> com óbito	208 - Quantidade de feridos <b>0131</b>	209 - Quantidade de óbitos no local <b>-1-1</b>

Bloco 03 - Dados da via

300 - Tipo de via <input checked="" type="checkbox"/> rodovia <input type="checkbox"/> estrada <input checked="" type="checkbox"/> asfalto <input type="checkbox"/> terra <input type="checkbox"/> cascalho <input type="checkbox"/> concreto <input type="checkbox"/> outro	301 - Tipo de pavimento
302 - Características da pista <input checked="" type="checkbox"/> simples <input type="checkbox"/> 3ª faixa <input type="checkbox"/> dupla (canteiro central) <input type="checkbox"/> dupla com vias laterais	
303 - Faixas de rolamento <input checked="" type="checkbox"/> duas (mão dupla) <input type="checkbox"/> três (3ª faixa) <input type="checkbox"/> quatro <input type="checkbox"/> mais de 4	
304 - Características do relevo <input checked="" type="checkbox"/> plano <input type="checkbox"/> active/declive <input type="checkbox"/> cume <input type="checkbox"/> depressão <input type="checkbox"/> outro	
305 - Traçado <input checked="" type="checkbox"/> reta <input type="checkbox"/> curva <input type="checkbox"/> curva acentuada <input type="checkbox"/> sinuoso <input type="checkbox"/> outro	
306 - Condições do clima <input type="checkbox"/> ensolarado <input type="checkbox"/> nublado <input type="checkbox"/> com neblina <input type="checkbox"/> com garoa <input type="checkbox"/> chuvoso	
307 - Condições de iluminação <input type="checkbox"/> dia <input type="checkbox"/> crepúsculo <input type="checkbox"/> iluminação pública <input type="checkbox"/> luar <input checked="" type="checkbox"/> noite	
308 - Condições adversas da pista <input type="checkbox"/> sinalização encoberta <input type="checkbox"/> deformação do piso <input type="checkbox"/> buracos na pista <input type="checkbox"/> lama na pista <input type="checkbox"/> água acumulada <input type="checkbox"/> sem acostamento <input type="checkbox"/> erosão de aterro <input checked="" type="checkbox"/> obras	

CPR - SE - 10101414220168260506  
10/11/2013  
GOIÂNIA  
Cristina Alves Almeida - Cb  
10101414220168260506

## Bloco 03 - Dados da Via (continuação)

309 - Outras condições adversas

☐ óleo na pista
     
 ☐ fluxo congestionado
     
 ☐ detritos/fuligem
     
 ☐ desmoronamento

☐ fumaça
     
 ☐ animais da pista
     
 ☐ vento forte
     
 ☐ outras

310 - Sinalização horizontal

☐ linha divisória de fluxos amarela
     
 ☐ contínua
     
 ☐ faixa de aceleração

☐ linha divisória de fluxos branca
     
 ☐ seccionada
     
 ☐ desaceleração

☐ faixa de pedestres
     
 ☐ rotatória
     
 ☐ marca de parada obrigatória

☐ canalização
     
 ☐ faixa de retenção
     
 ☒ outra *Sem sinalização*

311 - Sinalização vertical de regulamentação

☐ parar/estacionar
     
 ☐ proibido ultrapassar
     
 ☐ parada obrigatória
     
 ☐ dê a preferência

☐ semáforo
     
 ☐ velocidade limitada
     
 ☐ outra

312 - Sinalização de advertência

☐ sobre o relevo
     
 ☐ pedestres
     
 ☐ sobre o tráfego

☐ sobre obras
     
 ☐ área escolar
     
 ☐ outra

313 - Sinalização temporária

☒ agente de trânsito
     
 ☒ cones
     
 ☐ cavaletes

☐ escolta/batedores
     
 ☐ bloqueio policial
     
 ☐ outra

314 - Intervenção de engenharia

☒ pista normal
     
 ☐ ponte
     
 ☐ viaduto
     
 ☐ trincheira
     
 ☐ trevo
     
 ☐ confluência
     
 ☐ outra

## Bloco 04 - Veículo envolvido

400 - Proprietário

Bic Arrend. Mercantil SA

401 - Condutor

Cleusmerio L. Marques

402 - Placa

DIBM-91894

403 - CPF ou CNPJ do proprietário

619171210911010101012-4151

404 - Chassi (NIV)

91B1M19151814161171B1515141315191

405 - Espécie

☐ passageiro
     
☒ carga
     
☐ misto

406 - Tipo

☐ automóvel
     
☐ motoc/moton/ciclo
     
☐ caminhonete/camioneta/utilit.
     
☐ ônibus/micro-ônibus

☒ caminhão
     
☐ combinação [caminhão + carreta(s)]
     
☐ outro

407 - Transportava produto perigoso

☐ sim
     
☒ não

408 - Marca (fabricante)

M. Benz

409 - Modelo

Acton 2540

410 - Cor

Branca

411 - Ano fabricação

07

413 - Município de registro

Ribeirão Preto

414 - UF

SP

415 - Bilhete DPVAT

010146250440

416 - Data de emissão

30/04/13

417 - Possui seguro privado

☒ sim
     
☐ não
     
☐ prejudicado

418 - Unidade acoplada

☐ sim
     
☒ não

419 - Placa do 1º reboque ou semi-reboque

420 - Placa do 1º reboque ou semi-reboque



## Instrumento Particular de Aditamento Contrato de Arrendamento Mercantil Nº 1215034

Proposta Nº 1271138	Emissão – Local Barueri/SP	Data 05/12/2014	Nº Aditamento 2º
I Arrendante	<b>BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A</b> , com sede social Alameda Rio Negro, 161, Loja 03, Centro Indl. e Empr. Alphaville - Barueri - SP - inscrito no CNPJ sob o nº 69.720.910/0001-45, doravante simplesmente designado <b>BIC ARRENDAMENTO</b>		
II Arrendatária(o)	Nome/Razão social GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	CPF/CNPJ 02.913.263/0001-17	
	Endereço AV. CELSO DANIEL, 1315 SA 01	Bairro DISTRITO INDUSTRIAL	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14072-085
III Garantidor(es)	Nome/Razão social (1) ANGELO GUERRA NETTO	CPF/CNPJ 117.700.928-54	
	Endereço RUA AFONSO TARANTO, 170	Bairro NOVA RIBEIRANIA	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14096-740
	Nome/Razão social (2) JOSE ADRIANO GUERRA	CPF/CNPJ 162.070.828-00	
	Endereço AV. AFONSO VALERA, 251	Bairro RECREIO DAS ACACIAS	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14098-561
	Nome/Razão social (3) Garantidor(3)	CPF/CNPJ	
	Endereço	Bairro	Cidade
		Estado	CEP
IV Fiel Depositário	Nome/Razão social ANGELO GUERRA NETTO	CPF/CNPJ 117.700.928-54	
	Endereço RUA AFONSO TARANTO, 170	Bairro NOVA RIBEIRANIA	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14096-740

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima identificadas têm, entre si, justo e avençado aditar, como de fato aditado fica, o Contrato de Arrendamento Mercantil acima referido (doravante denominado simplesmente o "CONTRATO"), para o fim de ficar constando o seguinte:

- O valor da dívida consolidada da(o) ARRENDATÁRIA(O) em decorrência do CONTRATO, por ela(e) ora reconhecida e confessada é, nesta data, antes dos efeitos deste Aditamento, incluídos eventuais valores vencidos e não pagos, de R\$ 130.688,12 (CENTO E TRINTA MIL, SEISCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS)
- As Obrigações Pecuniárias devidas pela(o) ARRENDATÁRIA(O) serão pagas conforme plano de pagamento a seguir:

### Plano de Pagamento

a) Neste ato:

A título de parcelas VRG R\$ 65,29	A título de Contraprestação R\$ 0,00	Valor total no ato R\$ 65,29
---------------------------------------	---	---------------------------------

b) No decorrer do contrato:

A título de parcelas do VRG	Fases de pagamentos	A título de contraprestação	Fases de pagamentos
R\$ 0,00	do 00 ao 00	R\$ 26.415,52	do 01ª ao 03ª
Coeficiente: 0,00%		Coeficiente: 20,2126 %	
A título de parcelas do VRG	Fases de pagamentos	A título de contraprestação	Fases de pagamentos
R\$ 0,00	do 00 ao 00	R\$ 53.520,86	do 04ª ao 04ª
Coeficiente: 0,00%		Coeficiente: 40,9531 %	
A título de parcelas do VRG	Fases de pagamentos	A título de contraprestação	Fases de pagamentos
R\$ 0,00	do 00 ao 00	R\$	do ª ao ª
Coeficiente: 0,00%		Coeficiente: %	

c) No final do contrato

Parcela de VRG final: R\$ 0,00 Coeficiente: 0,000000%

- A primeira Obrigação Pecuniária decorrente deste Aditamento vencer-se-á no dia 01/01/2015, e as demais, sucessivamente, em igual dia de cada mês subsequente. Sendo que os vencimentos que ocorrem em sábados, domingos ou feriados nacionais, serão automaticamente postergados para o primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- O prazo continua sendo em 24 (VINTE E QUATRO) meses e o vencimento final do CONTRATO continua sendo o dia 01/04/2015.

**Bic Arrendamento Mercantil S/A**

Alameda Rio Negro, 161, Loja 03, Centro Indl. e Empr. Alphaville - Barueri - SP SAC 0800 701 0224 - Ouvidoria 0800 725 2242


Informação confidencial - Propriedade da Bic Arrendamento Mercantil S/A

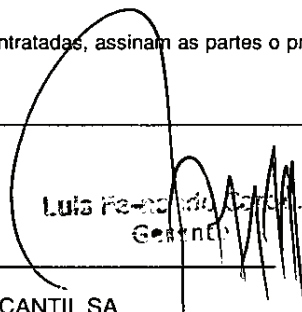


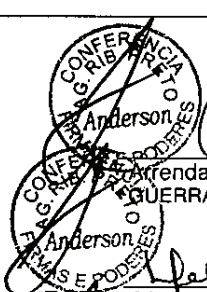


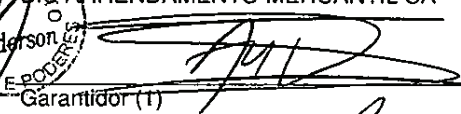
5. São neste ato expressamente ratificadas e confirmadas todas as garantias reais e/ou pessoais que asseguram o cumprimento do CONTRATO ora aditado. Para tanto, e para concordar com todo o disposto neste Aditamento, comparece(m) e firma(m) o presente instrumento o(s) GARANTIDOR(ES) qualificado(s) no preâmbulo.
6. Correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da(o) ARRENDATÁRIA(O) todas e quaisquer despesas decorrentes do presente instrumento.
7. Permanecem em vigor e são expressamente ratificadas todas as demais cláusulas, termos e condições do CONTRATO e de seus anexos, aditamentos, instrumentos públicos ou particulares constitutivos de garantias, ora não expressamente alteradas, INCLUSIVE, QUANDO FOR O CASO, O REAJUSTE CONTRATADO, INCIDENTE SOBRE OS VALORES DEVIDOS PELA(O) ARRENDATÁRIA(O).

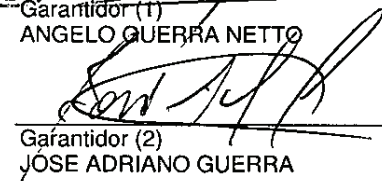
E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

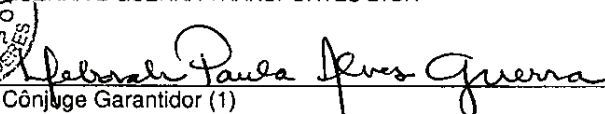
  
 Ger. Serv. Adm.  
 Arrendante  
 BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL SA

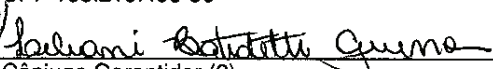
  
 Luis Fernando  
 Gerente

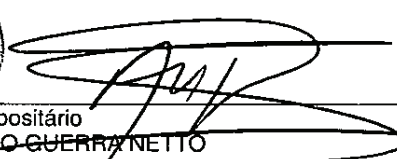
  
 Anderson  
 Arrendatária(o)  
 GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA

  
 Garantidor (1)  
 ANGELO GUERRA NETTO

  
 Garantidor (2)  
 JOSE ADRIANO GUERRA

  
 Cônjuge Garantidor (1)  
 DEBORAH CHRISTIANE DE P. A. GUERRA  
 CPF 183.213.438-56

  
 Cônjuge Garantidor (2)  
 LILIANI BATISTETTI  
 CPF 250.171.048-79

  
 Garantidor (3)  
 Fiel Depositário  
 ANGELO GUERRA NETTO

Cônjuge Garantidor (3)

Testemunhas

Nome **ANDERSON VEIGA**  
 CPF **CPF 175.473.988-12**

Nome **ELVIRA LUIZA BOVIS**  
 CPF **CPF: 162.241.333-13**

08.12.14

<b>BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A</b>		Pg. 1				
<b>PLANILHA DE PROPOSTA/OPERAÇÃO</b>		Proc.: 05/12/2014 16:52:41 Sist.: 05/12/2014 Cont.: 05/12/2014				
		PROP2000 - V.20140821.123110 B073903-MPQCARME (b073903)				
<b>Dados da Proposta</b>						
<b>Condições Originais</b>						
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>PRODUTO: 043085 BACK-CAMINHAO-PJ-CDI</p> <p>PROPOSTA DE LEASING Nr: 001004761</p> <p>ARRENDATÁRIO: 0964422 GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA</p> <p>CONCESSIONARIA: 9999999 DIVERSOS</p> <p>GERENTE: 022639 LUIS F. CARDELLI</p> <p>TIPO DE LEASING: BACK-CAMINHAO-PJ-CDI</p> <p>VLR. DO CONTRATO: 261.008,02</p> <p>QUANT. PARCS.: 5</p> <p>INDEXADOR: 58 CDI 252</p> <p>PERIODICIDADE: Mensal</p> <p>CUSTO DE CAPTAÇÃO: 0,6000</p> <p>DATA DE INICIO: 05/12/2014</p> <p>VENCTO 1º PARCELA: 08/12/2014</p> <p>DATA FINAL: 01/04/2015</p> <p>VALOR ENTRADA: 130.319,90</p> <p>CONTRA-PRESTAÇÃO NO ATO: 0,00</p> <p>SPREAD: 0,0000</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>CONTRATO N.: 01215034</p> <p>SITUAÇÃO: ANDAMENTO</p> <p>AGENCIA: 022 RIBEIRAO PRETO</p> <p>VENDEDOR: 9999999 OUTROS</p> <p>TAXA MÊS: 0,6000 TAXA ANO: 7,4426</p> <p>TAXA NET: 0,6000 A.M.</p> <p>TAXA DE EQUALIZAÇÃO: 0,0000</p> <p>TAXA DE COMISSÃO: 0,0000</p> <p>% ENTRADA: 49,9295</p> <p>% RESIDUAL DILUIDO 0,0250</p> <p>% RESIDUAL FINAL: 0,0000</p> <p>ANO DO BEM: 2011</p> <p>VALOR TAC: 0,00</p> <p>TIPO TAC: Isento</p> </div> </div>						
DATA: 05/12/2014	Ativ. CADASTRO DE PROPOSTA	SITUAÇÃO OK				
DATA: 05/12/2014	Ativ. CAPTURA BENS	SITUAÇÃO OK				
DATA: 05/12/2014	Ativ. ALTERA DATA BASE	SITUAÇÃO OK				
DATA:	Ativ. LIBERAÇÃO DE RECURSO	SITUAÇÃO PENDENTE				
DATA:	Ativ. INTEGRAÇÃO AUTOMÁTICA	SITUAÇÃO PENDENTE				
		APROVADOR: B073903				
		APROVADOR: B073903				
		APROVADOR: B073903				
		APROVADOR:				
		APROVADOR:				
<b>Dados gerais do(s) bem(ns)</b>						
TIPO: ARRENDAMENTO	BEM: 085 CAMINHOS	COMBUSTÍVEL: Flex				
FORNECEDOR: 69.720.910/0001-45 BIC	MARCA: 1776 M.BENZ	ANO FABRIC.: 2011				
NOTA FISCAL: 46	MODELO: 00002 CAMINHAO-TRATOR	ANO MOD.: 2011				
NR. BEM: 00001	SUB-MODELO: 00007 ACTROS 2546 LS	N. PLACA:				
NOVO: SIM	COR: INDEF	RENAVAM:				
QUANTIDADE: 1	IDENT/CHASSIS: WDB934REPAC	CERTIFIC.				
OBSERV.	VL. IMOBIL: 261.008,02					
		VL. ORIGINAL: 261.008,02				
<b>NOTA FISCAL</b>						
TIPO: NOTA	SÉRIE: 1	DT. EMISSÃO: 28/03/2013				
NR. NF: 46	VALOR: 261.008,02	UF NOTA: SP				
<b>SEGURO</b>						
SEGURADORA:	NRO. APOLICE:	DATA VIGENCIA:				
VL PREMIO: 0,00	ATÉ					
<b>SERVIÇOS</b>						
TIPO PREST.:	PRESTADORA:	NOTA SERV NR.				
VL. NT. SERV.: 0,00	VL. IR. SERV.: 0,00					
***** DISTRIBUIÇÃO FATOR(ES) VARIÁVEIS *****						
Seq.	Dt. Vencdo.	VI Contraprestação	VI Residual	VI Parcela	Fator Contraprestação	Fator Residual
1	05/12/2014	0,00	130.319,90	130.319,90	0,000000000	0,499294619
2	08/12/2014	0,01	65,29	65,30	0,000000038	0,000250146
3	02/01/2015	26.415,52	0,00	26.415,52	0,101205779	0,000000000

Márcio Tallo Primo - Analista de Leasing

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A							Pg. 2
PLANILHA DE PROPOSTA/OPERAÇÃO						Proc.: 05/12/2014 16:52:41 Sist.: 05/12/2014 Cont.: 05/12/2014	
						PROP2000 - V.20140821.123110 B073903-MPQCARME (b073903 )	
4	02/02/2015 ✓	26.415,52 ✓	0,00	26.415,52 ✓	0,101205779	0,000000000	
5	02/03/2015 ✓	26.415,52 ✓	0,00	26.415,52 ✓	0,101205779	0,000000000	
6	01/04/2015 ✓	53.520,86 ✓	0,00	53.520,86 ✓	0,205054465	0,000000000	
***** DESPESAS CONTRATUAIS *****							
Item	Descrição	Financiada			Valor		





## CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

(o "Contrato")

Modalidade: **ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - PESSOA JURÍDICA**

(o "Arrendamento")

### PREÂMBULO

#### (A) DEFINIÇÕES QUANTO À IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

1. Contrato nº. 1220363	2. Local de Emissão BARUERI/SP	3. Data de Emissão 15/04/2013
----------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

#### (B) ESCLARECIMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES GERAIS DO ARRENDAMENTO

- a. Características e Condições Básicas do Arrendamento Mercantil: o presente Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro (o "Contrato") tem natureza financeira, por meio do qual o **ARRENDANTE** obriga-se a adquirir e dar em arrendamento mercantil à **ARRENDATÁRIA**, para sua utilização, um bem em estrita conformidade com a escolha e as especificações apresentadas pela **ARRENDATÁRIA**, na forma do Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento ("TRAF") ora anexo ao presente Instrumento, e dele integrante, pelo prazo estipulado no campo 41 do Quadro V, ao final do qual a **ARRENDATÁRIA** poderá exercer o direito de optar por uma entre as seguintes alternativas: (i) adquirir o(s) Bem(ns) Arrendado(s), mediante pagamento do Preço para Exercício de Opção de Compra de que trata o campo 44.2 do Quadro V; (ii) renovar os termos e condições do presente Contrato ou (iii) desde que pague todas as obrigações pecuniárias, devolver o(s) Bem(ns) Arrendado(s) e garantir o pagamento à **ARRENDANTE** do valor ora estipulado como mínimo devido à **ARRENDANTE** em condições de venda a terceiros do(s) Bem(ns) Arrendado(s), conforme estipulado na Clausula 5ª, 22ª e 23ª abaixo, valor esse doravante simplesmente designado "**VALOR RESIDUAL GARANTIDO**" ou "**VRG**". Sempre que se fizer referência, neste contrato, ao Valor Residual Garantido (**VRG**), entende-se que tal valor compreende a soma dos valores das parcelas do **VRG** pagas no ato, no decorrer do contrato e no final do contrato.
- b. Preço do Arrendamento: o valor das Obrigações Pecuniárias do Arrendamento independe da oferta e da procura de bens a arrendar, mas obedece a uma equação financeira, na qual são considerados (i) os valores desembolsados pela **ARRENDANTE** para adquirir o(s) Bem(ns) e colocá-lo(s) à disposição da **ARRENDATÁRIA**, (Custo Definitivo dos Bens - Cláusula 13ª do contrato), (ii) o prazo do Arrendamento, (iii) o **VRG** e a previsão ou não de parcelas do **VRG** ao longo do prazo do Contrato, e a taxa de arrendamento. A taxa de arrendamento compreende o custo financeiro suportado pela **ARRENDANTE**, acrescido da remuneração devida sobre o Investimento feito no Custo Definitivo do(s) Bem(ns) ("Retorno"). Os elementos aqui referidos compõem os coeficientes deste contrato escolhido pela **ARRENDATÁRIA**, calculados sobre o Custo Definitivo dos Bens.
- c. Custo Definitivo do(s) Bem(ns): Em conformidade com o disposto no art. 5º Inciso I, da Resolução 2309/96 do Banco Central do Brasil, o Custo Definitivo do(s) Bem(ns) será amortizado pela Arrendatária mediante o pagamento das Obrigações Pecuniárias, compostas por contraprestações, que amortizam uma parte do custo definitivo do(s) Bem(ns) e pelo **VRG**, devido no início, durante e ou ao final do contrato, que amortiza a outra parte do custo definitivo do(s) Bem(ns). A somatória das contraprestações, do **VRG** total e demais despesas, atualizações e custos constantes deste contrato constituem o preço ou custo do arrendamento, cujo valor será considerado na letra "j" abaixo, no parágrafo segundo da cláusula 21ª, na cláusula 22ª e nas demais disposições deste contrato.
- d. Captação de Recursos: a **ARRENDATÁRIA** declara estar ciente de que os recursos necessários para a aquisição específica do(s) Bem(ns) Arrendado(s) foram captados pela **ARRENDANTE** através de empréstimos ou outras formas de captação admitidas pela regulamentação em vigor, perante instituições financeiras e entidades sediadas no País ou no exterior. Desta forma, ocorrendo modificações na legislação, nas normas regulamentares ou qualquer alteração nas condições do mercado financeiro adotar-se-ão os termos da Cláusula 3ª e seus parágrafos segundo ao quinto, sem prejuízo das demais disposições deste contrato. Na impossibilidade de acordo entre as partes, aplicar-se-ão os termos da cláusula 21ª.
- e. O plano de pagamento do custo (preço) do arrendamento e a proporção de participação de **VRG** no mesmo é de livre e exclusiva escolha da **ARRENDATÁRIA**, segundo sua conveniência e melhor benefício, sem qualquer intervenção da **ARRENDANTE**.
- f. Valor Residual Garantido: de acordo com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 564, de 03/11/1978, o **VRG**, mesmo que pré-fixado consiste (i) no preço indicado no TRAF (Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento) anexo ao presente Contrato e que está referenciado no campo 44.2 do Quadro V supra, estipulado para o exercício da opção de compra a ser pago pela **ARRENDATÁRIA** ou (ii), na hipótese de não exercício da opção de compra pela **ARRENDATÁRIA** e desde que cumpridas todas obrigações pecuniárias contratuais, no valor contratualmente garantido pela **ARRENDATÁRIA** como mínimo devido à **ARRENDANTE** na venda do(s) Bem(ns) arrendado(s) a terceiros. Na hipótese de a **ARRENDATÁRIA** renovar o Arrendamento ao final do prazo do Contrato, o **VRG** corresponderá ao valor básico para o cálculo das contraprestações que vigorarão pelo período da renovação.
- g. O **VRG** constitui-se, portanto, em obrigação pecuniária líquida, certa e exigível a ser cumprida pela **ARRENDATÁRIA**.
- h. As parcelas de **VRG** pagas ao longo do prazo do Arrendamento serão retidas (por representarem parte do Saldo Devedor - item "c" acima, letra "j" abaixo e parágrafo segundo da cláusula 21ª) pela **ARRENDANTE** até que a **ARRENDATÁRIA** cumpra todas as obrigações pecuniárias decorrentes deste contrato, observados seus termos da cláusula 22ª.
- i. A devolução pela **ARRENDANTE** à **ARRENDATÁRIA** de qualquer valor pago a título de **VRG** apenas ocorrerá após o cumprimento de todas as condições de que trata estritamente a cláusula 22ª do presente Contrato.
- j. Em qualquer hipótese de interrupção contratual, inclusive nos termos da cláusula 21ª, o saldo decorrente das Obrigações Pecuniárias em relação ao valor apurado na venda do(s) Bem(ns) a terceiros será aferido, em qualquer momento do contrato, pela seguinte equação: Contraprestações e **VRG**, eventualmente vencidos e não pagos, reajustados pela Base de Reajuste deste contrato, quando for o caso conforme preâmbulo, acrescidos



de seus encargos moratórios contratuais e contraprestações e **VRG** (no início, parcelado e ou ao final) a vencer, menos o valor obtido na venda do(s) Bem(ns). Em caso de o saldo apurado configurar-se positivo, o valor correspondente constituirá débito de responsabilidade da Arrendatária; do contrário, ou seja, resultando negativo, o saldo apurado constituirá crédito a seu favor.

- k. A ARRENDATÁRIA** responsabiliza-se, por sua conta e risco, por todas as verificações necessárias quanto à procedência, à natureza, à qualidade e à legitimidade do(s) Bem(ns), não respondendo a **ARRENDANTE** por qualquer vício do(s) mesmo(s) ou por qualquer ato, ou fato ou obrigação relacionado ao(s) bem(ns), inclusive, mas não apenas, de natureza tributária.

### **(C) QUALIFICAÇÕES DAS PARTES E DOS INTERVENIENTES - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO ARRENDAMENTO**

#### **I) ARRENDANTE**

**BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, com sede social em Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Loja 03 - Centro Indl. e Emp. Alphaville - Barueri - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 69.720.910/0001-45, doravante denominado **ARRENDANTE**.

#### **II) ARRENDATÁRIA**

4. Nome/ Razão Social <b>GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA</b>			
5. CNPJ/MF nº <b>02.913.263/0001-17</b>		6. Inscrição Estadual nº <b>000000000000</b>	
7. Endereço (Rua,Av,Etc...) <b>AV. CELSO DANIEL,1315 SA 01</b>			
8. Bairro <b>DISTRITO INDUSTRIAL</b>	9. Cidade <b>RIBEIRAO PRETO</b>	10. UF <b>SP</b>	11. CEP <b>14072-085</b>
12. E-mail <b>xxxx@xxxx</b>			
13. 1º Telefone Comercial <b>(16)-3456-3000</b>		14. 2º Telefone Comercial <b>(00)-0000-0000</b>	
		15. Telefone Direto <b>(00)-0000-0000</b>	

#### **III) GARANTIDOR(ES) - DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S) / AVALISTA(S)**

16a.Nome / Razão Social (1) <b>ANGELO GUERRA NETTO</b>			
17a.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input checked="" type="checkbox"/> CPF 117.700.928-54		18a. R.G. <b>22.972.490-5</b>	
19a. Endereço(Rua,Av,Etc...) <b>RUA AFONSO TARANTO, 170</b>			
20a. Bairro <b>NOVA RIBEIRANIA</b>	21a. Cidade <b>RIBEIRAO PRETO</b>	22a. UF <b>SP</b>	23a.CEP <b>14096-740</b>
24a. E-mail <b>xxxx@xxxx</b>			
25a.1º Telefone Residencial <b>(16) 3514-5300</b>		26a.2º Telefone Celular <b>(00)-0000-0000</b>	
		27a.Telefone Direto <b>(00)-0000-0000</b>	

16b.Nome / Razão Social (2) <b>JOSE ADRIANO GUERRA</b>			
17b.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input checked="" type="checkbox"/> CPF 162.070.828-00		18b. R.G. <b>24.162.018-1</b>	
19b.Endereço(Rua,Av,Etc...) <b>AV. AFONSO VALERA, 251</b>			
20b.Bairro <b>RECREIO DAS ACACIAS</b>	21b.Cidade <b>RIBEIRAO PRETO</b>	22b.UF <b>SP</b>	23b.CEP <b>14098-561</b>
24b.E-mail <b>xxxx@xxxx</b>			
25b.1º Telefone Residencial <b>(00)-0000-0000</b>		26b.2º Telefone Celular <b>(16) 9193-6180</b>	
		27b.Telefone Direto <b>(00)-0000-0000</b>	

16c.Nome / Razão Social (3) <b>Garantidor(3)</b>			
17c.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		18c. R.G. <b>00.000.000-0</b>	
19c.Endereço(Rua,Av,Etc...) <b>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>			
20c.Bairro <b>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>	21c.Cidade <b>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>	22c.UF <b>XX</b>	23c.CEP <b>00.000-00</b>



24c.E-mail xxxx@xxxx			
25c.1º Telefone Residencial (00)-0000-0000	26c. 2º Telefone Celular (00)-0000-0000	27c.Telefone Direto (00)-0000-0000	
16d.Nome / Razão Social (4) Garantidor(4)			
17d.CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		18d. R.G. 00.000.000-0	
19d.Endereço(Rua,Av,Etc...) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
20d.Bairro XXXXXXXXXXXXXXX	21d.Cidade XXXXXXXXXXXXXXX	22d.UF XX	23d.CEP 00.000-00
24d.E-mail xxxx@xxxx			
25d.1º Telefone Residencial (00)-0000-0000	26d.2º Telefone Celular (00)-0000-0000	27d.Telefone Direto (00)-0000-0000	

**IV) FIEL DEPOSITÁRIO**

28.Nome ANGELO GUERRA NETTO			
29.CPF nº 117.700.928-54		30. R.G. nº 22.972.490-5	
31.Endereço(Rua,Av,Etc...) RUA AFONSO TARANTO, 170			
32.Bairro NOVA RIBEIRANIA	33.Cidade RIBEIRAO PRETO	34.UF SP	35.CEP 14096-740
36.E-mail xxxx@xxxx			
37.1º Telefone Residencial (16) 3514-5300	38.2º Telefone Celular (00)-0000-0000	39.Telefone Direto (00)-0000-0000	

**V) DADOS DO ARRENDAMENTO, PAGAMENTOS AUTORIZADOS E ENCARGOS FINANCEIROS**  
(Todos os valores constantes deste quadro V são expressos em Reais)

40. Valor Orçado do(s) Bem(Bens) Adquirido(s) R\$ 296.957,95	41. Prazo do Arrendamento 24 (meses)	42. Obrigações Pecuniárias Devidas <input checked="" type="checkbox"/> A cada mes <input type="checkbox"/> Conforme TRAF
---	---	--

**43. Vencimento da Primeira Obrigação Pecuniária:**

- ☒ No início do Prazo do Arrendamento,  
☐ Em 0 Mês(es) do início do Prazo do Arrendamento.  
☐ Conforme TRAF.

**44. Planos de Pagamento**

Sobre o Custo Definitivo do(s) Bem(ns) (constante do TRAF) serão calculadas as Obrigações Pecuniárias de acordo com estes coeficientes em bases percentuais:

**44.1. Plano de Leasing**

Número de Parcelas	Fase(s) de Pagamento		Coeficiente (%)		
	De	A	Contraprestação (%)	VRG (%)	Total (%)
1	1	1	0,00000	12,31760	12,31760
24	1	24	3,93870	0,00000	3,93870
0	0	0	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	00	00	0,00000	0,00000	0,00000
00	UU	00	0,00000	0,00000	0,00000

**44.2 O Preço para Exercício de Opção de Compra** (igual à somatória das parcelas do VRG), é aferível no Termo de Recebimento, Aceitação e Fechamento (TRAF) vinculado ao presente contrato.





45. Base de Reajuste do Contrato: CDI.

46. Taxa de Compromisso: período máximo para entrega do(s) Bem(ns) de 0 dias contados desta data:

- a) ☐ 0,00 % ao mês xxxxxxxx + Base de Reajuste do Contrato (campo 45).  
 b) ☐ Paga mensalmente.  
 c) ☐ Capitalizada mensalmente e adicionada ao(s) Custo(s) Definitivo(s) do(s) Bem(ns).

47. Tarifas:

- a) Tarifas de cadastro: R\$ 200,00 (duzentos reais).  
 b) Tarifas de emissão e postagem de boleto de cobrança: R\$ 0,00 (xxxxxxx) por boleto.  
 c) Outras Tarifas/Despesas conforme parágrafo Décimo da Cláusula 3ª.

48. Tarifa de Liquidação Antecipada de 10,00% (dez por cento) sobre o valor da somatória das obrigações pecuniárias no valor Máximo de R\$31.728,87 (trinta e um mil, setecentos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos). Será determinada mediante aplicação da fórmula de cálculo definida no Parágrafo Segundo da Cláusula 6ª abaixo.

VI) Bem(bens) Arrendado(s):

01 Caminhão Trator VW 25390 - 2012/2012 Chassi:9536T8276CR243883 Renavan: 471033677 Placa: EQU2737 Ano/Mod. 2012/2012 Valor Unitário:R\$296.577,95 Nota Fiscal nº 45 emissão 28/03/2013.

49. Outras Especificações

Aplicáveis, conforme TRAF:

50. OUTORGANTE(S) DA GARANTIA REAL

Nome / Razão Social (1) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00000000000000 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		R.G. 00.000.000-0	
Endereço(Rua,Av,Etc...) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		Cidade XXXXXXXXXXXX	UF XX
		CEP XXXXXX	

Nome / Razão Social (2) Outorgante 2			
CNPJ / CPF nº <input type="checkbox"/> CNPJ 00.000.000/0000-00 <input type="checkbox"/> CPF 000.000.000-00		R.G. 00.000.000-0	
Endereço(Rua,Av,Etc...) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		Cidade XXXXXX	UF Xx
		CEP XXXXXX	

51. Garantias

Os bens, obrigatoriamente seguros, quando suscetíveis de seguro, são os seguintes:

- ☐ **Em Propriedade Fiduciária**, o(s) bem(ns) cujo(s) proprietário(s), valor(es), espécie(s), qualidade(s) quantidade(s) e demais características e condições da garantia constam do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante **Propriedade Fiduciária**).
- ☐ **Em Cessão Fiduciária**, as duplicatas/notas promissórias e/ou cheques de emissão de terceiros, no montante, percentual e demais condições constantes do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante **Cessão Fiduciária de Títulos**).
- ☐ **Em Hipoteca Cedular** o(s) imóvel(eis) cujo(s) proprietário(s), valor(es), situação(ões), descrição(ões), confrontação(ões), benfeitoria(s), título(s), data(s) de aquisição e registro(s) imobiliário(s) e condição(ões) de garantia constam do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar para todos os efeitos de direito (doravante **Hipoteca Cedular**).
- ☐ **Em Cessão Fiduciária**, o(s) direito(s) creditório(s), cujo(s) valor(es) e condição(ões) consta(m) do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante **Cessão Fiduciária de Direitos**).
- ☐ **Em Cessão Fiduciária**, o(s) direito(s) creditório(s), cujo(s) valor(es) e condição(ões) consta(m) do(s) documento(s) anexo(s) a este **Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro**, da qual passa(m) a fazer parte integrante e complementar, para todos os fins e efeitos de direito (doravante **Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras**);
- ☐ **Outros** conforme especificado em documento anexo.



ASSIM, AS PARTES RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE CONTRATO, QUE SE REGERÁ PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI 6.099/74, DA LEI 11.649/08, DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL 2.309/96, DAS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA 564/78 e 140/84, E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, ALÉM DAS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

#### CLÁUSULAS

**1. OBJETO** - A **ARRENDANTE** adquiriu(rá) e dá(rá) em arrendamento à **ARRENDATÁRIA** o(s) Bem(ns) descrito(s) no Quadro "VI" do Preâmbulo e no **TRAF**, o(s) qual(is) passa(m) a ser denominado(s) simplesmente Bem(ns). Tal(is) Bem(ns) permanecerá(ão) sob guarda, depósito e responsabilidade da pessoa nomeada no Quadro "VI" do preâmbulo, que assina o presente na qualidade de Fiel Depositário, declarando assumir todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal.

**2. PRAZO** - O presente Arrendamento tem prazo definido na forma do constante no campo "41" do Quadro "V" do Preâmbulo, iniciando-se na data de recebimento e aceitação do(s) Bem(ns) especificada no **TRAF**. Findo o prazo do Arrendamento, o(s) Bem(ns) deverá(ão) ser devolvido(s) em condições normais de uso, em local a ser indicado pela **ARRENDANTE**, salvo se exercida a opção de compra ou de renovação pela **ARRENDATÁRIA**.

**3. OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS, BASE DE REAJUSTE, ENCARGOS E DESPESAS** - Consideram-se Obrigações Pecuniárias todas as contraprestações do Arrendamento, com vencimento nos termos do Preâmbulo e do **TRAF**, assim como o **VRG**, quer seja o mesmo devido ao início, ao final, quer deva ser pago através de parcelas durante o prazo de arrendamento, vencendo-se cada uma delas conjuntamente ou não com as contraprestações do Arrendamento conforme estipulado no preâmbulo e no **TRAF**. O valor base das mesmas é determinado pela aplicação dos coeficientes constantes do campo "44" - Quadro "V" sobre o Custo Definitivo dos Bens.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso as partes pactuem utilizar o **CDI**, o qual, para os fins e efeitos do presente Arrendamento significa Certificado de Depósito Interfinanceiro, taxa **DI** "over extra grupo" - taxa média, divulgada pela **CETIP** - Câmara de Custódia e Liquidação, como Base de Reajuste, a **ARRENDATÁRIA** pagará as Obrigações Pecuniárias, calculadas de acordo com os termos deste Contrato, cujos valores serão atualizados, cumulativos e mensalmente, de acordo com a variação do **CDI**, verificada entre a data de início do arrendamento indicada no **TRAF**, e a data do efetivo vencimento de tais obrigações. Nestes casos, a **ARRENDATÁRIA** receberá uma comunicação da **ARRENDANTE** informando sobre o vencimento das obrigações e o procedimento para impressão do boleto na internet do site [www.bicbanco.com.br](http://www.bicbanco.com.br), mantido pelo **ARRENDANTE** na rede mundial de computadores (Internet).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **ARRENDATÁRIA** declara, neste ato, ter pleno conhecimento de que os recursos utilizados pela **ARRENDANTE** para a realização do presente Arrendamento foram captados no mercado financeiro nacional ou internacional. Em consequência, a **ARRENDATÁRIA** concorda, desde já, que, no que tange ao reajuste das Obrigações Pecuniárias, caso ocorra qualquer alteração, redução, mudança no sistema de apuração, congelamento ou extinção da Base de Reajuste, torne-se impossível sua utilização ou ocorra qualquer mudança do padrão monetário nacional, mediante qualquer intervenção do Poder Público no mercado financeiro, a partir da data em que se verificar qualquer dos eventos aludidos, passarão as Obrigações Pecuniárias a ser atualizadas, cumulativa e diariamente, ou na menor periodicidade legalmente possível, por outro sistema de atualização que venha a ser adotado pelo mercado financeiro na captação de recursos e que melhor reflita o custo de captação da **ARRENDANTE**;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caso ocorra qualquer dos eventos constantes do parágrafo imediatamente acima, assim como na hipótese de qualquer outra forma de intervenção governamental no mercado financeiro, tais como tabelamentos, congelamentos e contingenciamentos, suspensão de atualizações, aumento de alíquota, criação, mudança de base de cálculo ou período de apuração de tributos, ou de encaixes ou recolhimento compulsórios, incidentes sobre os encargos, ou sobre ativos e/ou passivos financeiros, ou, ainda se, por qualquer motivo, o custo financeiro refletido nas Obrigações Pecuniárias deixar de ser adequado à cobertura dos custos de captação, a **ARRENDANTE** reserva-se o direito de efetuar novo cálculo das Obrigações Pecuniárias, apurando, nas respectivas datas de vencimento, o Saldo Devedor, as Contraprestações e as parcelas de **VRG** mediante o sistema da tabela **PRICE**, observando, a partir daí, o sistema de flutuação dos encargos contratuais, com base nas taxas de juros cujo tipo de título e/ou remuneração (pós ou pré-fixada) estiver sendo objeto de maior volume de aplicações no mercado financeiro, segundo levantamento efetuado pela **CETIP** - Câmara de Custódia e Liquidação, pela **ANBID** - Associação Nacional dos Bancos de Investimento, ou por qualquer outro órgão idôneo, aplicando-se, na atualização das Obrigações Pecuniárias - quando a taxa de juros usada como parâmetro de flutuação refletir uma taxa pós-fixada - o mesmo sistema de atualização do título a que se refere tal taxa, conforme acima descrito e observados ainda os menores períodos de flutuação e reajuste legalmente possíveis.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso, em virtude de a captação de recursos para que a presente operação seja celebrada, direta ou indiretamente, junto a credores externos, e, em razão disso, a Base de Reajuste for baseada em moeda estrangeira, o valor base das Obrigações Pecuniárias será convertido naquela moeda segundo sua cotação de compra e, convertido, posteriormente, em Reais, pela sua cotação de venda, levando-se em conta a última cotação de tal moeda fornecida pelo Banco Central do Brasil e válida para o dia do desembolso dos recursos para o presente Arrendamento, ou, conforme o caso, para o dia do vencimento ou em que se tornar Devida a Obrigação Pecuniária em questão, sendo que, no caso do dólar dos Estados Unidos da América, será aplicada a cotação constante do **SISBACEN**, **PTAX 800**, opção 5, moeda 220. Caso, por qualquer motivo, as cotações do Banco Central do Brasil não estejam disponíveis, será utilizada a cotação média de da moeda estrangeira por qualquer forma divulgada pelos três maiores bancos em ativos que operem com câmbio, até às 11:00 horas do dia do desembolso da operação ou do dia do vencimento ou em que se tornar devida a Obrigação Pecuniária.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Na hipótese de edição ou modificação de qualquer lei, regra, norma, regulamentação, condição de mercado ou qualquer instrução ou política governamental referente à variação cambial, que venha a afetar adversamente os montantes das Obrigações Pecuniárias devidas pela **ARRENDATÁRIA**, a **ARRENDATÁRIA** permanecerá obrigada ao pagamento da integralidade do Saldo Devedor (preservando-se, em todo caso, o







**6. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA** - Se a **ARRENDATÁRIA** vier a solicitar a liquidação antecipada total ou parcial das obrigações pecuniárias decorrentes deste contrato tal liquidação deverá necessária e cumulativamente ser realizada observando-se o seguinte: a) o prazo mínimo estabelecido no Art. 8º da Resolução 2.309/96 do Conselho Monetário Nacional; b) a preservação do Retorno do **ARRENDANTE**. O disposto na letra b imediatamente anterior aplica-se também aos casos de vencimento antecipado previstos neste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso a **ARRENDATÁRIA** se caracterize como microempresa ou como empresa de pequeno porte, observado o teor da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e o presente Contrato for pré-fixado, o valor presente dos pagamentos para fins de amortização ou de liquidação antecipada será determinado de acordo com os dispositivos da Resolução 3516/07.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso a **ARRENDATÁRIA** não esteja enquadrada no regime mencionado no parágrafo primeiro acima, sendo observados os critérios do caput desta cláusula, poderá exercer a faculdade de liquidação antecipada do presente contrato e declara que tomou conhecimento neste ato da sua obrigação de pagar a Tarifa de Liquidação Antecipada "campo 48 do Quadro V" como condição do exercício desta prerrogativa, conforme Resolução nº 3.516 de 06/12/2007 do Banco Central do Brasil.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Tarifa de Liquidação Antecipada mencionada no caput acima esta descrita no Campo 48 do Quadro V, com seu respectivo percentual sobre o valor da somatória das obrigações pecuniárias como também o seu valor máximo de reais.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na liquidação a tarifa guardará relação direta e linear com a quantidade de Obrigações Pecuniárias remanescente, com o Valor da Somatória das Obrigações Pecuniárias não pagas com relação ao prazo total do contrato e com total de Obrigações Pecuniárias do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de liquidação o valor da Tarifa de Liquidação Antecipada será calculado com base na seguinte fórmula matemática: Tarifa de Liquidação Antecipada = Valor da Tarifa Máxima multiplicado pelo [(Número de meses Remanescentes do Contrato dividido pelo Número de meses do prazo Total do Contrato) multiplicado pelo Valor da Somatória das Obrigações Pecuniárias a serem liquidadas conforme valor no **TRAF** dividido pelo Valor da Somatória das Obrigações Pecuniárias na data de emissão do contrato (Também constante no **TRAF**)].

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os parágrafos segundo ao quarto não se aplicam para microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, cujo tratamento definu-se no parágrafo primeiro desta cláusula.

**7. ENCARGOS DE MORA** - Em caso de mora no cumprimento de qualquer obrigação pela **ARRENDATÁRIA**, e sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas deste Contrato, incidirão sobre os valores em débito, comissão de permanência, atualização, juros de mora e multa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A comissão de permanência será calculada dia a dia sobre o débito em atraso, a partir da data do vencimento até o dia do seu efetivo pagamento, de conformidade com as taxas que a **ARRENDANTE** estiver praticando à época, e, em se tratando de cobrança judicial, será devida de acordo com as taxas médias de juros apuradas pelo Banco Central do Brasil.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os juros de mora serão de 1% (hum por cento) ao mês, calculados dia a dia, sobre o total do débito atualizado de conformidade com o acima estabelecido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Sobre o valor do débito calculado na forma prevista nos parágrafos primeiro e segundo anteriores, incidirá multa contratual de 2% (dois por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO:** O recebimento do principal e de quaisquer acréscimos, mesmo sem ressalva, não constituirá presunção de quitação dos encargos ou de quaisquer outras quantias devidas.

**8. DÉBITO EM CONTA** - A **ARRENDATÁRIA**, desde já declara estar de pleno acordo com que o pagamento de quaisquer importâncias devidas por ela em razão deste Contrato seja feito mediante débito automático, em sua conta corrente de depósitos à vista, mantida perante o Banco Industrial e Comercial S/A - **BICBANCO**, sem prejuízo das demais formas de cobrança em razão do que neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nomeia o Banco Industrial e Comercial S/A - **BICBANCO**, seu bastante procurador, nos termos dos artigos 653, 683 e 686 parágrafo único do Código Civil, com poderes para gerir e movimentar os recursos existentes na referida conta, para a finalidade aqui objetivada.

**9. COEFICIENTES DO CAMPO "44" DO QUADRO "V" DO PREÂMBULO** - O campo "44" do Quadro "V" do preâmbulo indica os coeficientes que, aplicados sobre o custo definitivo do (s) Bem (ns), definido na Cláusula 13ª, indicado no **TRAF**, fixam o valor inicial das diversas Obrigações Pecuniárias. O Prazo de validade desses coeficientes é de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data de emissão deste contrato. Decorrido esse prazo sem que o arrendamento tenha sido iniciado, sem culpa da **ARRENDANTE**, esta ficará desobrigada quanto aos coeficientes constantes no campo "44" do Quadro "V" do preâmbulo, podendo considerar rescindido o presente contrato, obrigando-se a **ARRENDATÁRIA** a reembolsar diretamente à **ARRENDANTE** todos os montantes eventualmente por esta despendidos nos termos deste Contrato, acrescidos da taxa de compromisso estabelecida no campo "46" do Quadro "V" do preâmbulo, mais os encargos de mora já definidos.

**10. DEMAIS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ARRENDATÁRIA** - Serão integralmente suportados e de exclusiva responsabilidade da **ARRENDATÁRIA** todos os ônus decorrentes de todos os tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais ou para-fiscais e respectivas majorações, mudanças de base de cálculo, ou do período de apuração, multas, reajustes e encargos moratórios ora existentes ou incidentes, ou que venham a ser criados ou a incidir no futuro, em virtude deste Contrato, e/ou do correspondente faturamento/receita bruta(o) ou líquido(a) decorrente para a **ARRENDANTE**, ou ainda da aquisição, venda ou utilização e posse do(s) Bem(ns), bem como o ônus decorrente da criação, aumento de alíquota, mudança da base de cálculo ou período de apuração de encaixes ou recolhimentos compulsórios incidentes direta ou indiretamente sobre a captação de recursos necessários para manter este contrato, ou sobre os ativos da **ARRENDANTE**. O pagamento dos encargos tributários e demais ônus supra previstos será efetuado pela **ARRENDATÁRIA** na medida e na proporção dos montantes que forem devidos com base neste Contrato, seja a título de



principal, de Obrigação Pecuniária, de atualização, de juros, de taxas e outras verbas, sendo que o não pagamento constituirá inadimplemento da **ARRENDATÁRIA** no âmbito do presente Contrato, com as consequências e cominações para tanto nele previstas, inclusive, mas não se limitando ao vencimento antecipado. Sem prejuízo do disposto acima, com relação ao Imposto sobre Serviços (ISS), se, por qualquer motivo, houver aumento da respectiva alíquota ou alteração na base de cálculo, atualmente vigentes, a diferença ficará a cargo da **ARRENDATÁRIA**. Este tributo será pago pela **ARRENDATÁRIA** juntamente com cada Obrigação Pecuniária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Correrão por conta exclusiva da **ARRENDATÁRIA** todas as licenças, autorizações e registros que forem exigidos para a utilização do(s) Bem(ns), inclusive eventuais multas que forem impostas pelas autoridades competentes pela falta da transferência da propriedade do(s) Bem(ns) à **ARRENDANTE** dentro do prazo legal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Correrão por conta exclusiva da **ARRENDATÁRIA** as despesas e emolumentos relativos ao registro deste contrato e/ou anexos e respectivas garantias no(s) Cartório(s) competente(s).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** À **ARRENDATÁRIA** serão transferidas todas as despesas e encargos que a **ARRENDANTE** tenha assumido ou venha a assumir com terceiros em decorrência deste Contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Para os casos de Bem(ns) que seja(m) Aeronave(s), em cumprimento ao art. 137 do Código Aeronáutico Brasileiro, fará parte integrante do **TRAF** indicação do local onde a Aeronave estará matriculada. Para estes mesmos fins, a **ARRENDANTE** consente expressamente, desde já, que a **ARRENDATÁRIA** ou a importadora pertinente, agindo em nome da **ARRENDANTE**, promova eventual cancelamento da matrícula estrangeira primitiva e imediato registro da Aeronave no Registro Aeronáutico Brasileiro.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para os casos de Bem(ns) que seja(m) Embarcação(ões), compete a **ARRENDATÁRIA** obter todos e quaisquer registros, certificados e autorizações expedidos pelo Tribunal Marítimo e/ou pela Capitania dos Portos e Órgãos subordinados, necessários para utilização regular do bem pela **ARRENDATÁRIA**, identificando-a como operadora da(s) embarcação(ões), entregando, no devido prazo, os documentos à **ARRENDANTE**, sem o(s) que(ais) não poderá colocá-la(s) em uso.

**11. DO LICENCIAMENTO DO(S) BEM(NS) ARRENDADO(S) E DO PAGAMENTO DO IPVA** - Sem prejuízo do cumprimento da Cláusula 10ª deste Contrato, caso o(s) Bem(ns) arrendado(s) consista(m) em veículo(s) automotor(es), a **ARRENDATÁRIA** reconhece e declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, ser de sua exclusiva responsabilidade a satisfação de todos os tributos relacionados ao(s) Bem(ns), obrigando-se, em especial, a proceder ao pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - em conformidade com os termos e condições em que tal lhe for exigido pelas autoridades do Estado em que a **ARRENDATÁRIA** mantiver seu domicílio, assim como indicado no Quadro II do preâmbulo, incluindo-se eventuais acréscimos e encargos de mora, na forma da lei, isentando a **ARRENDANTE** de toda e qualquer responsabilidade em relação ao cumprimento da referida obrigação tributária. A **ARRENDATÁRIA** obriga-se, outrossim, a apresentar à **ARRENDANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento de solicitação nesse sentido, todos os documentos comprobatórios da plena satisfação de todas as obrigações tributárias e regulamentares de que trata esta cláusula e seus parágrafos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a providenciar perante as autoridades de trânsito competentes todos os registros e a obter todas as licenças exigidas para a adequada e legal utilização do Bem(ns) arrendado(s), observadas em todo caso a periodicidade e as condições fixadas na forma da lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a apresentar à **ARRENDANTE** a via original do Documento Único de Transferência - DUT do(s) Bem(ns) arrendado(s), em nome do **ARRENDANTE**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados desta data.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ao dar cumprimento às obrigações previstas no *caput* desta cláusula e bem assim nos parágrafos acima, a **ARRENDATÁRIA** declara, neste ato, sua plena e inequívoca ciência de que deverá, por sua conta e risco exclusivos, declinar tanto perante as autoridades fazendárias quanto as de trânsito seu correto domicílio, assim como indicado no Quadro II do preâmbulo, de modo a cumprir, assim, as normas do inciso IV e do § 1º do artigo 75 da Lei nº 10.406/02.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **ARRENDATÁRIA** declara, neste ato, estar plena e inequivocamente ciente de que eventual indicação não verdadeira de informações quanto a seu domicílio, tanto no Quadro II do preâmbulo, quanto em qualquer documento, formulário ou instrumento oficial utilizado perante as autoridades fazendárias e de trânsito, para os fins e efeitos de que tratam os parágrafos acima, caracterizará a invalidade da respectiva declaração, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela **ARRENDATÁRIA** perante a **ARRENDANTE** e as autoridades, sujeitando-se a **ARRENDATÁRIA** e seus representantes legais, em caráter exclusivo, às sanções previstas civil e criminalmente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A **ARRENDATÁRIA** declara ainda estar inequivocamente ciente de que, em havendo desrespeito ao atendimento das obrigações que lhe cabem nos termos desta Cláusula e também nos termos do Parágrafo Nono da Cláusula 14ª, notadamente das obrigações de honrar o pagamento dos tributos (IPVA), multas e demais encargos relacionados ao(s) Bem(ns) arrendado(s) e/ou da obrigação de comunicar as autoridades fiscais e de trânsito competentes para que o lançamento tributário e/ou exigência de eventuais valores devidos se proceda em nome da **ARRENDATÁRIA** e não em nome da **ARRENDANTE**, e que, diante do não atendimento dessas obrigações, acaso venha a **ARRENDANTE** a ser demandada em eventual ação judicial e/ou ação de execução fiscal para a exigência desses valores de obrigação da **ARRENDATÁRIA**, a **ARRENDANTE**, a seu critério, optará por uma das seguintes condutas: a) contestar, impugnar ou embargar a ação, promovendo a denúncia da lide da **ARRENDATÁRIA** para que esta assumo o pólo passivo da causa com a exclusão total da **ARRENDANTE** dessa causa; ou b) satisfazer a exigência objeto da demanda, e voltar-se contra a **ARRENDATÁRIA** em ação distinta para exigir os valores desembolsados, comprovando a origem e natureza das obrigações, hipótese em que a **ARRENDATÁRIA** obriga-se a satisfazê-los, com os acréscimos das despesas incorridas pela **ARRENDANTE**, acrescido ainda de um multa por infração contratual de 10% (dez por cento).



**12. DA AQUISIÇÃO DO(S) BEM(NS) ARRENDADO(S) PARA USO DA ARRENDATÁRIA** - A **ARRENDANTE** adquiriu(rá) o(s) Bem(ns) constante(s) do **TRAF**, de acordo com as características e especificações indicadas pela **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **ARRENDANTE** não se responsabiliza por erros e omissões nas especificações do(s) Bem(ns) fornecidas pela **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **ARRENDANTE** contratou ou contratará, de maneira direta ou indireta, a aquisição do(s) Bem(ns) junto ao(s) fornecedor(es) nacionais ou internacionais, e/ou importadores, conforme o caso, indicado(s) pela **ARRENDATÁRIA**, o(s) qual(is) será(ão) entregue(s) diretamente à **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **ARRENDATÁRIA**, como única responsável pela escolha e indicação do(s) Bem(ns) e respectivo(s) fornecedor(es), e importador(es), conforme o caso, assume perante a **ARRENDANTE** integralmente todos e quaisquer riscos, despesas e encargos referentes à remessa, importação, transportes, seguros, recebimentos, instalação e registro do(s) Bem(ns), bem como as consequências de eventuais atrasos na sua entrega, os riscos e ônus por defeitos que o(s) Bem(ns) apresentar(em) e por eventuais diferenças de especificações.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Tendo em vista o estipulado no "caput" desta Cláusula, e nos parágrafos anteriores, a **ARRENDATÁRIA** declara: a) que a(s) negociação(ões) para a aquisição e importação do(s) Bem(ns) objeto do arrendamento mercantil foi(ram) entabulada(s) sempre por ela **ARRENDATÁRIA**, ou com sua total supervisão e aprovação, sem qualquer participação da **ARRENDANTE**, não tendo esta qualquer responsabilidade pela escolha do(s) fornecedor(es) ou importador(es), nem tampouco pela origem, indicação e escolha do(s) referido(s) Bem(ns), inclusive nos casos de importação, no qual a **ARRENDANTE**, apesar de não ter qualquer participação negocial efetiva, figure nos contratos de compra e venda por encomenda, simplesmente em razão de sua condição de proprietária desse(s) Bem(s); b) que se responsabiliza por quaisquer perdas e danos que o(s) fornecedor(es) venha(m) a causar à **ARRENDANTE** em decorrência da(s) supra mencionada(s) aquisição(ões); c) que correm por sua conta e risco todos os ônus por defeitos que o(s) Bem(ns) possa(m) apresentar, ou decorrentes da falta de correspondência à(s) característica(s), especificação(ões) e qualidade(s) por ela **ARRENDATÁRIA** indicadas; d) que em razão do disposto nas letras a), b) e c) anteriores, todos e quaisquer impostos, taxas ou contribuições, multas, juros de mora e despesas, que incidam ou venham a incidir, lançados ou que venham a ser lançados, por qualquer motivo que seja e independentemente de causa ou origem, decorrentes do presente Contrato, bem como da aquisição e/ou venda do(s) Bem(ns) a que se refere este instrumento, seu(s) anexo(s) e complementos, correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da **ARRENDATÁRIA** e por ela deverão ser suportados; e) a **ARRENDANTE** em nenhum momento, mesmo quando da transferência definitiva do domínio à **ARRENDATÁRIA** ou a terceiro, responderá pelos riscos da evicção, riscos esses pelos quais a **ARRENDATÁRIA** assume a integral responsabilidade.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Ao receber o(s) Bem(ns), a **ARRENDATÁRIA** deverá entregar à **ARRENDANTE**, no prazo de 03 (três) dias de tal recebimento, o **TRAF**, devidamente assinado, declarando neste último que o(s) Bem(ns) está(ão) de acordo com as especificações, devidamente instalado(s) e mantido(s) em condições de bom funcionamento e sem defeitos aparentes ou vícios redibitórios. Essa declaração valerá como aceitação do(s) Bem(ns), bem como sua data será considerada para início do arrendamento e do cálculo do seu custo definitivo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Se a **ARRENDATÁRIA**, sem justa causa, deixar de assinar o **TRAF**, no prazo do parágrafo quinto, o presente contrato rescindir-se-á, de pleno direito, aplicando-se o disposto na Cláusula 21ª abaixo e seus parágrafos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Se o fornecedor, por qualquer motivo, não efetuar a entrega do(s) Bem(ns) encomendado(s) dentro do prazo que permita a tempestiva assinatura do **TRAF** na forma supra, ou a efetuar em desacordo com as especificações da encomenda, ainda que a falta decorra de força maior, caso fortuito ou imprevisto, e inclusive em razão de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, a **ARRENDANTE** ficará desobrigada do arrendamento e a **ARRENDATÁRIA** a ressarcirá do valor total dos desembolsos que a primeira haja efetuado, devidamente atualizados e acrescidos, da taxa de compromisso e demais encargos contratuais pertinentes.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A **ARRENDANTE** se reserva o direito de, a qualquer instante, considerar excluídos deste Contrato o(s) Bem(ns) que não for(em) tempestivamente entregue(s) e aceito(s) mediante assinatura do **TRAF**. Optando a **ARRENDANTE** pela exclusão, a **ARRENDATÁRIA** deverá ressarcir-la, no ato, dos desembolsos efetuados devidamente atualizados, e a pagar-lhe as respectivas taxas de compromisso, calculadas conforme campo "46" do Quadro "V" do preâmbulo, até a data efetiva do reembolso, referente ao(s) Bem(ns) excluído(s) do contrato.

**PARÁGRAFO NONO:** No caso do(s) Bem(ns) Arrendado(s) ser(em) objeto de importação, solicitada pela **ARRENDATÁRIA**, sem prejuízo do estabelecido no *caput* e nos parágrafos anteriores, é sempre de responsabilidade única e exclusiva da **ARRENDATÁRIA** tudo que for atinente à importação, como por exemplo, mas não se limitando: a) escolha da empresa importadora; b) eventuais ressarcimentos da empresa importadora e da **ARRENDANTE**; c) todo tratamento tributário da operação; d) todo enquadramento de alíquotas; e) variação cambial; f) responsabilidade legal, indenização e ressarcimento à **ARRENDANTE**; I) no caso do(s) bem(ns) desembaraçado(s) ser(em) diverso(s) do(s) encomendado(s); II) na hipótese de qualquer motivo de força maior que impeça o(s) bem(ns) de chegar(em) ao País ou qualquer outra consequência; III) pelo atendimento a todos regulamentos e exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, inclusive, mas não se limitando a **ANVISA**, **ANAC** e **MINISTÉRIO DA DEFESA**; IV) por ônus e custos resultantes, a qualquer tempo, de revisões aduaneiras; V) pela movimentação e manutenção do(s) bem(ns), incluindo também operação de aeronaves, desde a sua origem; VI) pela escolha do local geográfico de chegada e desembarque alfandegário (porto, aeroporto, entreposto alfandegário, etc) do(s) bem(s). Declara, portanto, a **ARRENDATÁRIA** assumir todas e quaisquer responsabilidades do Contrato de compra e venda e seu(s) eventual(is) aditamento(s) firmado(s) entre a empresa importadora e a **ARRENDANTE**, do qual a **ARRENDATÁRIA** tem pleno conhecimento de seus termos e condições, participando como interveniente anuente, com os quais concorda, responsabilizando-se exclusivamente, assim, por todas as responsabilidades, deveres, obrigações, consequências tributárias de qualquer ordem, atribuídas à **ARRENDANTE** no referido instrumento, em decorrência dos compromissos assumidos por esta, mesmo que em seu próprio nome. Ademais, nas hipóteses de atribuição de responsabilidade solidária da **ARRENDANTE** por força de norma legal, ou de qualquer responsabilidade contratual assumida pela **ARRENDANTE** incluindo mas não se limitando a qualquer responsabilidade assumida perante o Importador das mercadorias, perante autoridades tributárias e/ou aduaneiras relacionadas





de alguma maneira com obrigações preliminares, principais ou acessórias decorrentes deste Contrato), competirá à **ARRENDATÁRIA** honrá-las pontual e integralmente, obrigando-se, ainda, desde logo e em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar, defender e manter a **ARRENDANTE** imune e incólume em relação a toda e qualquer reclamação, ação, procedimento, autuação, responsabilidade, obrigação, compromisso, perda, dano, prejuízo, despesa, custos decorrentes da operação de importação de bens importados, incluindo mas não se limitando a Aeronaves, pelos quais a **ARRENDATÁRIA** assume e reconhece sua única e exclusiva responsabilidade. Caso a **ARRENDANTE** venha a figurar em processos administrativos ou judiciais ou arbitrais iniciados por quaisquer terceiros, relacionados às obrigações contraídas pela **ARRENDATÁRIA** perante a **ARRENDANTE** pela importação e arrendamento mercantil de bens que tenham sido importados, a **ARRENDATÁRIA** pleiteará às suas expensas o ingresso no processo como substituta da **ARRENDANTE** ou, se tal não for possível, como sua litisconsorte ou assistente, estando do momento da citação ou intimação da **ARRENDANTE** obrigada à indenizá-la por quaisquer perdas e danos que esta tenha de suportar em virtude de tais processos, bem como custas processuais, despesas com seus advogados devidamente comprovadas, e custos decorrentes de eventual sucumbência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Todos os custos e despesas conhecidos até o início do arrendamento integrarão o custo definitivo do(s) bem(ns). Os demais custos e despesas serão cobrados da **ARRENDATÁRIA** à parte, a qualquer tempo.

**13. CUSTOS** - Entende-se por "Custo Definitivo do(s) Bem(ns)", o valor constante do **TRAF** que se constitui na base para o cálculo das obrigações deste contrato e é composto do valor efetivamente pago pela **ARRENDANTE** ao fornecedor/vendedor, acrescido de todos os tributos, ônus e despesas incidentes e/ou necessárias à aquisição e uso do(s) mesmo(s), bem como, se for o caso, da taxa de compromisso incorporada na forma do final da Cláusula 4ª.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O valor orçado do(s) Bem(ns) é o constante do campo "40" do Quadro "V" do preâmbulo, que tem caráter meramente estimativo.

**14. UTILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO(S) BEM(NS), INSPEÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, SIGILO E PATENTE** - A **ARRENDATÁRIA** se obriga a utilizar o(s) Bem(ns) única e exclusivamente para as atividades a que se destina(m) e a operá-lo(s) de acordo com as recomendações técnicas do(s) fornecedor(es) ou fabricante(s), por pessoa tecnicamente qualificada a fazê-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** À **ARRENDATÁRIA** são transferidas todas as garantias e o direito de assistência técnica, dados pelo(s) fabricante(s) ou fornecedor(es), ficando a **ARRENDANTE** desobrigada de qualquer responsabilidade a tal respeito.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **ARRENDATÁRIA** se responsabiliza por todos os danos que o(s) Bem(ns) venha(m) a sofrer, competindo-lhe tomar todas as providências para a manutenção, serviços e reparos necessários, tudo às suas expensas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Se qualquer peça vier a se desgastar, destruir, estragar ou a se inutilizar, de qualquer forma, a **ARRENDATÁRIA** se obriga, às suas expensas, a substituí-la, utilizando-se das peças adequadas e específicas a tal substituição. Todos os serviços de reparo, manutenção ou substituição de peças somente poderão ser executados por oficinas e/ou pessoal especializado, de indicação do(s) fabricante(s) ou fornecedor(es).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Quaisquer peças ou acessórios substituídos ou acrescentados passarão a ser de propriedade da **ARRENDANTE**, não cabendo à **ARRENDATÁRIA** qualquer direito de retenção ou indenização.

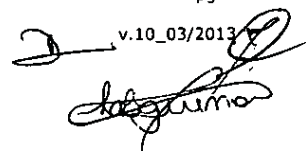
**PARÁGRAFO QUINTO:** A **ARRENDATÁRIA** não poderá adaptar ou instalar quaisquer peças ou acessórios ao(s) Bem(ns), que alterem as condições técnicas e normais de uso.

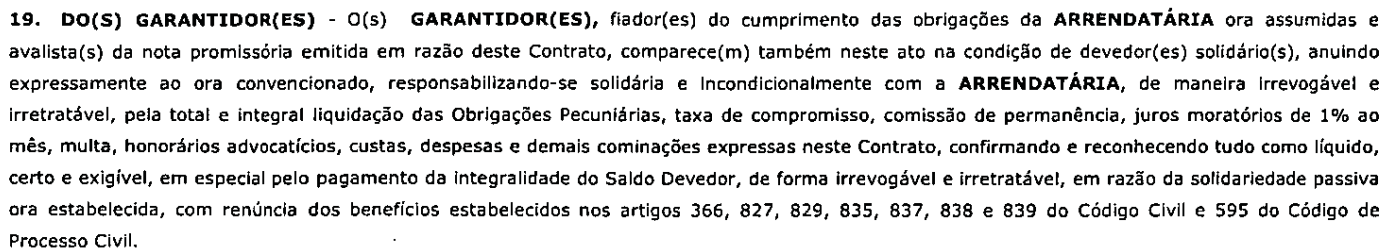
**PARÁGRAFO SEXTO:** Na ocorrência de não funcionamento do(s) Bem(ns), por qualquer motivo que seja, a **ARRENDATÁRIA** não poderá pleitear diminuição, suspensão ou cessação de pagamento das Obrigações Pecuniárias ou indenização por parte da **ARRENDANTE**. A **ARRENDANTE**, por sua vez, compromete-se a transferir à **ARRENDATÁRIA** todos os direitos e garantias contra os fornecedores ou vendedores do(s) Bem(ns).

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A **ARRENDANTE**, a qualquer tempo, poderá Inspeccionar o(s) Bem(ns) e exigir que sejam tomadas as providências para preservação e bom funcionamento do(s) mesmo(s), sem que isso implique transferência para ela das responsabilidades da **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A **ARRENDATÁRIA** por si e por seus empregados ou prepostos, fica obrigada a manter sigilo sobre todas as informações confidenciais e/ou protegidas por registro de patente, que lhe venham a ser transmitidas pelo(s) fabricante(s) ou fornecedor(es), responsabilizando-se por qualquer prejuízo, reclamação ou pleito oriundo de eventual violação.

**PARÁGRAFO NONO:** Se o(s) Bem(ns) for(em) veículo(s) automotor(es), de qualquer espécie, a **ARRENDATÁRIA** assume as seguintes obrigações: a) transferir a propriedade do(s) veículo(s) adquirido(s) para o nome da **ARRENDANTE**, junto ao departamento de trânsito da localidade e, inscrevê-lo(s) no cadastro de veículos, de caráter nacional, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data do recebimento e aceitação do(s) Bem(ns); b) somente utilizá-lo(s) dentro do território nacional; c) somente permitir que seja(m) dirigido(s) por motorista(s) legalmente habilitado(s) e expressa e exclusivamente por ela autorizado(s); d) exigir do(s) motorista(s) a observância das leis de trânsito, respondendo por eventuais multas que lhe forem impostas, pelas despesas de remoção e de estadia em pátios dos órgãos de trânsito competentes, e ainda por eventuais danos causados ao patrimônio público que vierem a ser exigidos da **ARRENDANTE** e for relacionado ao(s) Bem(ns) arrendado(s); e) guardá-los em local que lhe(s) assegure adequada segurança e proteção; f) tomar todos os cuidados necessários contra riscos, danos e furto, especialmente quando estiver(em) estacionado(s) em vias públicas e locais abertos; g) respeitar estritamente as normas técnicas de abastecimento de óleo, limite de passageiros e/ou carga, e demais instruções constantes no manual fornecido pelo fabricante, de modo que apresente(m) sempre, as melhores condições de funcionamento, conservação e segurança, correndo todas as despesas por sua exclusiva conta; h) proceder, às suas custas, às revisões nas épocas e nas condições estabelecidas pelo fabricante e sempre em oficinas autorizadas por ele; i) providenciar em oficinas de concessionários autorizados pelo fabricante todos os consertos ou reparos que se fizerem necessários à manutenção do(s) veículo(s) em perfeito estado de funcionamento, segurança e aparência, substituindo todas as peças e partes que se danificarem ou estejam funcionando de forma imperfeita, ficando estabelecido que quaisquer peças ou acessórios substituídos ou acrescentados, passarão a ser de propriedade da **ARRENDANTE**, sem direito de indenização para a **ARRENDATÁRIA**. A **ARRENDANTE** não



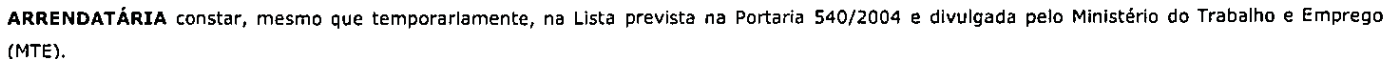


**20. CESSÃO DE DIREITOS - A ARRENDATÁRIA** poderá ceder, transferir ou empenhar os direitos e obrigações que, respectivamente, adquirir e assumir neste contrato, com o consentimento prévio e expresso da **ARRENDANTE** e mediante o pagamento de tarifa cobrada pela **ARRENDANTE** neste evento, conforme “Tabelas de Tarifas sobre Serviços” que estiverem em vigor à época.

2. DO VENCIMENTO ANTECIPADO E DA RESCISÃO CONTRATUAL - Fica facultado à **ARRENDANTE**, considerar rescindido o presente Contrato, independentemente de qualquer aviso ou interpelação prévia, além de nas demais hipóteses de inadimplemento previstas neste Contrato, nos seguintes casos: a) se a **ARRENDATÁRIA** deixar de cumprir, na forma e nos prazos estabelecidos, qualquer obrigação por ela assumida, especialmente se deixar de pagar, em seu vencimento, quaisquer Obrigação Pecuniária ou outra importância por ela devidas; b) se vier a ocorrer qualquer uma das hipóteses cogitadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; c) se vier a ser apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido respectivamente firmada, prestada ou entregue pela **ARRENDATÁRIA**; d) se a **ARRENDATÁRIA** e/ou outras sociedades que, relativamente à mesma **ARRENDATÁRIA**, sejam coligadas, controladoras ou controladas, assim consideradas de acordo com a definição contida no artigo 243 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, doravante simplesmente denominadas como **SOCIEDADES**, tiver(em) a sua recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou insolvência civil decretada/deferida ou requerida; e) se vier a ser protestado qualquer título contra a **ARRENDATÁRIA**; f) se, sem o expresse consentimento da **ARRENDANTE**, a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) tiver(em), total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma, alienado; g) se, sem o expresse consentimento da **ARRENDANTE**, a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) vier(em) a sofrer, durante o prazo de vigência deste Contrato, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão, cisão ou dissolução; h) se a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) vier(em) a inadimplir com suas obrigações e/ou não liquidar no respectivo vencimento débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com a própria **ARRENDANTE** e/ou com seus controladores e suas controladas; i) se a **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s) ingressar(em) em juízo contra a **ARRENDANTE**, ou quaisquer das sociedades integrantes do Grupo **BICBANCO**, com qualquer medida judicial; j) se vier a ser requerida ou declarada a intervenção, regime de administração especial ou liquidação da **ARRENDATÁRIA**, e/ou as **SOCIEDADES**, e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s); k) se vier a ser protestado qualquer título contra os **GARANTIDORES**, executado(s), ou cobrado(s) judicialmente; l) se for declarado, por qualquer motivo, por qualquer terceiro credor, o vencimento de dívidas de responsabilidade da **ARRENDATÁRIA**, e/ou das **SOCIEDADES**, e/ou do(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s); m) se o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil, e/ou outro sistema que, em virtude de norma legal, o complementa ou substitua, e/ou qualquer outro sistema ou serviço, privado ou estatal, de informações de crédito apontar inadimplemento de obrigações da **ARRENDATÁRIA**, e/ou das **SOCIEDADES**, e/ou do(s) **GARANTIDOR(ES)** pessoa(s) jurídica(s); n) se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou que venham a ser eventualmente convencionadas, não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela **ARRENDATÁRIA** e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** e/ou o(s) **OUTORGANTE(S)**, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto ou prestador, se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado por escrito pela **ARRENDANTE**; o) se a **ARRENDATÁRIA** sofrer mudança adversa em sua situação patrimonial e/ou financeira; p) caso a **ARRENDATÁRIA** deixe de dar pleno cumprimento às previsões contidas na Cláusula 11ª e seus parágrafos do presente Contrato; q) caso a **ARRENDATÁRIA** deixe de pagar os tributos de sua responsabilidade inerentes ao uso do bem, principalmente, mas não se limitando, aos definidos neste contrato; e r) Caso a

v.10\_03/2013





**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Saldo Devedor para efeitos desta Cláusula e do presente contrato é representado pela somatória das obrigações pecuniárias vencidas (contraprestações vencidas acrescidas do **VRG** vencido), seus encargos contratuais e das obrigações pecuniárias vincendas (contraprestações e **VRG** vincendos, inclusive o **VRG** final).

**PARÁGRAFO QUARTO:** De posse do bem, na forma do parágrafo imediatamente anterior, o **ARRENDANTE** procederá à sua venda. O valor apurado, acrescido das despesas referentes a este procedimento, será abatido do Saldo Devedor, conforme definido no parágrafo referido desta cláusula. Na hipótese de o Saldo Devedor superar o da venda a diferença será devida pela **ARRENDATÁRIA** e seus **GARANTIDORES** em 48 horas após a venda. Caso o valor da venda supere o Saldo Devedor, a diferença será devolvida imediatamente à **ARRENDATÁRIA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ocorrendo esta última hipótese (letra "c" do "caput" desta Cláusula), observar-se-á, ainda, o seguinte: a) a **ARRENDATÁRIA** às suas expensas e sob seu inteiro risco e responsabilidade, devolverá de imediato o(s) Bem(ns) à **ARRENDANTE**, em local a ser por esta indicado, por meio de transporte hábil e de acordo com as instruções fornecidas; b) todas as despesas com a devolução, inclusive seguro de transporte correrão por conta da **ARRENDATÁRIA**; e c) quando da devolução do(s) Bem(ns) a **ARRENDATÁRIA** efetuará junto à **ARRENDANTE** um depósito equivalente ao VRG, que será restituído à **ARRENDATÁRIA** quando e na forma do acerto de contas final, previsto no parágrafo seguinte.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para os efeitos do parágrafo anterior, caso a **ARRENDATÁRIA** tenha pago todo o **VRG**, e todas as demais obrigações pecuniárias, de modo a liquidar integralmente o montante correspondente ao saldo devedor do presente Contrato, então, a **ARRENDANTE** entregará de imediato a **ARRENDATÁRIA** o valor que for apurado em consequência da venda do(s) Bem(ns).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A **ARRENDATÁRIA** será a única e exclusiva responsável por efetuar a transferência da propriedade do(s) Bem(ns) perante os órgãos e repartições competentes, arcando com todos os custos decorrentes, inclusive, mas sem limitação, as eventuais multas que venham a ser impostas pela falta da transferência dentro do prazo legal.

**24. SUBSTITUIÇÃO DO(S) BEM(NS)** - A critério exclusivo da **ARRENDANTE**, o(s) Bem(ns) poderá(ão) ser substituído(s) por outro(s) da mesma natureza e que melhor atendam às necessidades da **ARRENDATÁRIA**, desde que esta o solicite, assuma todos os custos com a substituição, inclusive impostos decorrentes, e ainda, desde que não haja impedimento legal ou regulamentar, sendo que a aludida substituição far-se-á mediante aditamento ao presente Contrato, o qual, além de disciplinar a inclusão do(s) novo(s) Bem(ns), em substituição ao(s) anterior(es), refletirá também eventual acréscimo do custo de aquisição global do(s) Bem(ns) arrendado(s), as consequências daí decorrentes para o valor das Obrigações Pecuniárias vincendas e a cobrança de tarifa pela **ARRENDANTE** neste evento, conforme "Tabelas de Tarifas sobre Serviços" que estiverem em vigor à época.



**25. NÃO IMOBILIZAÇÃO DO(S) BEM(NS)** - As partes convencionam que o(s) Bem(ns) é(são) e conserva(m) durante a vigência deste Contrato o caráter de bem(ns) móvel(is).

**26. RENÚNCIA DE DIREITOS - A ARRENDATÁRIA**, não sendo proprietária do imóvel onde o(s) Bem(ns) será(ão) instalado(s), deverá, antes do recebimento do(s) Bem(ns), entregar à **ARRENDANTE** uma declaração assinada pelo proprietário com firma reconhecida por Tabelião, na qual se reconheça ser a **ARRENDANTE** proprietária legítima e exclusiva do(s) Bem(ns), não podendo o proprietário ou quem sucedê-lo exercer sobre o(s) referido(s) Bem(ns) qualquer direito ou privilégio.

**27. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS** - Obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a enviar balanços, balancetes, atas e outras informações que a **ARRENDANTE** solicitar.

**28. SALDO DEVEDOR APÓS O TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL** - Após o término do prazo contratual, eventuais débitos da **ARRENDATÁRIA** deverão ser liquidados na data de apresentação da nota de débito.

**29. DIREITOS DE INSPEÇÃO DA ARRENDANTE** - A **ARRENDATÁRIA** concorda em que a **ARRENDANTE**, ou seus representantes autorizados, inspecione(m), a qualquer momento, o(s) Bem(ns) e verifique(m) se estão sendo atendidas as condições de garantia e manutenção a ele(s) aplicável(eis). Ficando entendido, porém, que a **ARRENDANTE** não estará obrigada, de qualquer forma, a proceder a tais inspeções e verificações.

**30. ÔNUS E GRAVAMES** - A **ARRENDATÁRIA**, nem direta, nem indiretamente, constituirá ou permitirá que se constitua qualquer ônus, penhor ou qualquer outro gravame, de qualquer natureza ou classe, sobre o(s) Bem(ns).

**31. DIREITOS CONTRA O FABRICANTE OU FORNECEDOR** - A **ARRENDANTE** não assume, em qualquer momento, nenhuma garantia pelo bom funcionamento do(s) Bem(ns) por ser obrigação da **ARRENDATÁRIA**, na forma disposta neste contrato, inspecionar o(s) Bem(ns) antes do seu recebimento e realizar toda manutenção e reparo quando em funcionamento. Não obstante, a **ARRENDANTE** concorda em transferir à **ARRENDATÁRIA** todos os direitos que possa vir a ter contra qualquer fabricante ou vendedor do(s) Bem(ns), em razão das garantias de bom funcionamento.

**32. INDENIZAÇÕES** - A **ARRENDATÁRIA**, pelo presente, assume a obrigação de indenizar a **ARRENDANTE** por qualquer responsabilidade, perda, despesa, de qualquer natureza ou classe, inclusive honorários de advogado, incorridos pela **ARRENDANTE** em razão deste contrato, com relação à compra, entrega, propriedade, uso, operação, devolução do(s) Bem(ns) ou quaisquer outros motivos, seja de que natureza forem. As indenizações aqui previstas serão exigíveis mesmo após o término deste contrato, pelo fim de seu prazo ou por qualquer outra razão.

**33. DIREITO DE RETENÇÃO** - Em nenhuma hipótese caberá à **ARRENDATÁRIA** qualquer direito de retenção do(s) Bem(ns), ou de indenização por benfeitorias, de qualquer natureza, que tenha feito nos mesmos, ainda que estas benfeitorias sejam necessárias e tenham sido realizadas com a concordância da **ARRENDANTE**, visto passarem tais benfeitorias à posse plena e propriedade absoluta da **ARRENDANTE**.

**34. INCONDICIONALIDADE DAS OBRIGAÇÕES DA ARRENDATÁRIA** - A **ARRENDATÁRIA** concorda em pagar todas as Obrigações Pecuniárias e quaisquer outras quantias devidas em razão do presente, na data do vencimento, à **ARRENDANTE** ou a quem for por ela indicado. A **ARRENDATÁRIA** concorda que as Obrigações Pecuniárias e quaisquer outras quantias são absolutas e incondicionais, sob quaisquer circunstâncias, mesmo, mas não se limitando, aos casos de força maior e, pelo presente, renuncia a qualquer direito que tenha ou possa vir a ter, seja em virtude de disposição legal ou de qualquer outra forma, de deixar de pagar às Obrigações Pecuniárias devidas, mesmo que tenha créditos contra a **ARRENDANTE** ou que tenha qualquer reclamação com relação ao(s) Bem(ns), ou por qualquer outra razão, vedada a compensação.

**35. NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS** - Não importará em novação ou alteração contratual, nem obrigará quanto a situações futuras idênticas ou semelhantes o não exercício, por parte da **ARRENDANTE**, de qualquer direito conferido por este contrato, ou mesmo, qualquer eventual tolerância de sua parte relativa a prazo ou às demais disposições neste ajustadas.

**36. CUMULATIVIDADE DAS AÇÕES E MEDIDAS** - A reintegração de posse do(s) Bem(ns) arrendado(s), a cobrança do saldo das obrigações, bem como a execução de outras medidas previstas neste instrumento, constituem ações ou medidas cumulativas da **ARRENDANTE**, a serem por ela utilizadas simultânea ou separadamente, não se considerando renúncia das demais, o exercício de uma ação ou medida, isoladamente, nem tampouco, quanto à sua omissão ou atraso, havendo-se a **ARRENDANTE** por paga e satisfeita somente quando tiver efetivamente recebido em dinheiro o saldo de todas as Obrigações Pecuniárias, com comissão de permanência, juros, reajustes, e quaisquer outros acréscimos, até a época do pagamento efetivo, além da multa contratual na forma estabelecida neste contrato.

**37. ARRENDAMENTO DE IMÓVEL(IS)** - Quando o(s) Bem(ns) arrendado(s) for(em) imóvel(is), com exceção do disposto na Cláusula 24ª, serão aplicadas, no que couber, as estipulações previstas neste instrumento, assim como, aquelas disposições mencionadas no "Aditamento para Arrendamento Mercantil Imobiliário" que deste contrato faz parte integrante para todos efeitos legais.

**38. SISTEMA CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO** - A **ARRENDATÁRIA** e o(s) **AVALISTA(S)**, por este instrumento, autorizam expressamente a **ARRENDANTE** e/ou qualquer sociedade financeira integrante do "Grupo BICBANCO", a inserir informações obtidas junto à **ARRENDATÁRIA** e ao(s) **AVALISTA(S)**, bem como consultar as informações consolidadas em seus nomes, no Sistema Central de Risco de Crédito, de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou Banco Central do Brasil, e/ou outro sistema que, em virtude de norma legal, o



complemente ou substitua, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que a **ARRENDATÁRIA** e o(s) **AVALISTA(S)** forem cliente da **ARRENDANTE** ou de qualquer outra sociedade financeira integrante do "Grupo BICBANCO", ou ainda enquanto subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes do presente instrumento.

**39. CUSTAS, DESPESAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** - Se, para defesa dos seus direitos ou para haver da **ARRENDATÁRIA** e/ou **AVALISTA(S)** necessitar a **ARRENDANTE** de recorrer a meios judiciais ou extrajudiciais, ainda que em processo de natureza administrativa, terá a **ARRENDANTE** direito de receber além da comissão de permanência, as custas judiciais e honorários advocatícios à razão de 10% (dez inteiros) por cento sobre o valor total do débito.

**40. INTEGRALIDADE** - O presente Contrato e seus anexos representam integralmente os termos e condições do Arrendamento e das avenças contraídas reciprocamente pelas Partes, integrando-se a eles todos os anexos e aditamentos presentes e futuros, os quais deverão ser devidamente firmados pelas partes, os **GARANTIDORES, FIEL DEPOSITÁRIO** e testemunhas, quando aplicável.

**41. DECLARAÇÕES DA ARRENDATÁRIA** - Sem prejuízo dos esclarecimentos necessários quanto às condições gerais da operação de arrendamento mercantil, constante do Preâmbulo, neste ato, a **ARRENDATÁRIA** reitera e declara que leu, detidamente, os Esclarecimentos Sobre as Condições Gerais do Arrendamento, as Cláusulas e demais termos deste contrato, declarando ainda que:

(I) o plano de arrendamento, seus termos e condições e todos os aspectos relativos ao pagamento do custo do arrendamento e do **VRG** foram escolhidos prévia e livremente pela **ARRENDATÁRIA**, sem qualquer interferência da **ARRENDANTE**;

(II) o(s) Bem(ns) foram livres e exclusivamente escolhidos pela **ARRENDATÁRIA** e adquirido pela **ARRENDANTE**, a seu pedido, obrigando-se a **ARRENDANTE** a recebê-lo(s) em arrendamento e restituí-lo(s) em plena condições de uso e conservação. Outrossim, obriga-se a **ARRENDATÁRIA** a retornar à **ARRENDANTE** o investimento realizado na aquisição e arrendamento do(s) bem(ns), nos termos deste contrato;

(III) compreendeu que o presente contrato é de natureza financeira, por força do qual a **ARRENDANTE** obriga-se a adquirir e dar em arrendamento mercantil para utilização da **ARRENDATÁRIA** Bem(ns) de livre e exclusiva escolha da própria **ARRENDATÁRIA**, pelo prazo do arrendamento, ao final do qual a **ARRENDATÁRIA** poderá optar por uma das alternativas: (i) aquisição do bem, mediante pagamento do Preço para Exercício de Opção de Compra de que trata o campo 44.1 do Quadro V, (ii) renovação do contrato de acordo com os termos e condições a serem previamente ajustadas de comum acordo entre as partes ou (iii) devolução do(s) bem(ns) e a garantir o pagamento ao **ARRENDANTE** do **VRG**, conforme estipulado no item (IV) abaixo;

(IV) que é de sua responsabilidade a quitação do Saldo Devedor deste contrato conforme definido no parágrafo segundo da Cláusula 22 deste instrumento;

(V) está ciente de que (i) as parcelas de **VRG** pagas durante o prazo do arrendamento serão retidas pelo **ARRENDANTE** até que a **ARRENDATÁRIA** cumpra todas as obrigações pecuniárias, decorrentes deste contrato e (ii) a devolução pelo **ARRENDANTE** à **ARRENDATÁRIA** de qualquer valor pago a título de **VRG** apenas ocorrerá após o cumprimento de todas as condições de que se trata a Cláusula 22ª acima e seus parágrafos;

(VI) a **ARRENDATÁRIA** responsabiliza-se, por sua conta e risco, por todas as verificações necessárias quanto à procedência, natureza, qualidade, legitimidade do(s) bem(ns), não respondendo o **ARRENDANTE** por qualquer vício do produto, pela não entrega por parte do vendedor ou por qualquer ato ou fato relacionado ao(s) bem(ns);

(VII) as garantias constituídas em favor do **ARRENDANTE** submetem-se ao princípio da indivisibilidade, de tal forma que o pagamento de uma ou mais prestações da dívida ou a redução de seu valor inicial não importará em correspondente exoneração das garantias;

(VIII) reconhece que se aplicam ao presente contrato as disposições da Lei 6.099/74, Lei 11.649/08, Resolução Banco Central - 2.309/96 e Portarias 564/78 e 140/84, do Ministério da Fazenda.

**42. A ARRENDATÁRIA e o(s) GARANTIDOR(ES)** declaram e garantem mutuamente que: **a)** Comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas federal, estadual e municipal; **b)** Obedecem aos artigos 5º e 227 da Constituição Federal do Brasil garantindo que não se envolverá, direta ou indiretamente, com quaisquer formas de trabalho escravo, conforme definidas pela Instrução Normativa 1/1994 do Ministério do Trabalho e Emprego e pelas Convenções nº 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) bem como com quaisquer formas de trabalho infantil, conforme definidos na Lei 10.097/2000 e nas Convenções nº 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); **c)** Não empregam menor de 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerado este o período compreendido entre às 22h e 5h; **d)** Não utilizam práticas de discriminação negativa e limitativas aos acessos na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico; **e)** Observam e atendem, no que lhes couber, a todas as Leis Sociais e Ambientais a eles aplicáveis, especialmente àquelas relacionadas à proteção do Meio Ambiente, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalhador e da Saúde e/ou Segurança Ocupacional, bem como a obtenção, quando necessárias, de todas as Licenças ou Autorizações pertinentes às suas atividades econômicas; **f)** Se comprometem a cooperar com o **ARRENDANTE** no que diz respeito à implementação das Políticas e os Procedimentos Diretrizes Sociais e Ambientais do conglomerado BICBANCO, publicadas no site [www.bicbanco.com.br/sustentabilidade](http://www.bicbanco.com.br/sustentabilidade), pelo que declaram neste ato, de forma irrevogável e irretratável, terem total conhecimento do seu conteúdo.





43. O **ARRENDANTE** poderá, a qualquer tempo, exigir reforço de garantias, ficando estipulado o prazo de 05(cinco) dias contados da data de sua solicitação, pelo **ARRENDANTE**, por carta sob protocolo ou registro postal, para que a **ARRENDATÁRIA** e/ou **GARANTIDOR(ES)** e/ou **OUTORGANTE(S)** providencie o respectivo reforço, sob pena do imediato vencimento da presente Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro, independentemente de interpelação judicial ou notificação judicial ou extrajudicial.

44. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a **ARRENDATÁRIA**, o(s) **GARANTIDOR(ES)**, seus herdeiros e eventuais sucessores a qualquer título.

45. **DO FORO** – As partes elegem o Foro da cidade de São Paulo, Centro (João Mendes Júnior) – Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ressalvado entretanto o direito da **ARRENDANTE** optar pelo Foro de sua sede, pelo da situação do(s) bem(ns) arrendado(s) ou, ainda, pelo domicílio da **ARRENDATÁRIA**.

Em por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, para o mesmo efeito, juntamente com as duas testemunhas abaixo, declarando-se perfeitamente conhecedores das condições e termos do presente, aceitando-os na forma como se encontram redigidos.

Ricardo Ponciano  
Ger. Serv. Adm.

Luis Fernando Cardelli  
Ger. Cont.

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.  
ARRENDANTE

GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA  
ARRENDATÁRIA

ANGELO GUERRA NETTO  
GARANTIDOR(1)

DEBORAH CHRISTIANE DE P A GUERRA  
CPF: 183.213.438-56  
Cônjuge do Garantidor (1)

JOSE ADRIANO GUERRA  
GARANTIDOR(2)

LILIANI BATISTETTI  
CPF: 250.171.048-79  
Cônjuge do Garantidor (2)

Garantidor(3)  
GARANTIDOR(3)

Cônjuge do Garantidor (3)

Garantidor(4)  
GARANTIDOR(4)

Cônjuge do Garantidor (4)

ANGELO GUERRA NETTO  
FIEL DEPOSITÁRIO

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

ANDERSON VEIGA  
CPF 175.173.988-12

Nome:  
CPF:

ELVIRA LUIZA BOVIS  
CPF: 162.241.388-18



Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima identificadas têm, entre si, justo e avençado aditar, como de fato aditado fica, o Contrato de Arrendamento Mercantil acima referido (doravante denominado simplesmente o "CONTRATO"), para o fim de ficar constando o seguinte:

1. O valor da dívida consolidada da(o) ARRENDATÁRIA(O) em decorrência do CONTRATO, por ela(e) ora reconhecida e confessada é, nesta data, antes dos efeitos deste Aditamento, incluídos eventuais valores vencidos e não pagos, de R\$ 149.297,28(CENTO E QUARENTA E NOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)

2. As Obrigações Pecuniárias devidas pela(o) ARRENDATÁRIA(O) serão pagas conforme plano de pagamento a seguir:

a) Neste ato:

**b) No decorrer do contrato:**

c) No final do contrato

**Parcela de VRG final: R\$ 0,00 Coeficiente: 0,00000%**

3. A primeira Obrigação Pecuniária decorrente deste Aditamento vencer-se-á no dia 15/07/2014, e as demais, sucessivamente, em igual dia de cada mês subsequente. Sendo que os vencimentos que ocorrem em sábados, domingos ou feriados nacionais, serão automaticamente postergados para o primeiro dia útil imediatamente subsequente.

4. O prazo continua sendo em 24 (VINTE E QUATRO) meses e o vencimento final do CONTRATO continua sendo o dia 15/04/2015.

Alameda Rio Negro, 161, Loja 03, Centro Indl.e Empr. Alphaville - Barueri - SP SAC 0800 701 0224 - Ouvidoria 0800 725 2242

Informação confidencial – Propriedade da Bic Arrendamento Mercantil S/A



5. São neste ato expressamente ratificadas e confirmadas todas as garantias reais e/ou pessoais que asseguram o cumprimento do CONTRATO ora aditado. Para tanto, e para concordar com todo o disposto neste Aditamento, comparece(m) e firma(m) o presente instrumento o(s) GARANTIDOR(ES) qualificado(s) no preâmbulo.
6. Correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da(o) ARRENDATÁRIA(O) todas e quaisquer despesas decorrentes do presente instrumento.
7. Permanecem em vigor e são expressamente ratificadas todas as demais cláusulas, termos e condições do CONTRATO e de seus anexos, aditamentos, instrumentos públicos ou particulares constitutivos de garantias, ora não expressamente alteradas, INCLUSIVE, QUANDO FOR O CASO, O REAJUSTE CONTRATADO, INCIDENTE SOBRE OS VALORES DEVIDOS PELA(O) ARRENDATÁRIA(O).

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

Ricardo P. P. P.  
Ger. Serv. Adm.

Luís Fernando C. C.  
Gerente

Arrendante  
BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

Garantidor (1)  
ANGÉLO GUERRA NETTO

Garantidor (2)  
JOSE ADRIANO GUERRA

Garantidor (3)

Fiel Depositário  
ANGÉLO GUERRA NETTO

Testemunhas

Nome  
CPF  
ANDERSON VEIGA  
CPF 175.473.988-12

Arrendatária(o)  
GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA

Cônjuge Garantidor (1)  
DEBORAH CHRISTIANE DE P A GUERRA  
CPF 183.213.438-56

Cônjuge Garantidor (2)  
LILIANI BATISTETTI  
CPF 250.171.048-79

Cônjuge Garantidor (3)

Nome  
CPF  
ELVIRA LUIZA BOVIS  
CPF: 162.241.388-18





## Instrumento Particular de Aditamento Contrato de Arrendamento Mercantil Nº 1220363

Proposta Nº 1271134	Emissão – Local Barueri/SP	Data 05/12/2014	Nº Aditamento 2º
I Arrendante	<b>BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A</b> , com sede social Alameda Rio Negro, 161, Loja 03, Centro Indl. e Empr. Alphaville - Barueri - SP - inscrito no CNPJ sob o nº 69.720.910/0001-45, doravante simplesmente designado <b>BIC ARRENDAMENTO</b>		
II Arrendatária(o)	Nome/Razão social GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA	CPF/CNPJ 02.913.263/0001-17	
	Endereço AV. CELSO DANIEL, 1315 SA 01	Bairro DISTRITO INDUSTRIAL	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14072-085
III Garantidor(es)	Nome/Razão social (1) ANGELO GUERRA NETTO	CPF/CNPJ 117.700.928-54	
	Endereço RUA AFONSO TARANTO, 170	Bairro NOVA RIBEIRANIA	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14096-740
	Nome/Razão social (2) JOSE ADRIANO GUERRA	CPF/CNPJ 162.070.828-00	
	Endereço AV. AFONSO VALERA, 251	Bairro RECREIO DAS ACACIAS	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14098-561
IV Fiel Depositário	Nome/Razão social ANGELO GUERRA NETTO	CPF/CNPJ 117.700.928-54	
	Endereço RUA AFONSO TARANTO, 170	Bairro NOVA RIBEIRANIA	Cidade RIBEIRAO PRETO
		Estado SP	CEP 14096-740

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima identificadas têm, entre si, justo e avençado aditar, como de fato aditado fica, o Contrato de Arrendamento Mercantil acima referido (doravante denominado simplesmente o "CONTRATO"), para o fim de ficar constando o seguinte:

- O valor da dívida consolidada da(o) ARRENDATÁRIA(O) em decorrência do CONTRATO, por ela(e) ora reconhecida e confessada é, nesta data, antes dos efeitos deste Aditamento, incluídos eventuais valores vencidos e não pagos, de R\$ 80.955,71 (OITENTA MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS)
- As Obrigações Pecuniárias devidas pela(o) ARRENDATÁRIA(O) serão pagas conforme plano de pagamento a seguir:

### Plano de Pagamento

a) Neste ato:					
A título de parcelas VRG		A título de Contraprestação		Valor total no ato	
R\$ 128,76		R\$ 0,00		R\$ 128,76	
b) No decorrer do contrato:					
A título de parcelas do VRG		Fases de pagamentos		A título de contraprestação	
R\$ 0,00	Coefficiente: 0,00%	do 00	ao 00	R\$ 13.639,36	Coefficiente: 16,8479%
A título de parcelas do VRG		Fases de pagamentos		A título de contraprestação	
R\$ 0,00	Coefficiente: 0,00%	do 00	ao 00	R\$ 27.561,08	Coefficiente: 34,0446 %
A título de parcelas do VRG		Fases de pagamentos		A título de contraprestação	
R\$ 0,00	Coefficiente: 0,00%	do 00	ao 00	R\$	Coefficiente: %
c) No final do contrato					
Parcela de VRG final: R\$ 0,00 Coeficiente: 0,000000%					

- A primeira Obrigação Pecuniária decorrente deste Aditamento vencer-se-á no dia 15/01/2015, e as demais, sucessivamente, em igual dia de cada mês subsequente. Sendo que os vencimentos que ocorrem em sábados, domingos ou feriados nacionais, serão automaticamente postergados para o primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- O prazo continua sendo em 24 (VINTE E QUATRO) meses e o vencimento final do CONTRATO continua sendo o dia 15/04/2015.

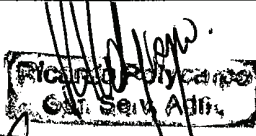

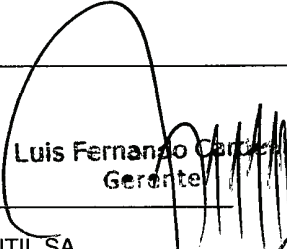

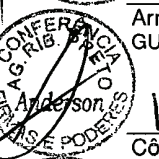
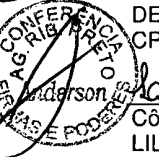

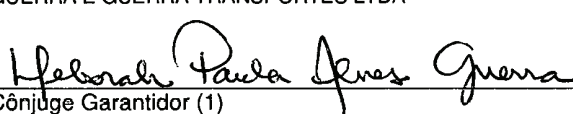
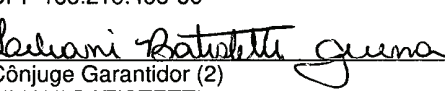
**Bic Arrendamento Mercantil S/A**


Alameda Rio Negro, 161, Loja 03, Centro Indl.e Empr. Alphaville - Barueri - SP SAC 0800 701 0224 - Ouvidoria 0800 725 2242  
Informação confidencial – Propriedade da Bic Arrendamento Mercantil S/A



5. São neste ato expressamente ratificadas e confirmadas todas as garantias reais e/ou pessoais que asseguram o cumprimento do CONTRATO ora aditado. Para tanto, e para concordar com todo o disposto neste Aditamento, comparece(m) e firma(m) o presente instrumento o(s) GARANTIDOR(ES) qualificado(s) no preâmbulo.
6. Correrão por conta e sob a exclusiva responsabilidade da(o) ARRENDATÁRIA(O) todas e quaisquer despesas decorrentes do presente instrumento.
7. Permanecem em vigor e são expressamente ratificadas todas as demais cláusulas, termos e condições do CONTRATO e de seus anexos, aditamentos, instrumentos públicos ou particulares constitutivos de garantias, ora não expressamente alteradas, INCLUSIVE, QUANDO FOR O CASO, O REAJUSTE CONTRATADO, INCIDENTE SOBRE OS VALORES DEVIDOS PELA(O) ARRENDATÁRIA(O).

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

 <b>Ricardo Polycarpo</b> Gerente Adm.  BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL SA Garante  <b>Luis Fernando Cardozo</b> Gerente	 Garante  Garante  Garante	 Arrendatária(o) <b>GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA</b>  Cônjuge Garantidor (1) <b>DEBORAH CHRISTIANE DE P A GUERRA</b> CPF 183.213.438-56  Cônjuge Garantidor (2) <b>LILIANI BATISTETTI</b> CPF 250.171.048-79
---	---	---

Garantidor (3)  
  
**ANGELO GUERRA NETTO**  
 Fiel Depositário

Cônjuge Garantidor (3)

Testemunhas

Nome **ANDERSON VEIGA**  
 CPF **CPF 175.473.988-12**

Nome **ELVIRA LUIZA BOVIS**  
 CPF **CPF: 162.241.388-18**

ARRENDATÁRIO(A) : GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA - 1215034							
	DATA	VENC	DIA	VALOR	COMISSÃO DE PERMAMÊNCIA		TOTAL
002	11/02/16	02/01/15	405	26.691,04	54,00%	14.413,16	41.104,20
003	11/02/16	02/02/15	374	26.939,10	49,87%	13.433,63	40.372,73
004	11/02/16	02/03/15	346	27.159,60	46,13%	12.529,63	39.689,23
005	11/02/16	01/04/15	316	55.598,62	42,13%	23.425,55	79.024,17
				136.388,36		63.801,97	200.190,33



ARRENDATÁRIO(A) : GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA - 1220363							
	DATA	VENC	DIA	VALOR	COMISSÃO DE PERMAMÊNCIA		TOTAL
002	11/02/16	15/01/15	392	13.835,61	52,27%	7.231,41	21.067,02
003	11/02/16	18/02/15	358	13.972,84	47,73%	6.669,70	20.642,54
004	11/02/16	16/03/15	332	28.469,65	44,27%	12.602,57	41.072,22
005	11/02/16	15/04/15	302	28.752,64	40,27%	11.577,73	40.330,37
				85.030,74		38.081,41	123.112,15

Proposta de Abertura de Crédito – PAC		Nº da Proposta
Número	Data da aprovação	53472



**Cédula de Crédito Bancário**  
**Finame Compradora - TJLP - Alienação Fiduciária – Pós-fixada**

**Dados do Emitente**

Nome	Guerra e Guerra Transportes Ltda	CNPJ/ CPF	29132630001 - 17
Endereço	Av Celso Daniel, Nº 1315 - Sala 1 - Distrito Industrial - Ribeirao Preto - SP - 14072085	Celular	

**1. Dados da Cédula de Crédito Bancário**

1.1. Data de emissão	23/09/2011	1.2. Conta corrente do emitente	Agência	Conta nº	DAC	1.3. Valor financiado	R\$	283.000,00	1.4. Data de vencimento	15/10/2016
1.5. Carência	1.5.1. Prazo 3 meses	1.5.2. Vencimento da 1ª parcela (juros)	15/1/2012	1.6. Amortização	1.6.1. Prazo 57 meses	1.6.2. Vencimento da 1ª prestação (principal + juros)	15/2/2012			
1.7. Disponibilidade do Valor Financiado:	Única parcela	1.8. Comissão do Itaúbanco:	(Noventa Centavos por cento) ao ano, já inclusa na Taxa de Juros. 3,000 %							
1.9. Subcréditos:	(X) Subcrédito A	R\$	198.100,00	(X) Subcrédito B	R\$	84.900,00	( ) Subcrédito C	R\$	0,00	

1.10. Taxa de Juros dos Subcréditos "A", "B" e "C"	Subcrédito "A"	a.m.: 0,325	a.a.: 3,900	Subcrédito "B"	a.m.: 0,408	a.a.: 4,900	Subcrédito "C"	a.m.:	a.a.:
1.11. Custo Financeiro, já incluso na Taxa de Juros:									
1.11.1. Remuneração Básica do BNDES:	0,900	% a.a.							
1.11.2. Remuneração Básica do BNDES da parcela adicional do Subcrédito "C", se aplicável:									
1.11.3. Taxa de Intermediação Financeira:	0,000	% a.a.							
1.11.4. Custo Fixo:	1,000	a.a.							
1.12. Tarifas									
1.12.1. De contratação (se Pessoa Jurídica) ou de cadastro (se Pessoa Física):	R\$ 1.050,00								
1.12.2. De avaliação:	R\$ 450,00								
1.13. CET - Custo Efetivo Total da Operação									
% a.m.	% a.a.								
1.14. Forma de pagamento									
1.14.1. (X) Por meio de Boleto Bancário									
1.14.2. ( ) Por meio de débito na conta corrente indicada no subitem 1.2									
1.15. Nome da Vendedora: CONFORME DESCRITO NA(S) NOTA(S) FISCAL(S) ANEXA(S), PARTE INTEGRANTE(S)									
1.16. Local de emissão	1.17. Local de pagamento								
Ribeirao Preto - SP	Ribeirao Preto - SP								
1.18. Descrição, localização e valor do(s) bem(ns) alienado(s) fiduciariamente: conforme descrito(s) no Anexo I desta Cédula.									

1.19. Dados da Cédula Vinculada, se aplicável

Número:

Data:

*[Assinatura]*

*38*

**Subcrédito "A":** 70% (setenta por cento) do Valor Financiado indicado no subitem 1.3., conforme montante indicado no subitem 1.9, a ser provido mediante repasse de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários dos Depósitos Especiais e pelos recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP.

**Subcrédito "B":** 30% (trinta por cento) do Valor Financiado indicado no subitem 1.3, conforme montante indicado no subitem 1.9, a ser provido mediante repasse de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, captados conforme previsto no inciso II do parágrafo quinto do artigo 1º da Medida Provisória nº 453, de 22.01.2009.

**Subcrédito "C":** totalidade da parcela de crédito adicional correspondente à Participação Ampliada do BNDES, de até 20% (vinte por cento), nos termos da Circular BNDES nº. 28/2009, quando aplicável, conforme montante indicado no subitem 1.9, a ser provido mediante repasse de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, captados conforme previsto no inciso II do parágrafo quinto do artigo 1º da Medida Provisória nº 453, de 22.01.2009. Fica esclarecido que, nos casos em que houver concessão do Subcrédito "C", os percentuais de 70% (setenta por cento) e 30% (trinta por cento) dos Subcréditos "A" e "B", respectivamente, incidirão sobre 80% (oitenta por cento) do Valor Financiado, nos termos da Circular BNDES nº. 28/2009.

1.21. **Taxa de Juros para os Subcréditos "A", "B" e "C":** Taxa de Juros de Longo Prazo - TULP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida da Remuneração Básica do BNDES, da Taxa de Intermediação Financeira, da Remuneração do Itaú Unibanco e do Custo Fixo.

Até a data de vencimento indicada no subitem 1.4, o **Emitente** pagará por esta Cédula de Crédito Bancário, ao Itaú Unibanco S.A. ou à sua ordem, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, São Paulo, SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04, designado **Itaú Unibanco**, a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, correspondente ao Valor Financiado (subitem 1.3), acrescido dos juros estabelecidos no subitem 1.10, apurados conforme subitem 1.21, incidentes na forma adiante convencionada, decorrente do crédito provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, empresa pública criada pela Lei nº 5.662 de 21.06.71, por meio da aprovação da Proposta de Abertura de Crédito Fixo - PAC acima informada, apresentada pelo **Itaú Unibanco**, na qualidade de Agente Financeiro, que será utilizado, observadas as Normas Operacionais expedidas pela FINAME, na quantidade de prestações indicada no subitem 1.7, com a finalidade exclusiva de financiar a aquisição do(s) bem(ns) descrito(s) no Anexo I desta Cédula.

## **2. Informações prévias**

**Alienação fiduciária** - é a garantia através da qual o devedor transfere ao credor a propriedade do bem até a liquidação total da dívida. O devedor tem o direito de usar o bem, com as responsabilidades de fiel depositário.

**Planilha de pagamentos** - Os valores das prestações devidas serão informados ao **Emitente** em planilha à parte, a qual integrará esta Cédula.

**3. Transferência de recursos** - Os recursos liberados pela FINAME serão transferidos pelo **Itaú Unibanco**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da liberação da FINAME, diretamente à VENDEDORA ou à sua ordem.

3.1. Para habilitação à liberação do crédito, o **Emitente** deverá:

3.1.1. comprovar a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do **Itaú Unibanco**, possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, conforme aprovado pela FINAME;

3.1.2. apresentar Certidão Negativa de Débito - CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, a ser pelo **Emitente** extraída e verificada pelo **Itaú Unibanco**, nos endereços [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br) ou [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), ou, sendo o **Emitente** pessoa física não equiparada à empresa, apresentar declaração nos termos do modelo fornecido pela FINAME;

3.1.3. comprovar a regularidade de sua situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal



comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, apresentar declaração a respeito;  
3.1.4. entregar ao **Itaú Unibanco** as notas fiscais e faturas, a declaração de recebimento ou a declaração da realização dos eventos, num dos seguintes prazos:

- a) até 40 (quarenta) dias da data do faturamento; ou
- b) até 90 (noventa) dias, se a data da aprovação da PAC estiver indicada nesta Cédula.

3.2. Após o recebimento da documentação referida neste item, o **Itaú Unibanco** submeterá à FINAME o pedido de liberação de recursos;

3.2.1. SE O EMITENTE NÃO ENTREGAR AO ITAÚ UNIBANCO A DOCUMENTAÇÃO NO PRAZO ACIMA REFERIDO, ESTA OPERAÇÃO FICARÁ AUTOMATICAMENTE CANCELADA.

3.3. Após a liberação do crédito, se o valor efetivamente utilizado dele for inferior ao valor previsto nesta Cédula, o saldo do crédito não utilizado será automaticamente cancelado.

4. **Prazos** - O prazo de carência é o estipulado no subitem 1.5.1, contado a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data desta Cédula, vencendo-se a primeira parcela de encargos na data indicada no subitem 1.5.2. O prazo de amortização é o estipulado no subitem 1.6.1, sendo as prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência, data esta fixada no subitem 1.6.2, e as demais no dia 15 (quinze) de cada mês subsequente; cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, observado o disposto no subitem 4.1 abaixo.

4.1 Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

5. **Juros** - Os juros correspondentes a cada um dos Subcréditos são devidos nos termos do subitem 1.21, à taxa estabelecida no subitem 1.10, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

5.1 o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6,00% (Seis Por Cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência desta Cédula e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto no subitem 4.1, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos ocorridos no período:

$$TC = \left[ \left( \frac{TJLP + 1}{1,06} \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right], \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, expressa em número decimal;

n - Número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor desta Cédula;

5.2 quando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP for superior a 6,00% (Seis por Cento) ao ano:

o percentual de juros conforme o subitem 1.21, fixado no subitem 1.10, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6,00% (Seis por Cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no subitem 5.5 ou na data de vencimento ou liquidação da Cédula, observado o disposto no subitem 5.1 e considerando, para o cálculo diário de juros o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas;

5.3 quando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP for igual ou inferior a 6,00 % (Seis por Cento) ao ano: o percentual de juros conforme o subitem 1.21, fixado no subitem 1.10, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no subitem 5.5 ou

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.







## 8. Obrigações especiais – Caberá ao Emitente:

8.2. cumprir, no que couber, as "CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES", relativas a serem realizadas de acordo com o Decreto nº 59.170, de 02 de setembro de 1966, microfilmadas sob o nº 399.674, averbadas na coluna de anotações do Registro nº 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro; Estado do Rio de Janeiro;

8.4. permitir à FINAME, diretamente ou através do Itaú Unibanco, o livre acesso às suas dependências e aos seus registros contábeis, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada;

8.5. mencionar expressamente a cooperação da FINAME, como entidade financiadora, sempre que fizer publicidade do(s) bem(ns) e de sua utilização, bem como a inserir banner virtual do BNDES em sua página na internet, se houver, e fixar no(s) bem(ns) financiado(s), desde que listado(s) no endereço eletrônico do BNDES, sinalização de acordo com modelo, dimensões e inscrições indicados no endereço eletrônico do BNDES: <http://www.bndes.gov.br>.

8.6. cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência desta Cédula, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo(s) bem(ns) financiado(s), bem como respeitar a legislação e regulamentação trabalhista em vigor no Brasil, especialmente as relativas à saúde e segurança ocupacional, à inexistência de trabalho forçado, infantil ou que viole a dignidade da pessoa humana, utilizando os valores objeto desta Cédula de forma a não implicar violação às mencionadas normas;

8.6.1. obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, etc.) exigidos pela legislação e regulamentação ambiental e trabalhista em vigor no Brasil, mantendo-os vigentes e atestando o seu cumprimento, bem como informar ao **Itaú Unibanco**, imediatamente, a manifestação desfavorável de qualquer órgão público;

8.6.2. entregar e fazer com que as demais partes relacionadas ao **Emitente**, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a seu mando ou favor, sob qualquer forma, entreguem ao **Itaú Unibanco**, assim que solicitada, cópia de todos os documentos acima mencionados;

8.6.3. independentemente de culpa, ressarcir o **Itaú Unibanco** de qualquer quantia que este seja compelido a pagar, bem como o indenizar por quaisquer perdas e danos que venha a sofrer, referentes a danos ambientais ou relativos a saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estarem relacionados à utilização dos recursos provenientes desta Cédula;

8.6.4. manter em situação regular as obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência da presente Cédula;

8.6.5. informar ao Itaú Unibanco quando da ocorrência de qualquer irregularidade que possa levar os órgãos públicos a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou trabalhista;

8.7. observar, durante o prazo de vigência desta Cédula, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;



8.8. comprovar, quando solicitado pelo Itaú Unibanco, o cumprimento das condições especiais previstas no subitem 8.6;

8.9. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes desta Cédula, bem como a não vender, ceder,

inclusive o direito de uso, ou de qualquer forma alienar o(s) bem(ns) financiado(s), sem autorização expressa do **Itaú Unibanco** e da FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da presente Cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações pelo **Emitente** assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se consideram antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis;

8.10. manter estrito controle sobre a localização do(s) bem(ns) objeto do financiamento, informando sua exata localização, quando solicitado pelo Itaú Unibanco e/ou pela FINAME;

8.11. nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, comprovar a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento particular registrado nos Offícios de Títulos e Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s).

8.11.1. Nessas operações, o **Emitente** não poderá constituir penhor ou qualquer gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) dado(s) em garantia, sem a prévia autorização do Itaú Unibanco, sob pena de vencimento antecipado desta Cédula:

8.12. não utilizar o(s) bem(ns) em/ou exercer atividades que envolvam formas nocivas ou exploradoras de trabalho forçado ou em condições análogas à de escravo ou trabalho infantil nocivo, ou práticas que sejam discriminatórias ou que impeçam os empregados de livremente exercerem seus direitos de associação e negociação coletiva;

8.13. cumprir todas as demais obrigações que tenham sido expressamente estabelecidas pela FINAME para concessão do crédito;

8.14. na hipótese do **Emitente** possuir dentre suas atividades o abate e/ou fabricação de produtos de carne, conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, Seção C 10.1, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apenas no que se refere a bovinos, atualizar e manter disponível ao **Itaú Unibanco** e ao BNDES, cadastro de seus fornecedores diretos com as informações determinadas na Circular nº 08/2010, do BNDES, sob pena de vencimento antecipado desta Cédula.

8.15 caso seja indicada a Cédula Vinculada no subitem 1.19, o(s) bem(ns) alienado(s) fiduciariamente por meio daquele instrumento será(ão) utilizado(s) em conjunto com o(s) bem(ns) alienado(s) fiduciariamente nos termos desta Cédula

**9. Devedores Solidários** - As pessoas ao final nomeadas, designadas Devedores Solidários, declaram-se solidariamente responsáveis por todas as obrigações assumidas pelo **Emitente** e assinam esta Cédula concordando com seus termos.

**10. Garantias** - Para garantir o pagamento de qualquer valor relacionado a esta Cédula, mesmo decorrente de adiantamento a depositante, o **Emitente** dá ao **Itaú Unibanco**, isolada ou cumulativamente, as seguintes garantias:

10.1. Alienação fiduciária do(s) bem(ns) , livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, indicados no Anexo I, cuja descrição será complementada com os dados constantes das respectiva(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela VENDEDORA, partes integrantes e complementares da presente Cédula;

10.1.1. No caso de alienação fiduciária de veículos, ela será registrada nos órgãos de trânsito competente em favor do Itaú Unibanco e constará do CRV – Certificado de Registro do(s) veículo(s) dado(s) em garantia;

10.1.1.1. As despesas decorrentes do registro acima, indicadas no Anexo I, serão arcadas pelo **Emitente**, observando a forma de pagamento eleita.

10.1.2. O EMITENTE NÃO PODERÁ ALTERAR QUALQUER CARACTERÍSTICA DO(S) BEM(ENS), NEM UTILIZÁ-LO(S) DE MODO DIVERSO DO FIM A QUE SE DESTINA(M), SALVO SE HOUVER PRÉVIA ANUÊNCIA DO ITAU UNIBANCO.

10.1.3. O EMITENTE E O CO-DEPOSITÁRIO AO FINAL NOMEADO SERÃO, SOLIDARIAMENTE, FIÉIS DEPOSITÁRIOS DO(S) BEM(ENS) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE E SE OBRIGAM A PAGAR TODOS OS TRIBUTOS, INCLUSIVE, IPVA (IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS



10.1.4. O EMITENTE NÃO PODERÁ SUBSTITUIR O(S) BEM(ENS) INTEGRANTE(S) DA GARANTIA POR OUTRO(S) QUALQUER/QUAISQUER, EXCETO EM CASO DE SINISTRO OU NAS HIPÓTESES DE PERDA, DETERIORAÇÃO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO(S) BEM(ENS) DADO(S) EM GARANTIA, APÓS A DEVIDA AUTORIZAÇÃO AO ITAÚ UNIBANCO E FINAME.

10.1.5.1. A ocorrência de qualquer sinistro com o(s) bem(s) não será considerado motivo para a interrupção do pagamento das prestações.

10.2. O Emissor se obriga a substituir a garantia na hipótese de sua perda ou a reforçá-la, caso ocorra diminuição ou insuficiência do seu valor.

**Unibanco** sobre qualquer processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, etc.), alteração de sua atividade principal ou mudança de seu controle, direto ou indireto, no qual o **Emitente** ou seu controlador, direto ou indireto, estejam envolvidos.

**11.2. O Emitente promete que o seu controlador, direto ou indireto, será cientificado do teor deste item e que dará cumprimento ao nele disposto.**

**12. Vencimento antecipado** - Sem prejuízo das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" e da comunicação ao Ministério Público, para os efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.1986, o Itaú Unibanco considerará antecipadamente vencida esta Cédula, de pleno direito, com a exigibilidade imediata da dívida, se ocorrer quaisquer das hipóteses disciplinadas em lei ou qualquer uma das seguintes situações:

12.1.1. o **Emitente** não cumprir quaisquer das suas obrigações; sofrer legítimo protesto de título; pedir falência ou sofrer tal pedido, requerer recuperação judicial, convocar credores para propor ou negociar plano de recuperação extrajudicial ou pedir a sua homologação, ou, ainda, se for pessoa física, nas hipóteses de declaração de insolvência, incapacidade ou morte;

12.1.3. for proposta ~~contra~~ o Emitente, como devedor principal ou coobrigado, ação judicial por não



pagamento de dívida certa, líquida e vencida;

12.1.4. for constatada a falsidade das declarações prestadas pelo **Emitente**, , em especial a prevista no Anexo XXIII, da Circular 195, do BNDDES, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal;

12.1.5. ocorrer o vencimento antecipado, por qualquer razão, da Cédula Vinculada, indicada no subitem 1.19, se houver.

12.1.6. for comprovada a existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão de atos praticados pelo **Emitente**, ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;

12.1.7. o **Emitente** aplicar o crédito concedido em finalidade diversa da prevista nesta Cédula, hipótese em que ficará sujeito, a partir do dia seguinte ao fixado através de notificação judicial ou extrajudicial, à multa de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescido dos encargos devidos (item 13) até a data da efetiva liquidação do débito.

12.2. Mediante aviso que o **Itaú Unibanco** enviará ao **Emitente** com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, se:

12.2.1. o **Emitente** deixar de, no prazo mencionado no aviso, substituir os Devedores Solidários que vierem a encontrar-se em qualquer das situações do subitem anterior;

12.2.2. houver medida ou evento que afete as garantias ou os direitos creditórios do **Itaú Unibanco**;

12.2.3. houver descumprimento da legislação e regulamentação ambiental e trabalhista em vigor no Brasil;

12.2.4. o **Emitente** realizar qualquer outra modalidade de acordo privado com credor(es) que indique sua situação de crise econômico-financeira ou estado pré-falimentar;

12.2.5. o **Emitente** descumprir a obrigação prevista no subitem 8.14.

12.3. SE OCORRER O VENCIMENTO ANTECIPADO DESTA CÉDULA, O EMITENTE PAGARÁ TAMBÉM AO **ITAU UNIBANCO** TODOS OS VALORES EVENTUALMENTE EXIGIDOS PELO BNDDES/FINAME, CONFORME A LEGISLAÇÃO E REGULAMENTO EM VIGOR QUE REGEM ESTA OPERAÇÃO, EM ESPECIAL AS CARTAS CIRCULARES 71 E 72, AMBAS DE 2009, DO BNDDES, AS QUAIS O EMITENTE DECLARA CONHECER E CONCORDAR COM SEUS TERMOS.

**13. ATRASO DE PAGAMENTO E MULTA** – Se houver atraso no pagamento ou vencimento antecipado, o **Emitente** pagará sobre o valor devido, juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano mais comissão de permanência calculada à taxa de mercado do dia do pagamento, não podendo esta ser inferior à maior taxa de encargos cobrada na vigência desta Cédula.

13.1. A taxa de mercado será a maior taxa efetivamente praticada pelo mercado financeiro em operações de crédito com pessoa física (se o **Emitente** for pessoa física) ou com pessoa jurídica (se o **Emitente** for pessoa jurídica), exceto de abertura de crédito em conta corrente de depósito.

13.2. No caso de processo judicial, em lugar da comissão de permanência, autorizamos o **Itaú Unibanco** a optar pela cobrança de encargo equivalente ao percentual da variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), ou, na sua falta, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), ambos publicados pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta destes, do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), publicado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

13.3. O **Emitente** pagará, também, tanto no caso de cobrança judicial como extrajudicial, despesas de cobrança, inclusive custas e honorários advocatícios e multa moratória de 2% (dois por cento).

13.4. SE OCORRER DESCUMPRIMENTO DE QUALQUER OBRIGAÇÃO DO **EMITENTE** OU VENCIMENTO ANTECIPADO, O **ITAU UNIBANCO** PODERÁ:

13.4.1. UTILIZAR, PARA PAGAMENTO POR COMPENSAÇÃO DO DÉBITO, VALORES QUE O **EMITENTE** OU OS DEVEDORES SOLIDÁRIOS MANTIVEREM COM O **ITAU UNIBANCO** E DE QUE O **ITAU UNIBANCO** SEJA DEVEDOR.

13.4.1.1. O valor transferido ou resgatado será considerado vencido na data da transferência ou do resgate.

13.4.2. RETER VALORES DE QUE O **EMITENTE** OU OS DEVEDORES SOLIDÁRIOS SEJAM TITULARES.

13.5. O RECEBIMENTO, PELO **ITAU UNIBANCO**, DO PRINCIPAL NÃO SIGNIFICARÁ QUITAÇÃO DOS ENCARGOS PREVISTOS NESTA CÉDULA



**14. Tarifas – O Emitente** pagará ao **Itaú Unibanco**, por esta operação, tarifa de cadastro (para pessoa física) ou tarifa de contratação (para pessoa jurídica), bem como tarifa pela avaliação do(s) bem(ns) financiado(s) (tarifa de avaliação) conforme valores indicados no subitem 1.12, considerando a forma de pagamento eleita (subitem 1.14).

14.1. As tarifas serão pagas pelo **Emitente** no vencimento da primeira parcela ou no vencimento da primeira prestação da operação, o que ocorrer primeiro.

**15. Divulgação de atraso no pagamento** - Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação pelo **Emitente** e/ou Devedores Solidários, ou atraso no pagamento de qualquer valor devido em decorrência desta Cédula, o **Itaú Unibanco** comunicará o fato à SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), bem como a qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso no pagamento e descumprimento de obrigação contratual.

**16. Sistema de Informação de Crédito (SCR)** - O **Emitente** e os Devedores Solidários autorizam o **Itaú Unibanco** e as sociedades sob controle direto ou indireto do Itaú Unibanco Holding S.A., a qualquer tempo, mesmo após a extinção desta operação a:

- a) fornecer ao Banco Central do Brasil (BACEN), para integrar o SCR, informações sobre o montante de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, bem como o valor das cobrigações assumidas pelo **Emitente** e Devedores Solidários e das garantias por eles prestadas, e
- b) consultar o SCR sobre eventuais informações a seu respeito nele existentes.

16.1. A finalidade do SCR é prover o BACEN de informações sobre operações de crédito para supervisão do risco de crédito e intercâmbio de informações entre instituições financeiras.

16.1.1. A consulta ao SCR depende desta autorização prévia. O **Emitente** e Devedores Solidários declaram que eventual consulta anterior, para fins desta operação, contou com a suas autorizações, ainda que verbais.

16.1.2. O **Emitente** e Devedores Solidários poderão ter acesso, a qualquer tempo, aos dados do SCR pelos meios colocados à sua disposição pelo BACEN e, em caso de divergência nos dados do SCR fornecidos pelo **Itaú Unibanco** ou sociedade sob controle direto ou indireto do Itaú Unibanco Holding S.A., pedir sua correção, exclusão ou registro de anotação complementar, inclusive de medidas judiciais, mediante solicitação escrita e fundamentada ao **Itaú Unibanco**.

**17. Custo Efetivo Total (CET)** – É o custo total da operação de crédito, expresso na forma de taxa percentual indicada no subitem 1.13. Para o cálculo do CET são considerados o valor do crédito concedido, o número de prestações e a data de pagamento, a taxa de juros, os valores dos tributos incidentes sobre a operação, dos Serviços Financeiros (tarifas) e dos Pagamentos a Terceiros.

17.1. As condições financeiras podem ser alteradas em razão do momento da aprovação da operação e liberação do crédito pelo BNDES.

**18. Envio de short message service (SMS) e correspondência eletrônica** – O **Emitente** autoriza o **Itaú Unibanco** a enviar SMS ou correspondências eletrônicas ao seu celular e/ou e-mail informados, contendo informações sobre esta operação, oferta de produtos e serviços, bem como cópias de contratos, títulos, documentos e desta Cédula.

**18.1 O Emitente, a qualquer tempo, poderá cancelar a autorização acima referida, mediante comunicação escrita ao Itaú Unibanco.**

**19. Cessão** - A presente Cédula poderá ser cedida ou caucionada em favor do BNDES, sempre que este exigir.

**20. Tolerância** - A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.

**21. Solução amigável de conflitos** - Para a solução amigável de eventuais conflitos relacionados a esta Cédula, o **Emitente** poderá dirigir pedido ou reclamação ao SAC Itaúcred (0800 722 5803) ou SAC Itaú exclusivo para deficientes auditivos e de Fala (0800 722 1722). Se não for solucionado o conflito, o **Emitente** poderá, ainda,

**22. Foro** - Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta Cédula, podendo a parte que promover a ação optar pelo Foro do domicílio do **Emitente**.

Local e data retro.

Ribeirão Preto - SP sexta-feira, 23 de setembro de 2011

Lemos esta Cédula previamente, não temos dúvida sobre qualquer de suas cláusulas e concordamos integralmente com suas disposições.

**A**  
Emitente

Guerra e Guerra Transportes Ltda

Devedores Solidários

1)

Nome:

Angelo Guerra Neto

2)

Nome:


Jose Adriano Guerra

3)

Nome:

4)

Nome:

  
Patricia Cristina da Silva  
Operador de Negocios-410002547  
Plat.8886-6 Rib. Preto/SP



**Anexo I à Cédula de Crédito Bancário**  
**Finame Compradora - TJLP - Alienação Fiduciária – Pós-fixada**

**1. Dados do Emissor**

Nome:

CNPJ/CPF:

Guerra e Guerra Transportes Ltda

29132630001 - 17

**2. Bem(ns) alienados fiduciariamente.**

Quantidade	Descrição dos Bens	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Randon Modelo Semi Reboque Basculante Graneleiro Sr-Ba-Gr Fab/Mod 2011/2012 Chassi 9ADB0903BCM342961		R\$ 141.500,00
1	Randon Modelo Semi Reboque Basculante Graneleiro Sr-Ba-Gr Fab/Mod 2011/2012 Chassi 9ADB0903BCM343252		R\$ 141.500,00

- 2.1 Valor total do(s) bem(ns): R\$ 283.000,00
- 2.2. Localização do(s) bem(ns): Ribeirao Preto - SP
- 2.3. Despesa de inclusão de gravame(s): R\$

Este Anexo, acompanhado da nota fiscal de venda do(s) bem(ns) alienados fiduciariamente, fazem parte integrante da Cédula de Crédito Bancário vinculada à Proposta de Abertura de Crédito Fixo – PAC acima indicada.

Emissor:

Guerra e Guerra Transportes Ltda

Patricia Cristina da Silva  
Operador de Negocios-410002547  
Piaui 6886-6 Rtd. Preto/SP



DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRESTIMOS  
CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E SOCIAL - BNDES

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília - DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no Item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

DAS PARTES

1 AGENTE FINANCEIRO:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 - Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

2 BENEFIICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO

PRETO - SP - CEP: 14.072-085

CNPJ: 02.913.263/0001-17

3 AVALISTA(S):

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL, 561 - CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, GPR: 117.700.928-54.

FRANZ VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IZABELA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF: 162.070.818-38.

JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

162.070.828-00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARRAK JUNIOR e Tribunal de Justiça São Paulo, protocolado em 18/03/2016 às 12:17, sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3C04.



# 4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:

4.1. Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

## 5. CONTROLE NA CAIXA:

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000004-89 ✓
---------------------------	---	--

## 6. FINALIDADE:

6.1. Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

## 7. VALOR DO CRÉDITO:

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS ) ✓

## 8. DISPONIBILIDADE:

N.º da Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01 - R\$ 290.000,00

8.1. O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

8.2. A liberação do crédito fica condicionada a:

8.2.1. Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, a inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

8.2.2. Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora contratado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos estabelecidos pelo BNDES/FINAME.



8.2.3. Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

8.2.4. Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

8.2.5. Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## 9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:

### 9.1. Juros da Operação:

- a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.
- b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7% a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.
- e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a. pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.
- f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### 10. Tarifas:

10.1. Tarifa de Contratação e Vistoria no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, a ser paga integralmente no ato da liberação da 1ª parcela.



9.2.2. Taxa de Registro de Gravames – Incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### 9.3. Tributos:

9.3.1. Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## 10. PRAZOS

10.1. Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a) De Carência	6 meses
b) De Amortização	54 meses
Total	60 meses

10.1.1. O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea "a", contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

10.1.2. O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea "b", vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

10.1.3. Caso o item 10.1 alínea "a" não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização.

10.1.3.1. O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea "b", contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## 11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO

11.1. O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### 11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados

11.1.1.1. Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte.



11.2.1. Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no Item 9.1.

### 11.3. Na fase de Amortização:

11.3.1. Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do Item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no Item 9.1.

## 12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:

### 12.1. Das Parcelas de Juros:

#### 12.1.1. Em TJLP:

12.1.1.1 Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

12.1.1.1.1 O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ((1 + TJLP) / 1,06) ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

12.1.2. Para o cálculo diário de juros serão consultados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

6/1/16



12.1.1.3. O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, a exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

12.1.1.4. Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização.

12.1.1.4.1. O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

12.1.1.5. A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

12.1.1.6. Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## 12.1.2 Em TJ-462:

12.1.2.1 Juros: Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

12.1.2.1.1 O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação é apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização - TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.



**12.1.2.1.2 A Remuneração Total** (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização.

**12.1.3.2** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2 Das parcelas de amortização:**

**12.2.1** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1** Na fase de Carência, se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de Juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2** Na fase de Amortização, o pagamento devido é composto de parcela de Juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.



### 13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

13.1. A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

13.1.1. O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

13.2. Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no Item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

13.3. A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

13.3.1. Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

### 14. IMPONTUALIDADE:

14.1. Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento.

14.2. Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

14.3. Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.



## 15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)

15.1. Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

15.1.1. Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS AGACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

15.1.2. Alienação Fiduciária, a BENEFCIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 815, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, RG: 02.913.263/0001-17.

15.1.3. Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Regular, a BENEFCIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

6.2. A BENEFCIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

6.3. Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor devido pelo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFCIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário depósito de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal do credor.

6.4. Enquanto a alienação de alienante, a BENEFCIÁRIA FINAL permanece na posse do bem, assumindo-lhe as penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo alienar, hipotecar, reaver, o(s) bem(ns) em sua posse.



- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

15.6. Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

15.7. No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

#### 16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS

Nº de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

#### 17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR

Data de Emissão: 14/11/2012

#### 18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF

18.1. A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF - emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

#### 19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14 072-085

#### 20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO

20.1. Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido no item 1.5.1.1.

CA 4

10/10/2012



20.2. Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

20.3. Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

20.4. Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetua-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

20.4.1 No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

20.5. A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

20.6. Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

20.6.1. Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

20.6.2. Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios e sistema substituídos.



## 21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES

### 21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:

21.1.1. Cumprir, no que couber, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução n.º 685 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

21.1.2. Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

21.1.3. Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

21.1.4. Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

21.1.5. Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

21.1.6. Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

21.1.7. Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

21.1.8. Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

21.1.9. Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens penhorados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão do direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, incluindo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se tornaram antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções legais.



subitens 21.1.6 e 21.1.7,

o cumprimento da legislação a que se referem os

21.1.11. Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

21.1.12. Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

21.1.13. A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

21.1.14. Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito - CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

21.1.15. Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

21.1.16. Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

21.1.17. Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

21.1.18. Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou pelo próprio instrumento público ou particular registrado nos Offícios de Títulos e Documentos.

18/10

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARRAK JUNIOR e Tribunal de Justiça São Paulo, protocolado em 18/03/2016 às 12:17, sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3C04.



230396

Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

21.1.19. Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

21.1.20. Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

21.1.21. Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

21.1.22. Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

21.1.23. Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

21.1.24. Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

21.1.25. Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

21.1.26. Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

14/10



21.1.26.1 Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistral(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

21.1.26.2 Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

21.1.27. Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

21.1.28. Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

21.1.29. Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

## 22. VENCIMENTO ANTECIPADO

22.1. É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

22.1.1. Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) Inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

22.1.2. Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata, se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que efetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

22.1.3. Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.





230396

11.4. É inadmissível a antecipação da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, bem como prevista em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução judicial e/ou financeira do projeto.

11.4.1. CANCELAMENTO DA HIPÓTECA SOBRE IMÓVEL: incidirá os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre a importância dos valores listados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a intimação ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei nº 7.492/88.

11.4.2. Se for comprovada a falsidade da declaração que elide o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso "b", da Circular nº 99.478, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 1º da Lei nº 8.480, de 11/09/1992.

11.4.3. Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou administração das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

11.4.4. Na caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do Programa BNDES FFI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao resgateamento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização da taxa de juros, conforme legislação aplicável.

11.5. Durante toda a período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessários, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou valores dados em garantia.

11.6. As empresas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como eventuais ocorrências da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

11.7. A intimação por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração de publicado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em fundamento invocável por não e/ou nome(s) AVALISTA(S).

*[Handwritten signature]*



## 13. CANCELAMENTO DA CAIXA

13.1. Transferir no dia útil posterior à data de liberação pelo BNDDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

## 14. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL

14.1. A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema de Central de Risco de Crédito - SICRO daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

## 15. DECLARAÇÃO

15.1. A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

## 16. DA CESSÃO DE CRÉDITO

16.1. A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão do crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 280 do Código Civil.

## 17. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO

17.1. Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

## 18. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA

18.1. A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

18.2. É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARAK JUNIOR e Tribunal de Justiça São Paulo, protocolado em 18/05/2016 às 12:17, sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3C04.



## DA CLAUSULA SOCIAL

29.1 A Beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

29.2 Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça, assédio moral, etc a qual a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

## 30. FORO

30.1 Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRÃO PRETO, 19 de Novembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL



GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA

NETTO

CPF 147.700.928-54



principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Conjuge: DEBORA CHRISTIANE DE PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF: 162.070.818-38

Conjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Conjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Conjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Conjuge

CPF

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (Informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PERDA JURÍDICA  
Sede: Rua do Comércio, 100 - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01011-900  
Telefone: (11) 3041-2501 - Fax: (11) 3041-2502

Este documento foi registrado hoje, protocolado e  
assinado pelo Tabelião de Títulos e Documentos de São Paulo, em 18/03/2016, às 12:17, sob o número 10101414220168260506.

18/03/2016

Este documento e cópia do original, assinado digitalmente por ELIAS MUBARAK JUNIOR e Tribunal de Justiça - São Paulo, protocolado em 18/03/2016 às 12:17, sob o número 10101414220168260506. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1010141-42.2016.8.26.0506 e código BF3C04.



**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO****DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

**DAS PARTES**

---

**1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

**2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

**3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACÁCIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.



**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000005-60
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

---

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

- a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.
- b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.
- e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a. pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.
- f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;



**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

## **11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

## **11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

## **12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

### **12.1. Das Parcelas de Juros:**

#### **12.1.1. Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.



**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total** (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.



---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## 15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;



**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuá-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunerar os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.



## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e



Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.



**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

### **23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

### **24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

### **25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

### **26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

### **27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

### **28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.



---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 19 de Dezembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000005-60	290.000,00	19/12/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA**, **AVALISTA(S)** e **FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO****DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

**DAS PARTES**

---

**1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

**2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

**3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.



**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000006-40
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.

b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.

e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a. pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.

f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;



**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

## **11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

## **11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

## **12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

### **12.1. Das Parcelas de Juros:**

#### **12.1.1.Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.



**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total** (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.



---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## 15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;



**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 14/11/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuá-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunerar os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.



## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e



Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.



**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

## **23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

## **24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

## **25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

## **26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

## **27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

## **28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.



---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistiu contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 28 de Novembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000006-40	290.000,00	28/11/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA, AVALISTA(S) e FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO****DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília - DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

**DAS PARTES**

---

**1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

**2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

**3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.

FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.

JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.



**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000007-21
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)	
01ª R\$ 290.000,00	

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

- a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.
- b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.
- e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.
- f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;



**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

## **11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

## **11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

## **12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

### **12.1. Das Parcelas de Juros:**

#### **12.1.1.Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.



**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total** (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.



---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;



**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2. Fontes de Recurso:** O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuar-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunerar os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.



## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e



Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.



**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

**23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

**25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

**26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

**27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

**28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.



---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 19 de Dezembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000007-21	290.000,00	19/12/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA, AVALISTA(S) e FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

### **DAS PARTES**

---

#### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

#### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

#### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.



**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000008-02
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00	
--------------------	--

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

- a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.
- b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.
- e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.
- f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;



**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

## 11.2. Na fase de Carência:

11.2.1. Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

## 11.3. Na fase de Amortização:

11.3.1. Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

## 12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:

### 12.1. Das Parcelas de Juros:

#### 12.1.1. Em TJLP:

12.1.1.1 Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

12.1.1.1.1 O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

12.1.1.2. Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.



**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total** (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.



---

### 13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

### 14. IMPONTUALIDADE:

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CÊM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;



**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2. Fontes de Recurso:** O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuá-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunerar os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.



## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e



Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.



**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

**23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

**25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

**26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

**27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

**28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.



---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistiu contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 19 de Dezembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000008-02	290.000,00	19/12/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA, AVALISTA(S) e FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

## **DAS PARTES**

---

### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRAO PRETO, SP

---

### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACÁCIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.



**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000009-93
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

---

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

- a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.
- b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.
- e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.
- f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;



**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

## **11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

## **11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

## **12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

### **12.1. Das Parcelas de Juros:**

#### **12.1.1. Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.



**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2** A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.



---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFCIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFCIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFCIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFCIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFCIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;



**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2. Fontes de Recurso:** O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuar-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.



---

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e



Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.



**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

**23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

**25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

**26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

**27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

**28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.



---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistiu contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 19 de Dezembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000009-93	290.000,00	19/12/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA, AVALISTA(S) e FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

## **DAS PARTES**

---

### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.

**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000010-27
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.



**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

---

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.

b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.

e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a. pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.

f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

## **11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

## **11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

## **12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

### **12.1. Das Parcelas de Juros:**

#### **12.1.1. Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.



**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total** (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.

---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.



## **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;

**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2. Fontes de Recurso:** O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuar-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunerar os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.



## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e

Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.



**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

**23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

**25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

**26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

**27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

**28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.



---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistiu contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 19 de Dezembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000010-27	290.000,00	19/12/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA**, **AVALISTA(S)** e **FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal



## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

## **DAS PARTES**

---

### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.

**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000011-08
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

---

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

- a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.
- b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.
- e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a. pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.
- f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;



**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

**11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

**11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

**12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:****12.1. Das Parcelas de Juros:****12.1.1. Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.



**12.1.2.1.2** A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.

---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês. ✓

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## 15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;



**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuar-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunerar os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.

---

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.



**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e

Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.



**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

**23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

**25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

**26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

**27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

**28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistiu contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 19 de Dezembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54



Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000011-08	290.000,00	19/12/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA, AVALISTA(S) e FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

\_\_\_\_\_  
Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

\_\_\_\_\_  
Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

### **DAS PARTES**

---

#### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

#### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

#### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.



**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000012-98
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.

b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.

e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a. pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.

f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;



## **11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

## **11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

## **12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

### **12.1. Das Parcelas de Juros:**

#### **12.1.1.Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$ , sendo:

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total** (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.



---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## 15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;

**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 14/11/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.



**20.2. Fontes de Recurso:** O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuá-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Offícios de Títulos e



Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).



---

**23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

**25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

**26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

**27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

**28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistiu contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 19 de Novembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:

CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

Nome Avalista

CPF:

Cônjuge

CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000004-89	290.000,00	19/11/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA**, **AVALISTA(S)** e **FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

\_\_\_\_\_  
Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

\_\_\_\_\_  
Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

## **DAS PARTES**

---

### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD. IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:

4.1. Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NÍVEL ESPECIAL

#### 5. CONTROLE NA CAIXA:

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000013-70
---------------------------	---	--

#### 6. FINALIDADE:

6.1. Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2915407 - CAMINHÃO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: R\$ 290.000,00.

#### 7. VALOR DO CRÉDITO:

R\$ 290.000,00 ( DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

#### 8. DISPONIBILIDADE:

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 290.000,00

8.1. O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

8.2. A liberação do crédito fica condicionada a:

8.2.1. Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

8.2.2. Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.



**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50% a.a.

b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

c) ☐ Taxa de Juros Fixa de 7,7 % a.a. (sete inteiros e sete décimos por cento ao ano), que corresponde à 4,7% a.a. (quatro inteiros e sete décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

d) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 2,50 % a.a.

e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a. pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.

f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano), que corresponde à 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a. (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 290,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 41,38, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

**11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

**11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

**12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:****12.1. Das Parcelas de Juros:****12.1.1. Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.



**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

**TC =  $[(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$** , sendo:

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.**

**12.1.2.1.3 Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.**

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1 Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;**

**12.1.3.2. Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.**

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1. As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.**

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1. Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.**

**12.3.2. Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.**

---

**13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

**14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.



## 15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.022-000, CPF: 117.700.928-54, RG: 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão: OUTROS, endereço: AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.020-380, CPF: 162.070.818-38, RG: 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADO, profissão: OUTROS, endereço: RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP: 14.098-561, CPF: 162.070.828-00, RG: 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca: VOLVO, modelo: FH 460 6X2, cor: BRANCO, ano de fabricação: 2012, cód. FINAME: 2915407, número do chassi: , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço: AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SALA 1, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 14.072-085, RIBEIRÃO PRETO - SP, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;

**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000682012-21031263

Data de Emissão: 02/10/2012

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 14/11/2012

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP: 14.072-085.

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuar-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.



## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

### **21.1. A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:**

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se consideram antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e

Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.



**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea “c”, do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

**23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

**25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

**26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

**27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

**28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.



---

## 29. DA CLÁUSULA SOCIAL

29.1 A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

29.2 Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## 30. FORO

30.1 Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 28 de Novembro de 2012

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02.913.263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117.700.928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO  
CPF: 117.700.928-54

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA  
CPF: 183.213.438-56

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA  
CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:  
CPF:

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA  
CPF: 162.070.828-00

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA  
CPF: 250.171.048-79

Nome Avalista  
CPF:

Cônjuge  
CPF

Nome Avalista  
CPF:

Cônjuge  
CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000013-70	290.000,00	28/11/2012
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA, AVALISTA(S) e FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal



**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO****DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

**DAS PARTES****1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRAO PRETO, SP

**2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

**3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00

**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000014-50
-------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2914997 - CAMINHAO

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: 190.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

190.000,00 ( CENTO E NOVENTA MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 190.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ( ) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 3,00% a.a.

b) (X) Taxa de Juros Fixa de 3,0% a.a. (três por cento ao ano), que corresponde à taxa da CAIXA.

c) ( ) 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 3,00 % a.a.

d) ( ) Taxa de Juros Fixa de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

e) ( ) Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a pago pela BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 190,00.



**9.2.2. Tarifa de Registro de Gravames** – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 43,49, por veículo alienado.

### **9.3. Tributos:**

**9.3.1. Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF**, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a) De Carência	6 meses
b) De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## **11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### **11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

### **11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

### **11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

## **12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

### **12.1. Das Parcelas de Juros:**

#### **12.1.1. Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na

amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2** A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis



por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.

---

## **13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual

seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

#### **14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

---

#### **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551,

CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54, RG : 229724905 - SSP/SP

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38, RG : 241621136 - SSP/SP

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00, RG : 241620181 - SSP/SP

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veículo automotor, marca VOLVO, modelo : VM 270 6X2, cor : BRANCO, ano de fabricação : 2012, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, , endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, SALA 1, CPF/CGC : 2913263000117, RG : ,

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;

**15.5.** Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;



- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e  
f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

#### **16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000362013-21031263

Data de Emissão: 05/03/2013

---

#### **17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

#### **18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

#### **19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14.072-085

---

#### **20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à

BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuar-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.

---

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

**21.1.** A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de

anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das



contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais

biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.



**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

## **23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

## **24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRIC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

## **25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

## **26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

## **27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

## **28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

---

## **29. DA CLÁUSULA SOCIAL**

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## **30. FORO**

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 02 de maio de 2013.

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
CNPJ : 02 913 263/0001-17  
Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO  
CPF: 117-700-928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

---

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO  
CPF: 117.700.928-54

---

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA  
CPF: 183.213.438-56

---

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA  
CPF : 162.070.818-38

---

Cônjuge:  
CPF:

---

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA  
CPF: 162.070.828-00

---

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA  
CPF: 250.171.048-79

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000014-50	190.000,00	02/05/2013
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA**, **AVALISTA(S)** e **FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

### **DAS PARTES**

---

#### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRAO PRETO, SP

---

#### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14 072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17.

---

#### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00

**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000015-31
-------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 2483333 - KIT EIXO AUTODIRECIONAL

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: 26.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

26.000,00 ( VINTE E SEIS MIL REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 26.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.



**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

---

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ( ) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 3,00% a.a.

b) (X) Taxa de Juros Fixa de 3,0% a.a. (três por cento ao ano), que corresponde à taxa da CAIXA.

c) ( ) 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 3,00 % a.a.

d) ( ) Taxa de Juros Fixa de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 100,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 43,49, por veículo alienado.

### 9.3. Tributos:

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## 10. PRAZOS

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a) De Carência	6 meses
b) De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## 11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### 11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

### 11.2. Na fase de Carência:

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

### 11.3. Na fase de Amortização:

11.3.1. Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

## 12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:

### 12.1. Das Parcelas de Juros:

#### 12.1.1. Em TJLP:

12.1.1.1 Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

12.1.1.1.1 O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

12.1.1.2. Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

12.1.1.3. O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.



**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2** A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento

ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.

---

## **13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.



**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

#### **14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

#### **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND. GUAPORE II, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54, RG : 229724905 - SSP/SP



FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38, RG : 241621136 - SSP/SP

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00, RG : 241620181 - SSP/SP

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

**Maquina/Equipamento**

HUM KIT EIXO AUTODIRECIONAL HL, FABRICADO POR KLL EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE LTDA, CODIGO FINAME 2483333 de propriedade de GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, SALA 1, CPF/CGC : 29.132.630/001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cedular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;

**15.5.** Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;

- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e  
f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

#### **16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000362013-21031263

Data de Emissão: 05/03/2013

---

#### **17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

#### **18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

#### **19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14.072-085

---

#### **20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à

BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuar-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.

---

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

**21.1.** A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de



anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das

contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais

biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.



**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

## **23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

## **24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

## **25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

## **26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

## **27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

## **28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

---

## **29. DA CLÁUSULA SOCIAL**

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## **30. FORO**

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.



RIBEIRAO PRETO, 26 de Março de 2013

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
CNPJ : 02 913 263/0001-17  
Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO  
CPF: 117-700-928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

---

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO  
CPF: 117.700.928-54

---

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA  
CPF: 183.213.438-56

---

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA  
CPF : 162.070.818-38

---

Cônjuge:  
CPF:

---

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA  
CPF: 162.070.828-00

---

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA  
CPF: 250.171.048-79

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000015-31	26.000,00	26/03/2013
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA**, **AVALISTA(S)** e **FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal

## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

## **DAS PARTES**

---

### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRAO PRETO, SP

---

### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00



**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000016-12
-------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 1240722 - TANQUE PARA TRANSPORTE DE COMBUSTIVEL

Nr Série:

Posição Fiscal:

Valor Unitário: 68.800,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

68.800,00 ( SESSENTA E OITO MIL E OITOCENTOS REAIS )

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 68.800,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

**8.2.** A liberação do crédito fica condicionada a:

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ( ) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 3,00% a.a.

b) (X) Taxa de Juros Fixa de 3,0% a.a. (três por cento ao ano), que corresponde à taxa da CAIXA.

c) ( ) 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 3,00 % a.a.

d) ( ) Taxa de Juros Fixa de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde à 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

### **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 0,1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 100,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 43,49, por veículo alienado.

### 9.3. Tributos:

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

## 10. PRAZOS

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

## 11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

### 11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

### 11.2. Na fase de Carência:

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.



### 11.3. Na fase de Amortização:

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea “b” do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

## 12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:

### 12.1. Das Parcelas de Juros:

#### 12.1.1. Em TJLP:

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ) ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2** A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento

ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

### **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

### **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.

---

## **13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.



**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

#### **14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

---

#### **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54, RG : 229724905 - SSP/SP

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38, RG : 241621136 - SSP/SP

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : EMPRESARIO, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRAO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00, RG : 241620181 - SSP/SP

**15.1.2. Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:**

**Maquina/Equipamento**

HUM TANQUE PARA TRANSPORTE DE COMBUSTIVEL ELIPTICO, FABRICADO POR RODOTANK EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA EPP, CODIGO FINAME 1240722 de propriedade de GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, SALA 1, CPF/CGC : 29.132.630/001-17

**15.1.3. Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cedular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:**

\*\*\*\*\*

**15.2. A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.**

**15.3. Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.**

**15.4. Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;**

**15.5. Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:**

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;

- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

#### **16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000362013-21031263

Data de Emissão: 05/03/2013

---

#### **17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 04/12/2012

---

#### **18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

#### **19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14.072-085

---

#### **20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à



BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetué-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.

---

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

**21.1.** A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de

anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.

**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das

contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais



biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega, a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

## **23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

## **24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

## **25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.



---

## **26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

## **27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

## **28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

---

## **29. DA CLÁUSULA SOCIAL**

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existem contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.

---

## **30. FORO**

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 02 de maio de 2013.

BENEFICIÁRIA FINAL

---

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ : 02 913 263/0001-17

Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO

CPF: 117-700-928-54

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

---

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO

CPF: 117.700.928-54

---

Cônjuge: DEBORA CHRISTIANE DE  
PAULA ALVES GUERRA

CPF: 183.213.438-56

---

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA

CPF : 162.070.818-38

---

Cônjuge:

CPF:

---

Nome Avalista: JOSE ADRIANO GUERRA

CPF: 162.070.828-00

---

Cônjuge: LILIANI BATISTETTI GUERRA

CPF: 250.171.048-79

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não  
solucionadas e denúncias)

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000016-12	68.800,00	02/05/2013
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA**, **AVALISTA(S)** e **FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal



## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

### **DAS PARTES**

---

#### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

#### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP : 14.072-085

CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

#### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54.

FABIANO VITAL GUERRA, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38.

JOSE ADRIANO GUERRA, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00.

**4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:**

**4.1.** Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

**5. CONTROLE NA CAIXA:**

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000022-60
---------------------------	---	--

**6. FINALIDADE:**

**6.1.** Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Fime: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Fime: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Fime: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Fime: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Fime: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Fime: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Fime: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

**7. VALOR DO CRÉDITO:**

518.000,00 (QUINHENTOS E DEZOITO MIL REAIS)

**8. DISPONIBILIDADE:**

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 518.000,00

**8.1.** O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

## **8.2. A liberação do crédito fica condicionada a:**

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

---

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

- a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 4,00% a.a.
- b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 3,0% a.a. (três por cento ao ano), que corresponde à taxa da CAIXA.
- c) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 4,00 % a.a.
- d) ☐ Taxa de Juros Fixa de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 4,0% a.a. (quatro por cento ao ano), que corresponde a 1,0% (um por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.
- f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde a 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a pago pela



BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.

## **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 180,00 e máximo de R\$ 1.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 1.000,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 121,78, por veículo alienado.

## **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

---

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a) De Carência	6 meses
b) De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

---

**11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

---

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

**11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

**11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

**11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

**12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

---

**12.1. Das Parcelas de Juros:**

**12.1.1. Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de



Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ sendo:}$$

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2 A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.**

**12.1.2.1.3 Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.**

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1 Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;**

**12.1.3.2. Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.**

## **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

## **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.

---

## **13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

## **14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central

no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : OUTROS, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54 e RG : 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão : OUTROS, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38 e RG : 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : OUTROS, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00 e RG : 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.



Veículo automotor, marca : GUERRA /AS IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veículo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17

Veículo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cédular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;

**15.5.** Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

**16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000832013-21031263

Data de Emissão: 27/06/2013

---

**17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 05/07/2013

---

**18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

**19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14.072-085

---

**20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuá-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições

não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.

---

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

**21.1.** A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.



**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação

de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença

ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega,



a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor

correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

### **23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

### **24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

### **25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dúvida ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

### **26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

## **27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

## **28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

---

## **29. DA CLÁUSULA SOCIAL**

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existe contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.



---

**30. FORO**

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 16 de Julho de 2013

BENEFICIÁRIA FINAL

---

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**CNPJ : 02.913.263/0001-17**

**Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO**

**CPF: 117.700.928-54**

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO  
CPF : 117.700.928-54

Cônjuge:  
CPF:

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA  
CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:  
CPF:

Nome Avalista:  
CPF:

Cônjuge:  
CPF:

Nome Avalista  
CPF:

Cônjuge  
CPF

Nome Avalista  
CPF:

Cônjuge  
CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000022-60	518.000,00	16/07/2013
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA**, **AVALISTA(S)** e **FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

---

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal

---

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal



## **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

### **DE ABERTURA DE CRÉDITO MEDIANTE REPASSE DE EMPRÉSTIMO CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Nesta cidade, pagaremos por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nos termos dos itens abaixo descritos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, criada nos termos do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília – DF, CNPJ/MF n.º 00.360.305/0001-04, com sede matriz em Brasília - DF, ou a sua ordem, a quantia descrita no item 7, acrescida dos encargos devidos, em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao valor de crédito deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Empresa Pública Federal regida pela Lei n.º 5.662, de 21/06/1971, por meio da homologação da solicitação de liberação apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro, a ser provido com recursos de origem interna ao amparo do contrato de abertura de crédito n.º 91241961013, de 19/07/1991, celebrado entre o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aplicações na forma do orçamento ora apresentado e vinculado, em investimentos fixos, conforme descrito nos itens 6 e 6.1.

### **DAS PARTES**

---

#### **1. AGENTE FINANCEIRO:**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede matriz ao Setor Bancário Sul, quadra 04, Lotes 3/4 - Brasília - DF - inscrito no CNPJ/MF sob número 00.360.305/0001-04 e Superintendência Regional 2584 - RIBEIRÃO PRETO, SP

---

#### **2. BENEFICIÁRIA FINAL DO CRÉDITO:**

GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA  
AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP : 14.072-085  
CNPJ : 02.913.263/0001-17

---

#### **3. AVALISTA(S):**

ANGELO GUERRA NETTO, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54.  
FABIANO VITAL GUERRA, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38.  
JOSE ADRIANO GUERRA, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO:

4.1. Crédito com recurso do BNDES destinado às empresas localizadas em qualquer região do país para investimento em aquisição de máquinas/equipamentos nacionais novos, cadastrados na FINAME.

714 - BNDES FINAME - NIVEL ESPECIAL

#### 5. CONTROLE NA CAIXA:

5.1. Agência/DV 2946-7	5.2. N.º da Conta/DV 2946-003-00001000-0	5.3. Número do Contrato 2946-714-0000023-41
---------------------------	---	--

#### 6. FINALIDADE:

6.1. Os recursos objeto desta operação, serão obrigatoriamente destinados à aquisição de:

Código Finame: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Finame: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Finame: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Finame: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Finame: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Finame: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

Código Finame: 1090585 - SEMI REBOQUE GRANELEIRO

Nr Série: Posição Fiscal: Valor Unitário: 74.000,00.

#### 7. VALOR DO CRÉDITO:

518.000,00 (QUINHENTOS E DEZOITO MIL REAIS)

#### 8. DISPONIBILIDADE:

N.º de Ordem – Valor da(s) Liberação(ões)

01ª R\$ 518.000,00

8.1. O(s) valor(es) será(ão) disponibilizado(s) em única parcela de acordo com as necessidades para a aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitando-se a programação financeira do BNDES/FINAME.

## **8.2. A liberação do crédito fica condicionada a:**

**8.2.1.** Apresentação do comprovante de registro desta Cédula de Crédito Bancário em Cartório Específico, bem como, quando se tratar de alienação fiduciária de veículo, à inclusão do termo de alienação fiduciária em favor da CAIXA no Certificado de Registro do Veículo.

**8.2.2.** Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do AGENTE FINANCEIRO possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME.

**8.2.3.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**8.2.4.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, o cadastro de fornecedores a que se refere o item 21.1.19.

**8.2.5.** Apresentação, pela Beneficiária do Crédito, de comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração a respeito.

---

## **9. ENCARGOS FINANCEIROS DA OPERAÇÃO:**

### **9.1. Juros da Operação:**

a) ☐ Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 4,00% a.a.

b) ☐ Taxa de Juros Fixa de 3,0% a.a. (três por cento ao ano), que corresponde à taxa da CAIXA.

c) ☐ 70% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP - divulgada pelo Banco Central do Brasil e 30% do financiamento à Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de um por cento ao ano – TJ-462 - mais Juros Remuneratórios à taxa efetiva de 4,00 % a.a.

d) ☐ Taxa de Juros Fixa de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

e) ☒ Taxa de Juros Fixa de 4,0% a.a. (quatro por cento ao ano), que corresponde a 1,0% (um por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA.

f) ☐ Taxa de Juros Fixa de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), que corresponde a 0,0% a.a. (zero por cento ao ano) de taxa do BNDES e 3,0% a.a (três por cento ao ano) de taxa da CAIXA, sendo 2,5% a.a pago pela



BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO e 0,5% a.a (cinco décimos por cento ao ano) reembolsado pelo BNDES, conforme Circular 55/2012, Circular 58/2012 e Portaria Ministério da Fazenda 313/2012.

## **9.2. Tarifas:**

**9.2.1.** Tarifa de Contratação e Vistoria, no percentual de 1% do valor do financiamento, observado o valor mínimo de R\$ 180,00 e máximo de R\$ 1.000,00, cobrada integralmente no ato da liberação da 1ª parcela;

**9.2.1.1.** A CAIXA fica autorizada a efetuar o débito desta(s) tarifa(s) tarifas na conta corrente constante no item 5, no(s) valor(es) de R\$ 1.000,00.

**9.2.2.** Tarifa de Registro de Gravames – incidente nas operações com garantia de alienação fiduciária de veículos, nos Estados que utilizam o Sistema Nacional de Gravames, no valor de R\$ 121,78, por veículo alienado.

## **9.3. Tributos:**

**9.3.1.** Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, referente a esta Cédula, será recolhido nos termos da Legislação aplicável à espécie.

---

## **10. PRAZOS**

**10.1.** Os prazos abaixo são contados a partir da data da formalização jurídica da operação, correspondente à data da assinatura deste contrato.

a)De Carência	6 meses
b)De Amortização	54 meses
Total	60 meses

**10.1.1.** O prazo de carência é previsto no item 10.1 alínea “a”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

**10.1.2.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**10.1.3.** Caso o item 10.1 alínea “a” não contemple carência, este contrato entrará diretamente na fase de amortização;

**10.1.3.1.** O prazo de amortização é previsto no item 10.1 alínea “b”, contado(s) a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização jurídica da operação.

---

**11. DATA DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO**

---

**11.1.** O vencimento da(s) prestação(ões) ocorre(m) sempre no dia 15 de cada mês.

**11.1.1. Vencimento em Dias de Feriados:**

**11.1.1.1.** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, até os bancários, será para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração dos cálculos dos encargos da obrigação seguinte;

**11.2. Na fase de Carência:**

**11.2.1.** Em pagamentos trimestrais das parcelas de Encargos Contratuais da operação definidos no item 9.1.

**11.3. Na fase de Amortização:**

**11.3.1.** Em prestações mensais e sucessivas recalculadas mensalmente pelo sistema SAC, composta de amortização de principal e juros, considerando o prazo remanescente a partir daquele definido na alínea "b" do item 10.1, o saldo devedor atualizado e a taxa de juros da operação definida no item 9.1.

---

**12. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO:**

---

**12.1. Das Parcelas de Juros:**

**12.1.1.Em TJLP:**

**12.1.1.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, serão apurados com a TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil limitada a 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor atualizado, para compor a prestação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% ao ano será incorporado ao saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, na vigência da Cédula de Crédito Bancário, antes do cálculo da parcela de juros trimestrais na fase de carência e das parcelas de juros, e amortizações mensais na fase de amortização, no vencimento do prazo contratual, na amortização extraordinária ou na liquidação antecipada do crédito, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, considerados todos os eventos de amortizações e incorporações ocorridos a partir do último recálculo:

$$TC = [ ( 1 + TJLP ) / 1,06 ) ]^{n/360} - 1$$

Onde temos:

TC = Termo de capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil expressa em número percentual; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.2.** Para o cálculo diário de juros serão comutados o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

**12.1.1.3.** O montante acima referido será apurado e incorporado ao principal da dívida, e exigido juntamente com as parcelas do principal no período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.4.** Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de juros remuneratórios especificado no item 9.1, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor no dia previsto para vencimento de cada obrigação, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização, nas amortizações extraordinárias, na liquidação antecipada ou na data de liquidação da Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.1.4.1.** O montante apurado nos termos do subitem anterior será exigido trimestralmente na fase de carência, e embutido nas prestações durante o período de amortização, na amortização extraordinária, na liquidação antecipada, ou no vencimento da Cédula de Crédito Bancário.

**12.1.1.5.** A TJLP a ser aplicada será aquela com vigência para o período a que se refere o período da parcela de juros na fase de carência, do período dos juros da prestação ou dos eventos de amortização/liquidação.

**12.1.1.6.** Na hipótese de extinção da TJLP, prevalecerá a taxa que for indicada pelo Governo Federal para sua substituição, adotando-se a sistemática de aplicação do novo normativo que a instituir/regulamentar.

## **12.1.2 Em TJ-462:**

**12.1.2.1 Juros:** Os juros, aí considerado o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, serão calculados e apurados observada a sistemática descrita nos itens abaixo:

**12.1.2.1.1** O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do Termo de



Capitalização – TC, definido conforme fórmula a seguir apresentada, sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$ , sendo:

TC - Termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato.

O montante referido neste item, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.

**12.1.2.1.2** A Remuneração Total (Remuneração Básica do BNDES, Remuneração da CAIXA e Taxa de Intermediação Financeira, quando houver), acrescida de 6% (seis por cento) ao ano ou da própria TJLP, quando esta for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, e do Custo Financeiro de 1,0% (um inteiro por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas; o montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), trimestralmente durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação do contrato.

**12.1.2.1.3** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, sujeitos ao Custo Financeiro TJ-462, a remuneração, prevista no item 9.1, poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES/FINAME comunicará a alteração, por escrito, à CAIXA.

### **12.1.3. Em Taxa Fixa:**

**12.1.3.1** Os Juros da operação, definidos no item 9.1, conforme definido para esta Cédula de Crédito Bancário, serão incidentes sobre o saldo devedor, para compor a prestação e exigidos, trimestralmente na fase de carência, mensalmente na fase de amortização ou nas datas de amortização extraordinária, liquidação antecipada e na data de liquidação desta Cédula de Crédito Bancário, fazendo-se o cômputo diário de juros e o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e a data da última atualização;

**12.1.3.2.** Para o cálculo diário de juros será computado o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

## **12.2. Das parcelas de amortização:**

**12.2.1.** As parcelas de amortização serão apuradas, cada uma delas, no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas.

## **12.3 Das Prestações:**

**12.3.1.** Na fase de Carência: se contemplada carência, o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1.

**12.3.2.** Na fase de Amortização: o pagamento devido é composto de parcela de juros mencionados no item 9.1 juntamente com a parcela de amortização.

---

## **13. FORMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:**

**13.1.** A cobrança do principal e de encargos será feita mediante Aviso de Vencimento ou por qualquer outro procedimento adotado com antecedência pela CAIXA, pelo qual seja informado o montante necessário à liquidação das obrigações nas datas de vencimento.

**13.1.1.** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA FINAL da obrigação de pagar as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas nesta Cédula de Crédito Bancário.

**13.2.** Todos os pagamentos devidos serão efetuados diretamente à CAIXA, por meio de débito na conta-corrente indicada no item 5, ficando a CAIXA, desde já, autorizada a aplicar na cobertura parcial ou total do saldo devedor deste financiamento, quaisquer importâncias levadas a qualquer título, a débito da referida conta-corrente.

**13.3.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA (S), desde já, em caráter irrevogável e para todos os efeitos legais e contratuais, autorizam a CAIXA a utilizar o saldo de qualquer conta, aplicação financeira e/ou crédito de sua titularidade, em qualquer unidade da CAIXA, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas na presente Cédula de Crédito Bancário.

**13.3.1.** Fica a CAIXA autorizada a efetuar, nas contas, aplicações e/ou créditos mencionados no subitem anterior, o bloqueio dos saldos credores, até que a importância seja suficiente à integral liquidação da parcela vencida.

---

## **14. IMPONTUALIDADE:**

**14.1.** Fica caracterizada a impontualidade quando não ocorrer o pagamento da obrigação até a data de seu vencimento;

**14.2.** Ocorrendo impontualidade do pagamento mensal, a quantia correspondente será acrescida de comissão de permanência cuja taxa mensal será obtida pela composição da Taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário, divulgada pelo Banco Central

no dia 15 de cada mês, a ser aplicada durante o mês subsequente, acrescida da taxa de rentabilidade de 5% (cinco por cento) ao mês.

**14.3.** Caso a CAIXA venha lançar mão de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S), pagarão, ainda, a pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito apurado na forma desta Cédula de Crédito Bancário, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios.

## **15. DESCRIÇÃO DA(S) GARANTIA(S)**

**15.1.** Este contrato será composto das seguintes garantias descritas:

**15.1.1.** Comparecem o(s) AVALISTA(S) relacionado(s) e nomeado(s) a seguir, que assina(m) ao final, concordando com seus termos e respondendo solidariamente por todas as obrigações:

ANGELO GUERRA NETTO, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : OUTROS, endereço : AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, 551, CASA 17, COND GUAPORE II, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.022-000, CPF : 117.700.928-54 e RG : 229724905 - SSP.

FABIANO VITAL GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, DIVORCIADO, profissão : OUTROS, endereço : AVENIDA PORTUGAL, 2800, APTO 621, JD IRAJA, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.020-380, CPF : 162.070.818-38 e RG : 241621136 - SSP.

JOSE ADRIANO GUERRA, nacionalidade : BRASILEIRA, CASADO, profissão : OUTROS, endereço : RUA AFONCO VALERA, 251, CASA 04, RECREIO DAS ACACIAS, RIBEIRÃO PRETO, SP, CEP : 14.098-561, CPF : 162.070.828-00 e RG : 241620181 - SSP.

**15.1.2.** Alienação Fiduciária, a BENEFICIÁRIA FINAL dá o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veiculo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.



Veículo automotor, marca : GUERRA /AS IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

Veículo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17

Veículo automotor, marca : GUERRA S/A IMPL, modelo : AG/SR/CAGR/3ELS, cor : CINZA, ano de fabricação : 2013, número do chassi : , de propriedade de GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA, endereço : AVENIDA CELSO DANIEL, 1315, SL 1, CGC : 02.913.263/0001-17.

**15.1.3.** Em se tratando de operação com garantia real, representada por Hipoteca Cedular, a BENEFICIÁRIA FINAL dá em garantia o (s) bem (s) descrito (s) abaixo:

\*\*\*\*\*

**15.2.** A BENEFICIÁRIA FINAL, por meio de seu representante, declara ser a legítima proprietária do (s) bem (s) descrito (s) e caracterizado (s) na (s) Nota (s) Fiscal (ais), nesta Cédula de Crédito Bancário, e/ou Documento de Autorização para Transferência de Veículo, possuindo-o (s) livre (s) e desembaraçado (s) de quaisquer ônus.

**15.3.** Se a garantia vier a cair em nível inferior a 100 % (CEM POR CENTO), do valor do saldo devedor deste financiamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a restabelecer aquele nível, promovendo o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial e extrajudicial, bastando simples solicitação formal da CAIXA.

**15.4.** Na qualidade de alienante, a BENEFICIÁRIA FINAL permanece na posse do(s) bem(ns), sujeitando-nos às penas estabelecidas para depositário infiel, não podendo, em hipótese alguma, reter o(s) bem(ns) em seu poder;

**15.5.** Obriga-se ainda a BENEFICIÁRIA FINAL a:

- a) Não alterar a conformação material do (s) bem (s), nem sua cor original, em se tratando de veículo automotor;
- b) Não transferir o (s) bem (s) para fora deste Estado;
- c) Permitir que a CAIXA proceda a vistoria da garantia sempre que julgar conveniente;
- d) Satisfazer, às suas expensas, os encargos que incidem ou vierem a incidir sobre o objeto de garantia, bem como as multas de trânsito, quando se tratar de veículo automotor;
- e) Não alugar, transferir, alienar ou, sob qualquer título, ceder os direitos de que é titular sobre o (s) bem (s) alienados; e
- f) Manter o bem financiado assegurado durante a vigência desta Cédula de Crédito Bancário.

**15.6.** Os riscos decorrentes da deterioração ou perecimento do (s) bem (s) serão suportados pela BENEFICIÁRIA FINAL e pelo(s) AVALISTA(S), ainda que proveniente de caso fortuito ou de força maior;

**15.7.** No caso de inadimplemento, a CAIXA venderá o(s) bem(ns) descrito(s) no item 15.1.2 e 15.1.3, com todos os seus pertences, acessórios ou ferramentas, aplicando o produto da venda na solução da dívida e despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo, se houver, à BENEFICIÁRIA FINAL;

---

#### **16. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND/INSS**

N.º de série: 000832013-21031263

Data de Emissão: 27/06/2013

---

#### **17. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - CQTF/SFR**

Data de Emissão: 05/07/2013

---

#### **18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**

**18.1.** A Beneficiária do Crédito apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – emitido e válido na data de assinatura desta Cédula de Crédito Bancário.

---

#### **19. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

AVENIDA CELSO DANIEL, 1315 - SALA 1 - DISTRITO INDUSTRIAL - RIBEIRAO PRETO - SP - CEP : 14.072-085

---

#### **20. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO**

**20.1.** Finalidade: Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente em consonância com o objeto do empréstimo/financiamento definido nos itens 6 e 6.1.

**20.2.** Fontes de Recurso: O valor do crédito constante no item 7, será provido com recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou de sua mandatária, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

**20.3.** Tendo em vista que os recursos do crédito objeto desta Cédula de Crédito Bancário são decorrentes de repasses do BNDES, nenhuma liberação será efetuada à BENEFICIÁRIA FINAL antes que o BNDES desembolse para a CAIXA, seu agente financeiro, a quantia correspondente.

**20.4.** Não caberá à CAIXA qualquer responsabilidade se o BNDES atrasar o desembolso, sustá-lo ou efetuá-lo apenas parcialmente, ou subordiná-lo a condições

não previstas nesta Cédula de Crédito Bancário, ou ainda, cancelar, total ou parcialmente o crédito contratado com a BENEFICIÁRIA FINAL, nos termos deste instrumento.

**20.4.1** No caso de cancelamento total do desembolso pelo BNDES, a critério deste, a presente Cédula de Crédito Bancário torna-se automaticamente vencida.

**20.5.** A BENEFICIÁRIA FINAL obriga-se a realizar, com recursos próprios, as contrapartidas correspondentes à diferença entre o custo global orçado e o montante do empréstimo/financiamento e quaisquer outros excessos que se verifiquem na execução do plano orçado, aplicando-os previamente com os valores do crédito ora contratado.

**20.6.** Os critérios de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, poderão ser alterados por legislação superveniente, à qual se vinculam os encargos deste empréstimo e desde já a BENEFICIÁRIA FINAL manifesta-se ciente e de acordo.

**20.6.1.** Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos originários do Fundo de Participações PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados pelo BNDES, a remuneração prevista neste instrumento poderá ser repactuada, a critério do BNDES e anuência da BENEFICIÁRIA FINAL, passando a ser efetuada mediante utilização da nova sistemática legal de remuneração definida, ou outra forma que, além de preservar o valor real da operação e o direito da BENEFICIÁRIA FINAL, remunere os recursos nos mesmos níveis anteriores. Neste caso, o BNDES comunicará formalmente a alteração à CAIXA, que deverá convocar a BENEFICIÁRIA FINAL para a repactuação.

**20.6.2.** Não sendo do interesse da BENEFICIÁRIA FINAL continuar com o novo critério de remuneração, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação para a repactuação, poderá fazer a liquidação antecipada adotando-se as taxas e critérios a serem substituídos.

---

## **21. SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DAS NORMAS DO BNDES**

**21.1.** A BENEFICIÁRIA DO CRÉDITO obriga-se a:

**21.1.1.** Cumprir, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665 de 10 de Dezembro de 1987, com suas alterações.

**21.1.2.** Cumprir, no que couber, as CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES, relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170 de 02/09/1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do registro n.º 4.879, do Livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**21.1.3.** Cumprir no que couber as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES e/ou pela CAIXA, que declaram conhecer e obrigam-se a aceitar.



**21.1.4.** Permitir ao BNDES/ FINAME diretamente, ou por meio da CAIXA, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando aos seus representantes ou prepostos, o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como às suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário e imediata exigibilidade da dívida.

**21.1.5.** Mencionar expressamente a cooperação da FINAME, do BNDES e da CAIXA, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**21.1.6.** Cumprir, desde a assinatura desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.7.** Manter em situação regular suas obrigações junto aos Órgãos do Meio Ambiente, durante o prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário e de execução.

**21.1.8.** Observar, durante o prazo de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

**21.1.9.** Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME e da Caixa, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula de Crédito Bancário, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, até quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**21.1.10.** Comprovar à CAIXA, o cumprimento da legislação a que se referem os subitens 21.1.6 e 21.1.7.

**21.1.11.** Comprovar fiscal e financeiramente, previamente à liberação de cada parcela de crédito, a aplicação da correspondente contrapartida.

**21.1.12.** Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**21.1.13.** A manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, até o recolhimento das contribuições devidas aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e o recolhimento do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS, exibindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou ao BNDES os respectivos comprovantes de recolhimento, sempre que forem exigidos, bem como apresentar, se assim solicitado, prova idônea do cumprimento de obrigação

de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

**21.1.14.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico e na liberação da parcela de crédito, Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitida na finalidade 4, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

**21.1.15.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do Instrumento de Crédito específico, Certidão Negativa conjunta de débitos relativos a Tributos Federais, Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, ocorrendo o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer liberação, se for comprovada a falsidade dos documentos apresentados, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**21.1.16.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, o Licenciamento Ambiental expedido por Órgão do Meio Ambiente competente, quando a atividade fim da empresa esteja condicionada a licenciamento de órgão de proteção ambiental que componha o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, nos termos da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, ou em caso de revogação da que vier a lhe suceder;

**21.1.17.** Entregar à CAIXA, previamente à assinatura do instrumento de crédito específico, Declaração Ambiental de que a empresa não exerce atividade fim que possa estar condicionada a licenciamento a que se refere o item 21.14;

**21.1.18.** Comprovar, nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e Documentos da Comarca do domicílio do credor e da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

**21.1.19.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas para empresas que possuem, dentre as suas atividades, o abate e/ou fabricação de produtos de carne o cadastro de fornecedores diretos contendo lista acompanhada das seguintes informações: nome ou razão social, CPF ou CNPJ, nome do imóvel, município, UF, ponto georreferenciado da propriedade, número de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural e número da licença ambiental.

**21.1.20.** Atualizar e manter disponível, à CAIXA e ao BNDES, apenas nos financiamentos destinados às atividades de plantio, renovação e custeio de lavouras e à industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e açúcar, exceto açúcar mascavo, o cadastro atualizado de todas as propriedades próprias e arrendadas beneficiadas pelo financiamento, contemplando as seguintes informações: nome do imóvel; município e unidade da federação onde se situa a propriedade rural; número de inscrição da propriedade rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural; e número da licença

ambiental ou documento equivalente ou, ainda, a comprovação de dispensa pelo órgão ambiental competente.

**21.1.21.** Comunicar prontamente à CAIXA, qualquer ocorrência que modifique o projeto, indicando providências que julgar que devam ser adotadas.

**21.1.22.** Adotar e manter sistemas de prevenção de incêndios e acidentes de trabalho e que ofereçam condições satisfatórias de segurança.

**21.1.23.** Proceder a execução e operação do projeto financiado com a devida diligência e eficiência, de acordo com sólidos padrões técnicos, financeiros e gerenciais e manter registros adequados.

**21.1.24.** Dar aviso à CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o financiamento, só o fazendo com sua anuência, sem prejuízo de continuar a seu cargo todas as obrigações assumidas em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário.

**21.1.25.** Não incluir, em acordo societário, estatuto ou contrato social da empresa, ou das suas controladoras, dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de quaisquer dessas empresas pelos controladores, ou ainda, dispositivos que importem restrições a capacidade de crescimento da empresa ou ao seu desenvolvimento tecnológico, seu acesso a novos mercados ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

**21.1.26** Manter seguro total do(s) bem(ns) dado(s) em garantia, cuja apólice deverá conter cláusula beneficiária em nome da CAIXA, pelo período de vigência desta Cédula, suportando às suas expensas todos os custos do seguro e fazendo a comprovação junto à CAIXA.

**21.1.26.1** Na hipótese do(s) bem(ns) financiado(s) segurado(s) sinistrar(em), ocorrendo PERDA TOTAL ou PARCIAL, fica a CAIXA autorizada a receber da seguradora a indenização respectiva, aplicando-a na amortização ou liquidação antecipada desta Cédula.

**21.1.26.2** Caso o valor indenizado pela Seguradora não seja suficiente para liquidação do saldo remanescente, fica a CREDITADA e AVALISTA(S) obrigado(s) a promover sua complementação para liquidação ou pagar o saldo residual recalculando as prestações pelo prazo restante, oferecendo em garantia outro bem de valor superior ao saldo.

**21.1.27.** Manter no bem financiado a plaqueta de identificação do fabricante, modelo e número de série, a ser fornecida pelo fabricante da máquina/equipamento financiado e descrito na Nota Fiscal.

**21.1.28.** Tomar medidas que forem necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes à execução do projeto amparado, sejam feitos a um preço razoável, levando-se também em conta outros fatores pertinentes, tais como, prazo de entrega,



a eficiência e confiabilidade dos bens, a disponibilidade das instalações de manutenção e das peças sobressalentes para os mesmos bens, e, no caso de serviços, a qualidade e a competência das partes que os prestarem.

**21.1.29.** Utilizar os bens referidos no subitem anterior exclusivamente na execução do projeto financiado.

---

## **22. VENCIMENTO ANTECIPADO**

**22.1.** É facultado à CAIXA e/ou BNDES/FINAME considerar antecipadamente vencida a operação, com a exigibilidade do crédito e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições descritas nesta Cédula de Crédito Bancário além das previstas em lei.

**22.1.1.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) Solidário(s) inadimplirem qualquer das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito Bancário.

**22.1.2.** Se a BENEFICIÁRIA FINAL sofrer legítimo protesto de título ou tiver decretado concordata; se houver declaração de falência ou se verificar qualquer evento, que objetivamente, seja indicativo de mudança do estado econômico-financeiro; se deixar de substituir o(s) AVALISTA(S) solidário(s) que vier(em) a se encontrar em qualquer das situações descritas neste subitem.

**22.1.3.** Se for movida qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou direitos creditórios da CAIXA.

**22.1.4.** É motivo de vencimento antecipado da dívida e imediata execução desta Cédula de Crédito Bancário, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei, a comprovação de utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista nos itens 6 e 6.1, ou se não for comprovada a execução física e/ou financeira do projeto.

**22.1.4.1.** Constatadas as hipóteses acima, incidirão os encargos previstos no item 10.1.1 desta Cédula de Crédito Bancário, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos valores liberados e não aplicados e/ou comprovados, bem como a oficialização ao Ministério Público para a apuração de possível ilícito nos termos da Lei n.º 7.492/86.

**22.1.5.** Se for comprovada a falsidade da declaração que alude o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24/08/1990, para efeito do disposto no artigo 4º da Lei n.º 8.458, de 11/09/1992.

**22.1.6.** Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou titularidade das quotas sociais da empresa, bem como se houver a incorporação, cisão ou fusão.

**22.1.7.** No caso de vencimento antecipado, quando se tratar de operação no âmbito do programa BNDES PSI, no saldo devedor será acrescido também o valor

correspondente ao ressarcimento, ao Tesouro Nacional, dos valores relativos à equalização de taxa de juros, conforme legislação aplicável.

**22.2.** Durante todo o período de vigência desta Cédula de Crédito Bancário, a CAIXA e o BNDES poderão solicitar informações sobre a situação econômico-financeira e, até, fazer verificações diretas, obrigando a Beneficiária Final a colocar à disposição todos os documentos que se fizerem necessário, bem como conceder aos representantes da CAIXA e do BNDES, acesso às dependências onde estiverem localizados os bens ou direitos dados em garantia.

**22.3.** As despesas mencionadas acima correrão por conta da BENEFICIÁRIA FINAL, bem como aquelas decorrentes da realização da garantia vinculada a esta Cédula de Crédito Bancário e toda e qualquer despesa que a CAIXA seja obrigada a pagar ou suportar relativamente a esta Cédula de Crédito Bancário, até as que vierem a ser cobradas pelo BNDES ou a FINAME.

**22.4.** A tolerância por parte da CAIXA, pelo não cumprimento de quaisquer das estipulações ora convencionadas, não implica em perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado, e será considerada mera liberalidade, não se constituindo em procedimento invocável por nós e/ou nosso(s) AVALISTA(S).

---

## **23. OBRIGAÇÃO DA CAIXA**

**23.1.** Transferir no dia útil posterior à data da liberação pelo BNDES, diretamente ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, os recursos que lhe forem creditados, decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário.

---

## **24. DA LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL**

**24.1** A BENEFICIÁRIA FINAL e AVALISTAS autorizam a CAIXA a transmitir ao Banco Central do Brasil, informações sobre as operações decorrentes desta Cédula de Crédito Bancário, com vistas a alimentar o cadastro do Sistema da Central de Risco de Crédito - SISCRC daquela instituição, que é passível de acesso por outras instituições financeiras.

---

## **25. DECLARAÇÃO**

**25.1.** A BENEFICIÁRIA FINAL e o(s) AVALISTA(S) declaram para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes, para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas nesta Cédula.

---

## **26. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**26.1** A CAIXA, a seu critério, poderá a qualquer momento, de acordo com as práticas utilizadas no mercado, proceder a cessão de crédito da cédula, notificando o devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

---

## **27. DA COBRANÇA TERCEIRIZADA EM CASO DE ATRASO**

**27.1** Em caso de inadimplemento a CAIXA poderá realizar, a seu critério, cobrança por meio de empresa terceirizada, seja no âmbito de telecobrança ou cobrança especializada.

---

## **28. DA AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE SMS PELA CAIXA**

**28.1** A CAIXA fica autorizada a enviar ao aparelho celular do CLIENTE mensagens de texto (SMS) contendo informações acerca da Cédula de Crédito Bancário.

**28.2** É de responsabilidade de o CLIENTE informar à CAIXA, no prazo máximo de 48 horas, eventuais alterações quanto à titularidade, número do aparelho celular e cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, para fins de atualização do cadastro.

---

## **29. DA CLÁUSULA SOCIAL**

**29.1** A beneficiária final e seus dirigentes declaram que inexistem contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

**29.2** Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória relativa a qualquer das matérias acima referidas e for comprovado o cumprimento da reparação imposta ou a reabilitação da Beneficiária final ou de seus dirigentes, conforme o caso, a Beneficiária final e/ou seus dirigentes declaram que existem contra si decisão administrativa final sancionadora exarada por autoridade ou órgão competente ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em [mencionar a matéria a qual a decisão ou a condenação se refere – ex: discriminação de raça, assédio moral, etc] e que a reparação imposta foi integralmente cumprida ou já ocorreu a reabilitação da Postulante e/ou seus dirigentes.



---

**30. FORO**

**30.1** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram da presente Cédula de Crédito Bancário, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado.

RIBEIRAO PRETO, 16 de Julho de 2013

**BENEFICIÁRIA FINAL**

---

**GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA**

**CNPJ : 02.913.263/0001-17**

**Nome do Representante: ANGELO GUERRA  
NETTO**

**CPF: 117.700.928-54**

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário na qualidade de AVALISTA e principal pagador, solidariamente me responsabilizando de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA FINAL neste instrumento de crédito.

Nome Avalista: ANGELO GUERRA NETTO  
CPF : 117.700.928-54

Cônjuge:  
CPF:

Nome Avalista: FABIANO VITAL GUERRA  
CPF : 162.070.818-38

Cônjuge:  
CPF:

Nome Avalista:  
CPF:

Cônjuge:  
CPF:

Nome Avalista  
CPF:

Cônjuge  
CPF

Nome Avalista  
CPF:

Cônjuge  
CPF

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva:**  
0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Identificação do Gerente Concessor/Conferência de Assinaturas - 714 - BNDES  
FINAME - NIVEL ESPECIAL

Nº da CCB	Valor	Data da CCB
2946-714-0000023-41	518.000,00	16/07/2013
Nome do gerente		Matrícula
LUIS FERNANDO JUNQUEIRA		079025-5

Atesto que as assinaturas constantes da CCB referenciada são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas da **CREDITADA, AVALISTA(S) e FIDUCIANTE(S)** de acordo com Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identificação (RG e CPF).

---

Assinatura, sob carimbo, do caixa  
Caixa Econômica Federal


---

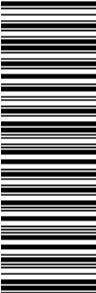

Assinatura, sob carimbo, do gerente  
concessor  
Caixa Econômica Federal






85800000010-0 00000185111-0 60190156100-9 82820160413-3

		<b>Governo do Estado de São Paulo</b> <b>Secretaria da Fazenda</b> Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais		<b>DARE-SP</b>	
01 - Nome / Razão Social CARGOPEX TRANSPORTE LTDA				07 - Data de Vencimento 13/04/2016	
02 - Endereço Rua Afonso Taranto, 210, sala 01 - Nova Ribeirânia, CEP 14096-740				08 - Valor Total R\$ 1.000,00	
03 - CNPJ Base / CPF 02.913.263	04 - Telefone (16)3514-5300	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE <b>160190156100828</b>		
06 - Observações Custas Iniciais - Recuperação Judicial			Emissão: 14/03/2016		
10 - Autenticação Mecânica				Via do Banco	

160190156100828-0001 		Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda	<b>DARE-SP</b>	<b>DOCUMENTO DETALHE</b>	01 - Código de Receita - Descrição da Receita <b>230-6</b>	02 - Código Tipo de Serviço - Descrição do Serviço 1123001 TJ - PETIÇÃO INICIAL	
	15 - Nome / Razão Social CARGOPEX TRANSPORTE LTDA				03 - Data de Vencimento 13/04/2016	06 - Inscrição na Dívida ou Nº Etiqueta	09 - Valor da Receita 1.000,00
	16 - Endereço Rua Afonso Taranto, 210, sala 01 - Nova Ribeirânia, CEP 14096-740				04 - CNPJ ou CPF ou Renavam 02.913.263/0001-17	07 - Referência	10 - Juros de Mora
18 - Nº do Documento Detalhe <b>160190156100828-0001</b> Emissão: 14/03/2016	17 - Observações Custas Iniciais - Recuperação Judicial			05 - Insc. Estadual / Cód. Município / Nº Declaração	08 - Nº AIIM / Nº Controle / Nº do Parc. / Nº da Notif.	11 - Multa de Mora ou por Infração	12 - Acréscimo Financeiro 13 - Honorários Advocatícios 14 - Valor Total <b>1.000,00</b>

85800000010-0 00000185111-0 60190156100-9 82820160413-3

		<b>Governo do Estado de São Paulo</b> <b>Secretaria da Fazenda</b> Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais		<b>DARE-SP</b>	
01 - Nome / Razão Social CARGOPEX TRANSPORTE LTDA				07 - Data de Vencimento 13/04/2016	
02 - Endereço Rua Afonso Taranto, 210, sala 01 - Nova Ribeirânia, CEP 14096-740				08 - Valor Total R\$ 1.000,00	
03 - CNPJ Base / CPF 02.913.263	04 - Telefone (16)3514-5300	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE <b>160190156100828</b>		
06 - Observações Custas Iniciais - Recuperação Judicial			Emissão: 14/03/2016		
10 - Autenticação Mecânica				Via do Contribuinte	

- SICOOB -  
Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil  
SISBR - Sistema de Informática do SICOOB

15/03/2016

**COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE CONVÊNIO**

16:40:58

Cooperativa: 3214 / SICOOB COCRED

Conta: 34.482-6 / GUERRA & GUERRA TRANSPORTES LTDA

Código de Barras: 85800000010 00000185111 60190156100 82820160413  
No. Agendamento: 2.231.242  
NSU: 160750180850  
Número de Controle: 160190156100828  
Tipo Documento: Sefaz/Sp-Ambientepag  
Data Agendamento: 15/03/2016-16:40:54  
Data Pagamento: 15/03/2016  
Valor do documento: 0,00  
Valor dos juros: 0,00  
Valor da Multa: 0,00  
Outros Encargos: 0,00  
Valor do Desconto: 0,00  
Outras Deduções: 0,00  
Valor: 1000.00  
Autenticação: 056631C9-F1C7-47FE-8C78-CB7156989C2A

COMPROVANTE DE PAGAMENTO EMITIDO DE ACORDO COM A PORTARIA CAT-126, DE 16/09/2011,

E AUTORIZADO PELO PROCESSO Nº SF 13840-889334/2013

**OUIDORIA SICOOB: 08007250996**